

ROGÉRIO LEANDRO LIMA DA SILVEIRA

**COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DO FUMO E TERRITÓRIO:
A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E REGIONAL NO VALE
DO RIO PARDO - RS**

Florianópolis, 2007

**Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação de Geografia**

Rogério Leandro Lima da Silveira

**COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DO FUMO E TERRITÓRIO:
A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E REGIONAL NO VALE DO RIO
PARDO - RS**

Orientadora: Dr^a. Leila Christina Duarte Dias

TESE DE DOUTORADO

Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Florianópolis/SC, agosto de 2007.

COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DO FUMO E TERRITÓRIO:
A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E REGIONAL NO VALE DO RIO
PARDO - RS

Rogério Leandro Lima da Silveira

Tese submetida ao programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração Desenvolvimento Regional e Urbano, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Doutor em Geografia.

Presidente: _____

Prof^a. Dr^a. Leila Christina Duarte Dias - (UFSC)

Membro: _____

Prof. Dr^a. Cecile Raud - (UFSC)

Membro: _____

Prof^a. Dr^a. Maria Ignez Silveira Paulilo - (UFSC)

Membro: _____

Prof^a. Dr^a. Heleniza Ávila de Campos - (UNISC)

Membro: _____

Prof^a. Dr^a. Maria Laura Silveira - (USP)

Florianópolis-SC, 06 de agosto de 2007.

Para Rosí e Pedro, meus amores queridos, pelo apoio, estímulo e compreensão em todos os momentos dessa longa caminhada. Seus sorrisos e seus carinhos foram imprescindíveis e inspiradores para a construção desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de manifestar meu reconhecimento e minha gratidão a todas as aquelas pessoas e instituições que, direta e indiretamente, me auxiliaram na construção dessa tese, e em especial:

À colega e amiga Leila Christina Dias pelo apoio, pela generosa, qualificada orientação, e pelo permanente estímulo ao meu desenvolvimento intelectual e profissional;

Aos demais professores do Programa Pós-Graduação em Geografia da UFSC pelos momentos de debate e de aprendizagem acadêmica ao longo do curso de Doutorado.

Aos colegas de Doutorado - Gislene, Leonel e Cristóvão - pela oportunidade da troca de idéias, da crítica teórica e metodológica e pelos inesquecíveis momentos compartilhados em Florianópolis, início de uma sincera e fraterna amizade;

Aos fumicultores, lideranças sindicais e empresariais, funcionários de órgãos públicos governamentais pelas entrevistas concedidas - vitais para o conhecimento da realidade do mundo da fumicultura e das ações e dos objetos técnicos existentes no CAI do fumo e no território do Vale do Rio Pardo;

À Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC pelo apoio institucional concedido possibilitando minha dispensa das atividades profissionais acadêmicas durante o período do Doutorado, e pela oportunidade, através das atividades de pesquisa e de extensão, de conhecer e de interagir com a realidade regional;

Aos colegas do Departamento de História e Geografia da UNISC, especialmente, Erica Karnopp, Erika Collischonn, Juçara Spinelli, Olgário Vogt, Sérgio Klant, Silvio Corrêa e Virginia Etges pelas sugestões, críticas e apoio na construção dessa tese;

Ao colega Alexandre Rauber, do Laboratório de Geoprocessamento da UNISC, pela disposição e apoio na construção dos mapas e figuras da tese;

Aos meus queridos alunos do curso de Geografia e bolsistas de iniciação científica - Rita de Cássia Ritzel, Diego Zambarda e Eduardo Carissimi - pelo inestimável auxílio na coleta e organização de dados secundários, e na elaboração dos mapas;

À colega Fabiane Ramos Jungblut, da Coordenação de Pesquisa por segurar as pontas no dia-a-dia da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UNISC, possibilitando-me avançar na redação dessa tese;

Ao colega Roque Neumann pela disposição e pelo zelo qualificado com que revisou a redação dos originais dessa tese; e

Por fim, agradeço especialmente à minha família - minha esposa Rosí, meu filho Pedro e meus pais João e Sirlei -, pelo amor, carinho e perseverança, suporte indispensável à realização desse trabalho.

“O mundo em movimento supõe uma permanente redistribuição dos eventos, materiais ou não, com uma valorização diferencial dos lugares. A base mesma da Geografia é que o mundo está sempre redistribuindo-se, se regeografizando. Em cada momento, a unidade do mundo produz a diversidade dos lugares.” Milton Santos.

“Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente.” Milton Santos.

RESUMO

Esta tese busca apreender o processo histórico de formação do território do Vale do Rio Pardo, região localizada no centro do Rio Grande do Sul e principal área de produção, de processamento e de comercialização de fumo em folha do país, além de lugar estratégico do complexo agroindustrial (CAI) do fumo no Brasil. Nosso objetivo principal foi analisar a dinâmica relacional entre a constituição e o funcionamento do CAI do fumo e a produção do espaço urbano e regional. Especificamente, buscamos compreender como historicamente se processou a relação entre as sucessivas divisões territoriais do trabalho e a formação da rede urbana regional, identificando o modo como se processou a organização e a utilização do território regional. Metodologicamente, elaboramos essa análise através de ampla revisão bibliográfica sobre a formação socioespacial, sobre a fumicultura e o CAI do fumo, da consulta às fontes de dados secundários relativos à região e da realização de entrevistas semi-estruturadas com representações dos distintos segmentos que integram o CAI do fumo. Observamos em cada período da formação do território regional um conjunto de variáveis e de eventos, engendrados desde distintas escalas geográficas, que se manifestaram e incidiram no espaço regional configurando sucessivos meios geográficos, com distintos modos de organização e usos do território. O desenvolvimento e a consolidação da agroindustrialização do fumo sob a hegemonia do capital monopolista multinacional fumageiro promoveu no território um crescente e desigual conteúdo técnico-científico e informacional, com profundos reflexos na dinâmica de organização e de evolução da rede urbana. A prevalência da racionalidade que guia a reprodução ampliada do capital fumageiro em relação aos demais agentes sociais regionais passou a orientar a modernização da fumicultura e do território, e a regular as relações espaciais internas à região, e aquelas envolvendo a região e distintos e distantes espaços da espacialidade fumageira na escala mundial. A dinâmica e a lógica de configuração e de funcionamento dos circuitos espaciais de produção e dos círculos de cooperação do fumo e do cigarro que alcançam à região tornaram-se cada vez mais determinantes para o desenvolvimento urbano e regional.

Palavras-chave: complexo agroindustrial do fumo, território, organização espacial, formação territorial, região, Vale do Rio Pardo.

ABSTRACT

This thesis searches for apprehending the historical process of formation of Vale do Rio Pardo territory, area located in the center of Rio Grande do Sul estate and the principal area in the country of production, processing and commercialization of tobacco in leaf, besides this it is an strategic place of the agro industrial complex (CAI in Portuguese) of tobacco in Brazil. Our main objective was to analyze the relational dynamics between the constitution and the functioning of the CAI of tobacco and the production of the urban and regional space. Specifically, we searched to understand how historically the relationship was processed between the successive territorial divisions of the work and the formation of the regional urban net, identifying the way as it was processed the organization and the use of the regional territory. Methodologically, the analysis was elaborated through wide bibliographical review on the social-spatial formation, on the tobacco farming and the CAI of tobacco, through the consultation on the sources of secondary data concerning to the region and the accomplishment of semi-structured interviews with representations of the different segments that integrate CAI of tobacco. We observed in each period of the formation of the regional territory a group of engendered variables and of events, from different geographical scales, that showed up and happened in the regional space configuring successive geographical means, with different organization manners and uses of the territory. The development and the consolidation of the agro industrialization of the tobacco under the hegemony of the monopolist multinational capital from the tobacco industries promoted in the territory an increasing and unequal technician-scientific and informational content, with deep reflexes in the organization dynamics and of evolution of the urban net. The prevalence of the rationality that guides the enlarged reproduction of the tobacco industries' capital in relation to the other regional social agents started to orientate the modernization of the tobacco farming and the territory, and the regulate the internal space relationships to the area, and those involving the region and different and distant spaces of the tobacco industries' spatiality in the world scale. The dynamics and the logic of configuration and operation of the space circuits of production and of the cooperation circles of tobacco and cigarette that reach the region became more and more decisive for the urban and regional development.

Keywords: Agro industrial complex of tobacco, territory, spatial organization, territorial formation, region, Vale do Rio Pardo.

RÉSUMÉ

Cette thèse a comme but d'appréhender le processus historique de la formation du territoire de la Vallée du Rio Pardo, région localisée au centre de l'état de Rio Grande do Sul et principale région de production, de traitement et de commercialisation du tabac en feuille du pays. Il s'agit aussi d'un lieu stratégique du complexe agro-industriel (CAI) du tabac au Brésil. Notre but principal a été d'analyser la dynamique relationnelle entre la constitution et le fonctionnement du CAI du tabac et la production de l'espace urbain et régional. On a spécifiquement voulu comprendre comment il s'est passé historiquement la relation entre les constantes divisions territoriales du travail et la formation du réseau urbain régional, en identifiant la façon comment il a eu lieu l'organisation et l'utilisation du territoire régional. Nous avons méthodologiquement élaboré cette analyse à partir d'une ample révision bibliographique sur la formation socio-spatiale, sur la culture du tabac et le CAI du tabac, de la consultation des sources de données secondaires vis-à-vis de la région et d'entretiens semi-structurés avec des représentations des différents segments qui intègrent le CAI du tabac. Nous avons observé à chaque période de la formation du territoire régional un ensemble de variables et d'événements, engendrés depuis de distinctes échelles géographiques, qui se sont manifestés et ont agi dans l'espace régional configurant de constants moyens géographiques, avec des façons distinctes d'organisation et d'utilisation du territoire. Le développement et la consolidation de l'agro-industrialisation du tabac sous l'hégémonie du capital monopoliste multinational du tabac a permis dans le territoire un contenu technico-scientifique et informationnel croissant et inégal, avec de profonds reflets dans la dynamique de l'organisation et de l'évolution du réseau urbain. La prévalence de la rationalisation qui guide la reproduction croissante du capital du tabac par rapport aux autres agents sociaux régionaux a conduit la modernisation de la culture du tabac et du territoire, et le réglage des relations spatiales internes à la région, et celles comprenant la région et les espaces distincts et distants de la spatialité du tabac dans l'échelle mondiale. La dynamique et la logique de configuration et de fonctionnement des circuits spatiaux de la production et des circuits de coopération du tabac et de la cigarette qui atteignent la région sont devenues de plus en plus déterminantes pour le développement urbain et régional.

Mots clés: complexe agro-industriel du tabac, territoire, organisation spatiale, formation territorial, région, Valle du Rio Pardo.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - A região do Vale do Rio Pardo - RS	29
FIGURA 2 - Vale do Rio Pardo: distribuição espacial dos primeiros habitantes	50
FIGURA 3 - Reduções e missões jesuíticas espanholas criadas no Sul do continente americano - século XVII	61
FIGURA 4 - Estâncias dos setes povos das missões jesuíticas e Vacarias do Mar e dos Pinhais	67
FIGURA 5 - Tratados de Madri (1750) e São Ildefonso (1777)	72
FIGURA 6 - O circuito espacial do gado e a região de Rio Pardo - século XVIII	79
FIGURA 7 - Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul - divisão administrativa de 1809	93
FIGURA 8 - A rede comercial de Rio Pardo - primeira metade do século XIX	96
FIGURA 9 - Colônias oficiais e particulares instaladas no Vale do Rio Pardo	122
FIGURA 10 - Santa Cruz do Sul: configuração espacial dos lotes coloniais - 1922	129
FIGURA 11 - Organização espacial de uma colônia alemã pioneira	150
FIGURA 12 - Principais linhas de comunicação que serviam à região em 1910	164
FIGURA 13 - Vale do Rio Pardo: formação inicial da rede urbana regional - 1860/1916	198
FIGURA 14 - O Vale do Rio Pardo e o circuito espacial do fumo - 1860/1905	202
FIGURA 15 - Rio Grande do Sul: calendário agrícola da fumicultura	268
FIGURA 16 - Vale do Rio Pardo-RS: esquema do beneficiamento industrial do fumo em folha - 1970	288
FIGURA 17 - Vale do Rio Pardo - RS: população urbana e rural - 1940 a 1991	299

FIGURA 18 - Vale do Rio Pardo: população urbana de municípios selecionados - 1940 a 1980	301
FIGURA 19 - Rio Grande do Sul: distribuição espacial da produção do fumo nas microrregiões homogêneas - 1950 a 1980	321
FIGURA 20 - Cia. de Cigarros Souza Cruz: estrutura locacional da produção de fumo - 1989	325
FIGURA 21 - Vale do Rio Pardo: divisão territorial do trabalho do CAI do fumo - 1985	327
FIGURA 22 - Vale do Rio Pardo: os circuitos espaciais da agroindústria fumageira - 1985	333
FIGURA 23 - Vale do Rio Pardo: rede urbana e os sistemas de engenharia de transporte - 1975	340
FIGURA 24 - Oferta e demanda mundial de fumo em folha - 1980 a 2004	372
FIGURA 25 - Consumo mundial de fumo em folha -1970 a 1999	373
FIGURA 26 - Mercado mundial: consumo anual de cigarros -1998	376
FIGURA 27 - Produção mundial de fumo em folha - 1970 a 1999	377
FIGURA 28 - Principais países produtores de fumo em folha - 1970 a 1999	377
FIGURA 29 - Principais países exportadores de fumo - 1980 a 2002	378
FIGURA 30 - Mercado mundial de cigarros: participação relativa das principais companhias	384
FIGURA 31 - Contrabando mundial de cigarros -1995	387
FIGURA 32 - Processo de concentração de capital na indústria de beneficiamento de fumo - 1992 a 2005	391
FIGURA 33 - Preço do tabaco exportado em países selecionados: 1990 e 2000	395
FIGURA 34 - Região Sul do Brasil: microrregiões produtoras de fumo em folha e principais unidades industriais do complexo agroindustrial do fumo - 2004	402
FIGURA 35 - Brasil: consumo anual de cigarros por adulto - 1980 a 2002	407

FIGURA 36 - Vale do Rio Pardo: divisão territorial do trabalho da agroindustrialização do fumo - 2004	423
FIGURA 37 - Vale do Rio Pardo: os circuitos espaciais de produção do fumo e do cigarro - 2005	429
FIGURA 38 - Vale do Rio Pardo: processo de emancipações municipais	463
FIGURA 39 - Vale do Rio Pardo: população das seis maiores cidades - 1980 a 2000	466
FIGURA 40 - Vale do Rio Pardo: rede urbana e sistemas viários e de transportes - 2004	469
FIGURA 41 - Vale do Rio Pardo: área de cobertura das empresas de telefonia móvel - 2006	483

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Localidades do Vale do Rio Pardo: evolução da população residente de 1859 a 1920	146
TABELA 2 - Santa Cruz do Sul: produção e exportação de fumo entre 1870 e 1905	153
TABELA 3 - Santa Cruz do Sul: estabelecimentos industriais por ramo de atividade - 1916	181
TABELA 4 - Rio Grande do Sul: área cultivada, produção e rendimento médio por hectare da lavoura de fumo - 1915/1930	216
TABELA 5 - Santa Cruz do Sul: produção de fumo e exportação de fumo e cigarros - 1915/1935	217
TABELA 6 - Vale do Rio Pardo: número de empresas e de empregados no setor industrial em 1940, 1950 e 1960	224
TABELA 7 - Brasil: investimentos e reinvestimentos de empresas multinacionais no setor fumageiro - 1971/1974	237
TABELA 8 - Rio Grande do Sul: tecnologia aplicada ao cultivo do fumo em folha - 1985	255
TABELA 9 - Vale do Rio Pardo: tratores e arados com tração mecânica e animal - 1975 e 1985	259
TABELA 10 - Vale do Rio Pardo: produção, área plantada e participação da produção regional de fumo em folha na produção do estado do Rio Grande do Sul - 1950 a 1985	269
TABELA 11 - Vale do Rio Pardo: variação da produção e da área plantada com fumo em folha - 1950 a 1985	270
TABELA 12 - Vale do Rio Pardo: principais municípios produtores de fumo (ton.) - 1970 a 1985	270
TABELA 13 - Vale do Rio Pardo-RS: estrutura fundiária em 1950, 1975 e 1985	272
TABELA 14 - Rio Grande do Sul: produção de fumo (ton.) segundo grupos de área total -1975 e 1985	274

TABELA 15 - Vale do Rio Pardo e suas microrregiões: pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários - 1985	275
TABELA 16 - Vale do Rio Pardo: meios de transporte utilizados na agropecuária - 1975 e 1985	279
TABELA 17 - Vale do Rio Pardo: número absoluto de migrantes por período de chegada e proporcionalidade em relação aos migrantes totais da região em municípios selecionados - 1960 a 1980	300
TABELA 18 - Vale do Rio Pardo: participação relativa da população urbana de municípios selecionados - 1950 a 1980	302
TABELA 19 - Brasil: consumo de fumo - 1939 a 1980	309
TABELA 20 - Brasil: participação relativa dos produtos derivados de fumo no mercado interno - 1939 a 1980	310
TABELA 21 - Brasil: participação relativa do mercado interno e das exportações no destino da produção nacional de fumo - 1939 a 1980	311
TABELA 22 - Brasil: produção fumageira segundo tipos de fumo em folha (ton.) - 1977/1989	315
TABELA 23 - Brasil: exportação de fumo em folha - 1968/1989	316
TABELA 24 - Brasil: produção nacional de fumo em folha segundo as macrorregiões brasileiras: 1973 a 1990 (ton.)	319
TABELA 25 - Vale do Rio Pardo: número de agências bancárias nos municípios em 1981 e 1987	349
TABELA 26 - Vale do Rio Pardo: número de cidades por faixas de tamanho - 1940 a 1980	350
TABELA 27 - Vale do Rio Pardo: participação da população das cidades com mais de 20 mil habitantes na população total e urbana da região - 1960 a 1990	353
TABELA 28 - Vale do Rio Pardo: cidades selecionadas: participação da população urbana na população urbana da região - 1960 a 1980	354
TABELA 29 - Brasil: investimentos estrangeiros diretos na indústria do fumo - 1980 a 2000	399
TABELA 30 - Produção de fumo em folha no Sul do Brasil -1990 a 2005	401

TABELA 31 - Participação relativa das empresas fumageiras multinacionais no beneficiamento e comercialização da produção brasileira de fumo em folha - 2005	403
TABELA 32 - Brasil: exportações de fumo em folha - 1985 a 2005	404
TABELA 33 - Brasil: produção, consumo interno e exportação de cigarros	405
TABELA 34 - Vale do Rio Pardo: produção de fumo e área plantada, 1995, 2000 e 2005	415
TABELA 35 - Vale do Rio Pardo: capacidade de processamento de fumo e número de empregados das principais empresas agroindustriais fumageiras	426
TABELA 36 - Vale do Rio Pardo: principais agrotóxicos indicados pelas empresas para a lavoura de fumo - 2000	435
TABELA 37 - Santa Cruz do Sul e Vera Cruz: evolução do número de empregados efetivos e temporários na indústria fumageira - 1986 a 2003	450
TABELA 38 - Vale do Rio Pardo: número de cidades por faixas de tamanho - 1980 a 2000	463
TABELA 39 - Vale do Rio Pardo: transporte de passageiros de ônibus intermunicipais, 1994	475
TABELA 40 - Vale do Rio Pardo e municípios selecionados: número de terminais telefônicos em serviço e teledensidade em 1991 e 2004	481
TABELA 41 - Vale do Rio Pardo e cidades selecionadas: aplicações e depósitos bancários - 2000	488
TABELA 42 - Santa Cruz do Sul: arrecadação de ICMS das seis principais empresas fumageiras e sua participação relativa na arrecadação municipal - 2002 e 2005	497
TABELA 43 - Vale do Rio Pardo e municípios selecionados: indicadores sócio-econômicos relativos à população residente - 2000	520

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Vale do Rio Pardo: a desnacionalização da indústria do fumo	239
QUADRO 2 - Características da classificação do fumo em folha (Grupo Estufa) instituídas pelo Ministério da Agricultura do Brasil	283
QUADRO 3 - Vale do Rio Pardo: intensificação da concentração de capital na agroindústria fumageira - 1985 a 2005	413
QUADRO 4 - Alguns locais de produção dos principais insumos e equipamentos utilizados nas etapas de produção e de cura do fumo realizadas no Vale do Rio Pardo/RS -2005	442

LISTA DE ABREVIATURAS E DE SIGLAS

ABIFUMO - Associação Brasileira da Indústria do Fumo
ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACI - Associação Comercial e Industrial
AFUBRA - Associação dos Fumicultores do Brasil
ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações
ANDEF - Associação Nacional de Defesa Vegetal
BACEN - Banco Central do Brasil S/A
BAT - British American Tobacco
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento Econômico
CACEX - Carteira de Comércio Exterior
CAI - Complexo Agroindustrial
CAPA - Centro de Apoio ao Pequeno Produtor
CEE - Comunidade Econômica Européia
CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica
CFC - Cloro Flúor Carbono
COPERVALE - Consórcio Intermunicipal de Comercialização de Produtos Agrícolas Ecológicos
COREDE-VRP - Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo
CRT - Companhia Riograndense de Telecomunicações
DAER - Departamento Estadual de Estradas de Rodagem
DESER - Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais
DENATRAN - Departamento Nacional de Trânsito
DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
ECOVALE - Cooperativa Regional de Agricultores Familiares Ecologistas do Vale do Rio Pardo
EMBRATEL - Empresa Brasileira de Telecomunicações
EMATER - Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão rural
EPS - Poliestireno Expandido
FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations
FDA - Administração Americana de Drogas e Alimentos
FEE-RS - Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul

FENTIFUMO - Federação Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Fumo
FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul
FETRAF-SUL - Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar na Região Sul
FIERGS - Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
FUNDOPEN - Fundo de Operação Empresa
GATT - Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDESE - Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IED - Investimentos Estrangeiros Diretos
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados
IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano
ISSN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
ISO - Organização Internacional para a Padronização
ITBI - Imposto sobre Transferência de Bens Imóveis
ITGA - Associação Internacional dos Produtores de Tabaco
ITUNISC - Incubadora Tecnológica da Universidade de Santa Cruz do Sul
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC - Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores
OHSAS - Série de Avaliação de Saúde e Segurança Ocupacional
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OMC - Organização Mundial do Comércio
OMS - Organização Mundial da Saúde
PIB - Produto Interno Bruto
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECEX - Secretaria de Comércio Exterior
SEFAZ - Secretaria da Fazenda Estadual
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESI - Serviço Social na Indústria

SETUR - Secretaria Estadual de Turismo

SINDIFUMO - Sindicato das Indústrias de Fumo do Rio Grande do Sul

SINE - Sistema Nacional de Emprego

SINTRAINFA - Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo e da Alimentação

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Agrícola

STIFA - Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo e da Alimentação

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNIDO – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul

USDA - Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

VAF - Valor Adicionado Fiscal

VRP - Vale do Rio Pardo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	26
PRIMEIRA PARTE: OCUPAÇÃO, POVOAMENTO INICIAL E PRIMEIROS USOS DO TERRITÓRIO	47
1 - DOS PRIMEIROS HABITANTES INDÍGENAS À APROPRIAÇÃO MILITAR DOS CAMPOS DE RIO PARDO	48
1.1 - Os primeiros habitantes da região	49
1.2 - Os usos iniciais do território regional no período de prevalência do meio natural	52
1.3 - A conquista do Brasil e a produção do território colonial: a lógica e a dinâmica dos sistemas coloniais espanhol e português	56
1.4 - A colonização ibérica do território do Rio Grande do Sul e seus reflexos na formação da região do Vale do Rio Pardo	59
1.5 - A apropriação militar dos campos de Rio Pardo	69
2 - O PAPEL DA PECUÁRIA E DO COMÉRCIO NO POVOAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE RIO PARDO E DO SUL DO TERRITÓRIO REGIONAL	75
2.1 - O circuito espacial do gado e a articulação do território regional ao mercado interno colonial	75
2.2 - A pecuária e os novos usos do território regional	80
2.3 - Rio Pardo: de núcleo de defesa militar a entreposto comercial regional	90
3 - A COMPLEXIFICAÇÃO DOS USOS INICIAIS DO TERRITÓRIO: DA ESTAGNAÇÃO DE RIO PARDO À COLONIZAÇÃO ALEMÃ E ITALIANA NAS ÁREAS CENTRAL E SENTENTRIONAL DA REGIÃO	104
3.1 - As razões da decadência comercial de Rio Pardo	106
3.2 - O sentido e o modo de colonização européia adotados no território regional	117
3.3 - A ocupação, o povoamento e a economia de subsistência das áreas coloniais no território regional	131

SEGUNDA PARTE: OS PROCESSOS DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL MERCANTIL E DE INDUSTRIALIZAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E REGIONAL	139
4 - O PAPEL DA PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL E DA FUMICULTURA NOS PROCESSOS DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E DE INDUSTRIALIZAÇÃO NA REGIÃO	140
4.1 - O sentido da produção simples de mercadorias nas colônias da região	141
4.2 - A pequena produção mercantil e a cultura do fumo	146
4.3 - Circulação, rede comercial e acumulação de capital pelos comerciantes	159
5 - ORIGENS DA INDUSTRIALIZAÇÃO NA ÁREA COLONIAL, DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO E CONFIGURAÇÃO INICIAL DA REDE URBANA REGIONAL	173
5.1 - As origens da indústria na zona colonial da região	174
5.2 - O desenvolvimento inicial dos núcleos urbanos na área colonial da região	187
5.3 - A promoção da divisão territorial do trabalho e a configuração inicial da rede urbana regional	193
TERCEIRA PARTE: A INTERNACIONALIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA FUMAGEIRA, A CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DO FUMO E OS NOVOS USOS DO TERRITÓRIO REGIONAL	206
6 - O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO SETOR AGROFUMAGEIRO E A CONSTITUIÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DO FUMO NO VALE DO RIO PARDO	207
6.1 - Os contextos internacional e nacional do início do processo de internacionalização do setor agrofumageiro regional	208
6.2 - Expansão capitalista, estruturação da atividade industrial e crescimento da produção regional de fumo	210
6.3 - A modernização da agricultura e a constituição dos complexos agroindustriais	227
6.4 - A desnacionalização do setor agroindustrial fumageiro regional e a constituição do CAI do fumo	233

7 - AS MUDANÇAS TÉCNICAS E ORGANIZACIONAIS NA ATIVIDADE FUMAGEIRA E SUAS IMPLICAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO E NOS USOS DO TERRITÓRIO REGIONAL	243
7.1 - O desenvolvimento do complexo agroindustrial fumageiro e a constituição do meio técnico-científico no território regional: a articulação das mudanças técnicas, organizacionais e espaciais	244
7.1.1 - As inovações técnicas e organizacionais na produção do fumo	253
7.1.2 - O aumento da produção de fumo no espaço regional: o papel das inovações e das condições preexistentes no território	269
7.1.3 - As mudanças técnicas e organizacionais na comercialização do fumo	277
7.1.4 - As inovações técnicas e organizacionais no beneficiamento e transformação industrial do fumo: nova organização espacial e novos usos do território nos principais núcleos urbanos da região	286
8 - O DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DO FUMO E SUA INTEGRAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL: IMPLICAÇÕES NA DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO E NA REDE URBANA REGIONAL	307
8.1 - Os mercados nacional e internacional e a produção brasileira de fumo em folha	308
8.2 - O CAI do fumo no Sul do Brasil e a divisão territorial do trabalho no ramo fumageiro: a participação do Vale do Rio Pardo nos circuitos espaciais de produção e nos círculos de cooperação	318
8.3 - Os reflexos e os condicionamentos do desenvolvimento do CAI do fumo e do equipamento do território na dinâmica da rede urbana regional	336
QUARTA PARTE: A CONSOLIDAÇÃO E A MODERNIZAÇÃO DO CAI DO FUMO NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO: PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS NA ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E NA REDE URBANA REGIONAL	361
9 - GLOBALIZAÇÃO, MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL E MERCADO MUNDIAL FUMAGEIRO: A ORGANIZAÇÃO DO CAI DO FUMO NO SUL DO BRASIL E NO VALE DO RIO PARDO	362

9.1 - A globalização da economia e a expansão do meio técnico-científico-informacional: dinâmica espacial e desenvolvimento da agricultura	363
9.2 - A dinâmica atual e a configuração espacial do mercado mundial fumageiro	371
9.2.1 - O papel hegemônico do oligopólio das multinacionais cigareiras e processadoras de fumo na expansão do mercado mundial fumageiro	378
9.2.2 - O mercado mundial de cigarros	384
9.2.3 - O mercado mundial de fumo em folha	389
9.3 - A expansão do CAI do fumo no Sul do Brasil e a complexificação da sua organização espacial	398
9.3.1 - A renovada importância da participação da região do Vale do Rio Pardo no CAI do fumo e as implicações socioespaciais do processo de concentração de capital no território regional	498
10 - DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO, VERTICALIDADES E HORIZONTALIDADES: PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS NA DINÂMICA DE ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E NA REDE URBANA REGIONAL	418
10.1 - A divisão do trabalho agroindustrial fumageiro na região: as recentes inovações técnicas e organizacionais e a dinâmica e configuração atuais dos circuitos espaciais de produção e dos seus círculos de cooperação	419
10.1.1 - O circuito espacial e os círculos de cooperação do fumo em folha	430
10.1.2 - O circuito espacial de produção e os círculos de cooperação do cigarro	455
10.2 - A configuração espacial e a dinâmica atual da rede urbana: permanências e mudanças na organização do espaço urbano e regional	459
10.2.1 - As mudanças na topologia da rede urbana e no processo de urbanização regional	460
10.2.2 - A expansão e a modernização dos sistemas de engenharia e de objetos técnicos e o aumento da fluidez no território	467

10.3 - As verticalidades e as horizontalidades presentes na dinâmica atual de organização do território e de funcionamento da rede urbana regional	490
10.3.1 - As ações globais, as normas externas e o acontecer hierárquico	490
10.3.2 - As ações e normas locais no espaço contíguo da região e o acontecer solidário	507
A GUIA DE CONCLUSÃO	530
REFERÊNCIAS	553
ANEXOS	577
Anexo I - Relação das entrevistas realizadas	577

INTRODUÇÃO

Vivemos em um contexto de economia globalizada, onde as mudanças no padrão tecnológico e produtivo se fazem acompanhar da emergência de novas formas espaciais, ou da presença de velhas formas espaciais com novos conteúdos. Cada vez mais, o lugar e a região redefinem-se com base no potencial integrativo do novo padrão tecnológico, adquirindo densidade técnica, informacional e comunicacional em função do acesso e da sua posição em relação às redes informacionais que se estabelecem em escala planetária.

A imagem de uma economia pura de fluxos indiferente aos lugares não se sustenta, na medida em que assistimos a uma crescente polarização geográfica das atividades. A realidade territorial se complexifica. Diante da existência de um novo e desigual conteúdo técnico-científico e informacional do espaço geográfico, permeado de fluxos com diferentes níveis, intensidades e orientações, assiste-se a uma intensificação da diversidade e da heterogeneidade entre os lugares e as regiões do mundo.

Nesse processo, à divisão tradicional do trabalho, através da especialização econômica das distintas parcelas da totalidade espacial, vemos o acréscimo de uma outra, produzida pelos vetores da modernidade e da regulação. Trata-se, de acordo com Santos (1994 e 1996a), da presença simultânea de dois novos recortes, de novas segmentações espaciais, as horizontalidades – enquanto espaço contíguo e cotidiano territorialmente partilhado através da produção e da cooperação imediata – e as verticalidades como espaço que articula, de modo hierárquico e interdependente, áreas e pontos distantes, em diferentes escalas espaciais, regulados e controlados à distância pelos agentes hegemônicos.

Na medida em que se acentua a diferenciação concreta entre os distintos espaços geográficos, tem-se a reafirmação da dimensão espacial. Na verdade, o território, ao invés de ser pensado como simples reserva de recursos sem passado nem futuro, reafirma sua condição de estrutura de organização e de interações sociais, revelando-se um elemento chave na articulação das distintas temporalidades sociais. Além disso, os diferentes

espaços do mundo, em suas distintas escalas geográficas, constituem o suporte e a condição para as relações globais. É neles que a globalização se expressa concretamente e assume especificidades.

Há, portanto, a afirmação renovada da importância da região, uma vez que, como escala intermediária de análise, como mediação entre a singularidade do local e a universalidade do global, ela pode revelar o conteúdo, a dinâmica e a configuração, em suma, a espacialidade particular dos processos sociais e econômicos globais. (CORRÊA, 1997 e LENCIONI, 1999).

Todavia, é preciso que, além de analisar os vínculos orgânicos e funcionais existentes entre a região e o espaço global, por meio da integração verticalizada e funcional requerida e incrementada pelo capital transnacional, temos também de nos debruçar sobre a região propriamente dita, ou seja, no âmbito da escala intra-regional. Dessa forma, poderemos melhor apreender a lógica e a dinâmica pelas quais a territorialização do desenvolvimento capitalista, em seu processo de reprodução ampliada, tem levado, também nessa escala, à diferenciação espacial, ao aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas, e ao equipamento seletivo dos lugares que compõem a região. Assim também poderemos apreender o papel e a relação da formação social, cultural, política, e da identidade regional no processo de reprodução ampliada do capital, uma vez que elas tanto podem legitimar e viabilizar a funcionalidade técnica e a racionalidade econômica requerida pelo capital, quanto oferecer resistência ou mesmo constituir as bases pelas quais novas alternativas de desenvolvimento possam surgir e se difundir pela região.

Nesta tese buscamos contribuir com o debate contemporâneo sobre a espacialidade, no âmbito das ciências sociais, refletindo e procurando apreender a dimensão espacial do processo de globalização desde a região. Particularmente, nos interessa fazê-lo desde regiões localizadas na periferia capitalista, que estejam verticalmente integradas ao processo de reprodução ampliada do capital internacional, através do desenvolvimento de culturas agrícolas de exportação. Ou seja, buscamos apreender como um dado território regional ao acolher os eventos globais se organiza e se comporta quanto ao seu uso? Ou ainda, como a dinâmica de configuração e de

organização territorial particular à região reflete a relação, ou mesmo a tensão, entre o local/regional e o global? Assim, nos aproximamos do desafio de buscar compreender “como a economia global funde suas raízes, de múltiplas maneiras, nas estruturas territoriais históricas [e regionais], e como o global se nutre constantemente do local [e da região] transformando-o”. (VELTZ, 1999, p.9).

Temos presente que a configuração e a organização territorial resultam da relação indissociável entre objetos técnicos e ações no espaço geográfico. Isso nos permite perceber que os objetos, quando se apresentam como receptores e depositários de múltiplos eventos, possibilitam, de modo funcional, que o global se manifeste e se realize concretamente nos lugares e nas regiões. Ou seja, o que garante a existência dos eventos não é apenas a sua possibilidade histórica, mas também o fato de os lugares e as regiões, em sua singularidade, alcançarem a eles a ocasião, a condição e o momento para tal, o que dependerá, essencialmente, do modo singular como se combinam os objetos e as ações em cada um desses espaços geográficos. (SANTOS, 1994 e 1996a, e FIGHERA, 1996).

Se por um lado existem eventos e variáveis comuns a vários lugares e regiões do mundo, por outro lado, nenhum lugar pode, em um dado momento histórico, acolher todos os eventos e as variáveis existentes, nem mesmo combiná-las do mesmo modo. Além disso, a origem da diferenciação espacial não se vincula apenas a uma ordem e razão universais, uma vez que também devem ser considerados: “as “condições”, as “circunstâncias”, e o meio histórico, que é também meio social.” (SANTOS, 1996a, p.101).

Isso nos autoriza a valorizar a idéia da diferenciação dos lugares e de afirmar a importância, como recurso analítico e metodológico para a compreensão dessa complexa realidade, da noção de situação geográfica, nos termos propostos por Silveira (1999a). Para ela, a situação geográfica, muito mais do que representar uma localização material e relacional, informada pelas noções de sítio e situação, é o resultado do impacto de um feixe de eventos sobre um lugar contendo existências materiais e organizacionais, modificando o dinamismo preexistente e criando uma nova organização das variáveis.

Optamos como partido de método por desenvolver nossa reflexão através da realidade empírica de uma dada situação geográfica: a região do Vale do Rio Pardo, localizada na parte centro-oriental do estado do Rio Grande do Sul. (Figura 1).

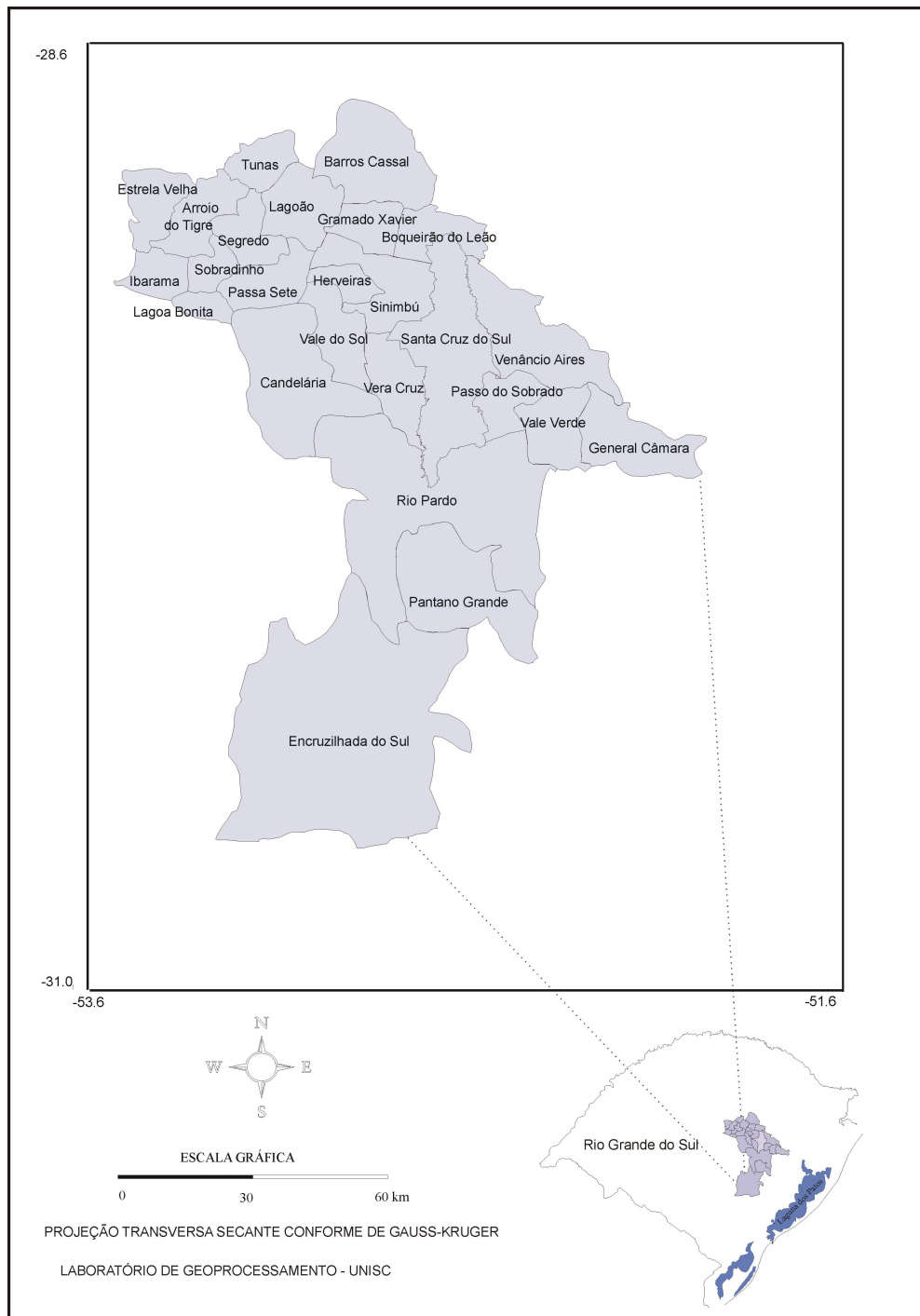


FIGURA 1 - Vale do Rio Pardo - RS - 2004

Essa região que leva o nome do rio Pardo – que percorre longitudinalmente metade dos municípios que a constituem – é reconhecida como a principal área de produção, de agroindustrialização, de comercialização e de exportação de fumo em folha do país, além de ser lugar estratégico do complexo agroindustrial (CAI) do fumo no Brasil, e da ampla espacialidade do setor fumageiro mundial. Em 1994 ela foi institucionalizada pelo governo estadual como região de planejamento.¹

Em 2000, os 25 municípios que integram a região do Vale do Rio Pardo apresentavam uma população total de 414.659 habitantes, aproximadamente 4,07% da população do Rio Grande do Sul. Possuindo 14.342 km² de extensão e representando 5,09% da área total do território estadual, o espaço regional apresenta pronunciadas diferenças ambientais, socioculturais, econômicas e de organização política.

Trata-se, portanto, de uma região cujo território é delimitado do ponto de vista administrativo, sem caracterizar nenhum tipo de unidade quanto aos aspectos natural ou histórico.

As razões da escolha dessa região vinculam-se a três ordens básicas de motivações.

Uma primeira se refere ao nosso vínculo profissional, desde 1989, junto à Universidade de Santa Cruz do Sul, onde através do desenvolvimento de projetos de pesquisa e de atividades de extensão tivemos a oportunidade de conhecer os problemas e as potencialidades da região, as contradições e desigualdades decorrentes de seu modelo de desenvolvimento econômico, especialmente aquelas registradas nas paisagens de suas maiores cidades. Como pesquisador, temos a consciência e a convicção de que nossa reflexão sobre a formação territorial da região, sobre a dinâmica socioespacial que orienta a organização e o funcionamento da divisão territorial do trabalho regional ainda é insuficiente para que compreendamos toda a complexidade que envolve a produção e a organização desse espaço geográfico. Isso porque nele identificamos a presença de condições históricas e ambientais

¹ A Lei Estadual nº 10.283, de outubro de 1994, dividiu o território do Estado do Rio Grande do Sul em vinte e duas regiões de atuação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, com o objetivo de fomentar ações descentralizadas e políticas públicas que visem o planejamento e o desenvolvimento regional. (COREDE-VRP, 1998).

particulares, a participação de diferentes agentes sociais em processos engendrados desde distintas escalas geográficas que se realizam no território regional. Essa certeza nos estimula a aprofundar a reflexão teórica e a análise empírica quanto às variáveis estruturais, às ações e estratégias dos agentes sociais e aos processos que participam da formação e da atual configuração espacial da região do Vale do Rio Pardo.

Uma segunda razão se deve à nossa atuação voluntária, desde 1991, junto ao Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo, e, desde 2001, na Agenda 21 Regional – instâncias participativas de gestão e planejamento regional. Muitos têm sido os desafios dessas organizações no sentido de avançar a compreensão do processo de desenvolvimento regional, de seus resultados e reflexos no âmbito do território e da sociedade, como modo imprescindível para implementar o planejamento de ações estratégicas que possibilitem o desenvolvimento integrado e sustentável da região. As reflexões que aqui desenvolvemos procuram colaborar nesse esforço de compreensão da região e de seu planejamento.

Por fim, essa escolha também se deve ao fato de a região apresentar um conjunto de características, especificidades e contingências em relação à lógica e à dinâmica dos usos do território regional, que lhe confere particularidade no âmbito da integração da economia brasileira ao mercado global. A integração da região se dá através de sua importante participação no CAI do fumo no Brasil – um dos ramos agroindustriais mais concentrados e globalizados do país – e, simultaneamente, se expressa no âmbito do território regional, através da promoção de uma particular combinação do sistema de objetos e do sistema de ações. Esses sistemas quando associados informam distintos usos do território, como o hegemônico, que, ao perseguir a racionalidade e a funcionalidade espacial necessária à reprodução do capital internacional, promove a modernização e o aproveitamento seletivo, e conseqüentemente desigual do território, bem como representa uma crescente dependência econômica da região em relação à fumicultura. Existem também outros usos do território que, embora não hegemônicos e nem predominantes, não são menos importantes, na medida em que se manifestam através de ações locais de resistência, e/ou fundadas em outra racionalidade, que

procuram se desenvolver na região engendrando novas alternativas econômicas.

Nesta tese nosso objetivo é apreender o processo histórico de formação, de organização e de utilização do território regional do Vale do Rio Pardo – fortemente integrado ao mercado mundial de fumo em folha – principalmente focando nosso olhar sobre a dinâmica relacional entre a constituição e o funcionamento do complexo agroindustrial do fumo e a produção do espaço urbano e regional.

Mais especificamente, nosso interesse é compreender como historicamente se processou a relação entre as sucessivas e também simultâneas divisões territoriais do trabalho e a formação do espaço urbano e regional, notadamente o da rede urbana regional, identificando os principais reflexos, condicionantes e determinações na organização, na utilização e no desenvolvimento do território regional.

Assim, nosso problema de pesquisa é apreender como a atividade agroindustrial fumageira, organizada no âmbito do CAI do fumo, especialmente, através das ações e relações entre os seus agentes constitucionais – globais, nacionais e locais – e dos seus fluxos materiais e imateriais, interage e se relaciona com o território regional. Ou seja, quais são os interesses e o modo de ação dos agentes que atuam no CAI do fumo? Como esses agentes se relacionam com os demais agentes regionais, e com as diversas instâncias do Estado? Quais são os reflexos dessas ações e relações na organização espacial e nos usos do território regional? Simultânea e complementarmente, também nos interessa compreender como a região, considerando a história de sua formação territorial, seus atributos territoriais particulares, sua organização espacial e sua dinâmica socioespacial preexistentes, acolhe, condiciona, oferece possibilidades, ou mesmo impõe resistências às ações externas e às ações hegemônicas do capital multinacional fumageiro. Como o território regional historicamente tem participado do desenvolvimento da fumicultura e do CAI do fumo, e ainda, como se apresenta a dinâmica de desenvolvimento regional antes e após a constituição do CAI do fumo.

Na busca de respostas para essas questões, estabelecemos, do ponto de vista teórico e metodológico, um caminho possível de pesquisa que

orientasse nosso recorte analítico, que guiasse a reflexão sobre essa situação geográfica da realidade, e que auxiliasse a operacionalização de nossa problemática de pesquisa. Nesse esforço de método selecionamos algumas categorias e alguns conceitos que articulados pudessem estruturar nosso pensamento, lançando luzes para o desenvolvimento desta pesquisa.

Inicialmente, destacamos que nesta tese concebemos o espaço geográfico, como sugere Milton Santos, como território usado. Ou seja, quando pensamos o território, buscamos necessariamente “levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política.” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.247).

A utilização do território pelos agentes sociais depende tanto da existência material de formas geográficas, naturais ou transformadas socialmente, formas atualmente usadas, quanto da existência de normas de uso, jurídicas ou meramente costumeiras, formais ou simplesmente informais. Isso revela que ao longo do processo histórico de constituição de um território, como o da região do Vale do Rio Pardo, os usos são distintos e desiguais.

A noção de território usado expressa a idéia de mudança, de processo, de movimento presentes na dinâmica da formação e da organização territorial. Assim, quando pensamos a relação do CAI do fumo e o território regional, concebemos este último muito mais do que simples receptáculo da atividade agroindustrial, mas como variável ativa no desenvolvimento das atividades e dos processos produtivos, na promoção das ações econômicas e políticas, na circulação dos fluxos materiais e de capitais, e das normas e regulações gerenciais. Temos presente que o território, através de suas contingências, de suas características e de seus atributos ambientais, socioculturais, econômicos e técnicos, oferece distintas possibilidades e estabelece determinadas condições quanto ao seu uso, pelos agentes que participam do CAI do fumo. Também valorizamos a historicidade do processo de agroindustrialização e buscamos apreender a lógica e a dinâmica pelas quais os agentes sociais envolvidos atuam, relacionam-se e utilizam o território. Igualmente entendemos que essas relações dinâmicas entre os agentes sociais e segmentos econômicos do CAI do fumo, e entre esses e o território, se desenvolvem

através de distintos tempos sociais e desde diferentes escalas espaciais, o que significa o desenvolvimento de particularidades, diferenças, desigualdades e complementaridades na organização do território.

Em segundo lugar, valorizamos a importância da escala e especialmente da abordagem transescalar na reflexão sobre a dinâmica de organização e de usos do território. Entendemos que a produção, a organização e os usos do espaço urbano e regional no Vale do Rio Pardo não podem ser inteiramente apreendidos apenas com base na escala do lugar, ou mais exatamente, de como o capitalismo se desenvolve na região. Há que se considerar também as determinações e as inter-relações advindas da integração dos lugares com a região, com o país e com o mundo. Isso porque o lugar ou a região não tem existência própria. Tomados isoladamente, à parte da totalidade, eles são simples abstrações. Como lembra Milton Santos, "Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente". (SANTOS, 1996, p.273)

Assim, concordamos com Vainer (2001) de que a escala é sempre uma dimensão relacional. A escala em si não é boa nem má ao desenvolvimento de um determinado local. São as diferentes ações e os processos econômicos, políticos, sociais e culturais em suas distintas dimensões escalares que dinamizam, orientam e explicam a lógica e a dinâmica de desenvolvimento de um dado espaço geográfico. Nessa mesma direção Swyngedouw, assinala que "diferentes narrativas escalares indicam momentos causais diferentes e focalizam diferentes geometrias de poder na explanação de cada evento. (...) A escala não é, conseqüentemente, socialmente ou politicamente neutra, mas incorpora e expressa relações de poder". (SWYNGEDOUW, 1997, p.140). E Silveira complementa que "compreender a organização de um pedaço do território significa, ao mesmo tempo, enfrentar o desafio do entendimento de um acontecer mais espesso. A região decorre do rearranjo contínuo de tempos de diversas escalas." (SILVEIRA, 1999b, p. 63).

Portanto, entendemos que para pensar a complexidade inerente à produção do espaço geográfico no Vale do Rio Pardo devemos fazê-lo com base na mediação de distintas escalas geográficas. Nesse aspecto, os vínculos mediadores parecem ser a fumicultura e o complexo agroindustrial fumageiro, e

as relações que eles possibilitam no processo de reprodução da região. Isso porque ao mesmo tempo em que a economia regional está intimamente imbricada com a produção agrícola e o beneficiamento industrial da matéria-prima fumo, também o está com a dinâmica econômica do mercado nacional e, principalmente, com as determinações engendradas pelo mercado internacional fumageiro e pelas ações e estratégias das corporações multinacionais fumageiras que controlam oligopsonicamente esse mercado.

Em terceiro lugar, também nos apoiamos na idéia de Milton Santos de que o espaço geográfico “é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e de sistemas de ações.” Assim, a dinâmica de constituição, de evolução e de transformação do espaço geográfico ocorre quando “de um lado os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes.” (SANTOS, 1996a, p.52).

É preciso também considerar nessa dinâmica constitucional do espaço geográfico o papel das normas, enquanto mediação necessária dessa interação entre técnica e ação. Mediação que também é política quando estabelece uma dada regulação e ordenação que é condição e reflexo do modo desigual como os diferentes agentes sociais utilizam o território através do sistema técnico.

Os sistemas técnicos, com sua materialidade e seus modos de organização e regulação, além de representativos de determinadas etapas importantes na história da região, do país e do mundo, também possibilitam compreender, em cada momento histórico, como, onde, por quem, por que e para quê o território é usado. São eles que autorizam, a cada momento, uma forma, uma distribuição do trabalho particular e sucessiva no território regional. Diante disso, optamos por também integrar em nosso sistema de conceitos o de divisão territorial do trabalho.

Como nos lembra Santos, pensar a utilização da divisão do trabalho na perspectiva geográfica implica que tenhamos “de combiná-la, mais sistematicamente, às noções de totalidade e de tempo, associando a idéia de

distribuição de recursos à própria noção de evento”. (SANTOS, 1996a, p.104 e 105).

Os recursos da região constituem “toda possibilidade, material ou não, de ação oferecida aos homens (indivíduos, empresas, instituições)”. (SANTOS, 1996a, 106). Assim, podemos apreender a divisão do trabalho como processo através do qual os recursos disponíveis são distribuídos na sociedade e no espaço.

Através da divisão territorial do trabalho podemos apreender a realidade dessa situação geográfica, na medida em que revela tanto a divisão do trabalho vivo nos e entre os lugares, quanto a distribuição do trabalho morto e dos recursos naturais. Estes, por sua vez, influenciam a distribuição do trabalho vivo e revelam que ela não é indiferente às formas materiais herdadas do passado e ainda existentes nos lugares. Além disso, na medida em que o trabalho vivo é um evento, e seu valor é dado não apenas pelo período, mas pelo lugar, cada divisão territorial do trabalho vai redefinir a hierarquia entre os lugares e, em cada período, a capacidade de ação das pessoas, das empresas e das instituições. (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

Há que se considerar, também, a pluralidade inerente ao conceito de divisão territorial do trabalho, na medida em que ele tanto pode ser aplicado na escala global, nacional e regional, quanto em relação às empresas, especialmente as grandes corporações. Assim, para apreender a dinâmica da divisão territorial do trabalho na região do Vale do Rio Pardo, é necessário, do ponto de vista analítico, que articulemos a divisão territorial do trabalho existente no complexo agroindustrial fumageiro com a divisão territorial do trabalho das empresas agroindustriais multinacionais, uma vez que são elas que cada vez mais estruturam o território, submetendo-o às suas topologias espaciais.

Em quarto lugar, embora a divisão territorial do trabalho se mostre importante por revelar uma espécie de fotografia, relativamente estável, dessa situação geográfica reconhecidamente dinâmica, ela não é suficiente para apreender a lógica e a dinâmica do seu movimento. É preciso, então, que consideremos, também nessa análise do espaço regional, outros dois conceitos: os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação que

coexistem em e com cada divisão territorial do trabalho. (MORAES, 1991 e SANTOS e SILVEIRA, 2001).

A cada momento do modo de produção capitalista temos um conjunto de sistemas técnicos que servem ao trabalho e à divisão do trabalho entre as pessoas e entre os lugares, reclamando, em razão de uma dada produtividade espacial, uma especialização cada vez maior. Esse processo promove a compartimentação do espaço e pode ser expresso na possibilidade de identificarmos usos especializados do território, como o agrícola, o industrial e o de serviços. Por sua vez, essas especializações territoriais produtivas demandam cada vez mais o equipamento e o aumento da fluidez do e no território. Assim, se por um lado o espaço compartimentado da divisão territorial do trabalho supõe a separação territorial das atividades, por outro lado, o seu funcionamento requer e promove a circulação e a cooperação entre os lugares e as regiões. Através deles podemos apreender a dinâmica do funcionamento do território, do seu movimento, uma vez que eles nos informam os modos como os fluxos percorrem o território. (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

Os circuitos espaciais de produção revelam onde ocorre a circulação de bens e produtos, envolvendo assim as diversas etapas do processo produtivo, do começo da produção até o consumo. Os fluxos e os intercâmbios que percorrem esses circuitos não ocorrem necessariamente entre áreas contíguas, ou entre cidades dentro dos escalões tradicionais da rede urbana. Muitas vezes, e atualmente cada vez mais, as atividades produtivas demandam intercâmbios de matérias-primas, insumos e produtos industrializados e serviços, e promovem interações dos processos produtivos que articulam lugares de distintas escalas espaciais. Todavia, quando pensamos que os usos do território regional não resultam apenas de uma única divisão territorial do trabalho, mas da coexistência de divisões territoriais do trabalho, com seus respectivos fluxos, devemos também reconhecer a coexistência nesse processo de distintos circuitos espaciais de produção.

Já os círculos de cooperação nos mostram a importância dos nexos imateriais: a informação, as finanças, as ordens na articulação dos diferentes lugares da produção e do consumo, separados pelo capital. É através deles que se engendram as condições e a dinâmica do movimento da produção ao

se definirem os lugares de interesse, o percurso, os custos de transferência, o modo de circulação, a intensidade e a frequência dos fluxos no território. Nesses círculos, constituídos com base na relação entre agentes privados, e, especialmente, entre esses e o Estado, os agentes sociais cooperam, trocam informações e negociam as ações necessárias e possíveis – normas, regulações e desregulações – para que se garanta o movimento e a fluidez da produção no território.

Contudo, reconhecemos que a divisão territorial do trabalho, os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação não são os mesmos ao longo da formação histórica do espaço regional. Em cada momento, são diferentes os contextos de seu funcionamento, são distintas as relações sociais que os animam, são distintas as configurações espaciais existentes e produzidas. São também diferentes as suas manifestações temporais e espaciais.

Em quinto lugar, para que possamos apreender a complexidade que envolve o processo histórico de produção do espaço regional, especialmente a dinâmica, a intensidade, e o sentido das mudanças na organização do território regional, notadamente desde a internacionalização da agroindústria fumageira e da consolidação do CAI do fumo, optamos metodologicamente por aprofundar e sistematizar nossa reflexão tendo como base o conceito de rede urbana.

Entendemos que uma dada rede urbana, além de se constituir em um conjunto de centros funcionalmente articulados, também deve ser entendida como produto social, historicamente contextualizado que, através de sua dinâmica e de variadas e desiguais interações sociais especializadas, possibilita a articulação da sociedade no espaço geográfico, de modo a garantir sua existência e reprodução. Assim, simultaneamente, enquanto dimensão socioespacial da sociedade e enquanto estrutura territorial, a rede urbana viabiliza a realização dos processos sociais de criação, apropriação e circulação do valor excedente, presente na divisão territorial do trabalho, como também experimenta os efeitos das mudanças e da dinâmica do seu desenvolvimento. (CORRÊA, 1989 e FRESCA, 2004).

As razões dessa opção metodológica se devem ao entendimento de que historicamente a rede urbana é, simultaneamente, condição e produto da divisão territorial do trabalho, e também de que são as cidades, enquanto pontos nodais da rede urbana, os lugares onde os círculos de cooperação e os circuitos espaciais de produção se encontram e se curto-circuitam. Além disso, uma terceira e decisiva razão para essa escolha é o fato de as cidades representarem o ponto de intersecção e de superposição entre as verticalidades, enquanto espaço dos fluxos hierárquicos, e as horizontalidades, enquanto espaço banal do acontecer homólogo. (SILVEIRA, 1999b e SANTOS e SILVEIRA, 2001).

Por fim, o aprofundamento da análise e a busca da compreensão da gênese e da transformação da região, das suas sucessivas configurações territoriais e das mudanças experimentadas pela sua rede urbana, nos estimularam a procurar desenvolver a sua história territorial. Para tanto, buscamos fazê-lo valorizando, o que Santos (1985) qualifica conceitualmente como dialética territorial, quando reconhece a existência no processo de produção territorial de três grandes contradições: o conflito entre o externo e o interno, o novo e o velho, o Estado e o mercado, uma vez que é o território

... que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos. Ele tem de ser visto como um campo de forças, como o lugar do exercício, de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos. (SANTOS, 1999, p.19).

Desse modo, podemos apreender, simultaneamente, a natureza e o sentido da localização dos objetos e as razões das ações que em cada momento possibilitam seu uso, construindo e reconstruindo o espaço geográfico, notadamente o espaço urbano e regional no Vale do Rio Pardo.

Reconstituir a história do território, sob uma perspectiva geográfica, representa um desafio e um árduo exercício intelectual para estabelecermos uma dada periodização que possibilite determinar, na história atual dessa situação geográfica concreta, aqueles momentos passados a partir dos quais podemos refazer sua história, identificando as variáveis chaves explicativas que em cada período fundamentam a evolução do território, e influenciam

permanências e mudanças em suas dinâmicas de organização e de utilização. (SANTOS, 1996b).

Através desse esforço de método buscamos apreender melhor a lógica e o sentido das dinâmicas sociais, econômicas e políticas engendradas a cada momento no espaço regional, suas permanências, adaptações e transformações, mas também as diferenças, descontinuidades e contradições existentes no decorrer do processo histórico de produção, de organização e de utilização do espaço no Vale do Rio Pardo. Para tanto, e levando em conta as contribuições de Santos (1996a e 1999), Silveira (1999b) e de Santos e Silveira (2001), optamos por definir os períodos com base na valorização dos distintos sistemas técnicos que se sucederam na constituição do espaço regional, configurando sucessivos meios geográficos. Lembra-nos Santos que “as técnicas são uma medida do tempo: o tempo do processo direto de trabalho, o tempo da circulação, o tempo da divisão territorial do trabalho e o tempo da cooperação.” (SANTOS, 1996a, p.45).

A periodização revela um dado processo de empirização do tempo. Em tal processo, consideramos a importância dos sistemas técnicos e da política na delimitação do tempo. Ou seja, os sistemas técnicos oferecem diferentes e desiguais possibilidades de uso entre os agentes sociais, possibilidades essas que se realizam diferentemente entre os agentes e entre os lugares, e com distintos efeitos no espaço e no tempo. (SANTOS, 1996a e 1999).

Nossa periodização é arbitrária na medida em que está orientada por nosso problema de pesquisa. Ao delimitá-la, buscamos considerar aqueles eventos e as variáveis que permitissem identificar e apreender, em diferentes momentos da história regional, os principais nexos entre os sistemas técnicos, a política e os respectivos usos do território regional, bem como possibilitassem compreender a dinâmica de formação do espaço urbano e regional, e os reflexos da internacionalização da agroindústria fumageira e da consolidação do CAI do fumo na organização do território regional e de sua rede urbana. Assim, procuramos valorizar, articuladamente, as principais etapas de desenvolvimento do modo de produção capitalista no território regional, e em sua relação com os respectivos momentos do capitalismo nas escalas nacional e mundial; os diferentes meios geográficos e os respectivos sistemas técnicos

existentes ao longo do processo de organização do território; a dinâmica de desenvolvimento da fumicultura e do complexo agroindustrial no Brasil e no mundo; e as distintas e sucessivas configurações da rede urbana regional.

A reconstituição da história do território regional, especialmente nos períodos recentes, representou também a necessidade de valorizarmos as contribuições empíricas e subjetivas dos agentes sociais que participam do processo de agroindustrialização do fumo na região. Nesse aspecto, a realização de entrevistas com fumicultores, lideranças sindicais dos fumicultores e das empresas fumageiras, e coordenadores de órgãos estatais na região permitiram, através do relato de suas vivências, experiências e ações práticas, cotejá-las com nosso referencial teórico, a fim apreender melhor a dinâmica de funcionamento do CAI do fumo instalado na região e sua relação com a organização territorial e os usos do território. No anexo I, apresentamos de modo detalhado o conjunto de entrevistas realizadas. Complementarmente, as consultas realizadas junto aos jornais *Gazeta do Sul* e *Gazeta Mercantil*, aos *Anuários Brasileiros do Fumo*, aos *sítes* das empresas fumageiras, das organizações internacionais como FAO, UNESCO, OMS e UNCTAD, bem como o levantamento de dados secundários junto aos institutos de pesquisa e órgãos de estatística estaduais e federais, foram fundamentais para a obtenção de informações adicionais que nos auxiliassem no entendimento do funcionamento do CAI do fumo e do mercado nacional e mundial de fumo e de cigarro, como também da divisão territorial do trabalho e da configuração e organização do espaço urbano e regional no Vale do Rio Pardo.

Tendo presente as opções teórico-metodológicas e as técnicas de pesquisa que utilizamos na operacionalização de nossa problemática de pesquisa, apresentamos a seguir os quatro períodos que delimitamos para analisar o processo de formação do território do Vale do Rio Pardo, sua dinâmica de organização espacial e seus usos territoriais. Períodos esses que correspondem, respectivamente, às quatro partes constitutivas de nossa tese.

No primeiro período, que se estende de 1500 até 1860, abordamos os processos iniciais de ocupação e de povoamento do espaço regional, e os primeiros usos do território. É o período em que a limitação dos artefatos e dos objetos técnicos então disponíveis, aliada à prevalência das condições

impostas pelos sistemas naturais, resultava em ações humanas e em usos do território que informavam uma ainda crescente adaptação à dinâmica natural do território. Integram essa primeira parte da tese os capítulos 1, 2 e 3.

No Capítulo 1 abordamos a presença das distintas sociedades indígenas enquanto primeiros habitantes da região, destacando como elas, cada uma a seu tempo, engendraram padrões culturais diferenciados de produção e de organização espacial. Examinamos como os tempos lentos da natureza fundamentaram a constituição do meio geográfico natural na região e orientaram a dinâmica de reprodução social dos grupos indígenas em sua relação com o espaço geográfico, engendrando a introdução e a difusão espacial de técnicas de cultivo, como a coivara, e de culturas tropicais, como o milho, a erva-mate e o fumo em folha. Abordamos, também, nos contextos de expansão do mercantilismo europeu, e de conquista territorial e avanço do sistema colonial, o acirramento da disputa militar entre portugueses e espanhóis pela fixação das fronteiras e pelo domínio territorial no Sul do Brasil, e as estratégias adotadas pela metrópole portuguesa e pelo governo imperial brasileiro de ocupação e de povoamento.

No Capítulo 2 abordamos o papel da pecuária e do comércio no povoamento e no desenvolvimento urbano inicial do núcleo militar de Rio Pardo e da porção meridional do território regional. Analisamos como a pecuária, através da constituição de inúmeros latifúndios pecuaristas assentados na exploração da mão-de-obra escrava e, mais tarde, do trabalho assalariado dos peões, e através da afirmação do poder político e econômico dos estancieiros de gado, representou o primeiro e principal móvel da articulação do território regional às áreas mais dinâmicas da colônia brasileira. Analisamos, também, como a expansão e a modernização técnica das fazendas de gado localizadas no Sul da região e no entorno do núcleo urbano e militar de Rio Pardo, a crescente participação da cidade nos circuitos espaciais do gado e do charque, bem como sua estratégica posição de importante entreposto regional na rede comercial existente no Rio Grande do Sul, acabaram consolidando-a, nesse período, como o principal núcleo urbano e econômico da região e do estado.

Por fim, no Capítulo 3 analisamos o último momento desse período, quando os reflexos da expansão do capitalismo europeu e das transformações

econômicas, sociais e tecnológicas advindas da Revolução Industrial alcançaram o Rio Grande do Sul e a região, determinando mudanças no processo de formação do território regional, através da introdução de novos modos de organização espacial e de usos sociais do território. Assim, abordamos os reflexos da regulamentação do acesso à terra, da proibição do tráfico de novos escravos africanos para o Brasil e da expansão e modernização das charqueadas platinas sobre o mercado interno e externo para a pecuária regional, bem como os efeitos da crise econômica e política que se seguiu na Província sobre a estagnação e decadência da cidade de Rio Pardo. Analisamos também o processo inicial de colonização por parte dos governos imperial e provincial das áreas de terra no centro e no Norte da região, através da constituição de núcleos coloniais destinados às famílias de imigrantes alemães e italianos, assentadas em pequenas propriedades rurais, com o objetivo de produzir alimentos e matérias-primas para o mercado interno nacional.

A segunda parte da tese corresponde ao período da formação do território regional compreendido entre 1860 e 1917. Nela analisamos a transição na região de um meio natural para um meio técnico, através da gradativa introdução de inovações tecnológicas no âmbito da produção e da circulação, decorrentes do desenvolvimento dos processos iniciais de acumulação de capital mercantil e de industrialização. Analisamos também esses processos e seus reflexos na produção do espaço urbano e regional do Vale do Rio Pardo. Compõem essa segunda parte os capítulos 4 e 5.

No Capítulo 4 examinamos o desenvolvimento da produção agrícola realizada nos núcleos coloniais instalados na região, seus vínculos com o mercado e a conseqüente acumulação de capital mercantil. Nesse processo analisamos a importância da cultura do fumo na pequena produção mercantil das colônias e a relação de subordinação das famílias camponesas de fumicultores aos comerciantes instalados nas povoações coloniais e em Porto Alegre. Também abordamos a constituição e o funcionamento da rede de comercialização de produtos coloniais, sua materialização no território regional e seus reflexos na progressiva especialização da economia das áreas coloniais da região pela fumicultura.

No Capítulo 5 examinamos as bases iniciais do processo de industrialização ocorrido nas áreas coloniais da região, sustentado especialmente no capital mercantil acumulado pela comercialização do fumo e na manufatura fumageira. Analisamos as transformações industriais ocorridas no beneficiamento do fumo e os novos objetos técnicos que passaram a ser instalados no território, especialmente nos núcleos urbanos coloniais que nesse período, estimulados pela nascente atividade industrial e pelos avanços dos meios de transporte, passavam a apresentar um progressivo aumento da população urbana e a estruturação de novas funções urbanas. Na medida em que tais transformações não foram as mesmas nem ocorreram com a mesma intensidade entre os núcleos urbanos coloniais, buscamos também examinar, nesse período, como então se estruturava a divisão territorial do trabalho e como inicialmente se configurava a rede urbana regional.

O terceiro período da história territorial do Vale do Rio Pardo ocorre entre 1917 e 1990, envolvendo especialmente os processos de internacionalização da agroindústria fumageira regional e de constituição do CAI do fumo, e seus reflexos na organização do espaço urbano e regional. Esse período se caracteriza por um processo de crescente aperfeiçoamento, introdução, difusão e articulação de objetos e sistemas técnicos demandados pela agroindustrialização do fumo, sob a hegemonia do capital internacional, que contribuíram para o desenvolvimento na região de um meio técnico-científico, onde a organização espacial e os usos do território passavam a informar um crescente conteúdo de técnica e um gradativo acréscimo de ciência. Compõem essa terceira parte da tese os capítulos 6, 7 e 8.

No Capítulo 6 examinamos os contextos internacional e nacional em que ocorrem os processos de internacionalização do setor fumageiro instalado na região e de constituição do complexo agroindustrial fumageiro no Sul do País.

No Capítulo 7 analisamos as mudanças técnicas, organizacionais e normativas ocorridas na atividade fumageira com a implantação e o desenvolvimento do CAI do fumo na região. Abordamos também os reflexos dessas mudanças e da nova racionalidade produtiva, introduzidos com o CAI do fumo nas etapas de produção, comercialização e processamento de fumo,

em relação às dinâmicas das relações sociais de produção e da organização espacial e dos usos do território regional.

No Capítulo 8 analisamos as condições e as oportunidades que envolveram a participação da produção nacional e regional de fumo em folha nos mercados nacional e internacional. Examinamos também os efeitos do desenvolvimento do CAI do fumo instalado no Sul do Brasil e de sua integração ao mercado internacional na configuração da nova divisão territorial do trabalho no ramo fumageiro. Nesse aspecto, abordamos a participação da região do Vale do Rio Pardo nos novos circuitos espaciais de cooperação e nos círculos de cooperação que passavam a ser implementados com o desenvolvimento do CAI do fumo e com a internacionalização do setor fumageiro regional. Por fim, também analisamos os reflexos e os condicionantes do desenvolvimento do CAI do fumo, de sua crescente integração ao mercado mundial, e do simultâneo e seletivo equipamento do território na dinâmica de organização e funcionamento da rede urbana regional.

Na quarta parte de nossa tese abordamos o último período da formação territorial do Vale do Rio Pardo, compreendido desde 1990 até o presente, e caracterizado pela consolidação e modernização do CAI do fumo no contexto da globalização da economia e de reconcentração do capital monopolista multinacional fumageiro na escala mundial. Momento em que o território regional passou a experimentar os reflexos econômicos e socioespaciais engendrados pelo aprofundamento da integração do CAI do fumo ao mercado mundial de fumo e de cigarro, e pela intensificação da concentração de capital no setor fumageiro. Nesse contexto, vamos ter a afirmação e a expansão desiguais do meio técnico-científico-informacional, enquanto novo conteúdo do espaço geográfico regional, resultante de uma intensa e crescente integração entre ciência, técnica e informação, bem como observamos permanências e mudanças na organização do território e na dinâmica de funcionamento da rede urbana regional. Integram essa parte os capítulos 9 e 10.

No Capítulo 9 analisamos o contexto e o sentido dos processos de globalização da economia e de modernização técnico-científico-informacional em sua relação com a agricultura e com os CAIs. Abordamos também a atual configuração espacial e a dinâmica de funcionamento do mercado mundial de

fumo em folha e de cigarros, destacando o atual processo de aprofundamento da concentração de capital e as principais estratégias de ação econômicas e espaciais das empresas fumageiras multinacionais. Nesse contexto, também examinamos o desempenho atual da produção e da exportação regional de fumo em folha pelo CAI do fumo, bem como a participação da região na atual organização espacial e no funcionamento do CAI do fumo, destacando os principais objetos e sistemas técnicos e os sistemas de ações através das quais a região a ele se integra do mercado mundial.

No capítulo 10 examinamos os atuais efeitos da consolidação e da atual configuração do CAI do fumo na organização do espaço urbano e regional, notadamente em relação à dinâmica recente de funcionamento da rede urbana. Assim, inicialmente analisamos os reflexos dos atuais processos de expansão, de modernização e de racionalização produtiva comandados pelas multinacionais fumageiras na dinâmica atual da divisão territorial do trabalho fumageiro na região, o que nos levou igualmente a investigar a atual configuração e o funcionamento dos circuitos espaciais de produção do fumo e do cigarro, e seus respectivos círculos de cooperação. Em seguida, tratamos de analisar a sinergia e as inter-relações entre o atual funcionamento da divisão territorial do trabalho e a configuração espacial e o desenvolvimento da rede urbana regional, procurando identificar as principais mudanças e permanências na organização espacial, no equipamento e nos usos do território. Por fim, abordamos as características da dinâmica de organização e funcionamento da rede urbana regional, sublinhando os reflexos, nesses processos, das principais relações verticais de interdependência hierárquica e de integração funcional da região ao mercado mundial, e das relações horizontais complementares e solidárias originadas internamente na região.

PRIMEIRA PARTE

OCUPAÇÃO, POVOAMENTO INICIAL E OS PRIMEIROS USOS DO TERRITÓRIO

1 - DOS PRIMEIROS HABITANTES INDÍGENAS À APROPRIAÇÃO MILITAR DOS CAMPOS DE RIO PARDO

O presente capítulo aborda os diferentes momentos que constituíram os processos iniciais de formação e ocupação do território do Vale do Rio Pardo. Assim, nos interessa brevemente caracterizar a organização espacial e o uso do território que as diferentes sociedades indígenas implementaram no espaço regional. Igualmente analisaremos os reflexos da conquista do Brasil e da produção do território colonial pelos impérios português e espanhol na formação do espaço regional. A esse respeito, interessa-nos também destacar o processo de domínio militar das terras localizadas, especialmente, na porção meridional da região que, enquanto estratégia de ocupação e de apropriação territorial pelos luso-brasileiros do sul do Brasil, resultou na promoção do latifúndio pecuarista.

Pensar e refletir sobre a história da formação territorial do Vale do Rio Pardo implica, antes de tudo, que tenhamos consciência de sua complexidade. Significa considerar os distintos agentes sociais que dela participaram, os diferentes e desiguais usos do território regional que nela tiveram lugar e os principais processos que ao longo do tempo foram estruturando o desenvolvimento da região. Implica também e sobretudo considerar como ponto de partida dessa reflexão, o fato de que à época da conquista do território brasileiro pelos portugueses, no século XVI, essa região, como a maior parte das terras brasileiras, já se apresentava ocupada por diferentes sociedades indígenas. Ou seja, a ocupação do território regional não inicia, como veremos a seguir, apenas no século XVII com a instalação das reduções jesuíticas espanholas, ou com a penetração dos luso-brasileiros através das bandeiras de apresamento de índios e de gado, ou, no século XVIII, quando das incursões militares de portugueses e de espanhóis na disputa pela fixação da fronteira e pela dominação do território a ser colonizado, mas sim, bem antes, em tempos pré-históricos.

1.1 - Os primeiros habitantes da região

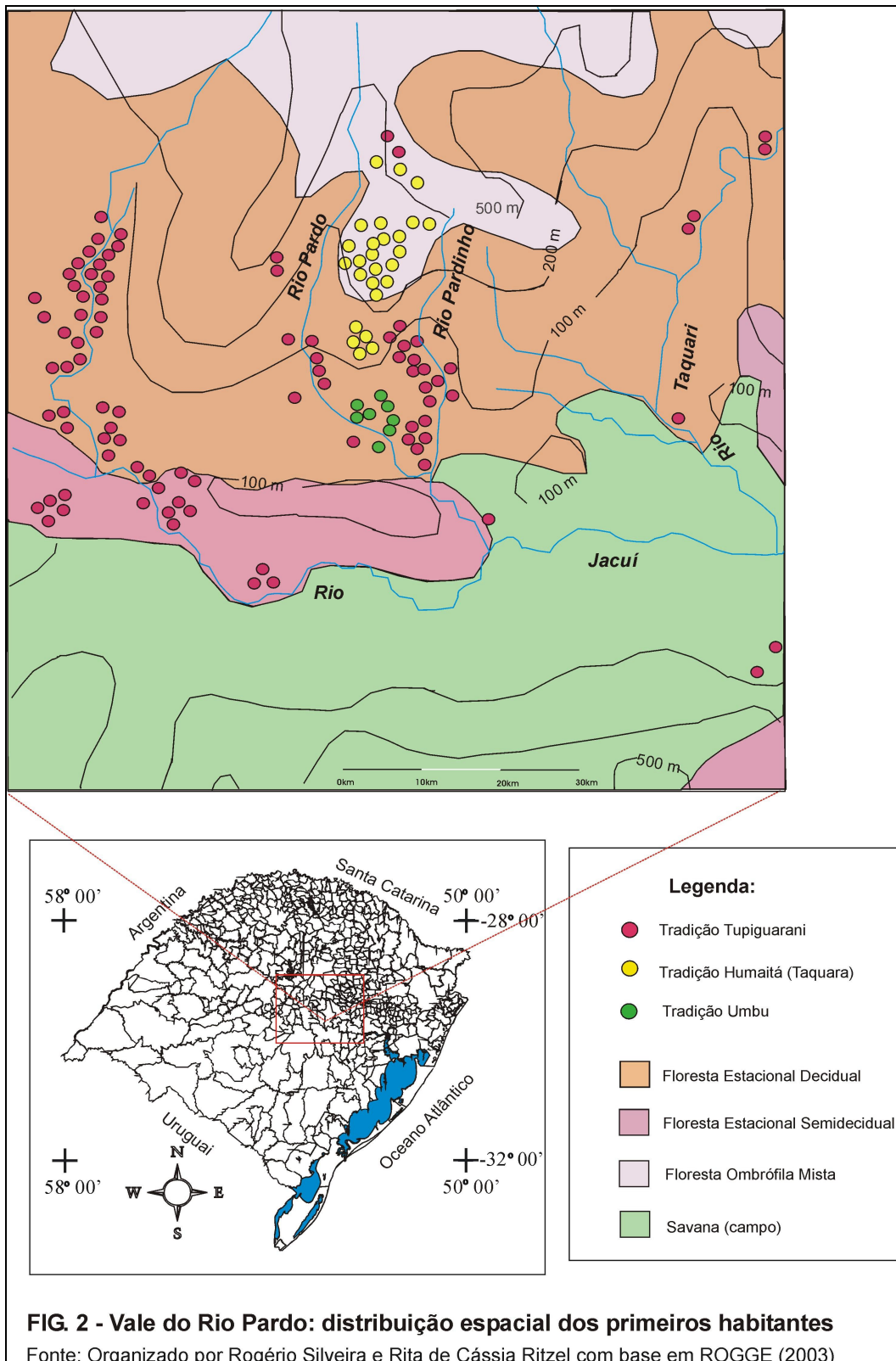
O território compreendido pelos municípios que configuram a região do Vale do Rio Pardo caracteriza-se por apresentar um ambiente ecologicamente diversificado com diferentes zonas geomorfológicas e ambientais.

O espaço regional abrange, ao Norte, áreas de Estepe (campos e matas ciliares) do Planalto Arenito Basáltico, com altitudes entre 600 e 800 m, onde nascem os rios Pardo e Pardinho; no Centro, ao longo da encosta do planalto, na Depressão Periférica Gaúcha, a drenagem principal forma relevos bastante dissecados, com altitudes entre 17 e 100 m, recobertos pela Floresta Ombrófila Mista, no topo, e pela Floresta Estacional Decidual, nas encostas; e no Sul, a drenagem atravessa áreas de relevo cada vez mais aplainadas, onde se passa da ocorrência de morros, com vestígios da Floresta Estacional Decidual, para o domínio dos campos herbáceos e das áreas alagadiças, em cotas que na maior parte não ultrapassam os 50 m. Apenas no extremo Sul da região, em Encruzilhada do Sul, vamos ter um relevo intensamente dissecado em forma de colinas e algumas cristas, no Escudo Sul-Riograndense, em cotas de até 350 m, coberto por campos e matas ciliares. (COLLISCHONN, 2001).

A existência dessa diversidade ambiental possibilitou uma intensa ocupação pré-histórica, como evidenciam os inúmeros sítios arqueológicos encontrados na região, nos últimos 40 anos. Sítios esses que compreendem um conjunto variado de tradições arqueológicas,² como a Umbu, a Humaitá, e a Tupi-guarani. (ROGGE, 2003).

Com base nas pesquisas arqueológicas realizadas por Ribeiro (1991) e no trabalho de Rogge (2003), procuramos ilustrar na figura 2 a espacialização desse processo inicial de ocupação do território regional, destacando as áreas de ocorrência dessas tradições.

² Schmitz e Becker (1991, p.256-257), no âmbito da arqueologia, assim descrevem o significado de sítio e tradição: "Sítio é um lugar onde aparecem restos de ocupação humana; pode ser aglomerado de casas subterrâneas com seus acompanhantes, taperas de choças de palhas, acampamentos em abrigos rochosos, sambaquis, etc. (...) Tradições são conjuntos de materiais com características semelhantes que mantêm as características, isoladas como diagnósticas, dentro de um tempo e espaço amplos; mal comparando, abrangeriam o espaço e o tempo de uma nação indígena".



Há cerca de 10.000 anos, os primeiros habitantes da região foram os grupos indígenas de caçador-coletores da Tradição Umbu. Esses grupos indígenas viviam em zonas de campo e em áreas na encosta inferior do planalto e localizavam-se, preferencialmente, em locais altos e planos, próximos aos cursos de água. Além da não-utilização da cerâmica, apresentavam como característica o uso de material lítico, através da confecção, por meio das técnicas de percussão, pressão e polimento, dos seus principais utensílios cotidianos: pontas de projétil, furadores, raspadores, talhadores, entre outros. Os remanescentes desse grupo na região, quando do contato com os europeus, foram denominados Minuanos. (RIBEIRO, 1991 e KLAMT, 2001).

Um segundo grupo indígena, também de caçador-coletores, da tradição Humaitá, povoou a região por volta de 3.000 anos atrás. Esse grupo ocupou inicialmente as áreas mais altas e florestais do planalto, e posteriormente áreas de encostas baixas e da planície. A maior parte dos sítios encontrados localiza-se no interflúvio entre o rio Pardo e o rio Pardinho, em cotas acima de 500m de altitude, próximos a vertentes e/ou a arroios. Esses indígenas igualmente desenvolviam instrumentos e utensílios de material lítico lascado por percussão como machados de pedra, talhadores e mãos-de-pilão. Posteriormente, por volta do século V, os descendentes desses grupos vão adotar o uso da cerâmica e desenvolver, entre outros, os cultivos do milho, do feijão e da mandioca, além de promoverem trabalhos de engenharia de terra como a construção de casas subterrâneas, taipas e terraços.³ Os descendentes desses povos que sobreviveram nos séculos que se seguiram à conquista portuguesa e à colonização alemã foram identificados como Kaingáangs (SCHMITZ e BECKER, 1991; RIBEIRO, 1991 e KLAMT, 2001).

O terceiro e último grupo indígena a ocupar a região foi o grupo ceramista e horticultor da tradição Tupi-guarani. Esse grupo migrou desde a Amazônia chegando ao Rio Grande do Sul há aproximadamente 2000 anos, ocupando especialmente os vales dos rios. Na região, os primeiros registros da presença dessa tradição datam de 1500 atrás.

³ Schmitz e Becker (1991) e Ribeiro (1991) identificam esse momento de evolução, representado pela adoção da cerâmica, da horticultura e das construções com terra e pedra, como constitutivos da Tradição Taquara.

Segundo Ribeiro (1981), esses grupos inicialmente ocuparam as várzeas do médio rio Jacuí, do médio rio Pardo, e do rio Pardinho, em áreas de matas galerias, e, posteriormente, subindo o rio Pardo, afastaram-se em direção, primeiro, às áreas próximas mais elevadas e depois ao alto dos morros e das serras, já no planalto. Os Tupi-guaranis caracterizavam-se pela constituição de grandes assentamentos, pelo significado da organização política e social do cacicado, e cultural da pajelança, além da confecção da cerâmica policrômica, corrugada e escovada, de machados de pedra polida e pelo sepultamento em urnas. Constituíam-se ainda em excelentes navegadores fluviais e horticultores, e complementavam sua subsistência com a caça, a pesca e a coleta.

1.2 - Os usos iniciais do território regional no período de prevalência do meio natural

É preciso ter presente que essas distintas sociedades indígenas engendravam uma dada organização espacial que não se reduzia ao modo como cada unidade (sítio arqueológico) se distribuía sobre o espaço, mas que era resultado de um complexo e articulado sistema de assentamentos. Assim, a organização espacial de cada sociedade indígena, em determinado tempo e lugar, apresentava padrões diferenciados de distribuição, de formas, funções e de hierarquias. Essas diferenças na organização espacial seriam resultado da variação sazonal de recursos e dos diferentes propósitos – econômico, social ou simbólico – do uso dos assentamentos. (FORSBERG, 1985 *apud* ROGGE, 2003, p.43-44).

Nessa fase inicial do processo de formação do território há o domínio dos tempos lentos da natureza em relação às ações humanas dos diversos grupos indígenas. Diante das limitações e da escassez dos instrumentos e artefatos técnicos necessários à superação das condições impostas pelos sistemas naturais, as ações humanas e os usos do território informavam uma permanente busca de adaptação à dinâmica natural do território.

Alguns aspectos do modo de produção dos guaranis, principal grupo que ocupava o Vale do Rio Pardo nesses tempos que antecedem e também são

contemporâneos da penetração e ocupação dos europeus e luso-brasileiros no território regional, ilustram bem esse período primeiro da formação territorial.

A prática da agricultura pelos guaranis, além de representar o principal esteio da sua reprodução social, também revela uma dada dinâmica de uso do território. São eles os responsáveis pelo desenvolvimento inicial da agricultura no território através da introdução e difusão espacial de culturas tropicais como as do feijão, do milho, do amendoim, da mandioca, da abóbora, do algodão e do fumo. O processo tradicional de cultivo das culturas levava em conta a dinâmica ecológica de cada planta, o que resultava na produção, separada ou consorciada, em diferentes períodos do ano e em sintonia com o ciclo natural do tempo, com os distintos e sucessivos regimes climáticos próprios a cada estação do ano⁴.

De todo modo, nesse período, é comum entre os guaranis um modo de produção agrícola, que diante das limitações técnicas existentes e de uma profunda dependência às condições naturais, desenvolva através do trabalho comunitário e solidário, de seu conteúdo mágico-religioso e da adaptação ao ambiente em que vivem, as condições possíveis de superação desses limites. Nesse aspecto, merece destaque a descrição de Brochado quanto ao processo de cultivo da mandioca através do uso da técnica da *coivara*, tradicionalmente adotada pelos guaranis em sua produção agrícola:

A derrubada das árvores, de maneira a abrir uma clareira para o cultivo, é feita por meio de machados de pedra polida em forma de cunha, com a parte mais larga menos espessa. (...) [O que] permite o corte de grandes árvores. Executam entalhaduras na direção em que desejam que se dê à queda ou cortam ao redor de todo o tronco, em forma anular, machucando as fibras e queimando-as com fogo. As

⁴ Quanto ao processo produtivo dos grupos guaranis e à manutenção de suas características tradicionais ao longo do tempo, Schaden (1974, p.39), analisando os Kayová e os Nandéva do Sul de Mato Grosso, destaca que: “Em consequência da policultura de todos os grupos guaranis, os trabalhos do amanho da terra se distribuem por todo o ano. Nem por isso deixa de haver períodos de trabalho muito intenso em oposição a outros em que há “mais folga”. Assim, por exemplo, “... A lavoura do milho segue, em linhas gerais, o seguinte calendário: em maio, a roçada; de maio a junho, a derrubada da mata virgem; de agosto a outubro, o plantio; de março em diante, a quebra. (...) Para o feijão (kumandá) há duas épocas de plantio. Uma coincide com a do milho, plantando-se o feijão às vezes até na mesma roça, “de mistura”, para ser colhido na primeira quinzena de novembro. É o chamado “feijão das águas”, nome que alude ao tempo das chuvas, mais frequentes de novembro a janeiro. Mas também em dezembro se preparam roças de feijão, seguindo-se o plantio em janeiro, a limpa em março e a colheita em princípios de abril. Em abril também se colhe o arroz. O plantio da mandioca se dá em maio, a limpa em março do ano seguinte. A cana-de-açúcar é plantada em maio e colhida depois de um ano”.

árvores maiores são feitas cair sobre as menores, derrubando-as também, sem muito dispêndio de energia. Os troncos finos dos arbustos de pequeno porte são quebrados a mão, os galhos amontoados e depois da secagem ao sol, queimados. A derrubada e a queima são trabalhos executados em geral de forma coletiva (mutirão, puxirão ou minga). Posteriormente, executam o plantio entre os tocos, troncos e galhos semicarbonizados, simplesmente afrouxando a terra com uma estaca pontiaguda e introduzindo as estacas da haste da mandioca. (BROCHADO, 1977, p.27-30).

Diante dessas condições e desse modo de produzir, “em alguns poucos anos o solo da roça, lavado pelas chuvas, perde a fertilidade ou é invadido por ervas daninhas e a sua produção decai, é então abandonado, abrindo-se uma nova roça, mais distante”. (BROCHADO, 1977, p.24).

A busca da reprodução social dos guaranis implicava a necessidade de possuírem um amplo território que possibilitasse percorrê-lo, temporariamente, em busca de novas áreas de cultivo, e que também permitisse, quando preciso, renovar as fontes de abastecimento de proteínas através da caça e da pesca, respectivamente, junto às áreas de mata e próximas a rios e lagoas. Todavia, Schmitz (1991) assinala que a tecnologia desenvolvida pelos guaranis, nesse período, impunha limites a esses deslocamentos, ou mesmo à apropriação territorial de novos espaços, uma vez que viviam mais bem adaptados ao ecossistema da mata subtropical, especialmente nas áreas da encosta baixa, quente e úmida do planalto, ao longo dos cursos médios dos rios nele encaixados, como o Jacuí, o Pardo e o Pardinho.⁵

Nesse aspecto, se valiam de duas estratégias para viabilizar sua reprodução, engendrando assim um modo particular de uso e de organização do território. Ora desenvolviam, se valendo do complexo sistema de parentesco guarani, uma extensa rede de colaboração e de trocas entre as famílias estabelecidas em pontos distantes do seu território, a fim de buscar um melhor aproveitamento dos recursos naturais e humanos disponíveis; ora, diante do esgotamento dos recursos em um dado lugar, transferiam-se para um novo lugar, próximo, que apresentasse semelhantes características ambientais, e aí reconstituíam a aldeia. Esse movimento no âmbito do território guarani se desenvolvia e se repetia aproximadamente a cada três anos, permitindo assim

⁵ Schmitz (1991, p.310) assinala que, nesse período, “os guaranis não possuíam tecnologia suficiente para colonizar outras áreas próximas, como a floresta higrófila da Serra do Mar, as matas de araucária, ou os campos da Campanha ou do Planalto”.

a reconstituição natural das antigas áreas ocupadas. (SCHMITZ, 1991). Além disso, esse movimento temporário de partida e de retorno também pode ser explicado pelo fato de que na cultura guarani “as plantações pertencem a quem as tenha feito e que a terra cultivada por um indivíduo lhe continua pertencendo indefinidamente. (...) Qualquer roça abandonada continua sendo “posse” de quem a fez.” (SCHADEN, 1974, p.49).

Merece também destaque, no processo de uso do território, a presença e a valorização de um intenso sentido e significado mágico-religioso nas mais variadas atividades e ações desenvolvidas pelos guaranis. De acordo com Schaden (1974, p.38), “seja um puxirão [mutirão], a colheita dos produtos da roça, a partida para uma viagem, o aparecimento de qualquer fenômeno inesperado ou invulgar – tudo, enfim, pode ser motivo para rezas e danças rituais”. O fumo – um dos cultivos introduzidos pelos guaranis no território regional ⁶ – adquire um papel relevante nas suas cotidianas manifestações culturais, especialmente em dados rituais.⁷ A esse respeito, Ribeiro (1981 e 1991) relata a descoberta em diversos sítios arqueológicos encontrados no Vale do Rio Pardo, de inúmeros tipos de cachimbos de cerâmica e de madeira utilizados pelos grupos guaranis, demonstrando assim a existência do cultivo e do uso do fumo pelos guaranis na região, antes e após a chegada dos europeus.

⁶ Quanto à origem do fumo, Hoehne (1937, p.29-30) assinala que a planta tabaco ou fumo, identificado como *Nicotiana tabacum L.*, é nativa e originária das regiões da América do Norte, Central e Sul, e tem aí o lócus de difusão de seu cultivo. Segundo ele, “uso do fumo entre os aborígenes deste nosso continente foi constatado pelos marinheiros que vieram com Colombo e que depois disto foi confirmado como existente nas roças indígenas de todas as tribos”.

⁷ De acordo com Shaden (1974, p.44-45), muitas das tribos de índios guaranis têm o hábito de mascar o fumo e/ou de fumá-lo em cachimbos fabricados com barro. Quanto aos “mascadores de fumo”, ele coloca que, “não só nas cerimônias religiosas, mas a qualquer hora do dia ou da noite o Kayová menos aculturado faz uso do pó de fumo. É um pó de tabaco, espécie de rapé, que, em vez de se aspirar, se põe entre o lábio inferior e a gengiva, onde fica sob a ação da saliva. (...) O uso do cachimbo é menos generalizado entre os Kayová do que nos outros subgrupos da tribo. (...) Uma das peças mais interessantes da cultura material dos Mbüá é o cachimbo, de forma típica, feito de barro ou de nó de pinho. Fumam-no, de maneira “comunista”, duas, três ou mais pessoas; depois de umas poucas cachimbadas, o fumante o passa para as mãos do companheiro”.

1.3 - A conquista do Brasil e a produção do território colonial: a lógica e a dinâmica dos sistemas coloniais espanhol e português

A conquista, a ocupação, o povoamento, enfim a produção do território colonial do Brasil, a partir do século XVI, significaram a instituição de novos usos sociais do território, e a configuração de novas formas espaciais que, pela sua particularidade e funcionalidade, acabaram se sobrepondo, se impondo, ao meio natural e às sociedades preexistentes.

Além disso, como lembra Moraes (2000), para que possamos entender a lógica da formação do território colonial e da sua valorização espacial, devemos também levar em conta as relações sociais, econômicas e políticas desenvolvidas nos processos de conquista e de colonização. Isso nos leva a considerar a importância da articulação e da mediação das escalas espaciais, uma vez que aqueles processos são engendrados e combinados desde distintas escalas espaciais: a dos lugares da colônia, a das metrópoles coloniais, a da economia-mundo européia⁸.

A conquista e a ocupação do Brasil por Portugal, e mesmo a disputa acirrada deste país com a Espanha pelo espaço brasileiro, se articulam e também refletem momentos vivenciados pela Europa na travessia, segundo Braudel (1985), do *longo século XVI*. Momentos esses, próprios a um período de transição, de passagem da idade média para a modernidade, de crise da ordem feudal e de emergência de relações de produção capitalistas e do modo de produção capitalista. Embora essa transição ocorra em ritmos e

⁸ De acordo com Wallerstein (1980), a economia-mundo européia capitalista surge no séc. XVI e se consolida no séc. XVIII. Para ele, as economias-mundo compreendem, de modo unitário e sistêmico, diferentes Estados ou impérios, e constituem-se de um centro (um ou mais Estados que constituem a economia central), uma semiperiferia (áreas contíguas de produção especializada e complementares) uma periferia (áreas cuja dinâmica interna é comandada desde o exterior) e uma arena exterior, com a qual o centro mantém relações comerciais. O desenvolvimento desigual e combinado dessas partes do sistema informa uma dada divisão territorial do trabalho que anima e regula a "solidariedade do sistema". O autor identifica a economia-mundo européia como aquela constituída pelo noroeste da Europa como o centro; o Mediterrâneo cristão e a região báltica como semiperiferia; as áreas dispersas na América, as ilhas do Atlântico e os enclaves africanos como periferia; e as regiões da Ásia articuladas pelo comércio como arena exterior.

intensidades distintas em cada um dos países europeus, é ela que anima o processo de acumulação primitiva de capital.⁹

O expansionismo mercantilista quinhentista foi um componente central do processo de acumulação primitiva, implicando a produção de uma espacialidade própria. A articulação dos interesses da monarquia absoluta com os da burguesia mercantil resultou no aumento das expedições marítimas e na promoção de guerras que visavam à conquista territorial e ao controle monopolista de mercados, rotas e produtos, uma vez que, de acordo com Moraes (2000, p.48-49),

O produto da conquista, do saque e da pilhagem torna-se capital na Europa, sendo um valor adicional que retroalimenta a expansão e anima a economia do país difusor. (...) A ocupação territorial, por outro lado, realiza o limite ótimo do mercantilismo: o mercado cativo. (...) [Assim,] o monopólio dos lugares – seja para produzir, comerciar ou simplesmente trafegar – era vital para o desenvolvimento das economias nacionais européias.

Trata-se, conforme Novais (1998), de um sistema colonial em que as relações políticas mercantis entre o centro de decisão – a metrópole – e a área subordinada – a colônia – asseguraram a auto-suficiência metropolitana, permitindo-lhe melhores condições de competição com os demais Estados europeus. Assim, é no curso da abertura de novos mercados para o nascente capitalismo mercantil europeu que se justifica e se explica a conquista das terras americanas, entre elas a do Brasil. Das primeiras atividades de escambo com as sociedades indígenas passou-se ao povoamento, a fim de garantir a posse do novo continente, e também à produção complementar para o mercado europeu. Todavia, como lembrou Caio Prado Jr. (1965), a colonização moderna guardou na sua essência a natureza do empreendimento comercial: produzir para o mercado externo, fornecer produtos tropicais e metais nobres à economia européia – eis, no fundo, o “sentido da colonização”.

Tendo isso presente, convém também assinalar que as estratégias utilizadas pelas Coroas portuguesa e espanhola foram distintas em seus processos de colonização na América. A colonização espanhola desenvolveu-

⁹ Para M. Dobb (1983, p. 127 e ss), esse processo de acumulação primitiva constitui-se de duas fases: primeiramente, a da aquisição, apropriação dos bens, especialmente a terra e metais preciosos, e em, segundo momento, a realização mediante a transformação dessa riqueza em capital.

se tendo como principal móvel a exploração do ouro e da prata, e tendo como suporte um modo de organização espacial centrado em uma hierárquica rede de caminhos e de cidades.¹⁰ No caso do sul do Brasil e da chamada região platina, junto ao rio da Prata, os espanhóis buscaram, complementarmente, assegurar o domínio territorial lançando mão de um acordo com a Companhia de Jesus para povoar essas terras através da fundação de reduções e missões jesuíticas, nelas aldeando os indígenas nativos.

Portugal, por sua vez, empreendeu lenta e gradual ocupação e povoamento do território brasileiro, orientando-se desde o início, segundo Novais (1998, p.71-72), por:

... preocupações antes de tudo políticas: visava-se, através do povoamento, preservar a posse já então disputada pelos corsários holandeses, ingleses e franceses. (...) Quando enfim se enceta a colonização, é a agricultura que visivelmente se tem em mira nas cartas de doação das capitânicas, onde o donatário recebe privilégio de fabricar e possuir engenhos d'água e moendas. Destarte, a colonização da América portuguesa organizava-se desde o início em função da produção açucareira, para o mercado europeu.

O processo de colonização levado a cabo por Portugal no Brasil acabou sendo realizado de modo pontual, junto ao litoral do nordeste e sudeste brasileiros, onde foram fundados alguns núcleos urbanos mais efetivamente povoados e cujas funções se resumiam à defesa e à administração do território e ao suporte portuário. Esses centros foram pontos terminais de uma ampla bacia de drenagem, cuja organização, através de uma precária rede de caminhos, promovia um povoamento disperso assentado na produção e circulação de produtos agrícolas, como o açúcar e o tabaco, e de modo complementar, na pecuária. (MORAES, 2000, p.233-234). Apenas a partir do século XVIII, com o desenvolvimento da mineração, é que esse padrão de ocupação territorial viria a ser modificado, com a gradativa, embora ainda lenta, interiorização da colonização através da articulação das cidades litorâneas com as áreas mineradoras de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

¹⁰ Moraes (2000, p.229-230) assinala que essa estratégia de ocupação e colonização baseada nas cidades tem como principais motivos: a existência anterior de um sistema urbano no qual as civilizações pré-colombianas estavam organizadas; a preocupação em não dispersar o diminuto contingente de espanhóis, tendo em vista as dimensões continentais do território conquistado; o interesse em efetivar um sistema de vigilância da população colonial e de controle dos embarques do ouro e da prata; o interesse em usar a rede de estradas e de cidades como suporte para o desenvolvimento hierárquico e centralizador da organização colonial, do ponto de vista administrativo, militar, judiciário e financeiro.

O extremo sul do território colonial permaneceu por longo tempo isolado e não aproveitado, economicamente, pela Coroa portuguesa. De acordo com Caio Prado Jr. (1967, p.94), essa região:

... entrará para a história política e administrativa da colônia em fins do séc. XVII; mas economicamente só começara a contar... [a partir da] segunda metade do séc. XVIII. Antes disso é apenas um território arduamente disputado por espanhóis e portugueses de armas na mão, e não terá outra forma de ocupação que a militar. Até aquele final do séc. XVII as fronteiras meridionais do Brasil se conservam não apenas indecisas, mas desconhecidas e descuidadas. Tratava-se de uma área deserta e que parecia sem grande interesse; e por isso ninguém se preocupou em fixar aí o local onde se encontravam as possessões espanholas e portuguesas. A linha imaginária do acordo de Tordesilhas (1496) devia passar mais ou menos na altura da ilha de Santa Catarina; mas nenhuma das duas coroas ibéricas tratou jamais de a determinar com rigor. Durante a dominação castelhana de Portugal (1580-1640), a questão não tinha naturalmente especial interesse, pois tudo pertencia ao mesmo soberano.

Essas considerações são importantes para que possamos agora avançar na compreensão do processo inicial de ocupação e de colonização pelos espanhóis e portugueses do território atualmente compreendido pelo Rio Grande do Sul, especialmente, o da região do Vale do Rio Pardo.

1.4 - A colonização ibérica do território do Rio Grande do Sul e seus reflexos na formação da região do Vale do Rio Pardo

É preciso termos presente que quando do contato inicial entre espanhóis e portugueses com as sociedades indígenas existentes no sul do Brasil, o território do Rio Grande do Sul, de acordo com o que dispunha o Tratado de Tordesilhas de 1494, estava subordinado ao domínio espanhol.

Para a Espanha, diante da inexistência de metais preciosos e da dificuldade em conquistar a ampla região compreendida pela área da mesopotâmia dos rios Paraná e Uruguai, e pela região do Tape – limitada pelos rios Jaguari, Ibicuí e Jacuí – a estratégia de ocupação dessa ampla parcela do território foi feita através da ação missionária da Companhia de Jesus. Isso porque a igreja espanhola, nesse período, era parte integrante do Estado espanhol. ¹¹ Além de buscar por meio da missão evangelizadora a

¹¹ A conquista e a colonização espanholas da América processaram-se dentro da fórmula “a serviço de Deus e de sua majestade”. “Através do régio padroado, da teoria do vicariato e da

catequização dos índios, essa ação missionária dos jesuítas espanhóis também tinha como objetivo instalar e consolidar uma rede de reduções jesuíticas em direção ao ocidente, de modo a possibilitar a ligação de Assunção, no Paraguai, ao litoral brasileiro. (PORTO, 1954).¹² O conjunto dessas reduções/missões acabou por constituir um verdadeiro território missionário no sul do continente americano, constituído por grandes aldeamentos semi-isolados, com uma estrutura econômica relativamente autônoma baseada no trabalho comunitário dos indígenas.¹³

Do conjunto das reduções que foram criadas pelos jesuítas espanhóis, as primeiras foram erguidas nas regiões de Guaíra e de Itatim, a partir de 1610, enquanto as últimas, em número de dezoito, foram instaladas entre 1620 e 1634, na região do Tape, no atual Estado do Rio Grande do Sul. Entre essas, destacamos três reduções que foram instaladas na porção mais ocidental do atual estado gaúcho, todas localizadas no atual território do Vale do Rio Pardo. (Figura 3).

propriedade da mão morta, a igreja hispânica fazia parte integrante do estado espanhol. O padroado real era o direito que o monarca tinha de nomear os sacerdotes para as igrejas, pagando-lhes cômmodos como funcionários públicos. Era o rei que nomeava os missionários para as colônias ... na América. A qual só teria valor em território do vasto império com a assinatura do monarca. Os bens imóveis da igreja espanhola faziam parte da propriedade da mão morta, isto é, só podiam ser alienados com o consentimento da coroa. Portanto, o Estado dominava a igreja espanhola". (FLORES, 1996, p. 14-15).

¹² "A evangelização ou missão era um dos meios de conquistar os gentios ou índios, colocando-os a serviço de Deus e do rei. Chamava-se de "redução" a aldeia ou povoado onde reduziam (colocavam) os índios para serem evangelizados pelos missionários. Com o decorrer do tempo, o termo missões, ato de evangelizar, passou também a designar a redução, local onde o índio era convertido à fé católica". (FLORES, 1996, p.11).

¹³ A historiografia sobre a colonização ibérica costuma identificar duas fases no desenvolvimento das missões jesuíticas nessa região: uma primeira, que inicia em 1610 com a instalação das primeiras reduções em Guaíra e em Itatim e perdura até 1640 com a destruição das reduções do Tape pelos bandeirantes paulistas e a conseqüente fuga dos jesuítas para a região de Corrientes, na atual Argentina; e uma segunda que começa em 1680 com o retorno dos jesuítas para o Rio Grande do Sul, fundando os Sete Povos das missões na fronteira noroeste durando até 1801 quando essa região é incorporada a Portugal por um grupo de militares e estancieiros de Rio Pardo.

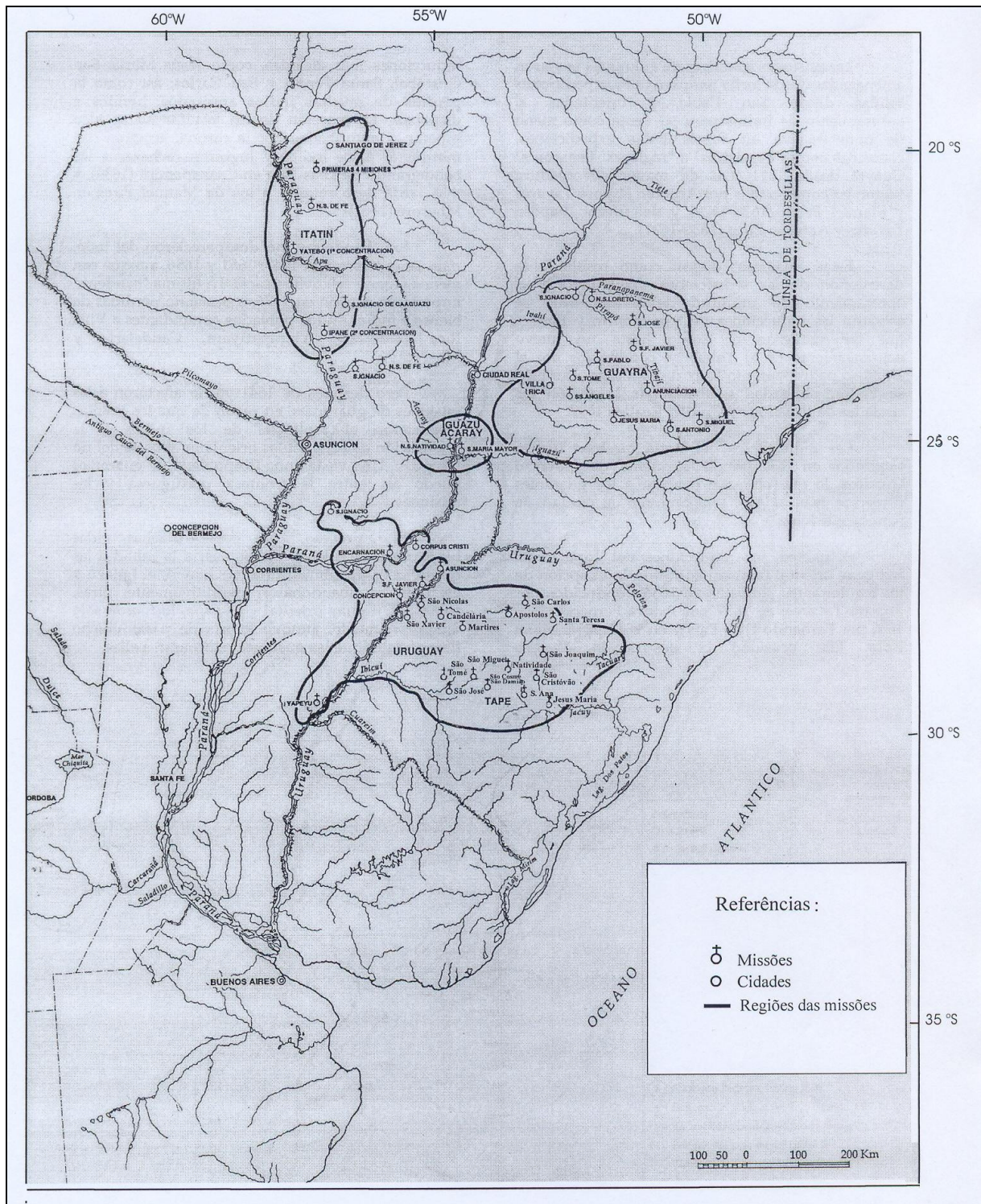


FIGURA 3 - Reduções e missões jesuíticas espanholas no Sul do continente americano -Século XVII

Fonte: MAEDER e GUTIERREZ (1995, p.61). Org. Rogério Silveira e Rita de Cássia Ritzel

Essas reduções foram erguidas por jesuítas espanhóis e por índios guaranis que antes habitavam a região missioneira do Guairá. Estes, ao sobreviverem ao ataque realizado pelas bandeiras paulistas àquelas reduções,

migraram então para a margem direita do rio Uruguai com o intuito de retomarem, nessa região, o projeto de ocupação e colonização do território espanhol. São elas: a redução de Jesus Maria, criada em 1632 na margem direita do rio Pardo, no atual município de Candelária; a redução de São Joaquim, instalada em 1633 na Serra do Botucaraí junto às nascentes do rio Pardo, no atual município de Barros Cassal; e a redução de São Cristóvão, erguida em 1634 na margem direita do rio Pardo, abaixo da foz do rio Pardino, no atual município de Santa Cruz do Sul. (PORTO, 1954).

A criação dessas reduções jesuíticas no Vale do Rio Pardo representou um novo momento do processo de ocupação e de povoamento do território regional. Representou também mudanças quanto ao uso anterior do território pelas sociedades indígenas. Na verdade, essas mudanças se desenvolveram especialmente no âmbito do espaço das reduções jesuíticas, muito embora o tempo de duração desses aldeamentos tenha sido exíguo, uma vez que as mesmas foram destruídas em 1636. Todavia, os usos do território introduzidos com a instalação das reduções jesuíticas acabariam influenciando decididamente na posterior dinâmica de ocupação colonial do Sul do Brasil e do Vale do Rio Pardo.

Embora nesse período houvesse o domínio das condições naturais sobre a dinâmica de reprodução da sociedade indígena, é preciso reconhecer uma relativa evolução do sistema técnico existente, resultado da relação entre jesuítas e guaranis. Isso pode ser constatado tanto na organização espacial interna das reduções, como também no âmbito do processo de produção propriamente dito.

De modo geral, as reduções apresentavam um padrão de ocupação do espaço constituído por um núcleo de edificações urbanas: a igreja, as casas dos jesuítas, a aldeia ou casa coletiva dos índios, e por uma área rural que compreendia as chácaras para cultivo, os ervais, os currais e as estâncias de criação do gado. Projetadas para se tornarem unidades de produção auto-suficientes, desenvolviam hortas familiares e comunitárias com culturas variadas como o milho, a mandioca, a erva-mate, o arroz, o feijão, o algodão, e o fumo – culturas essas já conhecidas pelos guaranis –, mas, também, o trigo introduzido pelos jesuítas espanhóis.

Esses cultivos visavam ao abastecimento da população aldeada, sendo o excedente comercializado com os espanhóis em Assunción e Buenos Aires. Confeccionavam seus tecidos, produziam artesanato, criavam os gados bovino, eqüino e muar e desenvolviam diversos ofícios necessários à sua reprodução. (PORTO, 1954; LUGON, 1977 e MORAES, 2000).

Quanto aos objetos técnicos então utilizados, Ribeiro (1981, p.135) assinala a descoberta no sítio da redução de Jesus Maria de "... material de ferro, especialmente as cunhas, machados, pontas, cavadeiras, (...) machados polidos, e também a construção de taipas ou muradas de terra, [o que] nos indica uma substituição de instrumentos de pedra, osso e madeira, por aqueles de maior eficiência." ¹⁴

Ainda que os guaranis aldeados não tenham alterado o tradicional modo de cultivo da terra através das queimadas, o fato é que o contato, a comunicação, a troca de saberes entre índios e jesuítas foi fundamental para a melhora técnica em relação ao desenvolvimento agrícola. Assim, enquanto os guaranis transmitem aos jesuítas o conhecimento acumulado sobre a dinâmica dos ecossistemas locais, sobre a fauna, a flora, e as plantas cultivadas, os jesuítas, por sua vez, introduzem nas reduções a metalurgia, novas culturas como o trigo, e a pecuária. Assim, "aos instrumentos de ferro que ampliam o espaço cultivável em um menor tempo, os missionários jesuítas vão oportunamente agregando uma gradual diversificação de espécies vegetais e animais". (DE MASY, 1989, p.26-27).

Mas a grande inovação passava a ser a criação de gado, especialmente o bovino, o eqüino e o muar, introduzindo uma nova e controlada fonte de proteínas, bem como novos meios de arar a terra, e de transporte de carga. Desenvolvida de modo extensivo e sob a administração dos jesuítas, a pecuária implicou uma particular organização espacial no âmbito do desenvolvimento da redução. Nessa primeira fase das reduções, os jesuítas se

¹⁴ Porto (1954, p.25) ilustra bem esse processo destacando que em Jesus Maria a criação da redução significou a construção de uma casa e de uma igreja (cobertas de palha e com paredes de taipa). "Criaram gado bovino, suíno e ovino". Nela, "o gado mais prosperou, colheram trigo e milho. O sistema empregado foi o de chácaras, isto é, a maioria dos índios vivendo em suas aldeias e não reduzido". Outro dado interessante é ter o Pe. Francisco Díaz Taño "montado uma forja para fazer cunhas, machados e outros instrumentos para a lavoura".

preocuparam em organizar e delimitar estâncias, de modo a melhor confinar o gado a ser utilizado. Para tanto, se valiam da presença de serras, rios e matas espessas como obstáculos naturais. Construíram também currais junto às reduções para a recolha e guarda do “gado destinado à alimentação semanal do povoado, pois as estâncias localizavam-se a longa distância”. (FLORES, 1996, p.31).

Avançava-se assim no processo de adaptação à natureza buscando, através do aperfeiçoamento e da evolução técnica, e por meio do trabalho coletivo e solidário, promover um uso do território que possibilitasse maior diversidade de alimentos, assegurando assim a reprodução da comunidade indígena aldeada nas reduções.

Todavia, no contexto da chamada União Ibérica (1580-1640), período em que as Coroas espanhola e portuguesa estiveram unificadas sob o domínio da primeira, esse modelo de colonização do sul do Brasil acabou sofrendo os reflexos da implementação do contemporâneo sistema colonial português, especialmente os decorrentes da falta de mão-de-obra para o desenvolvimento da empresa colonial açucareira da colônia brasileira. Reflexos esses que, além de imporem a destruição da maior parte desse conjunto de reduções, também promoveram as condições para mudanças na dinâmica de ocupação, povoamento e uso do território no Vale do Rio Pardo.

De acordo com Furtado (1984), a progressiva expansão do sistema de produção do açúcar no litoral do nordeste e sudeste brasileiros e dos seus graus de produtividade acabaram impondo problemas de manutenção dos fluxos de abastecimento de mão-de-obra para as zonas dos canaviais e de engenhos. Para Pesavento (1985), essa questão acabou se agravando, especialmente para as regiões produtoras de São Vicente e do Rio de Janeiro, durante o domínio e a ocupação dos holandeses não apenas do nordeste brasileiro como também das feitorias africanas fornecedoras de mão-de-obra negra. Esse quadro adverso acabou engendrando, desde São Vicente e São Paulo, um fluxo interno de apresamento de índios no qual os bandeirantes paulistas acabaram se especializando na captura, no transporte e na comercialização dessa mão-de-obra para as zonas de produção do açúcar. Esse circuito espacial atravessou inúmeras áreas do território colonial brasileiro

e, valendo-se da vigência da União Ibérica, acabou penetrando no território das missões espanholas e impondo a destruição sucessiva das reduções de Guaíra entre 1628 e 1632, de Itatim entre 1635 e 1641, e do Tape entre 1635 e 1641.

As reduções existentes no Vale do Rio Pardo “caíram” mediante a ação militar devastadora do bandeirante paulista Antônio Raposo Tavares que atinge a região em 1636 e nesse mesmo ano destrói as três reduções, aprisionando grande contingente de índios.¹⁵ Nesse contexto, a preia aos índios aldeados nas missões jesuíticas, pelo alto valor que os mesmos possuíam diante de sua disciplina e organização para o trabalho, acabou constituindo-se na primeira forma de articulação do território do Rio Grande do Sul e do Vale do Rio Pardo às áreas mais dinâmicas da colônia brasileira. Todavia, durante os quase trinta anos em que percorreram o território sul-riograndense, as bandeiras em nada contribuíram para a ocupação e o povoamento, não deixando sequer algum povoado inicial. (PORTO, 1954).

A destruição das reduções jesuíticas e as recorrentes investidas dos bandeirantes que se seguiram à região do Tape levaram à fuga jesuítas e índios aldeados sobreviventes para as missões existentes na margem esquerda do rio Uruguai. Os rebanhos por eles abandonados nas suas estâncias acabaram se reproduzindo e também migrando para o Sul, para a região delimitada pelos afluentes dos rios Jacuí e Negro e pela margem esquerda da Lagoa Mirim. Soltos, e ocupando os extensos e férteis campos dessa região, os rebanhos acabaram se reproduzindo naturalmente e, ao longo dos anos que se seguiram, constituíram grandiosas manadas de gado bovino, eqüino e muar, o que levou essa região a ficar conhecida como a Vacaria do Mar. (Figura 4).

Com o fim da União Ibérica e a restauração de Portugal em 1680, têm fim as bandeiras de apresamento de índios, e os portugueses procuraram controlar o acesso à zona de mineração espanhola, fundando na margem esquerda do rio da Prata a Colônia de Sacramento. A partir de então, Portugal passou a incentivar expedições no sentido de consolidar essa posição

¹⁵ Dessas três reduções, Jesus Maria e São Joaquim reuniam, quando de sua destruição pela bandeira de Raposo Tavares, em 1636, respectivamente: 1.600 e 1.000 índios. Para São Cristóvão, não há registro da população residente. (PORTO, 1954, p.149)

estratégica. Os luso-brasileiros, lagunistas e vicentinos que então passaram a percorrer o caminho até a fortaleza de Sacramento, através do litoral gaúcho e uruguaio, descobriram a Vacaria do Mar. E passaram a capturar e a transportar gado *vacum* com o objetivo de comerciar animais e, principalmente, couro no mercado interno da colônia e no mercado europeu.¹⁶ Esse também foi o objetivo de inúmeras incursões dos espanhóis instalados em Buenos Aires e Santa Fé, na atual Argentina.

Mas além dessa Vacaria, o retorno em 1682 dos jesuítas espanhóis para a região noroeste do território sul-riograndense e a instalação de sete novas missões – *os sete povos das missões* – também significaram o estabelecimento de inúmeras estâncias dos povos: extensas áreas de criação de gado para o abastecimento das novas missões. A figura 4 evidencia a ampla espacialidade do conjunto dessas estâncias, na qual as de São Luiz e de São Lourenço compreendiam grande parte do espaço sobre o qual o território regional do Vale do Rio Pardo viria a ser formado. Os jesuítas espanhóis, sabedores das ações de pilhagem de espanhóis e portugueses na Vacaria do Mar, acabaram também criando, na região dos campos de cima da serra, nos atuais municípios de Vacaria, Soledade e Passo Fundo, a chamada Vacaria dos Pinhais.¹⁷ (Figura 4).

Entre o final do século XVII e o começo do século XVIII, com a decadência da atividade açucareira e o início da mineração no sertão brasileiro, vamos ter uma mudança na dinâmica econômica da colônia brasileira. A mineração de ouro e de pedras preciosas em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, além de significar um novo modo de promoção da acumulação primitiva por parte de Portugal no Brasil, passou também a engendrar

¹⁶ Segundo Pesavento (1985, p.10-11), essa atividade assumiu um conteúdo predatório. “Caçava-se o gado xucro para dele extrair o couro, que era exportado para a Europa por Buenos Aires ou Sacramento. (...) Neste período, a carne não era considerada um bem econômico, sendo consumida no local aquela necessária à subsistência por ocasião do abate e a restante deixada apodrecer. A chamada “preia de gado alçado” para a comercialização do couro movimentou o extremo-sul, atraindo as atenções para a região, que se tornou conhecida pela sua riqueza pecuária.”

¹⁷ De acordo com Bruxel *apud* Flores (1996, p.60) “Em 1702 o provincial Lauro Nuñez planejou fundar outra vacaria distante dos espanhóis e portugueses. (...) Escolheu os campos dos Aparados da Serra. (...) Cada missão contribuiu com certo número de gado, no total de 100.000 cabeças. Os animais foram levados por picadas através da floresta, depois fecharam os caminhos derrubando árvores sobre os pontos de passagem. Assim os animais estavam confinados em uma vasta pastagem natural”.

mudanças no padrão de ocupação, povoamento e de colonização do território colonial.

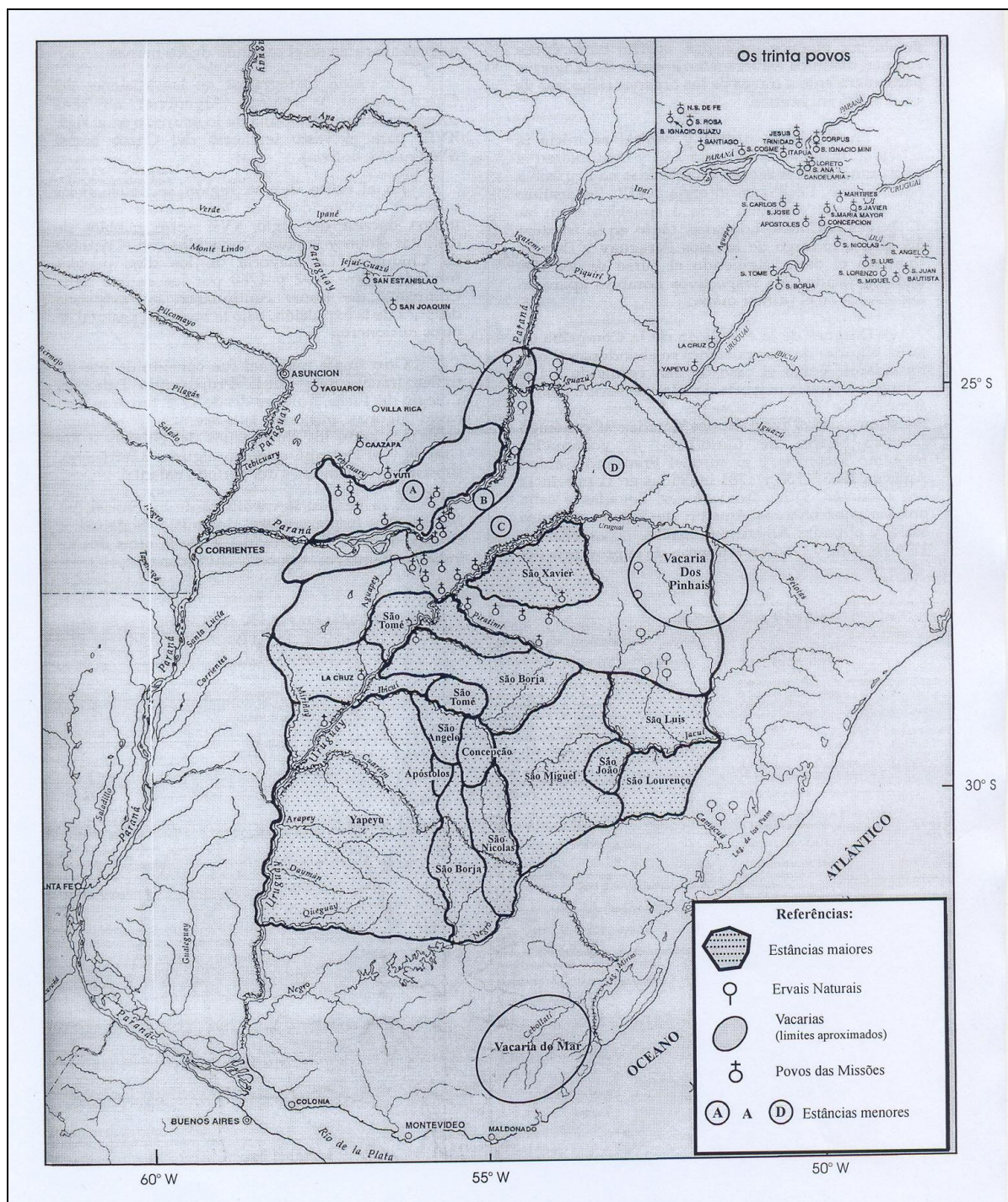


FIGURA 4 - Estâncias dos Sete Povos das Missões Jesuíticas e Vacarias do Mar e dos Pinhais

Fonte: MAEDER e GUTIERREZ (1995,p.67). Org. Rogério Silveira e Rita de Cássia Ritzel

A promoção e ampliação da exploração mineral no interior do território fizeram com que ocorresse a interiorização de capitais, de um crescente fluxo de mão-de-obra escrava e de colonos portugueses e luso-brasileiros, levando ao surgimento e ao crescimento de inúmeros núcleos urbanos. Esse processo permitiu o desenvolvimento de um mercado interno na colônia, na medida em que passou a demandar crescentes quantidades de alimentos e meios de transportes que viabilizassem a circulação e articulação dessas áreas mineradoras com as principais cidades litorâneas. Nesse contexto, os extensos rebanhos de gado *vacum*, eqüino e muar, então existentes nas Vacarias (do Mar e dos Pinhais) e nas estâncias dos povos missioneiros localizados no Sul do Brasil, passavam a assumir crescente importância no sentido de viabilizar a reprodução desse sistema de exploração mineral.¹⁸ Além do conhecimento prévio dos bandeirantes paulistas quanto à existência das manadas de gado, Simonsen (1977) atribui também a procura pelos rebanhos do Sul ao preço elevado do gado bovino nas áreas junto às zonas de mineração e à região açucareira.

Assim, através da pecuária, o Rio Grande do Sul finalmente começava a se integrar, de modo subsidiário, à economia colonial brasileira.

Para Pesavento (1985, p.13), esse movimento de tropeiros, mas também de contrabandistas, embora traduzisse os seus interesses particulares, também foi incentivado pela coroa portuguesa no sentido de viabilizar “o povoamento das terras ao sul de São Vicente até Sacramento.” Especialmente, porque diante desse novo e crescente mercado aberto pela economia mineradora, e da valorização dos rebanhos aí existentes, iniciava-se uma acirrada disputa pela posse dos territórios do Rio Grande do Sul e do Uruguai.

Nesse aspecto, a disputa, a luta pelo acesso e apresamento dos rebanhos de gado por parte dos povos guaranis das missões, dos castelhanos e dos luso-brasileiros tornaram-se o motivo principal, a razão mesma de ser do processo de “apropriação da terra gaúcha”. Processo esse que acabou se revestindo de um nítido conteúdo militar.

¹⁸ Nessa época, além da crescente demanda de carne e de couro de gado *vacum*, tinha-se também a necessidade de animais de carga, como cavalos e mulas, que viabilizassem o sistema de transporte e de carga.

1.5 - A apropriação militar dos campos de Rio Pardo

A região do Vale do Rio Pardo foi uma das várias regiões gaúchas que participaram do desenvolvimento inicial da pecuária, enquanto espaço de apresamento de gado, de localização de currais e invernadas e também de criação de gado. Esse processo acabou significando a promoção de um novo modo de apropriação e de uso do território regional.

Em um primeiro momento, a atividade pecuária se desenvolveu através do apresamento de gado pelos tropeiros e contrabandistas luso-brasileiros que invadiam as terras para capturar o gado nas Vacarias do Mar e dos Pinhais, estendendo-se posteriormente para as estâncias dos povos, como as de São Luiz e de São Lourenço, no Vale do Rio Pardo. Nesse período, o processo de apresamento demandou a necessidade de instalação provisória, nessas terras, de currais e de invernadas. Os primeiros, com a finalidade de conter e guardar a tropa de gado que ia sendo capturada, até o momento de promover o seu deslocamento para os centros destinatários; e as segundas, pela necessidade de pouso para a tropa, durante as viagens. Em um segundo momento, tivemos a criação extensiva do gado quando houve uma transformação dos currais e das invernadas em construções permanentes que ocuparam certos espaços nessas áreas de terra. Trata-se do surgimento das primeiras estâncias, cujo plantel inicial de animais foi preado naquelas áreas originais de criação. (VIANA, 1974).

Para Pesavento (1985, p.15), o apresamento intensivo dos rebanhos selvagens promoveu sua devastação; “além disso, tropeiros que haviam sido bem sucedidos nos negócios do gado viram possibilidades de aumentarem seus lucros se investissem na criação”. Nesse aspecto, passava-se, então, de invasões periódicas e temporárias de terra para preia do gado, para a apropriação permanente de extensas faixas de terra com objetivo de nelas se instalarem estâncias e currais para a criação de gado. Essa mudança fundamental no modo de ocupação e uso do território teve apoio institucional da Coroa portuguesa que, diante das dificuldades em manter o domínio de Sacramento, passou a promover ações mais incisivas em relação à ocupação e ao povoamento do vasto território entre a região do Prata e o núcleo de Laguna. Ou seja, a Coroa Portuguesa, a partir da terceira década do século

XVIII, passou a estimular a ocupação e a posse útil de terras nessa ampla e conflituosa região, e a reconhecer oficialmente essas ações, legitimando-as com a concessão de sesmarias e datas de terras.¹⁹ Tratava-se da implementação do princípio do *uti possidetis*, ou seja, o da ocupação prévia de áreas em litígio, com o objetivo de nas negociações com a Espanha assegurar que cada uma das partes envolvidas ficasse com os territórios que até então efetivamente possuísse. (PRADO JR, 1965). Como lembra Rüdiger (1965, p.13-14), “... o governo atribuiu-se, desde o momento em que se apoderou “*manu militare*” do território, a prerrogativa de reconhecer, por título legal, a posse das terras que iam sendo ocupadas por esses imigrantes”.

Assim, iniciando pelo litoral e avançando pelo interior do território gaúcho, o processo de concessão de terras vai se difundindo de modo combinado com a definição da posse da terra e do gado, e com o estabelecimento das estâncias. Lembra Pesavento (1985, p. 15) que através dele “... a Coroa distribuiu terras aos tropeiros que se sedentarizaram ou aos militares que deram baixa e se afazendaram.” Por sua vez, a possibilidade de obter a concessão de terras intensificou o apresamento e contrabando de gado que seria levado para as novas propriedades que foram sendo instaladas no território do RS.

No Vale do Rio Pardo, as primeiras sesmarias foram concedidas a partir de 1724 aos portugueses João Garcia Dutra, Gomes da Silveira, Antonio de Souza e Fernando Gonçalo, primeiros estancieiros da região. (LAYTANO, 1946). No entanto, foi apenas a partir de 1750, com a assinatura do Tratado de Madri, que as terras apropriadas por portugueses e luso-brasileiros na bacia hidrográfica do rio Jacuí, aí incluídas aquelas localizadas no Vale do Rio Pardo, começaram a ser legalizadas pela Coroa Portuguesa. Por esse Tratado,

¹⁹ De acordo com Laytano (1950), Rüdiger (1965) e Vogt (2001), a sesmaria e a data são títulos de propriedades de terras concedidos gratuitamente aos demandantes por meio de Cartas, respectivamente, do Vice-Rei do Brasil ou do governador da Capitania, e dos comandantes militares da Capitania. O pré-requisito era o de que os demandantes previamente já houvessem realizado a apropriação da terra e apresentassem o estabelecimento de um rancho, de lavoura ou de criação. As sesmarias deveriam ter, em regra, uma área correspondente a uma légua de frente por três de fundo, algo em torno de 13.068 hectares. Já as datas correspondiam a áreas que, em média, possuíam até meia légua ou 1.500 braças, aproximadamente 272 hectares.

Portugal entregava Sacramento aos espanhóis, em troca dos Sete Povos das Missões.²⁰ (Figura 5).

Muito embora o Tratado de Madri, celebrado na tentativa de pôr fim à longa disputa militar pelo domínio da região platina, especialmente os territórios dos atuais Rio Grande do Sul e Uruguai, não tenha se efetivado, ele foi decisivo para o processo inicial de ocupação e povoamento do território do Vale do Rio Pardo, empreendido pela Coroa portuguesa. Após sua assinatura, a Coroa portuguesa determinou a pronta demarcação dos novos limites do território português no extremo Sul do Brasil. (Figura 5). Para tanto, como base de apoio logístico e de defesa, em 1751 foi ordenada a construção de dois depósitos de armas, munições e víveres na margem esquerda do rio Jacuí: o primeiro, na confluência com o rio Pardo, onde hoje se situa a cidade de Rio Pardo, e o segundo, mais a leste, na localidade de Santo Amaro, no atual município de General Câmara. Em 1752, diante das características privilegiadas do sítio do depósito de Rio Pardo, foi ordenado que nele se construísse um forte. Esse Forte, batizado em 1754 de Jesus-Maria-José, desde então sediou o Regimento de Dragões e tornou-se estratégico na defesa dos interesses lusos no Sul do Brasil, e especialmente serviu de anteparo militar ao processo de apropriação das terras na chamada fronteira de Rio Pardo. (VOGT, 2001)

Com a anulação do Tratado de Madri, em 1761, pelo Tratado de El Pardo, as contendas pela disputa territorial e fronteira na região platina foram retomadas. Os castelhanos empreenderam grande investida militar a partir de 1763, quando as tropas de Pedro Zeballos tomaram a Colônia de Sacramento e invadiram o território sul-riograndense, conquistando a cidade de Rio Grande. Como consequência, "...grande parte da população civil, incluindo inúmeros casais açorianos, retiraram-se então para o norte, alcançando os campos de Viamão e as terras da fronteira do Rio Pardo". (RÜDIGER, 1965, p.27).

²⁰ De acordo com Vogt (2001, p.80), "Os missionários, conforme o artigo XVI do tratado, deveriam ser reassentados na margem direita do rio Uruguai. Por se negarem a abandonar suas casas, igrejas, lavouras e cemitérios, motivaram a Guerra Guaranítica, ocasião em que os índios rebelados confrontaram-se com as tropas militares reunidas de Portugal e Espanha". A Guerra Guaranítica ocorreu entre 1752 e 1756.

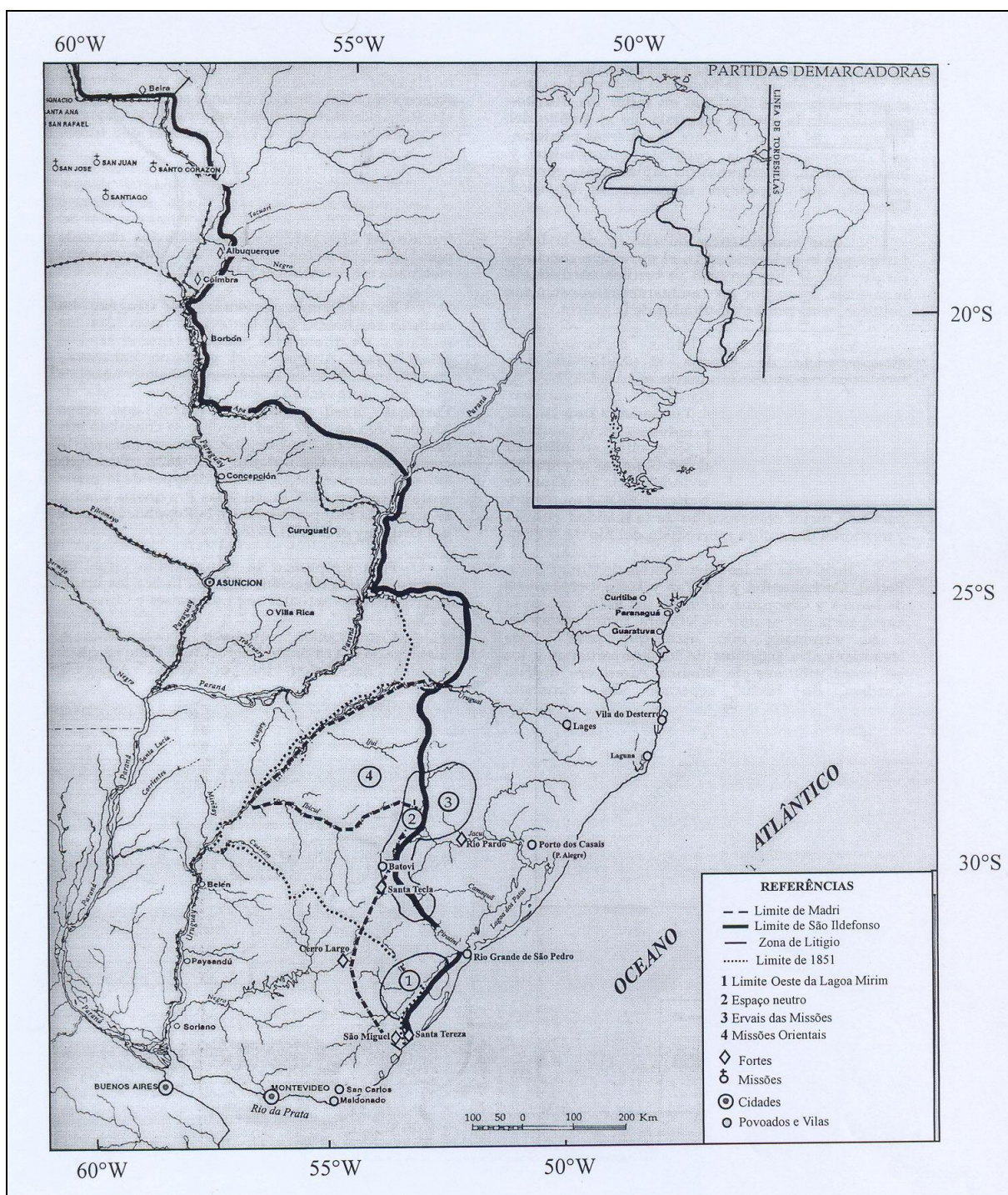


FIGURA 5 - Tratados de Madri (1750) e São Ildefonso (1777).

Fonte: MAEDER e GUTIERREZ (1995, p.61). Org. Rogério Silveira e Rita de Cássia Ritzel

De acordo com Pesavento (1985) e Fortes (1978), as necessidades de proceder a demarcação da nova fronteira advinda com o Tratado de Madri e de intensificar a ocupação e o povoamento dessas novas parcelas do território colonial levou a Coroa portuguesa a estimular a imigração de casais açorianos para o sul do Brasil.

Todavia, o levante dos índios missioneiros em 1753, dando origem à Guerra Guaranítica até 1756, fez com que essa estratégia de ocupação e povoamento fosse revista. O que acabou prevalecendo foi a instalação dos casais açorianos, especialmente ao longo do litoral (sul) e na faixa da depressão central, em inúmeros núcleos ou povoados.²¹

Na região do Rio Pardo, os casais foram assentados em Taquari, Santo Amaro, Rio Pardo e em Encruzilhada, onde receberam datas de terra, ferramentas e sementes que lhes pudessem prover os meios indispensáveis à sua fixação e existência material. Diante do diminuto efetivo do exército luso instalado no Forte de Rio Pardo, essa iniciativa buscava acima de tudo garantir a manutenção da linha de comunicação e de abastecimento, através do rio Jacuí, entre o comando militar aquartelado em Rio Pardo, na zona de fronteira, e os núcleos de retaguarda em Viamão e Rio Grande. (FORTES, 1978, p.79).

A consolidação do Forte de Rio Pardo fez com que fosse se constituindo junto à fortaleza um povoado que, além de militares e seus familiares, passou a contar com a presença crescente de comerciantes, forasteiros, tropeiros de gado, colonos açorianos, índios e escravos negros. Em 1769, diante da importância adquirida pelo povoado, esse era elevado à categoria de freguesia de Nossa Senhora do Rosário. Buscando a consolidação do forte, e de modo a assegurar a sua retaguarda, a Coroa distribuiu inúmeras sesmarias a povoadores pioneiros e a estancieiros, especialmente a militares, nas localidades de Taquari, Santo Amaro, Encruzilhada e Rio Pardo (VOGT, 2001 e RÜDIGER, 1965).

Rio Pardo, *a tranqueira-invicta*, conseguiu resistir aos ataques castelhanos e acabou servindo de base para a contra-ofensiva lusa que retomou a capital Rio Grande em 1776. (PESAVENTO, 1985).

De acordo com Vogt (2001), nessas recorrentes contendas os estancieiros compuseram a maior parte do contingente das tropas militares

²¹ Segundo Fortes (1978, p.79), "... em 1752 chegam ao Rio Grande do Sul, na barra do Rio Grande, os primeiros casais açorianos. Eram 278 famílias e um total de 1.300 pessoas". Singer (1977, p.145) também assinala que até "1760 estabeleceram-se no Rio Grande do Sul cerca de 2000 casais açorianos. Cada família recebia uma data de 272 ha e se dedicava ao cultivo de produtos de subsistência: milho, arroz, batata, mandioca, café, tabaco, legumes verdes, cebolas, melões, cereais, uva, etc., e também de alguns produtos comerciais: carnes, linho e principalmente o trigo".

não-regulares que foram responsáveis pela expulsão dos castelhanos do território do atual Rio Grande do Sul. Em 1777, um novo Tratado foi assinado, o de Santo Ildefonso, promovendo a paz entre as Coroas. (Figura 5) Com ele, acordou-se que, enquanto os espanhóis ficavam com Sacramento e a região dos Sete Povos das Missões, os lusos teriam sua fronteira ampliada a Oeste de Rio Pardo, tendo reconhecido sob seu domínio as áreas sobre as quais a Coroa portuguesa havia concedido sesmarias. (VOGT, 2001).

A disputa ibérica pelo território do Rio Grande do Sul e o vai-e-vem das fronteiras promoveram as condições para que os processos de ocupação, apropriação e uso do território também na região do Vale do Rio Pardo assumissem um conteúdo nitidamente militar, expresso na concordância e no apoio da administração colonial portuguesa à participação dos estancieiros e de seus peões agregados nas ações de defesa e de conquista do território. Em contrapartida, a Coroa portuguesa teve de tolerar o poder e a autoridade por ela outorgados aos estancieiros. Poder esse que os estancieiros e militares tiveram institucionalizado quando receberam as concessões de sesmarias, e que souberam aproveitar inclusive para se apropriarem de áreas de terras muito maiores do que a legislação colonial permitia. Assim, a pecuária foi o móvel principal através do qual a conquista e a apropriação do território regional e do Rio Grande do Sul puderam ser efetivadas.

Interessa-nos agora apreendermos a dinâmica da participação da região do Vale do Rio Pardo no circuito espacial do gado, especialmente quanto aos novos usos territoriais engendrados, e ao papel assumido pela então freguesia, e futura cidade, de Rio Pardo na organização do espaço regional e na dinâmica de seu desenvolvimento.

2 - O PAPEL DA PECUÁRIA E DO COMÉRCIO NO POVOAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE RIO PARDO E DO SUL DO TERRITÓRIO REGIONAL

A atividade pecuária desenvolvida no extremo Sul do território colonial brasileiro durante os séculos XVIII e XIX representou o principal meio de viabilização da ocupação, da apropriação e do povoamento inicial das terras aí localizadas, como aquelas da metade sul da região do Vale do Rio Pardo. A instalação do forte de Jesus-Maria em Rio Pardo além de assegurar a defesa militar do território, igualmente representou um importante ponto de apoio e de segurança aos interesses fundiários e econômicos dos estancieiros e comerciantes que aí começaram a se localizar, bem como acabou atraindo novos e crescentes contingentes de população.

A participação da região na economia colonial brasileira, como uma das principais regiões fornecedoras de gado vacum, eqüino e muar para a zona mineradora, acabou criando as condições para a promoção de novos usos do território regional, que resultaram em uma nova dinâmica de organização espacial. Nesse processo, vamos ter a difusão das estâncias de gado, a evolução, ainda que lenta, dos sistemas técnicos existentes, a formação e a ampliação do poder político e econômico da oligarquia rural, a transformação da estância em fazenda mercantil, e também o desenvolvimento da atividade comercial e a estruturação inicial dos primeiros núcleos urbanos da região.

Neste capítulo buscaremos analisar a dinâmica dessas mudanças na organização do espaço regional, destacando especialmente o modo como a economia regional acabou se integrando aos mercados internos colonial e nacional, e ao mercado internacional. Interessa-nos apreender as particularidades, as contingências e os efeitos dessa articulação sobre a formação do território e de seus núcleos urbanos, sobretudo em relação a Rio Pardo, nesse período a principal cidade da região.

2.1 - O circuito espacial do gado e a articulação do território regional ao mercado interno colonial

Com o advento da mineração do ouro e da extração de pedras preciosas nas primeiras décadas do século XVIII, a pecuária passou a ter um papel

importante, enquanto atividade econômica subsidiária que assegurava a reprodução daquela principal exploração colonial. De acordo com Moraes (2000), a colonização lusa do território brasileiro, com base no uso majoritário do trabalho compulsório e na combinação das desiguais potencialidades econômicas das diferentes áreas da colônia, engendrou uma especialização produtiva integrada dos lugares de modo a viabilizar a acumulação primitiva do capital mercantil. Nesse contexto de organização de uma primeira e incipiente divisão territorial do trabalho, um novo circuito espacial de produção colonial, o do gado, foi sendo engendrado no território brasileiro.

A dinâmica da atividade pecuária nessa época constituía-se de distintas etapas que, por sua vez, encetavam fluxos que se desenvolviam em distantes espaços do território e que articulados permitiam o funcionamento desse circuito. Um primeiro consistia nas incursões dos tropeiros e contrabandistas luso-brasileiros em áreas indígenas ou nas Vacarias – áreas sob a jurisdição espanhola – para o apresamento dos rebanhos; um segundo e decorrente fluxo era o deslocamento de parte desses rebanhos capturados para os currais²² e para as estâncias instaladas pelos luso-portugueses no território colonial português, ou nas áreas de fronteira onde havia a disputa pelo domínio territorial; o terceiro envolvia o transporte, “em pé”, desses rebanhos por caminhos e estradas de terra abertas nos campos e nas matas, das estâncias até a região de Sorocaba, em São Paulo, onde se localizavam as principais feiras de comercialização; o quarto e último fluxo iniciava no momento da comercialização até a entrega da “mercadoria” nas de destino: zonas de mineração e, de modo secundário, áreas de produção de açúcar e, mais tarde, de café. Como vimos antes, se o couro foi o primeiro produto que circulou por esse circuito, configurando-lhe o percurso inicial, foi principalmente o gado muar, seguido do eqüino e do bovino, o “produto” que mais importância teve no desenvolvimento desses fluxos e na dinâmica desse circuito.²³

²² Laytano (1983, p.13-14) assinala que os currais se prestavam “...para determinar a localização de cada internada e davam certa legitimidade da posse diante da ocupação precária, incerta e acidental dos campos.” Por internada, o autor se refere às áreas de pastagens ocupadas temporariamente pelos tropeiros para o descanso e a alimentação dos rebanhos ao longo dos caminhos, “...sem, entretanto, possuírem qualquer título de legitimidade pois que não se firmara, ainda, o direito de soberania naquelas paragens.”

²³ De acordo com Laytano (1950), Caio Prado Jr. (1967) e Viana (1974), durante o século XVIII e início do séc. XIX circularam por esse circuito, anualmente, provindos da região platina e do

Entre os principais caminhos do gado existentes nesse período destaca-se aquele que ligava as regiões dos rebanhos de gado do Rio Grande do Sul e da planície platina à zona mineradora da colônia, através da intermediação comercial da região de Sorocaba. (ELLIS JR., 1979). Essa ligação, que contou com o apoio da Coroa portuguesa, foi feita por paulistas e lagunistas através da abertura de caminhos e estradas de terra. Para tanto, em alguns trechos aproveitaram os trajetos dos antigos caminhos utilizados por índios e bandeirantes; em outros, tiveram que promover a abertura de novos percursos.

A figura 6 permite observar a importância da chamada “Estrada Geral de Sorocaba”, principal eixo do circuito espacial do gado que ligava a região de Sorocaba ao sul do território colonial. Segundo Viana, todos os caminhos e demais estradas então existentes nessa região do território colonial brasileiro

... vêm, afinal, confluir na grande estrada geral de Sorocaba, que é, ao mesmo tempo, ponto de partida dos clãs de preia para a Cisplatina e ponto de concentração das tropas ali preadas. De todas essas estradas antigas, a principal, a verdadeiramente arterial nesse sistema de circulação, era a que, partindo do centro sorocabano, atravessava Jaguariava, Castro, Ponta Grossa, Curitiba, Lajes e, depois, vingando os passos do rio das Canoas, das Caveiras e das Pelotas, penetrava nos campos da Serra Rio-Grandense – especialmente os da Vacaria, onde ela ia entroncar-se com a estrada de Passo Fundo e a do Viamão. Descida a serra, esta linha matriz atingia S. Antonio da Patrulha e, descendo por ai, ia até a planície do Guaíba, onde se bifurcava, dirigindo-se num esgalho **para o Rio Pardo** e noutro para a zona costeira – da Lagoa dos Patos, de onde se prolongava na direção da Lagoa Mirim até atingir o âmago da região cisplatina. Todas as outras estradas do platô curitibano e da Serra Rio-grandense vinham, afinal, se articular nessa estrada-eixo, nessa grande artéria. (VIANA, 1974, p.67) (Grifo nosso).

A região do Vale do Rio Pardo foi uma das áreas alcançadas por esse eixo de circulação, evidenciando a sua importância na configuração do circuito espacial do gado, como também no contexto da pecuária sul-riograndense.

Essa participação da região deu-se tanto como área de passagem, de instalação de currais temporários e de invernadas para as tropas de gado que eram apresadas nas Vacarias, ou nas Estâncias dos Povos, como também e, principalmente, por ter sido, inicialmente, zona de captura de gado, e,

Rio Grande do Sul com destino a Sorocaba, milhares de cabeças de gado vacum, eqüino e mular. Estes últimos, pela grande demanda de meios de transporte e de carga alcançaram crescente valorização. Segundo Caio Prado Jr. (1967, p.99), nesse período, “O Rio Grande exporta, por terra, de 12 a 15.000 béstas por ano; (...) De cavalos exportam-se apenas 4 ou 5 mil.”

posteriormente, importante área de criação. Nesse aspecto, em um primeiro momento preponderou a criação do gado, nas áreas do território regional onde se localizavam as estâncias dos Povos de São Luiz e de São Lourenço, e a parte sul da Vacaria dos Pinhais. Posteriormente, fruto da estratégia de ocupação da fronteira com a Espanha, as áreas da região do Vale do Rio Pardo, especialmente as localizadas no centro e no Sul, em ambientes de campo, acabaram também se especializando na criação colonial de gado.

Dentre os demais caminhos desse circuito, merece destaque a Estrada das Missões, inicialmente aberta pelos índios guaranis de modo a permitir o transporte para as missões jesuíticas, do gado da Vacaria dos Pinhais e da erva-mate extraída dos ervais nativos existentes entre o rio Jacuí e as nascentes do rio Uruguai. Essa antiga estrada manteve-se por mais de um século como importante via de comunicação entre o norte da região do Vale do Rio Pardo e a região de Soledade, e também entre aquela e a região das missões, na fronteira oriental do território sul-riograndense. Utilizada principalmente pelos tropeiros, ela teve seu percurso inicial estendido até Passo Fundo, permitindo assim uma rota alternativa de ligação com a Estrada Geral de Sorocaba.

Um outro caminho que teve importância para a região do Vale do Rio Pardo foi a chamada Picada do Botucaraí que iniciava na margem direita ocidental do rio Pardo, no atual município de Candelária, e findava nos campos de Cima da Serra, no atual município de Sobradinho. Aberta na mata em 1810, por militares baseados em Rio Pardo, essa picada, ao transpor a Serra do Botucaraí, permitiu melhores condições de comunicação das áreas de criação de gado localizadas no sul do Vale do Rio Pardo (Rio Pardo e Encruzilhada do Sul) com a Estrada das Missões. Esse novo caminho foi estratégico para os portugueses na medida em que além, de alimentar o comércio do couro e do gado, tanto com as Missões como com a região de São Paulo e de Minas Gerais, também possibilitava melhor controle e defesa do território português das incursões militares espanholas. (FRANCO, 1975, p.21).

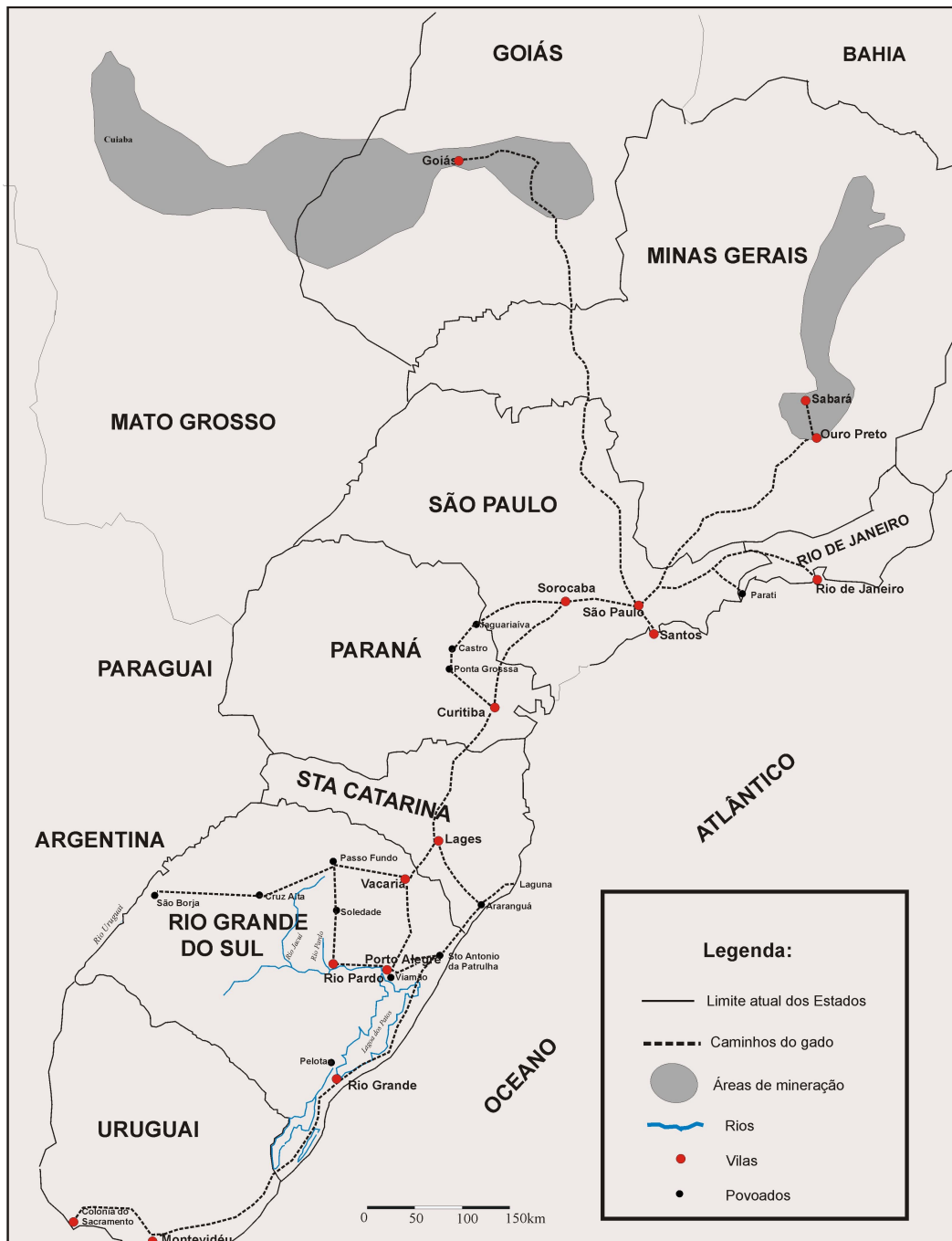


FIG. 6 - O circuito espacial do gado e a região de Rio Pardo - Séc. XVIII
 Fonte: Adaptado de SIMONSEN (1977). Organização: Rita de Cássia Ritzel e Rogério Silveira

Alguns dos lugares utilizados pelos tropeiros como suporte à circulação dos rebanhos – pouso, currais ou invernadas – acabariam mais tarde tornando-se importantes bases de fixação do povoamento inicial, originando assim os primeiros povoados e núcleos urbanos do território gaúcho e regional. (BARROSO, 1980). Na região do Vale do Rio Pardo, esses foram os casos das localidades de Encruzilhada, no cruzamento de antigos caminhos de tropas no

divisor de águas dos rios Jacuí, e Camaquã (PIMENTEL, 1949); e de Sobradinho, enquanto pouso existente na chamada Picada do Botucaraí.

De acordo com Laytano (1983) os dados relativos ao contingente dos rebanhos existentes em 1787 no território sul-riograndense revelam que a região pastoril de Rio Pardo constituía-se na principal zona de gado de diferentes espécies: 59,85% do gado vacum, 66,43% do gado eqüino, 72,66% do gado muar e 70,09% do gado ovino. Embora tenhamos presente que nessa época a região pastoril de Rio Pardo compreendia uma imensa zona de fronteira que se estendia a Oeste, até o rio Uruguai, portanto muito maior do que o atual território regional do Vale do Rio Pardo, os dados sistematizados por Laytano (1983) revelam a importante participação de outras localidades da região no circuito espacial do gado. As estâncias localizadas na vila de Rio Pardo e nas localidades de Couto (atual município de Santa Cruz do Sul), de Encruzilhada (atual Encruzilhada do Sul) e de Santo Amaro (atual município de General Câmara) foram responsáveis por uma parcela significativa dos rebanhos existentes nessa região: 46,99% do gado vacum, 49,49% do gado eqüino, 48,11% do gado muar e 56,21 do gado ovino.

2.2 - A pecuária e os novos usos do território regional

Nesse período em que a pecuária se afirmava como importante atividade subsidiária das principais ações produtivas coloniais, bem como meio estratégico de ocupação e apropriação do território colonial, vamos ter mudanças importantes no âmbito do próprio modo de criação do gado. Mudanças essas, expressas nas relações de produção que o sustentavam, e no sistema técnico que o viabilizavam. Ou seja, como condição e resultado dessa nova posição do setor na economia colonial, o desenvolvimento da pecuária no extremo sul do Brasil, e também na região do Vale do Rio Pardo, se fez acompanhado de mudanças importantes no uso do território regional.

Como nos lembram Santos (1999) e Ribeiro (2003), pensar teoricamente o território como território usado, como território praticado permite avançar analiticamente no sentido de não apenas identificarmos os usos que a pecuária enceta no território regional, mas também de buscarmos relacioná-los e

explicá-los através da ação política, da práxis que os anima. Nesse aspecto, são as ações mediadas pelas relações sociais e econômicas existentes e reguladas pelas normas então em vigor, e seus vínculos com o sistema técnico produtivo da pecuária, que concorrem para a promoção de novos usos do território e de uma nova organização territorial, especialmente do Sul do Vale do Rio Pardo.

A economia pastoril desenvolvida no Rio Grande do Sul nesse período apresenta características de um “capitalismo impuro, dependente e subdesenvolvido”, mas que, em essência, são sobretudo capitalistas²⁴. Para Freitas (1980, p.10-11):

(...) a massa de trabalhadores rurais da estância gaúcha se compôs de homens juridicamente livres que, não possuindo a nenhum título os meios de produção, tinham de vender sua força-de-trabalho para prover à subsistência. O trabalho escravo ou semi-servil aparece esporádica e isoladamente na produção pecuária. O que prepondera de forma absoluta, é o trabalho assalariado dos peões, em número variável, segundo o tamanho da propriedade e os períodos da produção. (...) Uma pequena parcela da produção bovina se destinava decerto ao consumo do estancieiro e dos seus trabalhadores, mas o sistema produzia fundamentalmente valores-de-troca.

O processo de acumulação primitiva de capital na economia pastoril gaúcha guardou especificidade própria. Diferentemente da regra geral capitalista, em que a acumulação se dá basicamente através da exploração do trabalho social, mediante a obtenção da mais-valia, no caso em tela ele também foi resultado das normas e ações do Estado português em relação a essa região da colônia brasileira. Essas se concretizaram especialmente através das autorizações, dos subsídios e do apoio militar à conquista, ao contrabando e à pilhagem de gado, enquanto estratégias de ocupação e posse do território colonial. (FREITAS, 1980).

Assim, enquanto o gado selvagem, capturado pelos tropeiros e militares, constituía-se no capital constante e circulante da economia pastoril, a apropriação de terras também se realizava regulada pela normatização lusa

²⁴ De acordo com Freitas (1980, p.11), o fato de ter havido no sistema pastoril gaúcho a coexistência de uma economia natural voltada para a produção de valores de uso através do trabalho escravo, ou mesmo do trabalho livre, não descaracteriza, em essência, o conteúdo capitalista desse sistema de produção baseado no trabalho assalariado.

que disciplinava a concessão de terras (datas e sesmarias) no território colonial.

Na verdade, esses processos eram indissociáveis: “a apropriação do gado implicava a da terra necessária para mantê-lo; a posse de uma grande propriedade assegurava a do gado alçado [selvagem] que nela pastava.” (FREITAS, 1980, p.15). Além do mais, as condições técnicas e econômicas que envolviam o então desenvolvimento da pecuária – prevalência das condições naturais na determinação do ciclo reprodutivo dos animais e na definição de sua idade econômica para fins de comercialização, a delimitação natural das áreas de confinamento do gado, predomínio do sistema técnico adotado pelos indígenas, e escassos recursos econômicos disponíveis – impunham a configuração de grandes propriedades para a viabilidade da atividade pastoril. De modo geral, esse foi o sentido e a lógica fundantes da difusão da apropriação de grandes áreas de terra no extremo sul do Brasil e no sul da região do Vale do Rio Pardo.²⁵

Muito embora os militares tenham sido a maioria dos ocupantes de grandes extensões de terra que solicitava a concessão de terra ao governo português para a criação de gado, também há registros, nesse sentido, de tais iniciativas por parte de tropeiros, de negociantes de gado e de comerciantes (ALBECHE, 2002). Além desses grupos sociais hegemônicos, havia, também, em menor número, agricultores de origem açoriana que receberam datas de terra no entorno dos povoados de Rio Pardo, Santo Amaro e Encruzilhada para desenvolverem uma agricultura intensiva, a fim de abastecer o mercado interno da capitania do Rio Grande. A maior lucratividade obtida na atividade pecuária, comparativamente à produção agrícola, especialmente a do trigo, fez com que muitos colonos passassem à criação de gado e à gradativa ampliação de suas propriedades. (LAYTANO, 1983).

²⁵Embora essa seja uma tendência geral na ocupação das terras do Rio Grande do Sul, Osório (1995), ao analisar os dados do primeiro recenseamento realizado no território gaúcho, em 1784: “Relação de moradores que tem campos e animais nesse Continente” assinala que em relação aos distritos de Santo Amaro e de Encruzilhada os maiores rebanhos e as maiores extensões de terra estão registradas em nome dos proprietários que combinam criação de animais com lavouras. É preciso, todavia, relativizar essa constatação na medida em que não há menção, no referido recenseamento, quanto à área destinada à agricultura e ao volume da produção.

Nesse período, a estância representava o padrão espacial hegemônico de ocupação e povoamento do território gaúcho e regional. Dreys (1990, p.94) relata que a estância é identificada no Rio Grande do Sul por uma área de campo, de no mínimo 13.068 ha, povoada de rebanhos bovinos, eqüinos, muares e ovinos, onde os animais se reproduzem “na razão da quantidade inicial, da vastidão do território e da bondade dos pastos”.²⁶

Nesse sentido, assinala Laytano (1950, p.71):

O estancieiro dessa época não emprestava importância à terra, porque de fato a terra não tinha grande valor. Suas propriedades não eram cercadas, e as confrontações se delineavam pelos acidentes geográficos ou alguns marcos. (...) As invernadas e os currais também eram vagamente assinalados na fazenda. Quanto aos rebanhos, nem se pensava em espécies ou seleção, apenas em quantidade.

Com essas características, a estância constituía-se no núcleo principal da empresa pastoril capitalista.²⁷ Em um primeiro momento, a atividade mercantil se deu de modo incipiente, através da comercialização, sobretudo, do couro, do sebo, de crinas e de aspas para o mercado interno colonial, e, em seguida, como vimos antes, através do comércio de tropas de gado, inserindo a região no circuito espacial do gado.

Nesse contexto, o sistema técnico então adotado envolvia a combinação das condições naturais existentes nas propriedades e o trabalho socialmente produzido. De um lado, valorizava-se a qualidade das pastagens e a presença de aguadas, que favoreciam a obtenção de níveis maiores de produtividade dos rebanhos, de outro lado, essa produtividade somente se materializava através do intenso trabalho social dos peões, e era este em última instância, que conferia e agregava valor ao capital representado pelos animais. (FREITAS, 1980).

²⁶ Para Dreys (1990, p.94), “Estância perfeita é a que mais segurança oferece aos interesses do especulador, é aquela que é cercada por limites naturais, como morros íngremes, matos impenetráveis, e melhor de tudo, rios profundos, pois dali não pode sair o gado vagabundo, e mais resguardada está a fazenda das depredações dos roubadores, e mesmo dos viajantes”.

²⁷ Macedo (1964, p.94), ao analisar o inventário de algumas das principais estâncias de Rio Pardo, descreve que a Estância de Nossa Senhora da Vitória, a mais rica desse período, possuía : “ 72.760.600 braças quadradas (aproximadamente 35.216 ha), que pelos inventários de 1803 acusa 21.450 cabeças de gado bovino, enquanto as mais povoadas da mesma época possuíam cêrca de 5.000 cabeças.”

Assim, da captura do gado e da extração do couro à realização periódica de rodeios – onde o gado selvagem era confinado, tratado, curado, castrado, domado, marcado e costeado –, o trabalho dos peões para preparar os rebanhos para a comercialização era intenso e perigoso. Em propriedades indivisas e sem cercas, essas atividades exigiam a presença de 20 a 30 peões, o que implicava um alto custo que apenas os estancieiros mais bem abonados podiam arcar. Com a conquista e monopolização das terras pelos estancieiros e a desagregação das sociedades indígenas causada pelo processo de ocupação e colonização do território, aqueles puderam também dispor desde cedo, e sem custo, de uma numerosa e especializada força de trabalho para as atividades pastoris. Isso porque foram os índios missioneiros os que desenvolveram originariamente a técnica de trabalho e de produção da pecuária nessa região.²⁸ (FREITAS, 1980 e LAYTANO, 1983).

Embora a pecuária fosse a principal atividade então desenvolvida nas estâncias, estas também apresentavam atividades subsidiárias organizadas sob outras formas de relações de produção. Trata-se, de acordo com Xavier (1964), do trabalho escravo de negros africanos na promoção da economia natural, através das atividades desenvolvidas na lavoura extensiva e de subsistência, nos serviços domésticos e na indústria caseira, junto à sede da estância. Esse modo particular de organização econômica e social existente nas estâncias gaúchas assentava-se sobretudo no modo como essas relações sociais eram reproduzidas. Nesse aspecto, lembra Xavier (1964) que a figura do estancieiro se destaca. Reconhecido pelos trabalhadores assalariados como patrão, pelos escravos como senhor, e por ambos como aquele que lhes podia garantir proteção não apenas em épocas de guerra, o estancieiro procurava assegurar essa condição cultivando intensas relações de dependência, de compadrio e de favores.²⁹ Relações essas que, além de acabarem criando um

²⁸ As técnicas de criação dos rebanhos como o aquerenciamento do gado, o rodeio, a invernada, a castração, o tratamento veterinário foram desenvolvidas pelos índios guaranis e minuanos, e por eles transmitidas aos europeus. Também foram eles que transmitiram àqueles os instrumentos de trabalho como a boleadeira, o laço, a bota e a roupa de couro, mas também, o churrasco, o charque, o mate e o fumo. (FREITAS, 1980, p.28).

²⁹ Xavier (1964, p.60) assinala que a crescente dependência dos trabalhadores livres ao estancieiro se manifestava através da cessão de favores ao peão campeiro e à sua família como, por exemplo, a concessão do direito de o peão ocupar trechos das terras da estância para construir seu rancho e sua horta, ou ainda pela doação de animais (novilhos) aos peões por ocasião da marcação de animais, ou pela oportunidade de ver seus filhos na condição de

tipo político característico dessa época: o coronel – agente hegemônico pelo seu poder econômico e político –, também fundamentaram os modos de uso do território tanto no âmbito da estância, como no da região.

De modo geral, as longas distâncias existentes entre as sedes das estâncias e os povoados mais próximos, a precariedade dos meios de comunicação e de transporte aliadas a essa estrutura econômica mista das estâncias, ofereciam as condições para que nesse período as mesmas se revelassem unidades que produziam boa parte do que precisavam para a reprodução social e para o desenvolvimento da atividade pecuária.³⁰ Em Rio Pardo, a existência do forte e de tropas regulares fez com que as sedes de algumas das estâncias se localizassem próximas à povoação, aproveitando dessa proximidade para suprir eventuais demandas junto às casas comerciais.

A organização espacial das estâncias informava o sentido dessas relações e o modo de uso dessa importante parcela do território, integrada plenamente ao funcionamento do sistema pastoril. Ao inventariar e analisar a configuração espacial das principais estâncias existentes na freguesia de Rio Pardo, no século XVIII, Macedo revela alguns dos seus principais objetos espaciais:

Além das mangueiras e poteiros necessários a este trabalho[preparação do gado bovino e muar para ser comercializado], a estância compreendia um conjunto de prédios, que foram constantes nas suas instalações porque estavam relacionados à elaboração dos produtos em, que maior ou menor grau, viriam a se constituir em mercadorias. Um deles é a atafona, primeira instalação industrial para o fabrico da farinha e seus derivados. (...) Outra instalação importante foi a casa do charque, necessária para prolongar a duração da carne que serviria para o consumo entre duas carneações, para o comércio próximo e para a alimentação dos tropeiros nas longas viagens de transporte do gado. Uma terceira instalação era a senzala. (...) As estâncias maiores dispunham ainda de uma capela separada dos outros blocos. [Essas] construções ocupavam, geralmente, uma elevação do terreno, pequena colina que permitia descortinar os mais distantes horizontes e, salvo raras exceções, o único bloco elevado do solo era a residência. Assim, embora a área da habitação não fosse predominante sobre a das demais instalações, a sua altura a colocava em posição de destaque, com uma fachada que se impunha sobre as demais paredes. (MACEDO, 1964, p.95-96).

afilhados do patrão. Esses favores alimentavam nos peões o sentido de plena fidelidade ao estancieiro e à sua família.

³⁰ Nessa primeira fase da atividade pecuária, poucos eram os produtos não produzidos na estância, basicamente, café, sal e açúcar, e portanto haviam de ser buscados fora, nas casas comerciais de Rio Pardo ou de Porto Alegre. (XAVIER, 1964.)

O destacado papel das estâncias no desenvolvimento dessa primeira fase da atividade pecuária revela que as relações espaciais preponderantes eram aquelas existentes entre as estâncias e as áreas de gado selvagem, como também com os centros de comercialização dos produtos do gado e do gado em pé. A relativa autonomia econômica da estância e o poder econômico, político e também militar dos estancieiros condicionavam e direcionavam a relação entre campo e cidade. Nesse sentido, muito embora Rio Pardo desempenhasse nesse período o papel de importante entreposto comercial para toda a região da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, eram os vínculos com a pecuária e a relação com a demanda das estâncias que acabavam condicionando seu dinamismo econômico. No caso dos pequenos povoados de Santo Amaro e de Encruzilhada, essa relação de dependência das estâncias localizadas em seu entorno era ainda mais sentida. Nesse aspecto, Laytano (1950) assinala que foi o capital dos estancieiros, advindo da comercialização do couro e das tropas de cavalos e muares, o que aquecia a economia dos núcleos urbanos na medida em que financiava a importação pelas casas comerciais locais dos produtos demandados pela família estancieira e assegurava a efetivação da sua compra.³¹

Assim, esses usos do território revelavam o predomínio da atividade pastoril como ação produtiva, e da estância como principal sistema de objetos técnicos presente na dinâmica de organização do espaço regional. A estância se apresentava como centro produtor, como centro do poder político, e de apoio logístico e militar à defesa do território colonial português. Os diferentes usos do território tiveram lugar nos limites das grandes propriedades e, no seu conjunto, informavam uma dinâmica espacial vinculada às condições técnicas e econômicas próprias a essa fase inicial do desenvolvimento da pecuária gaúcha.

³¹De acordo com Laytano (1950, p.73-74): "As casas de fora, as casas das fazendas, eram as que consumiam a maior parte das importações, e isso porque as estâncias constituíam lugares de residência de muita gente. As famílias dos estancieiros moravam quase todo o ano fora, na propriedade rural, e somente no inverno se transferiam para a cidade. (...) Mobiliava-se a casa da campanha com mais cuidado do que a casa da cidade, e fora "os ranchos" de víveres chegavam a formar estoques muitas vezes maiores do que nos próprios armazéns." Armazéns esses, que além de existirem na povoação, como armazéns de seco e molhado, também existiam na campanha, os chamados armazéns de beira de estrada, e que tinham de tudo e que nesse período supriam o que não havia nas estâncias.

Todavia, esse contexto começou a ser alterado, principalmente, a partir do século XIX. Trata-se da segunda fase do desenvolvimento da pecuária gaúcha, período em que ocorreram alterações na dinâmica de produção da atividade pastoril, encetando por sua vez mudanças na organização do território regional.

Podemos identificar um conjunto de ações, normas e contingências que foram engendradas em distintas escalas e tornaram-se decisivas na promoção dessas mudanças. Um primeiro grupo de ações se refere àquelas que foram engendradas externamente ao território sul-riograndense. No âmbito da escala colonial, o gradativo esgotamento da atividade mineradora começava a tornar alto o custo do apresamento e do transporte dos animais selvagens pelos estancieiros e tropeiros levando a uma conseqüente redução do comércio de gado, especialmente o muar provindo do sul do Brasil. Além disso, a promulgação da independência do Brasil e a definição ainda que parcial dos limites e das fronteiras do território nacional junto aos países do Prata impuseram um gradativo abandono da antiga estratégia de ocupação e apropriação militar da terra. Por sua vez, a institucionalização da Lei de Terras, em 1850, redefiniu as regras de acessibilidade e apropriação da terra, na medida em que a partir de então a terra deixava de ser doada, tornava-se mercadoria, adquirindo valor mercantil e o seu acesso passava então a ser mediado pelo mercado. Por fim, a abertura do mercado internacional (Antilhas) e principalmente, do mercado nacional para o charque gaúcho – cuja demanda pelas províncias do Nordeste e do Rio de Janeiro buscava suprir a alimentação da mão-de-obra escrava empregada nos canaviais e cafezais – oferecia uma nova alternativa econômica para os estancieiros, redirecionando assim a produção pecuária do Rio Grande do Sul, e da região do Vale do Rio Pardo. (PESAVENTO, 1985).

Essas ações de cunho mais geral e de conteúdo mais estruturantes para o desenvolvimento da pecuária se fizeram acompanhadas por um segundo grupo de ações, não menos importante, que tiveram lugar no âmbito do território sul-riograndense. Uma primeira se refere ao processo de fracionamento das grandes propriedades de terra, fruto das heranças sucessivas aos descendentes do estancieiro, o que levou ao parcelamento da

área da estância em lotes que passaram a ser cercados. Em segundo lugar, diante do intenso fluxo comercial do couro e do sebo do gado bovino, do gado eqüino e mular, e, principalmente, da nova demanda de carne bovina para o charque, tivemos o acelerado esgotamento dos rebanhos selvagens até então disponíveis nas Vacarias e campos naturais. Na verdade, essas ações se deram de modo combinado caracterizando as mudanças em curso e conferindo particularidade ao modo como a atividade pastoril passava então a se realizar na região e no conjunto do território gaúcho. Nesse aspecto, Xavier (1964, p.63) destaca:

As estâncias limitadas agora pelo aramado, que dividia as heranças, eram cuidadas pelo capataz, que não precisava mais tantos homens para atender aos serviços normais. Pouco a pouco terminava o gado xucro e o tipo e o ritmo de trabalho se modificavam. A valorização da carne levou à seleção do rebanho, que agora era cotado antes pelo pêso do que pelo número de cabeças.

Por fim, há que se destacar que por conta dessas ações houve a necessidade de se promoverem alterações no sistema técnico até então existente. A crescente demanda de carne para o charque,³² combinada com a limitação da oferta natural dos rebanhos, impunha o interesse em ampliar a produtividade da produção pecuária. Até então, o aumento da produtividade era obtido pela captura e pelo contrabando de gado em terras alheias, ou pela ocupação e apropriação de novas terras para pastagem ou com rebanhos. Diante da valorização mercantil das terras e do controle imperial ao contrabando na região da fronteira, mas também pelo fracionamento e cercamento das propriedades, a busca de níveis maiores de produtividade passou a ser realizada através da promoção de inovações técnicas que permitissem a produção de mais gado nas mesmas ou em menores extensões de terra. Essas inovações técnicas não tiveram lugar ao mesmo tempo e em todos os lugares, nem tampouco o foram com a mesma intensidade. A maior ou menor resistência à mudança cultural no modo de “produzir” o gado, bem como os novos custos econômicos que essas inovações representavam, explicam essas diferenças.

³² Para Silva (1979, p.59), a indústria do charque no Rio Grande do Sul inicia embrionariamente em 1779, ganhando relevo principalmente a partir de 1810, em razão da crise dos saladeiros da região do rio da Prata - provocada pelas disputas militares entre uruguaios e argentinos - e atingindo seu apogeu em 1868, período a partir do qual inicia o seu declínio.

De todo modo, essa busca de maior produtividade implicava desenvolver o processo de criação do gado, inteiramente e de modo intensivo, no âmbito das estâncias. (FREITAS, 1980). Isso demandou melhorias nos currais, nas pastagens, no tratamento veterinário, no cuidado com a guarda e a reprodução adequadas dos rebanhos, na seleção dos rebanhos e na engorda do gado até o ponto de ele poder ser comercializado. Essas inovações técnicas foram implementadas através do emprego de um menor contingente de trabalhadores assalariados uma vez que algumas das atividades, antes existentes na lida com o gado, deixaram de existir, ou tiveram seu ritmo e intensidade modificados pelas mudanças técnicas adotadas.³³

Como lembra Xavier (1964), temos nesse período a transformação da estância em fazenda. Ou seja, de uma organização espacial assentada em um modo de vida animado por laços familiares e de dependência, de relações sociais de produção baseadas na escravidão e no trabalho livre, e de uma economia mista de atividades extensivas, passa-se para uma nova organização, cujo móvel principal vem a ser a exploração mercantil e intensiva da criação de gado nas propriedades de terra.

Assim, na medida em que a maior parte das atividades produtivas confluía para o desenvolvimento da economia mercantil tivemos uma crescente especialização das propriedades rurais da região na criação do gado bovino para o abastecimento das charqueadas. Isso permitiu a criação de uma nova solidariedade espacial e a agregação de valor à atividade pastoril. Se antes os principais vínculos produtivos das estâncias eram com as áreas de gado selvagem nas Vacarias e Estâncias dos Povos, e os vínculos comerciais, com as áreas de mineração e do sudeste do Brasil, nesse período, os novos fluxos econômicos articulavam as fazendas de gado da região com as charqueadas localizadas no sudeste e no litoral gaúcho.

³³ Alguns exemplos dessas mudanças técnicas sobre as atividades até então desenvolvidas podem ser assinalados no caso da captura de gado selvagem e do rodeio. No primeiro caso, com o esgotamento dos rebanhos selvagens e o fim do contrabando essa atividade deixou de existir, no segundo, a existência de campos cercados reduziu a intensidade e quantidade de trabalho necessário para amansar e reunir o gado, bem como não mais exigia a necessidade da marcação do mesmo.

Nesse contexto, esse conjunto de ações acabou também incidindo no modo de uso do território, especialmente quanto à nova dinâmica relacional existente entre campo e cidade na região.

Diante da crescente especialização das propriedades rurais gaúchas na criação de gado, começou a ocorrer o desaparecimento da economia natural “... pelo desligamento progressivo da família, transferida para os centros urbanos. Reduzida a participação da mão-de-obra nesta economia, e não constituindo ela mercado vantajoso, até mesmo os mascates e caixeiros-viajantes deixaram de freqüentar os núcleos rurais”. (XAVIER, 1964, p.63).

Enquanto as fazendas de criação de gado passam a ser administradas por capatazes, a família do estancieiro e os escravos de sua propriedade, juntamente com a mão-de-obra excedente e temporária dos peões, passavam, gradualmente, a residir nos povoados de Encruzilhada, de Santo Amaro e, principalmente, em Rio Pardo. Com o tempo, esses estancieiros passam a gerir seus negócios, exclusivamente, da vila de Rio Pardo e nela igualmente começam a consumir e a investir o capital acumulado com a venda do gado, sobretudo na atividade comercial. Já os trabalhadores rurais, quando não estavam temporariamente empregados nas fazendas, procuravam se reproduzir vendendo sua força de trabalho nas atividades urbanas, ampliando assim o estoque de força de trabalho disponível na cidade.

Nesse sentido, as transformações técnicas e produtivas da criação de gado e as mudanças no modo de vida e de uso do território, especialmente nas áreas rurais da região, contribuíram decisivamente para o desenvolvimento urbano de Rio Pardo.

2.3 - Rio Pardo: de núcleo de defesa militar a entreposto comercial regional

Entre o final do século XVIII e a metade do século XIX, o povoado de Rio Pardo, além de representar ponto estratégico de defesa e resistência militar no âmbito das disputas territoriais com a Espanha, bem como suporte logístico à ocupação e ao povoamento luso-brasileiro do Sul da colônia brasileira, também se constituiu em um importante centro comercial. Para lá se dirigiam inúmeros

estancieiros, militares, comerciantes, negociantes, caixeiros-viajantes e trabalhadores excedentes da ampla região da fronteira do Rio Pardo.

Assim, além da busca de segurança, buscava-se a realização de interesses econômicos naquela que era a principal povoação do interior do território da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul. Como vimos antes, os rebanhos de gado então existentes em Rio Pardo e em seu entorno conferiam à região papel de liderança na economia pastoril gaúcha, especialmente no fornecimento do gado em pé e na produção de peças de couro e derivados do gado. Mas a região, nesse período, também se destacava economicamente pela produção de trigo realizada pelos imigrantes açorianos ao longo do Jacuí, e especialmente nos distritos de Santo Amaro e de Encruzilhada do Sul. Enquanto o trigo representava o principal produto agrícola regional³⁴, outros produtos como o arroz, o milho, a batata, a mandioca, o fumo, a cebola e legumes também eram produzidos, ainda que numa escala menor de produção. (SILVA, 1979).

Na escala do território sul-riograndense, em 1801 finalmente foi obtida a conquista da região dos Setes Povos das Missões. Esse novo espaço então incorporado ao domínio colonial português passou a ser ocupado e povoado por luso-brasileiros vindos dos Campos de Curitiba e de São Paulo, representando assim um novo e potencial mercado de consumo. Com a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro, tem início, em 1810, a abertura dos portos às nações amigas, permitindo assim o desenvolvimento das importações. (SOUZA, 1998). Essas ações, de modo combinado, acabaram por incrementar a função comercial de Rio Pardo, animando a produção pecuária e agrícola da região, bem como estimulando o investimento de capital na ampliação e na criação de novos estabelecimentos comerciais. Além disso, o fato de Rio Pardo estar justamente situada na confluência dos rios Pardo e Jacuí – então principal via de circulação – e ser também alcançada pelos principais caminhos de terra então existentes, conferiam à povoação e aos

³⁴ Segundo Laytano (1983, p.243), em 1781 a produção de trigo no Rio Grande atinge 55.897 alqueires [152.039 ha], e destes foram produzidos em Rio Pardo: 4.963 alqueires [13.499 ha], em Encruzilhada: 2.321 alqueires [6.313 ha] e em Santo Amaro: 2.955 alqueires [8.037 ha]. A produção foi sendo ampliada até alcançar 342.087 alqueires [930.476 ha] em 1813, momento em que em função do avanço da praga da ferrugem que atacou os trigais, bem como da diminuição do preço em razão da concorrência da produção européia, a cultura foi gradativamente diminuindo, perdendo importância. (SILVA, 1979, p.60-61).

seus estabelecimentos comerciais, nesse período, importância destacada no processo de desenvolvimento econômico e na organização do território gaúcho.

Como decorrência e também pela necessidade de organização administrativa dessa Capitania, em 1809 a Coroa eleva a então freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo à condição de sede municipal. Efetivada em 1811 como cidade, Rio Pardo, juntamente com Porto Alegre, Rio Grande e Santo Antônio da Patrulha, integrava então a primeira divisão administrativa da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul. (BARROSO, 1980). A figura 7 permite observar a abrangência territorial da sede administrativa de Rio Pardo, bem como perceber a importância dessa ampla dimensão espacial no desenvolvimento da sua função comercial.

A extensão territorial do município de Rio Pardo correspondia a mais da metade das terras da Capitania e sua jurisdição política e administrativa envolvia as freguesias de Nossa Senhora da Conceição de Cachoeira, de Santo Amaro e São José do Taquari, bem como as capelas de Santa Bárbara da Encruzilhada, de Nossa Senhora da Assunção de Caçapava, de Santa Maria da Boca do Monte; e os povoados de Nossa Senhora do Rosário de São Gabriel e os Sete Povos das Missões. (VOGT, 2001).

A elevação de Rio Pardo à sede municipal implicou a criação da Câmara Municipal, a nomeação de vereadores e de juizes, o provimento dos demais cargos administrativos, como também tornou possível a construção do pelourinho e a criação de toda uma legislação pública municipal. Ou seja, foi necessário um conjunto normativo que passava a regulamentar e a regular o desenvolvimento urbano, a atividade pecuária e comercial, as concessões e negociações fundiárias, e grande parte da vida cotidiana. (SOUZA, 1998 e LAYTANO, 1983).

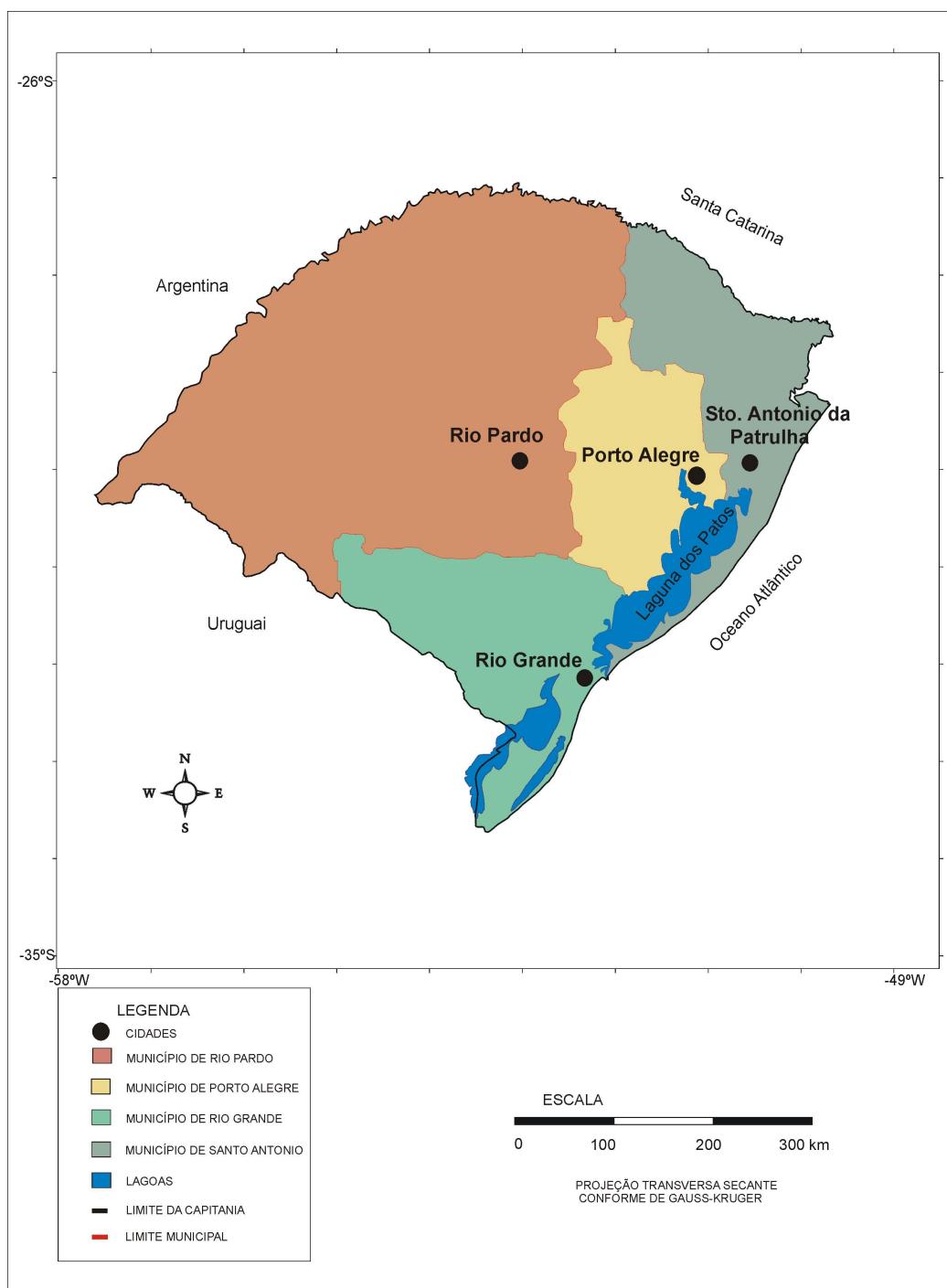


FIG. 7: Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul: divisão administrativa de 1809. Fonte: Adaptado de Souza (1998, p.29). Org: Laboratório de Geoprocessamento - UNISC.

No contexto mais amplo de desenvolvimento comercial de Rio Pardo, é preciso considerar a presença e as ações engendradas pelos comerciantes na produção e organização inicial do espaço regional, especialmente quanto aos seus reflexos em relação aos usos do território. Todavia, esse grupo social não tinha a mesma procedência, nem apresentava o mesmo conteúdo social, o que

implicava que suas práticas políticas e suas estratégias econômicas não eram as mesmas.

De acordo com Albeche (2002) e Souza (1998), os comerciantes constituíam um grupo social heterogêneo que reunia negociantes, negociantes-militares, estancieiros-comerciantes, funcionários público-militares. Souza (1998, p.14), buscando identificar traços comuns entre os comerciantes instalados em Rio Pardo nesse período, assinala a “... ascendência portuguesa, [serem] casados, militares, proprietários de casas comerciais no núcleo urbano; [serem] donos de escravos e [possuírem] meios de transporte; realizavam vendas a crédito, emitindo letras de câmbio; pagando e cobrando a juros, emprestando dinheiro e financiando negócios.”

Ao analisar os Registros Gerais da Câmara de Rio Pardo, entre os anos de 1814 e 1818, Albeche (2002, p.146) sugere que o exercício do comércio possibilitou a acumulação de riquezas e, sobretudo, a apropriação de terras e a posse de títulos militares nessa Capitania, “sendo, muitas vezes, esses obtidos como parte dos pagamentos pendentes que a Coroa portuguesa havia contraído.” Outros comerciantes, segundo Vogt (2001, p.101), uma vez acumulando capitais passaram a diversificar seus negócios: adquirindo lojas, barcos, produzindo charque e emprestando dinheiro a juros.

Quanto à origem dos comerciantes, Souza (1998, p.172) assinala que apenas dois eram nascidos em Rio Pardo, sendo os demais oriundos das cidades portuguesas de Braga e do Porto, e das cidades brasileiras de Laguna, de São Paulo e, principalmente, do Rio de Janeiro. A esse respeito, Vogt (2001, p.100) destaca que os comerciantes normalmente

(...) estavam atrelados, por redes sociais e familiares, aos comerciantes de grosso trato existentes no Rio de Janeiro. [³⁵] Interessados em expandir as suas atividades comerciais para o Sul, os negociantes daquela praça promoveram o deslocamento de caixeiros de suas relações e de outros seus protegidos para gerirem a comercialização do trigo, couro e charque ou para administrar contratos de arrematação da Coroa. Dentre esses, os mais bem sucedidos alçaram-se à condição de correspondentes ou sócios dos seus antigos patrões.

³⁵ De acordo com Vogt (2001, p.101), os comerciantes que nesse período atuavam em Rio Pardo “eram, portanto, representantes ou sócios menores de empreendedores mais capitalizados que, por estarem envolvidos em atividades muito lucrativas como o tráfico internacional de escravos, o abastecimento interno e as finanças coloniais, eram denominados de *negociantes de grosso trato*.”

Toda rede comercial se caracteriza por ligar entre si um dado número de indivíduos ou agentes que objetivam a troca, “pertencentes ou não à mesma firma, situados em vários pontos de um circuito ou de um feixe de circuitos. O comércio vive desses revezamentos, dessas cooperações e ligações que se multiplicam como que por si só com o crescente sucesso do interessado. (...) As trocas traçam no mundo a sua malha quadriculada” (BRAUDEL, 1996, p.125). Assim, as relações comerciais, o contato desenvolvido entre distintos agentes: fregueses, caixeiros, atacadistas, varejistas, comerciantes e negociantes, procedentes de distintos e distantes lugares, permitiram a dinamização e o crescimento do entreposto comercial de Rio Pardo.

De acordo com Flores (1992), as casas comerciais da vila de Rio Pardo passavam a representar o “ponto de partida das tropas de mulas, comboios de carretas e tropas de gado que demandavam às diferentes regiões da Capitania”. Isso fez com que inúmeros negócios passassem a ser realizados naquele centro comercial: “vendas de escravos, linhas de carretas, alugueis de carretilhas e grandes armazéns que revendiam para as bodegas e bolichos da Campanha, Missões e Campos de Cima da Serra”, uma série de produtos secos e molhados. (VOGT, 2001, p.105).

A rede comercial que se configurou nesse período no interior do território gaúcho, em especial nessa região, apresentou uma organização espacial estruturada na dinâmica dos fluxos de exportação e importação de produtos e mercadorias, que respectivamente partiam da região e a ela chegavam por intermédio de Rio Pardo. A figura 8 mostra como a configuração espacial dessa rede comercial se estruturava no território através da articulação de caminhos e estradas de terras e dos rios.

Os rios eram então as principais vias de circulação de mercadorias e de pessoas entre Rio Pardo e Porto Alegre.³⁶ Eram igualmente eles que

³⁶ Segundo Isabelle (1983, p.52), nesse período “... o transporte de mercadorias pesadas é feito por barcos de coberta, com vinte toneladas; as mercadorias leves e de pequeno volume, e os viajantes são transportados em grandes pirogas armadas em barcos. (...) Partem e chegam constantemente; tem-se a certeza de ser transportado com rapidez porque, quando o vento não é favorável, quatro ou cinco negros nus remam sem parar dia e noite.” Nesse período havia em torno de 10 canoas que faziam continuamente a viagem entre Porto Alegre e Rio Pardo. “Entre eles sete pertenciam a negociantes e três aos próprios patrões, que vivem dos fretes. Cada barco faz anualmente quinze a vinte viagens de ida e volta”. (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 194).

possibilitavam, diante dos condicionantes naturais e das limitações técnicas então existentes, o melhor desempenho em termos de velocidade, de capacidade de carga, e de custo do transporte de um ponto a outro do território regional.³⁷

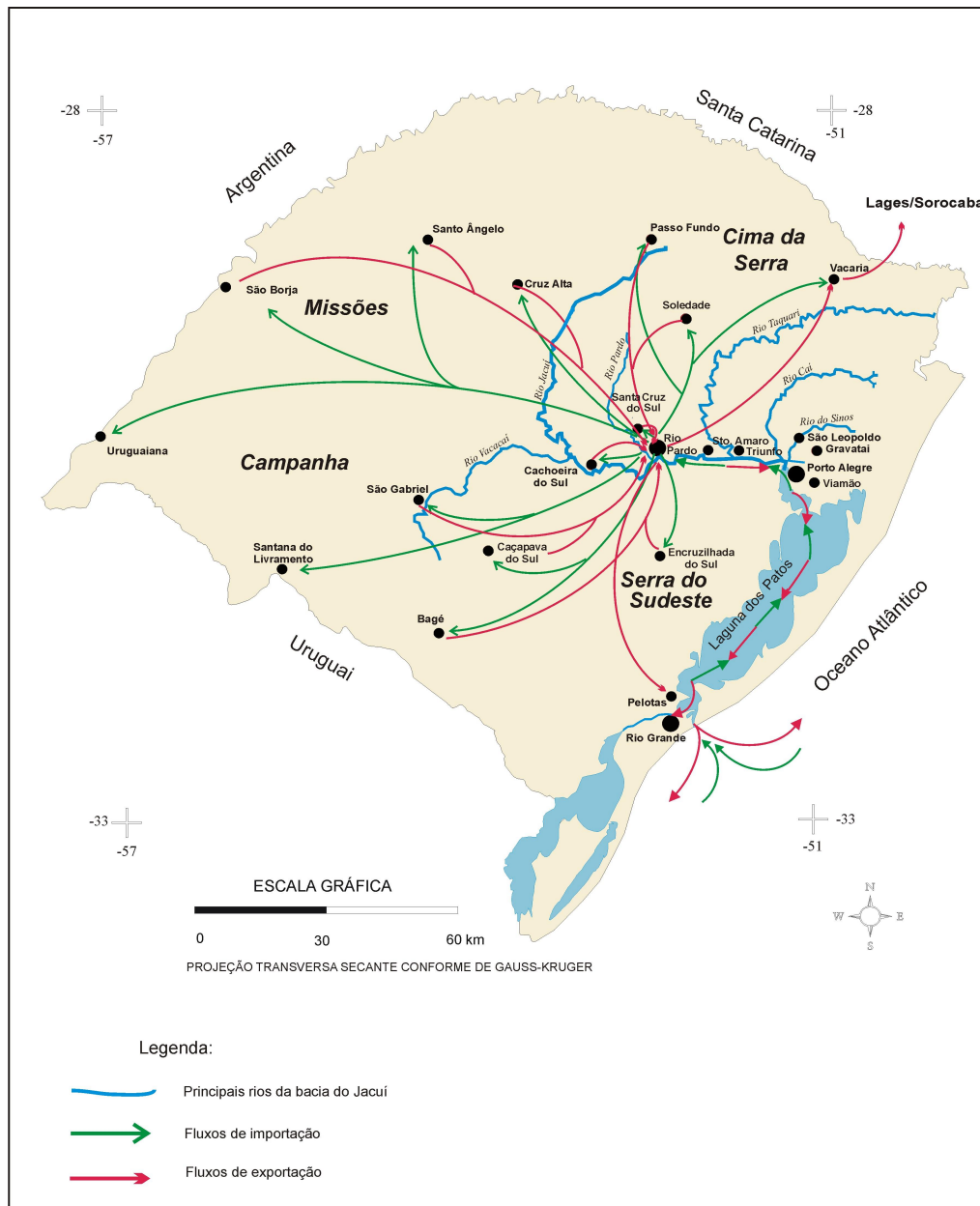


FIG. 8: A rede comercial de Rio Pardo - Primeira metade do Séc. XIX.

Fonte: Com base nos relatos de Dreys (1990), Isabelle (1983) e Roche (1969).

Organização: Rita de Cássia Ritzel e Rogério Silveira.

³⁷ Muito embora devamos considerar de acordo com Dreys (1990) que a navegação no Jacuí se revestia de muitas dificuldades impostas: a correnteza do rio, a ausência periódica de ventos afetando a velocidade dos barcos e a ocorrência de quedas d'água, quando dos períodos de seca.

Por sua vez, os caminhos e as picadas de terra mantinham-se úteis e funcionais para o deslocamento, através de carretas e de mulas, dos produtos e das mercadorias entre povoados e zonas rurais do interior, distantes dos cursos d'água, e a vila de Rio Pardo; eram também vitais à distribuição dos produtos das casas comerciais de Rio Pardo para a vasta região de seu *hinterland*. (DREYS, 1990). Esses caminhos igualmente desempenhavam importante papel na circulação do gado em pé até as charqueadas localizadas em Triunfo, São Jerônimo, Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande.

Assim, um primeiro fluxo dessa rede comercial foi aquele referente às exportações dos principais produtos da região: trigo, couro cru ou curtido de gado e de cavalo, charque, erva-mate, sebo ou graxa. Esse fluxo tinha início nas zonas de produção localizadas no extenso território de Rio Pardo, de onde esses produtos eram transportados por terra ou por rio até as casas comerciais da vila de Rio Pardo. Daí seguiam por barco pelo rio Jacuí até Porto Alegre; depois, atravessando a Lagoa dos Patos, alcançavam o porto de Rio Grande de onde seguiam por mar para províncias brasileiras e para o exterior.³⁸

Um segundo fluxo constituía-se através da importação pelas casas comerciais de Rio Pardo de produtos e mercadorias demandados pela população dos povoados e das freguesias da região, notadamente as suas classes mais abastadas. Nesse tempo, muitos e variados eram os produtos importados. Entre eles destacavam-se aqueles gêneros de uso diário como sal, açúcar, café, velas, aguardente e fumo, importados das províncias brasileiras. Mas também se importavam tecidos, ferramentas, louças, cimento, papel, máquinas, móveis, especialmente da Inglaterra.³⁹

Os produtos importados, após serem desembarcados em Rio Grande, eram transportados por barco até Porto Alegre e de lá seguiam pelo Jacuí até Rio Pardo, de onde eram distribuídos por rio e por terra para toda a região.

³⁸ De acordo com Souza (1998, p.63), o “Mapa de exportação das produções da província - Quadro Estatístico 1827” registra que “as províncias [e localidades] brasileiras que recebiam os produtos do Rio Grande do Sul eram: Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão, Santa Catarina, Campos e Maceió. No exterior eram [as cidades de]: Montevideo, Havana, Alexandria, Salém, Boston, Nova York, Liverpool, Antuérpia, Gênova e Marselha.

³⁹ De acordo com Souza (1998, p.64), os produtos importados provinham do Rio de Janeiro, da Bahia, Pernambuco, Santa Catarina, Santos, Parati e Campos. Os importados do exterior vinham de Londres, Cabo Verde, Lisboa, Montevideo, Ilha da madeira, Boston e Holanda.

Quanto ao fumo, é preciso registrar a inexistência de dados precisos e consolidados, nesse período, quanto à sua produção e ao seu consumo na região. Há registros dispersos da produção de fumo realizada na zona das missões, bem como em algumas datas de terras distribuídas aos açorianos entre Rio Pardo e Porto Alegre, às margens do Jacuí; no entanto, supomos que essa produção era de fato pequena e destinada apenas ao consumo local das freguesias. Essa compreensão decorre também das informações levantadas por Roche (1969) e por Barroso (1980) quanto às importações feitas pela Capitania do Rio Grande, assinalando o fumo como um dos principais produtos da pauta de importação.⁴⁰

Cabe também destacar o argumento de Nardi (1996), de que a quase totalidade do fumo importado pela capitania gaúcha – a segunda em importação de fumo⁴¹ – provinha de Minas Gerais e, desse montante, parte significativa era exportada, na verdade reexportada, para Buenos Aires e Montevideo. Esse comércio de fumo entre áreas coloniais portuguesas e espanholas, segundo Nardi, já havia iniciado por volta de 1725, embora em menores proporções (entre 300 e 500 arrobas), tendo como principal destino a Colônia de Sacramento. Posteriormente, devido à crescente demanda de fumo dos mercados de Buenos Aires e de Montevideo, e diante da menor qualidade do fumo paraguaio – então principal fornecedor para a região do Prata – a importação legal e/ou o contrabando do fumo brasileiro ampliaram.

Mas, voltando a análise dessa rede, constata-se que os relatos dos viajantes que percorreram a região nesse período revelam com precisão as características e a dinâmica de funcionamento dessa rede comercial. Nicolau Dreys, comerciante francês estabelecido em Porto Alegre entre 1817 e 1825, assim descrevia esse movimento comercial:

As expedições de Porto Alegre para o Rio Pardo são tanto mais importantes, que a vila de Rio Pardo é uma espécie de depósito, donde as fazendas seguem para as povoações mais afastadas ao Sul

⁴⁰ Em 1807 o fumo foi o primeiro produto da pauta de importação. Naquele ano num total de 25.348\$800 réis gastos com a importação, a capitania gaúcha importou 14.920 arrobas (223.800 kg) de tabaco em rolo totalizando o preço de 9:548\$800 réis. (BARROSO, 1980, p.159).

⁴¹ Nardi (1996, p.327) destaca que no período entre 1808-1820, considerando o volume médio de importações, a capitania do Rio Grande do Sul foi a que mais importou fumo brasileiro, cerca de 9.486 arrobas, aproximadamente 142.290 kg, por ano, o que representava 63,2% do total de fumo importado pelas demais capitanias. Uma arroba equivale a 15 quilos.

e a Oeste, a navegação cessa ordinariamente, e em todos os tempos, para as canoas de carga, no rio Pardo, e daí continua o transporte por terra até o Ibicuí-Guaçu, e mesmo até o Arapeí de um lado, e até o Uruguai de outro lado, por meio de carros grandes puxados por três, quatro e mais juntas de bois. É desse modo, e por esse caminho, que penetram no vasto território das Missões quase todas as fazendas, gêneros comestíveis e líquidos, que ali se consomem. (DREYS, 1990, p.71)

E o comerciante francês Arsène Isabelle dá uma idéia da intensidade desse cotidiano ao descrever o trânsito existente na passagem do Passo do Jacuí em Rio Pardo, em 1833:

(...) é um movimento permanente de carretas, cavalos, mulas, bois, viajantes e mercadorias cruzando-se no rio. (...) As roupas ou atavio dos viajantes nacionais e estrangeiros, a mistura de figuras negras, brancas, cor de cobre, de azeitona, e amulatadas; os remadores mestiços ou índios que acompanham tropas de animais, estes arrastados pela corrente e aqueles fazendo incríveis esforços para reunir os bois ou impedir que as carretas se afundem; compridas e estreitas pirogas, feitas de um tronco só, passando com a rapidez do vento levando passageiros, completamente imóveis, pelo medo de virar; bosques de chifres que se encontram; imensas carretas cobertas de peles de boi, enterradas n'água, suspensas apenas por uma ligeira piroga ou simples barrica atada no seu interior; seis bois atrelados que o *arreador* dirige com o braço nervoso ou voz de Stentor... (ISABELLE, 1983, p.42).

Por sua vez, para que esses fluxos se efetivassem, permitindo assim o funcionamento e a viabilização econômica do que poderíamos denominar de circuito espacial comercial, foi preciso a existência de um amplo círculo de cooperação entre os agentes sociais envolvidos.

De acordo com Souza (1998), eram muitas as dificuldades encontradas pelos comerciantes naquele período. Entre elas destacavam-se a escassez de moeda corrente nas negociações, a presença recorrente de moedas falsas, a inexistência de casas bancárias, o que levava à prevalência do sistema de trocas de mercadorias, usando-se especialmente o gado e os seus produtos derivados na realização dos negócios e na quitação de dívidas.

Diante disso, uma das ações cultivadas era a relação de confiança entre fregueses e comerciantes, e entre comerciantes. Essas relações se revelavam de extrema importância para que a atividade comercial pudesse se desenvolver. Como assinala Souza (1998, p.47), “muitas vezes ‘confiar’ correspondia a conceder mercadorias, empréstimos, escravos, sem ter

pagamento imediato, mas com a responsabilidade de quitar a dívida em um prazo certo e determinado.”

Uma segunda ação cooperada era a promoção de sociedades comerciais, envolvendo mais de um comerciante, que buscavam dividir os custos iniciais dos empreendimentos, alcançar capital de giro aos negócios e contribuir para a amortização de eventuais dívidas que surgiam.

Outra ação importante se refere à atuação dos comerciantes como estancieiros, funcionários públicos ou ainda, como vimos antes, adquirindo alguma patente militar. Isso permitiu-lhes atuar diretamente junto aos segmentos hegemônicos da cidade, de modo a obter algum tipo de benefício, facilidade, ou informação privilegiada para o sucesso dos negócios.

Por fim, outra ação relevante foi o conjunto de normas e regulamentações editadas pela Câmara Municipal de Rio Pardo que procuravam disciplinar a circulação de mercadorias, regular o consumo e os preços das mercadorias, fiscalizar o funcionamento dos negócios e coibir o contrabando. (SOUZA, 1998 e ALBECHE, 2002).

Nesse período, o incremento do comércio aliado à consolidação dos limites fronteiriços e à inexistência de novas contendas com os castelhanos acabou criando as condições para que a cidade de Rio Pardo passasse a experimentar mudanças na dinâmica de seu desenvolvimento urbano. Mudanças essas, expressas: pela expansão da área urbana, das novas demandas de equipamentos e serviços urbanos decorrentes do aumento de sua população urbana e de sua diferenciação social; e pelos novos usos do solo urbano e pela transformação da sua paisagem urbana, resultado da diversidade de novos objetos instalados e de uma maior complexificação das atividades administrativas, sociais e econômicas.

De acordo com Macedo (1968, p.68), em 1780, o então povoado de Rio Pardo apresentava 2.374 habitantes. Já em 1803 sua população passava a ser de 3.739 habitantes, aumentando para 7.032 pessoas em 1807. (SOUZA, 1998, p.30). Em 1814, já na condição de vila, cerca de 10.445 habitantes nela residiam. (VOGT, 2001, p.91). Muito embora os dados estatísticos da época não façam a distinção entre população urbana e rural – o que sugere que

nesse contingente de pessoas possam também haver agricultores e não-cidadinos –, é possível verificar um acentuado incremento demográfico na população da cidade. Essa população apresentava uma nítida e diferenciada estrutura social abarcando militares, estancieiros e seus familiares, comerciantes, funcionários públicos, tropeiros, peões, negros escravos, índios libertos e cativos. Segundo Macedo (1972), na primeira metade do século XIX a presença na cidade de três igrejas, construídas e mantidas por irmandades distintas, atesta essa estruturação social.⁴²

A cidade passava então a refletir espacialmente essa transformação econômica e demográfica. Do núcleo militar inicial assentado no entorno do Forte Jesus Maria, a Sudeste, com apenas algumas poucas casas de militares e armazéns de víveres e mantimentos para as tropas aquarteladas, a vila apresentava, em 1823, 282 prédios urbanos sujeitos aos impostos urbanos (...) “e cousa de 50 casas não sujeitas à décima por causa dos poucos meios de seus habitantes e proprietários.” (LAYTANO, 1983, p.208). Em 1826, Rio Pardo apresentava um total de 730 casas, sendo 20 dessas, casas comerciais. (SOUZA, 1998, p.37).

Aqui merece novamente destaque o relato que o viajante Isabelle faz sobre a cidade em 1833, na medida em que mostra o crescimento da cidade para o Oeste e as mudanças ocorridas na sua paisagem urbana. Vindo do Oeste, da freguesia de Cachoeira, ele então ao chegar à cidade comenta o que vê:

... os principais comerciantes se acham precisamente na entrada, do lado oeste; é a cidade nova. Acreditar-se-á à primeira vista que Rio Pardo é uma cidade recente, pois há tantas construções novas, mas avançando do lado de sudeste ou do porto [junto ao forte às margens do Jacuí] reconhece-se bem depressa que é antiga, à vista de casas velhas e enfumaçadas, ainda guarnecidas de rótulas com grades de pau. (...) As casas novas são de um andar, muito altas, quadradas, com muitas janelas no primeiro, mas com apenas portas altas e estreitas no rés do chão, ocupado por casas do comércio e lojas. As casas antigas tinham janelas com postigos, guarnecidas de imensas rótulas; as novas têm elegantes janelas arqueadas, de dois batentes e grandes quadrados diversamente talhados. Ocupavam-se do

⁴² De acordo com Macedo (1972, p.70): “A grande massa do povo fica com a Matriz [Igreja Nossa Senhora do Rosário], já engrandecida pela permanente assistência do governo e dos fiéis; a nobreza de sangue ou de dinheiro ficou com a Igreja dos Passos através da qual se realizava e se projetava promovendo assistência social. A classe média, menor que a primeira e muito mais pobre que a segunda, restou a Igreja de São Francisco de Assis.”

calçamento e alinhamento das ruas; as novas têm cômodas calçadas. (ISABELLE, 1983, p.51-52).

O naturalista francês Saint-Hilaire, visitando a vila de Rio Pardo em 1821, também registra sua impressão. “A Vila de Rio Pardo é inteiramente nova. Todos os que aqui vieram estabelecer-se há menos de trinta anos contam-me que, na época, só se viam aí palhoças.” (SAINT-HILAIRE, 1974, p.192).

A cidade crescia. Além do Forte, das igrejas, dos prédios públicos (Fórum, Câmara, etc.), do porto, das casas comerciais, vamos ter também o surgimento de outros equipamentos urbanos como o cemitério, o hospital e as praças junto às igrejas onde além do lazer também ocorriam as feiras para o comércio livre de gêneros alimentícios. (SCHNEIDER, 2001). Ao mesmo tempo as atividades econômicas se diversificavam. Assim, além dos armazéns de secos e molhados, dos açougues, das boticas (farmácias), das tavernas, padarias, também foram criadas lojas de fazenda, alfaiatarias, sapatarias, lojas de ourives, armarinhos, olarias, ferrarias e hospedagens. (SOUZA, 1998).

Isso demonstra a crescente complexificação do uso do solo urbano e das atividades que nesse período Rio Pardo apresentava, sendo reflexo da condição de entreposto comercial, mas também da riqueza gerada pelas fazendas de gado, e que nesse momento era também consumida e/ou aplicada na cidade, especialmente no comércio.

Enquanto a cidade de Rio Pardo se destacava como principal núcleo urbano, não apenas da região que hoje corresponde ao Vale do Rio Pardo, mas de um amplo território até a zona missioneira e às margens do rio Uruguai, os distritos de Santo Amaro (atual município de General Câmara) e de Encruzilhada (atual município de Encruzilhada do Sul) apresentavam-se totalmente dependentes, econômica e politicamente, daquela vila. Todavia, suas dinâmicas de desenvolvimento apresentavam-se distintas. Encruzilhada, mesmo localizada próxima a Rio Pardo, acabou apresentando um dinamismo maior. Rota e pouso das tropas de gado para as charqueadas de Pelotas e Rio Grande, soube melhor aproveitar essa condição, valorizando assim economicamente sua produção de gado e de produtos agrícolas. Já a freguesia de Santo Amaro, originalmente criada para servir de depósito de munição e de

viveres, diante da proximidade com Rio Pardo, do declínio da produção de trigo e da irregularidade da pequena produção agrícola de subsistência feita pelos casais de açorianos aí estabelecidos, acabou se estagnando economicamente.

3 - A COMPLEXIFICAÇÃO DOS USOS INICIAIS DO TERRITÓRIO: DA ESTAGNAÇÃO DE RIO PARDO À COLONIZAÇÃO ALEMÃ E ITALIANA NAS ÁREAS CENTRAL E SETENTRIONAL DA REGIÃO

A região do Vale do Rio Pardo experimentou a partir da metade do século XIX um conjunto de novos eventos que acabaram incidindo e se funcionalizando no território regional com uma lógica e dinâmica particulares. Isso acabou promovendo outros usos do território que resultaram na complexificação do processo de sua organização espacial.

Esses eventos eram tributários de um contexto mais amplo, o da expansão do capitalismo europeu que então ampliava para novas áreas do planeta a experiência das transformações econômicas, sociais e tecnológicas gestadas no aprofundamento da Revolução Industrial. Essa expansão se caracterizou por combinar um aumento substancial da produção e a busca incessante de novos mercados consumidores e de matéria-prima. Isso, por sua vez, resultou na intensificação da divisão social e territorial do trabalho, no desenvolvimento contínuo de inovações tecnológicas, e na institucionalização de um conjunto de normas que assegurassem as condições de reprodução ampliada do modo de produção capitalista.

Para Dobb (1983), esse período se caracterizou, mais do que qualquer outro, pelos fenômenos de transformação técnica e de intensificação do movimento. Articulados, permitiram o rápido aumento dos níveis de produtividade do trabalho e possibilitaram a transformação econômica das áreas rurais, o crescimento da população proletária urbana e a ampliação do campo de investimento e do mercado de bens de consumo, num ritmo nunca visto antes.

A esse respeito, Hobsbawm (1994) identifica na realidade dessa época a existência do que ele denomina “drama do progresso”. Para ele, os ideais iluministas do século XVIII, de crença no progresso científico e tecnológico, na capacidade empreendedora do conhecimento humano, na racionalidade, na riqueza e no controle da natureza, fundamentavam e legitimavam

explicitamente o pensamento político, social e econômico nesse novo momento.

Justificava-se, assim, a convicção e a inevitabilidade do progresso e da expansão da produção industrial, do comércio e da racionalidade econômica e científica. A dramaticidade do progresso se evidenciava, então, no modo desigual e segregador como os diferentes agentes sociais o vivenciavam. Enquanto para as burguesias industrial, comercial e financeira ele significou a possibilidade de ampliar e concentrar riqueza, para grande parte da população, especialmente a parcela mais pobre, ele representou a exclusão e a segregação social, a fome e a necessidade de emigrar.

Fundamentalmente, as razões desse progresso se prendiam à necessidade de combinar a plena realização do grande e crescente potencial produtivo da indústria capitalista européia e americana com a expansão do mercado de consumo para os seus produtos. Também a busca recorrente de níveis maiores de acumulação de capital engendrou o desenvolvimento de inovações técnicas, como a navegação a vapor, a ferrovia e o telégrafo, que representaram meios de comunicação adequados ao avanço dos meios de produção. Isso permitiu, através do aumento da intensidade e da velocidade da circulação de mercadorias e de matérias-primas, a ampliação do espaço geográfico da economia capitalista, praticamente para a escala mundial. (HOBBSAWM, 1988 e 1994).

Todavia, é preciso considerar que essa expansão capitalista no espaço geográfico mundial não se fez de modo homogêneo, nem com a mesma intensidade no conjunto dos lugares que o integram. Na verdade, como nos lembra Santos (1986), a lógica e a dinâmica econômica capitalista, ao articular distintos espaços geográficos, especialmente na periferia capitalista, implicam a existência de espaços derivados. Ou seja, esses países tiveram o seu desenvolvimento, sua organização, sua transformação e reorganização espacial orientados, sobretudo, por interesses hegemônicos distantes.

É preciso também levar em conta que com a aceleração do intercâmbio comercial – proporcionado pelo vetor Revolução Industrial – e com a existência de diferenças tecnológicas, ambientais e políticas entre os lugares do mundo, passamos a ter, no âmbito da então divisão territorial do trabalho, o

desenvolvimento de uma racionalidade que pressupunha a complementaridade funcional dos territórios. (SILVEIRA, 1999b).

Essas são as premissas que devem orientar-nos na análise e na compreensão da formação do território do Vale do Rio Pardo, nesse período. Ao considerá-las, optamos por valorizar o enfoque relacional como instrumento analítico privilegiado, na medida em que permite apreender o acontecer mais espesso presente nesse território, cuja formação territorial resultava então do rearranjo contínuo de tempos de diversas escalas.

Tendo isso presente, neste capítulo analisamos o contexto e as razões pelas quais ocorreu o processo de decadência comercial de Rio Pardo, e quais os seus efeitos na organização regional. Além disso, também abordamos o sentido e o processo inicial de colonização das áreas centrais e setentrionais do Vale do Rio Pardo, por imigrantes alemães e italianos. Interessa-nos, sobretudo, identificar as características e os reflexos iniciais da colonização na formação territorial regional, e o modo como esse novo uso do território começou a se processar, na medida em que além do latifúndio pecuarista baseado no trabalho assalariado existente no Sul da região, a ocupação, o povoamento e a difusão da exploração agrícola das pequenas propriedades baseadas no trabalho familiar dos colonos imigrantes se manifestavam no centro e no Norte da região.

3.1 - As razões da decadência comercial de Rio Pardo

Podemos dizer que as causas da estagnação econômica da cidade de Rio Pardo estão relacionadas a dois grupos de variáveis que se apresentam de modo indissociável nesse momento da formação territorial do Rio Grande do Sul, e da região do Vale do Rio Pardo.

O primeiro grupo de variáveis expressa o modo como o Brasil recebeu e assimilou os eventos decorrentes do contexto mundial da época, bem como, por conseqüência, acabou engendrando novos eventos que incidiram no desenvolvimento do conjunto dos lugares do país, entre eles Rio Pardo.

Inicialmente merece destaque o processo mais amplo de desagregação do Antigo Sistema Colonial que, nesse contexto mundial de expansão

capitalista, vê toda a base de sustentação da empresa colonial começar a ruir. Ou seja, o tráfico de escravos, o trabalho escravo e o monopólio comercial praticados por Portugal e Espanha representavam entraves importantes à plena reprodução capitalista nas economias centrais, bem como ao processo de internalização do capitalismo nas áreas coloniais, como o Brasil. Tratava-se, pois, de criar condições para se suplantar os fundamentos da economia colonial e assim viabilizar um novo regime de acumulação de capital baseado na ampliação do mercado consumidor e na difusão do trabalho assalariado. (NOVAIS, 1998 e PRADO JR, 1989).

O processo de internalização do capitalismo no Brasil tem como marcos institucionais importantes a criação, em 1850, de duas leis que de modo articulado promoveram profundas transformações no desenvolvimento econômico e na organização espacial brasileira. Assim, a Lei Geral de Terras – que definia que as terras devolutas passariam a ser apropriadas somente através da compra e venda - e a Lei Eusébio de Queiroz – que proibia o tráfico de escravos africanos para o Brasil – tornaram-se instrumentos através dos quais o Estado Nacional passou a regular formalmente os mercados de trabalho e o de terras no país. (SILVA, 1981 e CAIO PRADO JR., 1967).

Ademais, esse evento normativo incidiu sobre o Rio Grande do Sul promovendo dificuldades à renovação da mão-de-obra escrava utilizada nas charqueadas, bem como a elevação do custo dessa força de trabalho. Sem contar ainda que impunha limitações ao principal mercado do charque gaúcho, a escravaria utilizada no centro do país.

A dinâmica desse mercado, especialmente a definição do preço do charque, mesmo antes de 1850, era sobre determinada pelos interesses hegemônicos das oligarquias cafeeira e canavieira que procuravam, através do Estado, determinar um preço o mais baixo possível ao charque gaúcho. Para tanto, o principal expediente encontrado foi a diminuição das tarifas alfandegárias ao charque produzido pelo Uruguai e pela Argentina, forçando os donos de charqueadas gaúchas a reduzirem o preço final do seu produto. Nesse contexto, a saída para os donos de charqueadas conseguirem manter um preço competitivo “foi forçar a baixa do preço dos rebanhos junto aos estancieiros gaúchos”. (PESAVENTO, 1986, p. 30). Estes, diante da não-

disponibilidade ou da não-prioridade em destinar recursos para a renovação da estrutura produtiva e tecnológica das estâncias, mantinham o tradicional modo de produção sustentado no caráter extensivo da produção, e no seu baixo conteúdo tecnológico.

Um outro evento importante que incidiu a partir de 1860 sobre as charqueadas do Rio Grande do Sul, ampliando as dificuldades ao seu pleno desenvolvimento, foi a retomada e a modernização da indústria saladeira platina – resultado do avanço do capitalismo sobre o sul do continente americano. De acordo com Pesavento (1986) e Singer (1977), nesse momento as charqueadas da região do Prata incrementam suas atividades em novas bases produtivas, configurando-se como empresas essencialmente capitalistas, através do emprego do trabalho assalariado, da intensificação da divisão social do trabalho, e da introdução da máquina a vapor e de melhorias sanitárias que lhes permitiram ampliar a produtividade e diminuir o seu custo de produção. Isso, aliado ao aparelhamento dos portos, à construção de ferrovias e a uma favorável legislação fiscal, determinou condições extremamente favoráveis ao charque uruguaio e argentino na concorrência com o charque do Rio Grande do Sul, em termos de mercado interno brasileiro, mas também do mercado europeu.

No caso das áreas pastoris do Vale do Rio Pardo, os efeitos desses eventos fizeram se sentir na dinâmica de funcionamento de algumas charqueadas localizadas no entorno de Rio Pardo e de Santo Amaro, e sobretudo nas estâncias de criação de gado, em razão, como vimos, da então política de comercialização do charque. (PESAVENTO, 1986). O aumento do custo de produção do charque, a oscilação do mercado e a queda do preço para o produto gaúcho impunham dificuldades para a sustentabilidade da indústria saladeira e principalmente, significavam a diminuição dos recursos auferidos pelos estancieiros.

Diante da forte vinculação das estâncias e fazendas de gado com a cidade de Rio Pardo, é de se supor que os efeitos desses eventos tenham influenciado a dinâmica de desenvolvimento da cidade, especialmente, em razão do comércio local ser nessa época hegemonicamente orientado e

regulado pelas demandas de produtos e serviços por parte da oligarquia rural, mormente, pelas famílias dos estancieiros.

O segundo grupo de variáveis está vinculado à escala regional, expressando as particularidades que as ações engendradas nas escalas imperial e provincial assumem na região, e as contingências locais próprias à formação e ao povoamento desse território. Sua existência nos revela a complexidade – diante da diversidade de variáveis – pela qual se reveste o decurso da decadência da cidade de Rio Pardo, bem como nos oferece elementos importantes para que possamos apreender os processos mais gerais de produção e de organização do espaço regional.

Assim, uma primeira variável a ser considerada se refere à Revolução Farroupilha que ocorreu entre 1835 e 1845 no Rio Grande do Sul, representando uma reação armada dos estancieiros gaúchos ao centralismo econômico e político imposto pelo governo Imperial, e que não atendia aos interesses da elite rural do Rio Grande do Sul.⁴³ Esse evento afetou profundamente a região atendida pela cidade de Rio Pardo, na medida em que dificultou a comercialização do gado *vacum* para as charqueadas e do gado *muar* e *cavalar* para as províncias centrais – inclusive suspendendo-as durante o confronto. Afetou igualmente as demais atividades comerciais até então desenvolvidas com o seu *hinterland* e com Porto Alegre. O isolamento, as dificuldades de comunicação e de circulação impostas pela disputa militar também promoveram a diminuição e mesmo a paralisação do fluxo de capital para a cidade de Rio Pardo, impondo o desaquecimento desse importante mercado regional.

Se por um lado esse evento coincide com o começo da estagnação de Rio Pardo, por outro lado os efeitos dessa contenda também se fizeram sentir

⁴³ De acordo com Pesavento (1985), o período pós-independência do Brasil caracterizou-se pela consolidação do poder político dos latifundiários escravistas e barões do café. Poder esse, configurado no caráter centralizador da Monarquia. Para o Rio Grande do Sul, os principais efeitos desse centralismo do Império foram, do ponto de vista político, o fato de que os presidentes da Província, na medida em que eram nomeados pelo Centro, acabavam governando de modo a atender aos interesses dos cafeicultores paulistas e não aos da oligarquia rural gaúcha. Em termos econômicos, a drenagem dos excedentes produzidos na província para o centro do país, bem como a elevada carga tributária em relação à terra, e ao modo como o governo central regulava o mercado interno do charque, levaram a um crescente descontentamento por parte de estancieiros e donos de charqueadas, criando então as condições para a deflagração da Revolução Farroupilha.

no conjunto do território sul-riograndense, desestruturando a economia gaúcha e não apenas a dessa cidade e região. (VOGT *et al*, 1996). Ou seja, devemos considerar também a influência de outras variáveis na estagnação de Rio Pardo.

Isso nos leva a considerar uma segunda variável importante. Trata-se dos limites que a excessiva especialização da economia regional na atividade pecuária – especialmente pelo seu forte conteúdo extensivo – representou para o desenvolvimento interno do território regional, e que acabaram condicionando o próprio processo de desenvolvimento da cidade de Rio Pardo. Para Singer (1977) e Roche (1969), a baixa produtividade dos campos de criação, a autonomia econômica de subsistência das estâncias da região, a negligência da oligarquia rural com a agricultura, a adoção de relações de produção servis e pré-capitalistas, tornaram limitadas as condições de uma efetiva acumulação e reprodução de capital, impedindo assim a possibilidade de uma dinâmica mais ativa e sustentável de desenvolvimento do mercado regional.

A inexpressiva relação econômica entre as áreas pastoris e as áreas de produção açorianas acabou limitando a circulação intra-regional de mercadorias, de produtos e de capitais, e, com isso, também dificultando a promoção do artesanato e da manufatura industrial nos primeiros núcleos urbanos da região. Somente a partir de 1849, com a instalação dos imigrantes alemães, é que houve uma relativa integração entre Rio Pardo e as áreas coloniais, todavia uma relação direcionada ao abastecimento daquela cidade.

Uma terceira variável pode ser mobilizada para a compreensão desse processo de estagnação. Parece-nos que também devemos considerar como condicionantes dessa “incapacidade da elite dirigente local em vislumbrar alternativas econômicas para o município” a inércia da tradição social e cultural patrimonialista. (VOGT, 2001). Tradições essas assentadas na propriedade das fazendas de gado e na permanência, pela sua condição de ocupantes de áreas avançadas de fronteira, do poder político e militar dos estancieiros latifundiários em suas relações com o aparelho do Estado, tanto em nível da Província como do Império.

Uma quarta variável a ser considerada é o predomínio de capitais forâneos e sem vínculos com a região, que eram responsáveis pela maior parte

dos estabelecimentos comerciais de Rio Pardo. Como assinala Vogt (2001), embora as casas comerciais de Rio Pardo tenham participado de intensa atividade de intermediação comercial entre o seu vasto *hinterland* e Porto Alegre, e, portanto propiciado a acumulação de capital, praticamente não houve o desenvolvimento de uma burguesia local que acabasse investindo no desenvolvimento de atividades industriais. “Ao que tudo indica, possuíam grande mobilidade, deslocando-se de um local para outro assim que os negócios declinassem”. (VOGT, 2001, p.115).

Além disso, os efeitos adversos sobre a economia local do prolongado contexto beligerante vivenciado pela população de Rio Pardo, durante a Revolução Farroupilha e a Guerra do Paraguai (1865-1870), acabaram também contribuindo para que diante de recorrentes perdas alguns comerciantes fechassem seus negócios e se dirigissem para outras cidades da província. (CORREA, 2001).

De acordo com Singer (1977), já a partir de 1820, quando ocorreu a substituição da produção e comercialização do trigo pelo charque no Rio Grande do Sul, vamos ter a transferência do eixo econômico da área central, onde se destacava o entreposto de Rio Pardo, para o sul da Província, especialmente nas cidades de Pelotas e Rio Grande.

Também entendemos que esse movimento de fuga do capital comercial desde Rio Pardo se intensificou, a partir de 1860, com a retomada do crescimento econômico de Porto Alegre – advindo de sua relação comercial privilegiada com as áreas coloniais alemãs –, bem como com a consolidação de Pelotas, como principal centro da indústria saladeira gaúcha, e vigoroso centro de negócios da oligarquia rural – mesmo durante o período turbulento de concorrência do charque platino. Nesse contexto, ocorreu um deslocamento desses capitais forâneos para essas cidades, na medida em que passaram a oferecer maiores possibilidades de realização e de acumulação, diante do maior dinamismo dos seus mercados regionais, e pela suas condições de pólos intermediários aos fluxos comerciais de importação e de exportação.

Por fim, e tendo presente a inter-relação dessas variáveis, cabe também destacar os efeitos na região, especialmente em relação à função comercial de

Rio Pardo, do surgimento de importantes inovações tecnológicas no âmbito dos meios de comunicação e de transporte de passageiros e de carga.

Mesmo diante das dificuldades decorrentes da instabilidade econômica advinda do mercado do charque, e do quase que permanente estado beligerante em que a Província se encontrava, o contexto mais amplo de expansão do capitalismo – especialmente a necessidade de criar condições a uma maior fluidez na circulação tanto das matérias-primas e alimentos produzidos e exportados pela Província, como dos produtos e das mercadorias importadas por ela – demandou e possibilitou a instalação dos novos sistemas técnicos no território. Além disso, como nos lembra Prado Jr. (1989), a crescente demanda de produtos primários, necessários à industrialização e à reprodução da força de trabalho urbana por parte das economias centrais do sistema capitalista, levou-as a participar, em conjunto com o Estado, do financiamento e aparelhamento técnico do território no sentido de viabilizar o escoamento dessa produção das áreas periféricas para o centro do sistema, bem como de possibilitar a expansão do mercado de consumo dos produtos e das mercadorias industrializadas no centro do sistema. Eis o sentido da instalação e do funcionamento desses sistemas técnicos no território.

O território regional, especialmente no âmbito da circulação, experimentava o momento de transição de um meio natural, até então diretamente subordinado às condições naturais, para o início de afirmação de um meio técnico, no qual “as lógicas e os tempos humanos impõem-se à natureza”. Nele, passamos a ter a mecanização, ainda que seletiva e incompleta, do território através da incorporação nele de determinadas máquinas como barcos a vapor, os portos, os trens, as estações, a estrada de ferro e também o telégrafo. Ou seja, passamos a ter acima de tudo um “meio técnico da circulação mecanizada”. (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.27 e 31).

Certamente, a instalação desses sistemas técnicos no território representou um dos principais fatores de mudança na dinâmica de desenvolvimento da cidade de Rio Pardo, bem como no processo de organização do espaço regional.

Laytano (1946 e 1983) informa que o correio instalou-se em Rio Pardo em 1812, mas que ainda em 1864 o funcionamento do serviço postal era lento

e deficiente entre a cidade e a sua área de influência comercial.⁴⁴ Já o telégrafo passou a funcionar na cidade em 1870, denotando uma maior intensificação no fluxo de informações tanto de origem comercial como administrativa entre a cidade e os principais núcleos urbanos da Província. A instalação da linha telegráfica, nesse período, também pode ser explicada pelo interesse do Império, no contexto da Guerra do Paraguai, em manter um fluxo de informações estratégicas e militares entre essa região da fronteira Sul do Brasil e a capital do Império. (DIAS, 1995).

Vimos antes que, enquanto vigorou o uso de lentos meios de comunicação e de transporte na ligação de Rio Pardo com o seu *hinterland* e principalmente na articulação com Porto Alegre, aquela pôde comandar uma ampla rede comercial, pela sua condição privilegiada de entreposto entre a capital e a vasta região interiorana do Rio Grande do Sul. Nesse período de predomínio do transporte fluvial por meio de pequenas e rústicas embarcações movidas à vela ou a remo, combinado com o igualmente precário transporte através das carretas, o tempo lento do deslocamento e o baixo limite da capacidade de carga restringiam a amplitude espacial da circulação dos produtos e das mercadorias, mas também de pessoas. Isso permitiu a Rio Pardo, por estar situada às margens do Jacuí, numa posição espacialmente intermediária ao longo do principal eixo de comunicação, aproveitar economicamente essa localização espacial privilegiada desenvolvendo sua condição de entreposto comercial.

Em 1849, tem-se a extensão das linhas de navegação a vapor através do rio Jacuí para o interior do território gaúcho, alcançando a cidade de Cachoeira e, principalmente, em 1883 a região é interceptada pela expansão da linha ferroviária que liga Porto Alegre a Uruguaiana – no extremo oeste do Rio Grande do Sul. Diante desses avanços no sistema de transporte, Rio Pardo

⁴⁴ Laytano (1983, p.219) assim descreve o relato do Presidente da Província, em 1864, sobre as dificuldades na época encontradas no serviço postal da Província, bem com as providências que serão tomadas. “A empresa, que tomou a si o serviço postal na província, não o tem feito do modo que era de esperar, visto que continuamente tenho recebido representações acerca de faltas e irregularidades na condução das malas do correio. As malas-postais que desta capital se dirigem a Santo Antônio, e as que de Rio Pardo vão a Uruguaiana, darão somente duas viagens em cada mês, com o intervalo de 15 dias, sendo as outras duas viagens feitas por estafetas a cavalo, com igual intervalo, de maneira que todas as agências receberão e expedirão malas quatro vezes cada mês.”

passou a perder a condição de importante entreposto comercial da Província. No momento em que os novos sistemas técnicos permitiram ampliar a capacidade de transporte e de carga e a velocidade do deslocamento e permitiram diminuir significativamente o tempo do percurso, o espaço de circulação entre as áreas produtoras e Porto Alegre, mas também entre elas e Pelotas e Rio Grande, tornou-se mais fluído, tornando possíveis e mais rápidas as antes difíceis, demoradas e até improváveis ligações entre os lugares da Província. Isso também permitiu uma importante diminuição no custo do transporte dos produtos e das mercadorias.⁴⁵ Dessa forma, não havia mais a necessidade, por exemplo, de a produção realizada na região das Missões passar primeiro por Rio Pardo para depois ser reenviada a Porto Alegre ou a Rio Grande. Da mesma forma, os produtos e as mercadorias importadas poderiam agora ser diretamente adquiridos em Porto Alegre, o que também afetava a função de abastecimento comercial de Rio Pardo.

Nesse aspecto, vale a pena nos valermos novamente dos relatos de viajantes que percorreram a região do Vale do Rio Pardo nesse período, e que nos auxiliam a compreender melhor esse processo. Em 1858, o naturalista alemão Robert Avé-Lallemant, ao passar pela cidade de Rio Pardo, assim descrevia a paisagem urbana local:

Vêem-se em toda parte vestígios desse abandono. Enquanto uma ou outra das ruas principais apresenta quarteirões inteiros de casas e até magníficas residências, várias travessas são formadas de fileiras muito interrompidas de edifícios de muitas janelas e bastante compridos, e vazios. Não mais funcionam as casas comerciais do andar térreo, a parte superior está desabitada; com as casas em ruínas, perde-se um bom capital. Por isso, apesar de seus 3.500 habitantes, o lugar é muito silencioso. Raro se vê, aqui e ali, uma carreta, um pesado carro de carga arrastado por quatro ou seis juntas de bois, uma tropa [de mulas] passando pelas ruas. (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p.167).

E quanto aos reflexos da navegação a vapor pelo rio Jacuí à atividade comercial em Rio Pardo, ele também assinala:

⁴⁵ Myriam Ellis (1979, p.204) apresenta uma importante tabela indicando o preço dos diferentes tipos de transporte utilizados durante o século XIX, no Brasil. Esses dados, muito embora não indiquem o lugar de referência da tomada de preço, o trajeto em questão, nem precisem o ano da informação, nos permitem ter uma idéia aproximada e comparativa sobre o custo, nesse período, de diferentes meios de transporte. Assim, ela destaca que o custo médio do transporte de uma tonelada por quilômetro: através do transporte terrestre pelo mar era 660 réis; através da navegação a vapor era de 12 réis; e através do transporte ferroviário, chegava a 35 réis.

O desenvolvimento da navegação, mormente a vapor, trouxe grande prejuízo a esse comércio de intermediários. Os proprietários de terra e os habitantes de lugarejos, que antes quase não podiam pensar em visitar a capital da Província, podiam agora descer o rio com facilidade e rapidez. Deixavam de lado Rio Pardo e iam a Porto Alegre, para fazerem lá as suas compras; seguiram-lhes os negociantes, que estabeleceram o seu comércio em Porto Alegre, concorrendo para o desenvolvimento da cidade enquanto Rio Pardo era abandonada. (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p.166-167).

Em relação à ferrovia, embora sua construção e extensão até Rio Pardo tenham sido lentas e descontínuas, os reflexos foram igualmente nefastos para a economia da cidade. Antunes, *apud* Vogt (2001, p.25), registra que: “Um belo dia, porém, inauguraram a estrada de ferro e, cruel paradoxo, o trem de ferro que, dizem, tem por fim levar o progresso na ponta do limpa trilhos, trouxe para Rio Pardo o estacionamento e o marasmo.”

Como vimos acima, inúmeras foram as causas que contribuíram para o processo de estagnação da cidade de Rio Pardo; a instalação e o funcionamento desses sistemas técnicos no território regional, ao possibilitarem a aceleração e uma maior fluidez da circulação comercial entre a região e Porto Alegre ou Rio Grande, na verdade acabaram por aprofundar suas conseqüências.

Todavia, esses sistemas, por si só, não promoveram a decadência de Rio Pardo. Essa, fundamentalmente, foi resultado da incapacidade de sua elite rural e comercial em investir o capital acumulado com a comercialização do gado e de seus derivados, bem como com a intermediação comercial, no desenvolvimento de atividades artesanais, manufatureiras e industriais urbanas. O caráter rentista e patrimonialista da acumulação de capital dos estancieiros,⁴⁶ a volatilidade do capital comercial, e a preponderância de relações de produção servis e pré-capitalistas, foram igualmente os elementos responsáveis pela estagnação da cidade de Rio Pardo, e sobretudo estão na raiz de seu lento crescimento econômico a partir de 1850.

⁴⁶ Esse caráter rentista se refere ao fato de que embora a terra não tenha valor em si, na medida em que não é resultado do trabalho humano, sua apropriação, ou melhor, posse de um meio que possibilita a apropriação da mais valia, gera ao proprietário uma renda. Além disso, conforme assinala Ramos (1995, p.51-52), para os estancieiros a propriedade fundiária significa mais que a posse de um bem material: “Ela permite a consolidação da possibilidade de um reconhecimento, [de prestígio] e de uma legitimidade que transcende as determinações meramente materiais; e percorre os meandros dos simbolismos presentes nos estilos de vida daqueles que foram (...) “mais favorecidos”, “os senhores de terra”.

Por sua vez, a instalação e o funcionamento dos sistemas técnicos também tiveram reflexos no processo de organização do território regional. A produção, bem como a demanda regional, passaram a ser orientadas e reguladas através de Porto Alegre e Pelotas. Essa relação de dependência da região com essas cidades acabou promovendo uma reconfiguração do papel dos núcleos urbanos regionais, na medida em que os condicionava à dinâmica de aprofundamento da dependência em relação ao mercado nacional e internacional. Como lembra Silveira (1999b), vivia-se agora a substituição da racionalidade da exclusividade da circulação, característica do período mercantilista colonial, para uma racionalidade da fluidez e do livre comércio, própria à nascente fase de internacionalização da economia-mundo.

Nesse aspecto, com a introdução dessas inovações técnicas no âmbito da circulação, especialmente do gado e de seus derivados, os núcleos urbanos de Rio Pardo, Santo Amaro e de Encruzilhada passaram a apresentar dinâmicas de desenvolvimento que exprimiam uma nova solidariedade espacial, não mais entre as estâncias e as vacarias e estâncias dos povos indígenas, mas entre as estâncias de criação e as charqueadas. Essa solidariedade espacial se intensificaria na medida em que inovações técnicas também foram sendo implantadas tanto na criação do gado, como na indústria saladeira gaúcha.

Além disso, com a navegação a vapor demandou-se a requalificação dos lugares de escala, na medida em que os portos – e os povoados ou pequenos núcleos urbanos que com eles se formaram – tiveram sua dinâmica de desenvolvimento não apenas determinada pelo seu papel de escoamento da produção local, mas também pelas características técnicas da navegação. Como lembra Deffontaines (2004), enquanto a lenha foi o principal combustível, foi necessária a instalação de *portos de lenha* para o abastecimento dos barcos, sendo o seu número e a equidistância entre eles determinada pela necessidade de reposição do combustível. Com a adoção do motor à explosão, foi a necessidade de reabastecimento de gasolina que definia a localização dos portos.

Quanto à ferrovia, os principais reflexos de sua instalação no restante da região se fizeram sentir, sobretudo quando da criação e do desenvolvimento

inicial das colônias de imigrantes alemães e italianos nas áreas central e setentrional do Vale do Rio Pardo. A sua utilização no escoamento da produção colonial, como veremos adiante, foi de fundamental importância para o desenvolvimento dessas áreas, onde um novo uso do território regional passava então a se configurar.

3.2 - O sentido e o modo de colonização européia adotados no território regional

A imigração de alemães e de italianos para o Brasil, e especialmente para o Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, a partir da metade do século XIX, deve ser apreendida, como vimos antes, enquanto resultado mais amplo do processo de expansão do capitalismo na escala mundial. Assim, tanto as causas responsáveis pela emigração de trabalhadores da Europa, como também os motivos que levaram o governo brasileiro a promover uma política de atração de imigrantes externos, se apresentam de modo articulado como situações complementares daquele mesmo processo. (SILVEIRA, 2003).

No âmbito da Europa, tanto a emigração germânica como a italiana, expressam os reflexos e as determinações do modo como a Alemanha e a Itália experimentaram as mudanças estruturais de afirmação e de expansão do capitalismo industrial sobre o antigo regime de acumulação feudal. É bem verdade que esse processo ocorreu de modo diverso e com uma dinâmica distinta em cada região e país europeus.

Esse foi o caso da Alemanha, segundo Cunha (1991) e Radünz (2002). Nas regiões central e ocidental do país – especialmente nas províncias de Westfália, Oldenburg, Renânia, Saxônia, Hessen e Württemberg – a revolução agrícola e o processo de expropriação camponesa já haviam iniciado no final do século XVIII. A partir de então, o intenso crescimento populacional acabou promovendo uma excessiva fragmentação das propriedades agrícolas e uma produção de crescentes excedentes de mão-de-obra para as atividades urbanas e industriais. A anterior tradição dessas áreas no comércio, no artesanato e na manufatura contribuiu para que a expansão capitalista aí iniciasse e fosse mais intensa. Já na região oriental, a Leste do rio Elba,

notadamente nas províncias da Prússia, Pomerânia e Silésia, onde havia uma menor densidade demográfica em razão do predomínio de grandes propriedades de terra, o processo de transformação se fez acompanhado pela espoliação e pelo assalariamento dos camponeses e parceiros, e a pela simultânea transferência da propriedade da terra para a burguesia.

Um outro evento importante que igualmente contribuiu para a emigração de alemães para a América foi a existência, ao longo do século XIX, de uma conjuntura interna extremamente instável em decorrência do processo de unificação do país, envolvendo os diversos ducados, principados e reinos de língua alemã. (SILVEIRA, 2003).

Esse contexto também estava presente na Itália. De acordo com De Boni e Costa (1979) e Giron (1992), a questão da disputa militar e política pela unificação italiana, entre 1848 e 1870, além de contribuir para a expulsão de muitos italianos, também acabou engendrando as condições para o desenvolvimento e a expansão do capitalismo industrial naquele país. As ações do novo Estado italiano, sob a hegemonia da burguesia industrial do Norte do país, promoveram a unificação e a modernização da economia nacional, a mercantilização da terra, o desenvolvimento das comunicações entre as diversas regiões e a abertura do mercado nacional ao comércio internacional. Essas ações acabaram resultando na estagnação das áreas rurais, especialmente para os camponeses e artesãos. Primeiramente, nas regiões do Norte, como a Lombardia, o Vêneto e o Piemonte e, posteriormente, no sul da Itália.

Nesse contexto, Giron (1992) igualmente destaca como causas da promoção do fluxo emigratório de italianos: o processo de aprofundamento das diferenças estruturais entre o Norte industrial e o Sul com uma agricultura arcaica e com fortes traços ainda feudais; a miséria e a fome decorrentes da distribuição desigual no território de capital, da capacidade de mobilizá-lo, e de tecnologia; e a excludente estrutura política e social do país.

Por sua vez, se o resultado desse processo mais amplo de expansão do capitalismo foi a produção de um intenso fluxo de imigrantes para a América, é preciso refletir também sobre as causas, os motivos que fizeram com que o

Brasil, e particularmente o Rio Grande do Sul, acabasse se configurando como o principal lugar de destino desses migrantes.

Assim, como lembram Lando e Barros (1976, p.17), “o verdadeiro sentido da imigração européia deve ser buscado na estrutura de produção vigente no Brasil no início do século XIX” e nos limites que a abolição da escravidão passava a representar para esse modo de produção. Ou seja, ao mesmo tempo em que o sistema escravista sustentava a realização das principais atividades econômicas da colônia e do Brasil pós-independência – a produção do açúcar, do café, a mineração e mesmo a produção do charque no Sul – também impunha limites estruturais ao desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil.

Portanto, era de vital importância para a economia brasileira, especialmente para os interesses da oligarquia rural nacional, que se promovessem as condições necessárias para a substituição do trabalho escravo pela introdução e utilização do trabalho livre. Vimos antes que para efetivar essa mudança fez-se necessário que o Estado brasileiro definisse e aplicasse um conjunto articulado de normas como a Proibição do Tráfico de Escravos e a Lei Geral de Terras, em 1850, culminando em 1888 com a Abolição da Escravidão. Além disso, o Estado passou a fomentar e a financiar a vinda de migrantes europeus para o Brasil.

Contudo, é importante também distinguir, baseado em Prado Jr. (1967), os dois tipos de iniciativas imigratórias que passaram então a ser estimuladas e realizadas no território brasileiro. Uma primeira, denominada *imigração*, constituía-se nas ações particulares que, com o apoio do governo brasileiro, procuravam garantir a obtenção de mão-de-obra livre para as grandes atividades de exportação, especialmente a produção de café. Recrutados pelas companhias privadas de imigração, os imigrantes ao chegarem ao Brasil eram fixados em lotes nas próprias fazendas e grandes lavouras trabalhando como subordinados e num regime de parceria. Presente principalmente no sudeste do Brasil, essa iniciativa permitiu suprir a demanda de mão-de-obra e fundar as bases para o desenvolvimento futuro do assalariamento na atividade agrícola.

Já a segunda iniciativa, nomeada *colonização* foi mais comum no sul do Brasil, e consistia em uma iniciativa oficial dos governos imperial ou provincial

que buscava através da imigração de europeus ocupar e povoar regiões até então desocupadas e geralmente distantes das áreas de influência dos latifúndios. (PRADO Jr, 1967). Através dessa iniciativa, cada um dos imigrantes alemães e italianos foi instalado em pequenas propriedades agrupadas em núcleos coloniais. Com ela, o Estado brasileiro objetivava também viabilizar o povoamento e a defesa do território em áreas até então isoladas, e estimular a produção agrícola necessária ao abastecimento do mercado interno.

No Rio Grande do Sul, a colonização com imigrantes alemães e italianos teve início, respectivamente, em 1824 e 1875, ocupando a extensa zona das encostas inferior e superior do planalto, áreas de floresta ainda não povoadas por luso-brasileiros, portanto distante daquelas então ocupadas pela criação de gado.⁴⁷ Embora essas áreas destinadas à colonização fossem consideradas terras devolutas, em realidade não se apresentavam desabitadas. Como vimos antes, nessas áreas, sobretudo nas matas dos pinhais, viviam grupos indígenas da tradição Humaitá, os índios Kaingangues, também designados como “bugres” pelos colonos.⁴⁸

A opção pela colonização buscava também desenvolver uma agricultura que, diante da crise do trigo e da insuficiência da produção agrícola dos imigrantes açorianos, viesse efetivamente suprir a demanda do mercado interno da província. Além disso, almejava-se o aumento da produção agrícola para reduzir a carestia dos alimentos e garantir a regularidade da oferta de alimentos, especialmente para as tropas militares aquarteladas nessa província fronteiriça.

Singer (1977) destaca ainda o interesse por parte do governo imperial em povoar aquelas áreas de floresta, uma vez que por elas passavam

⁴⁷ De acordo com Roche (1969), a primeira etapa da colonização alemã no Rio Grande do Sul estende-se a partir de 1824, com a instalação dos primeiros imigrantes em São Leopoldo até 1835, quando é deflagrada a Revolução Farroupilha. A segunda etapa, que retoma os fluxos imigratórios de alemães para o Estado, inicia em 1848 com a criação da Lei Geral 514 que regulamentava a criação e o funcionamento das colônias no Brasil, e perdura até 1914 quando praticamente se conclui a colonização de terras devolutas no Rio Grande do Sul. Quanto à colonização italiana, a mesma iniciou em 1875 com a instalação da colônia de Caxias, na encosta superior do Planalto, na área de drenagem do rio das Antas.

⁴⁸ Isso fez com que na medida em que ocorria o avanço na mata da frente de ocupação, as terras indígenas fossem sendo progressivamente invadidas, promovendo com frequência conflitos entre os índios e os colonos. O resultado acabou sendo a expulsão dos índios para o norte do território gaúcho, e seu posterior confinamento em reservas demarcadas pelos governos federal e estadual.

importantes caminhos de tropas, vias de comunicação e rotas de transporte de mercadorias, ligando o Sul do Brasil ao centro do país.

É justamente nesse contexto e com esses objetivos que teve início a colonização das áreas central e norte do território do Vale do Rio Pardo. A figura 9 apresenta a localização das principais colônias oficiais e particulares criadas no centro e no norte do Vale do Rio Pardo e que integravam a zona colonial gaúcha.

A colonização dessas áreas do território regional foi realizada através da instalação de dois tipos de colônias:⁴⁹ a oficial e a particular. Eram colônias oficiais aquelas que foram criadas por iniciativas do governo imperial, mas também aquelas instaladas pelo governo provincial em áreas de terras devolutas, destinadas para essa finalidade. Já as colônias particulares caracterizavam-se por serem criadas por proprietários de terra,⁵⁰ ou por empresas que adquiriam terras para posterior loteamento e venda de lotes coloniais.

Roche (1969) destaca que, mesmo diante da vigência da Lei de Terras, a falta de uma fiscalização mais efetiva, e mesmo um maior rigor quanto à comprovação das posses de terra possibilitaram a apropriação e a posterior comercialização de milhares de hectares de terra através da promoção de loteamentos coloniais particulares. Para Vogt (1997, p. 59), a realização desses empreendimentos privados, envolvendo a aquisição de terras, a abertura de picadas e a medição dos lotes, era financiada pela iniciativa de proprietários individuais, por empresas e sociedades de colonização, e tinha como objetivo a comercialização dos lotes e o conseqüente ganho adicional do capital investido.

⁴⁹ A denominação colônia (“*kolonie*” em alemão) designa as terras reservadas pelos governos imperial ou provincial para serem ocupadas com famílias de imigrantes europeus, com o objetivo de estabelecer a pequena e média propriedades de terras para o desenvolvimento da agricultura. Já a palavra colono designa o sujeito que vive em uma dada colônia, ou seja, o equivalente a um agricultor, camponês, pequeno proprietário. Chamamos também atenção que nas regiões de colonização alemã usa-se com freqüência a palavra germanizada *kolonit* como declinação de colono.

⁵⁰ No Vale do Rio Pardo têm-se os exemplos de fazendeiros que lotearam terras criando colônias particulares, a saber: Colônia Rincão del Rey (1850), em terras de Dr. Israel R. Barcellos; Colônia Mariante (1856), em terras do Cel. Antonio J. S. Mariante; e Colônia Riopardense (1862), em terras de Francisco Antonio Borges.

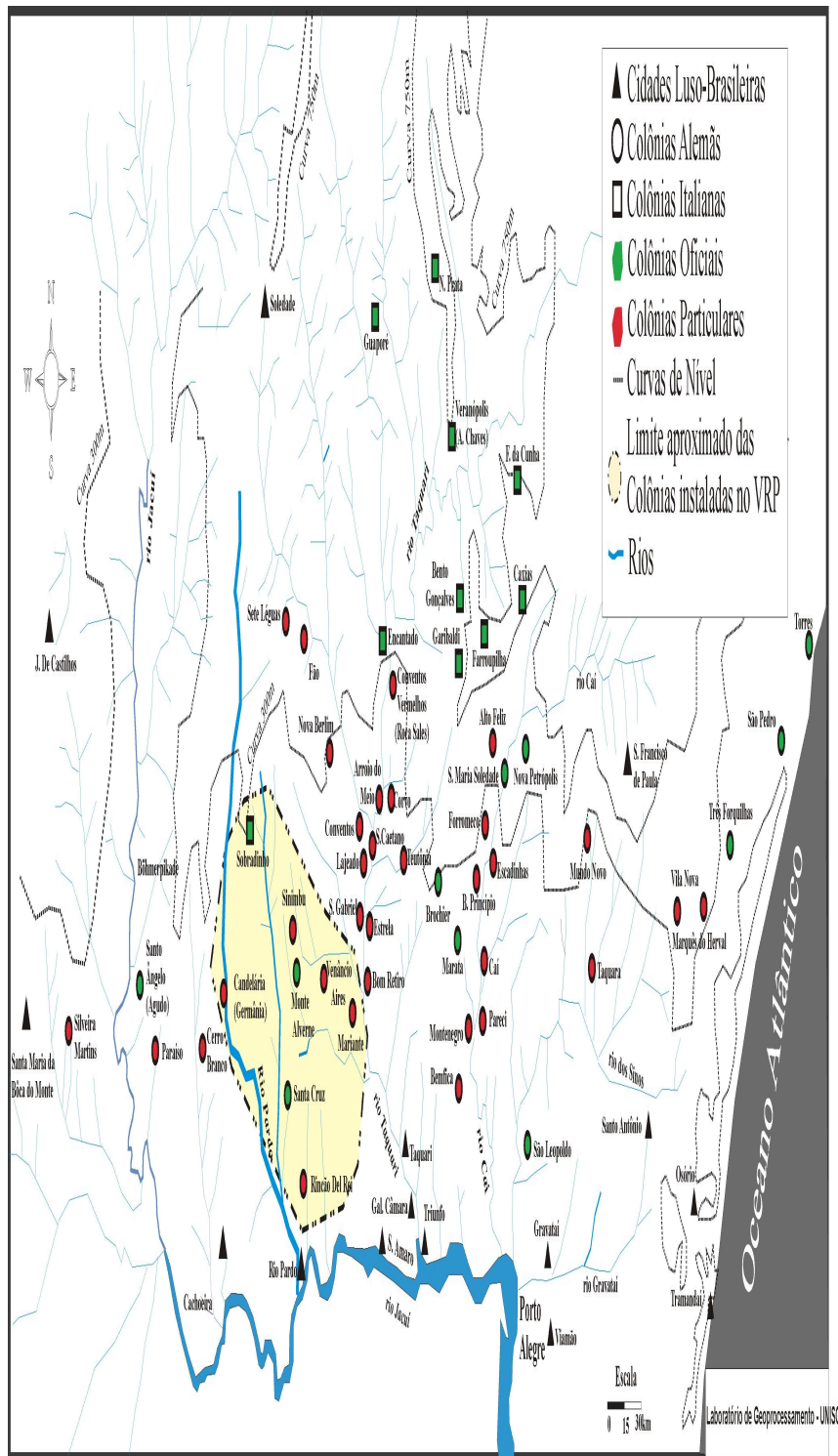


FIG. 9: Rio Grande do Sul: Colônias oficiais e particulares instaladas no séc. XIX.

Fonte: Adaptado de Roche (1969, p. 111). Organização: Rita de Cássia Ritzel e Rogério Silveira.

A colonização do território regional iniciou em dezembro de 1849 com a chegada dos primeiros colonos alemães à colônia de Santa Cruz, criada pelo Governo Provincial, na área central do Vale do Rio Pardo. Nos anos seguintes, os imigrantes alemães continuaram chegando à região, instalando-se em novas colônias, todas localizadas na área central do território regional. Assim, foram surgindo, no entorno de Santa Cruz, as colônias particulares de Rincão del Rey (no atual município de Rio Pardo), em 1850; de Mariante (no atual município de Venâncio Aires), em 1856; de Rio-Pardense (no atual município de Vale do Sol), em 1862; de Germânia (no atual município de Candelária), em 1863; de Sinimbu (no atual município de Sinimbu), em 1866; e de Venâncio Aires (no atual município de Venâncio Aires), em 1891. (ROCHE, 1969, p.142-143).⁵¹

O governo provincial criou, em 1859, a colônia alemã de Monte Alverne (atual distrito de Santa Cruz do Sul). E em 1901, o governo estadual fundou a colônia de Sobradinho que recebeu imigrantes alemães e italianos em terras ao norte da colônia de Candelária.

É preciso destacar que as terras localizadas na área setentrional do Vale do Rio Pardo tiveram um processo de ocupação e povoamento particular, onde podemos identificar duas zonas. Uma primeira, identificada pelo extremo norte regional que integra os chamados Campos de Cima da Serra, foi ocupada de modo esparso, a partir de 1838, através da distribuição de algumas sesmarias e datas de terra a luso-brasileiros que aí se estabeleceram, criando gado e desenvolvendo o beneficiamento de erva-mate, então abundante nos ervais nativos ali existentes. Foi esse, então, o modo inicial de uso do território na área atualmente compreendida pelos municípios de Barros Cassal, Tunas, Estrela Velha, e Lagoão.

Por sua vez, também identificamos uma outra zona, entre aquela e o norte das colônias de Santa Cruz, Sinimbu e Candelária, cujas colônias foram ocupadas e povoadas por descendentes dos imigrantes alemães dessas

⁵¹ Além dessas principais colônias, foram também criadas na região, pela iniciativa privada, as colônias de: Faxinal de Dentro (1880), Kalsruhe (1860), Entre-rios (1875), Pinheiral (1856), Santa Emília (1865), Bismarck (1870) e Picada Schwerin (1870). (VOGT, 1997, p.59)

primeiras colônias e, especialmente, por italianos que a partir de 1888 vieram de colônias italianas pioneiras do Estado, como Caxias do Sul e Silveira Martins. Essa zona é compreendida, aproximadamente, pelos atuais municípios de Ibarama, Sobradinho, Arroio do Tigre, Segredo, Passa Sete, Gramado Xavier, Herveiras e Boqueirão do Leão.⁵²

O processo de colonização do espaço regional, bem como os novos usos do território introduzidos e desenvolvidos pelos imigrantes europeus foram orientados e regulados por um conjunto de normas instituídas pelos governos imperial e provincial. Esse arcabouço normativo, como veremos adiante, foi responsável pela lógica e pela dinâmica da organização inicial do espaço nas áreas coloniais no Vale do Rio Pardo, e igualmente teve reflexos na posterior configuração e no desenvolvimento do seu território. Exteriores à região, essas normas administrativas, econômicas e políticas, como propõe Santos (1996a), apresentavam-se como vetores que ao incidirem na região impõem a disciplina e a hierarquia, bem como expressam uma nova racionalidade hegemônica na dinâmica de uso do território regional, e no modo de integração da região com o país e com o exterior.

Assim, em primeiro lugar, há que se destacar a Lei Geral 514, de 1848, em que o Império institucionaliza uma reserva de terras devolutas em cada província, exclusivamente, para que os Governos provinciais promovessem o povoamento e a colonização do território através da vinda de migrantes europeus.⁵³ Essa norma explícita também que nessas colônias de imigrantes estava proibida a introdução e o emprego de escravos, bem como os colonos somente tornar-se-iam proprietários dos lotes de terras apenas depois de passados cinco anos de seu desbravamento e sua exploração agrícola. (ROCHE, 1969). Isso denota a preocupação por parte do Estado em garantir o desenvolvimento da agricultura, sobretudo através do uso do trabalho familiar,

⁵² Em 1898 foi iniciado o processo de venda de lotes tanto para imigrantes alemães como para italianos. Os primeiros procediam de Santa Cruz do Sul e instalaram-se próximos aos arroios Bonito e do Tigre, esse último no atual município de Arroio do Tigre. Já os italianos vieram das colônias de Silveira Martins e de Caxias do Sul e adquiriram suas terras nas linhas Central, Guavirova e São Paulo, áreas que atualmente pertencem aos municípios de Sobradinho e de Ibarama. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO, 1976, p.19).

⁵³ Segundo Roche (1969, p.101), de acordo com essa Lei Geral 514, cada província recebeu do Império trinta e seis léguas quadradas de terras devolutas, cerca de 129.600 hectares, para promover a colonização.

bem como assegurar os interesses da oligarquia rural e dos donos de charqueadas quanto à sua exclusividade no emprego do trabalho escravo.

Em segundo lugar, como consequência dessa regulamentação de cunho mais geral, o governo provincial, buscando normatizar os processos de imigração e de colonização das terras gaúchas, criou a Lei 229, de dezembro de 1851. Por meio dela, e em um contexto de pós-guerra civil, o governo procurava retomar a política de colonização estimulando a vinda de novos imigrantes através da distribuição gratuita de lotes de terras; fornecendo sementes e instrumentos agrícolas; e concedendo auxílio em espécie referente à indenização das despesas de viagem da Europa, bem como para o período de instalação na nova colônia. Entretanto, essa política de franco favorecimento e de atração de imigrantes representaria, em pouco tempo, elevado ônus ao orçamento provincial, demandando grandes e profundas alterações na política de colonização da Província.

Por fim, como resultado desse novo contexto, e também em decorrência da necessidade de se adequar à ação provincial de colonização às determinações estabelecidas com a promulgação da Lei de Terras, foi criada em 1854, pelo governo provincial, a Lei 304. Essa nova norma definiu que, desde então, as terras devolutas não seriam mais doadas, mas vendidas aos colonos, tanto à vista como a crédito, em um prazo de cinco anos. Além disso, a partir de então, o ressarcimento das despesas da província com a viagem das famílias de imigrantes passou a ser caracterizado como um adiantamento reembolsável. (ROCHE, 1969).

Nesse aspecto, a aplicação dessa nova Lei na região acabou por incidir diretamente no modo de reprodução social dos primeiros colonos instalados, na medida em que impunha a eles o pagamento dos lotes e dos auxílios recebidos da Província.⁵⁴ Diante disso, os colonos, de pequenos produtores de subsistência, com base na mão-de-obra familiar, tornam-se, gradativamente, produtores de mercadorias. Isso acabou contribuindo para o surgimento, mais tarde, do mercado interno de produtos coloniais, bem como dinamizou a

⁵⁴ Em 1869, a Assembléia Provincial do Rio Grande do Sul aprovou nova legislação limitando a dívida dos colonos ao montante do valor das suas terras, suspendendo os demais reembolsos antes previstos. (ETGES, 1991, p.67).

circulação de capital e de mercadorias no âmbito da economia regional. (SILVEIRA, 2003)

De outra parte, essa norma acabou contribuindo de modo decisivo para a institucionalização da pequena propriedade camponesa como modelo oficial de implementação da colonização no Rio Grande do Sul, bem como, simultaneamente, criou condições para “resolver” o problema da regulação dos conflitos já existentes entre latifundiários e posseiros pela posse da terra. Nesse aspecto, merece destaque a contribuição de Lando e Barros (1976, p.49):

... enquanto a expansão do latifúndio era de várias formas facilitada, a pequena propriedade, durante os três primeiros séculos, só contou com uma via de acesso: a posse. Se, num primeiro momento, a posse se mantém através do emprego da violência, num segundo momento o governo, num processo contínuo, institucionaliza-a por meio de leis que favorecem a formação e consolidação da pequena propriedade rural. É a partir deste momento, e dentro de tais condições que vai se configurar uma política oficial deliberada de colonização, que se por um lado propiciava a instituição da propriedade camponesa, por outro visava “acomodar” tal contingente que se constituía numa ameaça ao poderio econômico e político do latifúndio.

Além disso, a opção pela política de colonização baseada na pequena propriedade se justificava também por outras razões. Inicialmente, pelo fato de que a grande maioria dos imigrantes que aqui chegaram não dispunha de recursos suficientes para a aquisição de terra ou para o desenvolvimento de algum empreendimento de maior vulto. Em segundo lugar, pelo elevado recurso de capital que a Província teria de dispor para a aquisição e o aproveitamento econômico de grandes propriedades; e, por fim, a preocupação do governo provincial em garantir que os núcleos e loteamentos coloniais fossem instalados em áreas distantes das estâncias pecuaristas. (LANDO e BARROS, 1976).

Por sua vez, a ação política e normativa do Estado, promovendo a colonização com base na pequena propriedade agrícola, acabou engendrando uma organização espacial característica, e inteiramente diferente da existente nas áreas de campo, no sul e no extremo-norte da região.

Essa especificidade se vincula ao modelo adotado na delimitação e distribuição dos lotes coloniais e à configuração espacial do povoamento das

colônias. O modelo adotado na organização espacial das colônias alemãs instaladas no território regional foi o mesmo existente nas demais áreas coloniais alemãs criadas no Sul do Brasil, nesse período, e Waibel (1979, p.259) assim o descreve:

As propriedades são dispostas ao longo de certas linhas. Estas linhas são as picadas, abertas pelos pioneiros na mata original e que logo desde o principio serviram como linhas de comunicação e estradas. Nas zonas serranas de colonização antiga, as linhas coloniais seguem normalmente os fundos de vales fluviais e de cada lado delas estão alinhados os lotes dos colonos, a distância de algumas centenas de metros. Algumas linhas coloniais têm 10 ou 20 km de extensão, e centenas de lotes se distribuem ao longo delas. Esses lotes são estreitos ao longo da estrada e do rio, mas se estendem numa longa faixa retangular para o fundo, muitas vezes até o divisor de águas.

Em Santa Cruz, como nas demais colônias criadas na região, cada família imigrante alemã recebeu um lote colonial de terra.⁵⁵ Esses lotes foram demarcados, paralelamente, uns em relação aos outros e alinhados, tendo como referência a linha da picada ou a estrada aberta na mata, ou a linha dos rios.(Figura 10). Vogt acrescenta: “Eram individuais, retangulares, estreitos... traçados desde uma picada no sentido norte-sul ou leste-oeste, com 110 ou 220 metros de largura e 2.220 a 3.200 metros de comprimento”. (VOGT, 1997, p.58).

No caso de Santa Cruz, os primeiros lotes foram demarcados junto à Estrada de Cima da Serra, ou Picada Velha (*Alt Pikade*), estrada aberta em 1847 pelo governo provincial com o objetivo de ligar os campos de gado da região de Cima da Serra com Rio Pardo. De acordo com Vogt (1997, p.58), esses lotes foram demarcados tendo sua testada para a Picada Velha, numa dimensão de 220 metros de largura, e fundos para o rio Pardinho, com 3.520 metros de comprimento.

Na verdade, esse modelo dirigido de divisão dos lotes e de povoamento foi o mesmo que foi empregado no final da Idade Média, na colonização das montanhas do leste da Alemanha. Tratava-se da *Waldhufendorf*, onde as

⁵⁵Entre 1849, ano de criação da colônia de Santa Cruz, e 1851, os lotes possuíam uma dimensão de 77 hectares; entre 1851 e 1854, os mesmos passaram a ter em torno de 48,4 hectares, e a partir de 1854 esse tamanho foi gradativamente diminuindo, fruto da fragmentação das propriedades rurais pela distribuição entre os herdeiros familiares. A esse respeito, Roche (1969, p.325) também acrescenta: “A superfície média (...) [das propriedades coloniais] era de 45 hectares em 1870, de 40 ha em 1900”.

aldeias foram surgindo na orla da floresta. Nesse caso, “*wald* significa floresta, *dorf* quer dizer vila e *hufe* se refere à faixa comprida e estreita de terra que foi entregue a cada colono”. (WAIBEL, 1979, p.259).

No caso das colônias italianas instaladas no norte do território regional, a organização espacial foi similar, tendo as estradas, denominadas de travessões, assim como as linhas coloniais, o papel de servirem como referência e orientação para a demarcação dos lotes coloniais.⁵⁶ (GIRON, 1992).

⁵⁶Segundo Giron (1992, p.62), “a divisão de terras, em todas as colônias [italianas] obedeceu ao sistema de glebas contínuas denominadas léguas. Cada légua era formada por um quadrilátero de 5.500 metros de lado. As léguas eram divididas no sentido longitudinal por estradas denominadas de travessões, em algumas léguas eram demarcados dois ou três travessões, no sentido vertical. A partir do travessão, eram demarcados os lotes, em ambos os lados daquele. O número de lotes por travessão não era fixo, em média, havia 32 lotes por travessão. O número médio de lotes por légua era de 132”.



Fig. 10: Santa Cruz do Sul: configuração espacial dos lotes coloniais - 1922.

Fonte: Adaptado de Etges (1991, p. 69). Org: Rita de Cássia Ritzel e Rogério Silveira

Roche (1969) e Seyferth (1974) assinalam que o tipo de organização espacial dos lotes coloniais foi o mais adequado e mais racional, diante do relevo acidentado e da vegetação de floresta existentes na região, bem como de modo a garantir uma relativa paridade em relação à distribuição das terras

de várzea, e também a permitir a cada proprietário um meio de comunicação, através do rio ou da picada.

A picada, ou a rudimentar estrada que cortava a colônia, assume vital importância nesse período. De um lado, tornou possível a sociabilidade entre os colonos, por viabilizar relações de vizinhança, de entretenimento, de solidariedade e de compra e venda, através dos pontos de encontro como a capela, a escola, o salão de festas e a loja (ou venda) – todos localizados em algum ponto à beira das picadas. Daí o porquê de Roche (1969, p.211) ter qualificado a picada como: “a unidade orgânica do povoamento”.

Além disso, a picada representou também a possibilidade de acesso, ainda que na maior parte das vezes em condições precárias, dos colonos e dos seus produtos ao mercado, através da intermediação, via de regra dos comerciantes, donos das lojas comerciais estabelecidas nas picadas.

Na medida em que as casas dos colonos, bem como os prédios comerciais, administrativos, religiosos e artesanais vão se erguendo ao longo de ambos os lados da picada, ou mesmo onde há o encontro de mais de uma picada, foram criando-se as condições para o surgimento das primeiras povoações ou dos principais núcleos urbanos coloniais. Esses assumiram uma forma espacial linear, longa e estreita, como uma *Strassendorf*, como foram, entre outros, os casos dos núcleos urbanos das colônias de Rio Pardense e de Sinimbu.

A picada significou, portanto, a possibilidade de articular o rural e o urbano, como espaços distintos do processo de desenvolvimento da colônia.

Todavia, alguns núcleos urbanos coloniais alemães tiveram uma organização espacial distinta, na medida em que além de serem criados em áreas pré-determinadas pelo projeto colonial, também apresentaram um traçado e o plano urbano com forte influência do urbanismo administrativo luso, como foram os casos nas colônias de Santa Cruz, Germânia e Venâncio Aires. (SILVEIRA e HERMANN, 2001).

3.3 - A ocupação, o povoamento e a economia de subsistência das áreas coloniais no território regional

A análise dos processos iniciais de ocupação e de povoamento das áreas coloniais, de organização das pequenas propriedades, bem como do desenvolvimento da economia de subsistência das famílias de imigrantes europeus, permite apreender melhor o modo como se deu esse novo uso do território. Além disso, oferece pistas importantes para que possamos compreender melhor o papel fundante que algumas variáveis e eventos, que nesse período se manifestam e incidem na formação do espaço regional, acabariam tendo nos processos posteriores de organização e de usos do território do Vale do Rio Pardo.

A ocupação e o povoamento iniciais dessas áreas destinadas à colonização se caracterizam especialmente pelas muitas dificuldades enfrentadas tanto pelos imigrantes alemães como pelos italianos. Dificuldades como os condicionantes naturais existentes, inteiramente distintos dos lugares de origem na Europa; a impossibilidade de aplicação direta dos seus conhecimentos e instrumentos técnicos; a insuficiência de recursos monetários de que dispunham e o isolamento dos lotes coloniais em relação aos núcleos urbanos então existentes e ao mercado regional.

Na região da Depressão Periférica Gaúcha, a borda e o escarpamento do planalto acabaram orientando e condicionando a instalação e a progressão da colonização no território. A vasta vertente monoclinal aí existente apresenta um declive acentuado, embora desigual, ao longo da encosta, ou seja, entre 300 metros de desnível a Oeste, e 800 metros a Leste. Isso revela a presença de um relevo compartimentado que, além de condicionar a organização espacial das colônias, também impôs limites às comunicações entre linhas coloniais, e entre elas e os campos do Sul do Vale do Rio Pardo. Um outro condicionante complementar, mas não menos importante, foi a cobertura vegetal dessas áreas, onde o predomínio da Floresta Estacional Decidual, composta de espécies de folhas caducas, de cipós e de epífitas, e sua

pronunciada densidade tornava-a “praticamente impenetrável ao homem, a não ser a facção”. (ROCHE, 1969, p.41-43).

Roche, a esse respeito, lembra o processo inicial de instalação dos colonos nos lotes coloniais ao longo das picadas abertas, no interior da mata.

De um a outro lado [da picada], elevavam-se as árvores monstruosas, estreitavam-se os arbustos e as plantas do sub-bosque, enlaçavam-se os cipós. Era a obscuridade misteriosa, a umidade sufocante do dia, a ameaça confusa da noite, a angústia e o desespero. O funcionário que acompanhara o colono para lhe indicar onde ficava a sua concessão, entregava-lhe algumas ferramentas indispensáveis: foice, facção, machado, serra, enxadão. A terra arável, o espaço, a luz, tudo devia ser conquistado à floresta. (ROCHE, 1969, p. 52).

Merece também destaque a detalhada descrição que Josef Umann, emigrante da região alemã da Boêmia que, em 1877, chegou à Linha Cecília – no atual município de Venâncio Aires –, faz sobre as dificuldades iniciais da instalação na colônia:

A escura floresta virgem com suas árvores colossais e a impenetrável vegetação rasteira que tínhamos de conquistar palmo a palmo, abrindo caminho com o facção, exigia de nós um serviço árduo e não habituado. (...) A maioria, apenas começando, quer desanimar quando as mãos estão feridas e cheias de bolhas. Mesmo assim, é preciso continuar o trabalho, por mais que aperte a dor. Não há outra alternativa para o pobre colono senão reprimir o sofrimento e trabalhar, trabalhar e novamente trabalhar, até que a primeira roça esteja queimada e plantada e a primeira choupana provisória erguida, de maneira que se possa pela primeira vez dormir sob telhado próprio. (...) O leito era geralmente feito de varas de palmito. Como mesa serviam os baús, e para cadeiras usavam-se pequenos troncos de árvore... Em vez do polido fogão, espetava-se duas forquilhas no chão e sobre elas se deitava uma pequena vara e se dependurava uma ou duas chaleiras. Nos primeiros tempos este fogão ficava ao relento, porque faltava tempo e também tabuinhas lascadas para erguer uma cobertura provisória. (UMANN, 1981, p.55-64).

O desconhecimento dessas condições naturais e as dificuldades impostas pela inexistência de recursos materiais e técnicos adequados impuseram aos imigrantes a necessidade de adaptarem o uso das técnicas que dominavam no seu país de origem, e, sobretudo, de incorporarem às suas práticas produtivas o conhecimento e o sistema técnico originalmente desenvolvido pelos grupos indígenas, e também aquele apropriado e desenvolvido pelos caboclos e luso-brasileiros.⁵⁷ Podemos dizer que, diante

⁵⁷A esse respeito o imigrante Umann (1981, p.60-61) afirma: “Poucos de nós haviam trabalhado em agricultura na velha pátria, e mesmo para estes as atividades aqui no mato apresentavam-se de maneira totalmente nova, de sorte que muitas vezes precisavam dispor de

desses condicionantes, vamos ter também nessas áreas da região o desenvolvimento dos processos de adoção e de assimilação parcial por parte dos imigrantes europeus do saber técnico desenvolvido pelos índios e caboclos brasileiros. (HOLANDA, 1989 e 1995).

Assim, as primeiras ações produtivas nas propriedades coloniais usavam como sistema técnico de produção a coivara, ou a queimada da mata - repassada aos imigrantes pelos funcionários da província ou administradores da colônia. É preciso ter presente, como nos sugere Holanda (1995), que se, por um lado, a introdução e o manejo de instrumentos de ferro como o machado, a enxada, o facão, a foice, o escopro e a cunha representaram alterações naquele sistema técnico primitivo, por outro lado, elas não transformaram a essência do funcionamento daquele sistema técnico. Em realidade, o que ocorreu, a partir de então, foi a promoção de uma maior eficiência e de um aumento substancial na capacidade de desmatamento da floresta, e de limpeza do terreno.⁵⁸

O uso intensivo e recorrente desse sistema técnico esteve na base da expansão das áreas cultivadas na zona colonial da região. Ou seja, na medida em que aumentavam as áreas desbravadas, e o desmatamento da floresta original, ampliavam-se também as áreas de cultura. O ritmo do desmatamento dessas áreas florestais do território vai aumentando, e se intensifica com a expansão da colonização tanto de alemães como de italianos, especialmente quando as economias coloniais passam a estar mais integradas e dependentes da dinâmica do mercado.⁵⁹

tanto ou mais aprendizado que os outros, pois empregavam aqui os mesmos métodos usados na pátria, o que lhes dava prejuízo e os fazia perder tempo precioso.”

⁵⁸Waibel (1979) designa esse sistema técnico como o primeiro estágio de sua tipologia sobre os sistemas agrícolas adotados pelos imigrantes alemães no sul do Brasil. Nesse estágio inicial de desenvolvimento e de transformação da paisagem agrícola na região tem-se o “sistema de rotação de terras primitiva”, quando após a compra do lote, tem-se a derrubada e a queima da floresta através do sistema de coivara. Planta-se, utilizando a enxada e a cavadeira, milho, feijão e mandioca e constrói-se uma casa primitiva de folhas de palmeiras, e em seguida de tábuas rústicas. Criam-se porcos para venda da banha ou dos porcos vivos para trocar pelos produtos que a família não produz.

⁵⁹Esse processo de desmatamento, de limpeza dos lotes coloniais para cultivo acabou por promover, no conjunto das colônias, uma crescente valorização dessas terras. “Em todas as colônias, o preço das terras de lavoura continuou a subir regular e consideravelmente. (...) Em Santa Cruz, uma colônia comprada, em 1855, a 300 mil-réis valia, vinte anos depois, seis vezes mais”. (ROCHE, 1969, p.54).

Como lembram Seyferth (1974) e Cunha (1991), a difusão do uso desse sistema técnico nessas áreas coloniais se fez acompanhada pela introdução e implementação nas pequenas propriedades de um modo de produção característico daquele desenvolvido pelo campesinato europeu na primeira metade do século XIX.

Nesse aspecto, com base nas contribuições de Shanin (1980) e de Seyferth (1974), podemos identificar algumas características da economia camponesa que foram reproduzidas na zona colonial da região, especialmente nas áreas coloniais alemãs. Uma primeira é o fato de a pequena propriedade colonial ter, simultaneamente, se constituído em uma unidade de produção, de consumo e de vida social, onde a estrutura e as relações familiares é que determinavam a divisão social do trabalho e a dinâmica econômica da propriedade. Uma segunda característica é de que o cultivo da terra destinava-se basicamente a suprir as necessidades de consumo familiar, portanto o ritmo e a quantidade de trabalho social, bem como a vida social e cultural são definidos pela relação com a terra e por esse caráter da produção. Por fim, a condição de trabalhador rural camponês expressava a sujeição à dominação econômica, ou relação de poder, de fora da comunidade. Nesses anos iniciais de colonização, eram informadas pela sujeição às ações normativas do governo provincial, e à dinâmica dos negócios comerciais controladas pelos comerciantes.

Além dessas características, as dificuldades de acesso em função dos obstáculos naturais postos pelo relevo acidentado da encosta, bem como pela densa floresta e da distância dos núcleos coloniais em relação à cidade de Rio Pardo, reforçavam a promoção da economia de subsistência das famílias que se estabeleceram, pioneiramente, nessas áreas do Vale do Rio Pardo.

A maior parte das colônias não foi instalada junto a rios navegáveis e localizavam-se longe da cidade de Rio Pardo e do rio Jacuí, principal via de comunicação até Porto Alegre.⁶⁰ De acordo com Nogueira e Hutter (1975, p.91), a precariedade das picadas nesses anos iniciais da colonização impunha sérios obstáculos à circulação de pessoas, de produtos e de mercadorias entre

⁶⁰ Santa Cruz, a principal colônia instalada na região, distava 40 km da cidade de Rio Pardo e do rio Jacuí.

as zonas coloniais e mesmo entre elas e a cidade de Rio Pardo, principal mercado da região. Para elas, “... além de mal abertas, as estradas, em geral estavam repletas de atoleiros, o que as tornava freqüentemente intransitáveis”.

⁶¹ Nessas condições, o uso da mula revelava-se o único meio de transporte e de carga viável, todavia representava um alto custo do frete dos produtos, o que acabava rebaixando o preço dos produtos coloniais e aumentava o das mercadorias vindas de fora da colônia. ⁶²

O modo de organização econômica da propriedade colonial se caracterizava por uma auto-suficiência quase absoluta das famílias dos colonos, sustentadas no desenvolvimento da policultura agrícola e do artesanato de subsistência, e sem a ocorrência regular de produção de excedentes. Produziam inicialmente aquelas culturas que utilizavam e consumiam na Europa, as quais dominavam o modo de cultivo e cujas sementes haviam trazido consigo. Entre elas, a batata inglesa, o trigo, a aveia, o centeio, a cevada e a ervilha para a alimentação; o fumo para o próprio consumo;⁶³ a colza para a obtenção de óleo de iluminação e o linho para a confecção de tecidos rústicos. (CUNHA, 1991).

Posteriormente, quando da segunda plantação, os colonos passaram também a introduzir nas propriedades culturas locais como o milho, o feijão, o arroz, o amendoim, a batata-doce e a mandioca para a alimentação, e o algodão para a confecção de tecidos. Na verdade, a introdução dessas culturas, já desenvolvidas pelos grupos indígenas, se fez pelo melhor

⁶¹ De acordo com Vogt (1997, p.67), “As primeiras estradas, verdadeiras picadas de mulas, não passavam de cortes de 5 a 6 metros de largura no meio da floresta. Constantemente os caminhos encontravam-se obstruídos pelos cepos de árvores abatidas, estando a conservação dos mesmos somente ao encargo do pisotear das mulas e cavalos...”.

⁶² Como lembra Roche (1969, p.57), “A albarda [sela rústica para mulas de carga] nunca permitiu transportar mais de oito léguas [48 km] diárias. Custava, pois, muito caro. O comerciante que era transportador no seu feudo levantava antecipadamente de 30 a 60% do produto ou do montante de sua venda. Posteriormente, fixou o preço do transporte em espécies, por exemplo: em 1860, era 2.500 réis por mula, entre Santa Cruz e Rio Pardo”. Além disso, esses animais no caso das colônias estabelecidas no VRP provavelmente eram adquiridos em Rio Pardo, junto às casas comerciais. Os comerciantes muitas vezes dispunham de um plantel desses animais especialmente para fazerem o transporte dos produtos desde a zona colonial até a povoação, ou até Rio Pardo, e se valiam desse controle para auferir ganhos, repassando aos colonos o custo desse transporte.

⁶³ Para Cunha (1991), o fumo nas variedades Virgínia e rústico já era conhecido e cultivado na Alemanha desde o século XVI. Alguns dos imigrantes alemães que se instalaram na região, especialmente em Santa Cruz, trouxeram consigo sementes que, plantadas nas novas terras, se adaptaram bem, sendo o seu uso destinado ao consumo familiar.

aproveitamento que apresentavam em termos de adaptação ao ambiente e ao sistema técnico da coivara, bem como quanto à produtividade obtida com esses cultivos.

A introdução dessas novas culturas nas propriedades coloniais ocorreu por meio de antigos imigrantes ou de funcionários da Província. Vogt (1997) também lembra que o governo provincial, através dos administradores das colônias, promoveu a distribuição gratuita de sementes aos primeiros colonos instalados na região.⁶⁴ Com isso, buscava-se viabilizar a efetiva subsistência dos imigrantes pioneiros, e a produção de cultivos de boa aceitação no mercado. Desse modo, além de os imigrantes melhorarem suas condições de existência nas propriedades, também poderiam saldar suas dívidas com a Província, referentes ao pagamento dos lotes de terra e às despesas de viagem. Esse foi o caso, entre outros produtos, do fumo em rama ou em corda que, desde as primeiras plantações, apresentou resultado satisfatório, na medida em que, além de atender ao consumo familiar na propriedade, também começava a representar uma mercadoria cujo valor de troca poderia permitir aos colonos, sobretudo aos alemães, acessarem o comércio regional.⁶⁵

Kirchhoff descreve as características e o modo como o fumo em folha era então produzido nas propriedades coloniais:

As primeiras plantações de fumo na Colônia não mereciam muito cuidado por parte dos colonos, considerada como uma planta rústica e destinada ao consumo próprio, era semeada na horta, em um canteiro coberto com cinzas, no final do inverno e depois de dois meses as mudas eram replantadas, preferencialmente em um dia úmido e sem sol, em algum pedaço de roça nova. No começo do verão realizava-se a colheita, as plantas inteiras eram cortadas, deixadas ao sol para murcharem, levadas a um galpão onde se aguardava que tomassem ponto, quando então as folhas eram separadas do caule, tiradas as nervuras centrais e enroladas em forma de uma longa corda, cuja confecção necessitava da ajuda de

⁶⁴ Como o fumo foi cultivado pelos colonos desde a chegada destes e muito além de suas próprias necessidades, e diante da instalação, já em 1832, de pequenas fábricas de charutos em São Leopoldo e Porto Alegre, o Governo provincial preocupava-se com a separação das folhas por qualidade, assim como com a seleção das sementes, e mandava distribuir aos plantadores livretos que continham conselhos redigidos em alemão e português. (ROCHE, 1969).

⁶⁵ A esse respeito, Cunha (1991, p.140) descreve a informação do diretor da colônia de Santa Cruz, João Martinho Buff, em seu relatório de 01 de dezembro de 1853 ao governo provincial: "Todo o producto deste anno tem se consumido com os colonos recentemente chegados, menos 245 sacos de feijão e 160 arrobas de fumo em rama que já se venderão, ou estão prontas para este fim".

várias pessoas. A corda de fumo era por sua vez enrolada em um “tronco” de cinco a sete pés de comprimento e guardado em lugar sombrio protegido da umidade. Diariamente a corda de fumo era transferida para outro “tronco” e apertada para que “sangrasse”. O processo estava terminado quando cessava o “sangramento” e o fumo atingia uma cor escura e um aroma agradável e característico. (KIRCHHOFF *apud* CUNHA, 1991, p.138-139).

Nesse período inicial, a reprodução dessas famílias se dava, basicamente, através da produção realizada no âmbito das suas propriedades; apenas, eventualmente, havia a necessidade de consumir determinados produtos que não podiam ser produzidos no interior de suas unidades de produção. Era o caso do ferro, do sal, do açúcar, de tecidos, ferramentas e alguns produtos mais elaborados. Além disso, o uso de moeda era limitado e restrito nesses primeiros anos aos adiantamentos pecuniários alcançados aos colonos pelo governo provincial. (CUNHA, 1991).

São características que se aproximam, de certo modo, daquelas identificadas por Luxemburgo (1976), quando analisa as formações de economia natural cuja essência é dada pela produção camponesa em função das suas necessidades domésticas, e por Kautsky, na Europa do século XVIII, quando descreve a essência da família camponesa medieval. Esta, para ele,

... constituía uma cooperativa completamente ou quase totalmente auto-suficiente que não só produzia seus próprios produtos de consumo pessoal; construía também a própria casa, fabricava os próprios móveis e utensílios domésticos, inclusive a maioria das ferramentas toscas de que necessitava; curtia o couro, preparava o linho e a lã, fazia as próprias roupas. De fato, o camponês ia ao mercado, mas lá vendia tão somente os excedentes de sua produção, comprando o indispensável, com exceção do ferro do qual só utilizava o mínimo necessário. Deixando de visitar o mercado, ele talvez comprometesse sua comodidade. Desse mercado poderia depender o luxo, jamais a própria existência. (KAUTSKY, 1986, p.17).

Por ora, o que importa retermos é a compreensão de que o processo histórico de organização do espaço regional, em seus primeiros tempos, se caracterizou pela sucessão e pela coexistência de usos distintos do território. Usos esses, informados e orientados por distintas racionalidades que se afirmaram no espaço com dinâmicas próprias, em razão da particular geografização assumida pelo conjunto de variáveis presentes (naturais, sociais, técnicas, políticas e econômicas), mas também pela sua específica combinação, própria a cada período e a cada lugar da região. Poderíamos ainda acrescentar que nos distintos períodos que constituem essa etapa inicial da

história do território regional, cada lugar apresentou um dado uso do território, mediado por um dado sistema técnico e por uma dada organização política. Esses usos expressaram a relação, em cada lugar, com os eventos externos que incidiriam na região, bem como com o modo como esses eventos se combinaram às condições ambientais existentes, e às ações socialmente produzidas.

Por sua vez, as distintas racionalidades que orientaram a ocupação, o povoamento e os usos iniciais do território regional – como o desenvolvido pelo latifúndio pecuarista nas áreas de campo através do emprego articulado de trabalho livre e escravo, e pelo minifúndio colonial agrícola nas áreas de mata por meio do trabalho familiar – engendraram muito mais que paisagens distintas, mas sobretudo, dificuldades e obstáculos estruturais à integração espacial e a uma efetiva articulação econômica entre essas distintas áreas da região.

Assim caracterizam-se as bases da formação territorial da região que como, veremos adiante, influenciaram ativamente na lógica e na dinâmica posteriores de desenvolvimento regional, na evolução da divisão territorial do trabalho intra-regional e na sua correspondente organização espacial, especialmente, a configuração de sua rede urbana.

SEGUNDA PARTE:

**OS PROCESSOS DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL MERCANTIL
E DE INDUSTRIALIZAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NA
PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E REGIONAL**

4 - O PAPEL DA PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL E DA FUMICULTURA NOS PROCESSOS DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E DE INDUSTRIALIZAÇÃO NA REGIÃO

Neste capítulo trata-se de um novo momento no processo de ocupação e organização dessas áreas coloniais, caracterizado fundamentalmente pela introdução de inovações técnicas importantes tanto no âmbito da produção colonial – como o arado – como também na esfera da comunicação e circulação – como a melhoria das estradas e a conseqüente difusão do uso da carroça colonial. Essas inovações técnicas, resultado das ações normativas do governo provincial e dos interesses econômicos dos comerciantes e da aristocracia gaúcha, possibilitaram um aumento da produção e da produtividade nas propriedades agrícolas coloniais, bem como melhores condições de deslocamento e de transporte dos produtos e das mercadorias das colônias para o mercado regional. Possibilidades essas que se renovam quando inovações técnicas engendradas pelos governos provincial e imperial, como a navegação a vapor e a ferrovia, alcançam a região.

Contudo, é preciso ter presente que essa passagem não se fez com a mesma velocidade, com a mesma intensidade e com a mesma abrangência espacial no conjunto dos lugares da região, entre os setores da economia regional, bem como entre as esferas da produção e da circulação. A lógica e a dinâmica de instalação e de funcionamento desse novo meio, na verdade desses meios técnicos com seus respectivos objetos geográficos, vinculavam-se ao modo como, nesse período, se desenvolviam as ações e as relações entre os agentes que vivenciavam o território regional.

Nossa reflexão se concentra na análise dos processos de desenvolvimento da produção colonial, seus vínculos com o mercado e a decorrente acumulação de capital mercantil. Analisamos ainda o modo como se processa a relação de subordinação das famílias camponesas de imigrantes alemães e italianos ao mercado, notadamente aos seus agentes hegemônicos, os comerciantes das linhas, das povoações e de Porto Alegre. Relação essa que se realiza e se materializa espacialmente através da constituição e do funcionamento de uma rede de comercialização que viabiliza as condições

para a especialização da economia colonial pela fumicultura, bem como para o desenvolvimento posterior da indústria regional e dos núcleos urbanos coloniais.

4.1 - O sentido da produção simples de mercadorias nas colônias da região

Após a fase inicial de instalação das colônias na região e da promoção de uma economia de subsistência das unidades familiares de produção, começa a se configurar a partir de 1860 um novo momento no processo de organização do território. Trata-se da transição para um novo estágio da economia colonial, aquele da produção simples de mercadorias, tanto agrícolas como artesanais, para o mercado, quando essa parcela do território passou a ser usada, praticada e organizada, cada vez mais, de acordo com uma lógica e seguindo uma dinâmica próprias à economia mercantil.

Mas antes de analisarmos os reflexos dessa transição na espacialidade regional, é preciso refletir, ainda que brevemente, sobre o sentido dessa mudança na economia das colônias, e quais as principais variáveis que concorreram para tanto.

Em primeiro lugar se faz necessário ter presente o significado propriamente da economia mercantil e suas características no âmbito do território regional. Lênin (1995, p.14) concebe a produção simples de mercadoria ou produção mercantil como sendo aquela em que:

... os produtos são mercadorias, valores-de-uso com valor-de-troca realizável e conversível em dinheiro somente na medida em que outras mercadorias constituam um equivalente para eles; (...) ou seja, na medida em que eles não são produzidos como meios imediatos de subsistência para os próprios produtores, mas sim produzidos como mercadorias – produtos que só se tornam valores-de-uso mediante a sua conversão em valor-de-troca (dinheiro) mediante a sua alienação. O mercado para essas mercadorias se desenvolve graças à divisão do trabalho; a separação dos trabalhos produtivos transforma mutuamente seus produtos em mercadorias, em equivalentes recíprocos, levando-os a servir de mercado uns para os outros. (Grifo nosso).

Nessa perspectiva, a base, o fundamento mesmo, da economia mercantil é o progressivo desenvolvimento da divisão social do trabalho e o seu papel como condição indispensável à formação do mercado interno necessário para que o capitalismo possa se desenvolver plenamente. Isso implica que

para que esse mercado possa se desenvolver plenamente tenha de ocorrer uma progressiva separação entre agricultura e os sucessivos ramos da atividade industrial, uma decorrente troca comercial entre produtos agrícolas, matérias-primas e produtos industrializados, mas também a separação entre o produtor e os seus meios de produção. Favorece-se assim o desenvolvimento de relações capitalistas de produção, através da expropriação e da respectiva mercantilização da força de trabalho dos trabalhadores rurais e urbanos. Se essas condições estão presentes na formação clássica do mercado interno capitalista, e no desenvolvimento do próprio modo de produção capitalista, é preciso também considerar a particularidade que esse processo assume no Brasil, especialmente a maneira como a produção colonial realizada nas pequenas propriedades da região dele participa.

Vimos antes que, diante da crise do então regime de acumulação capitalista brasileiro no qual o trabalho escravo predominava nas lavouras monocultoras de exportação, novas relações de produção começaram a ser estimuladas pelo Estado e pela aristocracia brasileira como modo de viabilizar melhores condições ao desenvolvimento do capitalismo no país. Entre essas novas relações de produção se insere a colonização de imigrantes europeus em pequenas propriedades familiares que acabaram permitindo o desenvolvimento de um novo e específico modo de acumulação privada do capital, na medida em que esse passava também a ocorrer através da apropriação, na esfera da circulação, do excedente produzido não capitalistamente. O campesinato introduzido especialmente no Sul do Brasil, através da colonização com imigrantes europeus, segundo Montali (1979, p.12), "... vai assumir as tarefas de produzir os bens da cesta de consumo do capital variável, de um lado, e, de outro, cumprir para o nascente modo de produção de mercadorias "interno", o papel da acumulação primitiva". Ou seja, as unidades camponesas de produção instaladas nas zonas de colonização européia, enquanto expressão de relações não-capitalistas de produção, tornam-se estratégicas à acumulação e à própria reprodução do capital naquele momento da economia brasileira.

Como bem ilustrou Montali (1979, p.13),

... pode-se considerar ainda que a pequena propriedade de exploração familiar instituída pela política de imigração, ou melhor, as relações de produção não capitalistas instauradas pelo capital no movimento de sua reprodução ampliada, evidenciam-se como necessárias para a acumulação não apenas enquanto produtoras de mercadorias cujo excedente é apropriado na circulação, mas também enquanto produtoras de alimentos a baixo custo, o que vai permitir o barateamento da reprodução da força de trabalho nos pólos de maior desenvolvimento do capitalismo - no âmbito nacional - com reflexos sobre as possibilidades de consolidação das atividades industriais, criando, portanto, indiretamente condições para a apropriação de mais-valia no momento da produção (capitalista).

Nessa mesma direção, Martins (1986, p.157) assinala que “o capitalismo engendra relações de produção não-capitalistas como recurso para garantir a sua própria expansão, como forma de garantir a produção não-capitalista do capital, naqueles lugares e naqueles setores da economia que se vinculam ao modo capitalista de produção através das relações comerciais”.

Assim, a colonização estimulada no Sul do Brasil pela política de imigração significava a incorporação das áreas coloniais – onde a produção se desenvolvia sob relações de produções não capitalistas – ao mercado capitalista. Essa incorporação se fez de modo subordinado, na medida em que implicava “... por um lado, o estabelecimento de uma relação de troca de mercadorias desfavoráveis às mesmas [às colônias], e, por outro lado, a introdução de produtos industrializados que concorriam com os artesanatos e manufaturas locais, tendo por consequência a transformação ou destruição destes”. (MONTALI, 1979, p.19).

A inserção da economia colonial ao mercado capitalista, a partir da metade do século XIX, se implementava na medida em que ocorria a expansão da produção e o comércio do café, bem como a instalação das primeiras manufaturas e indústrias em São Paulo, Minas Gerais e no Rio de Janeiro, com base na difusão do trabalho assalariado. A ativação do mercado consumidor, especialmente em São Paulo, demandava da zona colonial produtos alimentares e matérias-primas, enquanto, por sua vez, as colônias constituíam-se em importante mercado para os produtos manufaturados ou industrializados dos principais centros industriais do país, ou mesmo por eles intermediados, quando importados do exterior. (CASTRO, 1971; SINGER, 1977 e OLIVEIRA, 1989).

Se por um lado a dinâmica do mercado interno nacional aparece como uma variável importante no entendimento de como se dá a passagem para a economia mercantil nas colônias da região, por outro lado ela é insuficiente para que entendamos plenamente como e com que características esse processo se desenvolveu na região.

Nesse sentido, também é preciso que analisemos as variáveis que concorreram internamente, na dinâmica desse novo momento de uso do território regional. Uma primeira variável foi o papel que as normas instituídas pelo governo provincial, como visto antes, tiveram sobre o aumento da produção colonial e da busca de sua comercialização. A Lei Provincial 304, de 1854, ao impor a exigência de quitação do pagamento do lote colonial para aqueles que se instalaram nas linhas coloniais a partir de 1854, colocava aos colonos a necessidade de começar a pagar as dívidas com o governo provincial. Os colonos instalados nas colônias particulares também tinham de saldar suas dívidas com as empresas loteadoras. (SEYFERTH, 1974; CUNHA, 1991 e VOGT, 1997). Dessa maneira, o fim das doações de terra representou um passo importante na implantação da economia mercantil, na medida em que, a partir de então, o acesso à terra passava a ser mediado apenas pela compra, o que também aconteceu com as ferramentas e os equipamentos de trabalho agrícola. “Nessa condição de endividamento do colono mesmo antes de começar a produzir, criou-se a necessidade de gerar excedentes, monetários ou não, para amortizar as dívidas. Os excedentes quitavam as dívidas e abasteciam o mercado interno do Rio Grande do Sul e do Brasil.” (DALMAZZO, 2004, p.24).

Uma segunda variável se refere à necessidade que os colonos tinham em adquirir novas terras, dado o limitado tamanho de suas propriedades originais, para garantirem a reprodução familiar. Essa necessidade era justificada seja pelo progressivo esgotamento da terra e pela perda de produtividade decorrente do sistema agrícola adotado, seja pela aproximação da maioria e emancipação dos seus filhos, e pela preocupação em assegurar as condições de reprodução de eventuais novas famílias. (CUNHA, 1991).

Assim, havia a necessidade de além de garantir a subsistência familiar também produzir um excedente que, através da comercialização, pudesse dotar a família de recursos adicionais que lhes permitisse honrar seus compromissos e assegurar as condições que viabilizassem a reprodução das famílias. Como lembra Cunha (1991, p.147),

Convivem neste período a produção de valores de uso para satisfazer as necessidades da reprodução da unidade familiar e a produção de valores de troca, mercadorias, agora não mais excedentes acidentais dos produtos agrícolas, animais e artesanato destinados à subsistência, mas mercadorias produzidas intencionalmente para o mercado. Rompe-se nesta fase a identificação entre trabalho e produto do trabalho, entre produção e produto existente na fase inicial de [produção] de valores de uso [para a família]. (...) Quem produz mercadorias, as produz para desfazer-se delas, passa a viver não daquilo que produz, mas de seu próprio trabalho.

Uma terceira e última variável a ser também considerada foi o gradativo crescimento da demanda nos mercados locais para os produtos coloniais em função do progressivo aumento da população residente na região. A partir de 1859 vamos ter um significativo crescimento da população regional, especialmente nas áreas coloniais, seja em decorrência das novas levas de imigrantes que continuavam a chegar, seja como resultado do crescimento demográfico da população preexistente.

A tabela 1 mostra a dinâmica de crescimento da população nas principais localidades situadas na região, nesse período. Através dela podemos observar que entre 1859 e 1920 todas as localidades apresentaram crescimento populacional.

Esses dados também mostram que em todos os intervalos de tempo Santa Cruz apresenta o maior índice de crescimento populacional entre as localidades da região. Crescimento esse que traduz a importância econômica desse que foi o primeiro e o mais dinâmico núcleo colonial da região, e que nessa condição viu o seu núcleo urbano concorrer com o de Rio Pardo no papel de principal mercado para a produção regional. Em um segundo plano, além de Santo Amaro e de Encruzilhada do Sul – tradicionais mercados locais na chamada área de campo da região –, também Venâncio Aires começava a desempenhar a condição de importante mercado local na área colonial.

TABELA 1 - Localidades do Vale do Rio Pardo: evolução da população residente de 1859 a 1920

Localidades♦	População total residente/anos					Crescimento da população por período		
	1859	1872	1890	1900	1920	1859 a 1890 *	1890 a 1920*	1900 a 1920*
Rio Pardo	7.023	11.571	21.320	22.478	30.400	203%	43%	35%
Santo Amaro	3.598	6.925	11.939	4.504•	8.000	231%	-32%	78%
Encruzilhada do Sul	6.130	8.496	12.973	16.956	25.100	111%	93%	48%
Santa Cruz	2.723♣	7.310	15.536	23.158	37.500	470%	141%	129%
Venâncio Aires	-	-	-	11.079	17.000	-		53%

Fonte: (Fundação de Economia e Estatística, 1986).

♦ As localidades correspondem ao município ou ao então distrito, compreendendo sua população total. * Corresponde ao % de crescimento da população no período indicado.

♣ Segundo Cunha (1991). • Em 1891 o distrito de São Sebastião do Mártir se emancipou e passou a integrar o município de Venâncio Aires, o que explica essa expressiva redução da população.

Percebemos assim que, nesse período, os vínculos da economia colonial com o mercado revelam a diversidade e as particularidades presentes nas relações comerciais que se estabelecem na medida em que se realizam, simultaneamente e de modo desigual, em distintas escalas – do local à nacional – e alcançando, inclusive, alguns lugares em nível internacional.

4.2 - A pequena produção mercantil e a cultura do fumo

Esse momento foi significativo, pois representou a passagem para um novo estágio no processo de organização espacial dessas áreas coloniais, na medida em que essa parcela do território passava então a ser usada em um outro contexto, aquele do começo de afirmação do meio técnico.

No âmbito da produção, as inovações técnicas fizeram-se sentir em menor intensidade e, quando ocorreram, limitaram-se a algumas propriedades coloniais da região. A introdução do arado, por exemplo, embora ainda se vinculasse ao período anterior, em razão do predomínio de uma matriz energética natural, materializada na força animal, acabou possibilitando uma

mudança do sistema técnico até então utilizado⁶⁶. De acordo com Seyferth (1974), após um período aproximado de 12 a 15 anos desde a ocupação do lote colonial, o desaparecimento dos troncos e das raízes remanescentes da derrubada da mata, e uma melhor condição de aquisição de animais de tração tornavam possível o uso do arado no preparo da terra para o cultivo nas propriedades coloniais. Esse, para Waibel (1979), correspondia ao segundo estágio dos sistemas agrícolas utilizados nas áreas coloniais - “o sistema de rotação de terras melhorada”.⁶⁷

Através do emprego do arado foi possível ampliar a área de cultivo, melhorar o preparo da terra e aumentar a produtividade das lavouras, ampliando assim a produção das propriedades coloniais. Isso, contudo, não significou o abandono do sistema de rotação de terras, nem tampouco, pelo menos na maior parte das propriedades, representou a adoção de adubos.⁶⁸

Roche (1969, p.287) denomina esse sistema agrícola de “agricultura temporária e periódica da queimada”. E assinala que, embora haja a presença do uso de ferramentas como a enxada, o arado de relha metálica e a grade, o seu emprego associado à queimada, nesses longos anos, muito mais do que

⁶⁶ Quanto à situação de um uso não generalizado de inovações técnicas na produção, Montali (1979) registra o fato de que em 1866, em Santa Cruz, dos 753 estabelecimentos agrícolas existentes, apenas 118 usavam o arado.

⁶⁷ Esse estágio é caracterizado por Waibel (1979, 246-255) pelo momento em que após a devastação da maior parte das matas, com o aumento da densidade populacional, e com a construção de estradas para carroças, tem-se um avanço no desenvolvimento técnico e econômico das propriedades coloniais. A principal inovação aqui é a introdução do arado puxado por cavalos ou bois, de modo a aumentar a capacidade de ampliar as áreas cultivadas, e de melhorar o preparo da terra, muito embora nessa fase ainda permaneça o sistema de rotação de terras. Isso por sua vez impede que o agricultor possa usar o arado em toda a propriedade, uma vez que nas encostas íngremes acaba prevalecendo o uso da enxada e da cavadeira. Nesse estágio ocorre o aumento das culturas de subsistência e a introdução ou a valorização daquelas culturas de importância comercial. Para ele: “50 % vivem no segundo estágio, em terras ainda não esgotadas, e 45% estão ou no primeiro ou na fase de decadência e de estagnação do segundo”. No caso das colônias criadas no VPR, a grande maioria das propriedades, após as dificuldades impostas no primeiro estágio, permaneceu nesse segundo estágio técnico.

⁶⁸ De acordo com Waibel (1979), apenas em uma minoria, cerca de 5% das propriedades coloniais do Sul do Brasil, houve o emprego da rotação de culturas em terras aradas e adubadas. Para tanto, os colonos precisavam, além de dispor do arado puxado por um ou dois bois ou cavalos, também possuir um plantel de 10 a 20 cabeças de gado para a produção de adubo (esterco), de modo a poder fertilizar adequadamente a terra. Isso tudo implicava a necessidade do plantio de forragens para a alimentação do gado bovino, da construção de estábulo para guardá-lo, bem como de um telheiro para depositar o estrume. Inovações que demandavam níveis maiores de trabalho e capitais. Esse era o último estágio técnico alcançado pelos imigrantes alemães, identificado por ele como “rotação de culturas combinada com a criação de gado”.

um avanço técnico na produção agrícola acabou alterando a qualidade e a fertilidade natural do solo, além de facilitar os processos de erosão pelas águas correntes e de destruição da camada de húmus do solo em grande escala. Para ele, se nos primeiros anos de instalação, diante dos condicionantes existentes, o uso desse sistema agrícola justificou-se, nas décadas posteriores, a continuidade dessa prática agrícola pelos descendentes dos primeiros colonos somente pode ser explicada pelas características próprias do desenvolvimento da agricultura teuto-brasileira. Essas características revelam como principais obstáculos a uma evolução técnica na agricultura: a prevalência da cultura e da rotina, entre os colonos, no modo de cultivo da terra; a deficiência de maquinaria apropriada, e, sobretudo, a insuficiência de capitais. (ROCHE, 1969, p.289). Essas características também explicam o porquê do não-emprego generalizado do adubo nas lavouras coloniais, ainda que essa fosse a recomendação das autoridades provinciais. “Na medida em que consentiam em tentar-lhes o uso, os colonos tinham tendência a abandoná-lo, mesmo com sucesso, porque o custo dos adubos ultrapassa a valorização obtida. O próprio emprêgo do estrume, (...) ficou limitado em algumas zonas às únicas culturas compensadoras do fumo e da batata-inglês”. (ROCHE, 1969, p.289).

Assim, passados alguns anos, a produtividade da terra diminuía, levando à substituição de algumas culturas, como a cana-de-açúcar, à introdução de outras, como a mandioca, e à valorização daquelas culturas de importância comercial, como a do feijão e a do fumo.

É importante também destacar que nesse período nem todos os colonos, especialmente os recém chegados, possuíam condições para adquirirem alguns dos objetos técnicos necessários à preparação da terra, como o arado, ou mesmo à transformação artesanal dos produtos necessários à alimentação, como o engenho de fubá e a farinha de mandioca. Essa situação engendrou o desenvolvimento de ações cooperadas que objetivavam a reprodução social dessas famílias. Seyferth (1974) se refere a essas ações como arranjos realizados entre colonos e entre colonos e comerciantes rurais que, via de regra, resultavam na apropriação de parte do produto beneficiado pelo proprietário dos instrumentos e equipamentos, a título de “aluguel” pelo

seu uso. Quando do aluguel de arados, o pagamento costumava ser feito por meio de produtos agrícolas. Entre essas ações cooperadas, há que se destacar também a existência, já nessa época, do arrendamento de terras. Como alguns dos colonos não possuíam terra adequada ou fértil para o cultivo, ou mesmo quando sua dimensão era insuficiente para a reprodução familiar, a saída era “alugar” ou arrendar parte das terras de outra família, a quem repassavam de um terço até a metade da produção agrícola, a título de pagamento pelo seu uso.

A figura 11 permite observar a organização espacial das propriedades coloniais resultante do emprego desse novo sistema de produção agrícola. Nela identificamos, como principais características espaciais, a divisão longitudinal dos lotes, o alinhamento das edificações ao longo das estradas (picadas), o quase total desaparecimento da formação florestal originária, a importância do reflorestamento e a extensão das capoeiras.

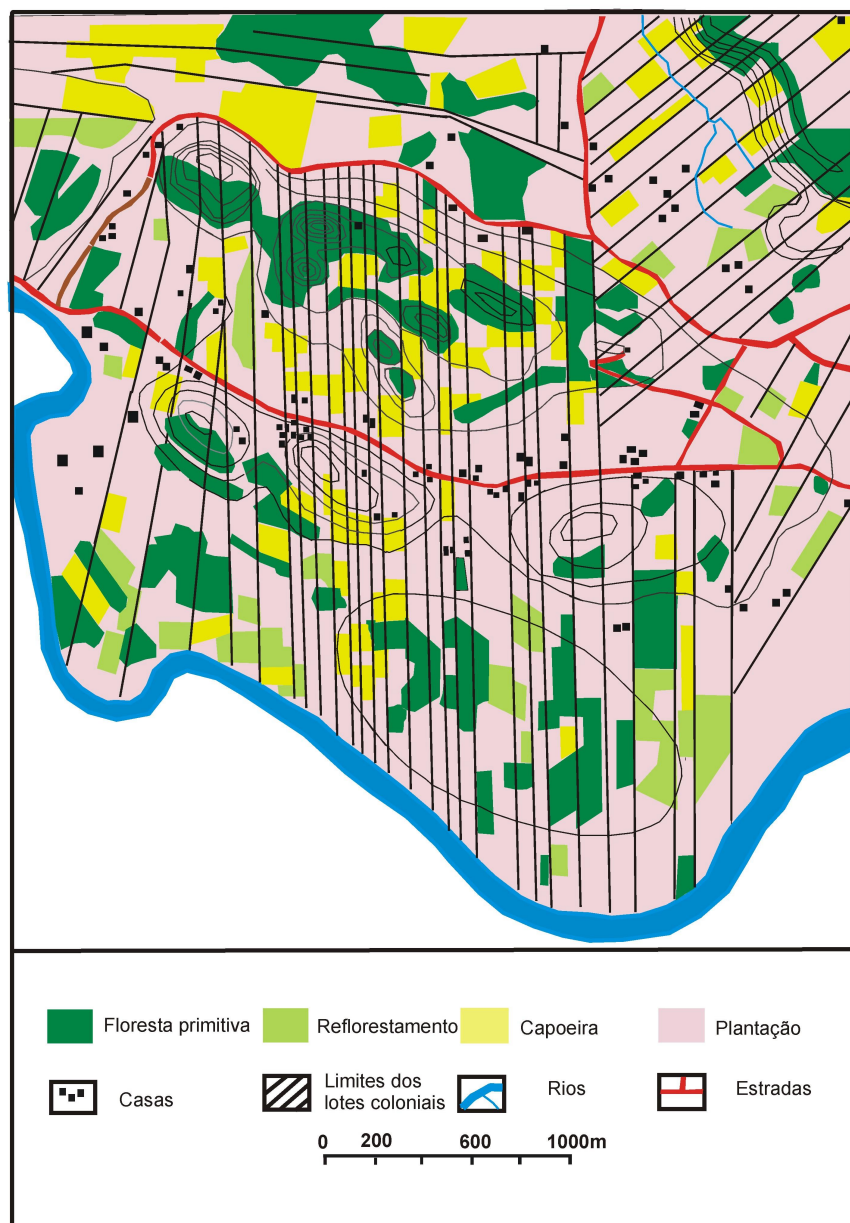


FIG. 11: Organização espacial de uma colônia alemã pioneira

Fonte: Adaptado de Roche (1969, p.210) Organização: Rita de Cássia Ritzel e Rogério Silveira

Nesse modo de cultivo o esgotamento da terra impunha que parte da mesma fosse deixada em repouso durante alguns anos, sendo o processo de produção mantido nas outras áreas da propriedade.⁶⁹ Ao mesmo tempo, a

⁶⁹ Seyferth (1974, p. 60) assinala que o lote colonial dos imigrantes alemães apresentava a seguinte distribuição espacial quanto ao uso do solo: “cerca de 40% das terras destinavam-se à lavoura, 15% a 20% a pastagens, 10% de terreno baldio, cuja capoeira era novamente queimada após cinco ou seis anos de descanso e a terra novamente cultivada. A parte restante, geralmente montanhosa e imprópria para a lavoura, continuava coberta de mato virgem. Próximos à picada ficavam a casa, o estábulo, o rancho para armazenagem temporária

pequena dimensão dos lotes coloniais e a geomorfologia predominante nessa área da região impedia um uso adequado das terras em capoeira, o que acabava levando a um crescente desmatamento nas propriedades coloniais, limitando assim as possibilidades de ampliar a produção de modo sustentável.

70

Essa situação limite, aliada aos efeitos das normas provinciais e à necessidade de garantir a reprodução familiar, levou as famílias de imigrantes alemães e italianos a buscarem um maior desempenho produtivo através do desenvolvimento de culturas que obtivessem bons preços nas vendas coloniais das linhas ou das povoações e que representassem, assim, uma boa alternativa de capitalização para as famílias de camponeses.

A partir de 1861, podemos dizer que a tônica no conjunto das colônias da região foi a de que os vínculos com o mercado começavam a mudar de conteúdo na medida em que se passava de uma situação de venda de eventuais excedentes para outra na qual prevalecia a importância da produção para a venda. (MONTALI, 1979).

Assim, ampliaram-se significativamente as exportações de fumo e de banha para o mercado nacional, e no caso do fumo também para o mercado internacional, enquanto a batata, a cana-de-açúcar, o milho e o feijão entre outros produtos se destinavam basicamente à subsistência dos produtores e ao consumo local.⁷¹

dos produtos agrícolas e para guardar as ferramentas, o galinheiro e uma horta. Depois é que se sucediam as diversas roças”.

⁷⁰ Para Waibel (1979, p. 256-7), no sul do Brasil, a quantidade mínima de terra necessária para que uma família de colonos agricultores, de cinco a sete pessoas, tenha um padrão adequado de desenvolvimento econômico e social é de aproximadamente: 55 a 65 hectares em terras de boa qualidade, e de 80 a 105 hectares em terras de baixa qualidade. Essa é uma dimensão aproximada, pois se deve levar em conta tanto a topografia do terreno como as condições do solo. Esse tamanho de propriedade permitiria ao agricultor as condições adequadas para realizar o sistema de rotação de terras, deixando em repouso da capoeira, por tempo adequado, as áreas já cultivadas, de modo a permitir a recuperação da fertilidade natural dos solos. Isso dista muito do tamanho médio que as pequenas propriedades coloniais do Sul do Brasil atualmente possuem, cerca de 25 a 30 hectares.

⁷¹ Nogueira e Hutter (1975, p.115-123), com base nos Relatórios dos Presidentes da Província, informam que “em 1874, Monte Alverne exportava 6.561 litros de aguardente, 720 arrobas de banha, 3.680 de fumo, 2.300 de toucinho, bem como certa quantidade de feijão e milho, avaliado o total de 37:190\$000 réis. (...) Dois anos depois constavam também da exportação outros produtos: batata, cevada, charutos, cera, ervilhas, lentilha e centeio. Parte da produção era comercializada com a povoação de São Sebastião (atual município de Venâncio Aires)”. Na colônia de Riopardense, a colheita em 1873 também foi abundante. “A produção atingiu 74.182

Dentre as culturas desenvolvidas na região, o fumo, desde as primeiras colheitas, já se destacava, especialmente pelo fato de ser uma cultura que exigia pouco capital, que demandava um baixíssimo nível tecnológico, que podia ser cultivada em pequenas áreas de terra através do emprego da mão-de-obra familiar, e acima de tudo que aferia um bom preço no mercado, tanto para os colonos como para os comerciantes.⁷²

Além disso, Cunha (1991) atribui esse melhor desempenho da fumicultura às ações combinadas da administração colonial e dos comerciantes no processo produtivo, contribuindo inclusive para a sua especialização no conjunto da produção colonial. Para ele,

.... a administração colonial condiciona e completa a intervenção do capital no processo produtivo seja organizando o comércio local e controlando a exportação e importação, seja orientando a produção segundo os interesses da indústria de transformação, nessa época, sediada na Europa. (...) [Nesse período] a administração [colonial] passa a utilizar-se de um rico arsenal de meios administrativos para estimular a produção de fumo. Meios que podem ser divididos em diretos e indiretos. Os diretos dizem respeito ao estímulo explícito para a produção de fumo, tais como a distribuição de sementes selecionadas e a divulgação de informações técnicas sobre seu cultivo⁷³. (...) Os meios administrativos indiretos que estimulam a crescente produção e exportação de fumo em Santa Cruz do Sul são, principalmente: a cobrança da dívida colonial, o melhoramento das vias de transporte e comunicação e o conseqüente estímulo ao desenvolvimento do comércio.” (CUNHA, 1991, p.163-164).

Nesse contexto, a produção e a exportação de fumo ampliavam-se progressivamente na região e, a partir de 1881, a economia das suas áreas

quilos de fumo avaliados em 25:250\$000 réis, afora banha de porco, milho, feijão, trigo, cevada, cebola, batata, ervilha, arroz, linho, cera, favas, etc.” (...) Enquanto na colônia Germânia além do fumo também havia a produção de erva-mate, arroz, cana-de-açúcar que abasteciam o mercado local. E em Rincão del Rey, os colonos se valiam da proximidade com Rio Pardo como seu mercado consumidor. Para lá enviavam “... diversos produtos, como leite, manteiga, ovos, mel, cera, verduras, milho, feijão, etc.”.

⁷² A esse respeito, Cunha (1991, p.169-170) assinala que: “Enquanto o preço do fumo obtido pelos produtores e exportadores, em 1865/1866, era respectivamente, de \$.200 e \$.300 réis o kilo, o preço do milho, também respectivamente, alcançava \$28 e \$65 réis o kilo, já o do feijão, alcançava, respectivamente, \$75 e \$139 réis. Ou seja: “Para o produtor, o preço alcançado pelo quilo de milho representa somente 14% do preço do quilo de fumo. O quilo de feijão alcança 37% do preço do quilo de fumo.”

⁷³ Quanto às sementes selecionadas, o relatório do diretor da colônia Affonso Mabilde, de 1865, registra a importação de sementes de tabaco havana, de Cuba, que foram então distribuídas aos colonos da região. Quanto às informações técnicas de cultivo de tabaco, o diretor da colônia difunde entre os colonos instalados na região o “Manual da cultura, colheita e preparação do tabaco”, publicado em 1865, no Rio de Janeiro, pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. (CUNHA, 1991).

coloniais acaba se especializando na cultura do fumo em folha. Os dados da tabela 2, referentes à Santa Cruz, evidenciam esse crescimento.

TABELA 2 - Santa Cruz do Sul: produção e exportação de fumo entre 1870 e 1905

Ano	Produção (Kg)	Exportação (Kg)
1870	-	675.000
1872	600.000	-
1875		1.175.200
1881	1.668.000	1.593.000
1886	1.750.000	1.677.480
1891	1.450.000	1.328.500
1895	1.960.000	1.521.500
1900	1.120.000	1.086.290
1905	1.440.000	1.598.640

Fonte: Pasta n° 08 do Arquivo Histórico do Colégio Mauá *apud* KRAUSE (2002 p.56).

Para os anos de 1870, 1872 e 1875 cfe. Relatórios dos Presidentes de Província de Rio Grande de São Pedro, *apud* Vogt (1997, p.84). (-) Dado não disponível.

Obs: Em 1905, a exportação é maior do que a produção nos dados oficiais obtidos. Isso se deve a um eventual erro de impressão ou trata-se de exportação do produto acumulado no ano anterior.

Roche mostra a expansão espacial da cultura do fumo na região e as decorrentes mudanças na paisagem das propriedades coloniais.

A cultura do fumo desenvolveu-se em Santa Cruz, de onde, pouco a pouco, se estendeu para a periferia, para colônias mais recentes, como Candelária, fundada em 1863, Sobradinho, instalada em 1901, e numa parte do município de Cachoeira (distrito de Agudo). Foi ela que transformou as linhas de edificações das chácaras isoladas e das povoações: ao lado de cada casa eleva-se o barracão de fumo, secadouro de largas aberturas, cuja ventilação é regulada por lâminas de madeira que se podem orientar. Ocupa as melhores terras e a maior parte da área cultivada. (ROCHE, 1969, p.184-185)

Vogt (1997) assinala que inicialmente eram cultivadas na região sementes de fumo de distintas variedades, entre elas o do tipo *havana*, trazido pelo governo provincial da ilha de Cuba, o *chileno*, o *gigante*, e outras variedades locais conhecidas como fumo *crioulo*. A partir de 1870, a variedade que passou a ser mais difundida na região foi aquela conhecida vulgarmente pelo nome de *amarelinho*, um fumo de coloração clara, cuja semente havia sido importada da China. Esse fumo destinava-se principalmente para servir de subcapa e recheio na confecção de charutos e tinha como destino a Europa, especialmente a Alemanha.

A produção de fumo nesse período era realizada através do emprego intenso da mão-de-obra familiar, envolvendo inclusive o trabalho dos mais idosos e das crianças. Já o processo produtivo tinha sua dinâmica, sobretudo condicionada pelo tempo natural do ciclo de reprodução da planta, e este dependia em última instância das condições naturais existentes. O modelo de produção adotado mantinha-se fiel ao desenvolvido pelas primeiras gerações de colonos imigrantes instalados na região.⁷⁴ Vogt (1997) destaca que as etapas que envolviam o modo de produção do chamado fumo de galpão – em referência ao modo de secagem – eram desenvolvidas de modo muito simples. Inicialmente ocorria o plantio através da

... preparação das sementeiras se dava nos meses de junho, julho e mesmo agosto; o transplante ocorria entre o final de agosto até fins de outubro; o cultivo se dava entre os meses de fevereiro e abril. Mas, neste ínterim, os tratos culturais eram incessantes, passando pelos cuidados com o viveiro das mudas, as várias capinas do fumaço, o afofamento constante do solo em torno das plantas, o combate às pragas (especialmente o pulgão e as lagartas, mas também as formigas, os caramujos, os grilos e as lesmas), a capaço, a desfolha (...). O ciclo vegetativo das plantações dependia, em grande parte, dos fatores climáticos naturais, tendo em vista que o tabaco exige umidade e calor relativamente altos e que a geada lhe é fatal. Também a variedade semeada, o tipo de solo e a altitude tinham sua influência neste aspecto. Assim, nos solos aluviais das baixadas, o plantio e a colheita antecediam, em várias semanas, o dos fumais localizados nas regiões de maior altitude. (VOGT, 1997, p.81-82).

⁷⁴ Em que pese os esforços, nesse período, da administração colonial em buscar o aperfeiçoamento do cultivo de fumo, esse não apresentava um aperfeiçoamento técnico, o que afetava a qualidade do produto e limitava o desempenho de sua exportação. O colono agricultor "... não procura as sementes mais adaptáveis ao clima e condições do meio e, ainda menos trata de aperfeiçoar os métodos de cultivo, que pratica do mesmo modo que aprendeu com seus pais e avós". (MENEZES, 1914, p.302).

A colheita era a segunda etapa. Nela, o fumo, quando maduro, era colhido e nesse período havia a necessidade de se realizarem várias colheitas e de modo intercalado. Vogt descreve bem esse processo:

O caule da planta era desfolhado, folha por folha, a partir das inferiores, na medida em que estivessem no ponto de serem colhidas. Somente as folhas maduras eram retiradas, permanecendo as verdes no pé. Isto se dava pelo fato de o amadurecimento das folhas da *Nicotiana tabacum* não ocorrer simultaneamente e pela maturação dar-se no sentido de baixo para cima na planta. Uma vez colhidas, as folhas eram agrupadas, segundo o tamanho, em maços de 5 a 10. Os montículos eram depositados no chão durante algumas horas, para que as lâminas delgadas passassem pelo processo de enxugamento. Assim, adquiriam certa flexibilidade e maciez que favoreciam o seu transporte até os galpões de cura. (VOGT, 1997, p.90).

Colhidas manualmente, as folhas do fumo eram levadas, em cestas ou carroças, da roça até o galpão⁷⁵ para a cura ou secagem. Essa era a terceira etapa do processo de produção. Vogt assim a relata:

Lá chegando, as folhas eram dependuradas, com o talo para cima, em varas retas suspensas num alpendre ou galpão para que se desse a secagem. O secadouro, quando não era uma das dependências da própria casa do colono, era um galpão (...) Neste ambiente, em que o ar circulava à vontade nos dias de tempo bom, as folhas ficavam resguardadas do sol, vento e chuva. Nos dias chuvosos e durante as noites, as entradas de ar eram obstruídas para salvaguardar o fumo da umidade. Durante cerca de 40 a 60 dias, o fumo secava naturalmente dentro do galpão. (VOGT, 1997, p.90-91)

Uma vez secas, as folhas de fumo eram então sortidas ou classificadas pelos colonos que observavam a classe das folhas de fumo, isto é, seu tamanho, sua cor e sua textura. Essa etapa era concluída com a entrega do produto para os comerciantes, usualmente aqueles cujas vendas ou casas comerciais localizavam-se próximas às propriedades dos agricultores.

Começava então a quinta etapa desse processo produtivo. Já no estabelecimento comercial o fumo passava por um novo processo de cura, a chamada fermentação. Sobre ela Harnisch *apud* Vogt (1997, p.92) assinala:

As folhas de fumo eram amontoadas em enormes pilhas de formato quadrado onde esquentavam devido à ocorrência de uma reação química natural, oriunda do interior da pilha. (...) no interior do monte enfia-se uma vara de madeira lisa. De tempos em tempos retira-se a vara (ultimamente usam-se termômetros). Se chegar a ficar quente,

⁷⁵ O galpão, segundo Ludwig *apud* Vogt (1997, p.91), era “coberto de telhas, tabuinhas ou sapé, tendo paredes de tijolos ou de pau a pique barreado, diversas janelas de ambos os lados, em cada extremidade uma larga porta. O chão podia ser de terra bem batida (...) ou então ladrilhado de tijolos”.

torna-se a empilhar tudo ao inverso. Geralmente, passados quinze dias começa o primeiro desempilhamento tendo-se, porém, o cuidado de colocar para o lado de fora os feixes que haviam estado no meio do monte. Após três ou quatro desempilhamentos desses, desapareceu o calor. Diz-se então que o fumo deixou de fermentar. Dura a fermentação uns dois meses.

Por fim, depois de concluída a cura das folhas de fumo, essas eram mais uma vez classificadas, separadas em maços de folhas (manocas) e então estavam prontas para serem enfardadas. O enfardamento consistia em socar e comprimir os maços de uma mesma classe de fumo num caixote de madeira e envolvê-los em panos de aniagem formando assim pacotes com aproximadamente 65 kg. “O enfardamento, além de facilitar o transporte por reduzir substancialmente o volume, ajudava o fumo a se conservar e possibilitava pequena fermentação ao produto que assim tinha melhorado seu aroma e sabor”. (VOGT, 1997, p.92).

Através desse modo de produção, o fumo progressivamente foi se constituindo no principal produto da zona colonial do Vale do Rio Pardo e, através da sua valorização econômica e da consolidação de sua comercialização, possibilitou que a economia regional acabasse se especializando em sua produção.

Na busca de ampliação da renda familiar, não apenas a agricultura e a criação de animais domésticos tiveram lugar nas pequenas propriedades coloniais. Como assinalam Seyferth (1974), Roche (1969) e Montali (1979), esse também foi o caso da atividade artesanal. Ou seja, na medida em que as condições de cultivo do terreno vão se aperfeiçoando, possibilitando o emprego do tempo de trabalho para outras atividades complementares, vamos ter, em muitas das propriedades coloniais da região, o desenvolvimento de uma espécie de “pequena indústria doméstica – a *Hausindustrie* – destinada à transformação da produção agrícola para consumo próprio e para a venda”. (SEYFERTH, 1974, p.66).

Para Montali (1979, p.33-34), três foram os fatores que, associados, permitiram o surgimento e a evolução do artesanato nas colônias.

A possibilidade que a segunda geração de colonos teve para se dedicar a essa atividade, praticamente não permitida à primeira [por conta da legislação de então]; o surgimento de novas necessidades decorrentes da maior prosperidade e da elevação do nível de vida da

população; e o problema da fragmentação da propriedade provocado pelo crescimento da população. Este último fenômeno favoreceu sobremaneira o desenvolvimento do artesanato, pois esta atividade econômica permitia que se mantivesse em uma área menor uma família numerosa, sem necessidade de imigração de seus filhos. O desempenho do artesanato possibilitava que uma família sobrevivesse em uma área menor, na medida em que sua existência era apenas em parte garantida pela atividade agrícola.

Nessa perspectiva, Roche (1969) assinala que o nascimento das primeiras atividades artesanais nas áreas rurais das colônias se explica diante de necessidades essenciais e urgentes como alimentação, habitação, confecção de roupas e ferramentas. Para ele, o artesanato rural dividiu-se basicamente em dois ramos: o do fornecimento de artigos necessários à vida cotidiana e local e o da transformação dos produtos agrícolas para torná-los em condições de serem exportados.

Com o desenvolvimento e a intensificação da agricultura colonial, os colonos começaram a demandar atividades e produtos mais específicos e especializados realizados por ferreiros, serralheiros, funileiros, pedreiros, carpinteiros, marceneiros, tanoeiros, alfaiates, sapateiros, chapeleiros. Esses agricultores combinavam a atividade agrícola com o artesanato rural e, na medida em que a demanda colonial aumentava, foram especializando-se nessas atividades.

Já o artesanato especializado na transformação de produtos agrícolas ocupou importante lugar na economia colonial da região. Além dos moinhos de farinha, dos alambiques que se espalharam por toda a zona colonial, a preparação do fumo também ganhou destaque. A esse respeito, Roche (1969, p.483) destaca:

O fumo preparado pelos colonos para sua própria satisfação, conquista nas colônias dos vales do Rio dos Sinos, do Caí, do Taquari e sobretudo em Santa Cruz do Sul, um lugar cuja importância cresce sempre. Paralelamente ao aumento da produção, bem superior às necessidades locais, multiplicam-se as manufaturas onde se garantem a desfibragem e a fermentação das folhas e onde se fabricam charutos e, depois, cigarros.

Em todas essas atividades, como também nos teares para a confecção de roupas, nos engenhos de açúcar e de aguardente, nas atafonas de farinha, ou na produção de banha, de vinho, dos derivados do leite, e mesmo na confecção de charutos, a mão-de-obra utilizada é inteiramente a da família

camponesa. Sobre isso, Roche identifica uma íntima associação do artesanato com a agricultura na colônia. Para ele,

A quase totalidade dos artesãos locais foram filhos de colonos, isto é, de lavradores. (...) Os artesãos forneciam certos serviços ou produtos aos agricultores e transformavam grande número de suas colheitas, continuando eles próprios a explorar a terra. Realmente, o artesanato, durante muito tempo, foi apenas uma atividade complementar, e os artesãos que viviam de seu único ofício constituíam a exceção. (ROCHE, 1969, p.486).

A estrutura de funcionamento do artesanato rural nas colônias era muito simples, onde a maioria dos estabelecimentos ocupava uma única pessoa, quando muito três, sem recursos para investimento e com baixíssimo nível de mecanização. Ainda assim é preciso termos presente, como lembra Roche (1969), que as experiências artesanais de então não eram homogêneas. Era possível, por exemplo, identificarmos a existência e a particularidade de estabelecimentos e de profissões ou ofícios. A esse respeito, merece destaque a contribuição de Roche (1969, p.487-488) que distingue:

Os “estabelecimentos” (moinhos, destilarias, ferrarias) das “profissões” exercidas sem nenhuma instalação técnica permanente e, de ordinário, como atividade secundária. Praticava-se a maioria das “profissões” sem capital, com ferramenta simples, que cabia num caixote ou saco, por um salário modesto, que não possibilitava nem a aquisição de terras, nem a instalação de uma empresa. (...) Os próprios “estabelecimentos” dividiram-se em duas categorias: aqueles em que o camponês só ocasionalmente era artesão e cujos instrumentos apenas se utilizavam em certas estações, como a fabricação de farinha de mandioca;... aqueles em que o artesão vivia exclusivamente do ofício, usando constantemente suas próprias instalações, como o curtidor e o fabricante de calçados.

O artesanato rural atingiu o ápice de seu desenvolvimento entre 1880 e 1890, quando começou o processo de decadência, ou mesmo de sua transformação. Se durante o momento da guerra civil de 1893 e da Primeira Guerra Mundial o artesanato rural pôde temporariamente prosperar, a melhora crescente nos meios de comunicação, como veremos a seguir, ligando as áreas produtoras ao mercado e ao porto de Porto Alegre, engendrou condições cada vez mais adversas e insustentáveis à sua manutenção. (ROCHE, 1969). Condições essas que, segundo Montali (1979) mais tarde, a partir de 1917, se intensificaram com o avanço da indústria instalada nos núcleos urbanos dessa zona colonial.

4.3 - Circulação, rede comercial e acumulação de capital pelos comerciantes

Enquanto a produção colonial avançava definindo especialmente o fumo e a banha como os produtos mais valorizados no mercado, a sua distribuição até os principais mercados – Rio Pardo na região, e Porto Alegre no estado – se fazia com enorme dificuldade, diante da precariedade dos meios de transporte e das vias de comunicação então existentes. Assim, para que o capital investido na produção colonial se realizasse de modo mais efetivo e com maior regularidade, se fazia urgente e necessário melhorar as condições de acesso dos produtos regionais ao mercado estadual e, sobretudo, aos mercados nacional e internacional.

O governo provincial entendia como estratégico ao projeto de colonização, especialmente nas colônias oficiais como Santa Cruz, que as mesmas conseguissem prosperar e dessa maneira recompusessem as finanças públicas e o capital ali investido. Além disso, o projeto político do Partido Republicano Rio-grandense que então governava a província afirmava o interesse em promover a diversificação da economia gaúcha e a modernização de sua infra-estrutura, de modo a minorar os efeitos da tradicional dependência em relação à pecuária, em processo de estagnação.⁷⁶ Já os comerciantes instalados nas povoações coloniais e em Porto Alegre tinham interesse em intermediar a comercialização desses produtos, bem como ampliar o seu mercado consumidor até as colônias para produtos e mercadorias, por eles trazidos, do centro do país e do exterior. Os outros segmentos da elite sul-riograndense, especialmente os estancieiros e os donos de charqueadas, igualmente começavam a se interessar em adquirir aqueles produtos não produzidos em suas propriedades, ou mesmo aqueles cujo custo de importação era elevado, como o fumo. Foi a combinação desses distintos

⁷⁶ De acordo com Pesavento (1985) e Fonseca (1983), o PRR (Partido Republicano Rio-grandense) que nesse período governava a província, embora contasse em seu núcleo diretivo com importantes estancieiros, tinha uma proposta política de atender aos interesses da pecuária em termos de igualdade com outras formas de capital. Baseado ideologicamente no positivismo, o PRR contava com o apoio de burocratas, colonos, funcionários públicos. Entre seus propósitos de política econômica figuravam o estímulo à diversificação da produção, o fomento ao desenvolvimento da infra-estrutura de apoio às atividades comerciais e produtivas, e o apoio à colonização de imigrantes europeus através da pequena propriedade nas áreas no Norte do estado.

interesses que criou as condições para a introdução de importantes inovações técnicas no âmbito da circulação, tanto na escala da região, como na da província.

Nesse contexto, merece destaque o papel das ações normativas instituídas pelo governo provincial na promoção de melhorias e de manutenção daquelas estradas já existentes na região, como também na abertura de novas estradas. Isso foi fundamental para implementar a circulação de produtos agrícolas e de mercadorias entre as áreas coloniais, as vendas e casas comerciais das povoações, e as casas comerciais de Rio Pardo e, principalmente, de Porto Alegre.

Em 1867, o governo provincial gaúcho, diante da falta de condições do Estado em prover a manutenção das estradas que cortavam as áreas coloniais, normatizou o trabalho dos colonos na conservação e melhoria das estradas próximas às suas propriedades. (NOGUEIRA e HUTTER, 1975). Na região, entre as picadas/estradas que foram objeto desse trabalho, destaca-se a chamada Picada Velha – principal eixo de ligação e de escoamento da produção colonial de imigrantes alemães e italianos instalados na região para o porto de Rio Pardo, e também para Passo Fundo, São Borja e Missões.⁷⁷

Esse trabalho, embora fosse obrigatório em certos dias da semana, também era remunerado em dinheiro e acabou se tornando para os colonos uma atividade acessória importante para a obtenção de recursos para a unidade camponesa.

Na medida em que as picadas vão se tornando estradas carreteiras, a carroça passou a adquirir maior importância como objeto técnico mobilizado para o transporte. Lembra Roche (1969, p. 58), que a carroça introduzida pelos colonos é maior e mais resistente que a carroça gaúcha. Construída com taipal e possuindo quatro rodas, a carroça colonial podia transportar 25 sacos de 60 kg, ou seja, 1.500 kg. Além disso, seu emprego acabou demandando o desenvolvimento de atividades como a construção/manutenção de carroças, a fabricação de arreios, a domesticação de animais para esse fim. O uso das carroças coloniais passou a se difundir na região, pela maior capacidade de

⁷⁷ Segundo Nogueira e Hutter (1975, p.162), "... transitavam por ela, anualmente, cerca de mil ou mil e quinhentas carretas transportando mercadoria".

carga que elas apresentavam em relação ao transporte feito pelas mulas – muito embora apresentasse a mesma velocidade – e pela melhor condição de transporte do excedente colonial até o mercado regional.

Na verdade, a prosperidade das colônias ainda estava vinculada à capacidade de resolver o problema do alto custo do transporte das safras até o mercado regional/estadual. Nesse período, o custo do deslocamento da produção da colônia até o porto fluvial de Rio Pardo, no rio Jacuí, embora em menor distância (40 km), era maior do que o custo do transporte hidroviário desse porto até Porto Alegre, quando se percorria cerca de 250 quilômetros. Isso representava um importante obstáculo à competitividade dos produtos coloniais e ao desenvolvimento econômico das colônias. (ROCHE, 1969, p.58-9).

A partir de 1889, também foram construídas estradas diagonais como a que ligava Mariante, junto ao rio Taquari, a Venâncio Aires e prosseguia até Santo Ângelo, no Planalto; e a que atravessava a região da Campanha, ligando Guaíba, Encruzilhada, São Gabriel até Bagé. Todavia, com o tempo essas estradas, devido à falta de manutenção e às intempéries, tornaram-se intransitáveis, impondo grande obstáculo e prejuízo à economia colonial, o que fez com que no final do século XIX a circulação, a grande distância, dos produtos, de mercadorias e de pessoas, passasse a ser feita quase que integralmente através da navegação a vapor e da ferrovia. (ROCHE, 1969).

De todo modo, não há como negar a influência que a articulação dessas inovações técnicas locais – a melhoria das estradas e o uso da carreta – com os modernos meios de transporte que alcançavam a região - como o barco a vapor e o trem – teve na dinâmica econômica das áreas coloniais, bem como no processo de organização espacial do território regional.

A mecanização do território do Rio Grande do Sul abria novas possibilidades de comunicação, de circulação e de articulação dos lugares da Província. Se, no caso de Rio Pardo, a implantação desses novos objetos técnicos e a expansão do seu uso até a região acabou por aprofundar as condições de decadência da cidade, para as áreas coloniais eles significaram uma imediata ampliação na capacidade de carga, na velocidade do transporte, na segurança do escoamento dos produtos, o que estimulou o incremento da

produção colonial. Isso também permitiu o acréscimo de novos mercados consumidores, na medida em que novas áreas podiam então ser alcançadas pelos produtos coloniais alemães e italianos.

Desde o surgimento, em 1849, do transporte hidroviário a vapor, este logo começou a representar o principal meio de transporte entre as áreas coloniais e Porto Alegre. Em 1858, existiam 11 vapores atuando no Rio Grande do Sul. Desses, três operavam as linhas Porto Alegre - Rio Grande e Rio Grande - Pelotas. Os outros oito atuavam nas linhas do rio Jacuí, e quatro deles faziam regularmente a linha Porto Alegre - Rio Pardo - Cachoeira, com um total, naquele ano, de 225 toneladas de mercadorias e 1.520 viajantes.⁷⁸ Desde então, o avanço da navegação a vapor representou um significativo aumento da produção transportada pelo rio Jacuí, passando de 143 mil toneladas em 1900 para 317 mil em 1930, especialmente produtos de baixo peso. (ROCHE, 1969).

Esse meio de transporte foi também importante para o desenvolvimento econômico da região, especialmente para suas áreas coloniais. Laytano (1983), citando o Relatório do Presidente da Província de 1862, registra que “na Linha do Rio Pardo, fizeram os três vapores da Companhia Jacuí e outros tantos da Guaíba, 136 viagens (...) percorrendo os 6 vapores 26.928 milhas, e conduzindo (...) o total de 5.554 [pessoas]; e levando 1.030 toneladas”. Ele também se apóia no Relatório de 1864 para afirmar que naquele ano a colônia de Santa Cruz dispunha para o escoamento de sua produção os portos de Rio Pardo, de Santo Amaro e de Taquari. E por fim registra que, diante da importância alcançada pela produção daquela colônia, o governo provincial contratou em 1872 os serviços de Feliciano Joaquim de Bormann para que providenciasse a comunicação entre a cidade de Rio Pardo e a colônia, através da navegação a vapor pelo rio Pardo.

A ligação da região do Vale do Rio Pardo à linha férrea Porto Alegre - Uruguaiana, primeiro alcançando Rio Pardo, em 1883, e depois ligando Santa Cruz, em 1905, através de um ramal ferroviário, permitiu igualmente um melhor

⁷⁸ Roche (1969) observa que a grande maioria das empresas de navegação a vapor existentes no estado, nesse período, foi criada e explorada comercialmente pelos imigrantes alemães. Alguns desses acumulavam essa função com a de comerciantes.

desempenho econômico por parte das áreas coloniais, especialmente quanto à exportação de seus produtos. A esse respeito, Roche (1969, p.63) destaca as mudanças ocorridas no crescimento da exportação da produção colonial regional:

A tonelagem lá passou de 3.451 toneladas, em 1904, para 3.915 em 1907, 5.398 em 1908, 6.102 em 1909 e para 6.521 em 1910, aumentando 89% em cinco anos. A exportação quase dobrou instantaneamente e mudou de composição, estimulando a produção através de novas perspectivas. De um lado, a elevação de antigas exportações é sensível: a banha subiu 133%, o feijão 165%, o fumo 271%, a batata 412%, o milho 726%; de outro lado, apareceram novos produtos (melaço, frutas, rícino, ovos e aves, manteiga) cuja entrada no círculo econômico aumentou a prosperidade local.

Menezes (1914) também destaca que a estrada de ferro engendrou um aumento progressivo no movimento de passageiros embarcados na estação ferroviária de Santa Cruz com destino a Rio Pardo e a Porto Alegre. Em 1906, entre passageiros de primeira e segunda classes, foram 2.906 pessoas; em 1908 passou a 3.467 pessoas; e em 1910 totalizou 3.932 passageiros. Houve um incremento de cerca de 35 % no número de passageiros entre 1906 e 1910. Com a inauguração do ramal ferroviário até a colônia de Santa Cruz vamos ter nos anos seguintes o começo da exploração por particulares do serviço de transporte de diligências entre esse núcleo colonial e os núcleos vizinhos. Assim, em 1915 é implantada a linha Santa Cruz - Venâncio Aires e, em 1916, a linha Santa Cruz - Candelária. Essas linhas de transporte eram autorizadas e subsidiadas pela Câmara Municipal de Santa Cruz e apresentavam como principais serviços o transporte de passageiros e de mercadorias entre os núcleos urbanos coloniais da região. (KAERCHER, 2000).

A figura 12 mostra as principais linhas de navegação a vapor bem como as linhas férreas que serviam a região nesse período, articulando o território regional ao mercado. Essa nova dinâmica econômica das colônias começou a estruturar-se por volta de 1860, a partir do estabelecimento de uma verdadeira rede comercial que ligava, numa ponta, a produção agrícola e artesanal das propriedades coloniais e, noutra, o mercado e o porto da cidade de Porto Alegre. Para Singer (1977), a prosperidade das colônias nesse período estava intimamente vinculada à efetiva possibilidade de transporte e distribuição dos

produtos e das mercadorias coloniais ao mercado consumidor de Porto Alegre, e também através dela aos mercados nacional e internacional.

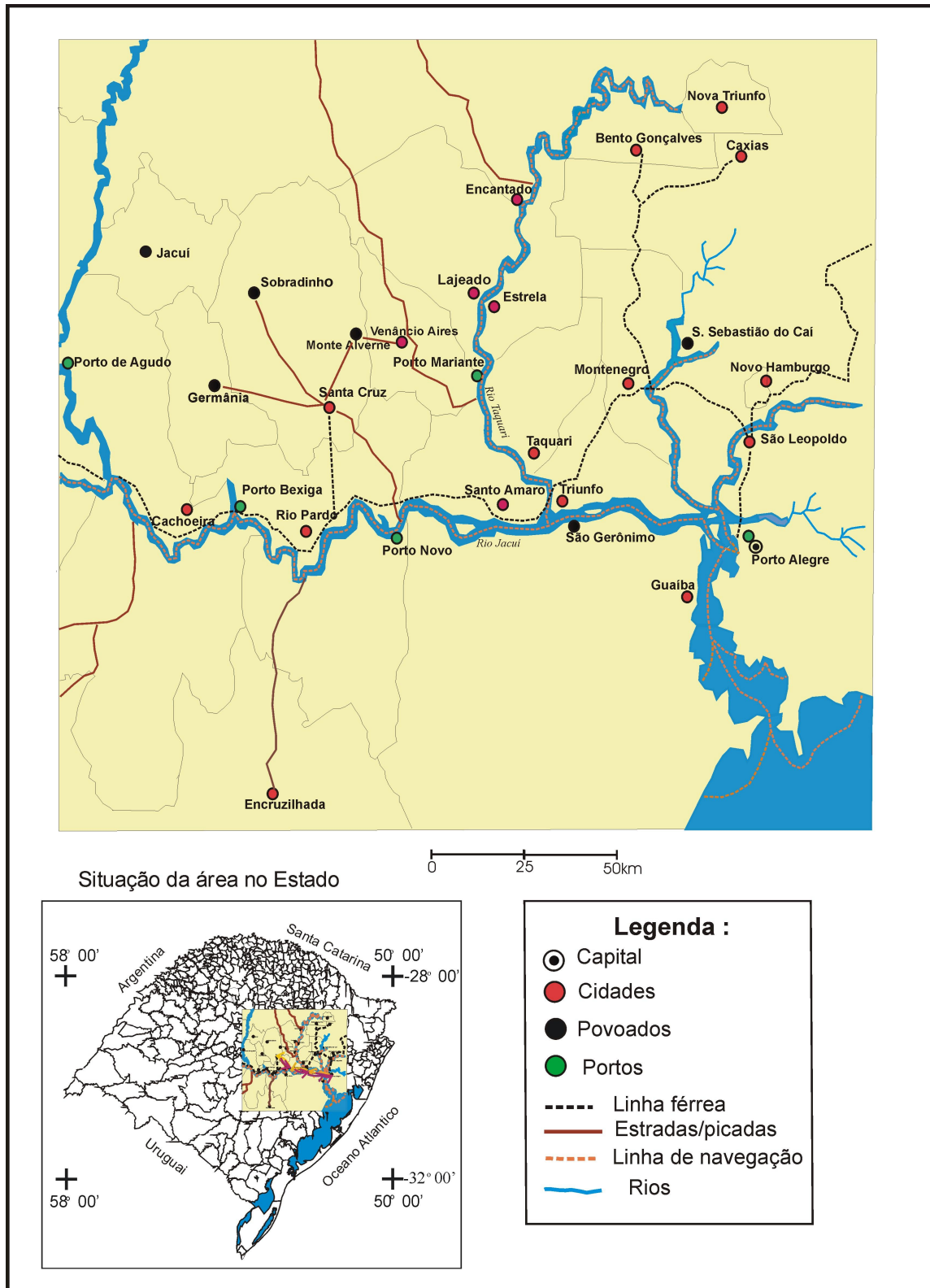


FIG. 12 - Vale do Rio Pardo: Principais linhas de comunicação que serviam a região em 1910
 Fonte: Adaptado de Mapa Hidrográfico do Rio Grande do Sul, 1935. Org. Rogério Silveira e Rita Ritzel

Assim, devemos considerar que, tanto a lógica de instalação desses novos objetos e sistemas técnicos no território, como as possibilidades e a abrangência dos seus usos, e ainda os seus reflexos sobre o desempenho da produção colonial, se vinculam, sobretudo, à lógica e à dinâmica de funcionamento dessa rede comercial onde circulavam produtos, mercadorias e capital no território.

De modo geral, podemos dizer que o comércio começou a se estruturar no Rio Grande do Sul em torno de 1860, quando iniciava na província a configuração de uma rede comercial que se estendia por ampla área rural da zona colonial, articulando os colonos aos comerciantes rurais em suas vendas nas picadas, estes aos comerciantes em seus armazéns e suas casas comerciais nas povoações, e estes aos atacadistas, exportadores e importadores em suas grandes casas comerciais localizadas em Porto Alegre.

Além desses agentes, havia ainda o caixeiro-viajante (“*musterreiter*”) que durante alguns anos tornou-se o intermediário imprescindível entre Porto Alegre e a zona colonial, entre o atacadista e o vendeiro varejista, trazendo mercadorias não produzidas na região, inovando e criando novas necessidades. (ROCHE, 1969; MONTALI, 1979).

A razão de ser dessa rede comercial estava na impossibilidade de os próprios colonos poderem levar os seus produtos aos mercados locais e regionais, e mesmo a Porto Alegre. A distância, a precariedade dos caminhos, a inexistência de animais de carga, o dispêndio de tempo na produção, e o elevado custo que essas viagens representavam, impediam que os colonos escoassem diretamente sua produção. “Era-lhes mais vantajoso ceder a um transportador uma parte, mesmo grande, da colheita ou uma percentagem, mesmo elevada, de seu valor”. (ROCHE, 1969 p.423).

Portanto, a posse de um meio de transporte que viabilizasse a circulação dos produtos e das mercadorias no território, entre os locais de produção e os de consumo, representava a condição fundamental para a realização do valor dos produtos e mercadorias a serem comercializadas. Ou seja, o poder de fazer os produtos circularem no território permitia, a quem o detivesse, a possibilidade de apropriação do capital mercantil. Nas colônias localizadas na região, essa condição esteve nas mãos dos comerciantes locais ou vendeiros

e, também, nas dos comerciantes das povoações das colônias.⁷⁹ Ambos, cada um operando em níveis específicos dessa rede comercial – os primeiros no varejo, os segundos no meio atacado –, concentravam em suas mãos tanto o monopólio da atividade comercial como o dos meios de transportes. Majoritariamente, foram os comerciantes que organizaram e exploraram o serviço de transporte dos produtos coloniais em lombo de mula, depois em carroça, entre as linhas, entre as linhas e as povoações, entre estas e os portos fluviais, e mais tarde entre as linhas e a estação férrea.⁸⁰ (ROCHE, 1969).

O processo de acumulação de capital mercantil que então se desenvolvia na região revela um conjunto de ações e de relações entre os agentes que traduzem a lógica e a dinâmica pelas quais o território regional era por eles usado.

A venda colonial representava o primeiro nível da rede comercial e também se constituía na menor unidade de acumulação de capital. (LAGEMANN, 1996). Sua localização na zona rural seguia o ritmo e a direção do arroteamento das terras no interior da colônia. “À medida que o arroteamento se afastava do rio, as vendas o seguiam nas picadas, no meio da floresta”. (ROCHE, 1969, p. 424). O processo de acumulação de capital mercantil pelos comerciantes rurais foi viabilizado através da combinação de várias ações. Uma primeira ocorria através do “custo do frete”. Como os comerciantes rurais possuíam os meios de transporte (mulas, cavalos, carretas) necessários para escoar a produção, boa parte do preço final cobrado por determinado produto colonial ficava com o vendeiro a título de pagamento

⁷⁹ Roche (1969) aponta que nos anos de 1900, 1913 e 1920 houve um aumento substancial no número de comerciantes em Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires. Nesses anos, a primeira apresentava respectivamente, 127, 200 e 285 comerciantes. Já a segunda tinha 32, 40 e 217 comerciantes instalados. Para Roche (1969, p.427-428), “a relação que existe entre a idade agrícola e a idade comercial [da colônia] aparece, com mais evidência ainda, se calculamos a quantos habitantes correspondia, e corresponde agora, um comerciante. Em Santa Cruz, em 1860, ao fim de 10 anos de colonização, havia um comerciante para 198 habitantes. (...) O número de habitantes por comerciante cresce com a expansão da colonização pioneira. E, no entanto, durante essa fase, as casas de comércio multiplicam-se tanto mais facilmente quanto se elevam os lucros. Em seguida, em virtude dessa multiplicação e à medida que os meios de comunicação se desenvolvem, o número de habitantes por comerciante diminui.” Além disso, essa diminuição do número de comerciantes igualmente se deve ao jogo da concorrência e à perda de produtividade das propriedades coloniais advinda do progressivo esgotamento das terras.

⁸⁰ Foram também eles que mantiveram, a partir de 1940, o monopólio do transporte dos produtos em caminhão entre as áreas rurais e os mercados urbanos. (ROCHE, 1969).

pelo transporte dessa produção. A realização dessa intermediação envolvia uma nova ação, vital para que a acumulação de capital se efetivasse. Diante do isolamento imposto às colônias pela precariedade dos meios de comunicação e de transporte, bem como pela passividade e confiança de sua clientela, o comerciante promovia o monopólio e a manipulação de informações e preços dos produtos, tanto os coloniais, como os importados. Além disso, a ausência de moeda circulante nesse período favorecia a difusão do mecanismo das contas-correntes – um caderno especial de anotações onde crédito e débito se alternavam, dispensando, praticamente, o uso da moeda.⁸¹ Desse modo, o comerciante engendrava a dependência dos colonos em relação à sua casa comercial. Por fim, uma terceira ação que possibilitava ao comerciante acumular capital era quando este desempenhava também a função de banqueiro através da guarda e/ou do empréstimo de dinheiro a juros aos colonos. (ROCHE, 1969, MONTALI, 1979 e LAGEMANN, 1996).

Essas ações, combinadas, criavam então as condições para a acumulação de capital mercantil pelos comerciantes, na medida em que esses se apropriavam da maior parte do sobretrabalho realizado pela mão-de-obra familiar dos colonos. Para tanto, era fundamental que o comerciante “...concentrasse empiricamente três funções distintas: a do capital comercial em sentido estrito e a do capital financeiro, ambas improdutivas, bem como a do transporte de mercadorias, produtiva”. (MONTALI, 1979, p.36).

Todavia, as relações entre produtor colonial e comerciante local não se restringiam apenas aos limites de uma relação mercantil. Na verdade, a dependência do colono em relação à venda e ao comerciante explicitava uma nítida relação de poder na medida em que “... caso este não quisesse lhe fornecer os bens necessários até uma nova safra, havia poucas alternativas de sobrevivência”. (PAULILO, 1990, p.49). Essa total dependência econômica do colono em relação ao comerciante forjou as bases de um domínio mais amplo do comerciante em relação aos colonos, que incidia inclusive no campo da cultura e da política. Como bem demonstra Vogt (1997, p.94),

⁸¹ O mecanismo de conta-corrente é o sistema de trocas a prazo que existiu nas colônias e, em muitas delas, perdurou até a Segunda Guerra Mundial. Com tal embrião de crédito, os colonos traziam, periodicamente, às vendas seus produtos, que eram computados na “receita”, e levavam, gradualmente, os produtos de que necessitam, sendo esses, por sua vez, registrados na coluna do “haver”. (ROCHE, 1969).

Já que a venda era um misto de residência, posto de trocas, local de beneficiamento da produção, botequim e ponto de reunião, era lá que os colonos acabavam tendo contato com assuntos os mais variados. Quem intermediava e filtrava estas informações era o dono da casa comercial. Era ele o elemento de prestígio e poder político; era quem orientava os agricultores sobre o que e como plantar, sendo o responsável pela introdução de novas técnicas produtivas na sua área de influência, era quem tinha contato direto com o caixeiro-viajante, por isto sabedor de notícias de outros lugares, especialmente da Alemanha; era quem vendia remédios, artigos da moda, etc. Desta forma, o comerciante (que também acumulava a função de agente financeiro, transportador e líder comunitário) conseguiu apropriar-se de parte significativa do excedente gerado.

Um segundo nível dessa rede comercial foi aquele ocupado pelos comerciantes que com seus armazéns, suas casas comerciais e seus depósitos de meio atacado localizavam-se em pontos intermediários, entre as áreas rurais e a capital do Estado. Localizados nas margens dos rios, nos entroncamentos ferroviários e, notadamente, nas principais povoações, esses estabelecimentos promoviam a intermediação e redistribuição tanto dos produtos da colônia para os principais mercados consumidores, como das mercadorias importadas desde Porto Alegre para as vendas coloniais. A difícil localização dessas vendas e os decorrentes obstáculos para uma comercialização direta com a capital possibilitavam o funcionamento daqueles estabelecimentos intermediários. O controle das informações sobre os preços e as mercadorias importadas, bem como o monopólio, principalmente do transporte fluvial dos produtos coloniais para a capital, permitia que esses comerciantes igualmente se apropriassem de parcela do sobretrabalho dos produtores familiares rurais.⁸²

Na medida em que houve a progressiva melhoria das vias de transporte até a capital, através da navegação fluvial a vapor, da ferrovia e das estradas de rodagem, as grandes casas comerciais, de importação e de exportação, localizadas em Porto Alegre, consolidaram-se como principais locais de comercialização da produção colonial e também como pontos centrais de abastecimento das vendas e casas comerciais localizadas nas povoações e

⁸² Roche (1969) e Singer (1977) destacam que a maioria das empresas de navegação a vapor tinha como proprietários comerciantes teuto-brasileiros. Esse era o exemplo "(...) de Jacob Arnt e Friedrich Haensel, comerciantes, respectivamente, em Taquari e Santa Cruz – ou de seus familiares, lucrando tanto pelas comissões de revenda como com o transporte. Até 1874, o transporte fluvial constituía-se na única via de comunicação de Porto Alegre com as colônias". (LAGEMANN, 1996, p.129).

áreas rurais das colônias. Muitas vezes, os laços econômicos com as casas comerciais da capital eram reforçados com a abertura de filiais ou de depósitos nas principais paradas das vias de transporte (portos e estações), e também através do envio às vendas coloniais, de seus caixeiros-viajantes. Como assinala Roche (1969, p.432), “graças à atividade de seus agentes e à coesão dessa rede, os importadores de origem alemã puderam assegurar para si, entre 1870 e 1880, a supremacia na praça de Pôrto Alegre e no mercado rio-grandense”. Daí sua condição de terceiro e principal nível na configuração da rede comercial.

Lagemann (1996, p.131) também destaca que esses grandes estabelecimentos comerciais...

... controlavam a exportação de feijão, milho, mandioca, arroz, trigo, tabaco e banha, e importavam manufaturados e bens de produção, influenciando toda a rede de comercialização estendida pelo interior. Além de transferir o capital previamente acumulado para a indústria, foram essas casas importantes para as primeiras indústrias na medida em que lhes forneciam máquinas e peças importadas do exterior.

O grande comércio estabelecido em Porto Alegre assumia assim a condição de comando dessa rede comercial, na medida em que controlavam oligopsonicamente a importação de mercadorias do centro do Brasil e do exterior e sua posterior distribuição para o interior do Rio Grande do Sul, bem como a exportação dos produtos coloniais. Eram os grandes comerciantes quem impunham os preços, as tarifas de transporte, as taxas de importação e exportação. Seu poder econômico também era expresso através do protagonismo na condução de toda a logística e organização necessária ao desenvolvimento da atividade comercial, como a exploração de empresas de navegação fluvial e lacustre, de empresas de transporte rodoviário, a atuação em casas bancárias, agências de corretagem, de seguros e de representação comercial. Além disso, sua importância se manifestava pelos laços comerciais que esses grandes comerciantes teuto-brasileiros mantinham com as casas comerciais alemãs, na Alemanha, bem como era reforçada na medida em que, a partir de 1875, foram abertas linhas marítimas ligando o Rio Grande do Sul à Alemanha e ao restante da Europa. (ROCHE, 1969).

Assim, a dinâmica de funcionamento da rede comercial demandava um conjunto de relações entre os distintos níveis de sua estrutura que resultavam da divisão de funções comerciais e simultaneamente da articulação, da negociação, mas também da disputa entre os seus agentes constituintes pelo fundamento mesmo dessa rede: a apropriação do sobretrabalho das famílias de agricultores coloniais. Por sua vez, se essas foram as características e os fundamentos básicos que nortearam o desenvolvimento dessa rede comercial, também é preciso reconhecer que o processo de comercialização de cada produto colonial apresentou particularidades e diferenças quanto às áreas e aos lugares que economicamente integrava, bem como quanto às possibilidades de valorização mercantil de cada produto.

Como vimos antes, o fumo – exatamente pela sua maior valorização mercantil – foi um dos produtos coloniais que mais se difundiu na região, nesse período. E sua comercialização envolveu um ativo processo de acumulação de capital com reflexos importantes na organização espacial e no modo de uso do território regional. A contribuição de Vogt sobre o processo de comercialização do fumo, embora longa, é fundamental para que tenhamos presente que o processo de acumulação de capital mercantil não foi homogêneo nos diferentes lugares da zona colonial da região do VRP.

Em primeiro lugar é preciso deixar patente que não foram todos os comerciantes que tiveram condições econômicas para poder lidar com o tabaco. Em segundo, que juntamente com o fumo, os vendistas também negociavam ferragens, fazendas, calçados, louças, artigos de armarinho, secos e molhados, o que lhes garantia a otimização do funcionamento das contas correntes, além de possibilitar maior acúmulo de capitais. Em terceiro, é indispensável frisar que houve a tendência das casas comerciais de beneficiamento de fumo surgirem na sede do município ou nas vilas dos distritos, sendo que estas últimas, na medida em que os empreendimentos tornavam-se mais vultosos, também se transferiam para o núcleo urbano, em virtude das melhores condições infra-estruturais aí existentes. Em quarto lugar, é preciso enfatizar que a maioria dos comerciantes existentes nas picadas que trabalhavam com fumo, atuava através dos seus pontos de compra do produto, como representantes de “comerciantes mais fortes”, os enfiadores, localizados nas sedes distritais, núcleo municipal ou mesmo na capital do Estado. Assim, havia situações em que o produtor rural despachava o seu cultivo através da casa comercial local – que repassava adiante a mercadoria para outro comerciante – como havia casos em que o colono transacionava diretamente o fruto do trabalho da sua família com a firma existente na sede administrativa de Santa Cruz. (VOGT, 1997, p.95-96).

Nesse sentido, podemos constatar a importância que a produção e a comercialização do fumo adquiriram no conjunto da economia regional, através de sua destacada participação na rede comercial. Essa participação possibilitou a acumulação de capital nas áreas coloniais, especialmente em seus principais núcleos urbanos; além disso, acabou orientando os novos investimentos necessários à reprodução do capital, refletindo, em nosso ver, o grau de especialização que as áreas coloniais da região passaram a apresentar.

Por outro lado, o fato de a produção colonial, especialmente a agrícola, somente ter efetivado seu valor de troca mediante a intermediação monopólica dos comerciantes, levou simultaneamente ao isolamento e à subordinação do pequeno produtor familiar em relação ao mercado. O produtor, dependente desse intercâmbio desfavorável, embora mantivesse a propriedade da terra, via-se, dessa forma, progressivamente submetido à lógica e à dinâmica de reprodução do capital comercial. Além disso, na medida em que consideramos o uso predominante de um sistema técnico rudimentar na produção colonial e a progressiva fragmentação do minifúndio familiar – resultado do parcelamento da terra entre os descendentes familiares –, acabamos por revelar a situação de crescente perda de produtividade das pequenas propriedades e de pauperização dos camponeses de origem imigrante que viviam na região.

Vimos também que a lógica e a dinâmica de funcionamento da rede comercial, articulando seus distintos níveis de comercialização, acabaram engendrando as condições para a promoção de uma dada solidariedade espacial, na medida em que articulava lugares de distintas escalas geográficas – a pequena propriedade e a venda na linha colonial; os núcleos de povoação; os centros comerciais regionais, como Rio Pardo, a capital Porto Alegre; e os centros comerciais nacionais, como o Rio de Janeiro e São Paulo, e internacionais, como Hamburgo, na Alemanha. A materialização dessa solidariedade espacial no território se efetivou através de relações sociais e econômicas fundamentadas na lógica mercantil, na busca da apropriação do sobretrabalho das famílias de camponeses coloniais e na realização da acumulação de capital mercantil. Para tanto, foi de vital importância o modo como os diferentes agentes acessaram e usufruíram dos serviços decorrentes

das inovações técnicas instaladas na região, especialmente no âmbito da circulação e da comunicação. Os reflexos do funcionamento da rede comercial, bem como os efeitos dos usos predominantes desses objetos e sistemas técnicos incidiram ativamente, ainda que com diferente intensidade e desigual dinamismo, na organização espacial e no modo de uso do território regional, especialmente na sua zona colonial onde, além do aumento da população, do aumento da área cultivada e da produção, do surgimento de povoações, houve um forte crescimento da economia das colônias, através da sua especialização pela fumicultura.

Como veremos adiante, essa crescente especialização da economia colonial da região pela fumicultura acabou incidindo ativamente no modo como, a partir de então, as áreas rurais e os núcleos urbanos coloniais se integraram à divisão territorial do trabalho regional e nacional. Essa integração, além de promover mudanças no desenvolvimento e no crescimento desses núcleos urbanos, também incidiu no modo desigual e diferenciado como cada cidade participou do processo posterior de formação e de evolução da rede urbana do Vale do Rio Pardo.

5 - ORIGENS DA INDUSTRIALIZAÇÃO NA ÁREA COLONIAL, DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO E CONFIGURAÇÃO INICIAL DA REDE URBANA REGIONAL

Neste capítulo, analisamos o processo inicial de desenvolvimento da atividade industrial ocorrido nas áreas coloniais da região, no final do século XIX e começo do século XX. O capital mercantil acumulado pelos comerciantes representou uma condição importante para o desenvolvimento da transformação das matérias-primas e dos produtos agrícolas nas povoações coloniais.

A promoção da atividade industrial na região fez com que a acumulação de capital não mais ficasse restrita à órbita da circulação, mas, a partir de então, passasse a ser realizada de modo combinado à dinâmica da atividade produtiva industrial. Analisaremos esse processo principalmente destacando o modo como ocorreram as transformações no beneficiamento do fumo realizado nas povoações coloniais. O desenvolvimento de pequenas oficinas, manufaturas e fábricas, a lenta e desigual difusão nos vários ramos de relações de produção capitalistas, a criação de instituições bancárias e de cooperativas de produtores de fumo representaram novos elementos na dinâmica de organização do território regional.

Além disso, o progressivo aumento da população urbana, a melhoria gradativa dos meios de comunicação e de transporte entre as áreas coloniais e entre elas e os principais mercados na região e no estado, especialmente Porto Alegre, foram também vitais para a implementação de novos usos do território. Interessa-nos também analisar como essas mudanças, ocorridas no âmbito da produção colonial, participaram dos processos de crescimento e desenvolvimento inicial dos núcleos urbanos coloniais e da estruturação de suas funções urbanas.

Por sua vez, os reflexos dessas transformações não foram os mesmos, nem tiveram a mesma intensidade no conjunto dos núcleos coloniais, assim como participaram de modo diferenciado e desigual da organização do espaço urbano regional. Isso nos leva igualmente a buscar apreender como, nesse novo contexto, começava a se estruturar a divisão territorial do trabalho

regional e a respectiva configuração da rede urbana no Vale do Rio Pardo.

5.1 - As origens da indústria na zona colonial da região

Inicialmente, há que se ter presente que o surgimento e o desenvolvimento da indústria no Brasil estiveram intimamente vinculados a um conjunto inter-relacionado de variáveis que, historicamente, condicionaram o desenvolvimento industrial do país. Assim, variáveis externas como as relacionadas ao aprofundamento da revolução industrial, à expansão mundial do capitalismo, à deflagração da Primeira Guerra Mundial e à reorientação da divisão internacional do trabalho engendram conjunturas internacionais que acabam promovendo condicionantes importantes ao processo de industrialização brasileira. Como reflexo disso, Singer (1977, p.173) assinala que a primeira onda industrial que o Brasil apresentou, a partir da última década do século XIX, no contexto do período do encilhamento, resultou "... da abolição da escravatura, da imigração em massa de europeus, da tarifa mais acentuadamente protecionista adotada em 1890 e das facilidades de crédito então vigentes".

Um dos principais reflexos da Primeira Guerra Mundial sobre a economia nacional foi a decorrente restrição no volume das importações que acabou proporcionando as condições para o início do processo de substituição de importações no país. Segundo Tavares (1977), esse processo não visou apenas à diminuição do *quantum* de importação global. Essa diminuição, quando ocorreu, não foi simples desejo do governo nacional, mas via de regra foi imposta pelas restrições do setor externo. Dessas restrições, absolutas e relativas, é que decorreu a necessidade de produzir internamente alguns bens que antes se importavam. Por outro lado, no lugar desses bens substituídos apareceram outros, e, à medida que esse processo avançava, tivemos um aumento da demanda derivada por novas importações, basicamente de bens intermediários e de capital.

Em segundo lugar, essas variáveis externas, ao se combinarem com as distintas variáveis internas que estão presentes e caracterizam cada uma das regiões e dos lugares do país, proporcionam diferenças significativas no modo

pelo qual a indústria viria a desenvolver-se no conjunto do país. Isso ocorre porque, nesse período, são diferentes as formas pelas quais o capitalismo se desenvolve internamente em cada região – modos de produção, relações de produção, tipos de acumulação – bem como são distintas as dinâmicas de organização e desenvolvimento dos mercados regionais do país.

Em terceiro lugar, diante da diversidade de entendimento quanto ao que de fato caracterizava e particularizava as diferentes unidades de produção existentes nesse período no seio da própria indústria, é preciso então assinalar o que estamos entendendo como artesanato, manufatura e fábrica. Concordamos com Pesavento (1983) no sentido de que o artesanato, ou a “pequena indústria”, representa uma forma de transformação da matéria-prima que visa à obtenção de mercadoria e que é caracterizada, acima de tudo, pelo uso do trabalho familiar e pela não-separação completa dos trabalhadores dos seus meios de produção, através dos quais viabilizam a sua subsistência.⁸³ O artesão não vende sua força de trabalho na medida em que ele assume, simultaneamente, a condição de trabalhador e de dono dos instrumentos de trabalho. Quanto à manufatura e à fábrica, acreditamos como Silva (1986, p.76) que:

A manufatura e a fábrica distinguem-se da empresa artesanal pelo número de trabalhadores que empregam. Nas duas primeiras, o número de trabalhadores é tal que o proprietário não se ocupa mais diretamente da produção e que a sua subsistência assim como a expansão da empresa não dependem mais diretamente do seu trabalho. Elas são todas as duas empresas capitalistas. Por sua vez, a fábrica distingue-se da manufatura pela importância do capital que emprega; a importância do capital manifesta ao nível do valor uma outra organização técnica do trabalho, caracterizada fundamentalmente pela mecanização. É na fábrica que a separação entre o trabalhador e os meios de produção - chave do sistema capitalista - torna-se uma realidade técnica.

O surgimento da indústria no Rio Grande do Sul se deu de forma inteiramente distinta daquela ocorrida no centro econômico do país, mais especificamente em São Paulo, onde a acumulação de capital ocorreu através da atividade agrária exportadora, a partir da introdução e do desenvolvimento

⁸³ Ramos e Osório *apud* Krause (2002, p.84) definem que seria artesanal o estabelecimento que contasse com menos de 5 (cinco) pessoas ocupadas, número que compreenderia o proprietário e familiares inclusive. Poderia ainda alegar-se, de acordo com os autores, que: “(...) a característica de artesanato estende-se a estabelecimentos abrangendo até 9 (nove) pessoas ocupadas (inclusive o dono e familiares)”.

de relações de produção capitalistas que substituíram o trabalho compulsório. O capital acumulado com a comercialização do café no exterior possibilitaria, posteriormente, à oligarquia cafeeira comandar a realização dos investimentos industriais e financiar a instalação de infra-estrutura, ativando assim a economia capitalista cafeeira. No Rio Grande do Sul, a transição da economia agrário-pecuarista para a economia urbano-industrial seguiu, basicamente, a via da acumulação interna de capital, através fundamentalmente do comércio vinculado ao mercado interno (regional e nacional). (SILVEIRA, 2003).

O debate existente no âmbito da historiografia econômica do Rio Grande do Sul quanto às origens das primeiras indústrias no Estado, especialmente nas suas áreas coloniais, serve de caminho para apreendermos como essas variáveis externas e internas participaram desse processo, conferindo-lhe particularidade e identidade no modo como aí ele se realizou.

Uma primeira posição teórica é representada por Pellanda (1925) e por Tejo (1939), para quem as primeiras indústrias gaúchas basicamente têm origem artesanal, resultado de lenta e harmoniosa evolução do artesanato rural e urbano. Fruto também da predisposição, para o trabalho, do empenho e da abnegação dos migrantes trazidos da Europa com um conjunto de conhecimentos técnicos. Ou seja, a proposição básica desses autores é a de que a indústria surgiu a partir de um desenvolvimento linear e contínuo da oficina artesã localizada tanto nas picadas e linhas coloniais como nas povoações.

Um outro argumento é elaborado por Singer (1977). Para ele, a industrialização resultou do processo de substituição gradativa de artigos importados por produtos manufaturados localmente, implicando a eliminação do artesanato. A decadência do artesanato colonial estava ligada ao avanço dos progressos técnicos da indústria e da ampliação do comércio, na medida em que, através deles, os produtos artesanais vão enfrentar a concorrência dos produtos importados do exterior e de outras cidades do país. Produtos esses que, produzidos em bases capitalistas, apresentarão uma maior produtividade, uma maior variedade e um preço mais competitivo. Assim, a destruição do artesanato local pela penetração, via importação, de produtos manufaturados superiores, engendrou um mercado em que a demanda já estava constituída.

O autor chama a atenção, ainda, para o fato de a substituição de importações depender de dois conjuntos de fatores, que ele denomina de internos e externos. Os fatores internos seriam: “(...) a acumulação de capital comercial, o crescimento da procura por determinados artigos e a existência de economias externas às empresas industriais, tais como: oferta suficiente de matérias-primas, de energia elétrica e de mão-de-obra com as qualificações necessárias” (SINGER, 1977, p.170-171). Os fatores externos seriam o aumento das taxas aduaneiras e cambiais que contribuíram para a elevação dos preços dos produtos estrangeiros importados, estimulando o surgimento local da indústria.

A terceira interpretação se caracteriza por uma abordagem menos generalizante do processo. Como principal representante, teríamos Roche (1969), além das importantes contribuições de Lagemann (1996) e de Moure (1996). Para Roche não houve uma direta e necessária transformação do artesanato em indústria. O desenvolvimento inicial da indústria colonial foi diverso e complexo, na medida em que a evolução cíclica da economia rural acabou reproduzindo atividades de origem e amplitude bem diversas: em determinadas colônias, atividades anacrônicas; em outras, atividades modernas e, em outras, a coexistência de ambas. Roche assinala que a estrutura de produção artesanal, baseada na inexistência de capital, na rusticidade das ferramentas, e no caráter familiar da mão-de-obra, impõe limites absolutos ao processo de acumulação de capital e à passagem do artesanato para a condição de indústria, muito embora admita que em algumas dessas indústrias a origem foi o artesanato urbano. Ele destaca o papel fundamental que a acumulação de capital mercantil, pelo comerciante, teve no desenvolvimento das primeiras indústrias. Nessa mesma direção, Moure (1996) reforça o papel decisivo do comerciante nesse processo, na medida em que, através de suas ações de melhoria dos meios de comunicações e de transportes existentes, e de incremento do intercâmbio comercial entre a colônia e o mercado regional, foi possível gerar um acúmulo de capital em suas mãos que acabou sendo investido em empreendimentos comerciais ainda maiores e em indústrias.

Por fim, Roche (1969) assinala como igualmente importante para o nascedouro da indústria nas áreas coloniais a existência de tarifas alfandegárias protecionistas a partir do advento da República, a abolição da escravatura, o conhecimento técnico e a especialização do trabalho dos imigrantes europeus e os progressos na navegação de cabotagem.

Diante desse debate, pensamos que as duas últimas correntes de interpretação se aproximam mais efetivamente do modo como ocorreu o processo inicial de industrialização nas áreas coloniais da região. A origem da industrialização nas áreas coloniais do Vale do Rio Pardo, de modo geral, esteve intimamente vinculada ao sucesso de sua produção agrícola, direcionada aos mercados regional e nacional. Isso, simultaneamente, possibilitou o estímulo ao desenvolvimento das atividades de beneficiamento de produtos primários e permitiu que o acúmulo de capital mercantil, realizado pelos comerciantes e, ao mesmo tempo, exportadores locais, tornasse possível a instalação de novas unidades de produção a partir da utilização de tecnologias mais avançadas.

Além disso, é preciso considerar que o surgimento e o desenvolvimento inicial da indústria nessas áreas coloniais da região não se fizeram de modo homogêneo, mas com base numa diversidade de situações originárias, o que revela a complexidade de sua dinâmica de estruturação e funcionamento. Aqui lembramos a importante contribuição de Krause (2002), que chama atenção de que, se por um lado a maior parte dos estabelecimentos industriais, entre eles os dos ramos fumageiro e da metalurgia, surgiram a partir do capital acumulado pelos comerciantes – através do monopólio desses, sobre a rede comercial e de transportes – por outro lado, também houve empresas que nasceram do artesanato urbano, como as de implementos agrícolas e as de alimentação.

Nesse aspecto, Roche (1969, p.485) assinala que “... foram os artesãos, instalados nas cidades desde os primeiros anos de residência no Brasil e não participantes da vida [rural] da colônia alemã, que ordinariamente estiveram na base do desenvolvimento de pequenas oficinas em manufaturas ou em fábricas, mas não os artesãos rurais”. Todavia, ele chama nossa atenção de que “... não só nem tôdas as oficinas se transformaram em fábricas, como

também nem tôdas as fábricas tiveram origem nas primitivas oficinas”. (ROCHE, 1969, p.479).⁸⁴

Os dados apresentados pelo *Verband Deutscher Vereine*⁸⁵ (1999, p.638) informam a existência, em 1874, de 163 estabelecimentos industriais em Santa Cruz e de cerca de 67 em Germânia (atual Candelária). Embora esse levantamento sobre a industrialização das áreas coloniais no Rio Grande do Sul não especifique objetivamente o que vem a ser artesanato, manufatura e fábrica, ele mostra como então se apresentavam os principais ramos industriais existentes nos núcleos urbanos da área colonial da região.

Assim, em Santa Cruz destacavam-se os ramos do couro (41 estabelecimentos), de madeira (28 estabelecimentos), de metal (20 estabelecimentos), e da industrialização de produtos⁸⁶ (com 20 estabelecimentos). Já em Candelária, segundo núcleo urbano colonial em 1874, entre os principais ramos industriais figuravam: o de madeira (17 empresas), o de couro (14 empresas), o de bebidas (12 empresas) e o de industrialização de produtos (com 11 empresas).

Diante da inexistência de informações estatísticas mais consolidadas referentes ao desenvolvimento da atividade industrial para o conjunto das colônias existentes, nesse período, no Vale do Rio Pardo, nos valem aqui dos dados organizados por Krause (2002), com base no Relatório de setembro de 1916⁸⁷, que dão uma boa idéia de como se caracterizavam os estabelecimentos industriais então existentes em Santa Cruz do Sul – primeira colônia da região, e principal núcleo urbano da zona colonial.⁸⁸

⁸⁴ Para Roche (1969, p.503) a vinculação artesanato - indústria no caso do Rio Grande do Sul “... não é verdadeira senão no que tange a algumas atividades manufatureiras nascidas do artesanato urbano. Na maioria dos casos, não foi a oficina da picada que se desenvolveu até tornar-se fábrica; somente em algumas cidades pequenas chaminés se ergueram no local de edifícios mais modestos, outrora ocupados por artesãos.”

⁸⁵ Essa obra sobre os cem anos (1824 -1924) de germanidade no Rio Grande do Sul foi originalmente organizada pelo Pe. Teodor Amstad e publicada em 1924 pela *Verband Deutscher Vereine* (Federação das Associações Alemãs).

⁸⁶ Reúne diversos tipos de moinhos, prensas de óleo, descascadores de arroz e, sobretudo, tafonas.

⁸⁷ Relatório elaborado em 08 de setembro de 1916 pelo Dr. Protásio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e do Exterior do Rio Grande do Sul. AHRGS, Vol. 1 *apud* Krause (2002, p. 65-66).

⁸⁸ Roche (1969, p.503) assinala as limitações encontradas na pesquisa sobre a atividade industrial no país, especialmente quanto aos levantamentos estatísticos disponíveis. “As estatísticas só aparecem em 1907. Mantêm-se, aliás, intermitentes até 1937 e só podem ser

Nesse aspecto, a tabela 3 permite observar algumas características importantes das empresas como o volume de capital, a força motriz (HP), o valor da produção e o número de operários empregados. Através dela verificamos que a maior parte dos estabelecimentos são empresas artesanais com menos de cinco empregados, com baixo valor de produção, reduzida capitalização e com limitada ou inexistente mecanização.

Roche assinala que foram principalmente os ramos artesanais especializados na transformação dos produtos agrícolas e de matérias-primas que ocuparam destacado lugar na economia colonial. O artesanato urbano de transformação começou a se desenvolver especialmente a partir do começo do século XX, quando se baseava, simultaneamente, no abastecimento da crescente população urbana local, no aumento da produção agrícola, uma vez que o essencial das atividades artesanais era o beneficiamento e/ou o acondicionamento dos produtos exportáveis, cujo número e volume ampliavam-se na medida em que melhoravam os meios de comunicação e de transportes entre as áreas coloniais e os mercados regional e estadual. (ROCHE, 1969).

Embora as empresas dos ramos de banha, erva-mate, fumos preparados e fundição apresentassem, comparativamente, um maior volume de capital, um maior valor de produção e um maior contingente de operários, seu conteúdo tecnológico, através da presença de mecanização, ainda é limitado, sendo apenas ligeiramente superior às das empresas artesanais. Quanto ao elevado número de operários das empresas de fumo, Vogt (1997) pondera que entre esses deviam estar os trabalhadores empregados temporariamente nos meses em que ocorria o beneficiamento e enfardamento do fumo. Além disso, a baixa composição orgânica do capital e o pequeno grau de mecanização existentes nessas empresas igualmente nos informam a não-existência de fábricas de fumo, nesse período.

utilizadas com reserva, porque mudam freqüentemente de critérios e ressentem-se, por vêzes, de um levantamento precipitado. Até 1907, pois, a história da indústria rio-grandense não pode assentar em bases numéricas". Para ele, é através dos relatos dos viajantes, dos relatórios dos administradores e alguns estudos esparsos que podemos encontrar pistas para avaliarmos a evolução da indústria gaúcha.

TABELA 3 - Santa Cruz do Sul: estabelecimentos industriais por ramo de atividade - 1916

Banha				
Proprietários	Capital (Réis)	Força (HP)	Valor Produção (réis)	Operários
Heuser & Cia.	60.000\$000	15	240.000\$000	10
Evers & Cia.	150.000\$000	10	550.000\$000	15
Tatsch & Cia.	80.000\$000	15	300.000\$000	20
Ricardo Freitag	30.000\$000	10	100.000\$000	05
Albrecht & Cia.	70.000\$000	15	240.000\$000	15
Bebidas alcoólicas, gasosas e cerveja				
Proprietários	Capital (Réis)	Força (HP)	Valor Produção (réis)	Operários
Iserhard & Hoeltz	25.000\$000	10	40.000\$000	10
Vv. Frederico Gens	5.000\$000	-	6.000\$000	2
Augusto Müller	5.000\$000	-	6.000\$000	2
Chapéus de palha, lã e lebre				
Proprietários	Capital (Réis)	Força (HP)	Valor Produção (réis)	Operários
Carlos Lund	80.000\$000	4	140.000\$000	10
Espartilhos e gravatas				
Proprietários	Capital (Réis)	Força (HP)	Valor Produção (réis)	Operários
Maximiliano Schmidt	5.000\$000	-	8.000\$000	3
Bernardo Stein	5.000\$000	-	8.000\$000	3
Erva-Mate				
Proprietários	Capital (Réis)	Força (HP)	Valor Produção (réis)	Operários
J.P. Koelzer	40.000\$000	12	80.000\$000	10
Fumos preparados				
Proprietários	Capital (Réis)	Força (HP)	Valor Produção (réis)	Operários
Adolfo Iserhard	40.000\$000	-	60.000\$000	15
A. E. Hennig & Cia.	120.000\$000	6	150.000\$000	135
José Etges F. & Cia.	50.000\$000	5	70.000\$000	40
Alfredo Schütz	150.000\$000	6	200.000\$000	150
Irmãos Schütz	120.000\$000	6	150.000\$000	120
Augusto Beurmann	10.000\$000	-	15.000\$000	6
Teodoro F. Schilling	40.000\$000	-	60.000\$000	12
J. N. Kliemann	110.000\$000	6	150.000\$000	120
Fundição e obras sobre metais				
Proprietários	Capital (Réis)	Força (HP)	Valor Produção (réis)	Operários
Carlos Schreiner	80.000\$000	16	100.000\$000	25
Rodolfo Bins	120.000\$000	25	150.000\$000	100
Móveis e decoração				
Proprietários	Capital (Réis)	Força (HP)	Valor Produção (réis)	Operários
Simon Martim	10.000\$000	-	20.000\$000	3
Arthur Procat	10.000\$000	10	20.000\$000	3
Jacob Koeler	10.000\$000	10	20.000\$000	3
João Kroth	10.000\$000	10	20.000\$000	3
João Melchior	10.000\$000	10	20.000\$000	3
Germano Koelberg	25.000\$000	5	35.000\$000	5
Adolfo Heuser	10.000\$000	6	20.000\$000	4
Albert Binningher	10.000\$000	5	20.000\$000	3

Fonte: Adaptado de KRAUSE (2002, p.65-66)

Nesse sentido, observando o conteúdo desses dados estatísticos e tendo presente a definição de Silva (1996) quanto à diferenciação dos diferentes tipos de estabelecimentos industriais, podemos dizer que em realidade, nesse período, esses estabelecimentos maiores eram manufaturas. Manufaturas essas que, mesmo representando um menor número de empresas no conjunto dos estabelecimentos industriais, assumiram destacada importância no desempenho da economia de Santa Cruz do Sul. Em certa medida, foi isso o que também aconteceu nos demais núcleos urbanos coloniais.

Por sua vez, os dados apresentados por Menezes (1914) para Santa Cruz, referentes aos anos de 1899 e 1910, permitem verificar que nesse intervalo o número de estabelecimentos, entre oficinas e manufaturas existentes na cidade, praticamente dobrou, passando de 243 para 418 unidades. Mas muito mais do que o expressivo aumento no número dos estabelecimentos o que importa reter é o fato de que dessas 418 unidades, 26 eram movidas a vapor e 53 através de força hidráulica, o que permite também observar o tipo de força motriz então existente e o grau de desenvolvimento das forças produtivas. Para Montali (1979, p.47), “a utilização desses dois tipos de força motriz propiciou a introdução de máquinas no processo produtivo, o que diferencia esse processo do processo artesanal que tem como base o trabalho manual e a perícia individual do trabalhador”. Passava-se então, ainda que de modo incipiente, gradativo e diferenciado no conjunto do território regional, para o período de mecanização do processo produtivo nas áreas urbanas da região colonial. Transitava-se então de um período condicionado pelas contingências do meio natural para um novo momento, especialmente no âmbito da produção industrial, em que os usos do território começavam também a ser praticados no contexto de um meio técnico que começava lentamente a se configurar na região.

Emergia um espaço mecanizado, onde as lógicas e os tempos humanos passam a impor-se à natureza, e onde as possibilidades técnicas existentes passam a participar e a incidir na dinâmica de usos do território, incluindo os conflitos e os embates resultantes da incompleta difusão e realização daquelas possibilidades na totalidade do território. (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

Certamente, nesse estágio inicial da formação do meio técnico no território regional prepondera um padrão espacial, como sugerem Santos e Silveira (2001, p.31), do tipo arquipélago mecanizado. Ou seja, a produção mecanizada se manifesta em determinados pontos ou lugares do território regional, especialmente em alguns dos seus núcleos urbanos, e nesses, também, em dados setores econômicos. A atividade manufatureira do fumo certamente foi um ramo importante nesse começo de estruturação do meio técnico na região.

No ramo fumageiro, a gênese da industrialização ocorreu basicamente através da acumulação de capital mercantil advinda com o incremento das relações no âmbito da rede comercial. Como lembra Vogt (1997, p.99),

Não foram os pequenos empreendimentos artesanais empenhados na confecção de charutos e fumo desfiado que se transformaram nas potentes indústrias de beneficiamento e fabricação de cigarros. Pelo menos não parece ter sido este o embrião dos Kliemann, dos Tatsch, dos Boettcher, dos Hennig, da Companhia de Fumos Santa Cruz, etc., sem falar da Souza Cruz e das outras transnacionais que mais tarde se estabeleceram na região. Foi o intercâmbio comercial que gerou o acúmulo de capitais nas mãos dos comerciantes, possibilitando-lhes inversões em empreendimentos comerciais ainda maiores e em indústrias. Quanto ao colono, na medida em que estava ocupado diretamente no cultivo da terra, jamais teria condições de capitalizar nas condições historicamente dadas no município.

Assim, o monopólio pelos comerciantes locais da comercialização do fumo produzido nas propriedades rurais da região resultou no progressivo aumento da produção regional e na instalação e difusão de manufaturas de fumo nos núcleos urbanos coloniais da região, especialmente em Santa Cruz do Sul – o que representou mudanças importantes na organização produtiva do ramo fumageiro, a partir do final do século XIX, início do século XX. Até então a maior parte do fumo comercializado era em natura, ou apenas pré-beneficiado. Assim, a produção de fumo regional inicialmente alcançava o mercado das colônias localizadas nos vales dos rios dos Sinos, do Caí, do Pardo e do Taquari, passando depois a atender ao mercado de Porto Alegre e através dele, especialmente, o mercado nacional. Complementarmente, o fumo da região também era exportado para a Alemanha.

Com as manufaturas que foram sendo instaladas, o beneficiamento industrial do fumo passou a ser implementado, envolvendo não apenas a simples classificação, a secagem e o enfardamento do fumo, mas desde então

também abrangeu a retirada das fibras e dos talos das folhas e um processo técnico de fermentação das folhas mais aperfeiçoado. Em algumas dessas manufaturas locais implementou-se também a fabricação de charutos e de cigarros. As atividades produtivas, em sua grande maioria, baseavam-se no emprego intensivo do trabalho braçal dos operários e a lucratividade das empresas assentava-se, principalmente, na extração da mais-valia absoluta do trabalho. Ainda assim, as mudanças técnicas implementadas no processo de transformação da matéria-prima ampliaram a produtividade e o volume de fumo beneficiado e, principalmente, agregaram novo valor à atividade fumageira. A esse respeito, Roche destaca:

Até o último quartel do século XIX, o fumo rio-grandense era despachado bruto para a Alemanha, Hamburgo e Bremen, de onde voltava após ter sido tratado; depois, não ia mais do que à Bahia ou ao Rio de Janeiro, para retornar sob a forma de charutos ou cigarros de melhor acabamento que os produtos do artesanato local; por fim, no próprio Rio Grande do Sul, e através de firmas, na maioria teuto-riograndenses, esse produto (...) é agora transformado. (ROCHE, 1969, p. 518).

De acordo com Vogt (1997), as empresas relacionadas na tabela 5, que atuavam no ramo fumageiro em Santa Cruz, desenvolviam as seguintes atividades: as firmas de J.N. Kliemann, José Etges Filho & Cia., A. E. Hennig & Cia. e Adolfo Iserhard operavam no beneficiamento e na comercialização de fumo; as empresas de Alfredo Schütz e a dos Irmãos Schütz atuavam na comercialização de fumos e na fabricação de cigarros; já o estabelecimento de Teodoro F. Schilling exportava fumos desfiados.

Um outro tipo de situação que igualmente possibilitou o surgimento da atividade industrial na zona colonial da região, embora em menor escala, foi a criação de associações e cooperativas tanto de comerciantes locais como de produtores rurais. A esse respeito destaca-se a importância do associativismo e do cooperativismo enquanto articulação comunitária das famílias de pequenos agricultores na busca de soluções cooperadas para viabilizar a reprodução social, mas também para escapar da exploração econômica imposta pelos comerciantes locais ou pelas empresas fumageiras. Assim, dentre as principais atividades dessas cooperativas agrícolas estavam a compra e a comercialização dos produtos produzidos pelos agricultores (fumo, banha, milho, arroz, erva-mate) e a revenda para os colonos de mercadorias

como tecidos, ferramentas, remédios, adubos, e provisões para os colonos. (SCHIMDT e GOES, 1995). Nesse período, em algumas dessas cooperativas agrícolas, como a de Rio Pardinho, a de Boa Vista e a de Linha Santa Cruz, o fumo depois de comprado dos colonos passava pelos processos de classificação e de beneficiamento – secagem, prensagem e enfardamento –, sendo então comercializado com empresas de Porto Alegre e do Estado.⁸⁹

Também merece destaque a criação, em 1904, pelos comerciantes de Santa Cruz do Sul, da Caixa Cooperativa Santa-Cruzense que objetivava a realização de operações bancárias necessárias ao financiamento das atividades comerciais, principalmente as relacionadas com a produção e exportação do fumo⁹⁰. Sobre isso Roche destaca que:

A caixa foi dirigida com muita seriedade e bastante eficiência para permitir não só o desenvolvimento da produção de fumo, mas também sua preparação no mesmo local e a criação de um pequeno parque industrial (fundição metalurgia diferenciada, locomóveis, máquinas agrícolas). Mantendo sua sede em Santa Cruz, a caixa transformou-se em banco no ano de 1938 [Banco Agrícola Mercantil S/A], aumentou seu capital para 5000 contos e abriu agências em Pôrto Alegre, Novo Hamburgo, Estrêla, Cachoeira, Ijuí e Santo Ângelo. Era logo representada por correspondentes em tôdas as colônias de origem germânica... Seu ativo disponível eleva-se, desde 1939, a 8000 contos, isto é, a mais de uma vez e meia o capital realizado, e seu ativo total, a 110.000 contos.” (ROCHE, 1969, p.452).

Além da presença de um reduzido número de manufaturas de fumo na região, e mesmo no estado, nesse período igualmente existiam numerosos pequenos estabelecimentos que beneficiavam fumo e/ou produziam cigarros e charutos operando basicamente com mão-de-obra familiar, numa escala artesanal. Essas pequenas empresas localizavam-se, sobretudo, no interior da zona colonial, nas picadas das áreas rurais. Pesavento (1983, p.203), com base nos dados estatísticos oficiais do Estado, dá uma idéia de como se apresentava nesse período o setor fumageiro no Estado.

No tocante às “fábricas” de fumo no Rio Grande do Sul, os dados oficiais apontam para a existência de 180 em 1912, em 1913 e 1914, 177 em 1915 e 108 em 1921. Naturalmente, aqui se acham incluídos,

⁸⁹ Dentre as cooperativas agrícolas existentes na região que beneficiavam e comercializavam o fumo adquirido junto aos colonos podem-se destacar: a Cooperativa Agrícola Rio Pardinho, criada em 1913; a Cooperativa Agrícola Mixta Boa Vista fundada em 1914; e a Cooperativa Agropecuária Linha Santa Cruz, criada em 1924. (SCHMIDT e GOES, 1995).

⁹⁰ Schimdt e Goes (1995) informam que essa caixa rural foi criada por 25 sócios que no ato da fundação contribuíram com 200 mil réis cada, totalizando a expressiva quantia, na época, de 05 contos de réis.

sem distinção maior, artesanato e manufaturas. Sua produção, basicamente, constituía-se de charutos, cigarros, fumo desfiado, picado ou migado, rapé, mortalhas de papel e palha. Parte desta produção era consumida no próprio estado e parte exportada para o restante do Brasil e Europa, destacando-se (...) a presença da Alemanha como o mais importante mercado.

Tendo isso presente, e levando também em consideração os argumentos de Reichel (1993) e de Lagemann (1996), podemos dizer que, nesse período, o desenvolvimento industrial na região, especialmente na sua zona colonial, começou a ser implementado, afirmando sobretudo seu caráter regional. Ou seja, a dinâmica da produção industrial em seus diferentes estágios esteve principalmente vinculada ao atendimento do mercado interno – regional, estadual e nacional – através da complementaridade ou da substituição de produtos tradicionais importados, especialmente bens de consumo vinculados ao setor primário.

De modo geral, a atividade industrial nas áreas coloniais da região pode ser desenvolvida com um baixíssimo custo, diante do pequeno volume de capital, do limitado número de trabalhadores e do baixo nível tecnológico demandados, e, especialmente, pela disponibilidade de matérias-primas agropecuárias existentes na própria região. Além disso, a posição periférica do Estado e da região, em relação aos principais centros consumidores do país, e as limitações existentes nos meios de transportes e de comunicações viabilizaram o desenvolvimento inicial desses estabelecimentos, protegendo-os da concorrência das grandes fábricas nacionais, assegurando os mercados locais, regional e estadual para os seus produtos. (REICHEL, 1993).

Quanto ao artesanato de beneficiamento ou de transformação das matérias-primas existentes nas áreas coloniais, Roche (1969) destaca que o mesmo começa seu processo de decadência, ou mesmo de transformação, a partir de 1890, quando começam a surgir condições cada vez mais adversas e insustentáveis à sua manutenção. Entre elas, ele destaca o desmatamento e o enfraquecimento dos solos que se intensificaram, as progressivas melhorias nos meios de comunicação – através da combinação tração animal – barco fluvial, ou tração animal-trem ligando as áreas produtoras ao mercado e ao porto de Porto Alegre e, principalmente, o aumento do desnível entre os meios de produção de que dispõem e os novos equipamentos e as modernas

técnicas utilizadas pelas manufaturas que passam então a comandar o ritmo da produção e o aumento da produtividade da atividade industrial.

Em relação ao desenvolvimento das manufaturas, especialmente no caso do fumo, além dessas condições devemos também considerar o papel estruturante do capital mercantil acumulado pelos comerciantes, o bom nível de renda dos mercados locais existentes na zona colonial e a mão-de-obra qualificada dos imigrantes europeus. Além disso, e em razão de apresentar essas vantagens comparativas, é preciso considerar que já nesse período o ritmo e a intensidade de produção das manufaturas locais de fumo eram também orientados pela demanda e dinâmica dos mercados nacional e internacional, bem como pela concorrência com as empresas paulistas e mineiras que atuavam no ramo fumageiro e igualmente disputavam esses mercados.

Essas características e condições presentes no desenvolvimento industrial das áreas coloniais da região implicam dado padrão de distribuição espacial dos estabelecimentos industriais no território. Lageman (1996) defende a tese de que a difusão de pequenas indústrias pelo interior do território gaúcho no final do século XIX, início do século XX, reflete a existência de uma menor concentração de capitais disponíveis, bem como a limitação dos mercados locais de consumo – o que não favoreceria a implantação de grandes unidades industriais no interior das áreas coloniais. Essas acabaram se localizando especialmente nos principais núcleos urbanos das colônias – Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires –, onde a oferta de melhor infra-estrutura e equipamentos, a existência de órgãos governamentais, a presença de casas comerciais e de serviços, a disponibilidade de mão-de-obra qualificada dos migrantes artesãos e, principalmente, uma maior disponibilidade e circulação de capital mercantil foram fundamentais para a instalação e o desenvolvimento desses estabelecimentos.

5.2 - O desenvolvimento inicial dos núcleos urbanos na área colonial da região

As características e particularidades do processo de industrialização que se manifestavam na área colonial do Vale do Rio Pardo igualmente estiveram

presentes e incidiram ativamente no desenvolvimento dos seus núcleos urbanos e na organização do espaço urbano e regional.

A importância que a produção, o beneficiamento industrial e a exportação de fumo adquiriram no conjunto da economia regional, determinando a acumulação de capital e orientando os novos investimentos necessários à reprodução do capital, refletiram, a nosso ver, o grau de especialização que a economia da área colonial da região apresentava, já nesse momento. Isso se fez acompanhado por crescentes transformações nos núcleos urbanos dessa parte da região, decorrentes, tanto do aumento das suas populações, como também do desenvolvimento de novos serviços e atividades comerciais, da implementação de novas atividades produtivas, da instalação de equipamentos e de infra-estrutura urbana, e da promoção de novos empreendimentos imobiliários.

Todavia, as transformações não se fizeram sentir com a mesma intensidade e amplitude no conjunto dos núcleos urbanos coloniais, então existentes. Nos pequenos povoados, como Vila Theresa (atual Vera Cruz), Germânia (atual Candelária), Monte Alverne e Rio Pardinho (atuais distritos de Santa Cruz do Sul), Sobradinho, e Rio-Pardense (atual Vale do Sol), a localização junto às picadas no interior da zona rural e a precariedade das vias de comunicação e dos meios de transporte disponíveis impunham limites significativos à sua dinâmica de desenvolvimento. Esses pequenos núcleos passaram, gradativamente, a estruturar seu espaço urbano através da justaposição de residências, da igreja católica e/ou protestante, do salão comunitário, da escola e também de alguns estabelecimentos artesanais e pouquíssimas manufaturas, e de algumas poucas casas comerciais.⁹¹ Esses

⁹¹ Entre essas pequenas povoações, podemos citar os casos analisados por Nogueira e Hutter (1975, p.115-122), “em 1870, Monte Alverne contava com os serviços de 3 alfaiates, 5 carpinteiros, 1 construtor de engenho, 2 destiladores, 1 ferreiro, 2 charuteiros e um marceneiro. Possuía também 2 engenhos de cana. (...) A colônia de Riopardense, em 1873 (...) possuía 2 moinhos tocados à água, 5 casas de negócio, 2 curtumes, 2 olarias, 1 fábrica de cerveja e 1 de charutos. Além dos agricultores, lá trabalhavam 3 seleiros, 4 ferreiros, 4 sapateiros, 1 alfaiate, 1 funileiro, 1 açougueiro, 4 pedreiros, 6 marceneiros e 2 carpinteiros.” (...) Enquanto na colônia Germânia havia nessa mesma época “5 casas de negócios, 2 olarias, 2 curtumes, 1 fábrica de cerveja, 1 casa de baile, 1 engenho, movido a vapor, para socar erva-mate e descascar arroz, 1 engenho de serrar madeira e outro de toronar ferro e madeira. Nas imediações da povoação havia, ainda, 3 engenhos a vapor, um movido à água para serrar madeiras, 4 fábricas de aguardente, além de outras oficinas mecânicas. Trabalhavam na povoação 4 ferreiros, 3 seleiros, 4 sapateiros, 1 alfaiate, 1 açougueiro e 3 pedreiros.”

povoados permaneceram como incipientes e insuficientes mercados locais, uma vez que apresentavam principalmente a função de passagem, através da rede comercial, dos produtos coloniais como o fumo *in natura* para os centros maiores, bem como a de destino final, ainda que irregular, de parte dos produtos e mercadorias demandadas às casas comerciais regionais. Essa condição subsidiária, o baixo nível de industrialização e de capitalização existentes, além do isolamento espacial em que se encontravam, acabaram por condicionar e limitar o ritmo de crescimento e de urbanização desses pequenos povoados.

Nessa área colonial da região, foi sem dúvida na vila de Santa Cruz e, secundariamente, na de Venâncio Aires onde as transformações decorrentes da comercialização e industrialização dos produtos coloniais, especialmente do fumo, mais se fizeram sentir.

A vila de Santa Cruz constitui-se já nesse período no principal núcleo urbano da zona colonial do Vale do Rio Pardo. A pujança de sua economia, sustentada na crescente produção agrícola de sua zona rural, principalmente do fumo, no ativo dinamismo de suas casas comerciais e na emergente atividade industrial, se fez acompanhada de um significativo crescimento de sua população urbana, muito embora, nesse período, cerca de 90% da população total do distrito e depois do município, vivesse nas áreas rurais.

Como bem caracteriza Cunha (1991, p.155):

A povoação de Santa Cruz, localizada em um sítio para o qual convergem todas as linhas coloniais e do qual saem todos os caminhos para outros mercados e portos, caracteriza-se desde o início como o mercado da colônia. Esta condição impulsiona seu crescimento e a valorização de seus terrenos.

Criada em 1855 através da abertura das primeiras ruas e da demarcação dos lotes iniciais, a povoação possuía, em 1856, cerca de 157 habitantes. Em 1859, Santa Cruz era elevada à freguesia e, além de algumas residências, também apresentava casas comerciais e oficinas artesanais. (Martin, 1979). Em 1870, sua população passava a 496 habitantes e em 1877 emancipava-se politicamente de Rio Pardo. A partir de então, na condição de sede municipal, a vila passou a experimentar mudanças importantes acrescendo à sua função inicial de suporte à colonização e de apoio às

atividades rurais, a de entreposto comercial e de centro artesanal e manufatureiro. Além da Câmara Municipal, a vila passou então a apresentar serviços mais efetivos de segurança pública e de comunicação através da implementação do Correio, cuja agência havia sido instalada em 1864.⁹² Em 1890, sua população passou a 1.148 habitantes e, em 1893, eram 198 as edificações particulares já construídas. Esse número mais do que dobra em sete anos, ampliando-se para 441 edificações em 1900, quando a população da vila passou a 2.563 habitantes. (MENEZES, 1914 e WINK, 2002).

Em tal cenário, vamos ter também a promoção da divisão territorial do trabalho no âmbito do município santa-cruzense, na medida em que atividades, como a secagem de fumo e o refinamento da banha, entre outras, passaram, gradativamente, a ser realizadas na vila, a produção de matérias-primas passou a restringir-se à área rural. Assim, além das atividades e dos serviços ligados à administração municipal, vimos antes que a vila passava também a apresentar uma crescente atividade industrial em função das novas demandas colocadas pelo aumento da população da cidade e dos núcleos urbanos circunvizinhos, mas também em consequência do desenvolvimento e crescimento da produção agrícola colonial. Em 1889, a povoação de Santa Cruz apresentava, entre fábricas e oficinas artesanais, 63 estabelecimentos industriais, além de 8 hotéis, 1 farmácia, 2 bilhares, 1 atelier fotográfico, 3 açougues, 1 agência lotérica, entre outros estabelecimentos. (MENSAGEM APRESENTADA AO CONSELHO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ, 1922).

Essa divisão do trabalho se acentua com a instalação na cidade de inovações técnicas importantes como os serviços de energia elétrica em 1906, de telefone em 1907, da rede hidráulica em 1908, além, é claro, como vimos antes, da inauguração em 1905 do ramal ferroviário Rio Pardo - Santa Cruz.⁹³

⁹² De acordo com Menezes (1914, p. 49 e 215): “Em 1864 foi creada na povoação uma agencia do correio geral e nomeado agente o cidadão Francisco de Abreu Valle Machado, que se estabeleceu também com casa de commercio. Até essa época havia um estafeta estipendiado pelos cofres provinciaes, fazendo o serviço de transporte de correspondencia entre Rio Pardo e a colonia bi-mensalmente, de principio, e depois uma vez por semana, aos sabbados.” [Em 1892] “a agencia do correio da villa expedia malas duas vezes por semana para Porto Alegre, aos domingos e quintas-feiras.”

⁹³ Quanto ao telefone e ao telégrafo Menezes (1914, p.316) registra que “Além da linha do telegrapho geral, ligada a Rio Pardo, existe na cidade um centro telephonico de comunicação com muitas picadas do interior do município com Venancio Ayres, Passo do Sobrado, Rio Pardo e Candelaria.”

Nesse mesmo ano, como reflexo da importância econômica e do intenso crescimento de sua população, a vila de Santa Cruz era elevada à condição de cidade.

Traduzindo o papel de principal centro comercial e industrial da zona colonial, e dotada de boa infra-estrutura urbana e de serviços bancários, de saúde, educacionais e de segurança, Santa Cruz nos anos seguintes continuou drenando o capital mercantil que circulava nesse segmento da rede comercial, bem como permaneceu atraindo a mão-de-obra excedente da região em busca de emprego. Assim, em 1917, sua população alcançava o contingente de 3.400 habitantes, o que representou em relação a 1900 um crescimento da ordem de 75% no número de habitantes da cidade. (WINK, 2002).

A cidade, a partir de então, via implementada sua condição de principal núcleo urbano da região, tanto pela sua pujança industrial, como pela força de seu setor comercial e de serviços.⁹⁴

Por fim, Venâncio Aires, principalmente a partir de 1900, também passou a apresentar um expressivo desenvolvimento urbano e industrial. A colonização dessa localidade com imigrantes alemães iniciou somente em 1856, quando da criação da colônia particular de Mariante, prosseguindo depois, a partir de 1860, com a instalação de novos imigrantes nas linhas Brasil, Isabel e Santa Emília. Nesse período, na localidade de Faxinal dos Fagundes junto a uma fonte de água nascia o povoado que mais tarde seria a sede do município. Como lembra Flores (1983), em 1864 o pequeno povoado compreendia seis casas de material reunindo, além do diretor de colonização, dois comerciantes, um sapateiro, um ferreiro e um carreteiro, e mais quatro ranchos de palhas que serviam de hospedagem para os imigrantes antes de sua fixação nas colônias. Em 1876 inicia a construção da capela de São Sebastião e gradativamente a transição da economia natural para a produção agrícola de excedentes comerciais começa a dinamizar o crescimento do pequeno núcleo urbano.

⁹⁴ Em Mensagem apresentada ao conselho Municipal de Santa Cruz em 15 de outubro de 1922, o intendente Gaspar Bartholomay relatava que, entre outros estabelecimentos comerciais, a cidade em 1918 apresentava: 25 casas de comércio de fazendas, ferragens, louças e miudezas, 11 casas comerciais de secos e molhados, 07 hotéis, 4 livrarias, 3 tipografias, 10 alfaiatarias, 6 sapatarias, 5 padarias, 6 açougues, 7 barbearias, 7 relojarias, 11 marcenarias, 3 farmácias, 5 dentistas, 3 médicos, 3 fotógrafos, 3 engenheiros, 2 filiais de banco e 2 agências lotéricas. (MENSAGEM APRESENTADA AO CONSELHO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ em 15 de Outubro de 1922, p.117-118).

Entre os produtos que alimentavam esse mercado apareciam o milho, a banha de porco, o fumo e a erva-mate. Em 1884 o povoado é elevado à freguesia de São Sebastião Mártir, traduzindo o aumento de sua população e a sua importância econômica, na medida em que era para ele que se destinava tanto a produção colonial das linhas Brasil, Isabel e Santa Emília e mesmo de boa parte da produção da colônia de Monte Alverne. (VOGT e ROSA, 2004; e FLORES, 1983)

Embora não tenhamos obtido dados específicos da população da freguesia nesse período, os dados referentes à dinâmica de crescimento da população total, incluindo a população da zona rural, servem como pista importante para pensarmos o ritmo de crescimento dos moradores do núcleo urbano. Em 1890 a população era de 7.000 habitantes; em 1900 passou a 11.000 habitantes; alcançou 15.000 habitantes em 1915; e atingia em 1920 cerca de 20.000 habitantes. (VERBAND DEUTSCHER VEREIN, 1999, p.580).

O aumento da produção colonial e o desenvolvimento do comércio animavam o desenvolvimento econômico da freguesia que em 1891 emancipase do município de Santo Amaro e passa à condição de vila do novo município de Venâncio Aires. A imediata instalação da Câmara Municipal e a construção da nova igreja, em 1895, ampliavam as funções urbanas do núcleo.

De acordo com Roche (1969, p.425), a atividade comercial em Venâncio Aires crescia progressivamente. Enquanto em 1900 o número de comerciantes era de 32, em 1913 esse número subiu para 40 e passou para 217 em 1920. Complementando esses dados, merece destaque a informação detalhada do Jornal *Kolonie*, de que, em 1922, o município

... contava com 229 empreendimentos comerciais, sendo: 102 casas de comércio, 6 lojas de sapatos, 5 hotéis, 6 grandes armazéns, 5 armazéns no porto [Mariante], 7 agências, 3 farmácias, 18 restaurantes, 32 discotecas, 2 cinemas, 6 grandes armazéns de tábuas, 2 locais específicos para compra de tabaco, 22 bares, duas garagens para automóveis, uma agência de gasolina, uma agência de automóveis Ford e duas agências de peças de troca para automóveis Ford. (JORNAL KOLONIE *apud* VOGT e ROSA, 2004, p.274)

Além disso, Roche também lembra que em 1897 existiam cerca de 135 artesãos trabalhando no núcleo urbano, principalmente nos ramos de madeira, couro, alimentação e metal. (ROCHE, 1969, p.544). E novamente nos valem

das informações do Jornal *Kolonie* para precisar melhor o tipo de atividades industriais desenvolvidas em Venâncio Aires, em 1922.

Quanto às fábricas e estabelecimentos industriais, o município de Venâncio Aires tem: 2 fábricas de banha (Selbach e Cia. na Vila e I.D. Schuler na Linha Brasil), 21 serrarias, 2 alambiques, 11 moinhos de erva-mate, 6 arroteiras, 5 fábricas de açúcar e rapadura, 2 fábricas de lingüiça, 2 cervejarias, 5 fábricas de gasosas e água mineral, 15 olarias, 2 fábricas de telhas, 3 moinhos de farinha, 1 instalação para aplinar tábuas, 1 usina elétrica, 3 marcenarias com funcionamento a vapor e uma fábrica de café. No total, são quase 89 estabelecimentos, quase todos com funcionamento a vapor. (JORNAL KOLONIE *apud* VOGT e ROSA, 2004, p.276)

O dinamismo das atividades econômicas e do crescimento da população na Vila se fez acompanhado pela demanda de inovações tecnológicas no âmbito da infra-estrutura urbana. Assim, a partir de 1898, as principais ruas da Vila passaram a ser iluminadas com lampiões a gás. Em 1904, é implantado o telégrafo e em 1908 iniciam os serviços telefônicos. Em 1912, a Vila passa a contar com o sistema de coleta de lixo, de esgoto, e de distribuição de água e em 1916 iniciam os serviços de iluminação elétrica. (VOGT e ROSA, 2004). Ao mesmo tempo em que evidenciam a estrutura econômica desses principais núcleos urbanos, seus processos de crescimento, esses dados mostram também a importância que os mesmos passavam a ter no âmbito da economia regional e no processo de organização do território do Vale do Rio Pardo.

Nessa perspectiva, veremos agora como esses principais núcleos urbanos coloniais participaram na implantação da divisão territorial do trabalho que articulava a região às economias estadual e nacional, bem como no processo de configuração da rede urbana regional.

5.3 - A promoção da divisão territorial do trabalho e a configuração inicial da rede urbana regional

Pensar a relação existente entre os processos de implantação da divisão territorial do trabalho e de organização do espaço urbano e regional, nesse período no Vale do Rio Pardo, requer que consideremos que a rede urbana reflete a especialização econômica e funcional dos distintos núcleos urbanos, e o modo como cada núcleo urbano participa, através das suas vantagens locacionais, da divisão territorial do trabalho. E a rede urbana também representa uma condição na medida em que, através da articulação

das distintas funções das cidades que integra, viabiliza a produção agropecuária e industrial, a circulação entre os núcleos urbanos e suas respectivas áreas de influência, e também o consumo.⁹⁵

Cattan e Saint-Julien (1998) também assinalam que a formação de uma rede urbana implica a necessidade de uma dada relação entre os lugares, relação essa que acaba sendo condicionada e caracterizada pela distância espacial, pelo tempo de deslocamento entre os núcleos urbanos, e pelo modo como as inovações técnicas nos meios de transporte e de comunicação participam na superação dos condicionantes espaço-temporais e na organização e dinâmica de funcionamento da rede urbana.

Tendo isso presente, uma questão que emerge é se de fato podemos identificar, nesse período, a presença de uma rede urbana regional.

Vimos antes como os processos de ocupação e povoamento apresentaram diferenças e especificidades no modo como inicialmente se desenvolveram nos diferentes lugares da região do Vale do Rio Pardo. Enquanto nas áreas de campo – na porção meridional da região – prevaleceu a existência do latifúndio extensivo pecuarista, combinando o trabalho assalariado dos peões ao trabalho compulsório dos escravos, nas áreas coloniais da encosta do planalto – no centro e norte da região – predominou a pequena propriedade estruturada no trabalho familiar dos camponeses através da produção agrícola e artesanal das colônias. Nesses distintos ambientes, diferentes foram as formas de organização social, de desenvolvimento econômico, de racionalidade na organização espacial e de uso do território. Devemos também considerar que a dicotomia entre esses ambientes também foi resultado da política na medida em que na implementação das ações do

⁹⁵ Existem algumas condições para que possamos identificar a existência de uma dada rede urbana. Inicialmente deve haver uma economia de mercado, na qual a produção realizada em distintos lugares possa ser negociada entre eles; isso implica certa diferenciação produtiva e pelo menos um grau mínimo de divisão territorial do trabalho entre esses lugares, entre os seus respectivos núcleos urbanos. Além disso, para que esse intercâmbio possa ocorrer, há a necessidade da existência de determinados pontos fixos no território que concentrem um conjunto de atividades complementares à produção, como comércio e serviços, mas também atividades vinculadas à industrialização e à gestão político-administrativa. Tais pontos são os núcleos urbanos. Uma terceira e última condição é a necessidade de uma articulação mínima entre esses núcleos, expressa pela dinâmica da circulação. Essa viabiliza a exportação e a importação de produtos e mercadorias, mas também promove a diferenciação produtiva e a especialização funcional entre os núcleos urbanos. (CORREIA, 1989).

modelo colonial prevaleceu o desejo da oligarquia rural pastoril de que suas terras não fossem objeto de colonização.

Além disso, o mercado regional apresentava dificuldades no estabelecimento de relações econômicas mais efetivas que possibilitassem uma real integração espacial entre a área colonial e a pastoril. Roche assinala as razões dessas dificuldades quando destaca que nas áreas pastoris do Rio Grande do Sul

... até o século XIX havia a autarcia da propriedade, de modo que a relação entre a exportação dos produtos locais e a importação dos artigos necessários à vida dos criadores permaneceu estacionária, com superioridade da exportação. Estando espalhada a população rural e não possuindo os peões senão um escasso poder aquisitivo, o comércio era, no interior da zona pecuária, reduzido: mesmo os mais ricos proprietários encontravam mais dificuldades em comprar do que vender. (ROCHE, 1969, p.403).

Os poucos e esparsos dados sobre o comércio entre essas duas áreas da região dão conta da existência da circulação de couro e gado mular, equino e bovino provindo das fazendas para abastecer as propriedades coloniais, os estabelecimentos artesanais e as manufaturas nas colônias, bem como para servir de meio de tração e de transporte. Há também alguns poucos registros de que a produção colonial de alimentos e de produtos artesanais e manufaturados abastecia os principais núcleos urbanos e algumas fazendas localizadas nessa parte meridional do Vale do Rio Pardo. De todo modo, a pouca representatividade dos dados não é suficiente para que possamos refutar a tese, amplamente defendida na historiografia rio-grandense, de que até 1920 – quando da expansão da indústria de Porto Alegre e de seu papel integrador do território gaúcho – tenha existido entre as áreas do latifúndio pecuarista e as da lavoura colonial uma forte dicotomia não apenas na paisagem, como bem registrou Bernardes (1997), mas também econômica, social e cultural, como defendido por Roche (1969), Singer (1977), Pesavento (1983 e 1985) e Fonseca (1983).

Na maior parte desse período houve numerosas dificuldades e grandes obstáculos ao movimento de pessoas, de mercadorias e de produtos no território – entre as áreas rurais e os pequenos núcleos urbanos da região, entre esses núcleos e entre eles e as principais cidades do Estado do Rio

Grande do Sul. Dificuldades essas impostas pela precariedade das poucas picadas e estradas existentes, bem como pelos limites quanto à capacidade de carga, à frequência, e ao elevado custo dos meios de transporte existentes. O surgimento da navegação a vapor e da ferrovia certamente representou um avanço técnico importante no sentido de melhorar as condições de circulação no território; no entanto, sua instalação e seu funcionamento não alcançaram todos os núcleos urbanos da região, nem foram utilizadas igualmente pelo conjunto da sociedade regional.

Assim, podemos dizer que nesse período a região do Vale do Rio Pardo não apresentava uma típica divisão territorial do trabalho, estruturada na relação de complementaridade entre o conjunto dos seus vários lugares constituintes, e que pudesse engendrar uma dinâmica própria de organização e de funcionamento de uma rede urbana.

Todavia, não podemos negar importância à articulação espacial que então ocorria entre alguns dos seus núcleos urbanos, na medida em que, mesmo incipiente, representava o processo inicial de formação da rede urbana regional. Assim, muito mais do que constituírem uma rede urbana própria, com relativa autonomia, os núcleos urbanos da região, em realidade, integravam um segmento espacial de uma rede urbana mais ampla comandada por Porto Alegre. Rede essa que abarcava inúmeros povoados, vilas e cidades localizadas na zona colonial, e que se estendia ao longo do rio Jacuí e também às margens de seus principais afluentes, como os rios Sinos, Caí, Taquari e Pardo. (Figura 13).

Nesse sentido, a dinâmica de articulação entre os núcleos urbanos da região se vinculava ao modo como cada uma dessas distintas áreas do Vale do Rio Pardo pôde participar e se inserir na divisão territorial do trabalho implementada, sobretudo na escala nacional.

Como nos lembra Singer (1977, p.170), nesse período começa a constituir-se no país um mercado interno e a estabelecer-se uma divisão territorial do trabalho entre a área cafeeira e outras áreas periféricas da economia brasileira. Para ele,

A divisão inter-regional, que então se estabelece, é, em linhas gerais, a seguinte: as exportações de café proporcionam divisas que vêm às mãos dos comerciantes e cafeicultores de São Paulo e do Rio (DF); estes por sua vez importam banha, feijão, charque, farinha de mandioca, fumo, etc., do Rio Grande do Sul, o qual lhes compra apenas poucos produtos (açúcar, café, alguns produtos manufaturados) de menor valor; a diferença é paga por paulistas e cariocas em divisas, que o Rio Grande do Sul utiliza para importar bens estrangeiros.

A participação do Rio Grande do Sul nessa divisão territorial do trabalho se deu através do fornecimento de produtos alimentares e matérias-primas para áreas cafeeiras em São Paulo e no Rio de Janeiro. Dentre as áreas gaúchas, a zona colonial especializou-se na produção e exportação de produtos agrícolas, enquanto a Campanha exportava produtos derivados de animais.

Nesse contexto, a região do Vale do Rio Pardo integrou-se a essa divisão territorial do trabalho, especialmente, através da produção e “exportação” de alguns poucos produtos agrícolas das áreas coloniais, como a erva-mate, o feijão, a banha e, principalmente, o fumo. A atividade pecuária desenvolvida na zona meridional da região nesse momento começava a perder espaço na economia regional, resultado da crise econômica vivenciada pelas charqueadas gaúchas em função da crescente concorrência dos saladeiros capitalistas platinos no abastecimento do mercado interno brasileiro.

Ou seja, a dinâmica da economia regional, o desenvolvimento dos seus núcleos urbanos e também a sua articulação espacial tornavam-se crescentemente dependentes e passavam a estar diretamente condicionados pelas conjunturas nacional e internacional e pelas ações econômicas e políticas desencadeadas externamente à região. Essas ações mormente traduziam os interesses de agentes hegemônicos, como de comerciantes, exportadores e importadores, banqueiros e industriais de Porto Alegre, mas também de barões do café, senhores de engenho, banqueiros e industriais de São Paulo e do Rio de Janeiro. Nesse processo, também tiveram importância as ações e normas engendradas no âmbito da região pelos agentes hegemônicos locais, como comerciantes e industriais que igualmente buscavam assegurar os seus interesses econômicos. Para isso, muitas vezes se valeram tanto da articulação com aqueles agentes externos, como também da pressão política empreendida junto às várias instâncias do Estado gaúcho.

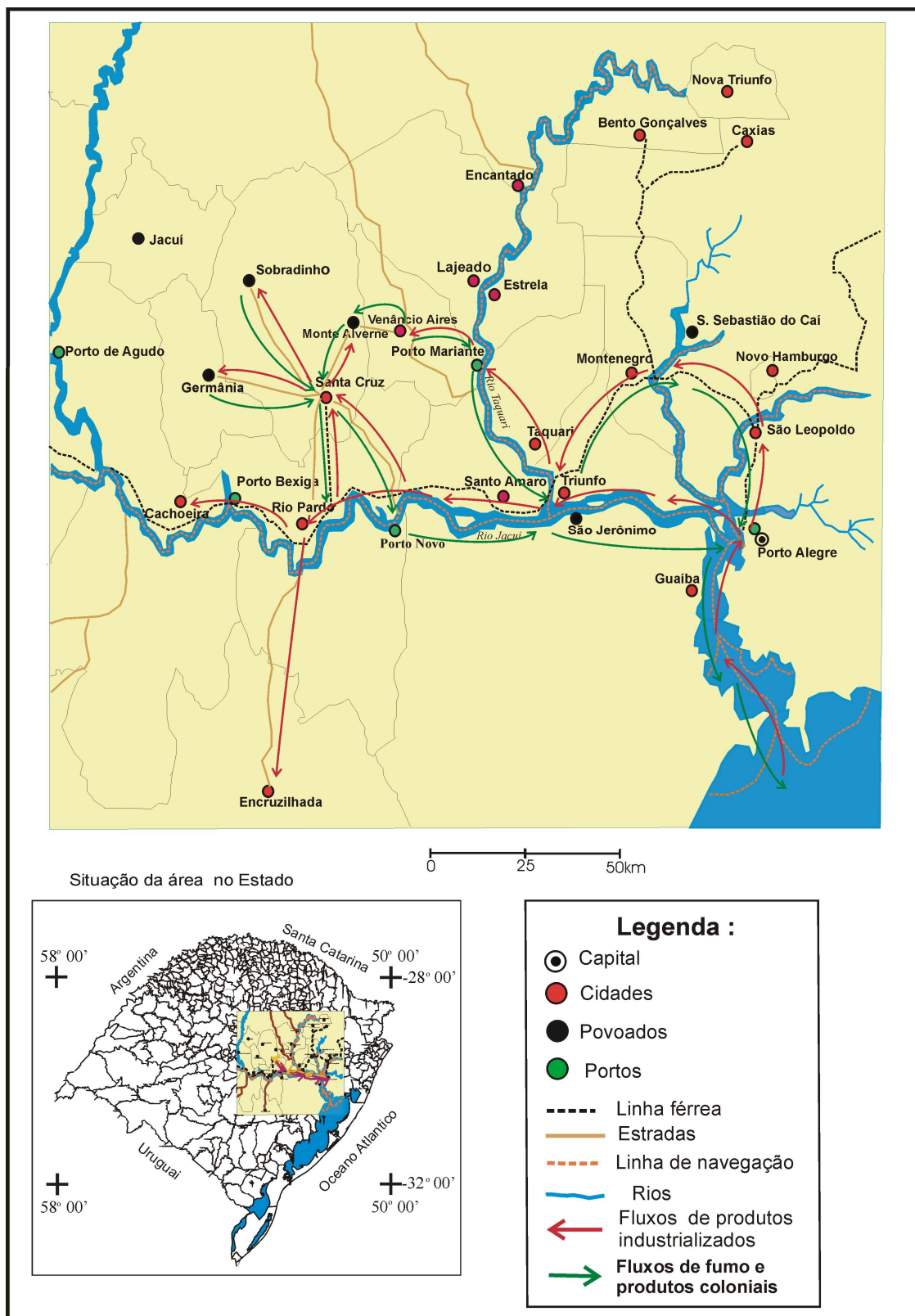


FIG.13 - Vale do Rio Pardo - RS: formação inicial da rede urbana regional - 1860/1916
 Fonte: Adaptado de Mapa Hidrográfico do Rio Grande do Sul, 1935. Org. Rogério Silveira e Rita Ritzel

Havia, assim, na base dessa articulação espacial entre os núcleos urbanos da região e de suas relações comerciais com Porto Alegre, a

predominância de uma lógica de organização espacial que simultaneamente refletia e condicionava os processos de acumulação e de reprodução do capital mercantil, nesse momento do desenvolvimento capitalista brasileiro em que o país vivia a transição do Império para a República.

Nesse contexto, as relações espaciais entre os lugares da região revelavam uma maior complexidade na formação do espaço urbano regional.

Em primeiro lugar, a expansão da colonização, tanto oficial como privada, nas áreas central e setentrional do território regional, ao incorporar gradativamente novas terras à exploração agrícola, foi promovendo uma crescente vinculação das propriedades coloniais ao mercado. Isso acabou engendrando condições para o surgimento, em cada colônia, de povoações e de pequenos núcleos urbanos, como foram os casos de Santa Cruz, Germânia, Venâncio Aires e Sobradinho.

Em segundo lugar, o aumento da produção agrícola e o desenvolvimento do artesanato rural e urbano, aliados, simultaneamente, à melhoria gradativa das condições de circulação e de comunicação no território, resultaram na implementação de uma ativa rede comercial que, como visto antes, possibilitou difundir e ampliar a circulação de pessoas e de capital e a comercialização de produtos e mercadorias entre as pequenas propriedades familiares rurais, os núcleos urbanos coloniais e a capital do Estado. Esses movimentos foram se afirmando em ambos os sentidos dessa relação espacial. Os núcleos urbanos coloniais, em virtude dos graus diversos com que participaram dessa rede comercial, passaram a apresentar graus distintos de desenvolvimento e a desempenhar novas e distintas funções urbanas no âmbito do espaço regional.

Em terceiro lugar, a crescente demanda estadual e nacional pelos produtos coloniais, associada a um intenso processo de expropriação e de drenagem da renda da terra e do sobretrabalho camponês, possibilitou as condições para o desenvolvimento, em alguns núcleos urbanos, da atividade industrial, tanto do artesanato como da manufatura, como também das atividades complementares de serviço e gestão. Isso permitiu a consolidação dos núcleos urbanos de Santa Cruz e Venâncio Aires que, principalmente,

como reflexo desses novos usos do território, passaram a protagonizar esse novo momento do processo de formação da rede urbana regional.

Por fim, é preciso considerar que esse novo momento da articulação espacial dos núcleos urbanos da região informa uma mudança de conteúdo importante, especialmente na escala local. Vimos antes que, a partir da metade do século XVIII, o surgimento e a dinâmica de articulação espacial entre os primeiros núcleos urbanos da região – Rio Pardo, Santo Amaro e Encruzilhada – orientavam-se basicamente pela função militar e de defesa dos dois primeiros, ou pela produção pecuária e intermediação comercial, desempenhadas por Rio Pardo, entre o final do século XVIII e a metade do século XIX. Em todo esse período, o desenvolvimento desses núcleos urbanos e a relação entre eles estiveram condicionados pelas limitações impostas pela estrutura econômica e social existente no sul da região que praticamente inibia a promoção de uma divisão territorial do trabalho entre campo e cidade.⁹⁶

Nesse sentido, é com o processo de colonização de terras na região que passa a ocorrer uma mudança na dinâmica de articulação espacial dos núcleos urbanos, exatamente pelo desenvolvimento da divisão territorial do trabalho que se instaura na zona colonial. Essa divisão do trabalho se manifesta então entre as áreas rurais que fornecem a produção agrícola e demandam produtos e manufaturas industriais e os núcleos urbanos que, com graus variados, constituem mercados locais, concentram as principais casas comerciais e de serviços, e também promovem o desenvolvimento de atividades industriais, como a do beneficiamento dos produtos agrícolas. Essas novas relações sociais e econômicas que se estabelecem entre os diferentes agentes sociais residentes nesses distintos lugares, e que se expressam no funcionamento da rede comercial que os integra, passam a fundamentar o processo de urbanização dessas pequenas cidades, a orientar sua articulação espacial e a definir o modo de sua participação na rede urbana regional, comandada por Porto Alegre.

⁹⁶Entre essas limitações podemos destacar a quase autonomia econômica das estâncias, a absoluta dependência da criação extensiva de gado, o caráter rentista das propriedades, o baixo conteúdo tecnológico da produção, e as relações de produção que inibiam o desenvolvimento da economia de mercado, além, obviamente, dos efeitos negativos advindos com a crise saladeiril iniciada a partir de 1860.

O desenvolvimento da fumicultura nesse período expressa bem esse processo, permitindo-nos apreender melhor a lógica e a dinâmica da divisão territorial do trabalho que então se apresentava na escala do território regional, como também o modo como a economia regional, através dos seus principais núcleos urbanos e por meio da articulação espacial com a capital gaúcha, se integrava à divisão territorial do trabalho nacional.

A figura 14 representa a configuração de um típico circuito espacial de produção do fumo que iniciava nas pequenas propriedades agrícolas da região com a produção do fumo.

Naquelas propriedades mais distantes dos principais núcleos urbanos, o fumo prosseguia através das picadas, transportado por mulas ou por carroças, alcançando num primeiro momento os armazéns localizados nos povoados do interior, como em Rio-Pardense, Vila Teresa e Monte Alverne, mas também nos núcleos urbanos de Germânia e de Sobradinho, onde era comercializado quase sempre através da troca de mercadorias. Desses armazéns, após ser fermentado, preparado e enfardado pelos comerciantes, o fumo seguia, igualmente através das picadas e em lombo de mula ou em carroças, até Santa Cruz. Em alguns casos, era novamente comercializado com as grandes casas comerciais; em outros, era apenas repassado, por se tratar de estabelecimentos do mesmo grupo comercial.

Parte desse fumo também era direcionada para as manufaturas e para os estabelecimentos artesanais aí localizados que produziam cigarros, charutos e assemelhados. Esse mesmo fluxo também se manifestava, embora com menos intensidade, entre as propriedades agrícolas e as casas comerciais de Venâncio Aires.

Desses estabelecimentos comerciais, após ser armazenado, o fumo era então preparado para ser transportado em carroças ou em mulas, principalmente de Santa Cruz para o porto de Rio Pardo, e, secundariamente, de Venâncio Aires para o porto de Mariante, no rio Taquari. Os produtos industriais derivados do fumo igualmente seguiam esse caminho. De lá o fumo e seus derivados seguiam por lanchões a vapor pelo rio Jacuí até Porto Alegre. Mais tarde, com o advento do transporte ferroviário, seguiam diretamente de Santa Cruz para a capital.

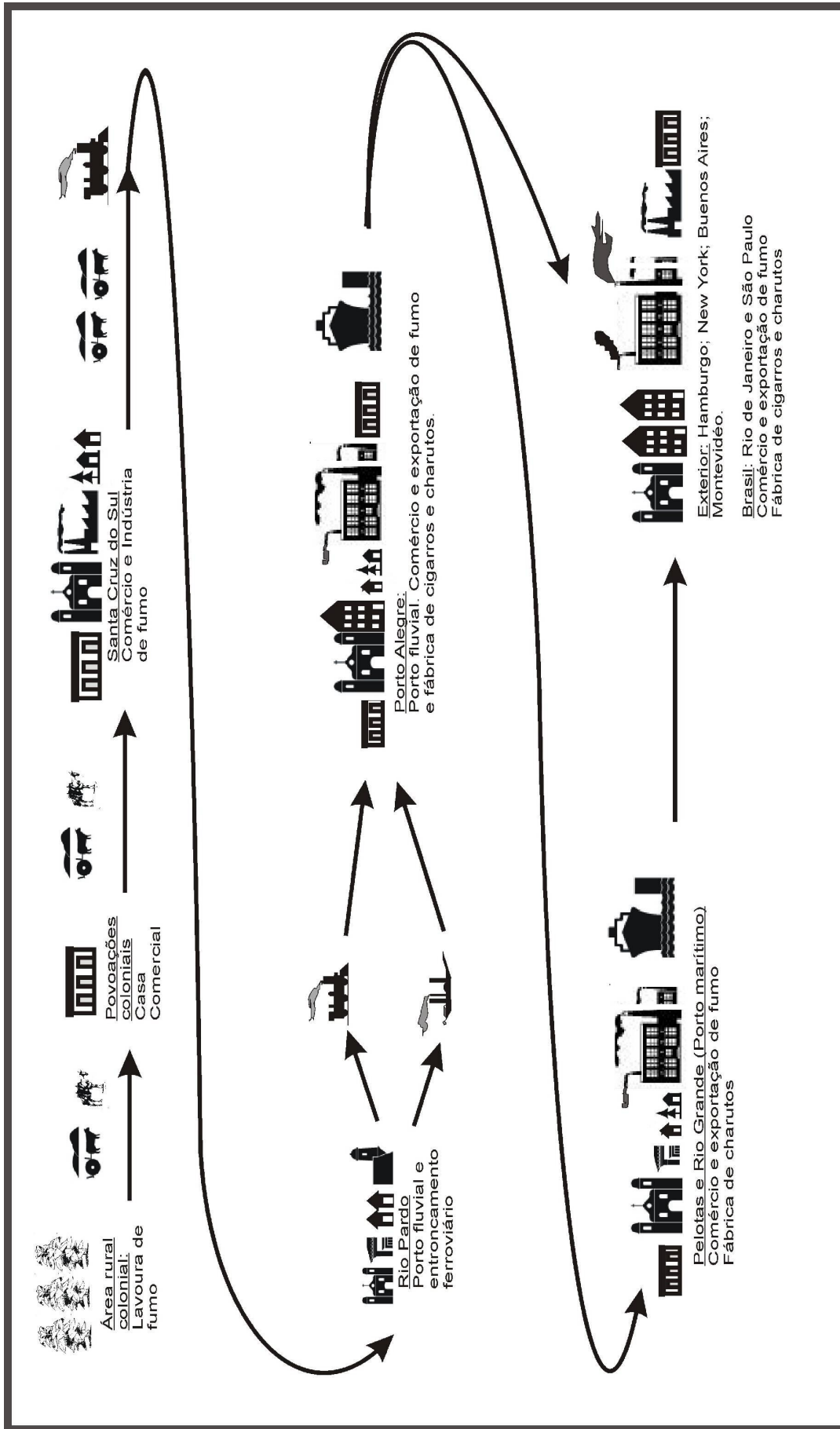


FIG. 14: O Vale do Rio Pardo e o circuito espacial do fumo (1860 - 1916)
 Organização: Rogério Silveira e Rosi Espindola da Silveira com base em Menezes (1914) e Vogt (1997).

Em Porto Alegre, o destino do fumo e de seus derivados eram as casas atacadistas que os comercializavam através da navegação a vapor, principalmente com os mercados paulista e fluminense e, complementarmente, com o mercado europeu através do porto de Hamburgo. Outra parte do fumo da região seguia até as manufaturas e fábricas localizadas em Porto Alegre, como também em Pelotas e Rio Grande, onde eram industrializados cigarros e charutos que depois eram comercializados nos mercados estadual e nacional.

O funcionamento desse circuito espacial do fumo, sua fluidez desde o território regional até os mercados nacional e internacional tornaram-se possíveis pela existência de um círculo de cooperação envolvendo a articulação de um amplo leque de diferentes agentes sociais com distintos interesses e que se relacionavam ao longo da rede comercial. Assim, através das relações sociais e econômicas estabelecidas entre os pequenos produtores rurais, os vendeiros, os comerciantes regionais, os industriais locais, os atacadistas e exportadores da capital, e os industriais estaduais, foi possível engendrar um conjunto de normas e ações que permitiram o desenvolvimento da atividade fumageira nesse período. Essas relações obviamente expressavam relações de poder que traduziam os diferentes conteúdos de classe, as distintas condições de poder político dos agentes envolvidos, o que fazia com que a dinâmica de organização e de funcionamento do circuito espacial do fumo atendesse especialmente aos interesses daqueles agentes sociais que eram então responsáveis pela maior parte da acumulação de capital: os comerciantes e industriais.

Os núcleos urbanos da região desempenharam papel destacado nesse processo na medida em que, ao mesmo tempo em que serviam de suporte à circulação do principal produto colonial da região, também viabilizavam, através da lógica expropriadora da comercialização do fumo e dos demais produtos coloniais, a drenagem do sobretabalho das famílias camponesas e da renda da terra da zona rural para Santa Cruz, Venâncio Aires, mas também para Porto Alegre. E esse processo de drenagem de recursos era ainda intensificado quando do uso da estrutura dessa rede de povoados, vilas e cidades, comandada pela capital, para viabilizar a comercialização de produtos e mercadorias importados pelas casas comerciais ou produzidas pelas

indústrias porto-alegrenses. Esses produtos chegavam à região e eram distribuídos pelo seu interior através dessa articulação espacial dos núcleos urbanos.

Nesse sentido, o gradativo desenvolvimento e a consolidação desse circuito espacial do fumo foram promovendo alterações na dinâmica de formação do espaço urbano regional. Enquanto os núcleos menores cresciam vinculados à função de suporte à produção e comercialização do fumo produzido em seu *hinterland*, Santa Cruz e secundariamente Venâncio Aires passaram a comandar a articulação espacial dos núcleos urbanos e povoados da região, e sua relação com Porto Alegre. Pela proximidade com o rio Taquari, a vila de Venâncio Aires começava também a desempenhar um papel importante de intermediação comercial no escoamento da produção colonial do seu *hinterland*, bem como na distribuição de produtos e mercadorias importados através de Porto Alegre e que depois alcançavam o interior das linhas coloniais localizadas nas localidades de Boqueirão, Monte Alverne e Santa Emília.

Mas foi sem dúvida Santa Cruz que se credenciou como principal nó da rede comercial nessa região produtora sob a influência econômica de Porto Alegre. Era aí que nesse momento funcionavam as maiores casas comerciais, as principais manufaturas e os órgãos administrativos estaduais. Com a instalação do ramal ferroviário, a cidade passou também a desempenhar a função de intermediação da produção colonial, realizada nas várias linhas coloniais localizadas na região, e que seguia para os mercados estadual e nacional, como também dos produtos e das mercadorias trazidas da capital e distribuídos na região. O incremento do seu mercado urbano, através do desenvolvimento da atividade industrial, da expansão do setor de serviços, igualmente passava a servir de referência no atendimento das demandas da população regional, ampliando assim a vida de relações com os demais núcleos urbanos da região e com as comunidades rurais e os povoados do seu entorno. Sua importância nesse momento da formação da rede urbana regional é refletida pelo fato de capturar a função de comando antes desempenhada por Rio Pardo que, já com sua economia em declínio, notadamente se apresentava através do seu porto como ponto de embarque para os produtos coloniais e de

desembarque para as mercadorias importadas pela zona colonial desde Porto Alegre. Secundariamente, figurava ainda como mercado para os produtos coloniais.

Todavia, essas transformações que então se faziam sentir na organização do espaço urbano e regional ainda não permitiam a estruturação e o funcionamento efetivo de uma rede urbana regional. Além da dependência econômica em relação a Porto Alegre, da ausência de uma divisão territorial do trabalho entre os lugares do sul e os do centro-norte da região, das distintas relações de produção e dos diferentes modos de uso do território exercidos nesses dois ambientes, também a falta de uma melhor distribuição espacial dos sistemas técnicos de transporte e de comunicação impuseram limites à integração espacial e ao intercâmbio econômico entre os lugares da região, e entre seus núcleos urbanos.

Veremos adiante que o começo da internacionalização do setor fumageiro, a criação do sistema integrado de produção de fumo, a implementação da atividade agroindustrial fumageira, o avanço da construção de estradas de rodagem na região passam a constituir novas e importantes variáveis a serem consideradas na análise da organização e dos usos do território regional. Nesse aspecto buscaremos avançar nossa análise no sentido de apreender em que medida essas variáveis condicionaram e mesmo orientaram a dinâmica da divisão territorial do trabalho e contribuíram para a evolução e o desenvolvimento da rede urbana regional.

TERCEIRA PARTE

**A INTERNACIONALIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA FUMAGEIRA,
A CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DO FUMO
E OS NOVOS USOS DO TERRITÓRIO REGIONAL**

6 - O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO SETOR AGROFUMAGEIRO E A CONSTITUIÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DO FUMO NO VALE DO RIO PARDO

Vimos antes que o processo de acumulação do capital mercantil – estruturado através da rede comercial que articulava a produção agrícola colonial das zonas rurais às casas comerciais existentes nos principais núcleos urbanos da região – serviu para lançar as bases iniciais de um mercado consumidor regional e, sobretudo, fundamentar a atividade industrial, promovendo o desenvolvimento de estabelecimentos artesanais e de manufaturas. Com eles, começava-se a alterar a dinâmica de desenvolvimento da economia regional, bem como o modo de novas possibilidades de uso irem se configurando no território.

Neste capítulo, interessa-nos analisar um período posterior, aquele referente ao processo de internacionalização do setor agrofumageiro local, que acabou promovendo profundas e abrangentes transformações no desenvolvimento da fumicultura como um todo e, especialmente, no desempenho da produção agrícola e na estruturação e no incremento da atividade agroindustrial. Buscamos apreender os principais eventos conjunturais e as variáveis que acabaram incidindo e influenciando esse processo, bem como as características e particularidades que o mesmo assumiu.

Inicialmente, analisaremos o primeiro momento dessa internacionalização que corresponde à entrada na região, em 1917, da *British American Tobacco* (BAT) – grupo transnacional anglo-americano – que buscava expandir seus negócios de beneficiamento e comercialização de tabaco no Sul do Brasil. Interessa-nos apreender os condicionantes e os reflexos que esse processo acabou tendo no desenvolvimento da atividade fumageira, as ações, reações e relações que passaram a ser fomentadas entre os agentes sociais envolvidos e o papel do Estado, nesse momento em que a indústria fumageira começava a se estruturar em bases tipicamente capitalistas.

Por fim, no contexto de modernização da agricultura brasileira analisaremos o processo de expansão da internacionalização do setor agrofumageiro que tem início no final dos anos sessenta do século passado, tendo como principal característica a constituição e difusão, especialmente no Sul do País, do complexo agroindustrial fumageiro. Nessa nova etapa de industrialização da agricultura, o complexo agroindustrial do fumo – um dos primeiros ramos a serem alcançados pelo novo padrão agrícola de desenvolvimento – engendra um conjunto de mudanças no âmbito da produção, comercialização, beneficiamento e transformação industrial do fumo, com importantes implicações na organização espacial da região do Vale do Rio Pardo.

Portanto, nosso objetivo é pôr em relevo as particularidades, as características e as contingências que envolveram a difusão desse novo padrão de desenvolvimento do setor fumageiro no âmbito da formação do território regional, e em sua dinâmica de relação com outros níveis escalares, especialmente no âmbito nacional e internacional.

6.1 - Os contextos internacional e nacional do início do processo de internacionalização do setor agrofumageiro regional

Pensar o começo do processo de internacionalização do setor agrofumageiro instalado no Vale do Rio Pardo nos remete, de imediato, à instalação em 1917, em Santa Cruz do Sul, da *The Brazilian Tobacco Corporation*. Subsidiária no Brasil da corporação multinacional anglo-americana *British American Tobacco*⁹⁷, essa empresa que, desde 1914, estava vinculada à Companhia de Cigarros Souza Cruz, começava então a atuar nas regiões produtoras de fumo do Rio Grande do Sul, buscando inicialmente garantir e ampliar o fornecimento de fumo para suas fábricas de cigarros no país e, posteriormente, para aquelas localizadas no exterior.

Sem dúvida, esse foi o principal evento que marcou o começo do processo de internacionalização do setor agrofumageiro regional. No entanto, é preciso que também consideremos outros eventos igualmente importantes a

⁹⁷A *Brazilian Tobacco Corporation*, em 1920, passou a se denominar Companhia Brasileira de Fumos em Folha e, a partir de 1955, mudou sua razão social para Companhia de Cigarros Souza Cruz S.A.

ele vinculados e que, simultaneamente, informam e nos ajudam a entender as condições e as determinações que incidiram nesse processo, bem como sua relação com o desenvolvimento do setor e com a organização socioespacial dele decorrente. Eventos esses que, apesar de engendrados desde distintas escalas geográficas, se manifestam na região de modo combinado e permitem compreender melhor o sentido e a lógica dessa primeira etapa do processo de internacionalização do setor agrofumageiro regional.

Assim, um primeiro evento que de certa forma fundamenta esse processo e explica a instalação na região dessa multinacional se refere ao próprio contexto de internacionalização da produção e de mundialização das empresas sediadas nos países centrais do sistema capitalista que, especialmente entre 1870 e 1914, buscam garantir sua reprodução ampliada, exportando capitais para outros países, principalmente países periféricos como o Brasil. (MICHALET, 1984 e HIRST, 1998)

Como lembra Lênin (1966), tratava-se em realidade da conformação de um novo contexto da economia mundial, de um novo estágio da economia capitalista identificado como imperialismo. Esse momento caracterizou-se por crescente e elevado grau de concentração da produção e de centralização de capital, possibilitando a estruturação e difusão de monopólios e oligopólios, a promoção e expansão do capital financeiro decorrente da fusão entre capitais industriais e bancários, e a constituição de áreas de influência e de ação econômica no espaço mundial, através da formação de cartéis e trustes internacionais.

A promoção de investimentos diretos pela BAT no Brasil, nesse período, na verdade era resultado desse contexto, e integrava sua estratégia mais ampla de buscar expandir seus negócios em nível mundial, assegurando o domínio de amplas parcelas do mercado internacional fumageiro.⁹⁸

⁹⁸ A *British American Tobacco* resultou de uma operação de *joint-venture* realizada em 29/09/1902, entre a inglesa *Imperial Tobacco Company* e a norte-americana *American Tobacco Company*, cujo objetivo foi difundir as operações com fumo (beneficiamento, compra e produção de cigarros) para vários países ou regiões do espaço mundial. Assim, ainda em 1902, a BAT instalou-se no Canadá, no Japão, na Alemanha, na Austrália, na África do Sul e na China. Em 1904, chegou às Índias Ocidentais. Em 1905, instalava-se na Índia, no Ceilão e no Egito. Em 1906, chegava à Holanda, à Bélgica, à Suécia e à Noruega. Em 1908, começou a operar na Finlândia, na Indonésia e na África Ocidental. Em 1911, a *joint-venture* chegou ao fim e, com a aquisição do controle acionário da empresa por investidores ingleses, a empresa dava

Como assinala Michalet (1984), é preciso ter presente que nesse novo momento da economia capitalista mundial as relações espaciais entre os distintos lugares do mundo não mais se restringiam apenas ao intercâmbio desigual orientado pela lógica da circulação do capital. Mas também, como sugere Lênin (1966), cada vez mais passavam a ser orientadas pela dinâmica da internacionalização da produção, baseada na possibilidade efetiva de transferência para a periferia do lugar de criação de valor e na promoção da difusão de relações de produção capitalistas, em escala mundial.

Simultaneamente, a economia brasileira também vivenciava os efeitos de um segundo evento importante, o do desenrolar da Primeira Guerra Mundial, entre 1914 e 1918. Esse conflito acabou impondo severas limitações ao desenvolvimento do conjunto da economia capitalista mundial, especialmente aos países periféricos, pelos obstáculos interpostos às importações de equipamentos e máquinas oriundas dos países europeus e também à exportação de alguns produtos primários nacionais, como o fumo.

As dificuldades à circulação e ao comércio entre o país e a Europa em guerra estimulavam o desenvolvimento do mercado interno nacional e, através do processo de substituição de importações, também favoreciam a ampliação da atividade industrial brasileira e a conseqüente produção de novos produtos, especialmente bens de consumo não-duráveis, como alimentos, roupas, além de charutos, cigarrilhas e cigarros. (TAVARES, 1977; SINGER, 1977 e SUZIGAN, 1986).

6.2 - Expansão capitalista, estruturação da atividade industrial e crescimento da produção regional de fumo

Nesse contexto, a economia regional do Vale do Rio Pardo acabou experimentando tanto as dificuldades como as possibilidades geradas nessa

continuidade à sua expansão alcançando nesse ano a Malásia. Em 1913, dirigiu suas ações para a América Latina, instalando-se na Argentina; um ano depois, em 1914, chegava ao Brasil, através da aquisição do controle acionário da Cia. de Cigarros Souza Cruz. Em 1921, começou a operar na Venezuela e nos anos seguintes no Chile, no México e na América Central. No final dos anos vinte, em 1927, adquiriu a *Brown & Williamson* nos Estados Unidos e tornava-se então, no seu 25 aniversário, um dos maiores grupos industriais fumageiros do mundo, com mais de 120 empresas filiais distribuídas em todos os continentes, totalizando mais de 75.000 empregados e um faturamento anual em torno de 6.000.000 de libras esterlinas. (BAT, 2005).

conjuntura, ao mesmo tempo, dinâmica e recessiva. Pode-se dizer que as indústrias de modo geral, em particular as localizadas nos núcleos urbanos da zona colonial do Vale do Rio Pardo, saíram favorecidas, na medida em que puderam contar com o capital anteriormente acumulado pelo comércio dos produtos coloniais – notadamente o fumo –, e dispor de uma mão-de-obra relativamente especializada, de uma infra-estrutura de transporte ferroviário e hidroviário em funcionamento e, acima de tudo, contavam com uma crescente demanda de produtos no âmbito dos mercados estadual e nacional.

Nesse período, o processo de penetração do capitalismo nas atividades industriais da região se manifestou principalmente nas empresas do setor agrofumageiro, em que as relações de produção tipicamente capitalistas passaram a se difundir de modo mais abrangente do que nos demais setores econômicos, não chegando, entretanto, a modificar as relações de produção não capitalistas existentes no âmbito da produção agrícola do fumo. (LIEDKE, 1977; MONTALI, 1979; ETGES, 1991 e VOGT, 1997). Nesta, a principal mudança se refere ao fato de que, a partir desse momento, os agricultores fumicultores progressivamente deixavam de ser subordinados ao capital mercantil, representado pelos comerciantes, e passavam a sofrer a dependência do capital industrial fumageiro, materializado na agroindústria fumageira.

Assim, em 1918, a *Brazilian Tobacco Corporation* construiu na cidade de Santa Cruz do Sul a primeira usina de processamento de fumo em folha do país. Essa iniciativa procurava suprir a crescente demanda de fumo em folha para a confecção de cigarros e cigarrilhas produzidos pela Companhia Souza Cruz, que até então dependia, em razoáveis quantidades, da importação de fumo do exterior, especialmente da China e da Turquia – uma vez que a produção brasileira de fumo, na época, além de insuficiente era também de baixa qualidade. Vogt também acrescenta que

como o mercado cigareiro estava em franca expansão, a Souza Cruz procurou atuar diretamente nas regiões produtoras da *Nicotiana tabacum* para controlar a produção da matéria-prima. Isto lhe assegurava a normalidade do suprimento, a regularidade dos preços

e a possibilidade de obtenção de tipos de fumo até então não cultivados no país. (VOGT, 1999, p.102).⁹⁹

A escolha da região do Vale do Rio Pardo, e nela a cidade de Santa Cruz do Sul, para a instalação dessa importante unidade de beneficiamento e processamento industrial de tabaco não foi ocasional. O capital multinacional, além do conhecimento prévio em relação à geografia, à climatologia, à história e à realidade socioeconômica da região, também valorizou alguns atributos importantes já existentes no território regional e que, de modo combinado, representavam condições ideais para o desenvolvimento da fumicultura. Assim, pesou a favor da região a sua estrutura minifundiária, a preponderância do trabalho familiar e da policultura, aliada à tradição do cultivo de fumo, e no caso de Santa Cruz, igualmente contou a favor a estrutura comercial e as manufaturas de beneficiamento de fumo existentes, a mão-de-obra urbana disponível e a infra-estrutura já pronta no município santa-cruzense, como energia elétrica, água potável, serviço de telefonia, correios e o ramal de acesso à estrada de ferro que ligava a região à capital. (SILVEIRA, 1997).

A instalação da subsidiária da BAT na região foi acompanhada pela promoção de um conjunto de ações nos campos tecnológico e organizacional que buscavam viabilizar e tornar efetivo o aumento da produção do fumo em folha e de sua qualidade, de modo a atender à demanda das suas fábricas de cigarro no país.

Nesse aspecto, merece destaque o fato de a empresa ter introduzido na região, em 1920, sementes de fumo da variedade *Virginia* – preferida mundialmente na fabricação de cigarros pela uniformidade obtida através da cura na coloração amarelada das folhas e pelo aroma e gosto particulares. A cura ou secagem das folhas dessa variedade de fumo deve ser realizada de modo artificial, em estufas com ar quente; dessa forma, a empresa passou também, a partir desse ano, a difundir em caráter experimental, junto aos fumicultores, o uso de estufas, inicialmente construídas em madeira, e depois

⁹⁹ De acordo com Vogt (1997) e Morais (2003), valendo-se da produção de tabaco realizada no Sul do Brasil e do beneficiamento dessa matéria-prima em Santa Cruz do Sul, a empresa teve condições de expandir sua produção de cigarros. Assim, além da fábrica de cigarros já existente no Rio de Janeiro (RJ), a Souza Cruz inaugura em 1927 as fábricas de São Paulo (SP) e Salvador (BA). Em 1928, tem início a produção na fábrica de Porto Alegre (RS) e, em 1930, na de Recife (PE).

em alvenaria. Em 1924, era introduzido o emprego de adubos químicos na lavoura de fumo, buscando melhorar a qualidade e a quantidade da matéria-prima. (VOGT, 1997 e MORAIS 2003).

Essas inovações técnicas no âmbito da produção do fumo se fizeram acompanhadas pela introdução também por essa empresa, nesse mesmo período, do chamado sistema integrado de produção. Esse sistema, ao mesmo tempo em que criava condições para que a empresa obtivesse o controle do uso adequado dessas inovações técnicas e assegurasse a qualidade e a quantidade da produção de fumo desejada, também significou a gradativa perda de autonomia dos fumicultores no processo de produção. Vogt (1997, p.108) relata, de modo direto, como esse sistema passava então a se desenvolver na região.

A Souza Cruz [Cia. Brasileira de Fumo em Folha] passou a fornecer aos colonos, como forma de adiantamento, as sementes e o adubo cujo valor era descontado por ocasião da entrega da safra. O mesmo ocorreu com o capital necessário à edificação das estufas. Este era descontado em parcelas, durante cinco anos, quando da entrega da produção. A empresa comprometia-se, ainda, com a assistência técnica “gratuita”, realizada pelos instrutores da companhia. O colono, em contrapartida, seguia fielmente as instruções do seu orientador e tinha o compromisso moral de entregar todo o fumo colhido à firma.

Nos próximos capítulos analisaremos mais detalhadamente o conteúdo desse conjunto de ações e de inovações técnicas promovidas, quando do aprofundamento da internacionalização do setor fumageiro, o modo como foram sendo implementadas e, especialmente, seus efeitos em relação aos usos e à organização do território regional.

Por ora, é preciso destacar que, distintamente de outros ramos agroindustriais – que apenas a partir de meados da década de 1960 iriam apresentar no conjunto do país essa relação mais intensa de vinculação e de subordinação da agricultura em relação à indústria –, o ramo fumageiro começava já então, pioneiramente, a se estruturar segundo um padrão agroindustrial. Assim, o capital industrial passava, gradativamente, a comandar o processo produtivo, impondo importantes mudanças na organização social da produção, na medida em que começava a mercantilizar o conjunto das atividades produtivas, desde a produção até a comercialização do fumo. (LIEDKE, 1977).

O crescente domínio do mercado pela Companhia Brasileira de Fumo em Folha (CBFF), especialmente a partir da difusão dessas inovações técnicas e organizacionais entre os seus fumicultores integrados, bem como pela sua condição econômica em poder oferecer preços maiores ao fumo, garantiu-lhe a vantajosa posição de poder impor as regras de funcionamento do setor e de fixar os preços a serem praticados pelas demais empresas na comercialização de cada safra de fumo.

Nesse mesmo período, uma outra grande empresa era constituída em moldes capitalistas na região, a Companhia de Fumos Santa Cruz (CFSC). Surgida em 1918 da fusão de seis estabelecimentos que atuavam em Santa Cruz do Sul, essa empresa tinha como principais atividades o beneficiamento de fumo em folha e a fabricação de cigarros.¹⁰⁰ Os objetivos dessa associação de capitais locais foram a ampliação dos recursos financeiros e da capacidade produtiva e a otimização e modernização da infra-estrutura tecnológica. Desse modo, buscavam superar as dificuldades impostas à comercialização e à exportação de fumo para a Europa, por conta da I Guerra Mundial, e, principalmente, preparavam-se para poder atuar em melhores condições no mercado fumageiro interno, hegemonicamente dominado pela CBFF. (LIEDKE, 1977, MONTALI, 1979 e VOGT, 1997).

O sucesso dessa iniciativa permitiu à CFSC aumentar nos anos seguintes significativamente o seu capital e o número de empregados, ampliar suas instalações, adquirir novos equipamentos e máquinas para o beneficiamento de fumo e para a fabricação de seus derivados.¹⁰¹ Ao mesmo tempo, a crescente demanda de fumo levou a empresa a adotar também o sistema integrado de produção, introduzido originalmente na região pela CBFF. Essas mudanças levaram a empresa, já no começo da década de 1930, a

¹⁰⁰ De acordo com Liedke (1977), a Cia. de Fumos Santa Cruz foi criada por meio da associação das seguintes empresas: Irmãos Shuetz, Adolfo Iserhard, Lindolfo Grawunder, Schilling & Cia, João Nicolau Kliemann e José Etges Filho & Cia. Com exceção do estabelecimento dos Irmãos Shuetz, que produzia em escala regular cigarros de diversos tipos, todos os demais comercializavam fumo em folha desfiado.

¹⁰¹ Como lembra Roche (1969, p.531): “Em alguns anos, seu capital passava de 500 para 1000 contos (em 1920) e para 2000 (em 1926). Em 1942, o capital era dobrado com os fundos de reserva, as instalações (prédios e máquinas), estimadas em 2500 contos, e o montante das operações atingia 5500 contos. Da preparação do fumo e da fabricação de cigarros, a sociedade passara à das cigarrilhas (1932) e à dos charutos (1937). (...) Acrescentara-se-lhe, desde 1921, uma secção de litografia e de impressão”.

alcançar o posto de segunda maior fábrica de cigarros do Rio Grande do Sul, atrás apenas da fábrica da CBFF – instalada em Porto Alegre desde 1928. Em 1945, como modo de melhor atender à crescente demanda pelos seus produtos, a CFSC também abria sua filial na capital do Estado. (VOGT, 1997).

Além dessas duas grandes empresas, outros estabelecimentos de capital local também começaram a atuar na região, dedicando-se ao beneficiamento do fumo e à fabricação de cigarros. Dentre as mais importantes, destacamos em Santa Cruz a criação, em 1921, da Kliemann & Cia.; em 1932, da Carlos Boetcher & Cia.; em 1935, da Tabacos Tatsch e da Cigarros 35 Limitada; em 1948, da Cia. de Cigarros Sinimbu; em 1950, da Kannenberg & Cia. Ltda.; e, em 1951, da Tabacos Santa Cruz Ltda. Também a empresa paulista Cia. Sudan de Tabacos instalou, em 1940, uma filial nessa cidade. Em Venâncio Aires, em 1922, foi criada a Fumos Sul-Brasileira; em 1932, a Löwenhaupt e Cia.; e, em 1940, a Tabacos Knies e Cia. Ltda. (VOGT, 1997 e VOGT e ROSA, 2004). Como vimos antes, afora essas empresas, também atuavam no beneficiamento e sua comercialização de fumo inúmeras associações e cooperativas agrícolas de produção criadas entre 1913 e 1941, especialmente nos municípios da região que haviam sido colonizados por imigrantes alemães e italianos.¹⁰² (SCHMIDT e GOES, 1995). Essas cooperativas comercializavam o fumo produzido na região pelos agricultores com a União Sul-Brasileira de Cooperativas, através dos seus depósitos existentes em Santa Cruz e em Venâncio Aires, que repassavam o fumo adquirido para sua sede, em Porto Alegre, de onde seguia depois para os mercados interno e externo. Em razão da oferta de melhores preços, parte da produção dessas cooperativas também era comercializada com as empresas de beneficiamento instaladas na região.

Nesse contexto, as mudanças técnicas e organizacionais implementadas hegemonicamente pela BAT vão inicialmente coexistir com o padrão anterior

¹⁰² Entre as mais sólidas cooperativas agrícolas de produção então atuantes na região podemos destacar, em Santa Cruz do Sul, a Cooperativa Agrícola Rio Pardinho, a Cooperativa Agrícola Linha Santa Cruz, a Cooperativa Mixta Boa Vista; em Venâncio Aires, a Cooperativa Mixta Venancioairense, a Cooperativa Boa Esperança; em Vera Cruz, a Cooperativa Agrícola Linha Sítio, a Cooperativa Agrícola Ferraz; em Candelária, a Cooperativa Mixta Candelária; em Arroio do Tigre, a Cooperativa Agrícola Linha Cereja; e em Sobradinho, a Cooperativa Agrícola Superense. (SCHMIDT e GOES, 1995).

de produção e comercialização de fumo, expresso nas atividades das pequenas empresas e das cooperativas.

Com o tempo, diante da dinâmica do mercado, começa a haver uma lenta e gradativa reprodução desse novo modelo de produção do fumo e de organização e gestão das relações de produção, pelas demais empresas locais e pelas cooperativas. Isso resultou num progressivo aumento da produção e da produtividade do cultivo de fumo e no melhoramento de sua qualidade, muito embora essa ainda se processasse em um ritmo menor.¹⁰³ A tabela 4 evidencia esse desempenho.

Assim, entre 1915 e 1930, a expansão da área cultivada foi de 65,43% e a tonelagem ampliou em 106,39%. Esse aumento significativo de certa forma é reflexo da ampliação gradativa da produtividade da lavoura que começava já a refletir o resultado dessas novas ações implementadas no setor fumageiro, mas também era conseqüência da grande valorização que o produto adquiria no mercado. Entre 1918 e 1929, o valor da produção de fumo aumentou em cerca de 591,77%.

TABELA 4 - Rio Grande do Sul: área cultivada, produção e rendimento médio por hectare da lavoura de fumo - 1915/1930

Ano	Valor (em 1:000\$000)	Área cultivada (Ha)	Produção(t)	Rendimento médio (t/Ha)
1915	-	30.000	14.700	0,49
1918	6.100	31.500	15.520	0,48
1920	6.400	32.000	16.000	0,50
1921	8.100	36.000	18.000	0,50
1922	11.184	36.650	18.640	0,51
1925	23.100	39.600	19.000	0,48
1927	-	41.300	25.860	0,63
1929	42.198*	49.230	32.460	0,66
1930	-	49.360	30.340	0,61

*Valor referente ao ano de 1928. (-) Não foram encontrados dados para esses anos.

Fonte: VOGT (1997, p.117) e PESAVENTO (1983, p.210). Organização: Rogério Silveira

¹⁰³ Nesse período havia no RS o predomínio do plantio e da cura do fumo escuro de galpão, usado principalmente no fabrico de cigarros de menor qualidade. (ALONSO,1958).

Já a tabela 5 mostra como se apresentava, nesse período, a dinâmica de produção e de exportação de fumo e de cigarros na região do Vale do Rio Pardo, especialmente em Santa Cruz do Sul.

TABELA 5 - Santa Cruz do Sul: produção de fumo e exportação de fumo e cigarros - 1915/1935

Ano	Produção (kg)	Exportação* de Fumo (kg)	Exportação de Cigarros (kg)
1915	-	3.134.392	-
1920	4.400.000	4.414.000	-
1925	4.360.000	4.485.000	-
1930	6.880.000	8.903.551	42.711
1935	-	11.275.490	51.834

*A exportação aqui é entendida, de modo genérico, enquanto comercialização do produto para fora do estado do Rio Grande do Sul. (-) Para esses anos não foram encontrados os respectivos dados. Fonte: VOGT (1997, p.118).

Observamos o considerável incremento na “exportação” de fumo em folha, com volumes muito acima dos produzidos no município. Isso se deve ao fato de que as empresas beneficiadoras de fumo estabelecidas na cidade não apenas beneficiavam o fumo produzido localmente, mas também aquele adquirido junto aos fumicultores dos demais municípios produtores da região do Vale do Rio Pardo, bem como de outras regiões produtoras do Estado. Esse era o caso da CBFF que concentrava em sua usina instalada em Santa Cruz todas as operações de beneficiamento dos fumos dos tipos Virginia e Galpão, por ela adquirida no Rio Grande do Sul. A CFSC, por sua vez respondia pela maior parte da produção e exportação de cigarros confeccionados a partir da compra de fumo na região e em outros municípios do Estado.

Ocorreu então uma importante mudança qualitativa no conteúdo das exportações regionais. Se antes, até por volta de 1919, preponderava na economia regional a exportação de fumo em folha *in natura*, não beneficiado industrialmente, a partir de então, com a implantação, em moldes capitalistas, das indústrias de beneficiamento e das fábricas de cigarro nas principais cidades da região, os produtos comercializados passam a conter um maior grau de elaboração e também a adquirir uma maior valorização econômica. (MONTALI, 1979).

Na verdade, essas mudanças produtivas e da pauta de exportação no setor fumageiro desenvolveram-se tanto como reflexo de dois outros importantes eventos internacionais ocorridos entre os anos 1920 e 1950 sobre a economia mundial, quanto como resultado da estratégia utilizada pelos governos brasileiros para contornar os efeitos adversos desses eventos na economia nacional.

Assim, além da crise econômica mundial vivenciada desde meados dos anos vinte – cujo ápice foi a quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929 – e prolongada durante os anos 1930, também o clima de incerteza e de instabilidade política e econômica existentes antes, durante e imediatamente após a Segunda Guerra Mundial impuseram crescentes dificuldades e obstáculos ao funcionamento do sistema capitalista mundial. Isso acabou determinando profundas alterações no conteúdo e na dinâmica do intercâmbio comercial e nos fluxos de investimentos de capitais que nesse período configuravam o desenvolvimento da economia mundial.

Nesse contexto, Tavares (1977, p.33) lembra que:

... a profundidade do desequilíbrio externo fez com que a maior parte dos governos adotasse uma série de medidas tendentes a defender o mercado interno dos efeitos da crise no mercado internacional. Medidas que consistiram basicamente em restrições e no controle das importações, na elevação da taxa de câmbio e compra de excedentes ou financiamento de estoques, visando antes se defender contra o desequilíbrio externo do que estimular a atividade interna. No entanto, o processo de industrialização que se iniciou a partir daí encontrou, sem dúvida alguma, seu apoio na manutenção da renda interna resultante daquela política.

Esse foi o caso do Brasil que nessa conjuntura econômica acabou promovendo as condições de passagem para um novo modelo de desenvolvimento econômico não mais sustentado apenas na exportação de sua produção primária, mas que começava também a estruturar sua economia através da valorização do seu mercado interno. A política macroeconômica implementada caracterizou-se pela manutenção em maior ou menor grau do nível de demanda preexistente e pela redução significativa da capacidade de importar. Ou seja, através do acréscimo substancial dos preços das importações passou a se estimular a produção interna substitutiva. Nesse contexto de estagnação e queda temporária das importações, isso ocorreu fundamentalmente utilizando-se e mesmo sobreutilizando a capacidade

industrial instalada já existente, bem como, diante da escassez de divisas, estimulando-se por meio de medidas fiscais a recomposição das importações. Desse modo, buscou-se, simultaneamente, restringir aquelas não essenciais e viabilizar as importações de bens de capital e insumos, necessárias à continuidade do processo de substituição. (TAVARES, 1977 e 1986, e PEREIRA, 1985).

Os efeitos dessas ações no campo macroeconômico acabaram alcançando o conjunto dos setores industriais, ainda que de modo diferenciado, tendo em vista a distinta dinâmica de desenvolvimento de cada ramo industrial. As chamadas indústrias tradicionais, como as empresas do ramo fumageiro, já tinham atingido um certo grau de desenvolvimento, de modo que a participação das indústrias de bens de consumo não-duráveis no processo de substituição de importações “acabou sendo mais fácil não só pelas condições de dimensão de mercado e tecnologia, de menor intensidade de capital, como, muito principalmente, pela possibilidade de explorar mais eficazmente a capacidade produtiva já existente”. (TAVARES, 1977, p.79).

Nesse aspecto, no ramo fumageiro, os reflexos dessas ações acabaram incidindo, simultaneamente, na necessidade de se reestruturar o fornecimento da principal matéria-prima, mas também na possibilidade efetiva de ampliação do mercado consumidor de cigarros – decorrente da redistribuição da renda nacional e do aumento do emprego industrial e urbano, ambos promovidos pelo aquecimento da economia nacional.

Durante os anos 1920 e o começo dos anos 1930, a maior parte das indústrias locais e nacionais que fabricavam cigarros, charutos e fumo para cachimbo necessitavam até então importar quantidades razoáveis de fumo de Cuba, da China, dos Estados Unidos e também da Turquia para poder obter a composição adequada dos produtos a serem comercializados no mercado interno gaúcho e brasileiro. O fumo produzido no Rio Grande do Sul, e no Vale do Rio Pardo, até esse período, não era suficiente principalmente pela menor qualidade de sua produção. Basicamente, a produção gaúcha e da região constituía-se de fumo em folha, curado em galpão, e de fumo em corda. Enquanto o primeiro servia principalmente como parte da composição de fumos a ser utilizada na confecção de charutos e de cigarros de menor qualidade, o

segundo se destinava ao enchimento de cigarros de palha, confeccionados manualmente pelo próprio consumidor. A produção de cigarros demandava principalmente a variedade *Virginia* pelo fato de ser um fumo que garantia sabor e aroma diferenciados ao produto. (PESAVENTO, 1983 e MORAIS 2003).

O mercado interno de cigarros no Brasil vinha crescendo progressivamente desde a década de 1920, expandindo-se, de modo mais intenso, principalmente durante e após a Segunda Guerra Mundial.¹⁰⁴ Nesse contexto, com o aumento das taxas de importação de cigarros e de outros produtos industrializados derivados do fumo, e com a expansão do mercado interno de consumo, ampliava-se significativamente a produção de cigarros no Brasil que, de aproximadamente 370 mil maços em 1926, passava de 790 mil maços de cigarros em 1938. (VOGT, 1997).

De Santa Cruz do Sul, a produção de fumo em folha seguia tanto para abastecer as fábricas de cigarros instaladas em Porto Alegre e nos demais estados brasileiros, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, como também, em menor escala, para as fábricas de charuto de Rio Grande. Já a produção regional de cigarros se destinava basicamente ao abastecimento do mercado estadual. Os mercados internos, estadual e nacional, se apresentavam, então, como os principais destinos do fumo em folha e dos cigarros produzidos na região.

Assim, ao mesmo tempo em que os efeitos da crise econômica internacional impunham a necessidade de substituir a importação de cigarros e também de fumo para a confecção de cigarros no país, o aumento da demanda do mercado interno possibilitava as condições para se introduzir e expandir na região o cultivo do fumo tipo *Virginia*, bem como para se difundir as inovações técnicas e organizacionais do sistema integrado no âmbito da produção agrícola, determinando então um progressivo aumento da produção do fumo e de seu beneficiamento industrial no Vale do Rio Pardo.

¹⁰⁴ As duas grandes guerras mundiais deflagradas nas décadas iniciais do século XX promoveram uma intensa difusão do uso do cigarro, primeiro entre as tropas militares e em seguida por crescentes segmentos da população, especialmente da população urbana em vários países. (TRANSNATIONALS INFORMATION EXCHANGE, 1991).

Os anos pós-segunda guerra mundial vão apresentar distintos momentos conjunturais no âmbito da economia nacional. Um primeiro, entre 1945 e 1947, caracterizado pela retomada das exportações de produtos primários e das importações de bens de capital e bens duráveis. Um segundo período, entre 1948 e 1956, quando houve a retomada do controle cambial e um novo estímulo à substituição de importações, notadamente, de bens intermediários e de capital. E, por fim, uma terceira fase, entre 1956 e 1961, marcada pelo aumento dos investimentos estatais em infra-estrutura, pelo financiamento da produção, pelo fomento ao mercado interno e pela entrada do capital internacional tanto nos setores industriais de bens de capital e de bens de consumo duráveis, como também nos setores ligados ao beneficiamento e à transformação industrial da produção primária, como as agroindústrias. (TAVARES, 1977 e 1986, e PEREIRA, 1985).

Nesse período, o setor fumageiro instalado na região do Vale do Rio Pardo acabou também experimentando os efeitos dessas distintas e sucessivas conjunturas, na medida em que oscilava anos de supersafras – quando parte da produção era inclusive comercializada no exterior, especialmente na Europa – e anos de redução da demanda de fumo como no período pós-1945, diante da abertura dos mercados dos países europeus para o fumo americano como contrapartida pelos recursos obtidos dos Estados Unidos, através do Plano Marshall. Diante dessa instabilidade conjuntural da economia tanto mundial como nacional, e também da prevalência de uma ainda baixa qualidade do tabaco produzido na região, a produção de fumo regional acabava tendo sua dinâmica de desenvolvimento ditada especialmente pelo comportamento do mercado interno nacional. (VOGT, 1997).

Mesmo nesse contexto, a produção gaúcha de fumo continuou gradativamente crescendo, e a partir dos anos 1940 ultrapassou a produção baiana, até então principal lócus da produção nacional. Começava então a se estruturar uma dada divisão territorial do trabalho no âmbito da fumicultura nacional. Assim, enquanto a Bahia, seguida de Alagoas, se consolidavam como principais produtores de fumo escuro para charuto, São Paulo, Minas Gerais e Goiás produziam especialmente o fumo de corda, muito usado no

sertão brasileiro, e o Rio Grande do Sul e os demais estados do Sul passavam, gradativamente, a responder pela crescente oferta de fumos claros para cigarro. (ETGES, 1991).

No âmbito do Rio Grande do Sul, igualmente se definia, nesse período, uma certa especialização na produção agrofumageira. Em 1953, três fábricas em Porto Alegre respondiam por 80,9% da produção gaúcha de cigarros, enquanto a cidade de Rio Grande era responsável por manufaturar 99,2% do total dos charutos. Já Pelotas se caracterizava por ser o principal centro de fumo desfiado, com 34,1% da produção estadual; Sobradinho se qualificava como principal produtor de fumo em corda, cerca de 47% da produção; e Santa Cruz do Sul respondia pelo beneficiamento industrial de 57% do fumo em folha produzido no Estado. Por fim, Erechim manufaturava cerca de 60% dos charutinhos e Getúlio Vargas fabricava 33% das cigarrilhas consumidas no mercado estadual. (PANITZ, 1954).

No Vale do Rio Pardo, o funcionamento das agroindústrias fumageiras, cooperativas de produção e fábricas de cigarro nas cidades de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Vera Cruz e Sobradinho promovia uma gradativa expansão da produção do fumo nas áreas rurais circundantes a esses núcleos. Nesse aspecto, no final dos anos 1960, os municípios da região com maior produção de fumo em folha eram, em ordem decrescente: Santa Cruz do Sul, com 12.024 t cultivados em 10.020 ha; Venâncio Aires apresentava 7.200 t produzidos em 5.000 ha; Sobradinho, com 6.000 t em 10.000 ha; e Vera Cruz respondia por 3.784 t em 4.205 ha. (FEE, 1970).

Na região, a dinâmica da produção de fumo em folha nesse período apresentava uma forte relação com as oscilações de maior e menor demanda dos mercados nacional e internacional do tabaco. Assim, a falta de uma regulação de longo prazo mais eficaz quanto ao planejamento da área plantada, à qualificação da produção e à melhora dos níveis de produtividade trazia, a cada safra, incerteza aos fumicultores quanto ao montante que conseguiriam vender, bem como ao preço que poderiam obter pelo produto. Nesse aspecto, via de regra, tínhamos conjunturas extremamente favoráveis à produção e à exportação do fumo, como a do pós-Segunda Guerra Mundial, e já nas safras seguintes, como decorrência do intenso aumento da área

plantada e da produção de fumo, a ocorrência de recorrentes superproduções do produto, e com elas a queda na compra do fumo pelas empresas, e também a baixa do preço por elas fixado. Nesse quadro de irregularidade do mercado, de incerteza da compra, de não-concordância com o preço, de ausência do Estado como mediador da relação econômica entre produtores e indústrias, e a ainda dos prejuízos causados às lavouras pelos eventos naturais, como os vendavais e o granizo, os produtores de fumo acabaram criando em 1955 a APFFRGS (Associação dos Plantadores de Fumo em Folha do Rio Grande do Sul) que, mais tarde, em 1963, foi reestruturada e com a nova denominação de AFUBRA (Associação dos Fumicultores do Brasil) passou a atuar nos três estados do Sul do Brasil como principal entidade representativa dos fumicultores no processo de comercialização do fumo. (SEFFRIN, 1995).

Também as agroindústrias fumageiras, por conta da irregularidade e das incertezas que acompanhavam o desenvolvimento da fumicultura nesse período, acabaram se organizando politicamente. Buscavam com isso uma melhor estratégia na relação com o Estado para afirmar seus interesses corporativos junto às várias instâncias de governo, como também procuravam coletivamente responder às crescentes demandas e reivindicações dos fumicultores. Assim, já em 1942, os empresários do setor haviam fundado a Associação Profissional das Indústrias do Fumo. Em 1947, essa entidade, sob a denominação de SINDIFUMO (Sindicato da Indústria do Fumo), foi legalmente reconhecida como representação oficial das empresas do setor fumageiro, quando tinha como base territorial de atuação os municípios de Santa Cruz do Sul, Candelária, Venâncio Aires, Lajeado, Cachoeira do Sul e Arroio do Meio. Em 1980, o SINDIFUMO ampliou sua base territorial passando então a atuar em todo o estado do Rio Grande do Sul. (SINDIFUMO, 1997).

Nesse contexto, o território regional passa a apresentar uma maior complexidade em sua estrutura econômica. Simultaneamente à expansão espacial da cultura do fumo, ao aumento de sua produção e à afirmação do setor industrial fumageiro, principalmente através das indústrias estabelecidas na cidade de Santa Cruz do Sul e de Venâncio Aires, é preciso registrar que nesse período também ocorre a instalação e o funcionamento de inúmeras outras atividades industriais de beneficiamento e de transformação industrial

nas cidades e nos povoados da região. Atividades essas que também expressam a sua participação no processo de substituição regional de produtos importados, bem como resultam da industrialização da produção primária desenvolvida no entorno desses núcleos urbanos. Assim, nesse período, empresas dos ramos de metalurgia, alimentação, borracha, vestuário, e frigoríficos também já operavam em Santa Cruz. Ervateiras, indústrias alimentares e metalúrgicas funcionavam em Venâncio Aires, enquanto em Rio Pardo destacavam-se frigoríficos, indústrias beneficiadoras de arroz e empresas de extração mineral. Já em Candelária funcionavam pequenas indústrias alimentares, de bebidas, de extração mineral, e madeireiras, enquanto em Sobradinho predominavam as indústrias alimentares. (IBGE, 1959).

A inexistência, nesse período, de dados mais detalhados e sistemáticos na escala municipal dificulta a percepção da realidade desse período quanto à estrutura e à dinâmica de desenvolvimento industrial no conjunto da região. Nesse aspecto, nos valemos da Tabela 6 para ilustrar como esse setor se apresentava no período entre 1940 e 1960, quanto ao número de estabelecimentos e de empregados.

TABELA 6 - Vale do Rio Pardo: número absoluto e proporcional de empresas e de empregados no setor industrial em 1940, 1950 e 1960

Municípios e Região	1940				1950				1960			
	Empresas		Empregados		Empresas		Empregados		Empresas		Empregados	
	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%
Candelária	51	12,34	104	3,96	72	8,20	173	4,17	64	6,78	152	3,29
Encruzilhada do Sul	40	9,68	201	7,66	68	7,74	158	3,81	72	7,63	285	6,17
General Câmara	12	2,90	337	12,85	7	0,79	19	0,45	6	0,63	15	0,32
Rio Pardo	60	14,52	243	9,27	108	12,30	494	11,92	65	6,89	483	10,46
Santa Cruz do Sul	135	32,68	1.288	49,14	392	44,64	2.341	56,53	382	40,50	2.297	49,75
Sobradinho	35	8,47	139	5,30	70	7,97	197	4,75	82	8,69	172	3,72
Venâncio Aires	80	19,37	309	11,78	161	18,33	759	18,32	212	22,48	1.053	22,80
Vera Cruz*									60	6,36	160	3,46
Vale do Rio Pardo	413	100	2.621	100	878	100	4.141	100	943	100	4.617	100

Fonte: Censos Econômicos do Rio Grande do Sul, IBGE, 1940, 1950 e 1960.

*Emancipou-se em 1959 de Santa Cruz do Sul. Organização: Rogério Silveira

De modo geral, considerando a relação entre o número total de empresas e de empregados, verificamos a presença, na maior parte dos municípios, de um número pequeno de empregados por empresa, o que denota a existência de pequenas empresas artesanais e manufaturas.

Percebemos também que nos anos analisados, no conjunto dos municípios, Santa Cruz do Sul se destaca por apresentar significativa parcela tanto das empresas como dos empregados no setor industrial da região. Ou seja, Santa Cruz do Sul, em 1940, apresenta 32,68 % do total dos estabelecimentos e 49,14% do conjunto dos empregados no setor, e, em 1960, esses percentuais permanecem representativos ao corresponderem, respectivamente, a 40,50% e a 49,75%.

Dados adicionais sobre a estrutura da produção industrial de Santa Cruz do Sul, levantadas em 1956 pelo IBGE, complementam essa análise. Nesse ano, Santa Cruz do Sul apresentava um total de 520 estabelecimentos e de 3.259 empregados. Desses montantes, 16 empresas (3,08%) e 1.347 empregados (41,33%) pertenciam ao ramo fumageiro. Isso representa uma média nesse ramo industrial de 84,19 empregados por empresa. Além disso, o valor dos salários e vencimentos dos empregados e o valor da produção do setor fumageiro representavam nesse ano, respectivamente, 52,87% e 58,93% do valor total dessas variáveis no conjunto dos ramos industriais que operavam na cidade. (IBGE, 1959). Esses dados também informavam que contrariamente à maior parte dos ramos industriais existentes na cidade e na região, nos quais havia o predomínio de pequenos estabelecimentos artesanais com menos de cinco funcionários e um baixíssimo valor de produção, nos poucos, mas grandes estabelecimentos do setor fumageiro a produção se processa sob relações de produção capitalistas. Esses participavam de modo hegemônico no desenvolvimento econômico do município e da região, tanto pelo montante de capital acumulado, pelo expressivo número de empregos gerados, quanto pelos vultosos recursos movimentados na economia local, na comercialização e no beneficiamento do fumo, mas também através da carga tributária recolhida aos cofres do município. Esse desempenho do setor fumageiro também se manifestou na cidade de Venâncio Aires, embora em menores proporções.

A gradativa expansão do capitalismo no espaço regional, além de traduzir sua maior inserção na divisão inter-regional do trabalho, através da especialização da sua economia pela fumicultura, também se fez de forma diferenciada no território. Enquanto nas principais cidades a indústria fumageira ia se consolidando através da introdução e difusão de relações de produção capitalistas, nas áreas rurais, especialmente da zona colonial, a manutenção das relações de produção não capitalistas, no interior das pequenas propriedades, proporcionou ao capital fumageiro a extração do excedente do trabalho familiar dos pequenos proprietários, pelo monopólio e pelo controle do mercado de fumo por parte das agroindústrias fumageiras.

Nesse período, a lógica e a dinâmica dessa relação entre área rural e cidades na região informavam a realização da drenagem de renda. Num primeiro momento, tal drenagem se deve ao monopólio da circulação, criado pelos comerciantes, possibilitando-lhes acumular e reproduzir esse capital, dando início às primeiras manufaturas e indústrias locais e abrindo estabelecimentos comerciais, ambos nas cidades, ou ainda adquirindo terrenos urbanos e chácaras suburbanas. Em um segundo momento, pela subordinação dos pequenos produtores rurais aos interesses das empresas fumageiras, através do controle e das determinações do mercado do fumo, que gradativamente passou a estruturar-se de forma oligopsônica. A drenagem da renda apropriada pelo capital industrial junto aos produtores rurais, além de viabilizar a ampliação do capital fixo no âmbito da indústria (novos equipamentos e área construída), também possibilitou a participação desse setor no mercado imobiliário das principais cidades. (SILVEIRA, 2003).

Assim, a penetração e a expansão do capitalismo no desenvolvimento da economia regional produziram um processo de desenvolvimento desigual e combinado que informa a lógica pela qual o capital fumageiro se (re) produz no território regional. Todavia, a intensificação do processo de internacionalização da economia regional, através da desnacionalização das indústrias locais de fumo iria proporcionar, nas décadas seguintes, alterações no conteúdo e no ritmo da dinâmica de desenvolvimento da agroindústria fumageira, bem como, simultaneamente, promover novos reflexos e condicionantes no processo de formação e de organização do território regional.

6.3 - A modernização da agricultura brasileira e a constituição dos complexos agroindustriais

Podemos dizer que o segundo momento, aquele da intensificação do processo de internacionalização do setor agrofumageiro regional, teve início a partir do final da década de 1960. Esse processo apresentou-se como o resultado combinado de um conjunto de eventos engendrados tanto na escala mundial como no âmbito nacional, que afirmavam mudanças econômicas e tecnológicas importantes no desenvolvimento do capitalismo nesse período. Eventos esses que acabaram incidindo e contribuindo direta e indiretamente, para a promoção de intensas transformações na dinâmica da agricultura, especialmente promovendo as condições para a implementação e difusão, a partir de então, de um novo padrão agrário de desenvolvimento, marcado fundamentalmente pela crescente integração capitalista da agricultura e da indústria, e cujo principal representante passou a ser o complexo agroindustrial.

Nesse sentido, um primeiro evento a considerar refere-se ao novo movimento de capitais internacionais que, a partir da metade da década de 1960, começava a ser implementado em direção aos países periféricos. O sentido e a lógica desse movimento de capitais dos países centrais para lugares selecionados da periferia capitalista estavam vinculados à própria crise do modelo fordista de acumulação de capital, notadamente nos países capitalistas desenvolvidos, cujo ápice foi atingido no final dos anos sessenta do século passado. A queda contínua nos ganhos de produtividade da maior parte dos ramos industriais, aliada ao aumento do custo do capital fixo imobilizado pelas empresas e ao aumento do salário real, implicou na redução da taxa de lucro. (LIPIETZ, 1991). Inúmeras outras variáveis, como a alta da inflação, a crise fiscal e de legitimidade do Estado, a crise nos mercados imobiliários e nas instituições financeiras, aliadas ao aumento significativo do preço do petróleo pela OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), igualmente contribuíram para essa conjuntura de crise. (HARVEY, 1992).

De outra parte, a crise desse modelo agravava-se com o desenvolvimento da internacionalização da produção. De um lado, os países da Europa ocidental, o Japão e os Estados Unidos buscavam expandir seus mercados; de outro, alguns países periféricos e semiperiféricos, como o Brasil,

por meio de políticas de substituição de importações, promoviam uma onda de industrialização fordista com base em uma mão-de-obra abundante e barata e em uma legislação que estimulava a atração e a reprodução do capital internacional. (HARVEY, 1992).

Assim, a crise estrutural do modelo de regulação da acumulação capitalista, além de comprometer os até então altos níveis de acumulação de capital, acabou também desencadeando uma intensa onda de resistência e de mobilização operária nos principais centros industriais europeus ocidentais e norte-americanos. Essa conjuntura adversa fez com que um significativo número de corporações multinacionais, nos mais variados ramos econômicos, passasse, a partir desse período, a deslocar determinados setores/plantas industriais para os países onde era possível obter vantagens específicas como custo e qualificação da mão-de-obra, políticas e legislação nacionais que protegessem seus investimentos, provisão de infra-estrutura e mercado consumidor. (HIRST e THOMPSON, 1998). Nesse deslocamento, as multinacionais, além de poderem usufruir da potencialidade dos mercados internos desses países, buscavam também implementar uma estratégia de reexportação dos seus produtos, notadamente para as economias centrais. (LIPIETZ, 1988).

Um segundo evento na escala internacional a ser considerado – e que de certa forma estava associado a essas mudanças decorrentes da crise do modelo fordista de acumulação de capital e do próprio processo de reprodução do capitalismo – foi a intensa transformação do processo produtivo na agricultura decorrente da crescente integração da ciência, da tecnologia e dos capitais industrial e financeiro. Um dos setores industriais que bem caracterizaram essa expansão do capital industrial na escala internacional, sem dúvida, foi o dos ramos agroindustriais.

De acordo com Guimarães (1989), desde a década de 1950, a partir dos Estados Unidos, a agricultura mundial começou a apresentar mudanças importantes no desempenho da produção e dos níveis de produtividade, traduzindo a passagem do capitalismo concorrencial para a nova etapa da economia capitalista dominada pelos grandes monopólios e oligopólios econômicos. Nesse sentido, na primeira etapa tínhamos a industrialização

espontânea da agricultura, principalmente através do “uso de insumos de nível técnico inferior ou médio, produzidos por fabricantes de pequeno ou médio porte com o consumo de uma tecnologia incipiente, como seria o caso dos adubos naturais (orgânicos e minerais) e de arados e outros implementos operados pela força animal, em substituição à força humana”. Enquanto na etapa posterior de industrialização dirigida da agricultura passamos a ter

a substituição da tração animal pela motorização, a substituição dos adubos naturais pelos adubos artificiais, da maquinaria agrícola simples pelos equipamentos complexos, tais como as combinadas e automotrizes, cuja produção industrial só pode provir de empreendimentos de grande porte, dotadas de alto nível tecnológico, geralmente empresas multinacionais. (GUIMARÃES, 1989, p.91-92).

Além de representar mudanças nas relações sociais de produção e na divisão social e territorial do trabalho – enquanto expressão das novas relações experimentadas entre homem e natureza –, esse momento de modernização da agricultura, de integração com a indústria e de industrialização das atividades agrícolas também se caracterizou pela crescente subordinação do setor agrícola ao capital industrial. Ou seja, “A agricultura se transforma num ramo de aplicação do capital em geral e, de modo particular, do capital industrial que lhe vende insumos e compra as mercadorias aí produzidas”. (SILVA e KAGEYAMA, 1996, p.4). Tem-se assim, como lembra Guimarães (1989, p.114), a progressiva perda de autonomia do setor agrícola e de sua capacidade de decisão na dinâmica do mercado. Ou seja,

Ao aumentar sua dependência, de um lado em relação ao forte grupo de indústrias fornecedoras de insumos básicos; e, de outro lado, em relação às grandes indústrias transformadoras e compradoras da maior parte dos produtos agrícolas, a agricultura irá aumentar sua produtividade, mas irá também aumentar seus custos, sem poder compensá-los com uma equivalente lucratividade. Isso também porque, entre outras razões, o mercado que nessa nova etapa se formará para seus produtos será muito menos livremente competitivo e tenderá a ser dominado, mais e mais, por condições monopolísticas.

Foi nesse contexto que o Brasil passou a representar, mais intensivamente, uma alternativa à expansão do capital monopolista internacional. Em realidade, desde a década de cinquenta, quando da implementação do Plano de Metas (1956 - 1961) pelo governo de Juscelino Kubitschek, o processo de industrialização acelerada do país passou a realizar-se contando com uma presença cada vez mais expressiva do capital

monopolista internacional. Essa nova etapa do desenvolvimento da acumulação de capital monopolista no país teve como principais características, de um lado a associação com o capital estrangeiro a fim de garantir o fornecimento de tecnologia, o aumento de produtividade e a incorporação de uma acumulação prévia, e de outro lado o aumento da taxa de exploração da força de trabalho, com o objetivo de fornecer os excedentes internos para a acumulação (OLIVEIRA, 1989).

Sustentado politicamente em um pacto social populista que congregava desde setores atrasados da oligarquia rural, até setores organizados das classes trabalhadoras urbanas, passando pelos setores mais avançados da burguesia monopolista, esse rápido e intensivo crescimento do capitalismo brasileiro acabou por engendrar, no início dos anos sessenta, obstáculos ao processo de consolidação da acumulação do capital monopolista. Os aumentos do déficit público e do endividamento externo, aliados a uma ampla mobilização dos assalariados urbanos por “reformas de base”, de cunho socioeconômico, acabaram criando algumas condições para a deflagração do golpe militar, em 1964. Este evento nacional representou o começo de um novo modelo de gestão política e econômica do país, na medida em que, a partir de então, o Estado autoritário e intervencionista passava a orientar o desenvolvimento do país, buscando aprofundar a estruturação de corte monopolista da economia brasileira. De acordo com Ianni (1981), as exigências da reprodução monopolista significaram o desenvolvimento de políticas econômicas que favoreceram tanto a concentração como a centralização do capital. Ou seja, sob as mais diversas formas, os grandes capitais submeteram, combinaram-se ou simplesmente absorveram os menores.

Segundo Mantega e Moraes (1991, p.15),

O ano de 1968 anuncia o início do ‘milagre brasileiro’, alimentado pelo arrocho salarial; empréstimos externos; inversões estrangeiras; expansão das grandes empresas estatais, privadas nacionais e do capital financeiro. Foram seis anos (1969/1973) de lucros fabulosos e de concentração da riqueza nacional nas mãos de uns poucos. O capitalismo brasileiro foi adquirindo feições mais maduras. As principais etapas do processo de acumulação passaram a ser, gradativamente, realizadas dentro das fronteiras nacionais e os monopólios estrangeiros se incrustaram solidamente no parque fabril brasileiro.

Os anos setenta representaram um esforço da ditadura em conciliar a busca de alternativas para superar as contradições dos novos períodos de crise estrutural e a promoção de novos ajustes, necessários à continuidade da acumulação do capital monopolista. Crise essa que, em realidade, se apresentava como condição e produto de um modelo de desenvolvimento alicerçado na aceleração da desigualdade. Poderíamos afirmar ainda que, ao mesmo tempo em que ocorreu um aprofundamento da concentração da renda e da aceleração da concentração e centralização do capital, o país também apresentou uma gradativa integração produtiva e uma relativa desconcentração espacial da atividade econômica.

Nesse contexto, a economia gaúcha, a partir da segunda metade da década de sessenta, teve reforçado o seu caráter complementar junto ao núcleo dinâmico da economia brasileira, seja como fornecedora de excedentes agrícolas, seja como produtora de bens industriais tradicionais e de consumo intermediário. Além disso, o Estado gaúcho passou a apresentar dois padrões espaciais de distribuição da atividade industrial que refletem o começo de um relativo processo de desconcentração espacial da indústria gaúcha. Um primeiro seria aquele representado pela concentração, na mesma área, de diversos centros, destacando-se uma forte diversificação industrial. Esse é o caso da área metropolitana de Porto Alegre e o da região de Caxias do Sul. O segundo é aquele dos centros dispersos com menor diversificação e baseado na transformação industrial de produtos primários locais, como é o caso das principais cidades da região do Vale do Rio Pardo – Santa Cruz e Venâncio Aires – que, respectivamente, a partir dos anos setenta e oitenta, começaram a apresentar um intenso processo de urbanização, acompanhado pela consolidação da atividade agroindustrial fumageira na economia local-regional.

Um segundo evento importante na escala nacional foi a intensificação, ainda que espacialmente desigual, dos processos de urbanização e industrialização do país, notadamente a partir da década de 1960, e que acabaram demandando a modernização da agricultura brasileira. Nesse período, o Brasil começava a apresentar um intenso processo de urbanização e um rápido crescimento do emprego urbano, ampliando de modo sistemático a demanda de produtos agrícolas. Além disso, o desenvolvimento da atividade

industrial através do processo de substituição de importação impôs igualmente a necessidade de ampliação e de diversificação das exportações brasileiras. Assim, o período configurava um quadro de crescentes exigências quanto ao suprimento de produtos agrícolas, cujo atendimento era crucial à manutenção do ritmo de acumulação de capital. (DELGADO 1985).

Nesse contexto, merece destaque o novo conteúdo das relações entre o Estado, sob um regime autoritário e centralizador, e a economia. Essas relações foram implementadas a partir de 1965, no bojo do processo de modernização da agricultura brasileira. O crédito rural subsidiado foi a principal política pública adotada pelo Estado para viabilizar o modelo de modernização agrícola, na medida em que buscava responder a um complexo conjunto de interesses: o dos proprietários rurais, por mais recursos para custeio, comercialização e investimentos; o dos industriais nacionais e estrangeiros que desejavam ampliar as suas vendas de insumos e equipamentos agrícolas; e o dos banqueiros que sempre buscaram condições vantajosas para financiar a agricultura. (PONTES DE SOUZA e PEREIRA, 1995).

Esse padrão agrário¹⁰⁵ moderno que então começava a ser implantado no país assentava-se fundamentalmente em uma nova dinâmica das relações entre indústria e agricultura – expressa sob a forma do complexo agroindustrial (CAI) – enquanto resultado da crescente aplicação de inovações científicas e tecnológicas, bem como de novos modos de planejar, organizar e regular a produção nas atividades agropecuárias. Em termos formais, de acordo com Müller (1989, p. 45), podemos definir o CAI como

... um conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais. Atividades tais como: a geração destes produtos, seu beneficiamento/transformação e a produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas; ainda: a coleta, a armazenagem, o transporte, a distribuição dos produtos industriais e agrícolas; e ainda mais: o financiamento, a pesquisa e a tecnologia, e a assistência técnica. As atividades são interdependentes, mas assimétricas, pois há aquelas cujas funções possuem um maior grau

¹⁰⁵ Por padrão agrário entendemos, como sugere Müller (1989, p.24), “uma determinada inter-relação ou articulação entre as esferas produtivas, tecnológica, de insumos, política agrícola e fluxos externos no âmbito econômico; e no âmbito social, uma determinada articulação entre os diversos interesses dos grupos sociais que vivem basicamente das atividades agrárias. (...) A noção de padrão agrário visa a preservar as especificidades da agricultura enquanto atividade tecnoeconômica e enquanto esfera de interesses sociais e políticos a ela adstritos, e também enquanto objeto de políticas públicas específicas”.

de importância na reprodução do complexo. Tais atividades constituem o *núcleo* do CAI e dizem respeito à capacidade de controle que os interesses sócio-econômicos aí localizados exercem sobre a reprodução do mesmo.

Ele também nos lembra que o CAI pode ser pensado ainda como

... uma unidade de análise na qual a agricultura se vincula com a indústria de dupla maneira: com a indústria de máquinas e insumos que tem na agricultura seu mercado e com a indústria processadora/beneficiadora de matérias-primas agrícolas. A primeira pode ser designada de indústria para a agricultura, e a segunda de agroindústria. Na medida em que há uma forte interdependência entre agricultura e indústria para a agricultura, verifica-se um processo de industrialização da agricultura; e na medida em que há uma forte interdependência entre agricultura e a indústria beneficiadora e processadora, verifica-se um processo de agroindustrialização. (MÜLLER, 1989, p.65).

Baseado nesse modelo de modernização agrícola, os complexos agroindustriais, a partir desse período, foram sendo progressivamente implantados nos mais variados ramos, e difundindo-se espacialmente no país de acordo com a dinâmica tanto do mercado interno nacional como também do mercado internacional. Assim, ao mesmo tempo em que foi sendo implantado no país um setor industrial produtor de bens de produção para a agricultura, também foi se constituindo internamente um mercado para produtos industrializados de origem agropecuária, o que possibilitou a criação no país de um conjunto variado de agroindústrias. A promoção da modernização do setor agroindustrial através da mudança na base técnica e no modo de organização do processo produtivo envolveu o investimento de montantes consideráveis de capitais. Em muitos ramos agroindustriais, diante desse custo e das características dos mercados interno e externo, esse processo de modernização foi implementado e difundido espacialmente, principalmente a partir do processo de internacionalização do setor. Esse foi o caso do setor agroindustrial fumageiro localizado no Vale do Rio Pardo.

6.4 - A desnacionalização do setor agroindustrial fumageiro regional e a constituição do CAI do fumo

Dentre os vários ramos agroindustriais desenvolvidos no país, que passaram a experimentar essas transformações na sua dinâmica de

desenvolvimento, encontra-se o do fumo. Embora o começo da internacionalização do setor fumageiro e o processo de integração econômica e mercantil entre a produção agrícola e o beneficiamento e a transformação industrial do fumo tenham iniciado já nas primeiras duas décadas do século passado, foi sem dúvida a partir de 1968, sob a hegemonia do capital multinacional, que esse processo passou a se intensificar e a se difundir no âmbito do território regional.

Nesse sentido, além dos eventos vistos anteriormente, dois outros também foram determinantes para a intensificação da internacionalização do setor fumageiro regional. Um primeiro evento, engendrado na escala internacional, se refere ao fato de a Rodésia, atual Zimbawe, tradicional país produtor e exportador de fumos do tipo *Virginia*, ter apresentado entre 1965 e 1979 intensos conflitos étnicos e políticos advindos do processo de independência junto à Inglaterra.¹⁰⁶

Esse quadro de crise institucional e de guerra civil, bem como os reflexos do bloqueio comercial estabelecido pela ONU aquele país, levaram as grandes corporações fumageiras multinacionais ali instaladas a procurarem novas áreas produtoras, a fim de garantir a regularidade no fornecimento do fumo, especialmente para o mercado europeu. A região do Vale do Rio Pardo, já conhecida no mercado mundial tanto pela atividade agroindustrial desenvolvida pela BAT como também pela sua estrutura produtiva, tornou-se então uma alternativa viável para garantir a reprodução do capital monopolista.

Um segundo evento se refere às condições macroeconômicas que configuraram o longo período recessivo da economia brasileira, durante os anos de 1962 a 1967 e que tiveram forte influência sobre o desenvolvimento do

¹⁰⁶ Desde o começo do século XIX, a Rodésia, localizada no sudeste da África, foi objeto de disputa colonial entre Portugal e Inglaterra. A partir de 1890, tornou-se um território administrado por uma minoria branca sob a tutela inglesa. Em 1965, o governo de minoria branca autoproclama a independência da Rodésia, o que não é reconhecido pela Inglaterra e pelo Conselho de Segurança da ONU. Atendendo aos interesses ingleses, bem como diante do receio de um conflito com os países africanos vizinhos, levou a ONU a estabelecer entre 1966 e 1972 um bloqueio comercial à Rodésia. A situação política e econômica interna se agravou com a deflagração de uma guerra civil durante o período de 1972 a 1979, envolvendo a minoria branca (2% da população) e segmentos da população negra cooptados pelos empresários ingleses contra a absoluta maioria da população negra. A independência é conquistada e reconhecida em 1980, quando Roberto Mugabe, líder da maioria negra, é eleito presidente. Nesse ano, o país passa a se denominar Zimbabwe. (Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, 2005).

setor fumageiro. A política antiinflacionária adotada pelo governo federal de 1962 a 1967 – que tinha como principal fundamento a diminuição do consumo, através da restrição do crédito às empresas e do arrocho salarial – levou a fumicultura, e por conseqüência a indústria fumageira, a uma situação de profunda crise econômica. (MONTALI, 1979 e LIEDKE, 1977). Com o crédito restrito, comprometia-se o financiamento do cultivo do fumo para os produtores rurais, como também se limitavam as possibilidades de novos investimentos no âmbito da indústria fumageira. Além disso, a depressão econômica do país impunha crescentes dificuldades na comercialização, tanto dos cigarros como do fumo em folha no mercado nacional, até então seu principal mercado. O mercado externo nesse período ainda não representava alternativa de peso para o escoamento da produção local, devido à baixa qualidade do produto. Esse conjunto de fatores originou, na época, uma situação extremamente desfavorável, tanto aos produtores como à indústria local de capital nacional. Os grandes estoques de fumo beneficiado que acabaram sendo criados geraram enormes prejuízos, levando as empresas a limitar a área plantada pelos produtores como forma de amenizar suas perdas. A descapitalização dos industriais locais, aliada à redução do crédito para novos investimentos, limitava as possibilidades de inversões de recursos em novas tecnologias no âmbito do beneficiamento e principalmente no da produção do fumo. (VOGT, 1997).

Além disso, esse período também se caracterizou por uma agressiva política de atração ao capital internacional, quando o governo federal acenava com uma série de atrativos às corporações multinacionais. Além de um conjunto de leis que buscavam regulamentar a remessa de lucros para o exterior, de maneira favorável aos interesses do capital monopolista internacional, como também inúmeras isenções e diversos subsídios à instalação de novas indústrias estrangeiras no país, o governo criou ainda as condições para que essas empresas pudessem tomar empréstimos no exterior a juros subsidiados. (MANTEGA e MORAES, 1991). Esse conjunto de medidas governamentais levou a uma aceleração da concentração e da centralização do capital no país. As grandes corporações fumageiras internacionais, a

exemplo de outros ramos industriais, acabariam por não resistir aos acenos do governo brasileiro.

Nesse contexto, é preciso também considerar que em razão do crescimento do processo de urbanização brasileira, o mercado interno para o fumo começava a se estabelecer oferecendo boas perspectivas para a indústria de cigarros. Além disso, a possibilidade de participar do mercado externo¹⁰⁷, desde o Brasil, tornava-se atraente diante das políticas estatais de incentivo às exportações e de financiamento da agricultura. Também foram importantes nesse sentido as várias iniciativas governamentais, em suas instâncias estadual e municipal. Nesse aspecto, merecem destaque ações como: o oferecimento de incentivos e isenções fiscais, a doação de áreas para construção ou ampliação das atividades industriais, os investimentos públicos em infra-estrutura básica (água, energia, saneamento, telecomunicação) e em vias e meios de transporte, em planejamento e modernização de equipamentos urbanos, e em habitação para a força de trabalho. (SILVEIRA, 1997).

Mas, se esses eventos e as condições foram importantes para que as empresas multinacionais fumageiras direcionassem seus investimentos para o País, um conjunto de outros fatores foi igualmente fundamental para que a região do Vale do Rio Pardo começasse a atrair os interesses de novas multinacionais, levando à intensificação da internacionalização do setor fumageiro. Assim, merecem destaque a existência prévia de condições naturais com características em termos de temperatura, níveis de precipitação e qualidade do solo adequadas à cultura do fumo, o conhecimento tácito entre os agricultores do cultivo do fumo, uma estrutura fundiária baseada na pequena propriedade, um modo de produção baseado no trabalho familiar, um sistema de integração produtiva e de comercialização do fumo já organizados, um importante parque industrial de beneficiamento industrial de fumo e de fabricação de cigarros e derivados de fumo, mão-de-obra industrial especializada e barata, e um crescente fluxo de exportação de fumo. Na verdade, essas características ou esses atributos territoriais foram igualmente

¹⁰⁷ A implementação do Mercado Comum Europeu, nas décadas de 1970 e 1980, e a conseqüente unificação das tarifas de importação dos países membros, bem como o fim dos monopólios estatais de tabaco na Itália e na França sinalizavam ótimas perspectivas para a produção e exportação do fumo em folha brasileiro.

importantes para que as agroindústrias multinacionais pudessem prontamente iniciar suas atividades, na medida em que puderam aproveitar e utilizar o capital, o trabalho, as instalações, enfim a organização espacial já existente.

A combinação desses eventos e das variáveis possibilitou, então, as condições ideais à intensificação, a partir desse período, da internacionalização da indústria fumageira no país. A tabela 7 permite observar um aumento gradativo dos investimentos externos diretos e dos reinvestimentos no setor fumageiro brasileiro.

TABELA 7 - Brasil: investimentos e reinvestimentos de empresas multinacionais no setor fumageiro - 1971/1974 (Valores em US\$.1.000.000,00)

Em 31/12 de cada ano	Investimento		Reinvestimento		Total Investido	
	Valor	Índice (%)	Valor	Índice (%)	Valor	Índice (%)
1971	17,7	100,0	94,4	100,0	112,1	100,0
1972	21,4	120,9	96,2	101,9	117,6	104,9
1973	36,8	207,9	123,9	131,2	160,7	143,3
1974	51,7	292,1	138,4	146,6	190,1	169,6

Fonte: Vieira e Camargo (1976 p.288).

Podemos observar que entre 1971 e 1974 houve um incremento no total de investimentos e reinvestimentos realizados no setor fumageiro na ordem de 69,6%. O índice de crescimento dos investimentos de capital externo foi de 192,1%, enquanto o de reinvestimentos de capital no setor fumageiro foi de 46,6%. O valor dos reinvestimentos ultrapassou significativamente o valor dos investimentos, evidenciando a alta lucratividade das indústrias de cigarros e de beneficiamento de fumo em folha, e mostrando que o crescimento do setor se deve, principalmente, ao investimento de capital próprio das empresas multinacionais, advindo dos lucros obtidos em exercícios anteriores.

Esse processo de intensa penetração do capital multinacional no setor fumageiro, no âmbito do território regional, ocorreu...

...via de regra, através de um processo gradual de compra: inicialmente o consórcio multinacional injetava recursos em determinada empresa local, ao adquirir parte das ações desta; posteriormente assumia o controle acionário total ou majoritário do empreendimento, quase sempre mantendo os antigos proprietários ou seus descendentes nas funções administrativas e gerenciais do estabelecimento. (VOGT, 1994, p.105).

No quadro 01 buscamos ilustrar como esse processo se deu nas indústrias fumageiras de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz, principais núcleos urbano-industriais da região.

Podemos observar que as empresas locais foram sendo adquiridas, a partir de 1968, notadamente por empresas multinacionais de capital alemão e norte-americano que buscavam assegurar o fornecimento de fumo aos mercados dos seus países-sede – dois dos maiores importadores de fumo nesse período.

Na década de 1970, vamos ter uma alteração no controle acionário das empresas fumageiras regionais com o nítido predomínio das empresas multinacionais norte-americanas. O crescente interesse das empresas norte-americanas pela importação de fumo em folha, especialmente a variedade *Virginia*, é tal que as multinacionais optam por se instalar na região “para adquirir, beneficiar e exportar seu próprio fumo”. (MONTALI, 1979, p.73).

Esse intenso movimento de capital multinacional na aquisição do controle acionário das empresas locais pode também ser explicado pelo fato de essas empresas já virem atuando há mais tempo no beneficiamento e na exportação de fumo e, nessa condição, também serem antigas importadoras do fumo brasileiro para cigarros. Portanto, já conheciam as possibilidades e as potencialidades da implementação da produção regional de fumo e de seu beneficiamento industrial. (LIEDKE, 1977).

QUADRO 1 - Principais núcleos fumageiros do Vale do Rio Pardo-RS: a desnacionalização da indústria do fumo, 1965 a 1985

EMPRESAS INSTALADAS ATÉ 1965 (POR ORIGEM DO CAPITAL)	ALTERAÇÕES NA PROPRIEDADE DAS EMPRESAS ENTRE 1966 E 1974 (POR ORIGEM DO CAPITAL)	PROPRIEDADE DAS EMPRESAS - 1975/85 (POR ORIGEM DO CAPITAL)
SANTA CRUZ DO SUL		
Fábrica de Cigarros Sudan S.A. - 1940 (BRA) Cia. de Fumos Santa Cruz - 1918 (BRA) → Cia. de Cigarros Souza Cruz - 1917 (EUA-ING) → Cia. de Cigarros Sinimbu - 1948 (BRA) → Exportadora Hennig S.A. - 1890 (BRA) → Tabacos Tatsch S.A. - 1932 (BRA) Kliemann & Cia. - 1915 (BRA) Boettcher e Wartchow - 1932 (BRA) Kannenberg e Cia. Ltda. - 1950 (BRA)	Fábrica de Cigarros Sudan S.A. - (BRA) Grupo Remtsmann - 1970 (BRA) → Cia. de Cigarros Souza Cruz - (EUA-ING) → Grupo Brinkmann - 1970/72 (ALE) → Grupo Brinkmann - 1970/72 (ALE) → Tabacos Tatsch S.A. - (BRA) → Kliemann & Cia. - (BRA) Boettcher e Wartchow - (BRA) Kannenberg e Cia. Ltda. - (BRA) Armada S.A. - Ind. e Com. - 1968 (ALE) ¹⁰⁸ Tabra - Exp.de Tabacos do Brasil Ltda -1970 (EUA) ¹⁰⁹ Cia. Meridional de Tabacos - 1974 (FRA) ¹¹⁰	Fábrica de Cigarros Sudan S.A. - (BRA) Phillip Morris Inc. - 1975 (EUA) Cia. de Cigarros Souza Cruz - (EUA-ING) R.J. Reynolds Tab. do Brasil - 1975 (EUA) R.J. Reynolds Tab. do Brasil (fumo) - 1975 (EUA) Tabacos Brasileiros Ltda. - 1976 (EUA) Kliemann & Cia. - (BRA) Boettcher e Wartchow - (BRA) Kannenberg e Cia. Ltda. - (BRA) Armada S.A. - Ind. e Com. (ALE) Tabra- Exp. de Tabacos do Brasil Ltda (EUA) Cia.Meridional de Tabacos - (FRA)
VENÂNCIO AIRES		
Cia. Fumosul -1945 (BRA) Rio Grande Tabaco Ltda. - 1936 (BRA) → Fábrica de Cigarro Flórida S/A - 1955 (BRA) →	Cia. Fumosul - (BRA) Rio Grande Tabacalera - 1973 (ESP) ¹¹¹ → Ligget & Myers do Brasil - 1973 (EUA)	Cia. Fumosul - (BRA) Rio Grande Tabacalera - (ESP) Dibrell Brothers Inc. - 1985 (EUA) Cia. Tabasa - 1985 (EUA-ING) ¹¹²
VERA CRUZ		
Cia. Lopes Sá - 1956 (BEL) →	Cia. Verafumos - 1968 (HOL) ¹¹³	Cia. Verafumos - 1981 (EUA) ¹¹⁴

(BRA): BRASIL; (EUA): ESTADOS UNIDOS; (ING): INGLATERRA, (ESP): ESPANHA; (ALE): ALEMANHA; (FRA): FRANÇA, (BEL): BÉLGICA, E (HOL): HOLANDA.
 FONTE: MONTALI (1979, p.72), VOGT (1997, p.134-135), SILVEIRA (2003). Organização: Rogério Silveira.

¹⁰⁸ Controlada pelo Grupo Gebrüder Kühlenkampf.

¹⁰⁹ Controlada pelo Grupo The Monk Austin Co. Inc.

¹¹⁰ Controlada pela estatal francesa S.E.I.T.A. (Société Nationale D'Exploitation Industrielle de Tabacs et Allumettes).

¹¹¹ Controlada pela Tabacaleira Espanhola que a partir de 1978 passa a dividir o controle da empresa com a americana MBS Tobacco.

¹¹² Controlada por *joint-venture* entre a americana Dibrell Brothers Inc. e anglo-americana British American Tobacco, através da Cia. de Souza Cruz.

¹¹³ Controlada pelo Grupo TEIC (Tabak Export & Import Compagnie)

¹¹⁴ Controlada pelo Grupo Dibrell Brothers Inc.

O sistema integrado de produção foi uma das características da fumicultura regional que atraiu os interesses dos capitais internacionais e o número de fumicultores integrados a determinada empresa acabou se constituindo em uma variável chave na definição dos valores das negociações, envolvendo os empresários locais e os representantes das empresas multinacionais. O depoimento em 1961 do empresário santa-cruzense Clóvis Baumhardt, diretor da Associação Comercial de Santa Cruz, que vivenciou esse processo, é bastante elucidativo a esse respeito.

... na época a avaliação se fazia em torno dos pés de fumo, de volume de produção. Então, uma determinada indústria tinha três, quatro, ou cinco mil produtores integrados, que produziam em média 20 mil pés de fumo. Então, dez milhões de pés de fumo representava um tal volume de produção. Se a fábrica era boa, não era boa, se tinha tecnologia, não tinha tecnologia, nada disso interessava, Interessava o quê? Interessava, digamos, aquele produtor que era integrado a essa indústria e trabalhava integradamente com essa indústria e que, de repente, ao invés de [continuar produzindo] para a empresa A [passava] a produzir para a empresa B [a multinacional] nas mesmas condições. (CADONÁ, 2004, p.255).

Além disso, as multinacionais fumageiras que se instalaram na região, nesse período, de modo geral não o fizeram através da construção de plantas industriais novas, mas sim através da incorporação das unidades já instaladas e sobre o controle das empresas locais. A opção corrente foi a da compra das empresas já existentes e o imediato aproveitamento das instalações industriais criadas e dos funcionários mantidos pelas empresas locais.

Diante do poder econômico das multinacionais e da ameaça iminente de uma competição mais direta com esses grupos, as pequenas e médias empresas familiares locais, com limitada capacidade de investimento, com grande dificuldade em manterem-se competitivas nos mercados nacional e internacional do fumo, acabaram por não resistir às tentadoras ofertas de compra das agroindústrias multinacionais. Cadoná também destaca outros fatores importantes e que igualmente pesaram na decisão de pôr à venda, nessa época, essas empresas: a idade avançada de muitos dos empresários locais e a dificuldade desses empresários em fazer seus sucessores através de seus descendentes. “Assim, as gerações mais velhas, já em idades que comprometiam suas atividades industriais, e frente ao “desinteresse dos filhos”, não ofereciam resistências às ofertas recebidas”. (CADONÁ, 2004, p.256). Além disso, também pesou nesse sentido a posição política e ideológica do empresariado local e regional, de oferecer apoio

incondicional ao modelo de desenvolvimento econômico implantado pelo governo militar no país, especialmente ao papel reservado pelo Estado ao capital internacional como protagonista na promoção do desenvolvimento industrial. O empresariado local entendia que o domínio tecnológico, a posse de recursos financeiros e tecnológicos e, principalmente, o controle hegemônico do mercado do fumo pelas multinacionais ofereciam condições ideais para implementar o desenvolvimento do setor fumageiro regional.

Assim, o processo de internacionalização do setor fumageiro em curso nesse período, ao mesmo tempo em que representava para o capital internacional a oportunidade de poder ampliar sua participação no mercado internacional do fumo, através da ampliação da produção e da exportação dessa matéria-prima, para as tradicionais empresas da região representava a possibilidade de garantir uma melhor remuneração do capital local num contexto macroeconômico de incerteza e de crescente instabilidade. As ações e políticas públicas do Estado brasileiro de atração do capital internacional e de modernização conservadora da agricultura nacional acabavam reforçando essa situação.

Além disso, a idéia de associação, ainda que dependente do capital nacional com o capital internacional, informava a posição ideológica dos setores hegemônicos da sociedade de crença nas vantagens que esse movimento representaria para a promoção do desenvolvimento local e regional, diante do reconhecido controle que esses grupos multinacionais possuíam dos recursos, da tecnologia e do mercado internacional do fumo.

Veremos adiante que com a entrada das agrofumageiras multinacionais alterou-se substancialmente o comportamento da produção e do beneficiamento industrial do fumo. Na área rural, as multinacionais, além de promoverem um relativo aumento do valor pago ao produtor, passaram também a impor o emprego de novas tecnologias aos colonos, de forma a aumentar a produtividade e a qualidade do produto. No âmbito da indústria, elevadas inversões foram realizadas em capital fixo, possibilitando a ampliação e a modernização das instalações como também a crescente mecanização do processo de beneficiamento. O resultado imediato dessas transformações foi um crescimento da produção e uma melhora progressiva da qualidade do produto local, permitindo à região participar em melhores condições do competitivo mercado internacional do fumo.

Contudo, é preciso também registrar que o desenvolvimento do complexo agroindustrial do fumo na região do Vale do Rio Pardo envolveu promoção de um conjunto de mudanças no processo de produção agroindustrial e passou a participar ativamente da dinâmica de organização do espaço regional. Nesse sentido, a implementação do CAI do fumo e sua difusão espacial na região foram sendo engendradas, sobretudo pelas inovações tecnológicas e organizacionais, e pela nova racionalidade normativa implementada e requerida pelo processo de reprodução do capital monopolista internacional.

Desvendar seu conteúdo e seus reflexos e as determinações no modo de produção e no desempenho da produção regional de fumo, na dinâmica das relações entre os agentes sociais e das relações espaciais entre os lugares da região, são as novas tarefas e desafios que nos propomos no próximo capítulo.

7 - AS MUDANÇAS TÉCNICAS E ORGANIZACIONAIS NA ATIVIDADE FUMAGEIRA E SUAS IMPLICAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO E NOS USOS DO TERRITÓRIO REGIONAL

A partir do final da Segunda Guerra Mundial, tem-se um novo momento de expansão econômica e espacial do modo de produção capitalista, através da difusão do capital monopolista internacional. Essa fase do capitalismo caracterizou-se pelo aumento e pela especialização da produção, pelo crescimento da comercialização e pela intensificação da circulação de matérias-primas, insumos, produtos, capital, informações e normas organizacionais em escala mundial, entre distintos e distantes lugares do mundo.

Nesse contexto, passou-se a demandar, em um tempo cada vez menor e de modo simultâneo, a implantação, a difusão e a unificação dos objetos e sistemas técnicos em diferentes escalas geográficas, envolvendo distintos setores econômicos e diferentes lugares do espaço mundial. Assim, têm-se desde os anos 1950 e, especialmente, a partir da década de 1970, como condição e resultado dessa etapa do modo de produção capitalista, um progressivo desenvolvimento e articulação da ciência e da tecnologia e sua crescente incorporação, tanto no âmbito do processo produtivo, quanto nas esferas da circulação e do consumo. Em relação à organização espacial, constituía-se um novo período, em que os usos e as apropriações do território, em que os objetos geográficos e as ações no território passavam a apresentar um crescente acréscimo de ciência e de tecnologia.

Milton Santos identifica esse período como um novo momento na história da relação entre sociedade e natureza, na evolução do capitalismo mundial e em sua formação socioespacial. Trata-se para ele da emergência do período técnico-científico, quando o meio geográfico moderniza-se passando a experimentar mudanças em seu conteúdo e em sua dinâmica de organização espacial. (SANTOS, 1985).

A modernização vivenciada nesse período avançou, acompanhando a expansão do capital monopolista, pelo espaço mundial de modo desigual e com defasagens tanto entre os diferentes Estados-nações, como entre os distintos lugares de cada território nacional.

No presente capítulo, analisamos as principais inovações técnicas e as mudanças organizacionais introduzidas no setor fumageiro, advindas, simultaneamente, da intensificação da entrada do capital multinacional e do desenvolvimento e da expansão do complexo agroindustrial do fumo na região. Interessa-nos analisar o conteúdo e o sentido dessas alterações no desenvolvimento do setor fumageiro e no processo de reprodução do capital monopolista multinacional, o modo como essas mudanças foram sendo desenvolvidas, e sua relação na constituição do meio técnico-científico e na nova dinâmica espacial que o território regional passava a apresentar. Para tanto, como recurso de análise, optamos por concentrar nosso olhar no período compreendido entre o final da década de 1960 – início da intensificação da internacionalização do setor fumageiro –, e o começo da década de 1990, momento a partir do qual, no auge e no bojo da globalização da economia, o CAI do fumo passou a apresentar novas e importantes mudanças técnicas e organizacionais, decorrentes especialmente da expansão do mercado mundial e de uma nova onda de centralização e concentração do capital fumageiro em escala internacional.

Abordamos o contexto de transição de um meio técnico para um meio técnico-científico no País e identificamos e analisamos as principais inovações técnicas, os respectivos objetos e sistemas técnicos que começavam a ser implantados no território regional, bem como as inovações organizacionais e suas referidas ações e normas introduzidas pelo setor fumageiro. Em cada uma das etapas produtivas do CAI do fumo – produção agrícola, comercialização, beneficiamento e transformação industrial – procuramos mostrar como essas mudanças técnicas e organizacionais foram sendo implementadas, quais os seus significados para o desenvolvimento do setor agroindustrial fumageiro, os novos usos do território que possibilitaram, e o modo como elas participaram desse novo momento da organização do espaço no Vale do Rio Pardo.

7.1 - O desenvolvimento do complexo agroindustrial fumageiro e a constituição do meio técnico-científico no território regional: a articulação das mudanças técnicas, organizacionais e espaciais

Para Santos e Silveira (2001), a constituição no país de um meio técnico-científico se processou a partir do final da Segunda Guerra Mundial, através das

condições políticas e econômicas abertas pelo ideário do consumismo, do crescimento econômico e do planejamento que então passavam a orientar o desenvolvimento da economia e da sociedade brasileira. Nesse contexto, o aumento do ritmo do desenvolvimento industrial, a intensificação do processo de urbanização e a formação do mercado interno nacional que então se desenvolviam são acompanhados pela opção do Estado brasileiro em promover a modernização e a racionalização tanto da economia, do aparelho de governo, como do território. Assim, o modelo adotado de inserção da economia nacional ao capitalismo internacional pressupõe, simultaneamente, a abertura do mercado brasileiro ao capital internacional, o desenvolvimento do mercado interno através da promoção do consumo das classes média e alta, o estímulo fiscal e infra-estrutural à industrialização, o barateamento do custo da força de trabalho urbano-industrial, o estímulo à produção primária e ao comércio exterior, e o equipamento e a promoção de novos e modernos usos do território, bem como sua integração econômica.

Nesse quadro, crescem o financiamento e os investimentos pelo Estado no desenvolvimento da ciência e da tecnologia aplicadas ao desenvolvimento e à expansão da infra-estrutura básica de energia, de comunicação e de transporte, bem como os investimentos privados em relação à modernização e à ampliação da produção agropecuária brasileira e de sua comercialização no mercado mundial. É quando começam a surgir e a se difundir no país, especialmente a partir dos anos 1970, os complexos agroindustriais – principal via do Estado brasileiro para buscar a modernização da agricultura e através dela assegurar o desenvolvimento do mercado interno via produção de alimentos e matéria-prima. Os complexos agroindustriais passam então a ser expressão maior do desenvolvimento do período técnico-científico, no campo brasileiro, configurando também, ainda que de modo diferenciado em cada região e lugar, um dado meio técnico-científico no território.

Assim, a nova dinâmica de desenvolvimento da agricultura, na medida em que passava a ser comandada pelos CAIs, assinalava uma crescente substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, imprimia uma maior divisão social e territorial do trabalho e promovia uma crescente especialização produtiva. (SILVA e KAGEYAMA, 1996). Nesse processo de crescente subordinação ao mercado passava a vigorar uma nova racionalidade econômica que, acompanhando o avanço do capitalismo no campo, buscava o

aumento da produção agrícola, de sua produtividade e qualidade, de modo a otimizar a lucratividade e garantir a competitividade. Para tanto, novas tecnologias e técnicas de produção passaram a ser empregadas, inovações na gestão e no controle da produção, bem como na comercialização e no processamento industrial também passaram a ser adotadas. A produção, o controle e a circulação da informação crescentemente tornaram-se necessárias ao desenvolvimento das ações realizadas através dos sistemas de objetos técnicos, bem como acompanhavam a afirmação do próprio conteúdo informacional desses objetos técnicos. A agricultura, sob o domínio do complexo agroindustrial, começava a apresentar uma progressiva sofisticação e uma crescente complexificação em sua organização técnica. (RAMOS, 2001).

E Milton Santos ainda acrescenta que:

Nas áreas onde essa agricultura científica se instala, verifica-se uma importante demanda de bens científicos (sementes, inseticidas, fertilizantes, corretivos) e, também, de assistência técnica. Os produtos são escolhidos segundo uma base mercantil, o que também implica uma estrita obediência aos mandamentos científicos e técnicos. São essas condições que regem os processos de plantação, colheita, armazenamento, empacotamento, transportes e comercialização, levando à introdução, aprofundamento e difusão de processos de racionalização que se contagiam mutuamente, propondo a instalação de sistemismos [sistemas de objetos técnicos, sistemas de ações, sistemas normativos], que atravessam o território e a sociedade, levando, com a racionalização das práticas, a uma certa homogeneização. (SANTOS, 2000, p.89).

A nova racionalidade e o pragmatismo econômico do modelo de modernização da agricultura então adotado no país, que culmina com sua industrialização, simultaneamente revelam o novo papel assumido pelo processo de transformação da sua base técnica, como bem demonstram Silva e Kageyama.

Esse processo representa na verdade a subordinação da Natureza ao capital que, gradativamente, liberta o processo de produção agropecuária das condições naturais dadas, passando a fabricá-las sempre que se fizerem necessárias. Assim, se faltar chuva, irriga-se; se não houver solos suficientemente férteis, aduba-se; se ocorrerem pragas e doenças, responde-se com defensivos químicos ou biológicos; e se houver ameaças de inundações, estarão previstas formas de drenagem. (SILVA e KAGEYAMA, 1996, p.3).

Além da base técnica, certamente uma outra importante mudança experimentada pela agricultura – e que igualmente lhe confere vinculação com o novo período técnico-científico – foi sem dúvida não apenas a sua subordinação ao capital, mas, sobretudo sua transformação num ramo de aplicação e de valorização

de capital nela investido. A integração de capitais agrário, comercial, industrial e financeiro – requerida e estimulada para o pleno desenvolvimento dos ramos agroindustriais –, ao viabilizar a reprodução do capital em geral, também assinalava a crescente interdependência da agricultura aos demais setores econômicos e à dinâmica geral da economia. (SILVA e KAGEYAMA, 1996).

Na região do Vale do Rio Pardo, a partir desse período, ramos agrícolas como a fumicultura, a orizicultura e a olericultura passaram, progressiva e diferenciadamente, a experimentar essas mudanças na medida em que os seus respectivos CAIs eram implantados. Dentre eles, o processo de desenvolvimento do CAI do fumo foi aquele que acabou engendrando as mais significativas transformações espaciais no território regional, decorrentes de sua dinâmica econômica, de seu conteúdo técnico-científico e normativo, de sua expansão espacial e do modo particular como sua organização econômica e social viabilizou a reprodução do capital e da força de trabalho na região.

O longo tempo de existência da fumicultura no Vale do Rio Pardo, bem como os diferentes e novos lugares – tanto na região como fora dela – que passaram progressivamente a desenvolver a cultura do fumo, apenas aparentemente apresentam uma mesma paisagem, expressa pelos verdes fumais e pelas estufas de fumo existentes nas propriedades rurais. Na realidade, como lembra Ramos (2001, p.376), “por trás da aparente similaridade na paisagem de um mesmo cultivo, em tempos e lugares diversos, há um novo sistema de produção”. E acrescentamos que, a partir de então, há o desenvolvimento de um novo sistema técnico e organizacional de produção e, simultaneamente, de uma nova organização espacial resultante.

O desenvolvimento do CAI do fumo na região caracterizou-se pela instalação e difusão simultânea, no território, de objetos e sistemas técnicos e de normas e ações que concorreram para a promoção do aumento da produção de fumo, de maiores níveis de produtividade, da melhoria de sua qualidade, da regularidade do seu fornecimento, da efetividade de sua comercialização, da ampliação e do aperfeiçoamento do seu beneficiamento industrial, e da implementação de sua exportação.

Com base em Santos (1994 e 1996a), podemos dizer que esse novo sistema técnico e organizacional de produção, implementado através da constituição e

expansão do CAI do fumo, revela a existência de um conjunto integrado e funcional de novos objetos técnicos, como as novas variedades de sementes, as estufas e as novas plantas de beneficiamento industrial; de novas técnicas produtivas, como o uso de agrotóxicos, de fertilizantes, a destala mecânica; de novos sistemas de engenharia, como o distrito industrial, os novos meios de comunicação e de transporte. Também passaram a integrar esse novo sistema de produção as ações instrumentais e novas e renovadas ações sociais e políticas – fruto da dinâmica das relações sociais de produção. Assim, técnica e ação passam a se relacionar crescentemente, de modo sistêmico, e a se complementar, articulando as etapas da agroindustrialização do fumo e participando ativamente da dinâmica de produção e de organização do espaço regional.

É preciso também considerar nessa dinâmica constitucional do espaço geográfico o papel das normas, enquanto mediação necessária dessa interação entre técnica e ação. Mediação que também é política quando estabelece uma dada regulação e ordenação que é condição e reflexo do modo desigual como os diferentes agentes sociais utilizam o território através do sistema técnico. Maria Laura Silveira (1997), analisando o papel das regulações durante o período técnico-científico, identifica a presença de três tipos de imperativos: as normas técnicas relacionadas à necessária normatização do modo de operação dos objetos técnicos e de sua solidariedade técnica, dado o crescente grau de objetividade, de especialização funcional dos objetos, mas também a inerente solidariedade estrutural e funcional entre técnicos, presente no seu funcionamento; as normas organizacionais responsáveis pelos modos de uso dos objetos técnicos no processo de trabalho e pelo modo de organização das etapas produtivas e de sua interação; e as normas políticas que regulam as relações de cooperação e de conflito que ocorrem entre o Estado e o mercado, como também entre os demais agentes sociais e as instituições que atuam num dado espaço geográfico.

Ao pensarmos o papel das normas na regulação dos usos de um dado território, devemos também ter presente que se geneticamente as normas podem ser percebidas como ações, elas também podem ser vistas como uma espécie de fôrmas e de regras para as distintas ações que se desenvolvem nesse território. A transformação das ações em normas pressupõe a existência de um dado condicionamento social que produza a repetição ou a rotinização das ações e dos

eventos no tempo. (ANTAS JR., 2003). Durkheim (1995) mostra como esse condicionamento se efetiva na realidade social quando identifica dois tipos básicos de normas que regulam a estabilidade e a reprodução da sociedade. Uma primeira decorre da tradição e dos costumes comuns que, quando duradouros e funcionais, possibilitam a instituição de uma regulação informal ou moral das relações sociais e econômicas. Uma segunda resulta da instituição de relações contratuais entre os distintos membros da sociedade prevendo nessas relações os direitos e os deveres de cada um, o que possibilita a produção social de normas formais ou jurídicas que através da relação do direito contratual definem as condições de funcionamento da solidariedade social e econômica, bem como asseguram um dado modo de controle e de regulação das relações sociais e econômicas.

Todavia, não devemos imaginar que a existência e a adoção de normas regulando as relações sociais e econômicas entre os agentes sociais e os decorrentes usos do território não implicam que tenhamos a eliminação dos conflitos sociais e políticos. Entendemos, como Bobbio, Matteucci e Pasquino (1991), que os conflitos são inerentes ao próprio funcionamento da sociedade e resultam de uma forma de interação entre os indivíduos, os grupos, as organizações e as coletividades que implicam embates pelo acesso e pela distribuição de determinados recursos escassos. Os conflitos devem ser apreendidos no processo de formação histórica da sociedade, em que constantemente antagonismos, tensões, desequilíbrios e contrastes se manifestam entre os diversos níveis da realidade social, e em que mais do que a sua direta supressão ou a plena resolução das suas causas – medidas que se mostram relativamente raras e de difícil realização – prevalece a sua regulamentação. Ou seja, a formulação de normas que sejam aceitas pelo conjunto dos participantes, que estabeleçam determinados limites aos conflitos minimizando seus efeitos destrutíveis aos agentes envolvidos, e que garantam tanto o respeito às conquistas alcançadas por alguns agentes como a possibilidade de outros agentes entrarem novamente em conflito. Quando essas normas são comumente aceitas e observadas temos, então, a institucionalização dos conflitos, possibilitando, através da relação política entre os agentes, que o potencial antagonístico existente não se volte para a busca da destruição do outro, mas se constitua no esforço de defender seus interesses, obtendo do outro o maior número possível de concessões.

Essa reflexão é importante para que possamos apreender o sentido e o conteúdo das mudanças técnicas e organizacionais adotadas com o desenvolvimento do CAI do fumo, bem como compreender a importância que esse sistema de produção do fumo teve na constituição do meio técnico e científico no Vale do Rio Pardo. Como veremos mais detalhadamente a seguir, esse novo sistema de produção agroindustrial de fumo que então se difundia na região apresentava a existência não apenas de uma nova materialidade técnica, mas também a de novos modos de organização e de regulação expressos através de distintas normatizações que passaram a ser adotadas.

A artificialidade e a crescente especialização funcional – a chamada intencionalidade técnica ou “hipertelia” como propõe Simondon (1989) – de cada objeto técnico e de cada grupo particular de técnicas que começavam a ser empregadas na atividade agroindustrial fumageira demandaram o desenvolvimento simultâneo de uma racionalidade normativa e de um modo de regulação que assegurassem a eficácia na realização das tarefas para as quais foram concebidos e assim o pleno funcionamento desse sistema técnico. (SANTOS, 1996a, ELLUL, 2004).

Além disso, foram sendo instituídas normatizações organizacionais pelas empresas, buscando regular, disciplinar o movimento do fumo, dos insumos, da mão-de-obra, dos capitais e das informações no território regional. Também foram instituídas normas políticas, fruto da nova dinâmica das relações sociais de produção e das relações de poder que se configuraram no âmbito do CAI do fumo, regulando, por exemplo, os conflitos entre os fumicultores e as agroindústrias, em relação ao valor da produção de fumo e à classificação do fumo; entre trabalhadores industriais temporários e efetivos e as agroindústrias e fábricas de cigarro, quanto à remuneração da força de trabalho; e entre agroindústrias e as distintas instâncias governamentais, referente às condições infra-estruturais e fiscais para sua instalação e seu funcionamento.

Acreditamos que o desenvolvimento do novo sistema técnico de produção do fumo, do novo modo de organização e de regulação da atividade produtiva agrofumageira, e de novas relações sociais e econômicas no âmbito do CAI do fumo participaram conjunta e ativamente da configuração de uma nova dinâmica de organização do espaço no Vale do Rio Pardo. Leila Dias nos ajuda nessa

compreensão, quando afirma que “as empresas não podem conceber uma tecnologia sem articulá-la à organização do trabalho e à organização do espaço” (DIAS, 1995, p.138). Nesse sentido, entendemos que a constituição de um meio técnico-científico na região revela a existência DE uma intensa imbricação entre as distintas ordens de mudança que se processam nesse período. Ou seja, as inovações técnicas, as mudanças organizacionais e as novas regulações implementadas no âmbito do desenvolvimento do CAI do fumo relacionavam-se e articulavam-se, intimamente, com as mudanças espaciais ocorridas no território regional, constituindo um único conjunto.

Além disso, é preciso ter presente que essas mudanças que ocorreram no desenvolvimento da atividade agroindustrial e no processo de organização do espaço regional também não foram indiferentes a três pares de variáveis-força – o Estado e o mercado, as influências internas e as influências externas, e as inovações e o preexistente – que atuam conjunta e desigualmente, informando, como sugere Santos (1985), uma dialética territorial no modo como o território do Vale do Rio Pardo nesse período evolui e se transforma. Esse dialético e complexo processo de organização do espaço e de constituição do meio técnico-científico, como veremos em seguida, pode ser percebido desde as diferentes etapas da agroindustrialização do fumo e nos vários lugares que participavam e integravam o CAI do fumo, e no modo como se articulavam.

Por ora, destacamos que a complexidade desse processo se traduz pela existência de relações de tensionamento, de complementaridade e de interdependência entre aquelas variáveis-força que interagem no território regional desde distintas escalas espaciais, e pelos diferentes modos como elas participaram dos processos de mudança que a região experimentava, simultânea e articuladamente, no âmbito do CAI do fumo e em sua organização espacial. Sucinta e preliminarmente, essa percepção pode ser assim exemplificada: o mercado fumageiro internacional passou a demandar um aumento na produção regional de fumo estimulando assim a promoção de inovações no antigo sistema de produção de fumo da região. Inovações que passaram a ser também financiadas e regulamentadas a partir de normas instituídas pelo Estado, criaram as condições para um aumento efetivo da produção. Essa, por sua vez, foi alcançada por meio da combinação do emprego de inovações técnicas e organizacionais com o

preexistente trabalho familiar dos pequenos proprietários fumicultores nas áreas coloniais da região, trabalho esse que já estava regulado pelo anterior sistema integrado de produção. Esse aumento na produtividade das lavouras e da produção, ao mesmo tempo em que ampliou a subordinação dos colonos ao mercado, impôs a necessidade de inovações na comercialização e no beneficiamento industrial do fumo, o que também contou com a presença do Estado por meio de incentivos fiscais e de novas regulações, incentivando a instalação de novas plantas, ampliando e renovando os sistemas de engenharia. As multinacionais se instalaram nas cidades da região invertendo novos capitais, mas também aproveitando e renovando a estrutura industrial já existente, mantendo as relações sociais de produção, ampliando a demanda pela mão-de-obra efetiva e temporária e estimulando atividades industriais, comerciais e de serviços complementares ao novo estágio de desenvolvimento da agroindustrialização do fumo. Ampliaram-se e complexificaram-se assim as relações entre as áreas rurais produtoras de fumo e as principais cidades – onde se concentravam as usinas de beneficiamento, fábricas de cigarro e demais atividades vinculadas ao CAI. Nesse contexto, novos objetos, novas ações, novas normas possibilitaram a expansão do setor fumageiro e participaram ativamente desse momento de produção e de organização do território regional.

Várias e importantes foram as inovações técnicas e organizacionais que passaram a ser implementadas na atividade fumageira regional, sob a hegemonia do capital monopolista internacional. Dentre elas destacamos, especialmente, aquelas que, a nosso ver, desempenharam importante papel no desenvolvimento do CAI do fumo e nos processos de organização e de uso do território regional. Assim, focamos nossa análise nas principais etapas produtivas do CAI do fumo: a produção agrícola do fumo, a sua comercialização, o seu beneficiamento e sua transformação industrial. Algumas dessas inovações já haviam sido introduzidas, pioneiramente, a partir de 1917 no território regional, quando da instalação da BAT. Todavia, as mesmas alcançaram uma crescente complexificação e uma progressiva e desigual difusão espacial, notadamente a partir do momento em que se intensificou a internacionalização do setor, quando então avançou, mais intensamente, o desenvolvimento do CAI do fumo.

7.1.1 - As inovações técnicas e organizacionais na produção do fumo

Começamos então pela produção agrícola do fumo propriamente dita. Nessa etapa produtiva do CAI do fumo, o período que analisamos representou o momento de importantes mudanças técnicas – através de inovações biotecnológicas, físico-químicas e mecânicas –, e de inovações organizacionais, representadas por um conjunto de normas e ações que, além de viabilizar a promoção daquelas mudanças, igualmente asseguravam e regulavam o funcionamento do conjunto das atividades que constituem a agroindustrialização do fumo. Esse conjunto de inovações implementadas nas pequenas propriedades rurais dos fumicultores possibilitou a introdução de mudanças nos modos de uso do território na medida em que promoveu o emprego de um novo sistema de produção e de novas normas que passaram a regular tanto o emprego dessas inovações como as relações sociais de produção entre os fumicultores da região e as agroindústrias multinacionais.

Uma das primeiras inovações técnicas promovidas pelas agroindústrias fumageiras multinacionais foi a introdução de novas variedades de sementes de fumo, especialmente as variedades *Virginia* e *Burley*, próprias para a fabricação de cigarro e com boa aceitação no mercado internacional.¹¹⁵ A difusão dessas novas variedades de sementes pelas agroindústrias multinacionais, entre seus fumicultores integrados, e nos diferentes ambientes naturais da região, buscava tanto ampliar os níveis de produtividade como os de qualidade da reprodução e do crescimento das plantas.

Se essa inovação biológica foi fundamental para tanto, também, sem dúvida, o foi uma característica própria e interna à região: sua diversidade ambiental. Essa diversidade em termos de relevo, de clima e de solo passou a ser muito valorizada pelas agroindústrias, na medida em que lhes permitia obter em cada ambiente uma dada produção de fumo com características biológicas, físicas e químicas particulares quanto à cor, ao aroma, ao sabor, ao teor de nicotina, ao tamanho, à

¹¹⁵ É importante registrar que a importância econômica das diferentes variedades de tabaco da espécie *Nicotiana* é muito desigual, devido à combinação de inúmeros fatores como as numerosas variedades botânicas selecionadas pelo homem, as diferentes condições do ambiente de plantio, bem como os diferentes métodos de plantio, tratamento e cura. As variedades *Virginia* e *Burley* são originárias dos Estados Unidos. A primeira é curada em estufa com ar quente, é do tipo leve, pobre em matéria orgânica e apresenta um amarelamento mais uniforme. A segunda é curada ao ar e protegida do sol, resultante de mutação, deficiente em clorofila ela é um tabaco leve, e cuja coloração varia do amarelo ao marrom e possui alta capacidade de absorção de substâncias aromáticas. Ambas são utilizadas de modo combinado na produção de cigarros. (HITIER e SABOURIN, 1965).

textura, à densidade e à combustabilidade das folhas.¹¹⁶ Isso foi fundamental, pois permitiu que as empresas passassem a oferecer aos compradores internacionais a possibilidade de obtenção de diferentes *blends*.¹¹⁷

Essa importante inovação técnica foi obtida através do melhoramento genético das sementes de tabaco, desenvolvido pelas agroindústrias multinacionais em seus centros de pesquisa e desenvolvimento espalhados pelo mundo¹¹⁸. Entre essas técnicas predominavam a hibridação entre variedades distintas de sementes e as mutações gênicas e cromossômicas, que objetivavam especialmente um avanço em termos de produtividade e de resistência às doenças e pragas, comuns na fumicultura.

O desenvolvimento dessas novas variedades de fumo e a busca de um melhor desempenho revelaram também a existência de uma solidariedade técnica, na medida em que o emprego daqueles objetos implicava a necessidade de se introduzir e/ou implementar nas lavouras o uso de um segundo grupo de objetos técnicos caracterizado por um conjunto de insumos químicos como fertilizantes e agrotóxicos - o que bem caracterizava o então processo de modernização da agricultura brasileira.

A tabela 08, tendo como referência a produção de fumo no Rio Grande do Sul, em 1985, mostra a importância do uso dessas inovações técnicas na cultura do fumo.

¹¹⁶ Esses diferentes ambientes proporcionam ideais condições para produzir fumos cujas características particulares são muito valorizadas pelas empresas na medida em que podem ser aproveitadas em diferentes partes do cigarro: para servir como capa de cigarros, fumo para enchimento, fumo para dar ou compor o aroma predominante, ou mesmo fumos para cheirar ou mascar.

¹¹⁷ O “*blend*” é um dado padrão de mistura de tipos de fumos que, de acordo com a demanda dos compradores internacionais, combina variáveis como a cor, o sabor, o aroma, a combustabilidade, etc. das folhas de fumo, de modo a garantir a fabricação de dadas marcas de cigarro, com características próprias e adequadas às preferências dos seus consumidores.

¹¹⁸ Um dos primeiros centros desse tipo a ser criado no país foi o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Souza Cruz, inaugurado em 1974, no Rio de Janeiro. Seu objetivo era o de atualizar os especialistas da empresa em relação aos avanços da agrotecnologia, da tecnologia de produto e de processo e do desenvolvimento de produto”. (MORAIS, 2003).

TABELA 08 - Rio Grande do Sul: tecnologia aplicada ao cultivo do fumo em folha - 1985

Tecnologia Aplicada	Estabelecimentos		Quantidade (t)		Área Colhida (Ha)	
	Número	%	Número	%	Número	%
Irrigação, Agrotóxicos e Adubação	228	0,49	881	0,55	688	0,66
Irrigação e Adubação	27	0,06	101	0,06	69	0,07
Agrotóxicos e Adubação	41.788	90,95	146.363	90,94	96.326	92,38
Agrotóxicos	622	1,35	1.824	1,13	1.066	1,02
Adubação	3.220	7,01	11.585	7,20	5.992	5,75
Total	45.948	100,00	160.937	100,00	104.273	100,00

Fonte: Dados brutos do Censo Agropecuário do IBGE – 1985. Organização: Rogério Silveira

Observa-se que dentre os estabelecimentos rurais que cultivaram fumo nesse ano, no Rio Grande do Sul, a grande maioria, 90,95%, o fez utilizando agrotóxicos e adubação nas lavouras. Esses estabelecimentos, usando essas inovações técnicas em 92,38% da área total ocupada por essa cultura no Estado, foram responsáveis por 90,94% da produção estadual de fumo, naquele ano.

De modo geral, o tabaco se adapta bem em distintos solos, todavia prefere e se desenvolve melhor em solos não-compactados, leves e arenosos, onde a água possa circular bem e que sejam bem servidos de húmus e calcário. Nesses, a planta se reproduz bem obtendo folhas desenvolvidas, pouco espessas e de boa coloração, sem nervuras acusadas e pouco ricas em nicotina. Nesse aspecto, pode-se dizer que o cultivo do tabaco é bastante flexível quanto às exigências de uso de fertilizantes. Na região, os tipos de solo existentes demandam o emprego de macronutrientes do solo – Nitrogênio, Potássio e Fósforo – e de micro nutrientes, como Zinco e Manganês, na cultura do tabaco. Além disso, o uso progressivo desses fertilizantes tem sido recomendado pelos instrutores técnicos das empresas

aos agricultores, principalmente tendo em vista o tipo de fumo que se quer produzir e as características químicas das folhas que se quer obter, levando em conta o produto final a ser gerado.¹¹⁹ (HITIER e SABOURIN, 1965).

O tabaco é uma planta que pode estar sujeita às diversas doenças fisiológicas promovidas por nematóides, brocas, larvas, lagartas, lesmas e insetos, ou às afecções parasitárias provocadas por bactérias, fungos ou vírus, tanto durante a sua permanência na lavoura como depois de colhido. Essa característica revela a promoção de uma nova solidariedade técnica na medida em que o bom desenvolvimento das plantas de tabaco demandava o uso de inúmeros produtos agrotóxicos, entre inseticidas, fungicidas e herbicidas, muitos dos quais organofosforados e organoclorados com elevado grau de toxicidade tanto para a saúde dos fumicultores como para o ambiente natural e agrícola.¹²⁰

Em vários dos chamados tratos culturais que os agricultores, sob a orientação técnica das empresas, passaram a desenvolver a fim de alcançarem bons resultados na quantidade e na qualidade da produção do fumo, houve a necessidade de aplicação de agrotóxicos. Assim, no preparo e na limpeza dos canteiros das mudas de fumo passou a se utilizar o fumegante Brometo de Metila; após o transplante e durante o desenvolvimento da lavoura, adotou-se a realização de periódicas aplicações de Furadan para inibir o surgimento e a proliferação de moléstias; e também antes da floração das plantas começou-se a aplicar produtos anti-brotantes, buscando uma melhor distribuição e densidade das folhas.¹²¹ (SILVA, 1999; VOGT, 1997; ALMEIDA e SOARES, 1992).

¹¹⁹ De acordo com Hitier e Sabourin (1965, p.34), a definição do tipo e da quantidade de fertilizantes a serem utilizados na lavoura de fumo é tomada de acordo com o necessário para a elaboração adequada, esperada, das folhas. "O uso do Nitrogênio, por exemplo, favorece principalmente a multiplicação celular, e com isso leva ao crescimento da superfície das folhas e possibilita uma menor espessura das mesmas. O ácido fosfórico é necessário na fase inicial do cultivo para garantir seu crescimento. O potássio, além da combustibilidade, assegura a nutrição adequada da planta, como também melhora a coloração, e torna o tecido das folhas mais flexível e mais liso". (Tradução livre nossa).

¹²⁰ Nesse período tornou-se corrente a utilização de agrotóxicos organofosforados e organoclorados, ambos com alta toxicidade como o Aldrim, o Lindane, o Zeidane (à base de DDT), o Furadan, o Brometo de Metila. Recentemente, esses produtos têm sido gradualmente substituídos por similares com menor grau de toxicidade.

¹²¹ O Brometo de Metila é um gás altamente tóxico que precisa ser aplicado sobre o canteiro, devendo este estar totalmente vedado com lona plástica. Letal em caso de inalação, sua ação é intensa esterilizando o solo até 15 cm de profundidade, onde elimina todos os microrganismos, fungos, sementes de inço, minhocas, larvas, etc. Já o Furadan é um inseticida carbamato com características sistêmicas altamente tóxicas e com intensa ação residual no ambiente. (VOGT, 1997).

Se por um lado a introdução e difusão do uso desses produtos agroquímicos na lavoura fumageira possibilitou melhores condições para ampliar a produtividade e para produzir plantas mais homogêneas e padronizadas em termos de sua constituição foliar e de sua composição química, por outro lado, também representou crescentes riscos à saúde dos agricultores e ao meio ambiente em que as lavouras estão localizadas, dado a alta toxicidade dos produtos e a elevada quantidade utilizada por hectare. (HERMES, 2000). Riscos esses gerados pela grande dificuldade dos agricultores em dominar o discurso técnico, normativo e especializado que informava o conteúdo desses novos objetos técnicos e regulava o seu uso - o que representava uma forte dependência dos mesmos em relação aos instrutores técnicos das empresas.

Além disso, o emprego e a difusão na região do uso das sementes de fumo da variedade *Virginia*, do tipo *flue cured* (tabaco curado em estufas de ar quente), representaram a necessidade de também se promover inovações mecânicas na cura do fumo, através da difusão e do aperfeiçoamento de um novo objeto técnico, a estufa de fumo. Até então, o sistema tradicional e predominante de cura do fumo empregado na região era aquele da fermentação natural. A introdução das estufas com canalização para a circulação do vapor de água para promover a fermentação artificial do fumo permitiu uma redução no emprego da mão-de-obra utilizada nas necessárias e subseqüentes manipulações dos fardos de fumo para experimentarem a fermentação natural. Embora houvesse mais custos com a construção da estufa, seu uso tornou mais rápida a fermentação, além de permitir, através do controle da temperatura, e do modo como são colocadas as folhas no seu interior, um resultado mais qualitativo, na medida em que possibilitava aplicar a cada tipo de tabaco as condições de tratamento mais adequadas e como isso se obter uma maior uniformidade na cura do fumo, como verificado na cor das folhas e na redução dos níveis de umidade.

As estufas inicialmente construídas em madeira logo passaram a ser erguidas em alvenaria, otimizando seu desempenho. Tendo como fonte de energia o consumo de lenha, as estufas de alvenaria permitiram ampliar a capacidade e a qualidade da cura do fumo na região¹²². Em 1985, segundo dados da AFUBRA

¹²² Cada estufa de tamanho padrão de 4,0m de largura por 7,0m de comprimento e por 4,0m de altura apresentava uma capacidade de cura equivalente ao montante de fumo cultivado numa área de 1,6 a

(2005), existiam cerca de 51.130 estufas de fumo em funcionamento no Rio Grande do Sul, responsáveis por um consumo total de lenha equivalente a 2.350.000 m³. Se nas primeiras décadas o consumo de lenha representou um impacto importante na cobertura vegetal original das propriedades da região, nos anos recentes o reflorestamento tem sido estimulado pelas agroindústrias como modo de diminuir o custo de produção do fumo, bem como meio de diversificar a receita dos produtores, e de reverter o desmatamento de espécies nativas da flora regional.¹²³ (VOGT, 1997; FARIAS, 1993).

Além da estufa de cura do fumo que funcionava através da queima de energia proveniente da biomassa, também, nesse período, uma outra inovação mecânica passou a ser empregada no preparo das folhas para o processo de cura. Trata-se da tecedeira, um equipamento que permitia mecanicamente prender com barbante as folhas de fumo em varas de madeira que depois eram dispostas no interior da estufa para serem curadas. Essa inovação representou razoável economia de mão-de-obra familiar, na medida em que até então essa atividade era realizada inteiramente de modo manual.

De todo modo, é preciso considerar o baixo grau de mecanização do processo de trabalho nas propriedades rurais fumicultoras, diferentemente de outros CAIs, como o do arroz e o da soja, que passaram também a se constituírem na parte Sul da região. A tabela 09 mostra que mesmo tendo havido um relativo aumento no emprego de arados mecânicos, entre 1975 e 1985, permaneceu ainda alto o uso do arado com tração animal na região, aproximadamente 91% do total dos arados.

2,0 hectares, ou seja, o correspondente entre 127 a 160 arrobas de fumo. Essa quantidade demandava em torno de 5 a 8 estufadas por safra, cada uma delas com duração de aproximadamente 05 a 07 dias de funcionamento ininterrupto. Isso impunha um consumo semanal de cerca de 6 m³ de lenha, quase sempre utilizando vegetação nativa e/ou o eucalipto como combustível. (LIEDKE, 1977 e VOGT, 1997).

¹²³ Segundo Farias (1993), considerando o crescimento da área com cobertura florestal nas propriedades fumicultoras dos três estados do Sul do Brasil, entre 1982 e 1991, é possível verificar que houve um crescimento da área com floresta nativa de 20,8% a 24,3% da área com cobertura vegetal, enquanto em relação à floresta plantada o crescimento foi de 50%, na medida em que a área coberta por esse tipo de floresta em relação à área total com cobertura vegetal, passou de 5,1% em 1982 para 7,6% em 1991.

TABELA 09 - Tratores e arados com tração mecânica e animal - 1975 e 1985

Local	1975				1985			
	Total	Tipo de Tração (%)		Tratores nº	Total	Tipo de Tração (%)		Tratores nº
		Mecânica	Animal			Mecânica	Animal	
Rio Grande do Sul	663.693	12,29	87,71	77.254	670.935	21,09	78,91	138.540
Vale do Rio Pardo	60.120	5,53	94,47	2.956	63.306	8,93	91,07	6.371
Candelária	6.018	8,69	91,31	468	5.830	14,75	85,25	823
Rio Pardo	8.358	14,58	85,42	959	5.693	27,16	72,84	1.619
Santa Cruz do Sul	13.422	1,97	98,03	236	14.421	4,26	95,74	786
Sobradinho	3.936	1,45	98,55	52	5.538	3,25	96,75	194

Fonte: Dados brutos dos Censos Agropecuários de 1975 e 1985. Organização: Rogério Silveira

Enquanto no conjunto do Rio Grande do Sul, nesse mesmo período, o percentual de uso desse equipamento foi de 78,91%, nas áreas fumicultoras, como em Santa Cruz do Sul e Sobradinho, o percentual de uso do arado com tração animal foi ainda maior, alcançando em 1985, respectivamente, 95,74% e 96,75%. Concordamos com Montali (1979) e Vogt (1997) de que o relevo acidentado onde se encontrava a maior parte das áreas produtoras de fumo, bem como a pequena dimensão (até 20 ha) da expressiva maioria das propriedades rurais produtoras de fumo da região, tornaram economicamente inviável uma maior utilização de maquinário agrícola de tração mecânica nas atividades produtivas.¹²⁴ Além disso, com exceção da fase inicial de preparação da terra e a do transporte do fumo para o paiol e para a estufa, em praticamente todas as demais etapas havia o predomínio do trabalho intensivo e manual, não havendo possibilidade, pelo modo de produção

¹²⁴ Por exemplo, quanto ao emprego de tratores na região, entre 1975 e 1985, embora tenha havido um aumento absoluto no número de veículos, em termos percentuais, segundo os dados dos Censos Agropecuários, ocorreu uma redução na relação estabelecimento/número de trator de 1,40 em 1975 para 1,30 em 1985. Além disso, é possível perceber que, nesse período, a ocorrência maior de tratores na região se dava em municípios produtores de arroz, como eram então os casos de Rio Pardo e de Candelária. De acordo com os Censos Agropecuários de 1975 e 1985, o número de estabelecimentos rurais na região do Vale do Rio Pardo em 1975 era de 2.116, e em 1985 era 4.913.

adotado, de uso da mecanização nas demais atividades do ciclo de produção agrícola do fumo. (MONTALI, 1979). Isso mostra o importante condicionamento que a combinação dessas variáveis internas – relevo e tamanho da propriedade – representava para a difusão da mecanização nas áreas fumicultoras localizadas, sobretudo, na zona colonial do território regional.

O novo sistema técnico de produção do fumo também requereu novos modos de organização, de funcionamento e de regulação das atividades. Nesse contexto, um conjunto de normas passou a ser adotado de modo a garantir o fornecimento de sua principal matéria-prima no tempo, na quantidade e na qualidade desejada pelas agroindústrias fumageiras. Normas essas, originadas desde distintas escalas espaciais, e definidas e instituídas enquanto resultado da dinâmica das relações econômicas, sociais e políticas engendradas entre os agentes que participam do ramo fumageiro, e mesmo entre eles e o Estado. Normas essas que acabaram incidindo direta e indiretamente na dinâmica de usos do território regional.

Nesse sentido, merece destaque a difusão e a implementação do chamado sistema integrado de produção do fumo, como uma das normas estruturadoras do desenvolvimento do CAI do fumo na região do Vale do Rio Pardo, como também no Sul do Brasil. Desde a introdução pela BAT em 1920 de seu pioneiro programa de assistência e orientação técnica aos fumicultores da região, o setor fumageiro foi aperfeiçoando as relações de integração da atividade agrícola de produção do fumo com o seu beneficiamento industrial. Mas, foi sem dúvida com a instalação de inúmeras empresas multinacionais que esse sistema de produção passou a ser implantado, progressivamente, no conjunto das áreas produtoras de fumo da região, alcançando em seguida a totalidade das propriedades fumicultoras do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná.

Essa norma desenvolvida pelas empresas fumageiras passou a ser efetivada, inicialmente, de maneira informal através do compromisso moral de mútua confiança, o chamado “acordo de cavalheiros”, celebrado entre o fumicultor e a agroindústria fumageira. Com o passar do tempo e o aumento do número de produtores integrados às agroindústrias, começou-se em meados da década de 1980 a celebrar e a formalizar esse acordo através de um “contrato de compra e venda do fumo em folha”. (VOGT, 1997 e ETGES, 1991). De todo modo, e considerando as especificidades do “acordo” e “do contrato”, podemos dizer que

através deles ficava estabelecido que ao agricultor cabia produzir a quantidade de fumo contratada pela empresa, utilizando para tanto somente os insumos por ela recomendados, e comercializar a totalidade da produção contratada exclusivamente com a respectiva empresa. Já para a empresa, o contrato previa: fornecer a assistência técnica gratuita ao fumicultor integrado, repassar exclusivamente insumos aprovados para uso na lavoura de fumo, intermediar e avaliar junto aos bancos o financiamento do custeio da safra e dos investimentos necessários, responsabilizar-se pelo transporte do fumo da propriedade do agricultor até a usina de beneficiamento, e comprar integralmente a produção contratada, respeitando os preços negociados anteriormente com a representação dos agricultores. (DESER, 2005).

O sistema integrado de produção passou então a assumir uma função estrutural no funcionamento do CAI do fumo, na medida em que através dele as empresas garantiam a efetiva subordinação do trabalho dos agricultores familiares ao capital agroindustrial. Se no período anterior essa subordinação existia, ainda que em menor grau¹²⁵, em relação ao capital comercial, a partir desse momento foram os interesses e demandas das agroindústrias fumageiras e a lógica de reprodução do capital monopolista internacional das agrofumageiras que determinavam tal subordinação. Essa norma permitiu às agroindústrias operacionalizar esses novos vínculos de subordinação na medida em que, através dela, as empresas fumageiras, que também controlam oligopsonicamente o mercado de fumo e centralizam as decisões quanto à dinâmica da produção, podiam melhor controlar e assegurar a normalidade da quantidade de fumo produzida, a regularidade nos prazos de entrega do produto, a uniformidade e a qualidade do tipo de fumo desejado, o emprego e o aperfeiçoamento progressivo das inovações técnicas produtivas, a melhoria dos níveis de produtividade, a diminuição dos custos e a maximização dos lucros. (GUIMARÃES, 1989).

Por sua vez, para os fumicultores, mesmo diante da perda de autonomia em relação ao processo de produção do fumo, a sua permanência na fumicultura se dava pela imperiosa necessidade de garantir a reprodução social das famílias,

¹²⁵ De acordo com Vogt (1997, p.181), no período em que esteve subordinado unicamente ao capital mercantil, o fumicultor ainda possuía uma relativa autonomia na medida em que “afora os conselhos do vendista, plantava a quantidade que queria, usava o adubo orgânico da sua propriedade, escolhia quais os métodos de combater as pragas do fuma, enfim, trabalhava sem a vigilância de alguém e no ritmo que lhe aprovesse”.

através da venda do fumo, e também pela percepção de que o sistema integrado lhes alcançava algumas importantes “vantagens” como a garantia de compra da safra pelas empresas, a assistência técnica alcançada pelas empresas, o preço do fumo tabelado, o pagamento do frete do fumo desde a propriedade do colono até a usina, e o financiamento do custeio da produção assegurado pelas empresas. (VOGT, 1997).

A implementação do sistema integrado não se fez totalmente sem conflitos na região. Vogt (1997) assinala que de modo geral no conjunto da região a passagem da subordinação dos colonos fumicultores do capital mercantil ao capital industrial ocorreu sem maiores problemas. Contudo em alguns e dispersos lugares os agricultores demonstraram uma maior resistência em passar a empregar os novos métodos de produção que não dominavam e que tinham um custo maior que os anteriores, e também não aceitavam bem a idéia de terem de vender sua produção apenas para uma empresa. De acordo com Vogt (1997) esta última razão se deve também a influência ainda exercida pelos comerciantes das zonas rurais e dos pequenos povoados junto aos fumicultores que viam nesse novo modo de organização da produção riscos aos seus tradicionais negócios de intermediação mercantil, e passaram então a desacreditá-lo junto aos fumicultores.

No entanto, essas esparsas e localizadas resistências e oposições não conseguiram adquirir um grau maior de organicidade e de força política entre os fumicultores e entre os comerciantes, e nem mesmo junto à sociedade regional. Ao mesmo tempo, as empresas fumageiras, estrategicamente, lançaram mão de alguns expedientes com o intuito de superar essa desconfiança e contrariedade. Por exemplo, contrataram agricultores com liderança entre os fumicultores para desempenhar a função de instrutores técnicos junto aos fumicultores, escolheram inicialmente aqueles colonos bem sucedidos no plantio de fumo como seus primeiros integrados, remuneraram melhor os primeiros produtores integrados de modo a atrair novos fumicultores. Quanto aos comerciantes, as empresas passaram a negociar com eles a compra de fumo tipo *galpão* – também necessário para a composição dos cigarros – e também, como veremos adiante, contratando-os como posteiros, ou seja, como representantes comissionados das empresas que tinham como tarefa básica comprar o fumo dos agricultores não integrados e vendê-lo às agroindústrias. (MONTALI, 1979 e VOGT, 1997). Buscava-se assim criar as

condições para diminuir a resistência dos fumicultores e comerciantes a essas mudanças e para legitimar junto àqueles agentes e, principalmente, à sociedade regional o sistema integrado de produção.

Três outras normas, articuladas e funcionais ao sistema integrado de produção, sob a lógica de funcionamento do CAI do fumo, foram fundamentais para o desenvolvimento da produção do fumo na região, a saber: o financiamento dos gastos com a produção de fumo, o seguro agrícola da plantação e a instituição de um novo calendário agrícola.

A primeira norma foi criada pelo Estado, externamente à região, e se refere a uma regulação do governo federal em relação à política nacional de financiamento do custeio e dos investimentos necessários ao desenvolvimento de culturas agrícolas, entre elas a do fumo. Ou seja, essa norma possibilitou uma nova organização e regulação do financiamento dos gastos dos produtores rurais com o emprego de insumos como sementes, adubos e agrotóxicos, e das despesas com a construção de estufas e do paiol, com a compra de tecedeiras, de arados mecânicos e tratores. Até o final dos anos sessenta, essas despesas que os agricultores precisavam contrair para iniciarem o plantio do fumo eram financiadas pelas próprias empresas, o que impunha a necessidade de as mesmas mobilizarem capital próprio ou tomar os recursos junto ao mercado financeiro e, nesse caso, se sujeitarem às taxas de juros impostas pelos bancos e às possíveis situações de risco diante da eventualidade de uma quebra de safra, ou mesmo do não-pagamento pelos fumicultores dos empréstimos. A principal estratégia adotada pelo Estado para viabilizar a modernização da agricultura nacional, ampliar a produção de alimentos e de matérias-primas e também possibilitar o aumento do mercado interno para os insumos industriais foi a de desenvolver uma macropolítica de fomento ao crédito rural, criando em 1965, através da Lei Federal nº 4.829, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).¹²⁶

A institucionalização e operacionalização do SNCR caracterizaram-se pela progressiva e intensa ampliação dos recursos disponíveis para a promoção do

¹²⁶ A implementação dessa política de financiamento rural contou com a articulação, no âmbito do SNCR e sob a coordenação do Banco Central, de inúmeras instituições federais como o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o Banco do Brasil, e com o auxílio dos Bancos estaduais, das Caixas Econômicas, das Sociedades de Crédito e dos Bancos privados. (GUIMARÃES, 1974).

financiamento rural. Esse montante de recursos passou a ser correntemente mobilizado tanto através de empréstimos no exterior, como por meio do orçamento geral da União e, principalmente, de um percentual do saldo dos depósitos à vista dos bancos privados e das sociedades de crédito, financiamento e investimento que deveriam aplicá-lo diretamente no financiamento rural ou, então, repassá-lo, compulsoriamente, ao Banco Central do Brasil.¹²⁷

Durante boa parte do período de funcionamento do SNCR preponderou a política de financiamento agrícola subsidiado, ou seja, a taxa de juros corrente sobre a tomada desses recursos ficava abaixo dos juros praticados no mercado financeiro. A partir de meados dos anos 1970, por conta da retomada do aumento da inflação, o custo do financiamento vai gradativamente aumentando e os recursos para o crédito rural passam a perder gradualmente os subsídios antes existentes.¹²⁸ De todo modo, ainda assim se apresentavam atrativos para as empresas multinacionais fumageiras que, desde o início da operacionalização dessa política de financiamento rural, em 1967, passaram a utilizar esses recursos no custeio da safra e nos investimentos necessários à produção do fumo.

Essa norma definida pelo Estado permitiu que as empresas deixassem de lado a situação de risco que antes experimentavam quando tinham de prover os recursos para o desenvolvimento da lavoura fumageira, bem como lhes permitiu utilizar recursos públicos e/ou recursos subsidiados para garantir a produção de sua principal matéria-prima, o fumo. Inicialmente, as empresas celebraram convênios principalmente com o Banco do Brasil e, no decorrer do período, diante do aumento

¹²⁷ De acordo com Fürstenau (1988, p.43), "... com a Resolução nº. 69, de 22.09.1967, que estabeleceu a compulsoriedade da aplicação de 10% dos saldos dos bancos comerciais no financiamento agrícola, houve um incremento substancial nos saldos de crédito rural obtido através das entidades bancárias privadas. (...) A partir de 1969, verifica-se que o processo de expansão do volume de créditos era de responsabilidade crescente do Banco do Brasil. (...) A diminuição dos recursos provenientes do setor privado levou as autoridades monetárias a elevarem de 10 para 15% a participação compulsória do setor privado em 1973. Diante da queda persistente dessa participação, em dezembro de 1980, o percentual de exigibilidade foi novamente alterado para 20%. E, em julho de 1981, foi estabelecido o aumento gradual desse percentual compulsório até atingir 25%. O que se observa é que, na evolução do sistema de crédito rural, essa fonte não assumiu a importância esperada e/ou desejada, e foi o Banco do Brasil que manteve elevada e crescente participação no total do crédito concedido à atividade rural."

¹²⁸ A partir de 1977, "a taxa de juros para empréstimos de custeio, que havia se mantido, de 1968 a 1976, em 10% a. a. para o pequeno produtor, foi elevada para 13%. Em 1979, no contexto da espiral inflacionária, as taxas de juros de crédito rural passaram a ser calculadas com base na variação das ORTNs. Assim, as taxas aplicadas aos financiamentos de custeio passaram a ser de 24% a. a. para os mini e pequenos produtores. (...) No final de 1980, foram aumentadas as taxas de juros dos empréstimos de custeio que passaram a se situar no patamar de 45% a. a. para os mini e pequenos produtores." (FÜRSTENAU, 1988, p.44-45).

da produção, também recorreram a outros agentes financeiros. Esses convênios objetivavam garantir a utilização desses recursos do crédito rural na fumicultura, tendo em vista que os mesmos, segundo a legislação, somente poderiam ser utilizados pelos agricultores. Assim, ficava estabelecido que a empresa passava a intermediar toda a operação financeira, através dos seus instrutores técnicos, obtendo junto aos produtores toda a documentação necessária e inclusive uma procuração para que ela os representasse junto aos bancos e solicitasse, em seus nomes, o financiamento.¹²⁹ Além disso, as empresas passavam também a avaliar essa operação financeira. Para os bancos cabia apenas alcançar os recursos às empresas para que essas pudessem comprar os insumos e repassá-los aos agricultores. Assim, para os agentes financeiros esse novo negócio assumia uma condição extremamente vantajosa e segura, na medida em que as empresas além de fazerem todo o trabalho burocrático junto aos agricultores integrados ainda garantiam o pagamento dos financiamentos, na eventualidade de os mesmos não virem a honrar seus compromissos financeiros.

Os dados do Departamento de Crédito Rural, do Banco Central do Brasil, permitem identificar um intenso crescimento no uso do crédito rural na fumicultura nesse período. Em 1974, o valor do crédito rural destinado ao custeio da safra de fumo no Rio Grande do Sul foi de Cz\$.15.040,00 e representava 12,05% do total do crédito rural destinado ao custeio da safra de fumo para o país. Já em 1984, com a consolidação do sistema de financiamento agrícola do país e com a expansão da fumicultura, o montante do crédito rural destinado ao custeio da safra de fumo no Rio Grande do Sul alcançou a expressiva quantia de Cz\$. 75.556.584,00, representando 42,88% do total do crédito rural destinado para essa cultura. (FÜRSTENAU, 1988). Ao longo dos anos, em Santa Cruz do Sul e demais municípios do Vale do Rio Pardo, o fumo tem sido o produto que absorve a maior

¹²⁹ O encaminhamento do financiamento ao banco leva em conta a previsão que a empresa e o produtor acordaram em relação à quantidade de pés de fumo a ser plantada na safra. Assim, são calculados os custos e o produtor opta por financiar tanto o custeio como os investimentos, ou apenas o custeio, ou apenas o investimento. Como a empresa leva e conta o conjunto dos pedidos dos seus fumicultores integrados, chega-se então a uma soma considerável de recursos, e muitas vezes os pedidos de financiamento têm de ser realizados em mais de um banco de acordo com a disponibilidade de recursos desses agentes financeiros.

parte, cerca de 80%, dos recursos destinados ao financiamento agrícola pelos agentes financeiros.¹³⁰

Uma segunda norma importante para o desenvolvimento da produção do fumo foi o seguro agrícola das lavouras de fumo, instituído pela AFUBRA em 1956. Essa norma, originada internamente na região, buscava suprir a ausência de uma política estatal de seguro agrícola para o fumo, bem como dar conta de uma recorrente reivindicação dos fumicultores locais. Tradicionalmente, entre os meses de setembro e fevereiro, em algumas áreas no Sul do Brasil, por conta das particularidades da dinâmica climática, ocorrem, com alguma frequência, temporais de verão e precipitações de granizo que provocam inúmeras perdas às lavouras, especialmente ao fumo, já que é justamente nesse intervalo de tempo que os pés de tabaco crescem, se desenvolvem e suas folhas amadurecem. Assim, a cada ano muitas eram as lavouras atingidas por esse evento natural, levando à perda parcial ou total da produção. Não havia, até essa data, nenhuma ação das empresas, ou mesmo alguma política do governo no sentido de resolver esse recorrente problema. Diante disso, a AFUBRA resolveu criar seu próprio sistema de mutualidade para assegurar as lavouras dos agricultores e ela filiados dos efeitos daqueles eventos naturais. Posteriormente, o seguro passou também a incluir, de modo opcional, a cobertura de despesas provenientes da destruição ou do incêndio das estufas durante o período da cura do fumo. A contratação desse seguro mútuo foi progressivamente sendo difundida na região e nas demais áreas produtoras do Sul do Brasil, ampliando significativamente o número de propriedades seguradas. Em 1956, foram 103 as lavouras de fumo inscritas no seguro agrícola da AFUBRA; em 1960, esse número passou a 5.332 lavouras; em 1975, alcançou 62.887 lavouras inscritas; e em 1988, eram 83.163 as lavouras inscritas. (SEFFRIN, 1995).

Ao mesmo tempo em que ajudou a minimizar as perdas dos agricultores, a instituição do seguro agrícola também trouxe significativos benefícios para as empresas agroindustriais fumageiras, na medida em que garantia os investimentos financiados aos agricultores, inicialmente pelas empresas e depois pelos bancos, e também porque acabava socializando entre os fumicultores associados à AFUBRA

¹³⁰ De acordo com informações repassadas pelos responsáveis pela Carteira de Crédito Agrícola agências do Banco do Brasil S.A. e do Banco do Estado do Rio Grande do Sul em Santa Cruz do Sul.

as despesas decorrentes da ocorrência de granizo e da queima de estufas.¹³¹ Isso sem dúvida desonerava o capital industrial de ter que suprir com recursos próprios esses custos eventuais e, além disso, garantia a normalidade do fornecimento da matéria-prima já que permitia ao fumicultor que tivesse assegurado seu fumo a possibilidade de honrar seus compromissos e o estimulava a continuar plantando fumo. Logo as empresas perceberam a importância desse seguro, a ponto de auxiliarem a AFUBRA na inscrição das lavouras por meio das visitas de seus instrutores agrícolas às propriedades dos fumicultores. Além disso, quando da entrega do fumo pelos agricultores nas usinas de beneficiamento, as empresas passaram a descontar do pagamento pelo fumo o respectivo valor do seguro, repassando o mesmo, posteriormente, para a AFUBRA. Politicamente, evidencia-se uma situação de dependência da Associação em relação às empresas agroindustriais, na medida em que ao se valer da “colaboração” das empresas para viabilizar as inscrições e o pagamento do seguro agrícola demonstra, em realidade, os efetivos vínculos de subordinação dessa entidade de representação dos fumicultores aos interesses das agroindústrias fumageiras. (VOGT, 1997). A efetivação dessa norma, gestada internamente e vital aos interesses das empresas e também à própria sobrevivência da AFUBRA, passou a ocorrer através da promoção, ainda que informal, de uma relação política de cooperação institucional entre a AFUBRA e o SINDIFUMO.

Por fim, merece também destaque uma outra norma criada pelas empresas multinacionais buscando viabilizar um melhor planejamento, uma organização e articulação do conjunto das atividades produtivas que envolviam a produção do fumo nas lavouras com as operações referentes à compra de insumos, assistência técnica, comercialização, beneficiamento e venda do fumo aos clientes internacionais. Tratava-se de viabilizar esses objetivos através da definição e da submissão pelas empresas agrofumageiras ao conjunto dos seus fumicultores

¹³¹ Vogt explica melhor esse processo de socialização das despesas entre os fumicultores. “... para que o plantador tivesse direito a ser ressarcido das despesas causadas na sua lavoura pelo granizo, era necessário que a mesma estivesse inscrita no Departamento de Mutualidade. Para fazê-lo, além de uma taxa feita a título de anuidade de associado, o colono pagava um percentual sobre o total do fumo assegurado. (...) Caso a perda na lavoura fosse parcial, (...) a indenização seria proporcional a tais perdas. Mas como a incidência de granizo ou vendavais se dá esporadicamente e em áreas geográficas relativamente restritas, abrangendo determinadas faixas do território de um Estado e mesmo de um município, a totalidade ou mesmo a maioria das lavouras nunca é atingida em um mesmo ano. E, como são muitos os que fazem o seguro e poucos os atingidos, o prejuízo pago aos últimos sai do bolso dos primeiros, havendo desta forma, o rateio ou a socialização das perdas”. (VOGT, 1997, p. 218).

integrados de um novo calendário agrícola. Podemos pensar o calendário como uma norma que igualmente orientava no tempo as atividades dos demais agentes que atuavam no CAI do fumo, de modo a obter uma maior racionalização do conjunto das atividades produtivas e uma melhor otimização do tempo de circulação do capital. (Figura 15).

Diante das novas possibilidades abertas com o emprego das inovações técnicas que permitiam alterar a dinâmica natural do ciclo produtivo do fumo, o calendário passou a disciplinar a distribuição do tempo de trabalho dos fumicultores dedicado às atividades vinculadas à produção de fumo, de acordo com os interesses das agroindústrias fumageiras.

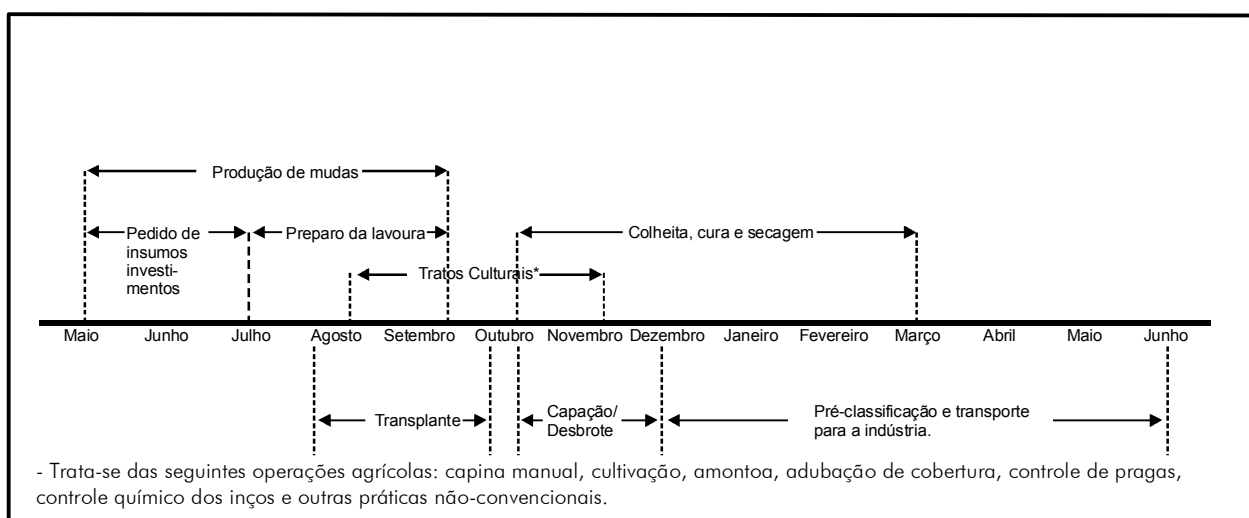


FIGURA 15 - Cronograma de atividades da cultura de tabaco estufa

Fonte: LIMA (2006).

Comparativamente ao que vimos no capítulo 4, quando abordamos o anterior e tradicional modo de produção do fumo de galpão e sua direta vinculação com o ritmo natural de reprodução da planta, o calendário agrícola instituído pelas empresas passava a informar novas atividades advindas com o uso das inovações técnicas, como a adubação e o combate às pragas, e também evidenciava a redução do tempo de atividades como o caso da cura do fumo, aberta pelo emprego da estufa.¹³² Além disso, podemos também observar as inúmeras novas atividades

¹³² De modo geral, esse novo calendário agrícola do fumo permite observar, quando comparamos a dinâmica de produção do fumo de galpão – até então a principal variedade cultivada na região –, que houve mudanças importantes como a antecipação de atividades, como a preparação dos viveiros de mudas, que antes era realizada entre os meses de junho e agosto, e que agora passava a ser feita

relativas à produção do fumo, bem como o fato de essas atividades absorverem, com intensidade variável, a força de trabalho dos produtores praticamente durante todo o ano.

7.1.2 - O aumento da produção de fumo no espaço regional: o papel das inovações e das condições preexistentes no território

O aprofundamento da internacionalização do setor fumageiro na região, e a introdução e difusão espacial de inovações técnicas e organizacionais no âmbito do complexo agroindustrial do fumo, certamente contribuíram para a promoção, nesse período, de um significativo aumento na produção de fumo em folha e de sua área cultivada no Vale do Rio Pardo. As tabelas 10 e 11 ilustram essa dinâmica de crescimento da produção e da área de cultivo de fumo na região.

TABELA 10 - Vale do Rio Pardo: produção, área plantada e participação da produção regional de fumo em folha na produção do estado do Rio Grande do Sul - 1950 a 1985.

Anos	Produção regional (ton)	Área (ha.)	% da produção de fumo do VRP / RS
1950	21.448	10.497	52,33
1970	40.144	40.587	35,99
1975	55.941	47.234	51,60
1980	79.892	57.490	55,87
1985	87.491	53.522	53,08

Fonte: Censos Agropecuários do IBGE. Organização: Rogério Silveira

O volume da produção de fumo obtido na região foi progressivamente se ampliando, consolidando, assim, a posição de destaque do ramo fumageiro regional no âmbito da fumicultura estadual. Isso se confirmava na medida em que a região, nesse período, respondia por cerca de mais da metade da produção total de fumo realizada no Rio Grande do Sul.

em maio, e o tempo de cura do fumo, antes realizado de modo natural, sob o galpão, num período de 40 a 60 dias, e agora em estufas aquecidas com a queima de lenha, quando cada estufada leva 07 dias para ser curada.

TABELA 11 - Vale do Rio Pardo: Variação da produção e da área plantada com fumo em folha - 1950 a 1985.

Períodos	Variação da produção		Variação de área	
	Ton.	%	Ha.	%
1950-1970	18.696	87,17	30.090	286,65
1970-1975	15.797	39,35	6.647	16,38
1975-1980	23.951	42,81	10.256	21,71
1980-1985	7.599	9,51	- 3.968	- 6,90
1950-1985	66.043	307,92	43.025	409,87

Fonte: Censos Agropecuários - IBGE. Organização: Rogério Silveira

De modo geral, observamos que, entre 1950 e 1985, a produção de fumo regional quadruplicou e a área plantada com tabaco na região ampliou-se cinco vezes. Se atentarmos para o período compreendido entre 1970 e 1985, justamente o momento em que a desnacionalização e as inovações tecnológicas e organizacionais se intensificaram no território, evidencia-se um aumento nos níveis de produtividade da lavoura fumageira, uma vez que, em cada intervalo de tempo, houve, proporcionalmente, um maior crescimento da produção de fumo do que da área plantada.

TABELA 12 - Vale do Rio Pardo: principais municípios produtores de fumo - 1970 a 1985

Municípios e Região	Ano				Período 1970-1985	
	1970	1975	1980	1985	Ton.	%
Santa Cruz do Sul	12.024	16.191	21.195	21.736	9.712	80,77
Sobradinho	6.000	10.168	13.495	17.471	11.471	191,18
Venâncio Aires	7.200	8.788	8.989	14.303	7.103	98,65
Vale do Rio Pardo	40.144	55.941	78.892	87.491	47.347	117,94

Fonte: Censos Agropecuários - IBGE. Organização: Rogério Silveira

Embora a cultura do fumo estivesse presente no conjunto das áreas rurais dos seus municípios, o desempenho das lavouras fumageiras – produção obtida e área plantada – foi diferenciado na região. Havia uma concentração espacial da lavoura fumageira em alguns municípios do território regional, especialmente naqueles localizados nas áreas colonizadas por imigrantes europeus, como em Santa Cruz do Sul, Sobradinho e Venâncio Aires, onde o cultivo do fumo já havia

sido implantado desde a ocupação inicial dos lotes coloniais. O aumento no número de lavouras de fumo e na produtividade das mesmas fez com que durante esse período os três municípios respondessem pela maior parte da produção regional.

A dinâmica de desenvolvimento do cultivo do fumo e de sua expansão no território regional promoveu uma configuração espacial e uso do território que informava não apenas os efeitos do novo e do externo representado pela introdução e difusão espacial das inovações técnicas e organizacionais empreendidas no âmbito do CAI do fumo, mas também a força das condições internas e preexistentes no território, especialmente nas áreas rurais coloniais da região, como o processo histórico de fragmentação da propriedade fundiária, a tradição e o conhecimento tácito do plantio do fumo, e as relações de produção não capitalistas sustentadas na subordinação do trabalho familiar ao mercado do fumo.

Assim, ao mesmo tempo em que a produção e a produtividade das lavouras¹³³ foram sendo ampliadas por meio da promoção de mudanças na base técnica de produção – com a introdução de inovações físico-químicas, biotecnológicas e mecânicas no modo de cultivo, na cura e na colheita do fumo – e de inovações organizacionais – como o funcionamento do sistema integrado de produção do fumo –, também houve uma expansão da área plantada de fumo, em decorrência direta da fragmentação das pequenas propriedades familiares dos fumicultores.

Jean Roche já havia demonstrado o intenso processo de parcelamento das propriedades fundiárias que as zonas de colonização alemã haviam experimentado desde a sua ocupação inicial quando da criação das colônias oficiais e particulares. Ele lembra, referindo-se ao município de Santa Cruz do Sul, que, quando da instalação dos primeiros imigrantes e no decurso das suas duas primeiras gerações, “... a superfície média (...) era de 45 hectares em 1870, de 43 em 1900, de ainda 40 em 1920”. Mas, a partir de então, foi se intensificando progressivamente o parcelamento das propriedades através da divisão dos imóveis rurais entre os filhos dos fumicultores, passando a superfície média das propriedades do município a

¹³³ Sobre o aumento da produtividade nas lavouras de fumo no Rio Grande do Sul é preciso registrar que em 1930 o rendimento médio verificado na relação entre o total da produção e o total da área cultivada foi de 0,61ton./ha. (Vogt, 1997). Já na safra de 1974/1975, segundo Montali (1979), o rendimento médio alcançou 1,50 t/ha.; e na safra de 1989/1990 passou para 1,83 ton/ha. (AFUBRA, 2005).

apresentar "... 30,2 hectares em 1940, e 23,4 hectares em 1950". (ROCHE, 1969, p.325).

Os dados da tabela 13 mostram como esse processo se intensificou durante o período de expansão do complexo agroindustrial do fumo no território regional.

Entre 1950 e 1985, contrariamente aos demais grupos de estabelecimentos agrícolas que vêm diminuindo sua representação na estrutura fundiária regional, a participação relativa dos estabelecimentos com até 20 ha., no conjunto dos estabelecimentos agrícolas da região, ampliou-se de 45,54% em 1950, para 70,20% em 1985. Ao mesmo tempo, os dados censitários referentes aos estabelecimentos agrícolas com área de até 20 ha registram que houve uma gradativa redução na área média desses estabelecimentos rurais que em 1950, era de 11,26 ha.; em 1975, passou para 9,18 ha.; e em 1985, decresceu para 8,61 ha.

TABELA 13 - Vale do Rio Pardo-RS: estrutura fundiária em 1950, 1975 e 1985.

Ano	Grupos de estabelecimentos agrícolas por extrato de área											
	Total		- de 20 ha (%)		20 a - 50 ha (%)		50 a - 100 ha (%)		100 a - 500 ha (%)		500 ha ou + (%)	
	Estab*.	Área (ha)	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
1950	21.249	1.142.621	45,54	9,53	37,30	20,79	8,90	11,25	5,94	22,32	1,40	38,71
1975	36.103	1.214.100	65,20	21,60	25,03	26,44	4,97	15,65	3,95	28,72	0,83	33,37
1985	40.588	1.249.167	70,20	19,67	20,93	19,61	4,45	9,64	3,48	23,45	0,84	27,60

Fonte: Censos Agropecuários - IBGE. *Número dos estabelecimentos rurais. Org.Rogério Silveira

Essa crescente fragmentação da propriedade da terra na região, especialmente nas áreas coloniais, tem tradicionalmente ocorrido em razão do parcelamento das já pequenas propriedades rurais. A divisão dos imóveis rurais reflete a estratégia predominante das famílias camponesas de buscar garantirem a reprodução social dos filhos mais velhos dos pequenos agricultores, quando aqueles passam a constituir também suas próprias famílias. Todavia, nos casos em que o pequeno tamanho da propriedade impede a divisão dos lotes, têm-se buscado garantir a reprodução familiar, principalmente através da compra de novos "pedaços" de terra - quase sempre alguns poucos hectares junto ou próximo às propriedades originais, ou mesmo em áreas novas e de expansão da fomicultura. (ETGES, 1991, MONTALI, 1979).

É preciso ter presente que essa mesma lógica que tradicionalmente orienta o parcelamento da terra e a aquisição de novos pequenos lotes nas áreas coloniais da região também tem contribuído para o crescente aumento na produção regional de fumo.

As entrevistas que realizamos com agricultores em suas propriedades e com suas lideranças sindicais confirmaram esse processo. Para eles, a divisão das propriedades fumicultoras entre alguns dos descendentes dos agricultores tem contribuído para a obtenção de um significativo aumento da produção de fumo na mesma área total das propriedades originais. Assim, a título de exemplo, se antes, em uma pequena propriedade rural de 24 hectares, se destinavam 02 hectares para produzir cerca de 30 mil pés de fumo, resultando na produção de 300 arrobas de fumo, com o parcelamento e a cedência da terra para os filhos, supostamente dois, obteve-se no período de uma geração, na mesma propriedade – dividida em três áreas de 08 ha. cada, uma para os pais e as outras duas, uma para cada filho, e com o aproveitamento em cada uma das áreas de 02 ha. para o cultivo do fumo –, um aumento expressivo na produção de fumo que passou a 90 mil pés de fumo permitindo atingir a produção de 900 arrobas de fumo. Ou seja, na mesma propriedade de 24 ha. ocorreu um incremento de 200% no número de pés de fumo e na quantidade de arrobas de fumo obtidas. Exemplos como esse, há muito vêm se reproduzindo na região. Além disso, algumas vezes a garantia da reprodução social das famílias dos camponeses fumicultores também tem sido buscada pelo emprego de parte da renda obtida com a venda do fumo na aquisição de novas áreas de terra, próximas às suas propriedades, para poderem ampliar a lavoura de fumo.

A tabela 14 apresenta a produção do fumo do Rio Grande do Sul, segundo as faixas de tamanho das propriedades rurais, e expressa essa relação entre a expansão da fumicultura e o progressivo parcelamento da terra, evidenciando a importância da participação das propriedades com até 20 ha. na produção total de fumo realizada pelo Estado.

A condição das pequenas propriedades familiares – muitas delas, localizadas em áreas de terrenos acidentados com solos de menor fertilidade, com baixo nível tecnológico e com pouco ou quase nenhum recurso para investimentos produtivos –, aliada à tradição familiar do cultivo do fumo nessas áreas de colonização, acabaram definindo a fumicultura como principal atividade produtiva dessas propriedades.

Além disso, outras três variáveis importantes igualmente foram e têm sido decisivas na opção dos agricultores familiares do Vale do Rio Pardo pela cultura do fumo: a garantia da compra da produção do fumo pelas agroindústrias fumageiras, através da instituição do sistema integrado de produção¹³⁴; o fato de o fumo ser uma cultura intensiva que não demanda muita terra nem maquinários; e a disponibilidade nas pequenas propriedades da mão-de-obra familiar – principal insumo do cultivo do fumo.

TABELA 14 - Rio Grande do Sul: produção de fumo (ton.) segundo grupos de área total -1975 e 1985

Ano	Grupos de área total das propriedades					
	Total	Menos de 10 ha	10 a 20 ha	21 a 50 ha	51 a 100 ha	+ de 101 ha.
1975	108.422	26.261	34.284	38.399	7.632	1.862
1985	164.824	48.972	53.670	51.884	8.708	1.557

Fonte: Censos Agropecuários - IBGE. Organização: Rogério Silveira

Embora o emprego das inovações técnicas tenha se difundido e ampliado nas lavouras de fumo da região, é preciso considerar que a fumicultura é uma atividade produtiva na qual o sucesso da produção de fumo, especialmente quanto à produtividade e à qualidade das plantas, está fortemente ligado ao modo como o conjunto das atividades produtivas é desenvolvido nas propriedades rurais, especialmente através do intenso trabalho familiar dos fumicultores. Nesse aspecto, a despeito da importância que as inovações técnicas passaram a representar no modo de produção do fumo, sem dúvida o trabalho manual das famílias de agricultores envolvidas em suas diferentes etapas – preparo da terra e dos canteiros; transplante e acompanhamento do crescimento das mudas na lavoura; aplicação de fertilizantes e agrotóxicos; colheita, cura e classificação das folhas de fumo – continuou desempenhando papel decisivo na obtenção e na valorização da produção.

¹³⁴ Como lembra VOGT (1997), além da garantia da compra, outras razões têm levado os agricultores ao cultivo do fumo: a assistência técnica efetuada pelos instrutores agrícolas das empresas fumageiras; o tabelamento do preço do fumo; a existência do seguro da produção contra o granizo, o vendaval e a queima das estufas; o pagamento do frete do fumo das propriedades agrícolas até as usinas de beneficiamento; e o custeio da produção que é intermediado e garantido pelas empresas junto aos bancos.

Diferente de outros CAIs, o desenvolvimento das lavouras de fumo na região e seu aprimoramento produtivo se assenta, sobretudo, no intenso trabalho familiar e manual dos agricultores. O emprego predominante da mão-de-obra familiar como principal fator de produção da fumicultura reafirmava então, no contexto do desenvolvimento e da expansão espacial do CAI do fumo na região, essa característica particular e tradicional que envolve o modo de produção do fumo na região e que expressa a importância do trabalho manual das famílias dos fumicultores e dos trabalhadores rurais temporários na dinâmica de uso do território regional, especialmente nas suas áreas rurais minifundiárias.

TABELA 15 - Vale do Rio Pardo e suas microrregiões: pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários - 1985

Variáveis	Microrregião Norte	Microrregião Central	Microrregião Sul	Vale do Rio Pardo
Total de pessoas ocupadas (1000 pessoas)	35	60	53	149
Percentual de homens ocupados	55	55	62	58
Percentual de mulheres ocupadas	45	45	38	42
<u>Distribuição percentual por categoria:</u>				
a) Responsáveis e membros não remunerados da família	95	90	80	88
b) Empregados permanentes	2	2	8	4
c) Empregados temporários	2	5	10	6
d) Parceiros	1	2	2	2
e) Outra condição	0	1	1	1
Pessoas ocupadas por estabelecimento	3,81	3,66	3,58	3,67

Fonte: Dados brutos do Censo Agropecuário de 1985. Organização: Rogério Silveira
 Microrregião Norte: Arroio do Tigre, Barros Cassal e Sobradinho. Microrregião Central: Candelária, General Câmara, Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz. Microrregião Sul: Encruzilhada do Sul e Rio Pardo.

Observando as microrregiões Norte e Central do Vale do Rio Pardo – onde se localizam a maioria das pequenas propriedades de até 20 hectares, responsáveis pela maior parte da produção de fumo realizada na região –, notamos a grande relevância da participação da mão-de-obra familiar e não remunerada no conjunto das atividades produtivas, entre elas as referentes ao fumo. Assim, enquanto no conjunto das propriedades agropecuárias da região o percentual de participação da mão-de-obra familiar correspondia a 88% do total das pessoas ocupadas, nos estabelecimentos agropecuários localizados nessas duas microrregiões, essa mesma participação alcançou 95% na microrregião Norte e 90% na microrregião Central.

Além disso, é preciso registrar que a produção de fumo historicamente também tem sido obtida através do trabalho daqueles agricultores que, por não possuírem a posse jurídica da terra, estabelecem relações de parceria com os pequenos produtores para poderem cultivar o fumo nas terras destes e utilizar suas estufas, em troca do repasse, aos proprietários, de parte da produção, ou então buscam através do arrendamento de parte daquelas propriedades, a condição material para viabilizar sua reprodução social. Entre 1975 e 1985, o volume da produção de fumo realizada por estes dois outros agentes sociais – os parceiros e os arrendatários – nas áreas rurais da região passou de 15,54% para 20,58% da produção total de fumo no Rio Grande do Sul. (IBGE, 1975 e 1985).¹³⁵

O predomínio do trabalho familiar na fumicultura tem se mantido através da auto-exploração a que está sujeito o grupo familiar para viabilizar sua reprodução social. Este, além das inúmeras tarefas relacionadas à cultura do fumo – desde o preparo do seu plantio até a classificação do tabaco depois de ser curado nas estufas – também tem de se dedicar à produção de alimentos e valores de uso que garantam sua subsistência. Isso revela uma intensa e prolongada jornada de trabalho que resulta no aumento do tempo de sobretrabalho familiar. Sobretrabalho esse que não é remunerado com a venda do fumo, na medida em que o preço pago pelas arrobas de fumo é apenas a expressão em dinheiro do valor da mercadoria e

¹³⁵ Vogt (1997, p.168-169) destaca que a presença dos parceiros na fumicultura é mais comum naquelas propriedades médias (50 a 100 ha). Para ele, “na parceria do fumo, o proprietário fornece moradia, estufa para a secagem do fumo, lenha e demais insumos. Já o agregado entra com a força de trabalho da sua família”.

não a justa remuneração de toda a quantidade do trabalho social efetivamente envolvida na sua produção. (ETGES, 1991 e VOGT, 1997).

Assim, o aumento da área plantada, a ampliação do volume da produção de fumo e a sua difusão espacial no território regional têm sido acompanhados pelo intenso trabalho das famílias dos pequenos proprietários, dos parceiros e dos arrendatários que atuam na fumicultura regional e pela baixa remuneração que recebem das agroindústrias fumageiras. A esse respeito, Vogt (1997, p.200) assinala que:

Enquanto a produção tabaqueira depender fundamentalmente da força de trabalho e das condições físicas naturais para a sua obtenção, ou melhor, enquanto o nível de desenvolvimento das forças produtivas na fumicultura persistir baixo, sendo relativamente pequena a composição orgânica do capital empregado no processo produtivo, a produção familiar do tabaco continuará sendo a melhor alternativa para o capital do que a produção assalariada.

Essas características, em relação ao modo como a produção agrícola de fumo acabou se expandindo na região, reforçam o importante papel que a pequena propriedade familiar teve no contexto da modernização conservadora da agricultura brasileira, na medida em que “a manutenção da agricultura camponesa de subsistência, além de alimentar a acumulação industrial, teria servido de forma idêntica ao setor agropecuário exportador, pela redução dos custos do trabalho rural”. (WILKINSON, 1986, p.16). Assim, a pequena propriedade familiar, muito mais do que experimentar uma ampla modernização técnica e produtiva, passou a ficar crescentemente subordinada e dependente do capital agroindustrial, de modo a garantir a reprodução do ramo fumageiro e daqueles ramos industriais ou setores comerciais, então associados ao negócio agroindustrial do fumo, que passavam a se instalar ou mesmo a se expandir na região e no País.

7.1.3 - As mudanças técnicas e organizacionais na comercialização do fumo

A etapa da comercialização da produção de fumo igualmente passou a apresentar mudanças importantes durante esse período de desenvolvimento do CAI do fumo. Essas mudanças foram introduzidas de modo articulado com o sistema integrado de produção do fumo e a sua promoção, via de regra, acabou por aprofundar os laços de subordinação dos fumicultores em relação às agroindústrias fumageiras. Além de expressarem as inovações organizacionais que o setor

fumageiro passava a desenvolver no modo de comercialização da produção, também assumiram um caráter normativo cujos objetivos foram a racionalização da compra e a regulação do fornecimento do fumo, atendendo principalmente aos interesses hegemônicos das agroindústrias fumageiras que, oligopsonicamente, controlavam desde então o mercado do fumo.

Uma primeira mudança organizacional ocorrida na cadeia de comercialização do fumo foi o gradativo desaparecimento do posteiro, enquanto elo intermediário entre os fumicultores e a agroindústria. Montali (1979) assinala que com a desnacionalização das agroindústrias fumageiras a compra do fumo passou a ser realizada diretamente pelas empresas. Até então, os posteiros – comerciantes locais estabelecidos nas comunidades rurais – intermediavam a venda do fumo para as empresas, promoviam o encarecimento do preço do produto para as empresas, e aprofundavam a exploração dos produtores rurais, na medida em que sua ação redundava em garantir para si uma dada margem de lucro. Para tanto, compravam o fumo dos fumicultores a preços baixos e o revendiam a preços mais altos para as empresas. Buscando diminuir o custo da matéria-prima, conquistar novos fumicultores através de pequenos aumentos no preço do fumo e, ao mesmo tempo, aproveitar o poder de influência que os posteiros exerciam em suas áreas de atuação comercial, as empresas passaram a contratar os posteiros como seus agentes comissionados. Esses então passaram a receber das empresas o pagamento proporcional ao volume de fumo obtido junto aos produtores para as empresas a que estavam vinculados. (MONTALI, 1979 e VOGT, 1997).

Pouco a pouco, com a expansão do sistema integrado de produção, os posteiros foram cedendo lugar, ou mesmo foram se convertendo em instrutores técnicos das empresas que além da assistência técnica passaram também a contratar a produção de fumo diretamente dos agricultores. Outros, a despeito disso e em menor número, permaneceram intermediando a venda da produção de fumo para as empresas, muitas vezes até estimulados por essas, especialmente quando a demanda por fumo é mais intensa e a concorrência entre as empresas se intensifica. Além disso, a gradativa difusão de inovações técnicas no âmbito da circulação da produção também possibilitou essa mudança. Até então, a precariedade das poucas picadas e estradas existentes, e a limitação técnica de carga e velocidade das carroças coloniais, impunham a necessidade da existência de locais intermediários

de armazenamento para o fumo, entre as áreas rurais de produção e as usinas de beneficiamento nos núcleos urbanos da região. Nesse aspecto, as casas comerciais dos posteiros no meio rural quase sempre possuíam galpões que permitiam reunir e acondicionar adequadamente o fumo comprado dos colonos antes de transportá-lo para as usinas. Esses eram na verdade pré-requisitos técnicos e econômicos ao desempenho da função de posteiro.

Com a melhoria das estradas e com a construção de novas estradas vicinais na região, bem como com a difusão do uso do caminhão e de utilitários, como o reboque, para o transporte do fumo e dos produtos agrícolas, o movimento da produção pôde se fazer de modo mais seguro, em maior quantidade e em menor tempo.

A tabela 16 evidencia o aumento do emprego desses novos meios de transporte com tração mecânica na região do Vale do Rio Pardo, muito embora ainda houvesse o predomínio dos meios de transporte movidos à tração animal.

TABELA 16 - Vale do Rio Pardo: meios de transporte utilizados na agropecuária - 1975 e 1985

Ano	Total		Tração Mecânica						Tração Animal	
			Caminhões		Utilitários		Reboques		Nº	%
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
1975	41.449	100	255	0,62	3.217	7,76	2.046	4,94	35.931	86,69
1985	48.273	100	546	1,13	2.972	6,16	4.369	9,05	40.386	83,66

Fonte: Dados brutos dos Censos Agropecuários de 1975 e 1985. Organização: Rogério Silveira

Assim, começava a não ser mais necessário e imperioso o uso das instalações do comerciante/posteiro durante a transferência do fumo até as usinas de beneficiamento. As empresas passaram então a controlar o movimento da matéria-prima e dos insumos, contratando junto às comunidades rurais os serviços dos donos de caminhão, os freiteiros, para transportarem a safra de fumo dos seus agricultores integrados até a usina de beneficiamento, bem como para levarem até

suas propriedades os insumos indicados pelos seus instrutores técnicos para o plantio das próximas safras.

A mudança progressiva na comercialização do fumo, em que as agroindústrias vão substituindo os comerciantes, representava uma nova alteração organizacional no âmbito da circulação do capital no ramo fumageiro, com importantes reflexos para a organização espacial do comércio regional. Antes, a dependência econômica dos fumicultores em relação ao comerciante – principal nó da então rede comercial de exploração – para acessar o mercado, aliada aos limites impostos ao deslocamento no território pela precariedade das poucas estradas e dos meios de transporte, possibilitava que as casas comerciais localizadas no meio rural assumissem o papel de principais pontos comerciais para a grande parte da população rural da região. Essa condição era reforçada pela quase inexistência de dinheiro como meio circulante no meio rural e pelo conseqüente emprego do sistema de conta corrente adotado pelos comerciantes. Com a compra do fumo pelas empresas, os fumicultores passaram a ser pagos em dinheiro quando da entrega do fumo. Além disso, o repasse dos recursos financiados para a construção de estufas e a compra de equipamentos relativos à cultura do fumo passava a ser direcionado para as agências bancárias, indicadas pelos fumicultores e instaladas nas cidades e nos principais núcleos urbanos distritais. Os fumicultores passaram então a dispor de dinheiro em espécie e a ter a possibilidade de também realizarem suas compras mensais ou eventuais nas casas comerciais localizadas nos núcleos urbanos. Para tanto, foi também fundamental poder dispor de, ou mesmo adquirir, um veículo com tração mecânica para realizar o transporte entre sua propriedade e esses núcleos comerciais urbanos. Implementava-se assim uma nova organização espacial do comércio na região, através do surgimento de novos pontos comerciais ou do incremento de pontos já existentes, de novos sistemas de engenharia, como as novas e renovadas estradas de rodagem que passaram a ser implementadas, e de novos fluxos de compradores, de vendedores, de mercadorias e de capital, no território regional.

Uma terceira mudança, de cunho organizacional, foi a criação de sucessivas normas que passaram a regular e a disciplinar a classificação dos diferentes tipos de folhas do tabaco realizada pelos fumicultores, antes de o mesmo ser vendido para as empresas. Até a safra de 1964/1965, os fumicultores após a cura do fumo

realizavam a classificação ou o sortimento do fumo considerando, basicamente, a qualidade das folhas através de sua coloração. Poucas eram as classes, cerca de nove, e praticamente não se consideravam no sortimento outras variáveis como o tamanho, a densidade e o conteúdo de nicotina, alcalóides, açúcares e outros elementos presentes nas folhas, todos derivados da posição das mesmas no pé de fumo.¹³⁶ Até esse período, esse modelo de classificação satisfazia às demandas das empresas que basicamente operavam no mercado nacional, destinando a maior parte do fumo produzido na região para a fabricação de cigarros no país. Quanto aos fumicultores, embora já não atendesse o seu desejo de uma melhor valorização do fumo, o modelo adotado pelo menos lhes permitia um relativo domínio da classificação, dadas as poucas classes existentes.

Com a instalação das subsidiárias das agroindústrias fumageiras multinacionais na região, o foco da produção passou a ser o mercado externo, de modo a garantir o atendimento de seus clientes internacionais. As exigências do mercado internacional impuseram a necessidade da introdução de mudanças na classificação do fumo a fim de ampliar o número de classes e de subclasses, de modo a oferecer aos compradores internacionais um fumo mais homogêneo e de melhor qualidade. Esse aumento de classes também permitia que as empresas pudessem obter, no beneficiamento, a produção de *blends* adequados, através de combinações particulares de cor, aroma, densidade, teores de nicotina e açúcar das folhas de fumo¹³⁷, e desse modo pudessem melhor atender aos diferentes pedidos dos compradores. Assim, a partir da safra de 1965/1966, através de negociações

¹³⁶ De acordo com Seffrin (1995), até esse período a valorização das folhas de fumo obtida na comercialização com as empresas era dada pela coloração das folhas. Assim, a mais valorizada era a classe A que correspondia à folha que apresentasse a coloração mais esbranquiçada possível e que não apresentasse manchas e danos causados por insetos. Já as classes B, C e D caracterizavam igualmente folhas claras, mas com pequenas diferenças de qualidade quanto às manchas. As classes E, EE, F1, F2 e F3 correspondiam a folhas com cor castanha, com diferentes graduações de intensidade.

¹³⁷ A decisão de ampliar o número de classes, estabelecendo também como critério de valorização das folhas a sua posição no pé de fumo, se deve ao conteúdo diferenciado de nicotina que as folhas apresentam dependendo de sua posição na planta. Como lembram Hitier e Sabourin (1965, p.18-19), “a nicotina é sintetizada essencialmente, senão exclusivamente, ao nível das raízes. Mas ela se acumula principalmente nas folhas sob a forma de sais orgânicos e de combinações glucídicas. (...) Ela existe em todas as partes da planta, mas em proporção variável segundo os órgãos e os estados vegetativos. Nas raízes, no caule e nos talos os teores de nicotina permanecem sempre amenos, ainda que eles aumentem durante o período de crescimento e diminuam ligeiramente no fim do ciclo vegetativo. As folhas são muito mais ricas. Quando a planta é podada, capada, seus teores em alcalóides aumentam regularmente até a colheita. (...) É assim que em um amadurecimento igual, as folhas altas são mais ricas que as folhas baixas e, em uma mesma folha, o teor de alcalóides cresce da base para cima e da nervura mediana para a borda”. (Nossa tradução livre).

entre as empresas e as representações dos fumicultores, a classificação do fumo começou a ser realizada não apenas considerando a coloração das folhas, mas também a sua localização no pé de fumo.

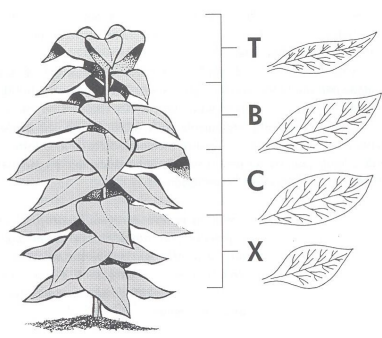
Todavia, os avanços obtidos não foram os esperados, o que levou o SINDIFUMO e a AFUBRA a retomarem as negociações e a gestionarem junto ao governo federal quanto à necessidade de uma normatização que aperfeiçoasse a classificação do fumo e assegurasse regras claras para a comercialização do fumo, como também observasse as classes adotadas no mercado internacional. O Estado, através do Ministério da Agricultura, atendendo a essas reivindicações e buscando regulamentar essa relação mercantil e institucionalizar os decorrentes conflitos entre produtores e empresas, passou a instituir Portarias normatizando a classificação do fumo. (Quadro 2). Essas Portarias Ministeriais resultaram no caso dos fumos *Virginia* e *Burley*, respectivamente, na instituição de 48 e de 30 classes possíveis de serem obtidas para o sortimento das folhas de acordo com a combinação da classe, subclasse, dos tipos e subtipos adotados. ¹³⁸

Ao estabelecerem os novos critérios de classificação de fumo tais normas governamentais criadas externamente à região, pelo Estado, acabaram privilegiando o atendimento dos interesses das empresas multinacionais que puderam melhor atender a seus clientes internacionais. Os fumicultores foram os mais prejudicados, uma vez que, além de apresentarem dificuldades para se adaptarem à grande variedade e quantidade de novas classes de fumo instituídas, também viram acrescidas as dificuldades para obterem uma valorização mais justa pelo seu produto no momento da comercialização da safra. ¹³⁹

¹³⁸Várias foram as Portarias criadas pelo Ministério da Agricultura desde então. Assim tivemos, pela ordem, a de nº. 674, de 18/09/1975, a de nº. 875, de 22/10/1978, a de nº. 309, de 02/10/1980. Essas foram substituídas pelas que estão atualmente em vigor: as Portarias nº. 79, de 17/03/1994 e a de nº. 526, de 20/10/1993.

¹³⁹ Como destaca Vogt (1997, p.147), “classificar ou sortir o fumo não é tarefa das mais simples. As 28 a 25 arrobas [cada arroba corresponde a 15 kg] de cada uma das estufadas precisam ser classificadas antes de serem vendidas. Para tanto, as folhas de tabaco, uma por uma, são separadas em classes obedecendo a vários critérios como a posição da folha no pé, a cor, o tamanho e a textura”.

QUADRO 2 - Características da classificação do fumo em folha (Grupo Estufa) instituídas pelo Ministério da Agricultura do Brasil através das Portarias 875, de 22/09/1978 e 309, de 02/10/1980

<p>As classes são designadas por um conjunto de letras e números</p> 	Subgrupo segundo acondicionamento das folhas	Classe posição na planta	Subclasse Coloração das Folhas	Tipos Qualidade	Subtipos Anormalidades	Resíduos
	FM – Folhas Manocadas	T	O – Laranja	1	K	SC (Fragmentos de lâminas)
		B	L – Limão			
	FS – Folhas Soltas	C	R - Acastanhado	2	G2	ST (Fragmentos de talos)
	X		3	G3		

Classes (segundo a posição da folha na planta)

T – Ponteiras
Últimas folhas, em torno de 5

B – Meeiras
Folhas do meio superior da planta, em torno de 6

C – Semimeeiras
Folhas do meio inferior da planta, em torno de 5

X – Baixeiras
Primeiras folhas, em torno de 5

Subclasses (segundo a cor das folhas)

L – Folhas cor limão

O – Folhas cor laranja

R – Folhas com mais de 50% de cor acastanhada com fundo laranja ou limão

Classificação de Fumo - Grupos							
Combinando-se Classe, Subclasse, Tipos e Subtipos obtêm-se 48 classificações							
TO1	TL1	TR1		CO1	CL1	CR1	
TO2	TL2	TR2	T2K	CO2	CL2	CR2	C2K
TO3	TL3	TR3	T3K	CO3	CL3	CR3	C3K
BO1	BL1	BR1		XO1	XL1	XR1	
BO2	BL2	BR2	B2K	XO2	XL2	XR2	X2K
BO3	BL3	BR3	B3K	XO3	XL3	XR3	X3K
		G2			SC		
		G3			ST		

Fonte: VOGT (1997, p.148-149)

Desde então esse conflito institucionalizado em torno da classificação do fumo tem se manifestado a cada nova safra, com nítida vantagem para as empresas. Tem sido recorrente a reclamação dos fumicultores em relação à postura das empresas quando da comercialização da safra. Estas, via de regra, acabam se valendo da complexidade da nova classificação para ampliar seus ganhos. Como vimos antes, todos os insumos adiantados pela empresa ao produtor no momento do plantio, o custo do seu transporte até as propriedades dos fumicultores, bem como as eventuais dívidas do financiamento junto aos bancos são descontadas

pelas empresas do preço a ser pago aos fumicultores no momento da entrega do fumo nas usinas. Através de um maior rigor na classificação, rebaixando a classificação que o fumicultor realiza antes em sua propriedade, as empresas não apenas podem descontar aqueles valores respectivos, mas também ampliar suas margens de lucro. Também é comum, nos períodos de grande oferta de fumo na região, o aumento no rigor da classificação pelas empresas de modo a obterem ganhos adicionais através do rebaixamento do preço efetivo pago pelo fumo.

Uma quarta e última mudança na comercialização do fumo relaciona-se às alterações promovidas na política de definição do preço, com o surgimento de novos agentes e com uma maior complexificação e institucionalização das relações sociais e econômicas presentes no processo de comercialização do fumo.

É preciso registrar que desde a instalação, em Santa Cruz do Sul, da BAT em 1917, até praticamente o final da década de 1960, o preço da arroba do fumo era definido basicamente pela Cia. Souza Cruz, então a principal e maior empresa agroindustrial fumageira atuando na região. Mesmo com o surgimento do SINDIFUMO, em 1947, era a Souza Cruz, através de negociações anuais com a AFUBRA, quem acabava determinando o preço a ser estabelecido para cada safra, orientando assim a política de preço para o conjunto do setor fumageiro.

A partir da instalação das demais subsidiárias das multinacionais agrofumageiras e de suas filiações ao SINDIFUMO, bem como diante da ampliação, em 1979, de sua base territorial de atuação, do Vale do Rio Pardo para o conjunto do estado do Rio Grande do Sul, o sindicato das empresas se fortaleceu politicamente e passou a comandar a negociação do preço do fumo com a representação dos fumicultores. Da parte dos fumicultores, além da AFUBRA outras instituições foram criadas na década de 1960, como os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e a FETAG (Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura)¹⁴⁰, passando desde então a também representá-los politicamente¹⁴¹. Esses sindicatos, inicialmente, polarizavam com a AFUBRA a política de defesa dos interesses dos fumicultores, definindo estratégias e posturas políticas distintas em

¹⁴⁰ Na década de 1960 começaram a ser criados os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, como o de Santa Cruz do Sul em 1962.

¹⁴¹ Com a expansão do plantio do fumo para Santa Catarina e Paraná, também passaram a participar da negociação as Federações dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina e do Paraná, bem como as Federações da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL) e de Santa Catarina (FAESC).

relação à negociação com as empresas. Enquanto a AFUBRA – única entidade reconhecida pela indústria na negociação do preço do fumo – afirmava uma ação de colaboração institucional com as empresas, na medida em que, como assinala VOGT (1997, p.217), renunciava à sua função de representação de classe para gradualmente transformar-se numa “empresa de seguro agrícola”, os sindicatos estabeleciam uma postura mais crítica em relação às empresas, cobrando reajustes maiores no preço do fumo. No entanto, suas ações sempre se caracterizaram pela dificuldade em efetivamente mobilizar e organizar os fumicultores, dificuldades que se tornaram ainda maiores com as recorrentes intervenções políticas do Ministério do Trabalho, leia-se governo militar, no funcionamento dos sindicatos, durante o aprofundamento da ditadura militar no país a partir de 1968. A partir da década de 1980, fruto da reordenação político-partidária e da estrutura sindical do País e também pelo fato de os sindicatos e a FETAG passarem a participar em conjunto com a AFUBRA das negociações anuais de definição do preço do fumo, houve uma aproximação política e uma maior identidade no modo de atuação dessas entidades, privilegiando uma postura conservadora de atuação a qual se restringe à celebração de protocolos e à aceitação sem maiores resistências das decisões das agroindústrias fumageiras, evitando-se o enfrentamento político com as empresas e não se valorizando a mobilização e a conscientização política dos fumicultores. (VOGT, 1997).

Nesse contexto, o preço do fumo passou a ser definido anualmente através de rodadas de negociações tendo por base o levantamento sobre o custo de produção do fumo. Este era inicialmente apurado de modo individual por representação e, a partir de 1988, passou a ser definido em conjunto pela AFUBRA, pela FETAG e pelo SINDIFUMO, possibilitando a celebração de um protocolo que normatizava e regulava todas as questões acordadas entre as partes, atinentes ao processo de comercialização do fumo (preço, correção mensal, prazo de pagamento, classificação, frete, insumos, custos com financiamento, etc.), institucionalizando a relação entre fumicultores e empresas, assegurando assim as condições formais e jurídicas para a normalidade do processo de comercialização do fumo.

Todavia, muitas vezes ocorreu de não haver acordo entre as representações dos produtores e das empresas; nesses casos acabava vigorando de modo

unilateral o preço proposto pelo SINDIFUMO. De modo recorrente, os principais pontos de discordância quanto à definição do custo da produção de fumo têm sido, pela ordem de participação no custo total, a mão-de-obra, os insumos e a lenha.¹⁴² Além disso, como para cada grupo de fumo (*Virginia, Amarelinho, Burley ou Galpão*) era atribuído um preço, na verdade o protocolo de negociação ou a definição unilateral das empresas estabelecia um preço médio com variações entre classes, subclasses, tipos e subtipos de cada grupo de fumo. Assim, muitas vezes o valor que o produtor imaginava receber no momento da venda, acaba não se confirmando na prática, pois, como vimos antes, em última análise era a intensidade da classificação adotada pelas empresas (maior ou menor rigor) que acabava definindo o montante a ser pago ao fumicultor, o que implicava a efetivação da relação de subordinação do produtor à agroindústria fumageira, e a extração do sobretrabalho familiar pelo capital agroindustrial.

7.1.4 - As inovações técnicas e organizacionais no beneficiamento e na transformação industrial do fumo: nova organização espacial e novos usos do território nos principais núcleos urbanos da região

Outras duas etapas da agroindustrialização do fumo, nas quais igualmente ocorreram importantes inovações técnicas e mudanças organizacionais, foram a do seu beneficiamento e a da sua transformação industrial realizadas, respectivamente, nas usinas e fábricas de cigarro localizadas nas principais cidades da região. Inovações que igualmente se fizeram acompanhadas por mudanças na organização e nos usos dos espaços urbanos dessas cidades e que, conjuntamente, experimentaram as influências simultâneas de forças internas e externas, novas e preexistentes, e também provenientes das ações do mercado de fumo e do Estado.

Até então, o tabaco era beneficiado, basicamente, de modo artesanal através de atividades manuais que envolviam um intenso emprego da força de trabalho dos

¹⁴² Ao longo desse período, os levantamentos do custo da produção de fumo têm apontado que a mão-de-obra tem representado cerca de 45 a 50%, enquanto os insumos e a lenha totalizam cerca de 20 a 25% do custo total de produção. Em relação à mão-de-obra, a principal discordância tem sido o fato de o SINDIFUMO computar em sua planilha de custo uma remuneração significativamente menor para a mão-de-obra familiar do que a computada para a mão-de-obra contratada pelos agricultores. Em relação aos insumos, a queixa tem sido de que a compra desses produtos em grande escala pelas empresas permite às mesmas obtê-los com preços menores, e que, no entanto, essa diferença não tem sido repassada aos produtores. (DESER, 1998).

operários das empresas, desde o recebimento, a separação e composição dos diferentes tipos de fumo, a fermentação e preparação para a venda. Poucas eram as empresas da região que dispunham de maquinário e de equipamentos técnicos adequados para um processamento mais elaborado do fumo, e isso certamente impunha também limitações à qualidade do produto e à sua valorização no mercado internacional.

Todavia, é preciso reconhecer que anteriormente à entrada das multinacionais, já havia na região a presença de um parque industrial fumageiro de relativa importância, especialmente em Santa Cruz do Sul, onde a Cia. Souza Cruz e a Cia. de Fumos Santa Cruz lideravam, respectivamente o beneficiamento e a fabricação de cigarros; também em Venâncio Aires e, em menor grau, em Vera Cruz empresas menores desempenhavam importante papel no beneficiamento regional do fumo. Nessas cidades já havia empresas locais dos ramos metal-mecânico e metalurgia que forneciam parte do maquinário utilizado pelo setor fumageiro, assim como nelas também já funcionava um conjunto de empresas comerciais e de serviços, bancos, empresas de importação e de exportação de fumo que prestavam importante suporte ao desenvolvimento do ramo fumageiro. E, principalmente, também apresentavam um importante e especializado contingente de trabalhadores na agroindústria fumageira. Assim, foi através do aproveitamento e da valorização dessas condições preexistentes, na economia urbana e na organização espacial dessas cidades, que a modernização e as mudanças para ampliação da produção industrial de fumo passaram gradativamente a ocorrer.

Com o processo de desnacionalização das agroindústrias fumageiras e com a expansão dos mercados interno e externo para o fumo nacional, o aumento da produção do fumo na zona rural da região se fez acompanhado por um contínuo e crescente aperfeiçoamento do processo de beneficiamento industrial do fumo, através de mudanças no processo produtivo, da modernização de atividades e da introdução de novas operações por meio de pesados investimentos na aquisição de equipamentos e maquinário, mas também através da difusão das relações de produção capitalistas que, combinadamente, permitiram aumentar a capacidade instalada do beneficiamento, obter níveis maiores de produtividade, bem como buscar uma maior qualidade do produto final.

De acordo com Hitier e Sabourin (1965), o beneficiamento industrial do tabaco em folha passava a envolver um conjunto de etapas realizadas em continuidade, que informavam uma maior complexificação do processo produtivo, na medida em que este, em graus variados, passava a combinar o emprego da força de trabalho dos operários com o uso da força mecânica de novas e modernas máquinas e equipamentos e que passava a se difundir no conjunto das empresas fumageiras, especialmente nas subsidiárias das multinacionais que tinham se instalado em Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz. (Figura 16).

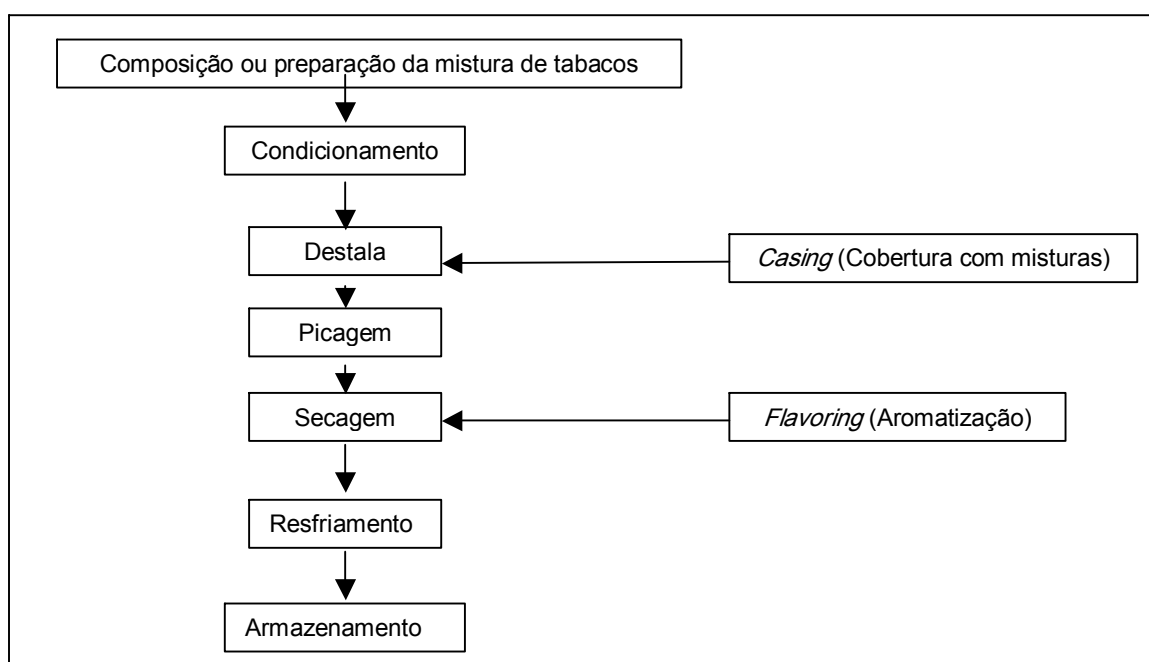


FIGURA 16 - Vale do Rio Pardo - RS: esquema do beneficiamento industrial do fumo em folha - 1970.

Fonte: Organizado por Rogério Silveira, com base em HITIER E SABOURIN (1965).

Nesse aspecto, após os produtores rurais entregarem nas usinas as folhas de fumo inteiras, curadas e secas, reunidas em manocas de algumas dezenas de folhas, ou dispostas a granel em camadas mais ou menos paralelas, as empresas procediam a uma nova classificação – além daquele sortimento oficial, relacionado ao pagamento do produtor –, a fim de se adequarem aos padrões e às exigências do mercado internacional.¹⁴³

¹⁴³ Essa classificação, geralmente conhecida como a classificação interna da empresa, é constituída por um dado número de classes e tipos de fumo estabelecidos em consonância com os *blends* específicos e distintos que cada cliente internacional solicita.

Após o recebimento do fumo, as empresas passaram a desenvolver um conjunto de operações no sentido de obter a composição de tabacos adequada às especificações (cor, textura, sabor, aroma, etc.) dos clientes internacionais, anteriormente definidas quando da realização das encomendas.¹⁴⁴ Assim, durante esse processo as folhas de tabaco passaram a experimentar todo um ciclo de operações que as transformavam, segundo suas qualidades degustativas e suas características físicas e químicas, em diversos tipos de produtos colocados à disposição dos clientes das empresas, no Brasil e, principalmente, no exterior: tabaco para fumar cachimbo; tabaco para cigarro industrial, tabaco para charuto.

O emprego de modernas máquinas e de novos equipamentos passou a ampliar a capacidade produtiva e a assegurar maior qualidade ao produto final, na medida em que possibilitava às empresas sincronizar as etapas produtivas, controlar os fluxos de matéria-prima e de insumos no interior das usinas, e monitorar, de acordo com as suas demandas, o grau e a intensidade das transformações necessárias no fumo. Nesse aspecto, as linhas de processamento das usinas passaram a dispor de inovações técnicas como os túneis-estufas ou cilindros rotativos que permitiam controlar, mecanicamente, os níveis de umidade e de temperatura necessários à conservação das folhas de fumo durante o seu beneficiamento.¹⁴⁵

Outra inovação mecânica importante foi o emprego da máquina picadora que, alimentada por esteiras, permitia programar automaticamente a dimensão desejada do corte das lâminas de tabaco (as folhas destaladas), de acordo com a solicitação dos clientes, e numa quantidade e velocidade significativamente maiores. Além das transformações físicas, o fumo passava também a apresentar alterações químicas advindas com as inovações técnicas desenvolvidas nas etapas de *casing* e de

¹⁴⁴ A produção de uma dada marca de cigarro requer que a matéria-prima principal, o tabaco beneficiado, seja obtida através da mistura, da combinação de folhas de fumo de origens distintas e de anos de colheitas diferentes. Assim, a identidade de um dado paladar de cigarro depende diretamente dessa mistura, dessa combinação. É o que se chama de tabaco tipo *blend*. “Em uma mistura bem dosada, certos tabacos dão ao produto seu gosto característico, outros seu aroma, outros ainda uma combustibilidade suficiente, alguns enfim sem qualidade bem precisa suavizam a mistura ou lhe dão uma cor agradável”. (HITIER e SABOURIN, 1965, p.70-71). (Nossa tradução livre).

¹⁴⁵ É preciso também ter presente que o tabaco é uma planta higroscópica, ou seja, ganha ou perde água com muita facilidade. Daí a necessidade de permanentes cuidados no sentido de controlar a taxa adequada de umidade do tabaco durante as distintas etapas do beneficiamento industrial, e também o seu controle no transporte do fumo beneficiado para que o mesmo não acabe fermentando e mofando.

flavoring. Através do emprego de um cilindro mecânico se procedia então à pulverização das lâminas das folhas de fumo, no primeiro caso, aplicando-lhes uma mistura líquida – espécie de molho – à base de substâncias variadas como açúcar, glicerina, cacau, etc., e, no segundo caso, pulverizando-as com uma mistura gasosa à base de menta, rum, essências de frutas. Essas operações permitiram agregar ao tabaco um aroma e um gosto adicional às suas características naturais, podendo-se assim atender a determinadas demandas dos compradores.

É preciso também considerar na dinâmica industrial fumageira a influência de uma outra variável interna, própria da região, ou melhor, própria à natureza mesma da matéria-prima. O fumo é um produto perecível e nessa condição requeria das agroindústrias, sob pena de sua deterioração, que o mesmo fosse beneficiado tão logo os fumicultores procedessem a entrega dessa matéria-prima nas seções de recebimento das usinas. Isso significava que, mesmo diante da mecanização da produção e da integração das operações, o funcionamento eficaz e no tempo adequado das linhas de processamento do fumo demandava a utilização combinada de trabalhadores assalariados efetivos e, principalmente, de um expressivo contingente de trabalhadores assalariados temporários, os safristas. Esses trabalhadores já atuavam nas empresas agroindustriais da região em inúmeras atividades, seja operando determinadas máquinas e equipamentos, seja checando processos, ou, ainda, realizando atividades eminentemente manuais.¹⁴⁶ (SILVEIRA, 1997).

A introdução da destala do fumo, uma das principais inovações técnicas promovidas nesse período, ilustra bem essa característica do novo estágio do beneficiamento industrial do fumo. Até 1971, o fumo produzido na região era quase que integralmente comercializado com os mercados interno e externo sob a forma de fumo em folha com talo – o que lhe auferia menor valorização. A partir de então,

¹⁴⁶ “Como exemplo, podemos citar dentre as atividades realizadas pelos safristas durante o processo de beneficiamento, não necessariamente nesta ordem: a operação de balanças mecânicas e/ou eletrônicas a fim de verificar o peso dos fardos do fumo cru que chegam do produtor; a classificação do fumo por classes e tipos; o transporte do fumo do pré-estoque até as esteiras alimentadoras através da condução de reboques e empilhadeiras; a separação manual de resíduos estranhos ao produto e de folhas com caruncho ou mal curadas; a preparação e o sortimento do produto, realizados manualmente, antes de entrar na destaladeira mecânica; o acompanhamento dos parâmetros mínimos exigidos nos processos mecânicos de condicionamento/separação por gravidade das lâminas de fumo e de umidificação do fumo; a operação de prensas hidráulicas para prensagem do fumo beneficiado; e o encaixotamento do produto e o transporte, através da condução das empilhadeiras, das caixas de fumo beneficiado para os armazéns, para posterior comercialização.” (SILVEIRA, 2003, p.148).

cerca de 60% da produção de fumo passou a ser comercializada e exportada sob a forma de folhas sem talo – produto preferido no mercado externo. Inicialmente, a destala do fumo passou a ser realizada manualmente e isso resultou no numeroso e intenso emprego de mão-de-obra temporária por quase oito a dez meses do ano nas usinas de fumo. Em 1974, a introdução das destaladoras e debulhadoras mecânicas adquiridas pelas empresas no exterior possibilitou que a destala do fumo passasse a ser feita, principalmente, de maneira mecanizada. O emprego e a difusão desses objetos técnicos entre as empresas buscavam diminuir o custo da mão-de-obra, ampliar a capacidade e a velocidade do beneficiamento e, desse modo, melhor responder ao crescente aumento da produção do fumo na zona rural, e qualificar o produto final.

Assim, o tempo destinado ao beneficiamento pôde ser diminuído, concentrando-se o período da safra industrial em basicamente seis meses do ano. Embora o emprego dessa máquina pelas empresas tenha representado a diminuição de muitas vagas temporárias de trabalho, a concentração da safra em menor tempo acabou demandando, a cada ano, um contingente expressivo de novos trabalhadores safristas pelas agroindústrias fumageiras. (MONTALI, 1979).

De acordo com dados do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo e da Alimentação - STIFA (2000), entre 1970 e 1990 houve um incremento relativo de 467% no número de trabalhadores, entre efetivos e temporários, empregados pelas agroindústrias fumageiras em Santa Cruz do Sul. Eram 2.405 trabalhadores em 1970, passando a 9.044 trabalhadores em 1980 e alcançando 13.642 empregados em 1990. Embora não existam dados precisos sobre o regime de emprego na maior parte desse período, as lideranças sindicais dos trabalhadores supõem que mais de 60% dos trabalhadores eram temporários. A partir de 1986, passou-se a proceder ao registro das estatísticas de emprego no setor e, nesse ano, foram empregados 9.725 trabalhadores como safristas, aproximadamente 73% do total dos trabalhadores empregados no setor. Esse percentual manteve-se até 1992, quando começa a ocorrer uma progressiva e substancial redução no número de trabalhadores contratados - reflexo, como veremos adiante, das mudanças vivenciadas pelo setor no contexto do processo de globalização da economia.

A reprodução do capital por parte da agroindústria fumageira no âmbito do seu processo produtivo envolvia então a necessidade de valorizar e de combinar a

sazonalidade e a divisão do trabalho presentes no desenvolvimento do ramo fumageiro. Enquanto a produção rural passava, basicamente, a ser realizada no segundo semestre do ano, o beneficiamento industrial acontecia nos primeiros seis meses do ano seguinte. A agroindústria fumageira, estrategicamente, combinava assim a expropriação do sobretrabalho da mão-de-obra familiar dos fumulcutores, quando da comercialização da safra, com a extração da mais-valia junto aos trabalhadores safristas durante o beneficiamento industrial. (SILVEIRA, 1997). A esse respeito, merece destaque a contribuição de Vogt que nos ajuda a compreender a lógica e o sentido subjacente a essa inovação organizacional e a esse modo de uso do território.

Na lógica do capital, as forças produtivas, nelas embutidas a força de trabalho, precisam se ajustar às exigências do capital, para que a necessidade de reprodução ampliada seja satisfeita. Neste sentido, para evitar a compra de força de trabalho, que durante parte do ano ficaria ociosa, a agroindústria fumageira, agindo sob a racionalidade do capital, planejou e sincronizou a produção rural (praticada em minifúndios basicamente com a absorção de mão-de-obra familiar) com o processo de beneficiamento (efetivado nas usinas localizadas no setor urbano do município de Santa Cruz do Sul) de tal forma que a maior parte dos vendedores da força de trabalho, no complexo industrial, seja de operários temporários, intermitentes, sazonais. (VOGT, 1997, p.201).

Além disso, devemos também considerar as inovações técnicas e produtivas que ocorreram no âmbito da transformação industrial do fumo, nas fábricas de cigarro, permitindo às empresas ampliar em muito a produção, diversificar o número de marcas e produzir diferentes tipos de cigarros. As inovações técnicas nessa área possibilitavam uma crescente ampliação na capacidade de produção com a introdução de máquinas que permitiam a produção de mais de 1.000 cigarros por minuto, além de promoverem o lançamento de novos produtos buscando atingir públicos diferenciados tanto pela renda como pela condição social e cultural dos consumidores. Assim, as fábricas passaram a produzir cigarros mais sofisticados, cigarros populares, cigarros com tamanhos diferenciados, cigarros com filtro aditivado e com menos teores de nicotina e alcatrão, cigarros mentolados, etc.¹⁴⁷ .

¹⁴⁷ De acordo com Liedke (1977), o mercado nacional de cigarro, em 1972, mostrava grandes possibilidades de ampliação do consumo anual *per capita* diante do intenso processo de urbanização que o país então apresentava. Nesse período, enquanto nos Estados Unidos e na Inglaterra o consumo *per capita* era, respectivamente, de 3.860 e 2.148 cigarros, no Brasil se encontrava em 1.600 cigarros. Além disso, ocorria uma mudança no padrão de consumo do cigarro no país. Enquanto em 1966 os cigarros sem filtro representavam 90% das vendas em 1970 essa participação reduz-se para 51,5%. Simultaneamente, ocorre o aumento do consumo de cigarros com filtro,

Esse foi o caminho adotado pela americana *Cia. Philip Morris*, em 1974, quando adquiriu a Cia. de Fumos Santa Cruz e passou a promover crescentes investimentos na modernização das linhas de produção de cigarros que desde então não apenas abastecia cerca de 5% do mercado nacional como também passava a exportar, desde a região, suas marcas internacionais de cigarros. O fornecimento do fumo para permitir esse aumento na produção de cigarros da empresa provinha basicamente da compra junto às usinas de beneficiamento, instaladas na região do Vale do Rio Pardo. Esse também foi o caso da Cia. Souza Cruz, responsável por 75% do mercado nacional no começo da década de 1970, que igualmente passou a modernizar suas fábricas de cigarro em São Paulo, Recife, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador, além de inaugurar, em 1978, em Uberlândia - MG, a maior fábrica de cigarros da América Latina, com capacidade para produzir 60 bilhões de cigarros por ano. Nesse aspecto, parte do fumo produzido pelos fumicultores integrados à Cia. Souza Cruz, na região, era então destinado ao abastecimento dessas unidades produtivas. (MORAIS, 2003).

A introdução das inovações técnicas e produtivas no beneficiamento e na transformação industrial do fumo também se fez acompanhada pela promoção de novas ações políticas e normativas que, implementadas internamente no âmbito da região, igualmente acabaram incidindo na dinâmica de desenvolvimento do setor fumageiro.

No âmbito das relações sociais de produção entre as empresas e os seus operários industriais, os Sindicatos dos Trabalhadores na Indústria do Fumo, criado desde 1948 em Santa Cruz do Sul, e desde 1975 em Venâncio Aires¹⁴⁸, como entidades representativas dos trabalhadores efetivos e temporários nas empresas fumageiras, começavam a ter um expressivo aumento de trabalhadores sindicalizados na sua base territorial. Essa condição lhes assegurava papel importante na dinâmica das negociações e reivindicações dos trabalhadores junto ao SINDIFUMO, muito embora a organização e politização dos trabalhadores não tenham sido efetivas, seja pela dificuldade encontrada pelos sindicatos diante da

produtos mais elaborados tecnicamente, e também mais caros. Estes, em 1966, respondiam por 10% do consumo e em 1970 passavam a representar 50% dos cigarros consumidos no país.

¹⁴⁸ O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo de Venâncio Aires inicialmente tinha como base territorial, além de Venâncio Aires, os municípios de General Câmara, Taquari; atualmente, sua área territorial compreende, além de Venâncio Aires, os municípios de Passo do Sobrado e Mato Leitão.

diferenciação do período de negociação entre trabalhadores efetivos e safristas, seja pela adoção dos sindicatos de uma linha de ação sindical mais conservadora, evitando os conflitos contínuos e abertos com as empresas.

A partir de 1980, as negociações deixaram de ser realizadas individualmente entre as empresas e seus empregados e passaram a ser objeto de acordos e convenções coletivas de trabalho entre o SINDIFUMO e os Sindicatos dos Trabalhadores na Indústria do Fumo¹⁴⁹. Os acordos coletivos de trabalho, mediados pela Justiça do Trabalho passavam então a normatizar as relações de trabalho no interior das usinas e das fábricas de cigarro, regulando a remuneração, a jornada de trabalho e as condições de trabalho – orientando assim os processos de reprodução do capital e da força de trabalho no setor. Essas normas, na realidade, institucionalizavam as relações de conflito, os distintos interesses, em última análise, a dinâmica da desigual correlação de força entre os trabalhadores e as empresas do setor fumageiro. Dinâmica essa que também não se fazia indiferente à existência de uma legislação trabalhista autoritária, à ausência de uma regulação mais efetiva e transparente por parte do Estado das relações de trabalho, ao crescente arrocho salarial, bem como à incerteza da macroeconomia nacional que, nesse período, oscilava períodos de crise e momentos de expansão econômica. Isso obviamente acabava impondo limites às reivindicações dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que possibilitava melhores condições de reprodução ao capital fumageiro.

Esse conjunto de inovações técnicas e organizacionais experimentadas no âmbito do beneficiamento e da transformação industrial do fumo, além daquelas engendradas durante a sua produção agrícola e sua comercialização, ao mesmo tempo em que informava uma maior complexidade na dinâmica de funcionamento do CAI do fumo, também implicava mudanças na dinâmica de organização espacial das principais cidades da região.

Uma primeira mudança pode ser percebida na dinâmica de industrialização dos principais núcleos urbanos da região. A partir da década de 1970, o incremento da produção fumageira passou a determinar mudanças no desenvolvimento urbano de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, onde a agroindústria fumageira se

¹⁴⁹ Em 1991, já representando também os trabalhadores das indústrias da alimentação, o Sindicato de Santa Cruz do Sul passou a denominar-se Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo e da Alimentação (STIFA), com base territorial abrangendo os municípios de Santa Cruz do Sul, Vera Cruz, Sinimbu, Gramado Xavier e Vale do Sol.

consolidava na estrutura industrial daqueles municípios. Os dados censitários confirmam essa consolidação.

Mesmo tendo presentes os limites dos dados censitários industriais de 1970¹⁵⁰, é possível verificar que nos casos de Santa Cruz do Sul e de Venâncio Aires houve um significativo incremento na participação do setor fumageiro na economia municipal, tanto em relação ao emprego industrial como também quanto ao valor obtido pela produção e transformação industriais. Em Santa Cruz do Sul, em 1970, 04 empresas fumageiras – aproximadamente 1,6% do total das empresas industriais do município – respondiam juntas por 36,15% do emprego industrial, por 58,66% do valor da produção industrial e por 54,45% do valor da transformação industrial. Em 1980, as 13 empresas fumageiras localizadas em Santa Cruz do Sul representavam 5,10% do total das indústrias da cidade e empregavam cerca de 32,79% dos trabalhadores ocupados da indústria. Além disso, passaram a responder por 69% do valor da produção industrial e por 69% do valor da transformação industrial realizada na cidade. Como ramo que mais empregava entre os ramos industriais, o ramo fumageiro foi o único que no período empregava, como trabalhadores efetivos, mais de 150 pessoas por estabelecimento: 173 pessoas em 1975, 196 em 1980, 225 em 1986 e 235 em 1989. Já em Venâncio Aires, em 1975, 6 empresas fumageiras, representando 2,94% do total dos estabelecimentos industriais, empregavam 35% dos trabalhadores ocupados nas indústrias do município e respondiam por 60,72% do valor da produção industrial e por 62,10% do valor da transformação industrial. Nesse período, houve também o incremento de outros ramos industriais os quais passaram a ter a demanda de seus produtos regulados pela dinâmica da agroindústria fumageira, como foi o caso, entre outros, da metalurgia, da construção civil, da metal-mecânica, e de material de transporte. Nessas duas cidades, são as atividades industriais e terciárias vinculadas ao setor fumageiro que passaram, a partir desse período, a comandar a dinâmica econômica do município, bem como a orientar os processos de ocupação, de organização e de uso do espaço urbano.

¹⁵⁰ Os dados do Censo Industrial de 1970 devem ser vistos com certa restrição, na medida em que o IBGE, nesse censo, alterou os critérios utilizados nos demais censos. Os dados censitários de 1970 em relação ao comércio e à indústria não permitem uma perfeita comparação com os dos demais anos. Isso porque muitos dos estabelecimentos industriais que restringiam suas atividades ao beneficiamento de produtos agropecuários, como o fumo, foram, nesse censo, identificados como estabelecimentos do comércio atacadista, ou seja, 03 das maiores indústrias de fumo do município de Santa Cruz do Sul foram recenseadas como comércio atacadista. (SILVEIRA, 2003).

A hegemonia do setor fumageiro na geração de empregos e de receita para esses municípios através do recolhimento de impostos sobre a comercialização e a exportação do fumo beneficiado e do cigarro dotava-o de razoável força política junto ao poder público municipal, muitas vezes condicionando e direcionando as ações e as inversões dos recursos públicos no sentido de obter uma configuração espacial adequada ao desenvolvimento e à reprodução das condições de produção desse complexo agroindustrial fumageiro.

Uma segunda mudança na organização espacial dessas cidades e no uso do território se vincula diretamente ao processo de reprodução do capital agroindustrial fumageiro, quando este passou a demandar um conjunto de condições necessárias à produção e à realização da mais-valia. Condições que, no âmbito da produção industrial, se referem principalmente à continuidade do processo produtivo, bem como à existência de economias de escala que viabilizassem a reprodução do capital. Na medida em que essas condições foram criadas nas principais cidades, especialmente em Santa Cruz do Sul e em Venâncio Aires, contribuíram ativamente no processo de urbanização dos seus municípios. Assim, um conjunto de atividades comerciais e de serviços, tanto à montante como à jusante do processo produtivo, começou a ser criado em função do desenvolvimento e da ampliação da atividade agroindustrial fumageira, entre elas a comercialização de insumos químicos e de material de construção para as estufas, os escritórios de exportação e importação, as empresas de seguro, hotéis, empresas de transporte e de carga, as concessionárias de veículos, o comércio de implementos agrícolas e as agências bancárias.

Além do incremento de atividades do setor terciário, destacamos ainda, como condição e resultado da expansão das atividades industriais, a criação de novos objetos e sistemas técnicos decorrentes das ações engendradas através das relações instituídas entre empresas e o crescente mercado fumageiro, mas também entre as empresas e o Estado. A ampliação do beneficiamento e da transformação industrial do fumo através do emprego de inovações técnicas e produtivas pelas empresas demandava a necessidade de uma organização espacial que viabilizasse condições ideais de maior eficácia ao funcionamento do CAI do fumo. Foi o caso da construção, no começo dos anos 1970, pelo município de Santa Cruz do Sul, de um moderno e amplo Distrito Industrial, viabilizando melhores condições gerais de

produção e o atendimento das novas demandas espaciais e infra-estruturais reclamadas pelo capital agrofumageiro internacional. A inversão de recursos públicos em obras e serviços como aterros, terraplanagem, iluminação pública, ajardinamento, ciclovia, pistas auxiliares, nesse distrito industrial, permitiu ao capital industrial em geral, e particularmente às agroindústrias fumageiras, um suporte infra-estrutural importante ao desenvolvimento de suas operações. Operações que, por sua vez, agregaram a essa área, como condição e produto do processo produtivo, uma ainda maior densidade tecnológica materializada em última instância nas plantas industriais, instaladas pelas empresas fumageiras e pelas empresas de equipamentos e máquinas industriais, e nos depósitos e terminais de contêineres construídos e operados por empresas do setor de transporte.

Além disso, as empresas fumageiras puderam também contar nessas cidades com importante apoio do Estado, através dos governos municipal e estadual, especialmente por meio da instituição de normas que asseguravam desde a isenção fiscal total ou parcial de impostos como o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e o ITBI (Imposto sobre Transferências de Bens Imóveis), de normas urbanísticas como o Plano Diretor, a planta municipal de valores do solo urbano que possibilitaram condições de uso, de ocupação e de organização da cidade em consonância com os interesses das empresas, ou de ações como a ampliação e reestruturação da malha viária urbana, terraplanagem, a ampliação da infra-estrutura urbana – como abastecimento de água, energia elétrica, e telecomunicações – e como a oferta de serviços especializados, como segurança pública e corpo de bombeiros.

O processo de expansão do meio técnico-científico na região, através da promoção de inovações técnicas e organizacionais e de novas normas no contexto da internacionalização e modernização da produção agroindustrial do fumo, possibilitou a difusão ainda que desigual de inúmeros fixos e fluxos, contribuindo assim para a ampliação das taxas de crescimento econômico. A organização e articulação das etapas produtivas ligadas ao CAI do fumo possibilitaram uma crescente especialização das atividades agroindustriais, bem como um aumento no consumo urbano, ampliando assim as atividades econômicas urbanas e incidindo diretamente na terceira mudança importante no uso do território regional – o

crescimento da população urbana regional, especialmente nas suas principais cidades.

O ritmo e a dinâmica do crescimento da população das cidades da região, no entanto, apresentaram características próprias. Enquanto no país e no Rio Grande do Sul a maior parte da população passou a residir em cidades a partir da década de 1960, no Vale do Rio Pardo isso acabaria ocorrendo, como veremos nos próximos capítulos, apenas a partir da metade da década de 1990. (SILVEIRA e HERMANN, 2001).

Observando os dados censitários, verificamos que, embora em todos os anos ocorresse um predomínio da população rural houve também uma progressiva redução no ritmo de crescimento da população rural, simultaneamente ao crescimento da população urbana regional.

A mudança na dinâmica demográfica da população residente na região fica mais clara quando analisamos a variação do crescimento da população nos períodos inter-censitários. Em 1950, a população total da região apresentava um contingente de 248.521 habitantes e já em 1991 esse contingente passou a 384.383 habitantes, demonstrando um crescimento nesse período de 135.862 pessoas, o equivalente a um aumento de 54,67%. Nesse mesmo período, a população urbana passou de 41.887 para 190.374 habitantes, totalizando um incremento de aproximadamente 354,49% ou de 148.487 habitantes que passaram a viver nas cidades da região.

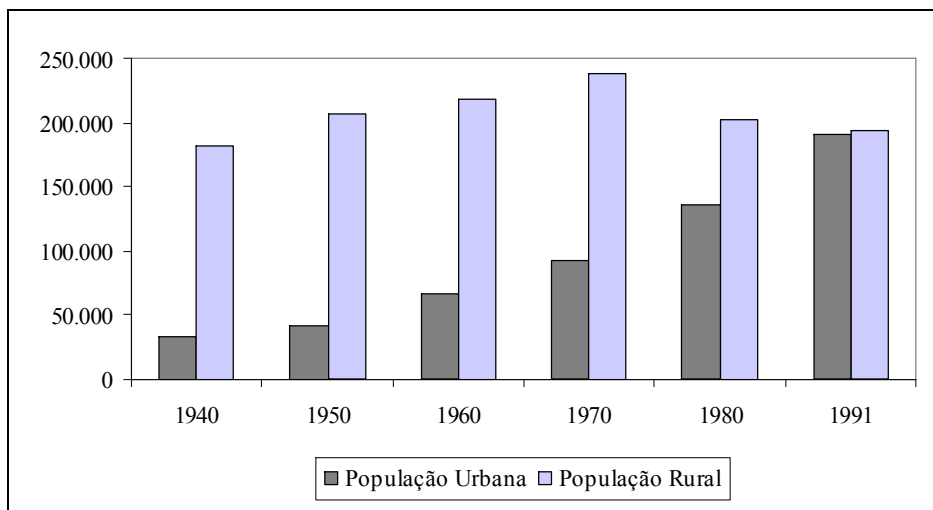


FIGURA 17 - Vale do Rio Pardo: população urbana e rural - 1940 a 1991 (mil hab.)

Em 1940 e 1950 compunham a região 07 municípios, em 1960 eram 08, em 1970 e em 1980 eram 10, e em 1991 eram 16 os municípios que integravam a região.

Fonte: Organização Rogério Silveira com base nos Censos do IBGE de 1940 a 1991.

Ou seja, nesses quarenta e um anos, enquanto a população total sequer conseguiu dobrar, a população urbana da região ampliou em torno de três vezes e meia, o que demonstra nesse período um crescimento muito superior da população urbana em relação à população total da região. Essa dinâmica de crescimento da população urbana foi mais intensa, especialmente na década de 1970, com 46,93%, e na de 1980, com 40,86%, quando as cidades da região apresentaram, respectivamente, um incremento de 43.170 e 55.221 habitantes. Simultaneamente, durante a década de 1970, aproximadamente 14,79% da população rural da região, em torno de 35.200 pessoas, deixam de residir nas áreas rurais. Nos anos oitenta, mais 8.759 pessoas deixaram o campo na região. Vários foram os fatores dessa redução da população rural na região. Aqui, variáveis internas e preexistentes tiveram, junto com as mudanças no sistema produtivo, papel destacado. Nos municípios localizados em áreas de origem colonial – como Candelária, Santa Cruz do Sul, Sobradinho e Venâncio Aires – pesaram o simultâneo aprofundamento do parcelamento da terra e a crescente pressão populacional por novas áreas, além dos reflexos das mudanças técnicas e organizacionais, e das novas normas de funcionamento do CAI do fumo na dinâmica de reprodução social das famílias de agricultores, crescentemente subordinadas às agroindústrias fumageiras. Nos municípios de Encruzilhada do Sul e de Rio Pardo a redução da população rural

deveu-se à alta concentração fundiária nas mãos de poucos proprietários, aliada à baixa produtividade da pecuária de gado bovino e ovino e, em menor escala, às novas relações de produção capitalistas implementadas no âmbito da orizicultura e da olericultura através da difusão do trabalho agrícola temporário assalariado em substituição aos parceiros, agregados e trabalhadores agrícolas permanentes. (SILVEIRA e HERMANN, 2001).

Ampliava-se assim o processo de migração no interior da região, especialmente das suas áreas rurais para as cidades que também passam a receber fluxos de migrantes de municípios de outras regiões do Estado. Em 1980, 37.701 pessoas, aproximadamente 65,28% do total das pessoas não-naturais dos municípios da região que residiam no Vale do Rio Pardo, possuíam seus domicílios nas cidades. Entre esses moradores urbanos não-naturais da região, aproximadamente 45%, ou seja, 16.926 pessoas vieram de áreas urbanas e cidades de outras regiões do Rio Grande do Sul, e 55%, ou 17.902 pessoas, imigraram desde áreas rurais da região e de outras regiões do Estado. (IBGE, 1980).

A tabela 17 expressa a intensidade desse movimento populacional para alguns municípios da região durante as décadas de 1960 e 1970.

TABELA 17 - Vale do Rio Pardo: número absoluto de migrantes por período de chegada e proporcionalidade em relação aos migrantes totais da região em municípios selecionados - 1960 a 1980

Período de chegada nos municípios	Municípios selecionados e região											
	Candelária		Rio Pardo		Santa Cruz do Sul		Venâncio Aires		Vera Cruz		Vale do Rio Pardo	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
1960 a 1970	1.060	5,88	5.202	28,90	4.812	26,73	2.638	14,65	1.212	6,73	17.997	100
1971 a 1980	2.636	9,15	4.911	17,06	8.681	30,15	4.187	14,54	2.326	8,08	28.784	100

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1970 e 1980. Org. Rogério Silveira

Observamos que, com exceção de Rio Pardo, nos demais municípios houve um incremento de migrantes entre 1960 e 1980. Em Santa Cruz do Sul, 13.493 imigrantes passaram a residir no município entre 1960 e 1980, representando, aproximadamente, 25% da sua população urbana e 14% da sua população total em 1980. Venâncio Aires também se destacava, apresentando nesse período 6.825 migrantes que vieram residir no município.

Todavia, é preciso considerar que a dinâmica de crescimento urbano e o processo de urbanização, nesse período, não se apresentaram com a mesma intensidade e o mesmo conteúdo no conjunto dos núcleos urbanos da região. Houve diferenciação no processo de urbanização das cidades na região. Nas principais cidades industriais fumageiras, esse processo além da industrialização deveu-se também ao aumento da população urbana motivada pela expansão do emprego urbano (industrial e comércio e serviços), vinculado tanto aos setores relacionados ao CAI do fumo (assistência técnica, bancos, vendas de insumos, casas de exportação e importação, empresas de transporte, mecânicas, concessionárias), quanto aqueles relacionados às despesas produtivas realizadas para o funcionamento do CAI, e também através daquelas demandadas estimuladas pelo consumo consumptivo da população urbana e rural. Também foi distinta, em cada cidade, a dinâmica de desenvolvimento do mercado imobiliário que igualmente levou a promoção de transformações na paisagem urbana e de novos usos do solo urbano.

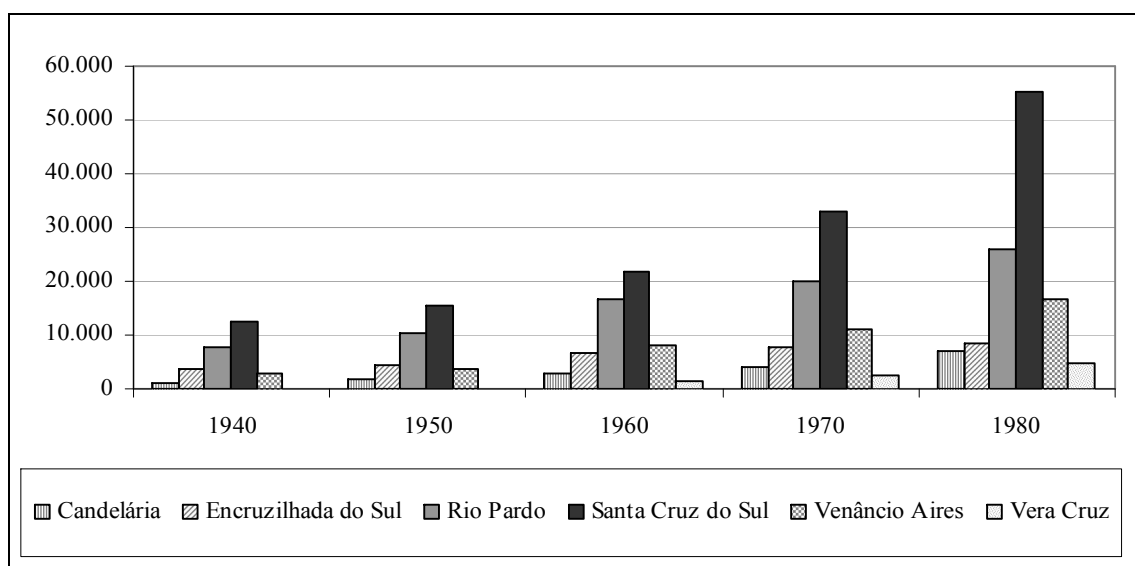


FIGURA 18 - Vale do Rio Pardo: população urbana de municípios selecionados - 1940 a 1980

Fonte: Organizado por Rogério Silveira com base nos dados dos Censos Demográficos - IBGE.

A figura 18 mostra a intensidade do crescimento da população urbana de Santa Cruz do Sul – principal núcleo industrial da região e local de instalação das principais plantas de agroindústrias fumageiras e demais estabelecimentos e entidades atuantes no ramo fumageiro – que passou de 12.444 habitantes em 1940 para aproximadamente 55.095 habitantes em 1980, apresentando um crescimento

nesse período de 42.651 habitantes, ou seja, um incremento relativo de 343% em relação ao seu número de habitantes. Chama também atenção a evolução do crescimento da população urbana de Venâncio Aires, Vera Cruz e Candelária. As duas primeiras, também cidades que possuíam plantas de beneficiamento industrial de fumo, e a última, importante centro produtor de arroz e fumo da região. Já as cidades de Rio Pardo e de Encruzilhada do Sul apresentaram certa estabilização em seu ritmo de crescimento populacional, traduzindo as suas limitadas estruturas industriais e a forte dependência a uma economia pouco diversificada e crescentemente dependente do setor primário.

A tabela 18 ilustra a evolução no período do grau de urbanização de alguns municípios da região. A preponderância, nesse conjunto, da cidade de Santa Cruz do Sul, onde 55,30% da população municipal residiam em 1980, traduzia o dinamismo de sua economia urbano-industrial, bem como sua crescente importância como um dos principais núcleos urbanos do complexo agroindustrial de fumo instalado no Sul do Brasil.

TABELA 18 - Vale do Rio Pardo: participação relativa da população urbana de municípios selecionados - 1950 a 1980

Ano	Candelária	Encruzilhada do Sul	Rio Pardo	Santa Cruz do Sul	Venâncio Aires	Vera Cruz*
1950	8,56	10,61	25,75	22,57	11,74	-
1960	12,60	15,42	35,28	29,00	20,68	13,99
1970	15,09	22,19	37,21	38,10	25,66	23,08
1980	27,18	30,55	51,47	55,30	34,43	34,23

Fonte: Censos Demográficos do IBGE. (*) Emancipou-se em 1959. Organização: Rogério Silveira

Esse desempenho na verdade foi reflexo, como vimos antes, dos sistemas de objetos que historicamente foram instalados em seu território e do sistema de ações e normas que nele foram engendradas, como suporte estratégico ao desenvolvimento do CAI do fumo e como condição e produto de sua progressiva integração ao mercado mundial de fumo em folha. O intenso processo de urbanização, que então se desenvolveu na cidade, caracterizou-se pela contínua e acelerada ampliação do perímetro urbano, pelo substancial aumento de sua população, pelos intensos processos de incorporação e especulação imobiliárias e pelo crescimento significativo de vilas populares em sua periferia urbana – lugar de reprodução social dos trabalhadores safristas na cidade. Essas características, na realidade, apresentam-se enquanto processos intimamente articulados e

subjacentes à própria dinâmica, pela qual o espaço urbano local passou a ser (re)produzido, a partir desse período. Há ainda nesse período certa correspondência entre o desempenho da produção e comercialização de fumo com a dinâmica da oferta e comercialização de novos terrenos e apartamentos na cidade. Isso se dava na medida em que a realização de grandes safras de fumo, ao injetar expressiva soma de capital na economia local, possibilitou um aumento do capital que passou a circular na economia urbana, aquecendo o comércio atacadista, a prestação de serviços e também o setor imobiliário.¹⁵¹ (SILVEIRA, 1997).

As cidades de Venâncio Aires e de Vera Cruz que em 1980 apresentavam, respectivamente, índices de urbanização de 34,43% e de 34,23%, gradativamente foram se consolidando como segundo e terceiro núcleos urbanos mais importantes do complexo agroindustrial do fumo instalado na região. Distintas pelo tamanho e pela estrutura industrial, ambas participaram ativamente desse momento do desenvolvimento do CAI do fumo, especialmente através de suas usinas de beneficiamento. Participação essa que acabou desempenhando papel importante na dinâmica econômica de seus municípios e no processo de urbanização de suas cidades, pelos empregos que geraram, pelo consumo consumptivo que promoveram e pelos impostos que passaram a arrecadar.

Nesse sentido, podemos dizer que tivemos, nesse período uma mútua complexificação, resultado do modo particular como acabou se desenvolvendo a dinâmica relacional entre o CAI do fumo e o território regional. Vimos que a promoção de um conjunto de inovações técnicas e organizacionais nas diferentes etapas constitutivas do complexo agroindustrial do fumo, ao mesmo tempo em que informava o advento de uma nova racionalidade econômica e produtiva no desenvolvimento do setor fumageiro comandada pela hegemonia do capital monopolista internacional, também participava intensamente no processo de constituição de um meio técnico-científico no território regional, possibilitando novos processos de organização espacial, de solidariedade espacial, e de utilização do território. Simultaneamente, o conteúdo e a lógica da organização espacial preexistente e historicamente produzida também influenciou e condicionou a lógica e

¹⁵¹ Parte dos recursos obtidos com a comercialização das super-safras de fumo, que ocorreram em 1988 (230 mil toneladas) e em 1992 (330 mil toneladas), contribuiu para o loteamento de um total de 4.259.063,81m², entre 1990 e 1995, o que representou 59% do total da área loteada na cidade entre 1975 e 1995. (SILVEIRA, 1997).

a dinâmica que orientaram a introdução e a implementação dessas inovações técnicas, organizacionais e normativas que passaram a constituir o novo sistema de produção agroindustrial fumageiro.

É preciso considerar que tanto a promoção dessas inovações técnicas e mudanças organizacionais quanto à implementação da atividade agroindustrial fumageira na região não se fizeram indiferentes ao território e às relações sociais de produção, historicamente engendradas entre os diversos e diferentes agentes sociais que nesse momento participavam das distintas etapas produtivas desse novo estágio da agroindustrialização do fumo, relacionando-se entre si através de novas e renovadas ações empreendidas desde distintas escalas espaciais.

Na realidade, a lógica e a dinâmica de funcionamento preponderantes nesse momento do desenvolvimento da fumicultura regional resultaram de um conjunto crescente de ações, interações, negociações e embates entre esses agentes sociais, promovendo assim as condições sociais, políticas e ideológicas para sua definição, materialização, normatização e efetivação no território regional. Esse também foi o contexto e o sentido que orientaram as inter-relações que ocorreram entre objetos e sistemas técnicos, sistemas de ações e normas e regulações no âmbito do CAI do fumo e que, ao se realizarem, viabilizaram a reprodução da atividade agroindustrial fumageira, possibilitando simultaneamente, uma particular organização espacial e determinados usos do território regional.

O desenvolvimento do CAI do fumo apresentou particularidades em relação ao processo geral de modernização da agricultura brasileira, na medida em que, contrariamente a outros CAIs também integrados ao mercado internacional de *commodities*, sua participação na constituição do meio técnico-científico na região possibilitou usos do território que não envolveram a completa modernização tecnológica dos processos produtivos, nem tampouco resultou na inteira substituição do trabalho humano e o emprego pleno da mecanização e automação do conjunto das atividades produtivas. A modernização tecnológica do cultivo e da produção do fumo se mostrou limitada, especialmente diante de algumas características já existentes na região como as limitações naturais do relevo onde se encontra a maior parte das propriedades rurais, o tamanho das pequenas propriedades, a necessária demanda do trabalho manual nos tratos culturais da lavoura fumageira e as recorrentes dificuldades econômicas dos fumicultores.

Sob o domínio do capital monopolista internacional, o desenvolvimento da fumicultura e a ampliação da produção do fumo na região resultaram da manutenção e valorização de alguns atributos e de condições territoriais já existentes, combinando-os com a introdução de inovações técnicas e organizacionais. Isso permitia às agroindústrias multinacionais alcançar no tempo esperado a quantidade e a qualidade desejadas de fumo, de modo a poder atender especialmente ao mercado internacional de fumo em folha. Assim, puderam-se obter condições ideais para o desenvolvimento da fumicultura, especialmente para a dinâmica de reprodução do capital agroindustrial fumageiro, uma vez que, através da difusão dos novos objetos e sistemas técnicos e do sistema integrado de produção, as empresas obtiveram o fumo que precisavam sem ter que fazer grandes investimentos e sem correr riscos. Não necessitaram adquirir ou arrendar terras para produzir o fumo, não precisaram arcar com as despesas do emprego das inovações técnicas na lavoura, nem tampouco arcar com o pagamento de salários e custos sociais advindos da legislação trabalhista, dada a existência das pequenas propriedades onde o fumo já era produzido através da mão-de-obra familiar. Tampouco precisaram investir recursos no custeio da safra e no seguro das lavouras, dado que para tanto se valeram da política nacional de crédito rural subsidiado, instaurada pela União a partir de 1967, e do seguro agrícola do fumo instituído em 1956 pela entidade representativa dos fumicultores.

No âmbito da comercialização, as empresas puderam se valer das novas e complexas normatizações das classes do fumo, regulamentadas pelo Estado, e da dependência econômica dos produtores em relação a elas, para aperfeiçoarem suas margens de lucro, ao mesmo tempo em que consolidavam a subordinação dos colonos fumicultores à sua racionalidade tecnológica e produtiva através da crescente integração ao mercado fumageiro internacional.

Por fim, no âmbito do beneficiamento e da transformação industrial, as empresas fumageiras, embora tenham invertido somas expressivas de capital na modernização e ampliação das plantas industriais existentes, puderam combinar o emprego de novos e modernos objetos técnicos com a mobilização e a exploração de expressivo contingente de mão-de-obra temporária, bem como contar com o apoio do Estado na concessão de incentivos fiscais e no provimento de infraestrutura. Isso lhes permitiu viabilizar o processo produtivo bem como assegurou,

em condições vantajosas, a realização da reprodução do capital industrial. Novos usos do território resultaram em um progressivo e desigual processo de industrialização das distintas cidades da região que, aliado aos diferentes fatores de expulsão de contingentes da população rural da região, resultaram também numa nova dinâmica de organização e de urbanização do território regional.

Esse conjunto de objetos técnicos e de normas criadas e de ações desenvolvidas num novo contexto de relações sociais e econômicas entre os fumicultores, as empresas, o Estado e os trabalhadores industriais configurou mudanças no funcionamento do setor fumageiro, sob a hegemonia do capital monopolista internacional. Contexto esse, caracterizado por uma dinâmica de desenvolvimento do CAI do fumo, que se realizou no território através da incorporação produtiva de novas áreas rurais, com a subordinação de novos contingentes de trabalhadores rurais, e através da urbanização desigual das cidades que experimentaram distintas funções no desenvolvimento da comercialização, do beneficiamento e da transformação do fumo, possibilitando também novas solidariedades espaciais.

No passado, os limites da divisão socioterritorial do trabalho entre campo e cidade, como também entre as cidades, acrescidos das precárias condições para a circulação dos produtos e das mercadorias possibilitavam uma maior autonomia relativa e independência entre os lugares, caracterizando um momento anterior da organização espacial da região, cuja solidariedade espacial limitava-se a poucas relações espaciais, sobretudo às determinadas pela lógica e dinâmica de funcionamento da rede comercial. Com a internacionalização do setor agroindustrial fumageiro e a difusão das inovações técnicas e organizacionais que passaram a caracterizar o desenvolvimento do CAI do fumo na região, vamos ter o aprofundamento e a complexificação da divisão socioterritorial do trabalho e o advento de novas e diversas relações espaciais entre os lugares da região: propriedades rurais e usinas, fábricas, outras indústrias e setores comerciais e de serviço. Nesse sentido, é preciso avançar nossa análise buscando refletir também sobre os efeitos que tanto a implementação desse novo sistema técnico de produção de fumo, quanto à integração do CAI do fumo ao mercado internacional acabaram tendo, nesse período, na dinâmica da divisão territorial do trabalho e na configuração da rede urbana regional.

8 - O DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DO FUMO E SUA INTEGRAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL: IMPLICAÇÕES NA DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO E NA REDE URBANA REGIONAL

No período entre a instalação da BAT, em 1917, até o aprofundamento da desnacionalização das empresas locais, no final da década de 1980, tivemos o desenvolvimento e a progressiva difusão espacial das atividades do CAI do fumo na região que se caracterizaram pela promoção de importantes inovações técnicas, produtivas e organizacionais. O crescimento experimentado pela fumicultura regional refletia o processo de agroindustrialização do fumo no país, caracterizado pelo aumento da produção nacional de fumo em folha para cigarros, realizada na região Sul do país, e pela sua maior participação nos mercados nacional e internacional. O aumento progressivo no volume e na qualidade da produção fumageira do Vale do Rio Pardo fazia com que a região começasse a conquistar um lugar de destaque na fumicultura brasileira.

No presente capítulo, analisamos inicialmente quais foram, nesse período, as condições e as oportunidades de participação da produção nacional de fumo nos mercados nacional e internacional, bem como os principais efeitos dessa integração econômica na dinâmica de desenvolvimento da fumicultura nacional, especialmente quanto à produção e à exportação do fumo brasileiro.

Em seguida, abordamos as influências dessa integração ao mercado mundial de fumo e das mudanças técnicas e organizacionais experimentadas no funcionamento do ramo fumageiro em relação à dinâmica da divisão territorial do trabalho desse ramo produtivo no âmbito do país. Nessa análise evidenciamos como se configuravam, especialmente, as especializações produtivas do ramo fumageiro, destacando principalmente a organização espacial do CAI do fumo no Sul do Brasil, e nele como se configurava no Vale do Rio Pardo a divisão territorial do trabalho que passava a funcionar no território regional. Para tanto, buscamos apreender como se constituíram, nesse período, o circuito espacial do fumo em folha e os círculos de

cooperação enquanto expressão do desenvolvimento e da expansão do CAI do fumo, verificados nesse período, na região.

Por fim, analisamos como se configurava a rede urbana regional nesse período enquanto condição e produto dessa divisão territorial do trabalho e em sua relação com a modernização dos sistemas de engenharia e equipamento do território regional. Buscamos assinalar os principais núcleos urbanos e suas funções, o conteúdo, a lógica e a dinâmica dos fluxos mais importantes, bem como as interações e relações espaciais mais relevantes entre as cidades da região, e, entre as cidades e os demais lugares que participavam da agroindustrialização do fumo.

8.1 - Os mercados nacional e internacional e a produção brasileira de fumo em folha

As mudanças técnicas e organizacionais experimentadas pelo ramo fumageiro desde a chegada de subsidiárias multinacionais certamente foram importantíssimas para que o país e especialmente a região do Vale do Rio Pardo passassem a apresentar uma destacada participação no mercado nacional e internacional de fumo. Na realidade, a promoção e a difusão dessas inovações pelas empresas tanto nas lavouras fumageiras como nas suas plantas industriais buscavam acima de tudo melhor responder às demandas e às exigências desses mercados. Sua implementação no território ocorreu intimamente vinculada ao contexto econômico do mercado que então vigorava. Contexto esse que, em última análise, acabava orientando e regulando o ritmo dos investimentos e a dinâmica das atividades econômicas vinculadas ao CAI do fumo, especialmente aquelas relacionadas à produção agrícola, ao seu beneficiamento e à sua transformação industrial.

É importante destacar, ainda que sucintamente, as condições e as oportunidades existentes nesse período para a produção regional de fumo em folha nos mercados nacional e internacional. Inicialmente, concordamos com Nardi (1985) quanto à dificuldade do estudo do mercado interno de fumo, dada a descontinuidade ou mesmo a ausência de dados oficiais mais precisos e sistematizados. Diante dessa limitação e nos valendo de dados coletados por entidades ligadas ao setor, podemos dizer que o mercado interno brasileiro de fumo nesse período apresentava-se em franco crescimento. (Tabela 19).

TABELA 19 - Brasil: consumo de fumo - 1939 a 1980

Variáveis	1939	1950	1960	1970	1980
Produção total	92.887	107.950	161.426	244.000	404.860
Exportações	35.378	35.805	31.618	53.538	145.485
Mercado interno	57.509	72.145	129.808	190.462	259.575
População	41.992	51.944	70.992	94.508	122.176
Consumo kg/Hab.	1,369	1,388	1,828	2,015	2,124

(Produção, Exportação e Mercado interno em toneladas, População em mil habitantes).
 Fonte: IBGE *apud* NARDI (1985, p.32).

Entre 1939 e 1980 observa-se a importância do mercado interno nacional que se manteve superior às exportações, afirmando-se como o principal destino da produção interna de fumo. Nesse período, enquanto a população brasileira crescia 19,09%, o mercado interno de fumo apresentava um crescimento de 35,13% e os brasileiros passavam a consumir em 1980 em torno de 2,124 kg de fumo *per capita*, um incremento de 55,14% em relação a 1939. De acordo com o IBGE, nesse período a população brasileira apresentou altas taxas de crescimento anual: 3,17% entre 1950 e 1960, 2,76% entre 1960 e 1970 e 2,48% entre 1970 e 1980. Além disso, o intenso processo de urbanização que o País apresentou a partir de 1960, as mudanças no estilo de vida dos brasileiros, a melhoria gradativa das condições de vida da população e uma maior participação das mulheres no mercado de consumo contribuíram significativamente para a expansão do mercado interno para derivados de fumo, especialmente os cigarros confeccionados com fumos claros – como os dos tipos *Virginia* e *Burley* mundialmente difundidos a partir da Segunda Guerra Mundial – e em menor escala também os charutos. (NARDI, 1985).

A tabela 20 demonstra a constituição do mercado brasileiro, nesse período, em relação à participação relativa dos diferentes tipos de derivados do fumo. Observa-se que no período houve um substancial aumento no consumo de cigarros

e charutos, simultaneamente, e uma gradativa redução no consumo de fumo em corda, utilizado na confecção artesanal de cigarros.¹⁵²

TABELA 20 - Brasil: participação relativa dos produtos derivados de fumo no mercado interno - 1939 a 1980

Produtos	1939	1950	1960	1970	1980
Cigarros e charutos	62,9	49,2	58,2	74,2	83,9
Fumo em corda	37,1	50,8	41,8	25,8	16,1
Consumo Total	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE *apud* Nardi (1985, p.34).

A partir da década de 1960, o consumo de cigarros industrializados, confeccionados com fumos claros, começava progressivamente a predominar no mercado brasileiro, principalmente em suas áreas urbanas e metropolitanas, enquanto o consumo de cigarros produzidos manualmente através do fumo em corda acabava ficando restrito às áreas rurais mais distantes e ainda não alcançadas pela rede de distribuição comercial das grandes companhias de cigarro.

No final dos anos sessenta, o mercado interno de cigarros já se apresentava nitidamente oligopolizado, na medida em que seu controle era exercido por um pequeno grupo de grandes empresas multinacionais que disputavam acirradamente a preferência dos consumidores, configurando o que Martins (1975) denomina de “reação oligopolística” quando se refere às estratégias utilizadas pelas corporações multinacionais na disputa pelo controle do mercado internacional.

Nesse contexto, a Cia. de Cigarros Souza Cruz, subsidiária da BAT e que desde a década de 1930 havia se tornado uma empresa de âmbito nacional, já tinha consolidado sua posição de líder absoluta do mercado, respondendo em 1973 por aproximadamente 76% do mercado nacional de cigarros. O controle do restante do mercado brasileiro estava assim dividido: 6% pela Fábrica de Cigarros Flórida, controlada pela americana *Ligget & Myers*; 6% pela Cia. de Fumos Santa Cruz, encampada pelo *Grupo Remtsmann*; 6% pela Cia. Lopes Sá, controlada pela alemã

¹⁵² De acordo com o IBGE *apud* Nardi (1985), no Brasil, entre 1939 e 1980, ao mesmo tempo em que se ampliou o consumo de cigarros e charutos de 0,861 kg/habitante para 1,782 kg/habitante, também se reduziu gradativamente o consumo de fumo de corda, utilizado para confecção de cigarros de palha, de 0,507 kg/hab. para 0,341 kg/hab.

Brinkmann; e os outros 6% por diversas empresas menores nacionais. Em 1975, a *Cia. Phillip Morris* se instala em Santa Cruz do Sul e adquire do *Grupo Remtsmann* o controle da Cia. de Fumos Santa Cruz, e a americana *R.J.Reynolds* - maior fabricante de cigarros nos Estados Unidos - adquire da *Brinkmann* o controle acionário da Cia. Lopes Sá. (LIEDKE, 1977).

Essas recorrentes associações entre empresas internacionais e as aquisições, por elas, de empresas nacionais explicitam as principais estratégias de ação adotadas pelas empresas do setor fumageiro, como forma de viabilizar a reprodução do capital investido no país. Entre essas estratégias, destaca-se a do acesso e de uma maior participação no mercado interno dos principais países produtores e consumidores de fumo em folha. Foi através dessa lógica de concorrência intraoligopólica que o mercado interno para fumo em folha, especialmente aquele para a fabricação de cigarro, acabou se expandindo.

A dinâmica de crescimento do mercado interno brasileiro para o fumo em folha representava então a segurança e a estabilidade necessárias à promoção de novos investimentos por parte das agroindústrias fumageiras, especialmente as subsidiárias das multinacionais que viam no mercado nacional condições favoráveis para sua expansão.

A tabela 21 ilustra a importância do mercado interno como principal destino do fumo produzido no país.

TABELA 21 - Brasil: participação relativa do mercado interno e das exportações no destino da produção nacional de fumo - 1939 a 1980

	1939	1950	1960	1970	1980
Mercado interno	61,9	66,8	80,4	78,0	64,1
Exportações	38,1	33,2	19,6	22,0	35,9
Produção total	100	100	100	100	100

Fonte: FIBGE, CACEX, FGV *apud* NARDI (1985).

Além da importante participação relativa que o mercado interno brasileiro desempenha no consumo da produção total de tabaco realizada no país, podemos também verificar a tendência de crescimento das exportações de fumo, desde a

década de 1960 – reflexo das mudanças que o CAI do fumo passou a experimentar, especialmente no Sul do Brasil, com a internacionalização e modernização do setor.

Rezende (2003) assinala que de modo geral, durante as décadas de 1970 e 1980, o setor agrícola nacional foi capaz de manter uma dinâmica de crescimento, mesmo num contexto macroeconômico adverso como foi a década de 1980, quando a espiral inflacionária e a indexação da economia acabaram incidindo negativamente no crescimento econômico do País. Algumas das principais razões para esse crescimento foram os incentivos institucionais do Estado brasileiro para novos investimentos dos ramos empresariais que produziam cultivos de exportação, bem como as condições favoráveis existentes no mercado internacional à produção nacional. Vimos antes os estímulos fiscais e creditícios que foram alcançados às empresas agroindústrias fumageiras multinacionais que se instalaram na região, afirmando assim a opção pelo modelo de modernização da agricultura brasileira através do fomento à criação e expansão no País, dos CAIs.

Desde o início do século XX, a produção mundial de tabaco em folha vinha apresentando uma alta taxa anual de crescimento, via de regra superior àquela do crescimento anual da população mundial. Em 1935, a produção mundial foi de 3.000.000 ton.¹⁵³; em 1955 chegou a 3.860.000 ton.¹⁵⁴; em 1965 passou a 4.446.000 ton.¹⁵⁵; e em 1974 apresentou o volume significativo de 5.222.000 ton., das quais aproximadamente 68,1% foram produzidas pelos dez maiores produtores mundiais¹⁵⁶.

Ao longo dos anos 1960 e começo dos anos 1970, a participação da produção brasileira no total da produção mundial foi aumentando, embora de modo irregular: 3,5% em 1962, 4,3% em 1965; 5,46% em 1969; 5,32% em 1972; e 4,60% em 1974. (UNCTAD/GATT, 1968 e GONTIJO, 1976). Essa oscilação pode ser reflexo da dinâmica de formação dos estoques mundiais, influenciando na variação da área plantada a cada ano, bem como da conjuntura econômica brasileira, especialmente quanto aos problemas antes destacados do financiamento da

¹⁵³ HITIER e SABOURIN, 1965.

¹⁵⁴ Idem

¹⁵⁵ UNCTAD/GATT, 1968.

¹⁵⁶ Em 1974, o grupo dos dez maiores países produtores de fumo constituía-se assim: China, Estados Unidos, Índia, União Soviética, Brasil, Turquia, Bulgária, Japão, Indonésia e Canadá. (FAO *apud* GONTIJO, 1976).

produção. Ainda assim o Brasil figurava desde 1970 como o quinto maior produtor mundial.

De acordo com Gontijo (1976), do total da produção mundial de fumo em folha realizada em 1974, aproximadamente 75% correspondiam a fumos para cigarros, especialmente os dos tipos *Virginia* e *Burley*, 15% eram representados por fumo do tipo *Oriental* – tradicionalmente utilizado como mistura para a produção dos *blends* dos cigarros – e 10% eram referentes a fumos para a fabricação de charutos. Em 1965, Hitier e Sabourin já identificavam essa crescente participação dos fumos claros no mercado, quando anunciavam algumas tendências verificadas nas décadas anteriores em relação às novas características da produção e do consumo mundial de fumo. Para eles começava haver:

- o crescimento dos tabacos leves em detrimento dos tabacos pesados. O consumo dos cigarros tem aumentado regularmente e o do cachimbo tem diminuído, enquanto o hábito de mascar ou de cheirar tende a desaparecer;
- a baixa da produção de tabacos negros, sobretudo tabacos fortes, mas igualmente dos tabacos para charutos. A moda evolui no plano mundial para o cigarro à base do tipo “*blend*”;
- co-relativamente, há o desenvolvimento muito marcado da produção dos tabacos *flue cured*, de tipo *Virginia*, e o aumento da produção dos tabacos do oriente e do tipo *Burley*. (HITIER e SABOURIN, 1965, p.64-65) Nossa tradução livre.

Ao longo da década de 1960 e até a metade da década de 1970, foram comercializadas anualmente, através de exportações e importações, em torno de ¼ da produção anual de fumo em folha.¹⁵⁷ De acordo com Hitier e Sabourin (1965), a maior parte dos países comprava fumo em folha. Não apenas aqueles que não o produziam, ou aqueles que o produziam em quantidade insuficiente para suprir seus mercados – como a Inglaterra, a Holanda, a Alemanha, o Egito e os países escandinavos –, mas também alguns países exportadores eram importantes compradores – entre eles os Estados Unidos que o faziam para poder satisfazer o gosto dos diferentes consumidores, ou mesmo para poderem melhorar a qualidade dos *blends* dos cigarros por ele produzidos. No período entre 1969 e 1974 houve um crescimento de 42,5% das exportações mundiais de fumo em folha, assinalando o aquecimento do mercado mundial, especialmente para fumos para a fabricação de

¹⁵⁷ Em 1960, as exportações mundiais de fumo totalizaram 774.675 ton.; em 1965, esse montante passou para 968.951ton.; em 1970, alcançou um total de 986.131 ton.; e, em 1974, apresentou 1.381.616 ton. de fumo exportado. (GONTIJO, 1976).

cigarros. (GONTIJO, 1976). Em 1974, os Estados Unidos constituíam-se no principal país exportador, respondendo por 21% da exportação mundial de fumo em folha, seguido da Turquia, com 8,13% das exportações, e do Brasil que, com 91.442 toneladas, respondia por cerca de 6,61% das exportações totais de fumo.

É preciso registrar ainda que nesse período tanto a produção, o beneficiamento e a comercialização de fumo em folha no mercado mundial, quanto a produção e exportação de cigarros nas economias capitalistas desenvolvidas e subdesenvolvidas estavam subordinadas, em maior ou menor grau, às ações hegemônicas do oligopólio mundial do tabaco, constituído por um pequeno grupo de grandes corporações multinacionais americanas e européias, o que evidenciava a alta concentração e centralização de capital existente nesse ramo. Esse oligopólio, no final dos anos setenta, apresentava a seguinte composição: a anglo-americana *British American Tobacco Co.*, a inglesa *Imperial Tobacco Co.*, as americanas *R.J. Reynolds*, *Philip Morris Co.*, *American Brands* e *Gulf and Western*, e o Grupo *Rupert/Rembrandt/Rothmans*, de capital canadense e sul-africano. (CLAIRMONTE, 1983).

Nesse contexto, o mercado internacional de fumo em folha começou a se tornar crescentemente favorável e atrativo à produção nacional. Como vimos antes, a crise política vivenciada pela Rodésia, a partir de 1965, oferecia ótima oportunidade para o fumo em folha brasileiro, tendo em vista a expressiva redução das vendas daquele país – até então, segundo maior exportador mundial de fumo *Virginia* – para boa parte dos países europeus. Um outro evento importante que contribuiu para o aumento da produção brasileira foi o conjunto de mudanças implantadas, a partir de 1971, no sistema aduaneiro da CEE (Comunidade Econômica Européia), favorecendo a circulação de fumo no mercado comum europeu. A decisão da Itália e da França em tornarem livre a importação de qualquer produção de fumo realizada na CEE abriu caminho para a introdução, nos mercados dos países membros, de cigarros fabricados em qualquer país da CEE. Isso acabou atraindo os interesses das multinacionais norte-americanas que passaram a instalar fábricas de cigarros na Europa a fim de contornar a taxa de impostos de importação sobre os produtos fabricados fora da CEE. Isso significou um progressivo aumento na produção e no consumo de cigarros de tipo americano,

elaborados com fumos claros pelos europeus. Ampliava-se assim a demanda mundial por fumos dos tipos *Virgínia* e *Burley*.

Há que se mencionar, ainda, um outro fato favorável à produção brasileira. Desde o começo da década de 1980, as recorrentes quedas na produção americana de tabaco, fundamentalmente composta de fumos claros, aliadas ao aumento do consumo no mercado americano, acabaram levando ao crescimento das importações norte-americanas de tabaco. (NARDI, 1985 e MAX, 1986). Esses eventos acabaram promovendo uma reorganização no comércio internacional de fumo em folha, especialmente determinando um aumento na demanda internacional de fumos claros, cujos efeitos começaram a se fazer sentir na produção e na exportação brasileira, como mostram, respectivamente, as tabelas 22 e 23.

Com a internacionalização do setor fumageiro, observa-se um progressivo aumento no País da produção de fumos claros de origem norte-americana, como o do tipo *Virgínia* bem como do tipo *Burley*, variedade de coloração mais escura, que passavam a ser utilizados na composição dos *blends* dos cigarros. Paralelamente, ocorre uma gradativa diminuição do cultivo das variedades de fumo que tradicionalmente eram cultivadas, como os casos do fumo Amarelinho (de tipo claro) e do fumo Comum (de tipo escuro).

TABELA 22 - Brasil: produção fumageira segundo tipos de fumo em folha (ton.) - 1977/1989

Safra	Total	Virgínia	Amarelinho	Burley	Comum	Outros
1977	337.080	119.870	73.330	26.970	44.880	72.030
1979	398.180	155.500	91.020	44.120	35.750	71.790
1980	372.980	165.200	71.480	28.260	21.150	86.880
1982	391.960	211.400	37.950	34.030	13.320	95.260
1984	434.750	226.610	39.920	43.660	16.130	08.430
1986	410.490	232.300	31.740	40.710	11.010	95.000
1988	431.710	245.140	34.880	52.570	15.120	84.000
1989	461.990	263.820	40.370	60.580	16.790	80.430

Fonte: SEFRIN (1995, p.27). Organização: Rogério Silveira

Assim, entre 1977 e 1989, enquanto a produção total de fumo em folha foi ampliada em 37,06%, a produção das variedades *Virginia* e *Burley* cresceu respectivamente, 120,09% e 124,62%. Ao mesmo tempo, ocorreu a diminuição tanto da produção do fumo Amarelinho, aproximadamente 44,95%, como da produção do fumo Comum, em torno de 62,59%.

O desenvolvimento e a expansão da produção no País dessas variedades de fumo em folha mais adequadas aos parâmetros demandados pelos mercados nacional e internacional em relação aos tipos de cigarros preferencialmente consumidos – aliada à progressiva melhoria da qualidade do fumo em folha cultivado e beneficiado no País – possibilitaram ao longo do período um consistente crescimento das exportações brasileiras de fumo em folha.

Entre 1968 e 1989 ocorreu um crescimento da ordem de 402,69% na quantidade de fumo em folha exportado e um aumento de 2.680% no valor das exportações. Nardi (1985) assinala que um dos motivos que também acabou influenciando o aumento das exportações de fumo em folha do Brasil foi sem dúvida a elevação do preço do produto no mercado internacional. “Os preços dobram entre 1966 e 1973. Daí até 1981, cresce 70% para os produtores e 192% para os exportadores.”

TABELA 23 - Brasil: exportação de fumo em folha - 1968/1989

Anos	Quantidade (ton.)	Valor (US\$. 1.000 – FOB)
1968	38.525	18.869
1969	47.721	26.492
1970	53.539	31.195
1972	63.218	46.674
1975	98.158	141.796
1980*	128.400	284.260
1984*	187.440	460.470
1989*	193.660	524.540

Fonte: CACEX (Carteira de Comércio Exterior) do Banco do Brasil *apud* Gontijo (1976) e (*) AFUBRA, ABIFUMO (Associação Brasileira da Indústria do Fumo), SECEX (Secretaria de Comércio Exterior) *apud* FAO (2003b). Organização: Rogério Silveira.

É preciso também registrar que essa valorização do fumo em folha foi diferenciada, de acordo com a variedade e categoria do tabaco, e com o modo de cura a que eram submetidos. Via de regra, os fumos da categoria estufa (*Virginia* e Amarelinho) apresentavam melhor cotação do que os da categoria galpão (*Burley* e Galpão). Além disso, o aumento na valorização do fumo brasileiro no exterior não resultou, em consequência, em um aumento substancial no preço do fumo. O fumo em folha brasileiro continuou nesse período sendo um dos mais baratos do mundo¹⁵⁸.

Nesse sentido, a crescente valorização do produto no mercado internacional, aliada às demais vantagens encontradas pelas empresas multinacionais no Brasil – ambiente natural propício à fumicultura, tradição no cultivo do fumo, mão-de-obra barata, isenções de impostos, estímulos fiscais à remessa de lucros para o exterior, entre outros –, ofereceram as condições para que, através do avanço da agroindustrialização do fumo, o País pudesse ampliar seus parceiros comerciais, aumentando, a partir de então, significativamente o volume de fumo exportado.¹⁵⁹ Além disso, alterava-se decididamente o conteúdo das exportações de fumo, na medida em que os fumos claros para cigarros passavam progressivamente a representar o principal produto fumageiro a ser comercializado no exterior. Como lembra Corrêa

Em 1960, 80% das exportações brasileiras de fumo em folha foram de fumos escuros, produzidos na Bahia, sobretudo na região do Recôncavo Baiano e em Alagoas, na região agrestina de Arapiraca. Em 1965, cerca de dois terços cabem ainda aos fumos escuros que, entretanto, representam 49% do total exportado em 1970. A partir de então os fumos claros, do tipo Virginia, dominam o mercado de exportação: em 1975 correspondem a 64% do total, alcançando 77% em 1980. (CORRÊA, 1991, p.46)

Praticamente, até o final da década de 1970, o fumo em folha nacional exportado, pela limitada qualidade então existente, era utilizado basicamente nas fábricas européias e americanas de cigarros no enchimento dos mesmos, na medida em que o sabor, o *blend* dos cigarros, era garantido pelo uso de fumos de qualidade

¹⁵⁸ Em 1974, o preço médio das exportações de fumo brasileiro foi de US\$. 900,00/ton, inferior ao preço praticado por vários dos principais países exportadores, como os Estados Unidos com US\$. 2.400,00/ton., a Grécia com US\$.2.000,00/ton., a Turquia com US\$.1.200,00/ton., a Rodésia com US\$.1.100,00/ton, e a Índia com US\$.1.000/ton. (GONTIJO, 1976).

¹⁵⁹ De 1970 a 1983 ocorreu um aumento de 1500% nas exportações brasileiras de fumo em folha. (ABIFUMO, 1984). Em 1984, 48% da produção de fumo foi exportada e em 1985 destacavam-se entre os principais compradores do fumo brasileiro os Estados Unidos (21,6% do total exportado), a CEE com 54,7% e a China com 3,4%. (CACEX, 1986).

superior, procedentes de outros lugares. A partir da década de 1980, com os avanços técnicos e organizacionais que as agroindústrias fumageiras tinham implementado no âmbito do CAI do fumo na região Sul do País, ampliou-se progressivamente a quantidade e a qualidade do fumo brasileiro, passando o mesmo a ser preferencialmente utilizado na obtenção dos sabores dos cigarros fabricados no exterior.

A crescente melhoria da qualidade da safra do fumo gaúcho e a simultânea mudança no padrão de consumo internacional que passava a demandar fumos claros em detrimento dos fumos escuros possibilitaram um expressivo aumento na produção e na exportação do fumo gaúcho.¹⁶⁰ O ritmo do crescimento decaiu um pouco nas safras de 1985 e 1986 em decorrência do aumento da oferta do mercado internacional, que promoveu uma queda na cotação internacional do produto, e também de problemas climáticos que causaram a diminuição da quantidade e qualidade do fumo gaúcho. A partir de 1988, a produção regional e estadual de fumo voltava a ser retomada no ritmo anterior, passando então a ampliar o montante do fumo produzido e exportado, e a definir o mercado internacional como o principal destino do fumo em folha produzido no Vale do Rio Pardo e nas demais regiões fumicultoras do Estado e do Sul do Brasil.

8.2 - O CAI do fumo no Sul do Brasil e a divisão territorial do trabalho no ramo fumageiro: a participação do Vale do Rio Pardo nos circuitos espaciais de produção e nos círculos de cooperação

O desenvolvimento do CAI do fumo no Sul do Brasil foi configurando uma nova divisão territorial do trabalho no setor fumageiro. Desde o final da década de 1960, com a intensificação da internacionalização das empresas fumageiras localizadas no Vale do Rio Pardo, começaram a haver mudanças na distribuição espacial da produção do fumo no país. O Nordeste brasileiro, especialmente os estados de Alagoas e da Bahia, além de progressivamente diminuir sua participação na produção nacional de fumo, passou a se especializar definitivamente na

¹⁶⁰ A exportação de fumo do Rio Grande do Sul, em 1979, representava 53% do total do fumo exportado pelo País e 9% do valor total das exportações realizadas pelo Rio Grande do Sul. No período de 1979 a 1984, houve um crescimento médio anual de 17,24% nas exportações gaúchas de fumo, superior à média anual das exportações de fumo pelo conjunto dos demais estados, que foi de 9,56%. (TERUCHKIN, 1990).

produção de fumos escuros e na confecção limitada de charutos. Já o Sudeste manteve sua condição de área produtora de fumo para cachimbo e de fumo em corda para cigarros confeccionados manualmente, e também passou a apresentar algumas das maiores fábricas de cigarro do país. A partir de meados da década de 1970 e durante a de 1980, a região Sul do Brasil foi se consolidando como a principal área produtora de fumo em folha das variedades *Virginia e Burley* para a confecção de cigarros.

Os dados da tabela 24 registram essa nova distribuição da produção de fumo no país. Observamos no período uma contínua diminuição na produção de fumo em folha realizada nas regiões Nordeste e Sudeste, bem como em suas participações relativas no conjunto da produção nacional. As regiões Norte e Centro-Oeste igualmente diminuíram sua produção mantendo uma inexpressiva participação na produção brasileira. Já a região Sul apresentou um expressivo e contínuo aumento de sua produção de fumo, respondendo em 1990 por um volume de 397.326 toneladas, aproximadamente 89,19% da produção nacional.

TABELA 24 - Brasil - Produção nacional de fumo em folha segundo as macrorregiões brasileiras: 1973 a 1990 (ton.)

Anos	Brasil		Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
1973	234.280	0,91	2.135	0,91	63.805	27,23	6.428	2,74	18.410	7,86	143.502	61,25
1980	404.860	0,64	2.610	0,64	72.799	17,98	1.013	0,25	8.168	2,02	320.270	79,11
1990	445.489	0,14	623	0,14	45.124	10,13	20	0,00	2.396	0,54	397.326	89,19

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Organização: Rogério Silveira

Inicialmente difundida no Rio Grande do Sul, a produção do fumo em folha foi progressivamente sendo expandida para os estados vizinhos de Santa Catarina e Paraná, especialmente naqueles municípios que apresentavam o predomínio das pequenas propriedades rurais familiares e características ambientais (solo e clima) adequadas ao cultivo do tipo de fumo em folha demandado pelas agroindústrias fumageiras. Nesse sentido, a produção de fumo realizada na região Sul foi ampliando consideravelmente. Entre 1973 e 1990, essa região apresentou um incremento de 176,87% na produção de fumo, algo em torno de 253.824 toneladas. Enquanto a produção de fumo se difundia e aumentava em Santa Catarina e no

Paraná, o Rio Grande do Sul transformava-se no maior produtor de fumo em folha do País, respondendo por aproximadamente 35% e 37% da produção nacional nas décadas de 1970 e 1980, e passando a produzir, em 1989, 201.200 toneladas, em torno de 45% da produção nacional. (IBGE - PAM, 1973 a 1990) ¹⁶¹.

A figura 19 permite observar como ocorreu a expansão e a distribuição espacial do cultivo de fumo nas microrregiões homogêneas do Rio Grande do Sul, no período de 1950 a 1980.¹⁶²

Observamos que o desenvolvimento da cultura do fumo no Rio Grande do Sul, nesse período, caracterizou-se por apresentar um padrão espacial de localização e difusão da lavoura de fumo que informava movimentos simultâneos no espaço geográfico de crescimento, expansão e concentração da produção fumageira gaúcha em algumas áreas, e de redução, retração e até mesmo extinção em outras áreas. Esses movimentos e as mudanças na configuração espacial da distribuição da produção de fumo estão diretamente relacionados, nesse período, à transformação da lavoura de fumo de uma cultura destinada ao autoconsumo para uma cultura comercial crescentemente vinculada às dinâmicas do mercado nacional e internacional, bem como ao avanço no Estado de outras culturas agroindustriais, como são o arroz, a soja e o trigo.

¹⁶¹ Nesse período, o aumento da produção de fumo foi expressivo em Santa Catarina, em torno de 104.585 toneladas, um incremento de aproximadamente 218,74%. No Paraná, embora o incremento na produção em termos absolutos tenha sido menor, totalizando 26.408 toneladas, em termos relativos ele também foi significativo, representando um aumento de 189,88% nesse mesmo período. (IBGE - PAM, 1973 a 1990).

¹⁶² Mesmo reconhecendo a inexistência de uma atualização dos limites da divisão do Estado em microrregiões homogêneas em cada um dos anos informados pela figura, optamos em utilizá-la, pois a mesma atende ao nosso principal objetivo que é o de ilustrar a evolução da distribuição espacial do fumo no território do Rio Grande do Sul.

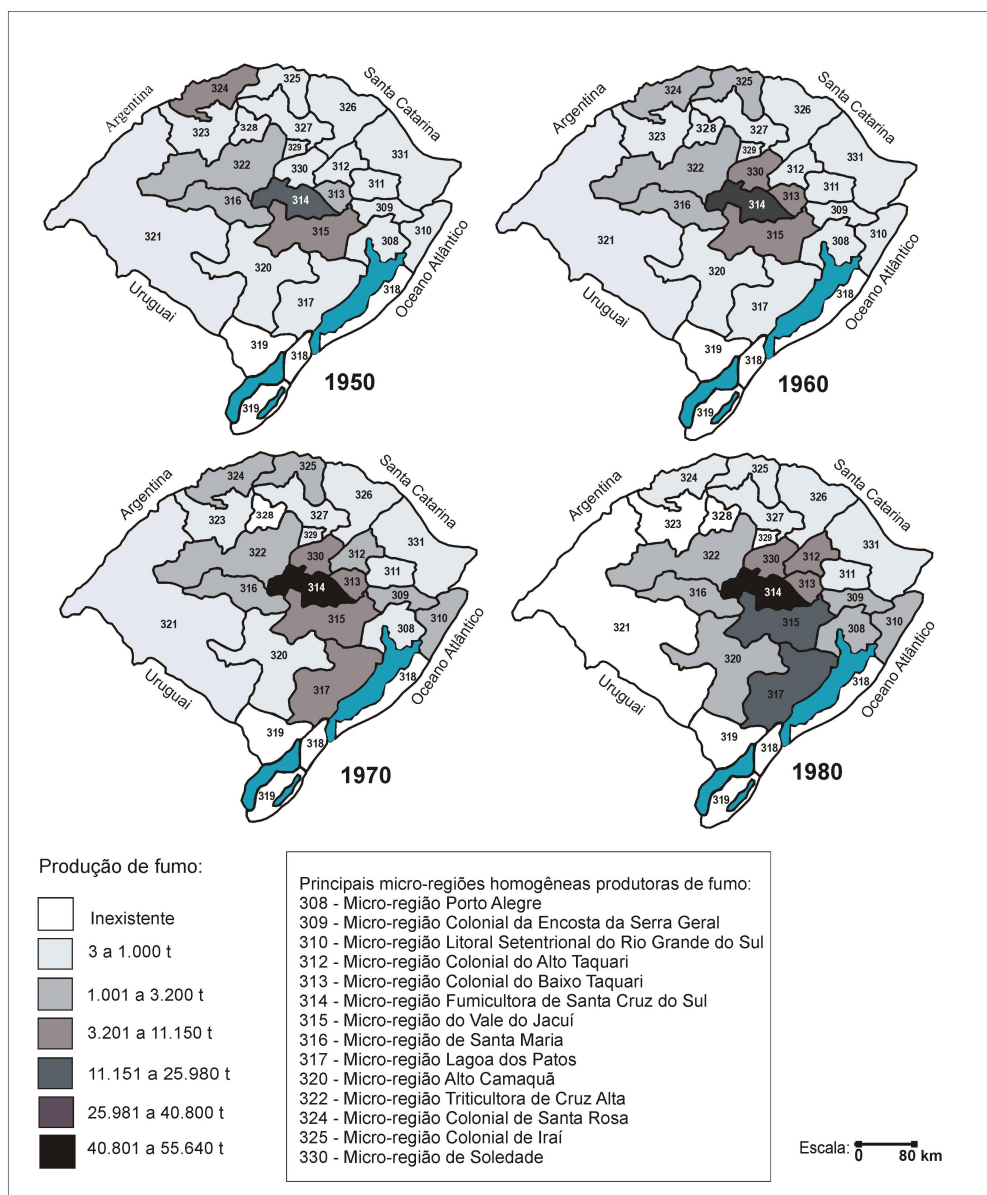


FIG. 19 - Rio Grande do Sul: distribuição espacial da produção de fumo nas microrregiões homogêneas - 1950 a 1980

Fonte: ETGES(1991) e Censos Agropecuários do IBGE. Organização: Rogério Silveira

Até 1960, o fumo era cultivado em praticamente todo o Estado, havendo o predomínio do fumo em corda que em pequenas quantidades era direcionado para o consumo das populações locais. (ETGES, 1991). Nesse primeiro momento, destacavam-se como principais áreas produtoras a microrregião fumicultora de Santa Cruz do Sul – tradicional local da produção e do beneficiamento estadual do fumo em folha –, seguida das microrregiões do Vale do Jacuí e de Santa Rosa – a primeira, importante área fornecedora de fumo para as empresas instaladas no Vale

do Rio Pardo, e a segunda como principal área fornecedora de fumo para a usina de beneficiamento da Cia. Souza Cruz, instalada em Santo Ângelo, em 1928¹⁶³.

A partir de meados da década de 1960 e, especialmente, durante as décadas de 1970 e 1980, com o aprofundamento da internacionalização do setor agrofumageiro instalado no Vale do Rio Pardo, sua modernização e sua progressiva integração aos mercados nacional e internacional, tem-se a difusão da fumicultura e o aumento na produção de fumo em folha no Rio Grande do Sul, engendrando uma nova configuração espacial da cultura no espaço estadual.

Passou a ocorrer a intensificação e a especialização na produção de fumo em folha nas áreas circundantes e próximas às usinas de beneficiamento de fumo em folha, instaladas em Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz. Também teve curso a extinção do plantio do fumo em corda na região da Campanha gaúcha, ocasionada pelo avanço do cultivo do arroz, e a diminuição do cultivo do fumo em folha no Noroeste e Norte do Estado, em função do advento e da expansão das culturas da soja e do trigo. Assim, a produção de fumo em folha, especialmente das novas variedades *Virginia* e *Burley*, passava a se concentrar, principalmente, numa faixa territorial integrada pela microrregião fumicultora de Santa Cruz do Sul – que se consolidava como a principal área produtora do Estado¹⁶⁴ –, pelas microrregiões vizinhas de Soledade, Colonial do Alto e do Baixo Taquari, e pelas microrregiões do Vale do Jacuí e da Lagoa dos Patos - estas como locais onde passou a ocorrer uma forte expansão da fumicultura.¹⁶⁵

A ampliação da produção e da agroindustrialização do fumo em folha na região Sul do País ocorreu através da expansão das atividades desenvolvidas pelas

¹⁶³ Com o declínio da produção de fumo no Noroeste e no Norte do Estado, combinado com a expansão dos cultivos da soja e do trigo nessa região, a Cia. Souza Cruz acabou desativando essa usina de beneficiamento, em 1972, e o fumo ainda produzido passou a ser beneficiado pela usina da empresa em Santa Cruz do Sul.

¹⁶⁴ De acordo com os dados do IBGE, Produção Agrícola Municipal (1973-1990), esta microrregião respondeu nos anos 1970, em média, por 54% da produção gaúcha e na década de 1980 diminuiu sua participação para 46%. Isso se explica pelo aumento da produção de fumo em outras microrregiões do Estado, como, por exemplo, a do Vale do Jacuí e a da Lagoa dos Patos.

¹⁶⁵ Etges (1991), nesse período, assinala que a expansão da fumicultura no Estado ocorre notadamente naquelas regiões onde predominava o minifúndio, a pequena propriedade com mão-de-obra familiar e em áreas onde o relevo ondulado e os solos de baixa fertilidade não favoreciam os cultivos da soja e do trigo ou a pecuária. Ela destaca ainda que nas microrregiões de Santa Maria e do Vale do Jacuí – e nós também acrescentamos a da Lagoa dos Patos –, nos municípios onde predominam médias e grandes propriedades com solos férteis que apresentam lavouras de arroz e pecuária, o cultivo do fumo tem se expandido por conta de agricultores que, em parceria, o cultivam em terras dos médios e grandes proprietários.

subsidiárias das agroindústrias multinacionais.¹⁶⁶ Ao longo desse período, cada empresa acabou constituindo, em diferentes momentos, uma dada estrutura locacional que melhor viabilizasse a sua dinâmica de funcionamento e que assegurasse as suas demandas particulares de produção e de beneficiamento de fumo em folha, bem como de produção de cigarros e de exportação de fumo em folha.

A combinação dessas distintas estruturas locais implantadas por diferentes empresas possibilitou a emergência de uma complexa configuração espacial da agroindustrialização do fumo que informava uma dada divisão territorial do trabalho entre os distintos lugares – áreas rurais produtoras e núcleos urbanos com diferentes funções envolvendo postos de compra, usinas de beneficiamento, fábricas de cigarro, depósitos atacadistas, filiais de venda, gerência de produção de fumo, gerência de distribuição do cigarro, exportação de fumo em folha – que se articulavam no âmbito da rede corporativa de cada empresa, expressando a dinâmica particular de expansão de cada empresa, via de regra, realizada através de intensos processos de concentração horizontal e vertical e de conglomeração das atividades.¹⁶⁷ (CORRÊA, 1991).

Diante da inexistência de dados e informações desse período que nos permitissem mapear com maior fidedignidade o conjunto das redes corporativas das agroindústrias fumageiras que atuavam na região Sul do Brasil e que estavam instaladas na região do Vale do Rio Pardo – o que nos possibilitaria melhor configurar a divisão territorial do trabalho do ramo fumageiro –, nos valem da importante e original contribuição de Corrêa (1991). A análise do autor sobre a espacialidade do grupo Souza Cruz no País oferece elementos importantes auxiliando-nos a apreender a lógica predominante na configuração espacial que o CAI do fumo acabou engendrando no Sul do País, e especialmente aproximando-

¹⁶⁶ Em 1983, nos três estados do sul havia 113.800 agricultores integrados às empresas fumageiras produzindo 323 mil toneladas de fumo em 383 municípios. (ABIFUMO, 1984).

¹⁶⁷ Corrêa (1991, p.37-38), analisando o processo de expansão no Brasil do Grupo Souza Cruz e sua decorrente espacialidade, assinala que “o processo de concentração horizontal pode ser caracterizado pela criação ou aquisição de unidades com a mesma produção ou prestando os mesmos serviços. De outro, o processo de concentração vertical ou integração, se caracteriza pela criação ou aquisição de unidades com produção situada a montante e/ou a jusante de um produto principal, produzindo bens intermediários ou prestando um serviço funcionalmente necessário. (...) [Já a] conglomeração é caracterizada pela criação ou aquisição de empresas vinculadas a setores que funcionalmente não se articulam - ainda que em parte possam fazê-lo -, gerando uma efetiva diversificação”.

nos do modo como então se apresentava a divisão territorial do trabalho no ramo fumageiro, da qual o Vale do Rio Pardo ativamente participava. Além disso, essa escolha também valoriza o pioneirismo da Cia. de Cigarros Souza Cruz¹⁶⁸ na expansão do CAI do fumo pela região Sul, bem como o fato de que, nesse período, as empresas multinacionais, embora distintas em suas escalas de produção, apresentavam pequenas variações em suas estruturas locais produtivas, e quase todas já atuavam nos três estados do Sul do Brasil.

A figura 20 ilustra a estrutura locacional da produção de fumo da Cia. Souza Cruz na região Sul do Brasil, em 1989. Através dela podemos perceber como se configurava então a rede corporativa da empresa e a divisão territorial do trabalho entre os diferentes locais mobilizados pela corporação para o desenvolvimento da produção e do beneficiamento do fumo em folha.

De acordo com Corrêa,

As diferentes localizações que compõem o espaço da Souza Cruz desempenharam papéis distintos. Algumas apresentaram condições favoráveis à produção do fumo, seja em razão da existência de uma fumicultura preexistente, ponto de partida para a expansão, seja em razão de apresentarem condições ecológicas e culturais favoráveis à fumicultura. Outras constituem pontos nodais de grande acessibilidade às áreas produtoras de fumo, e outras mais dispõem de elevado grau de centralidade, em face dos mercados consumidores. (CORRÊA, 1991, p.38).

No final da década de 1980, a cidade do Rio de Janeiro sediava o centro de decisões relativas às operações do Grupo BAT, no Brasil, e ainda acumulava a função de sede do Departamento de Vendas de cigarros da Cia. Souza Cruz. Já a cidade de Florianópolis desempenhava a função de sede do Departamento de Fumo da empresa, respondendo pela coordenação do conjunto das ações que envolviam desde o planejamento e a efetivação das safras junto aos fumicultores, a comercialização do fumo, o processo de beneficiamento do fumo, o abastecimento das suas fábricas no País,¹⁶⁹ até a exportação do fumo beneficiado.

¹⁶⁸Em Santa Catarina, a Cia. Souza Cruz já em 1952 havia instalado uma usina de beneficiamento em Blumenau, em 1956 uma nova usina em Tubarão e em 1958, uma em Brusque. No Paraná, em 1962 instalou as usinas de beneficiamento de fumo em Rio Negro, e em 1974 em Pato Branco. (CORRÊA, 1991).

¹⁶⁹Nesse período, a Cia. Souza Cruz possuía fábricas de cigarro nas cidades de Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre, Belém e Uberlândia, que também se constituíam em centros de distribuição e consumo de cigarros. Curitiba desempenhava a função de centro de distribuição de cigarros.

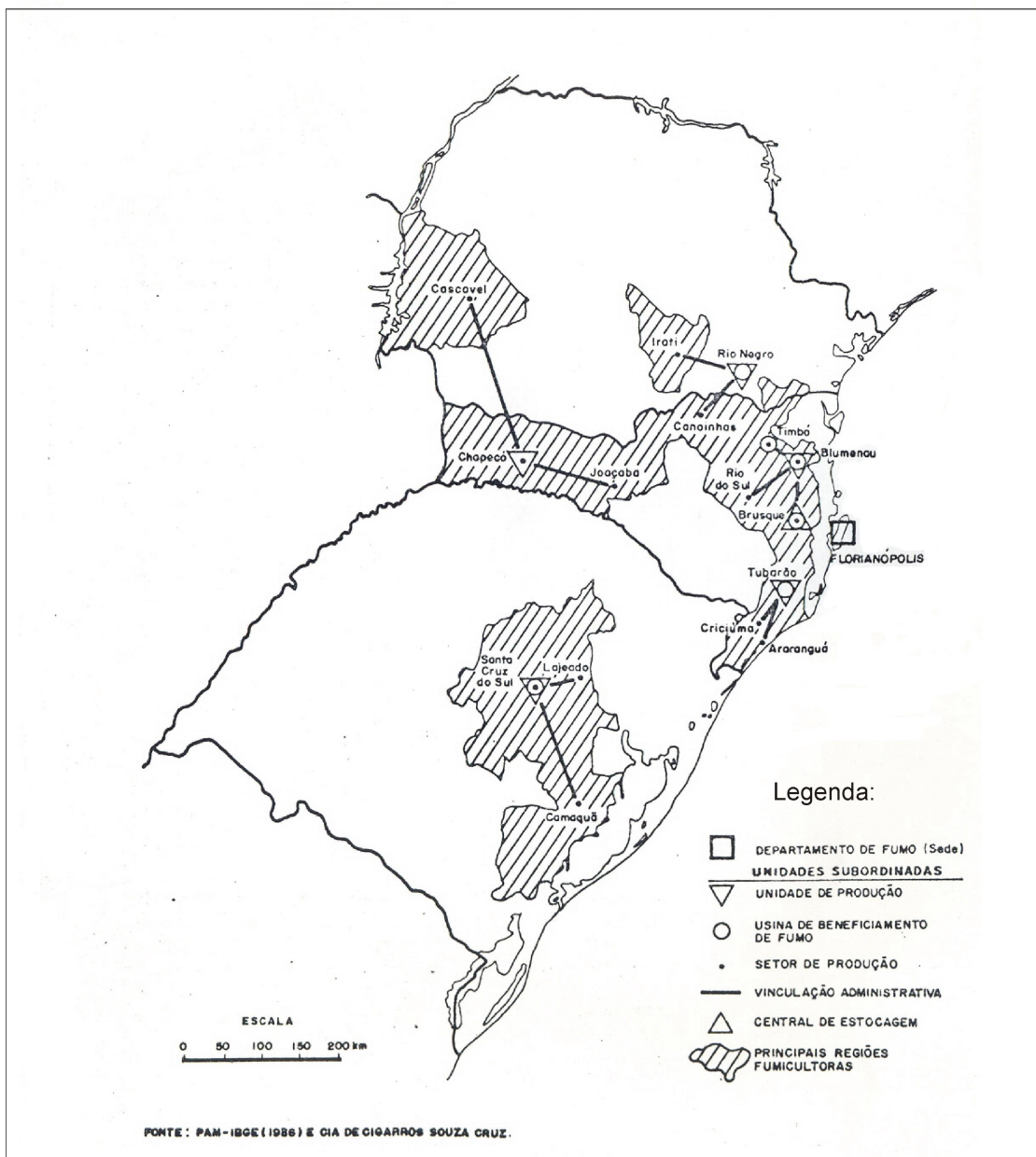


FIG . 20 - Cia. de Cigarros Souza Cruz: estrutura locacional da produção de fumo - 1989
 Fonte: CORRÊA,1991.

Observamos que Florianópolis apresentava grande centralidade no âmbito da rede corporativa da Souza Cruz relacionada à agroindustrialização do fumo, na medida em que comandava a articulação de distintas regiões e lugares, cada qual com distintas funções no conjunto da atividade agroindustrial fumageira desenvolvida pela empresa. É dela que o Departamento de Fumo controlava e regulava as ações das chamadas Unidades de Produção, como as localizadas em

Blumenau (SC), em Rio Negro (PR) e em Santa Cruz do Sul (RS) – encarregadas de centralizar o controle das operações de produção de fumo. As Unidades de Produção, por sua vez, supervisionavam as atividades realizadas pelas Usinas de Beneficiamento de fumo instaladas, nesse período, em Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul, em Blumenau, Brusque, Timbó e Tubarão, em Santa Catarina, e em Rio Negro, no Paraná. Também coordenavam as atividades desenvolvidas pelos Setores de Compra de fumo localizados na área de abrangência de cada Unidade de Produção, junto às distintas regiões fumicultoras¹⁷⁰, em cidades como Cascavel e Irati no Paraná, Joaçaba, Criciúma e Araranguá em Santa Catarina, e Lajeado, Camaquã e Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul - responsáveis diretamente pela coordenação e efetivação do processo de produção integrada do fumo junto aos milhares de fumicultores vinculados à Cia. Souza Cruz. (CORRÊA, 1991).

Nessa complexa divisão territorial do trabalho, expressa pela estrutura locacional da Cia. Souza Cruz, observa-se a importância estratégica da cidade de Santa Cruz do Sul que, ao acumular as funções de setor de compra, usina de beneficiamento e unidade de produção de fumo, exerce forte influência nas relações desenvolvidas entre os diversos lugares que integram a região fumicultora do Rio Grande do Sul, muitos dos quais integrantes do Vale do Rio Pardo. Na realidade, as áreas fumicultoras da região do Vale do Rio Pardo e as cidades de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz – que, distintamente, apresentavam um conjunto articulado e hierarquizado de atividades como orientação e assistência técnica, comercialização, estocagem, beneficiamento de fumo e fabricação de cigarro – adquiriram crescente importância na divisão territorial do trabalho que ocorria no CAI do fumo. (Figura 21).

¹⁷⁰ Essas regiões fumicultoras, conforme a Fig.20, abrangem no “Rio Grande do Sul as regiões de Santa Cruz do Sul, da margem ocidental da Lagoa dos Patos, e dos vales do Jacuí, em seu baixo curso, e Taquari. Em Santa Catarina compreende sua porção meridional, o vale do Itajaí, o planalto catarinense em sua porção norte, o vale do rio do Peixe e o Oeste. No Paraná, finalmente, abrange, sobretudo, o Oeste e a região de Irati.” (CORRÊA, 1991, p.49).

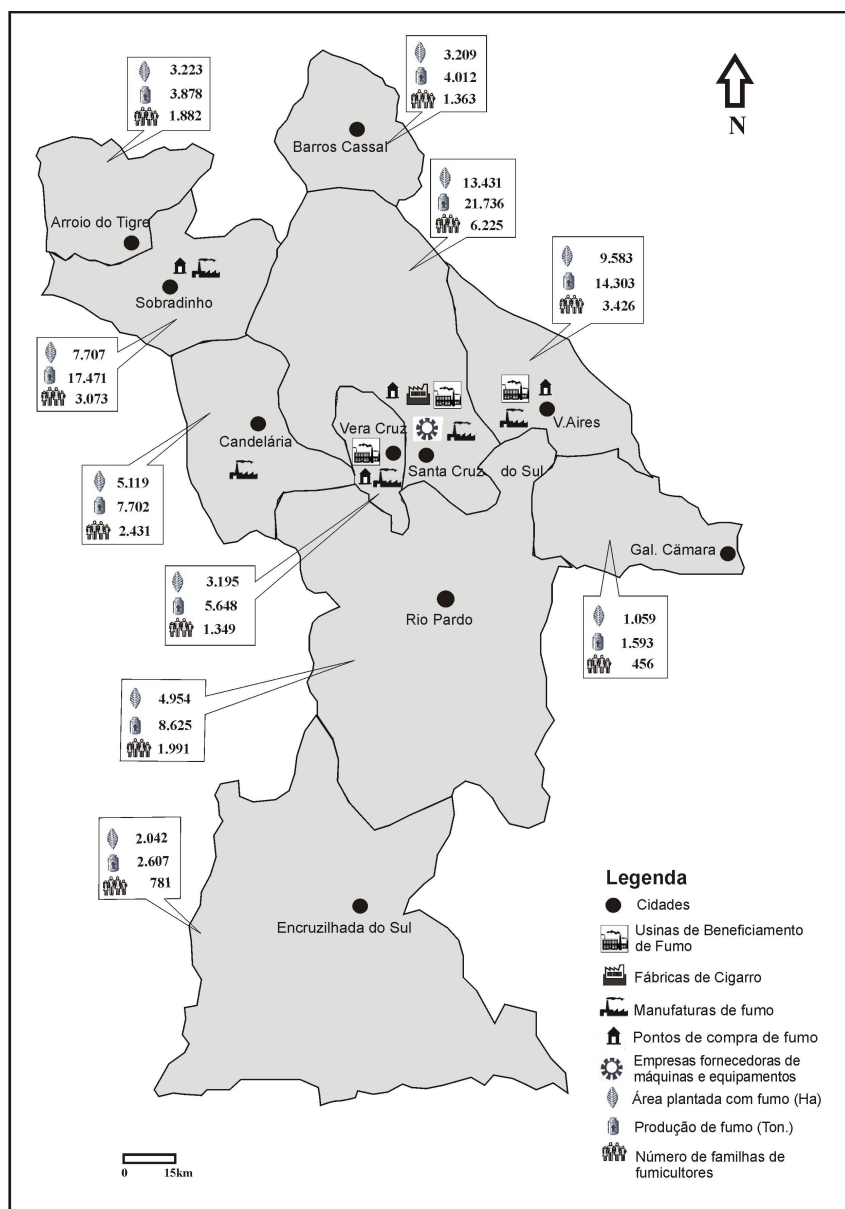


FIG.21 - Vale do Rio Pardo: Divisão territorial do trabalho do CAI do fumo - 1985
 Fonte: Organizado por Rogério Silveira com base no IBGE - Censo Agropecuário, 1985 e SILVEIRA,2005.

Importância essa decorrente tanto dos resultados favoráveis em termos de aumento da produção e da qualidade do fumo, quanto da sua destacada participação na estrutura locacional das demais multinacionais agroindustriais fumageiras que, após se instalarem nessas cidades – algumas inclusive instalando nelas sua sede no Brasil –, expandiram suas atividades na região do Vale do Rio Pardo, passando na seqüência a atuarem nas demais regiões fumicultoras do Sul do País. Entre essas empresas destacamos a Armada S/A, a Cia. Meridional de Tabacos, a Tabra – Exportadora de Tabacos do Brasil Ltda, em Santa Cruz do Sul, a

Rio Grande Tabacalera, a Dibrell Brothers Inc. e a Cia. Tabasa, em Venâncio Aires, e a Cia. Verafumos, em Vera Cruz.

Todavia, como lembram Santos e Silveira (2001), embora a distribuição espacial das diferentes atividades vinculadas ao ramo fumageiro possibilitem identificar como se apresentava nesse período a divisão territorial do trabalho desse ramo produtivo, elas ainda não são suficientes. É preciso avançar nosso esforço analítico no sentido de captar e apreender a lógica e a dinâmica do movimento da produção, do trabalho, dos distintos fluxos, das diferentes relações que ocorrem entre os diferentes agentes sociais e entre os lugares que se articulam no âmbito CAI do fumo, desde distintas escalas espaciais. Isso nos possibilita apreender melhor o próprio funcionamento e os usos do território regional.

Assim, mesmo diante da falta de dados e informações mais específicas e sistematizadas sobre esses movimentos no território, procuramos, ainda que sucintamente, identificar e caracterizar como se constituíam, nesse período, os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação engendrados durante o desenvolvimento do CAI do fumo, especialmente aqueles que alcançavam o Vale do Rio Pardo, ou que então eram originados na região.

Nessa tarefa temos como pressuposto a contribuição de Milton Santos quando lembra que o uso do território não é o mesmo para as diversas empresas que nele atuam, na medida em que os mesmos sistemas de engenharia e os objetos e sistemas técnicos então existentes no território acabam sendo utilizados diferente e seletivamente pelas empresas. Como para cada empresa a força do mercado apresenta-se distintamente em termos de limites e possibilidades, a estrutura locacional, as estratégias produtivas e o modo de uso do território igualmente serão diferentes e desiguais entre elas. Distintas serão assim as topologias de suas estruturas operacionais no território, as configurações de seus circuitos espaciais de produção e diferente será também a capacidade de cada empresa em articular determinado círculo de cooperação, entre distintos agentes sociais, de modo a viabilizar o movimento no território da sua produção, assegurando assim a reprodução do capital. (SANTOS, 1994).

Os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação oferecem a possibilidade de apreendermos um conjunto de relações espaciais entre os diferentes lugares que participam da divisão territorial do trabalho da agroindústria

fumageira. E nessa condição também revelam o sentido e o conteúdo do que Santos (1994 e 1996c) e Castillo *et al* (1997) denominam de solidariedade espacial ou de solidariedade geográfica entre os lugares. A base teórica desse entendimento reside na contribuição de Durkheim (1995) quando destaca a importância da solidariedade social na organização e no funcionamento da divisão social do trabalho.¹⁷¹

A dimensão geográfica da solidariedade social proposta por Durkheim pode ser percebida quando valorizamos a categoria de divisão socioterritorial do trabalho, entendendo-a, como lembra Santos (1996a), como a distribuição social e geográfica dos recursos disponíveis em uma dada formação socioespacial. Para ele, os recursos se relacionam com a possibilidade material ou imaterial da ação (objetos naturais e técnicos, idéias, valores, produtos, inovações, população, capital, normas, etc.). Essa dimensão geográfica também é evidenciada por Castillo *et al* (1997, p.77), quando assinala que “A existência conjunta de recursos, sua combinação, caracteriza um lugar. O valor de cada coisa, cada recurso, é dado pelo lugar. Fora do lugar ou da formação socioespacial, os recursos são abstrações”.

Ao mesmo tempo em que o conteúdo dos distintos lugares condiciona a dinâmica de funcionamento da divisão socioterritorial do trabalho da agroindústria fumageira, também esta é portadora de forças de transformação, ações que promovem a criação de novos objetos técnicos, especializações, diferenciações e possibilitam novas relações espaciais, novas solidariedades entre os lugares da região, e entre eles e os demais lugares que configuram o CAI do fumo.

Cabe destacar que em nossa análise tanto a idéia de cooperação quanto a de solidariedade espacial não se fundamentam no significado bonômico ou fraternal, mas sim em um sentido de interdependência e de complementaridade entre os agentes sociais e entre os lugares envolvidos no funcionamento do CAI do fumo, orientados pela lógica específica que organiza a produção e a reprodução das condições materiais e imateriais existentes no desenvolvimento desse modelo de agroindustrialização. (CASTILLO *et al*,1997).

¹⁷¹ Durkheim (1995) assinala que a organização social somente se realiza através da existência de normas formais e informais de solidariedade. Enquanto a solidariedade mecânica caracteriza a conexão do indivíduo ao grupo social através de semelhanças, sentimentos e crenças comuns entre os indivíduos e da valorização da consciência coletiva, a solidariedade orgânica, distintamente, se expressa justamente através das diferenças e da complementaridade entre os indivíduos que se realizam através da divisão social do trabalho que, dessa forma, pode se realizar e se manter socialmente coesa.

A expansão espacial da produção fumageira no território e o desenvolvimento da sua agroindustrialização no Sul do País ocorrem, sobretudo, sob a hegemonia do capital monopolista multinacional e a configuração do circuito espacial do fumo e de seus círculos de cooperação revelam uma dada lógica e dinâmica da circulação do fumo no território. Lógica e dinâmica que estavam associadas ao novo contexto vivenciado nesse período pela fumicultura sul-brasileira e regional, através da introdução e da difusão no território de um conjunto de inovações técnicas e organizacionais, e das oportunidades abertas pelas novas e crescentes demandas dos mercados nacional e internacional de fumo e de cigarros.

Quando pensamos a organização espacial decorrente do funcionamento do CAI do fumo no Sul do Brasil e buscamos configurar como nesse período se apresentava o seu circuito espacial de produção e seus círculos de cooperação, a elaboração de Corrêa, analisando a espacialidade dos fluxos relativos à agroindustrialização do fumo pela Cia. Souza Cruz, em 1989, é de fundamental importância, pois fornece pistas importantes. Para ele, a série de fluxos envolvida na agroindustrialização do fumo e em sua transformação industrial em cigarro pode ser descrita

(...) em seu momento inicial pelos fluxos que ligam as unidades de produção localizadas nas zonas fumicultoras gaúcha, catarinense e paranaense às propriedades rurais produtoras de fumo. Seguem-se fluxos destas últimas para as usinas de beneficiamento de fumo. Beneficiada a matéria-prima, esta é expedida para as fábricas de cigarro. Passa-se assim de fluxos de curta distância para os de média e, finalmente, para aqueles de longa distância. Assim, das usinas de beneficiamento localizadas nas principais zonas produtoras do Sul do País dirigem-se fluxos para Porto Alegre, São Paulo, Uberlândia, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Belém. A localização dispersa das fábricas de cigarros implica fluxos de distâncias médias, às vezes longas, entre elas e os depósitos atacadistas disseminados por todo o território brasileiro. Dos depósitos derivam fluxos a curta distância. E muito freqüentes, envolvendo uma periodicidade semanal ou quinzenal, e milhares e milhares de varejistas distribuídos ubiqüamente. (CORRÊA, 1991, p.63).

Essa passagem oferece uma visão mais geral da constituição do circuito espacial relativo à circulação da produção de fumo e de cigarros pela Cia. Souza Cruz, especialmente destacando o modo como a empresa buscava atender ao mercado interno. Além dessa configuração espacial, Corrêa (1991) também assinala um outro circuito quando afirma que a maior parte do fumo beneficiado pelas usinas de Blumenau e de Santa Cruz do Sul tem como destino, respectivamente, os portos de Itajaí (SC) e Rio Grande (RS), de onde o fumo alcançava numerosos mercados

no exterior. Esses dois circuitos, além de representarem os movimentos da produção de fumo beneficiado e de cigarros no território brasileiro pela Cia. Souza Cruz, são também a expressão da circulação material relativa ao funcionamento da divisão territorial do trabalho dessa empresa. De certa forma, pelo seu caráter hegemônico no mercado nacional e pela amplitude de sua topologia espacial, eles igualmente evidenciam como então se configurava espacialmente no País a divisão do trabalho referente ao ramo fumageiro.

Com base nesse exemplo da Cia. Souza Cruz, avançamos buscando apreender como se apresentava nesse período a divisão territorial do trabalho no ramo agroindustrial fumageiro instalado no Vale do Rio Pardo. A figura 22 procura representar como se configuravam nesse período os principais circuitos de produção da agroindústria fumageira no território regional, possibilitando assim melhor apreender a lógica e o sentido de sua espacialização.

Observamos que nesse período o circuito espacial de produção do fumo envolvia, antes mesmo do beneficiamento industrial, a configuração de determinados fluxos inerentes à agroindustrialização do fumo.

Um primeiro fluxo era o de entrega através de caminhões dos insumos (sementes, adubos, agrotóxicos, etc.) adquiridos pelas empresas, em grande quantidade, geralmente nos atacados especializados do centro do País, para seus agricultores integrados nas áreas rurais de diversas regiões do Rio Grande do Sul e do litoral Sul de Santa Catarina. Um segundo fluxo era o da entrega do fumo em folha pelos milhares de fumicultores nas usinas de beneficiamento localizadas em Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e em Vera Cruz.¹⁷² Em algumas cidades como Candelária e Sobradinho, ainda funcionavam pequenos e tradicionais estabelecimentos beneficiadores de fumo que, na maioria dos casos, acabavam repassando o fumo para as empresas maiores.

Assim, nesse primeiro estágio do circuito de produção do fumo, após a entrega dos insumos, do plantio e da cura nas estufas, o fumo seguia através de pequenos caminhões fretados pelas empresas, por pequenas estradas vicinais das

¹⁷² De acordo com dados da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo de Santa Cruz do Sul, em 1987 as usinas de beneficiamento de fumo do município recebiam fumo de fumicultores residentes em 120 municípios do Rio Grande do Sul. Os dez maiores fornecedores com a respectiva participação relativa no fornecimento total de fumo eram: Santa Cruz do Sul (17,85%), Camaquã (8,21%), Rio Pardo (7,03%), Candelária (6,97%), Venâncio Aires (5,63%), Dom Feliciano (4,62%), Vera Cruz (4,35%), Cachoeira do Sul (4,26%), Lajeado (3,78%) e São Jerônimo (3,58%).

regiões fumageiras até alcançar as poucas rodovias já asfaltadas, que permitiam uma melhor condição de transporte até as usinas de beneficiamento.

As máquinas e os equipamentos eram adquiridos preferencialmente no exterior, e também em São Paulo, e secundariamente em Santa Cruz do Sul. A energia utilizada para movimentar essas usinas basicamente era o óleo combustível e, com a crise do petróleo na década de 1970, algumas empresas passaram a inovar e diversificar suas fontes energéticas. A Souza Cruz, por exemplo, passou a utilizar, em 1981, também o carvão mineral provindo da região vizinha de São Jerônimo e, no final dos anos oitenta, o substituiu pelo emprego de lenha advinda do reflorestamento de espécies como eucalipto e acácia-negra, realizado pela Souza Cruz Florestal S/A no município de Rio Pardo.¹⁷³

Outros insumos importantes como caixas de papelão ou de madeira para condicionamento do fumo beneficiado eram fornecidos por empresas especializadas de Santa Catarina e de São Paulo.

Das usinas de beneficiamento de fumo se originavam dois circuitos espaciais de produção subseqüentes. O primeiro se dirigia para as fábricas de cigarro. Nesse período, duas dessas fábricas funcionavam na região: a da *Phillip Morris* e a da *R.J. Reynolds*, ambas em Santa Cruz do Sul, – empresas que não atuavam no beneficiamento do fumo e que, portanto, adquiriam a matéria-prima de que necessitavam das demais empresas beneficiadoras instaladas na região. Também a Cia. de Cigarros Souza Cruz promovia o envio do fumo beneficiado em sua usina para as suas fábricas espalhadas pelo País.

¹⁷³ De acordo com Corrêa (1991), a Souza Cruz Florestal S/A é uma empresa subsidiária do grupo Souza Cruz, criada em 1981 para fornecer lenha para as usinas de beneficiamento de fumo e fábricas de cigarro do grupo. Para tanto, essa empresa passou a adquirir grandes áreas de terra em municípios próximos às usinas e fábricas para o reflorestamento com fins energéticos. Na região do Vale do Rio Pardo, essa empresa adquiriu em 1983, no município de Rio Pardo, cerca de 1.000 ha de terras onde passou a cultivar espécies como o eucalipto e a acácia-negra, mais apropriadas à produção de lenha em grande escala.

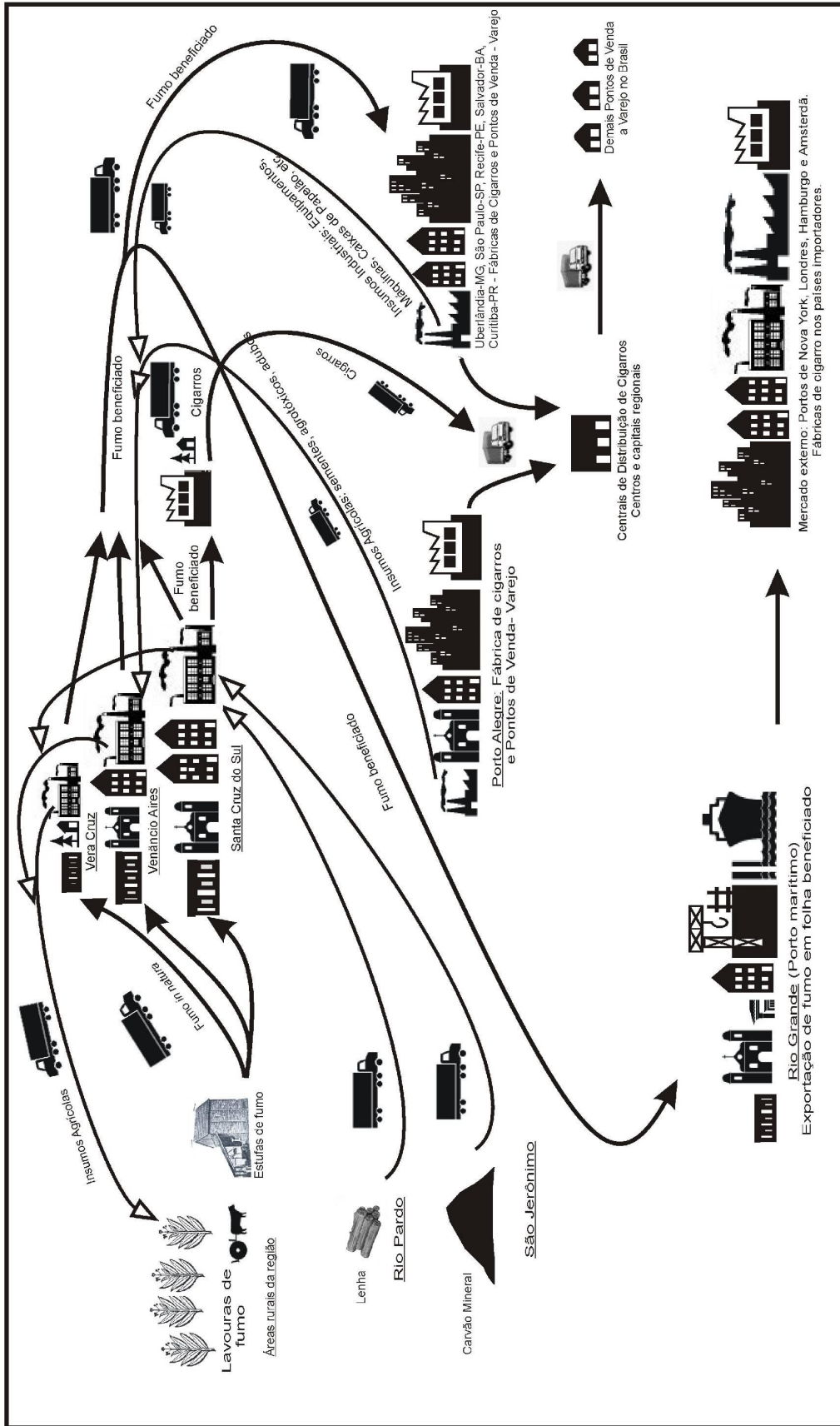


FIG. 22 - Vale do Rio Pardo-RS: Os circuitos espaciais da agroindústria fumageira - 1985
 Fonte: Organizado por Rogério Silveira com base nas entrevistas realizadas.

Após a fabricação dos cigarros, as fábricas encaminhavam sua produção, através de caminhões, para as centrais de distribuição ou de venda localizadas em pontos estratégicos, em alguns centros metropolitanos do País, de onde seguiam até os centros de depósito atacadistas, situados em centros urbanos regionais. Na seqüência, os cigarros eram distribuídos, através de numerosa frota de utilitários, em milhares de pontos de venda a varejo, localizados no território nacional.¹⁷⁴

O segundo circuito de produção se referia ao movimento do fumo em folha beneficiado em suas distintas modalidades – especialmente fumo destalado, fumo solto e fumo manocado. Após o beneficiamento do fumo e do acondicionamento desses produtos em caixas especiais de madeira e de papelão, os mesmos seguiam por via rodoviária, através do fretamento de caminhões, com destino ao porto de Rio Grande, de onde os produtos eram enviados através de navios mercantes para as fábricas de cigarro no exterior. Algumas dessas fábricas eram subsidiárias dos mesmos grupos internacionais que atuavam no beneficiamento de fumo na região – como a *Dibrell Brothers Inc.*, a *Rio Grande Tabacalera*, a Cia. Meridional de Tabacos – e outras eram vinculadas às demais empresas compradoras internacionais, localizadas em quase 50 países.

Nesse período, o movimento do fumo das regiões fumicultoras para as usinas de beneficiamento localizadas na região, bem como dos produtos nela elaborados – fumo beneficiado e cigarros para outros lugares no País e no exterior –, era então viabilizado por um conjunto de ações e relações que configuravam círculos de cooperação envolvendo, nesses diversos lugares, distintos agentes sociais que atuavam direta e indiretamente no desenvolvimento do CAI do fumo.

Assim, o movimento dos produtos no território e a solidariedade espacial desses lugares tornaram-se possíveis através de distintas relações de cooperação. A cooperação econômica entre os fumicultores, nas áreas rurais, e as empresas instaladas nas cidades, através do sistema integrado de produção – principal norma que passou a regular a quantidade e a qualidade da produção de fumo. A cooperação política entre as empresas e o Estado, em suas distintas instâncias, através da instituição de normas como as que estimularam a instalação das

¹⁷⁴ Corrêa (1991) lembra que a Cia. Souza Cruz, em 1989, apresentava uma rede de distribuição de cigarros que envolvia a existência de 52 centros regionais com depósitos atacadistas que através de uma frota de 2.500 veículos distribuíam os produtos aos quase 280.000 varejistas cadastrados pela empresa em todo o território nacional.

empresas multinacionais na região através de incentivos fiscais, como as que asseguraram a remessa para o exterior de seus altos lucros, como as que determinaram, de acordo com os interesses empresariais, um padrão de classificação do fumo, como a que instituiu o crédito rural permitindo o financiamento da produção do fumo e a difusão das inovações técnicas no seu cultivo, e também, através da inversão de recursos públicos na construção e/ou no asfaltamento de estradas, de distritos industriais, e na instalação de redes de telecomunicação, de energia, e demais infra-estruturas que foram fundamentais para o desenvolvimento da atividade agroindustrial do fumo. A cooperação organizacional entre as subsidiárias das empresas multinacionais e as suas empresas matrizes e demais coligadas possibilitando a circulação de ordens, informações, capitais, pessoal, insumos - fluxos necessários à operacionalidade das atividades e à reprodução ampliada do capital monopolista internacional. A cooperação política entre SINDIFUMO e AFUBRA, oferecendo condições estáveis para o avanço da produção do fumo, através do seguro agrícola. A cooperação política entre SINDIFUMO, AFUBRA e STRs, mas também entre SINDIFUMO e STIFAS por seu conteúdo colaboracionista e sem quase embates possibilitaram um modo de regulação das relações de produção que assegurou estabilidade à continuidade da produção do fumo e do seu beneficiamento industrial. A cooperação econômica e técnica entre empresas distintas ou de setores complementares que viabilizaram a promoção das inovações técnicas e organizacionais, a modernização produtiva e os ganhos de produtividade experimentados, especialmente pelas grandes empresas agroindustriais fumageiras, através da integração e complementaridade de suas ações.

Nesse momento do desenvolvimento do CAI do fumo na região e de sua progressiva integração com o mercado nacional e internacional, essas relações cooperadas, mais ou menos normatizadas, instituíram as condições fundamentais para que a matéria-prima, os insumos, os equipamentos, a mão-de-obra, a tecnologia, os capitais, mas também as informações e ordens pudessem circular no território de modo a viabilizar o funcionamento do CAI do fumo e, simultaneamente, garantissem a acumulação e a reprodução do capital, notadamente do capital monopolista multinacional. Vejamos como, então, se manifestavam os reflexos desses processos na dinâmica de funcionamento da rede urbana regional.

8.3 - Os reflexos e os condicionantes do desenvolvimento do CAI do fumo e do equipamento do território na dinâmica da rede urbana regional

Temos presente que a constituição da rede urbana reflete a dinâmica de desenvolvimento do modo de produção no território, das relações de produção e de cooperação entre os distintos agentes sociais envolvidos. A rede urbana igualmente traduz o modo e a lógica como se apresentam as especializações funcionais e as hierarquias entre os centros urbanos, através da valorização pelo capital de vantagens locacionais diferenciadas quando prevalece a diminuição de custos e a maximização de lucros. A rede urbana é também condição para a divisão territorial do trabalho, pois é através das distintas e desiguais funções dos seus diferentes centros que se orienta e se dinamiza a vida de relações, viabilizando a produção, a circulação e o consumo. É ainda através de seus eixos de circulação que essas relações se tornam possíveis e se concretizam, movimentando no espaço a produção, o trabalho, o capital, as idéias e a informação. Movimento esse, necessário ao desenvolvimento da economia capitalista e que, em função de sua lógica e dinâmica de funcionamento, promove as condições para a contínua e desigual criação e transformação das atividades e dos centros urbanos. (CORRÊA, 1989).

Nessa perspectiva geográfica de análise salientamos que a viabilização e mesmo a intensidade do desenvolvimento das relações espaciais que ocorriam entre os diferentes agentes sociais e lugares estavam intimamente vinculadas ao processo de equipamento do espaço regional. Nesse período, esse processo se desenvolveu, especialmente, através da instalação e da modernização de objetos e sistemas técnicos e de sistemas de engenharia que acima de tudo permitiram maior fluidez à circulação espacial do fumo, dos insumos agrícolas e industriais, da força de trabalho, do capital, das informações, das ordens e das normas, de modo a assegurar o desenvolvimento do CAI do fumo, a acumulação e a reprodução do capital agroindustrial fumageiro. Sua instalação no território acabou sendo seletiva e desigual, na medida em que não se fez dissociada da lógica da acumulação de capital, da dinâmica da divisão territorial do trabalho, das disputas políticas e econômicas entre os distintos agentes sociais envolvidos, nem tampouco do próprio processo de formação do território regional. Portanto, não alcançou todos os lugares e nem todas as áreas, mas principalmente aqueles que nesse momento se

mostravam estratégicos e funcionais ao desenvolvimento do CAI do fumo, ou mesmo aqueles, cuja instalação se apresentava viável do ponto de vista político e econômico.

Assim, a configuração espacial da distribuição, da quantidade e da intensidade dos usos desses sistemas de engenharia e dos objetos e sistemas técnicos foi diferente entre os lugares da região, em consonância com a dinâmica econômica e o modo de participação de cada um na divisão territorial do trabalho regional. Isso permitiu, ainda que de modo desigual em termos espaciais e sociais, relativamente, ampliar a fluidez no território, diminuir o tempo e os custos de deslocamento, ampliar a segurança e a flexibilidade da circulação da matéria-prima, dos produtos, do capital, das informações e também da mão-de-obra, o que possibilitou mudanças na dinâmica de organização do espaço urbano e regional.

Um primeiro aspecto a ser destacado se refere ao sistema de transporte rodoviário que progressivamente passou a ser utilizado na região do Vale do Rio Pardo. Desde o governo de Juscelino Kubitschek e, principalmente, durante o regime militar, as rodovias passaram a ser implantadas no território nacional como sistema preferencial de transporte, constituindo-se no principal meio de deslocamento dos fluxos materiais de média e longa distância. Ao mesmo tempo os sistemas hidroviário e ferroviário tornavam-se meios secundários de transporte, em razão da falta de novos investimentos públicos e privados nesses modais, de custos operacionais comparativamente maiores, além da menor flexibilidade e área de cobertura no território. Esse também era o contexto vivenciado no Rio Grande do Sul e na região.

A partir da segunda metade da década de 1960, com a progressiva expansão espacial da cultura do fumo e o aumento da produção regional o setor fumageiro passou a demandar mudanças no sistema de transporte até então utilizado. Buscava-se garantir maior segurança e fluidez no transporte da produção para as usinas de beneficiamento, localizadas em Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz, como dessas para os principais mercados do País e do exterior. Nesse momento da agroindustrialização do fumo os sistemas de transporte então adotados já não conseguiam atender às novas demandas de movimento da produção regional e, especialmente, aos interesses das agroindústrias fumageiras.

O transporte hidroviário, que representava desde a metade do século XIX o tradicional sistema de engenharia implantado no território para o transporte de pessoas e da produção, já não mais possuía a importância antes adquirida.¹⁷⁵ A ferrovia Porto Alegre - Uruguaiana, importante sistema de engenharia, criada no final do século XIX paralela ao rio Jacuí para integrar a região das missões e a fronteira com a Argentina com a capital gaúcha e para viabilizar o desenvolvimento da rede comercial que articulava as zonas de produção colonial a Porto Alegre, já não mais respondia inteiramente às novas demandas dos principais setores econômicos da região, entre eles o fumageiro.¹⁷⁶

Assim, a partir da metade da década de 1960 começava a preponderar o uso de um outro sistema de engenharia para o transporte de carga e de passageiros na região – as estradas de rodagem sem pavimentação. Construídas a partir da década de 1940 pelo DAER (Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem), as poucas estradas que ligavam a região à capital do Estado, como era o caso da RS-3 articulando Candelária - Santa Cruz do Sul - Venâncio Aires - Porto Alegre começavam a se constituir nos eixos principais do movimento da produção no território estadual. Além disso, quando se articulavam com as rodovias federais, permitiam alcançar outros centros urbanos no centro do País. Através delas difundiu-se o uso do caminhão, como principal meio de transporte da produção agrícola e das mercadorias, e do ônibus, como meio de transporte de passageiros. Todavia, as recorrentes más condições de uso dessas estradas de rodagem dificultavam os fluxos de produtos, de mercadorias, da população entre as cidades e

¹⁷⁵ A intermitência do regime hidrológico dos rios e a relativamente baixa velocidade do modal faziam com que houvesse uma gradativa diminuição da circulação da produção regional através das hidrovias que serviam a região desde os portos fluviais de Rio Pardo, no rio Jacuí, e de Mariante (Venâncio Aires), no rio Taquari, até Porto Alegre.

¹⁷⁶ O Vale do Rio Pardo se integrava à ferrovia através das estações de Rio Pardo, de General Câmara e de Santa Cruz do Sul. Esta última, juntamente com o ramal ferroviário Ramiz Galvão - Santa Cruz do Sul, foram desativados pela Rede Ferroviária do Rio Grande do Sul, em 1965, por se tornarem deficitários em razão da crescente queda do transporte de cargas, especialmente o fumo, e de passageiros. As duas primeiras estações permaneceram ativas, embora com baixa utilização, como pontos de embarque de grãos de soja e de gado para corte. Além disso, outras razões também foram decisivas para a diminuição do uso da ferrovia para o transporte da crescente produção do fumo. Ou seja, as limitações operacionais do porto de Porto Alegre, para o recebimento de navios de maiores calados, praticamente impunham o direcionamento do fumo a ser exportado para o porto de Rio Grande que, nesse período, passou a ser ampliado e modernizado, inclusive com a construção de um terminal de *containers*. A falta de flexibilidade da ferrovia e a inexistência de ligação ferroviária entre Porto Alegre e Rio Grande representavam custos elevados à necessária articulação dos modais ferroviário e rodoviário para o transporte do fumo, bem como demandavam um maior tempo no deslocamento da produção para aquele porto.

entre elas e as áreas rurais da região, e especialmente dificultavam o transporte do fumo das regiões produtoras para as usinas de beneficiamento, bem como a circulação do fumo beneficiado e dos cigarros produzidos na região para os principais mercados urbanos do País e para o porto de Rio Grande.

Nesse contexto, a articulação dos interesses de empresários do setor fumageiro, do setor arrozeiro, de empresários dos demais setores urbanos comerciais e industriais, especialmente de Santa Cruz do Sul, de Venâncio Aires e de Rio Pardo, e dos governos municipais – muitos deles alinhados política e ideologicamente ao regime autoritário que governava o País –, possibilitou politicamente o encaminhamento, junto aos governos federal e estadual, da demanda regional de novas e modernas rodovias asfaltadas que permitissem uma maior integração intra-regional e assegurassem uma melhor articulação da região com o restante do País e com o exterior. Assim, durante as décadas de 1970 e de 1980 rodovias asfaltadas começaram a ser construídas na região, tanto pelo DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem) como pelo DAER, especialmente aquelas demandadas pelos agentes hegemônicos na economia regional, como as empresas multinacionais agrofumageiras. Entre essas obras destacamos: a BR-471, trecho Santa Cruz do Sul - Rio Pardo - Encruzilhada do Sul, que ligou a cidade de Santa Cruz do Sul ao entroncamento com a BR-290, cujo traçado alcançava a BR-116 no município de Guaíba, região metropolitana de Porto Alegre, permitindo assim a ligação tanto com a região fumicultora de Camaquã, como com o porto de Rio Grande; e a RS - 287 (antiga RS 3), trecho Tabai - Venâncio Aires - Santa Cruz do Sul - Santa Maria, que melhorou a ligação viária entre os municípios da região, entre as áreas produtoras de fumo no entorno de Santa Maria com as usinas de Santa Cruz do Sul, e entre a região fumageira e Porto Alegre. (SILVEIRA, 1997).

A configuração espacial dos principais sistemas de engenharia de transporte existentes na região em 1975 e suas orientações espaciais em relação à localização das cidades mostra que a rede urbana mantinha ainda um padrão espacial simples, cuja forma dendrítica se estruturava através das ligações viárias com os dois grandes eixos rodoviários que cruzavam a região no sentido oeste-leste, a RST-287 e a BR-290. (Figura 23).

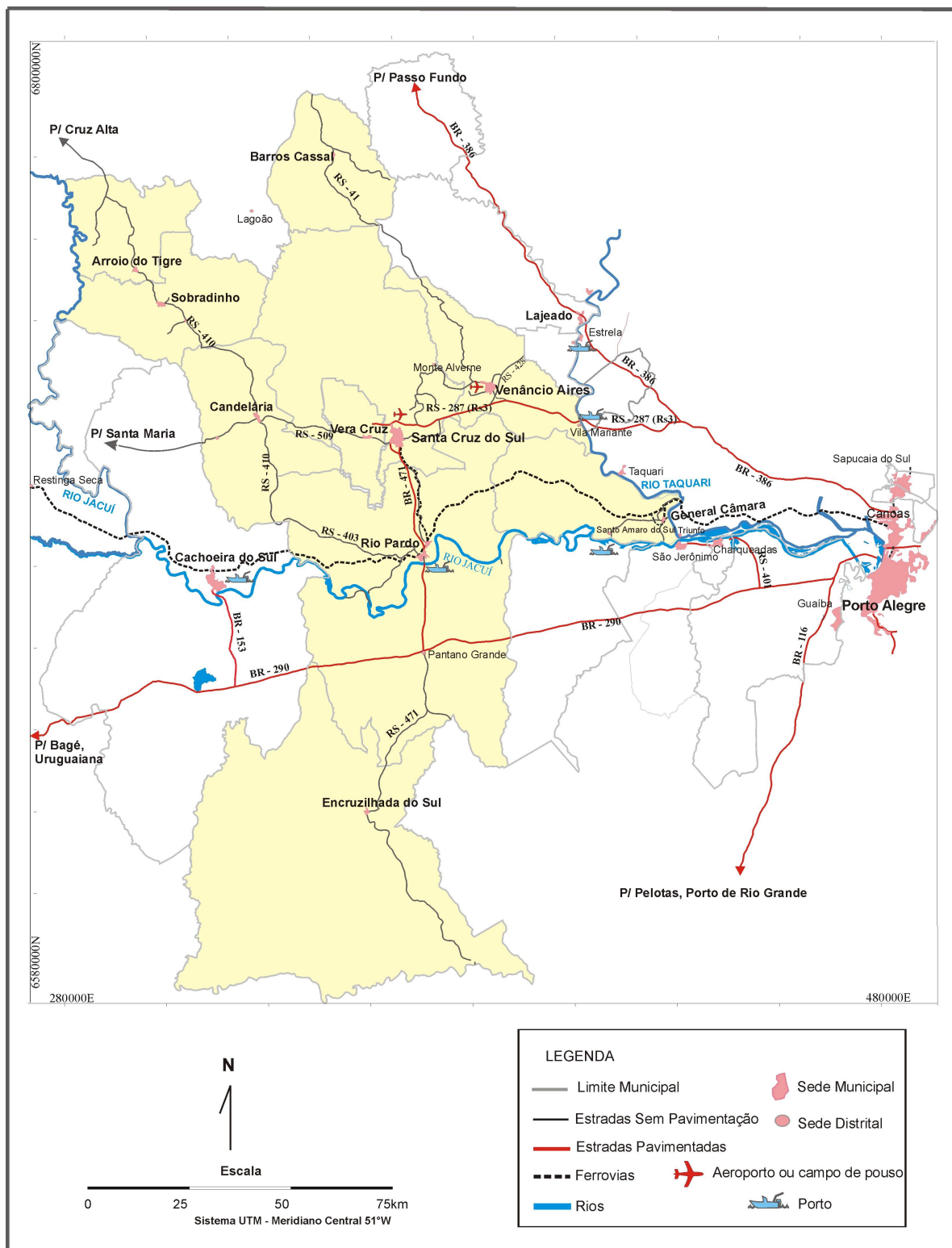


FIGURA 23 - Vale do Rio Pardo: rede urbana e sistemas de engenharia de transporte - 1975

Fonte: Elaborado com base nas cartas topográficas - Santa Maria/Caxias do Sul/Porto Alegre 1/250.000 - DSG - Organização: Rogério Silveira, Alexandre Rauber e Cristiano Stoelben

Essas ligações asfálticas priorizavam a articulação dos núcleos urbanos da região com a cidade de Santa Cruz do Sul, pois inexistiam rodovias, transversais àqueles eixos, que favorecessem as ligações espaciais entre aqueles núcleos

urbanos, como por exemplo, entre Candelária e Rio Pardo, e entre Sobradinho e Venâncio Aires – o que também traduzia a limitada divisão territorial do trabalho regional e a baixa complementaridade funcional existente entre as cidades da região.

Esse padrão espacial informava também a grande dependência funcional que o conjunto dessas cidades ainda mantinha com a metrópole regional e capital, Porto Alegre, ao mesmo tempo em que também registrava o novo acesso que as cidades – especialmente Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz – obtinham, através daqueles dois eixos, às rodovias estruturais que as ligavam com os maiores centros urbanos e mercados do centro-sul do País – caso das BRs 116 e 101 – e com os principais portos mundiais, notadamente através da BR-116 e de sua ligação com o porto de Rio Grande.

Tais obras rodoviárias contribuíram principalmente para o desenvolvimento da atividade agroindustrial fumageira, na medida em que proporcionaram substanciais melhorias na circulação do fumo, dos insumos agrícolas, da assistência técnica entre as áreas rurais produtoras e as usinas de fumo instaladas nas cidades de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz.

Nesse aspecto, também cabe destacar a construção através da parceria entre os governos municipal e estadual e o SINDIFUMO, em 1983, do Aeroporto Municipal de Santa Cruz do Sul.¹⁷⁷ Esse outro sistema de engenharia de transporte com capacidade para receber aeronaves de pequeno porte buscava facilitar o acesso dos compradores internacionais de fumo e dos altos executivos e técnicos das empresas multinacionais fumageiras à região, como também viabilizar uma nova rota ligando Santa Cruz do Sul aos demais centros regionais e às capitais que passavam a integrar a espacialidade do complexo agroindustrial fumageiro no Sul do País, como Blumenau, Itajaí e Florianópolis, em Santa Catarina, Rio Negro e Curitiba, no Paraná. (SILVEIRA, 2003).

As novas relações espaciais entre as cidades da região, e entre elas e cidades distantes, em distintas escalas geográficas, também passaram a ser

¹⁷⁷O aeroporto também passou a viabilizar, embora de modo não freqüente, a remessa e o recebimento pelas empresas agrofumageiras de relatórios e documentos técnicos, de amostras de fumo, etc. entre as demais empresas coligadas e/ou com empresas compradoras.

possibilitadas e efetivadas através da implantação do sistema de telecomunicações à distância, cujo telefone e telex foram seus principais objetos técnicos.

O modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo governo militar orientava-se pela busca da reestruturação e modernização industrial do País, o que pressupunha, como condição estratégica, a necessidade de se equipar e integrar o conjunto do território através de um performante sistema nacional de telecomunicação. (DIAS, 1996). Nesse contexto, no começo da década de 1960, com a criação, pela União, da EMBRATEL (Empresa Brasileira de Telecomunicação) e do Ministério das Comunicações, iniciam-se no País pesados investimentos estatais para o provimento de uma ampla rede infra-estrutural de suporte, através da expansão de sistemas de engenharia, como o de microondas, o de cabos submarinos, o via satélite e o nacional de telex. (CRUZ e LIMEIRA, 1988 e DIAS, 1996). Isso possibilitou as condições infra-estruturais e técnicas para que nas décadas seguintes ocorresse a difusão e a expansão do uso do telefone, do telex e dos serviços de comunicação a distância tanto entre as localidades no País, quanto entre elas e aquelas no exterior. Todavia, na medida em que o acesso ao uso desses novos objetos técnicos foi mediado pelo mercado, o mesmo tornou-se desigual tanto do ponto de vista social quanto espacial. (DIAS, 1996).

No Vale do Rio Pardo, o desenvolvimento do CAI do fumo e seus reflexos na dinâmica econômica e urbana dos municípios criaram as condições para que, principalmente as cidades da região, ainda que de modo desigual, passassem a experimentar mudanças e substanciais melhorias no sistema de telecomunicações, ampliando assim a fluidez e a capacidade de circulação da informação.

A importância que a cidade de Santa Cruz do Sul passava a ter na agroindustrialização do fumo, especialmente como principal centro fumageiro do Sul do País, bem como a pujança de sua economia urbana possibilitaram que muitas dessas inovações ocorressem de modo pioneiro e em maior quantidade nessa cidade.¹⁷⁸ Assim, já em 1966, era inaugurado pela CRT (Companhia Rio-grandense de Telecomunicações) o sistema de telefonia automática na cidade através da instalação de 800 linhas, substituindo os até então telefones a magneto. Em 1970, a

¹⁷⁸ Nesse período, Santa Cruz do Sul foi integrada ao Sistema de Micro-Ondas através da Rota Oeste que, partindo de Porto Alegre, integrava Montenegro, Taquari, Santa Cruz do Sul, Cachoeira do Sul, Santa Maria, Rosário do Sul, Júlio de Castilhos e Cruz Alta. (SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DE OBRAS PÚBLICAS, 1974).

agência local do Banco do Brasil instalava o primeiro canal de telex do município e da região. Em 1971, era instalado o novo sistema de Discagem Direta à Distância (DDD), possibilitando que as ligações telefônicas pudessem ser realizadas diretamente para outros municípios do País, através da central de trânsito da Embratel em Porto Alegre. E em 1977 passava a funcionar na cidade de Santa Cruz do Sul o sistema de DDI (Discagem Direta Internacional), permitindo a realização de ligações internacionais a partir da cidade, sem auxílio de telefonista. (SILVEIRA, 1997).

A configuração das rotas de conexão telefônica existentes em 1973 evidencia também a importância de cada centro urbano da região e as relações espaciais entre eles no que se refere aos fluxos da informação. É interessante destacar que em 1973, além de Santa Cruz do Sul, apenas as cidades de Rio Pardo e Venâncio Aires integravam o conjunto de 32 centros do Estado que se apresentavam como centros de primeira conexão, ou seja, que não dependiam de nenhum outro para realizar ligações telefônicas. Já Candelária era centro de segunda conexão, pois dependia de Santa Cruz. Sobradinho, por sua vez, era centro de terceira conexão e dependia de Candelária, enquanto Arroio do Tigre subordinava-se a Sobradinho, Vera Cruz a Santa Cruz, e Encruzilhada do Sul a Rio Pardo. Nesse mesmo ano, apenas seis municípios operavam com o sistema de Discagem Direta à Distância (DDD) no Estado: Porto Alegre, Canoas, Novo Hamburgo, Caxias do Sul, Santa Maria e Santa Cruz do Sul. (SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DE OBRAS PÚBLICAS, 1974).

O número de linhas telefônicas em serviço começava a se ampliar nas cidades da região, observando a demanda diferenciada dos serviços residenciais e não-residenciais que as distintas dinâmicas econômicas de cada município possibilitavam. Nesse aspecto, em 1981, as cidades de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, juntas, respondiam por 62,43% das 2.026 linhas telefônicas não-residenciais, e por 64,52% das 2.024 linhas telefônicas residenciais em serviço na região. A densidade telefônica também se apresentava distinta entre as cidades, reforçando as diferentes condições econômicas de acesso a esses novos serviços de telecomunicações. Em 1981, o número de aparelhos telefônicos por mil habitantes em Arroio do Tigre e em General Câmara era, respectivamente, de 5,37 e de 5,72. Já em Rio Pardo e em Venâncio Aires, tinha-se, respectivamente, 23,04 e

25,57 aparelhos por mil habitantes, enquanto em Santa Cruz do Sul havia, aproximadamente, 39,01 aparelhos por mil habitantes. (FEE, 1980). Também em relação à evolução do uso do telex nas cidades da região, podemos identificar situações distintas. Em 1980, Santa Cruz do Sul concentrava 87% dos aparelhos de telex da região. Essa participação relativa, embora ainda alta, diminuiu em 1989 para 75% do total dos aparelhos. Essa diminuição deve-se ao intenso aumento verificado nas cidades de Venâncio Aires e de Vera Cruz que, entre 1980 e 1989, apresentaram, respectivamente, um crescimento de 600% e 700% no número de terminais ligados à rede nacional de telex, índice bem acima do apresentado pelo conjunto da região que no mesmo período foi de 233%.¹⁷⁹ (FEE, 1980 e 1990).

As inovações técnicas, além de permitirem, ainda que de forma desigual, maior qualificação e difusão de novos serviços às comunidades locais, possibilitaram principalmente às agroindústrias fumageiras e às demais empresas a oportunidade de efetivar com maior eficiência e velocidade a transmissão de dados, de informações e de ordens entre as diversas unidades das empresas, bem como entre as diferentes empresas que atuam no âmbito do CAI do fumo, além de uma melhor condição de interação com os seus respectivos e potenciais clientes nacionais e internacionais¹⁸⁰. (FEE, 1980 e 1990). Nesse sentido, as cidades de Santa Cruz do Sul, de Venâncio Aires e, num plano secundário, Vera Cruz, se diferenciaram das demais pela intensidade com que apresentavam essas inovações, alcançando assim posições de destaque na rede de relações espaciais alimentadas com a expansão da agroindustrialização do fumo, bem como pelo dinamismo de suas economias urbanas.

A modernização conservadora da agricultura implementada na região através do desenvolvimento dos CAIs do arroz, da soja e, principalmente, do fumo engendrou mudanças nas relações entre as cidades e as áreas rurais. Na medida em que as áreas rurais e a produção agrícola foram se modernizando e

¹⁷⁹ No período entre 1980 e 1989, apenas as cidades de Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz possuíam terminais ligados à rede nacional de telex. Em 1980, a região apresentava 46 terminais ligados à rede e desses Santa Cruz do Sul possuía 40. Em 1989, a região ampliou para 153 aparelhos conectados à rede, e desse total Santa Cruz do Sul detinha 115. Vera Cruz e Venâncio Aires, no período entre 1980 e 1989, respectivamente, ampliaram de 1 para 8 e de 3 para 21 o número de aparelhos de telex ligados à rede nacional. (FEE, 1980 e 1990).

¹⁸⁰ Em Santa Cruz do Sul, os principais usuários dos canais de telex foram empresas fumageiras e instituições financeiras. Em 1977, figuravam entre os usuários: a Agência local do Correio, o Banco do Brasil, o Banco Itaú, o Banco Real, o Unibanco, a Cia. Souza Cruz, a R.J. Reynolds. (SILVEIRA, 1997).

incorporando gradativamente um conteúdo técnico-científico ao espaço geográfico, as cidades de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz progressivamente passaram a regular a produção agrícola. Isso ocorreu tanto pelo aumento da dependência das áreas rurais em relação aos mercados urbanos industriais que cada vez mais passaram a receber os produtos agrícolas, como o fumo para seu beneficiamento, processamento industrial e consumo, quanto pela ampliação do nexo do consumo produtivo. Como lembra Santos, nesse novo estágio da agricultura brasileira, além do consumo consumptivo que se esgota nele mesmo, com o emprego de inovações técnicas surgem também novas formas de consumo associadas diretamente à produção agrícola. (SANTOS, 1993). É o caso, na fumicultura, da crescente demanda de insumos agrícolas – sementes, adubos, agrotóxicos, corretivos do solo – de equipamentos, material de construção das estufas, crédito, assistência técnica, etc. Observamos assim a ocorrência de uma progressiva regulação urbana do modo de produzir essa matéria-prima - sua qualidade, sua expansão espacial, seu ritmo produtivo – e de uma progressiva adaptação das cidades e de suas economias urbanas às novas demandas do consumo produtivo das áreas agrícolas que se especializaram na produção do fumo em folha.

Todavia, no Vale do Rio Pardo, por conta das particularidades do funcionamento do CAI do fumo, a comercialização da maior parte dos insumos agrícolas necessários à cultura do fumo obedecia a uma lógica própria do sistema integrado de produção de que os produtos deviam ser alcançados pelas próprias empresas agroindustriais fumageiras aos fumicultores, como forma de assegurarem o controle das quantidades e da qualidade dos insumos utilizados na lavoura. Nesse aspecto, eram poucos os tipos de produtos relacionados à cultura do fumo que podiam ser adquiridos diretamente pelos agricultores nos estabelecimentos comerciais das demais cidades da região – o que limitava sensivelmente a articulação econômica das áreas rurais fumicultoras com os seus núcleos urbanos. Basicamente, o consumo produtivo demandado diretamente pelos agricultores era realizado geralmente nos maiores centros urbanos que apresentavam um comércio mais diversificado e de mais fácil acesso. Também neles se apresentavam os mais

tradicionais, os maiores e os mais modernos estabelecimentos comerciais que atendiam ao consumo consumptivo da população urbana e regional.¹⁸¹

Em 1980, o Censo Comercial do IBGE apontava a existência de um total de 2.509 estabelecimentos comerciais varejistas e atacadistas na região. Santa Cruz do Sul, núcleo industrial e tradicional centro comercial da região, respondia por 28,25% desse total. Rio Pardo, principal centro da zona de pecuária e de expansão da orizicultura na região, respondia por 15,46% e Venâncio Aires, segundo principal núcleo industrial e comercial da chamada zona colonial da região, por 14,14% dos estabelecimentos comerciais. Na cidade de Santa Cruz do Sul, entre os principais gêneros de comércio varejista então em funcionamento, destacavam-se aqueles relacionados ao consumo produtivo, como a venda de artefatos de tecidos para a cobertura dos canteiros de fumo, e para embalagem do mesmo até as usinas, à venda de ferragens, produtos metalúrgicos, ferramentas e material de construção, utilizado nos tratos culturais e na construção das estufas de fumo, ao comércio de veículos, combustíveis e lubrificantes, utilizados para deslocamento e transporte, e à venda de máquinas e aparelhos elétricos e não-elétricos, como o arado, a prensa e a tecedeira. Quanto ao comércio atacadista, destacava-se a venda de produtos agropecuários e extrativos, em que estavam incluídos sementes, fertilizantes, adubos e agrotóxicos.

A prestação de serviços relacionados ao desenvolvimento da produção e da agroindustrialização do fumo igualmente começou a difundir-se na região. Embora as empresas fumageiras, no âmbito do sistema integrado de produção, se encarregassem da assistência técnica aos seus fumicultores integrados, especialmente quanto à definição da área plantada, ao emprego dos novos insumos e das novas técnicas de produção, ao financiamento e ao seguro da lavoura,

¹⁸¹ As cidades, em graus diferentes, também apresentavam estabelecimentos comerciais que atendiam ao crescente consumo consumptivo caracterizado pela demanda heterogênea de acordo com os estratos de renda da população urbana e rural dos municípios. Embora reconheçamos que o PIB *per capita* não seja o melhor indicador para a aferição da distribuição de renda da população, ele nos fornece evidências de como se distribuía a renda entre os municípios da região, evidenciando os lugares com maior potencial de demanda de consumo consumptivo. Nesse aspecto, em 1985, enquanto os demais municípios da região apresentavam um PIB per capita entre Cr\$. 6.000,00 e Cr\$. 8.000,00, Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz apresentavam, respectivamente, um PIB *per capita* de Cr\$. 19.069,00, de Cr\$. 16.688,00 e de Cr\$. 19.511,00. (FEEDADOS, 2006). Isso nos leva a supor que os estabelecimentos comerciais dessa cidade acabavam atendendo não apenas à demanda de consumo consumptivo da população local, mas também à parte da população das cidades vizinhas de Vera Cruz e Venâncio Aires e, dependendo do produto, de outras cidades e áreas rurais da região.

inúmeros outros serviços desenvolveram-se no período, sendo fundamentais ao funcionamento do CAI do fumo.

Santa Cruz do Sul também se destacava como principal cidade da região na distribuição dos estabelecimentos de serviços. Segundo dados do Censo de Serviços do IBGE de 1980, a cidade, em relação à região, respondeu naquele ano por 34% do total dos estabelecimentos existentes, por 40,34% do pessoal ocupado nesse setor e por 47% do total da receita obtida. Já Venâncio Aires respondia, respectivamente, por 13,47%, 12,80% e 10,83% daquelas variáveis. Entre os principais estabelecimentos prestadores de serviços, podemos destacar os hotéis e restaurantes variados que atendiam tanto aos compradores internacionais de fumo, representantes comerciais, empresários e profissionais técnicos vinculados ao setor quando de sua estada na cidade, como aos agricultores, quando de seu deslocamento para a venda do fumo, e a pessoas residentes em outras cidades para realizar compras e contratar serviços. Também se desenvolvem, no período, serviços de reparação e manutenção de máquinas e equipamentos, de construção de estufas, de oficinas mecânicas, eletrônicas, marcenarias, hidráulicas, de atividades financeiras, de advocacia, de agências de viagens, locação de veículos, de exportação e importação de máquinas, equipamentos e fumo, de transporte de carga e fretamento de empregados. E, ainda, serviços relacionados a compra, loteamentos, incorporação e construção de imóveis e de administração, locação e arrendamento de imóveis nas áreas urbana e rural. Além disso, Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires se caracterizam por também prestarem serviços relacionados à educação, à saúde e ao lazer, não apenas para famílias urbanas locais, como também, diante da ausência e/ou limitação desses serviços nos seus locais de vivência, para aquelas famílias residentes nas cidades e áreas rurais vizinhas que podiam arcar com a despesa do deslocamento e dos serviços.¹⁸²

¹⁸² Nesse aspecto, Santa Cruz do Sul apresentava, na área da educação, uma instituição de ensino superior, desde 1964 – as Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul que, em 1989, oferecia 12 cursos de graduação e possuía 2.714 alunos –, uma Escola Profissionalizante do SENAI, 152 escolas públicas e 45 escolas particulares no ensino fundamental e médio. Na área da saúde, dois hospitais de referência regional, um deles com Unidade de Tratamento Intensivo e um Centro de Hemodiálise, dois centros de radiologia, ultrassonografia e ecocardiografia. Apresentava, ainda, 103 médicos em 25 especialidades diferentes, 63 dentistas, cirurgiões-dentistas e ortodontia. Na área de lazer, possuía, em 1989, 35 clubes recreativos ligados às entidades comerciais e industriais, 07 clubes sociais, além de dois Parques Municipais. (SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO, 1989). Na área periférica da cidade, também foi construído, em 1974, em 51 ha., um

Entre as atividades de serviços, destacavam-se na região aquelas realizadas por bancos e instituições financeiras estatais e privadas. Os bancos adquiriram crescente importância no desenvolvimento da economia urbana dos municípios, especialmente por assegurarem o pleno funcionamento do CAI do fumo, através do financiamento da produção de fumo e também por disponibilizarem aos demais setores econômicos e aos segmentos da população novos recursos para o desenvolvimento das suas atividades econômicas e para o financiamento do consumo.

A difusão e a intensificação da cultura do fumo na região através do sistema integrado de produção fizeram-se acompanhadas pelo aumento da demanda de financiamentos para o custeio da safra de fumo e para investimentos nas propriedades agrícolas, como a construção de estufas, de paiol e a compra de equipamentos. A segurança dessas operações, através da intermediação e da garantia dada pelas empresas agrofumageiras, tornaram a destinação de recursos para o crédito rural na fumicultura um excelente negócio para as instituições financeiras, o que levou a uma progressiva instalação, nas cidades da região, de inúmeras agências bancárias de várias instituições financeiras do Estado e do País.¹⁸³ (Tabela 25).

Observa-se que entre 1981 e 1987 houve um aumento de 36 para 51 agências bancárias que atuavam nas cidades da região. Entre elas, destaca-se o crescimento da participação dos centros industriais agrofumageiros de Santa Cruz do Sul e de Venâncio Aires que, respectivamente, em 1987, participavam com 25,49% e 11,76% no total das agências bancárias existentes nas cidades da região.

A importância de Santa Cruz do Sul também se expressa no fato de o Banco do Brasil ter inaugurado, em 1981, uma agência-tronco de câmbio, e, em 1993, ter instalado uma agência do seu CESEC (Centro de Processamento e Serviços de Comunicações), permitindo às empresas locais e regionais, notadamente às agroindústrias multinacionais, pelo volume e porte de suas operações, maior

moderno campo de golfe destinado ao lazer da classe abastada bem como dos compradores de fumo, quando de sua estada na cidade.

¹⁸³ No ano de 1986, em Santa Cruz do Sul, funcionavam as agências bancárias das seguintes instituições: Banco do Brasil, Banco Meridional do Brasil, Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Banco Bamerindus, Banco Bradesco, Banco de Crédito Nacional, Banco Itaú, Banco Mercantil do Brasil, Banco Nacional, Banco Real, Unibanco, Caixa Econômica Federal e Caixa Economia Estadual. (Guia Bancário do Brasil, 1996).

agilidade nas ações de financiamento, de exportação e de compensação de documentos bancários¹⁸⁴. (SILVEIRA, 2003).

TABELA 25 - Vale do Rio Pardo: número de agências bancárias nos municípios em 1981 e 1987

Municípios e região	1981		1987	
	Número	%	Número	%
Arroio do Tigre	2	5,55	2	3,92
Barros Cassal	2	5,55	2	3,92
Candelária	4	11,11	6	11,76
Encruzilhada do Sul	3	8,33	5	9,80
General Câmara	1	2,77	3	5,88
Rio Pardo	5	13,88	6	11,76
Santa Cruz do Sul	11	30,55	13	25,49
Sobradinho	4	11,11	5	9,80
Venâncio Aires	3	8,33	6	11,76
Vera Cruz	1	2,77	3	5,88
Vale do Rio Pardo	36	100,00	51	100,00

Fonte: FEE - Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul -1980 e Municípios do Rio Grande do Sul: Dados Socioeconômicos - 1985/1987. Org. Rogério Silveira

Com esses novos sistemas de engenharia e de sistemas técnicos, o equipamento do território regional possibilitou, especialmente, para as empresas agroindustriais fumageiras, maior fluidez à circulação da produção, do capital e da informação, permitindo assim melhores condições infra-estruturais e organizacionais para a expansão do CAI do fumo na região, bem como para o desenvolvimento de atividades industriais e terciárias relacionadas e complementares à agroindustrialização do fumo. Nesse contexto, passou a ocorrer uma alteração qualitativa e quantitativa nas funções urbanas relacionadas à produção, ao consumo e à gestão, e nas relações econômicas entre os lugares, especialmente entre as cidades.

¹⁸⁴ Em outra pesquisa verificamos que em Santa Cruz do Sul há mais tempo já existiam agências do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (1930), do Banco do Brasil S/A (1942) e da Caixa Econômica Federal (1954). As demais foram instaladas na cidade, a partir da década de sessenta, período em que a fumicultura começava a aumentar significativamente a área plantada e o volume comercializado: Banco Real (1960), Caixa Econômica Estadual (1963), Unibanco (1967), Banco Mercantil de São Paulo (1975), Banco Itaú e Banco Mercantil do Brasil (1982), Bradesco e Banco Meridional (1985) e Banco Bamerindus (1989). Em Venâncio Aires, em 1986, havia agências do Banco do Brasil S/A, do Banco Meridional do Brasil S/A, do Banco do Estado do Rio Grande do Sul e da Caixa Econômica Federal. (SILVEIRA, 1997).

Nesse sentido, a rede urbana do Vale do Rio Pardo foi progressivamente adquirindo graus maiores de complexidade. Ao mesmo tempo em que se caracterizava por uma, relativamente, limitada diversidade funcional na maior parte dos seus núcleos urbanos e pelo pequeno grau de articulação entre eles, também experimentava os reflexos gerados pela modernização e expansão da agroindustrialização do fumo na região, bem como pelo equipamento seletivo e desigual do território, através da implantação de novos sistemas de engenharia. Assim, a intensificação da internacionalização do setor fumageiro, a promoção de inovações técnicas e organizacionais no âmbito do CAI do fumo e a construção de novos fixos como as rodovias pavimentadas e a instalação de novos serviços de telecomunicação em determinados lugares da região possibilitaram o incremento dos fluxos já existentes e a promoção de novos fluxos no território regional. Isso contribuiu para que houvesse mudanças no mercado de trabalho regional, na divisão dos empregos, na distribuição da população no espaço regional, com reflexos diretos no processo de urbanização das cidades, especialmente naquelas mais diretamente vinculadas à atividade agroindustrial fumageira, bem como na ampliação do número de cidades e no dinamismo da rede urbana.

A tabela 26 mostra a evolução do número de cidades, por faixa de tamanho, que integravam a rede urbana do Vale do Rio Pardo, entre 1940 e 1980. Observa-se um significativo predomínio das cidades com até 20.000 habitantes, especialmente daqueles pequenos núcleos urbanos de até 5.000 habitantes. Até 1960, nenhuma cidade da região possuía mais de 20 mil habitantes. Em 1960 e 1970, apenas Santa Cruz do Sul passou a contar com mais de 20 mil habitantes. Em 1980, enquanto Santa Cruz do Sul ultrapassa os 50 mil habitantes, a cidade de Rio Pardo ultrapassa os 20 mil habitantes, o que também acontece com a cidade de Venâncio Aires.

TABELA 26 - Vale do Rio Pardo: número de cidades por faixas de tamanho - 1940 a 1980

Classes de Tamanho	1940	1950	1960	1970	1980
Até 5.000 hab.	5	5	3	5	4
5.001 a 20.000 hab.	2	2	4	4	4
20.001 a 50.000 hab.			1	1	1
Mais de 50.000 hab.					1
Total de Cidades	7	7	8	10	10

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1940 a 1991. Org. Rogério Silveira

De modo geral, as cidades com até 20 mil habitantes constituíam-se em centros urbanos locais que desempenhavam principalmente a função de sede político-administrativa dos seus municípios que apresentavam uma elevada dependência econômica do setor primário, a presença da maior parte da população ainda vivendo nas áreas rurais e uma limitada e tradicional estrutura industrial. Os dados do Censo Industrial de 1980 informam que os principais ramos industriais existentes na maior parte dessas cidades restringiam-se ao desenvolvimento de atividades tradicionais. Relacionadas à extração e à transformação de recursos vegetais e minerais e ao beneficiamento da produção agropecuária do município, ou de municípios vizinhos, essas atividades eram realizadas na maior parte em estabelecimentos artesanais e em manufaturas, denotando um baixíssimo grau de diversificação industrial.¹⁸⁵ (IBGE, 1980).

Em tais condições, essas cidades apresentavam um baixo grau de especialização econômica e de diversificação funcional, o que expressava a existência de uma limitada divisão territorial do trabalho e de diminutas possibilidades de relações econômicas entre elas. Além disso, em muitas delas, a precariedade ou a insuficiência das vias de transporte, dos acessos às estradas e às rodovias regionais e do sistema de comunicação acresciam obstáculos ao estabelecimento de uma vida mais intensa de relações entre essas cidades, bem como à sua própria dinâmica econômica. Essas cidades informavam, assim, nitidamente o caráter de localidades centrais atuando principalmente junto às suas *hinterlândias* imediatas, basicamente através da comercialização e do beneficiamento industrial da produção primária – com exceção do fumo –, do comércio varejista e atacadista e, em alguns casos, da drenagem e do consumo da renda fundiária.

Embora esses municípios fossem integrados ao CAI do fumo através de uma crescente produção de fumo, acreditamos que o modo como se deu a modernização e a difusão da agroindustrialização do fumo na região – reguladas pela implementação do sistema integrado de produção – acabou impondo limites à circulação do capital nas economias urbanas dessas pequenas cidades. A normatização das relações sociais de produção entre os fumicultores e as empresas

¹⁸⁵ De acordo com o Censo Industrial de 1980, 67,86% dos 760 estabelecimentos industriais em atividade nos municípios da região desenvolviam atividades relacionadas a esses ramos industriais tradicionais. (IBGE, 1980).

agrofumageiras através daquele sistema – especialmente assegurando às empresas a condição de centralizarem a assistência técnica e a compra do fumo, de controlarem a definição e a compra dos insumos agrícolas a serem utilizados e mesmo de definirem o direcionamento dos recursos disponibilizados pelos bancos para o financiamento da safra do fumo para as agências bancárias onde possuem suas contas correntes – praticamente retirava da economia dessas pequenas cidades a condição de poderem reter parte do capital que circulava na região, o que potencialmente poderia vir a aquecer seus mercados urbanos.

Com isso, limitados eram os recursos provenientes da atividade fumageira que efetivamente acabavam circulando nessas pequenas cidades e basicamente se restringiam ao emprego de parte da renda obtida com a venda do fumo no consumo consumptivo daqueles produtos relacionados diretamente à reprodução cotidiana das famílias dos fumicultores e que não eram obtidos em suas propriedades rurais, como produtos alimentares, roupas e calçados. Ou ainda, mercadorias necessárias ao desenvolvimento do trabalho rural, como ferramentas, material de construção, combustíveis, entre outros. A demanda por produtos mais elaborados e serviços mais especializados acabava tendo de ser suprida externamente, basicamente em Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires – cidades que tradicionalmente desempenhavam importante papel na rede comercial de produtos coloniais e que, desde a década de 1920, vinham progressivamente se constituindo em importantes núcleos da indústria agrofumageira e também em centros regionais de comércio e prestação de serviços. Em caráter excepcional, a realização da demanda por produtos, mercadorias e serviços mais específicos e/ou especializados acabava tendo de ser buscada em Porto Alegre.

Nesse período, entre as pequenas cidades da região, destacamos Candelária, Sobradinho e Vera Cruz. As duas primeiras se diferenciavam nesse conjunto pela importância de suas economias urbanas no contexto da região, especialmente por apresentarem um setor industrial mais diferenciado, com a presença de manufaturas de fumo desfiado e em corda, e pelo maior alcance espacial de seus estabelecimentos comerciais e de serviços – o que permitia a ampliação de suas relações espaciais com os núcleos urbanos distritais, pequenas

idades e áreas rurais localizadas em seus entornos.¹⁸⁶ Já a pequena cidade de Vera Cruz começava a apresentar mudanças em sua economia urbana, principalmente a partir de 1981, quando a multinacional americana *Dibrel Brothers Inc.* instalou na cidade uma grande usina de beneficiamento de fumo. Além da significativa ampliação do número de empregos industriais, entre efetivos e temporários criados no beneficiamento industrial do fumo, novas atividades industriais, de serviços e comerciais também surgiram, dinamizando a economia local e promovendo sua urbanização. Entre 1960 e 1980, sua população urbana ampliou de 1.430 habitantes para 4.772 habitantes, um incremento de cerca de 234%.

As cidades com mais de 20 mil habitantes se afirmaram nesse período como principais centros regionais, concentrando progressivamente a maior parte da população urbana regional. Se em 1960 elas respondiam por 31,89% dessa população, em 1980 elas passavam a apresentar 59,72% do total da população urbana da região. (Tabela 27).

TABELA 27 - Vale do Rio Pardo: participação da população das cidades com mais de 20 mil habitantes na população total e urbana da região - 1960 a 1990

Ano	População das cidades com mais de 20 mil hab.	% sobre a população total da região	% sobre a população urbana da região
1960	22.026	7,71	31,89
1970	33.076	10,02	35,95
1980	80.898	23,93	59,72

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1960, 1970 e 1980. Org. Rogério Silveira

A tabela 28 mostra que, entre 1960 e 1980, a população das cidades de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires aumentam crescentemente sua participação na população urbana da região, enquanto a população urbana de Rio Pardo diminui progressivamente sua participação no conjunto da população urbana da região.

O conjunto dessas cidades não apresentava a mesma dinâmica de crescimento urbano nem, tampouco, participava com as mesmas funções no âmbito da rede urbana regional.

¹⁸⁶ De acordo com os Censos Econômicos de 1980, Candelária e Sobradinho, respectivamente, se posicionam como quarto e quinto centros urbanos da região, em termos do número de indústrias, estabelecimentos comerciais e população economicamente ativa, evidenciando sua importância entre os pequenos centros urbanos da região. (IBGE, 1980).

TABELA 28 - Vale do Rio Pardo - cidades selecionadas: participação da população urbana na população urbana da região - 1960 a 1980

Cidades	População Urbana		
	1960	1970	1980
Rio Pardo	24,32	21,72	19,04
Santa Cruz do Sul	31,89	35,95	40,67
Venâncio Aires	11,86	12,20	12,27

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1960, 1970 e 1980. Org. Rogério Silveira

A cidade de Rio Pardo, principal centro urbano da região durante o século XVIII e até segunda metade do século XIX, continuava a perder importância no conjunto da rede urbana regional, restringindo sua área de influência principalmente à zona de ocorrência da pecuária e do CAI do arroz no Sul da região, e mantendo relações espaciais com Encruzilhada do Sul, Candelária, Cachoeira do Sul e Porto Alegre. Rio Pardo no final dos anos oitenta perdia o posto de segunda maior cidade da região para Venâncio Aires e se reproduzia basicamente através de atividades comerciais e de uma limitada atividade industrial desenvolvida por empresas beneficiadoras de alimentos, especialmente de arroz, extratoras de minerais, curtumes e frigoríficos. A impossibilidade de suprir a demanda de novos empregos urbanos para a mão-de-obra excedentária do município, aliado ao aumento do êxodo rural causado pela forte concentração de terra, pelo aumento do desemprego no campo, dado ao avanço da pecuária extensiva e da modernização na orizicultura, resultou no aumento do desemprego urbano e na expulsão de parte da população para outras cidades da região, notadamente para Santa Cruz do Sul e para Venâncio Aires.

Outra era a situação da cidade de Venâncio Aires que crescia economicamente e que, entre 1960 e 1980, ampliou sua população urbana em 103%, apresentando naquele ano 16.626 habitantes. Com a internacionalização do setor fumageiro, a cidade passou a receber intensos investimentos internacionais, através da instalação de usinas de beneficiamento de fumo de empresas multinacionais, bem como ampliou o dinamismo de sua economia urbana através do desenvolvimento de outros já tradicionais ramos industriais, como o metalúrgico, o mobiliário, o de vestuário, o de calçados e o de alimentos. Animada com o aumento no número de empregos e na circulação da renda obtida com o beneficiamento industrial do fumo e das demais atividades industriais, a economia urbana foi incrementada com a ampliação do número de estabelecimentos comerciais – varejo

e atacado – e de serviços, intensificando assim o processo de urbanização da cidade. Nesse contexto, Venâncio Aires assumia a condição de segundo mais importante núcleo urbano do CAI do fumo na região e afirmava também sua posição de destaque na rede urbana regional. Isso ocorria justamente com a ampliação das suas relações espaciais com as áreas rurais fornecedoras de fumo e com o crescimento da circulação de produtos, mercadorias, pessoas e capital que para ela fluem desde os pequenos distritos de Monte Alverne – ligado à Santa Cruz do Sul –, Mato Leitão, e das pequenas cidades no seu entorno, como General Câmara e Taquari. Também contou, para tanto, o surgimento e o aumento dos fluxos de fumo, capital, informações e normas entre Venâncio Aires e as cidades americanas e espanholas – sedes das empresas fumageiras instaladas no município – e entre as cidades mundiais onde se localizavam fábricas de cigarro.

Por fim, destacamos nesse grupo a cidade de Santa Cruz do Sul que, nesse período de intensificação da internacionalização do setor fumageiro, apresentou, entre 1960 e 1980, um intenso processo de urbanização, ampliando a sua população em 150% e totalizando nesse ano 55.095 habitantes. A cidade reafirmava a posição de principal núcleo urbano da rede urbana regional, condição que vinha apresentando desde o final do século XIX, quando desempenhou importante papel no desenvolvimento da rede comercial entre a zona de produção colonial da região e Porto Alegre.

Mas, mais do que simplesmente reafirmar sua posição de liderança na rede urbana, Santa Cruz do Sul, nesse novo momento, passava a forjar sua condição de comando – resultado combinado da sua intensa urbanização, de sua progressiva ascensão à posição de principal núcleo urbano e industrial do CAI do fumo instalado no Sul do país e, em decorrência, das mudanças significativas que passaram a ocorrer no conteúdo e na intensidade das relações espaciais que a cidade passou a estabelecer com os demais lugares, na região e fora dela.

Nesse contexto de intensificação da internacionalização do setor fumageiro e de expansão espacial do CAI do fumo na região, a cidade de Santa Cruz do Sul pôde contar com expressivos investimentos do capital internacional na ampliação e modernização da capacidade instalada do beneficiamento industrial do fumo e da produção de cigarros. Contou também com novos investimentos de empresas locais e externas na promoção de atividades econômicas complementares ao

funcionamento do CAI do fumo, como transporte, seguros, serviços financeiros, comércio de insumos, máquinas e equipamentos, exportação e importação – o que contribuiu fortemente para alavancar o desenvolvimento de sua economia urbana. Com a expansão das atividades econômicas vinculadas ao CAI do fumo, a cidade experimentou também o crescimento das atividades de outros ramos industriais – como metal-mecânico, metalúrgico, borracha, alimentício e vestuário – e a ampliação do setor comercial e de serviços, o que permitiu à cidade diversificar suas funções econômicas e incrementar seu mercado de consumo e de trabalho, ampliando assim a sua influência na região e na rede urbana. Além disso, Santa Cruz tinha reforçado essa condição de liderança também por passar a ser sede regional de um conjunto de autarquias e de organismos administrativos dos governos estadual e federal.¹⁸⁷

Por sua vez, a modernização do funcionamento do CAI do fumo, através da promoção de um conjunto de inovações técnicas, organizacionais e normativas e a simultânea instalação, na cidade e no território regional, de novos sistemas de engenharia e de sistemas de técnicos pelo Estado, criaram as condições para que novos e intensos fluxos materiais passassem a fluir com mais rapidez em direção à cidade, mas também dela para os distintos lugares do CAI do fumo – informando assim o novo conteúdo das suas relações espaciais.

Nesse sentido, intensificou-se não apenas a circulação do fumo das áreas rurais para as usinas de beneficiamento instaladas na cidade, mas também se ampliou o movimento dos insumos químicos, biotecnológicos e das informações técnicas sobre o cultivo do fumo em direção às propriedades rurais dos fumicultores. Essa regulação urbana da produção do fumo informava a nova relação econômica da cidade com as áreas rurais do seu entorno e com as regiões fumicultoras próximas. Isso podia ser observado através da efetivação do sistema integrado de produção, na medida em que permitia às empresas fumageiras instaladas em Santa

¹⁸⁷ Em 1974, a cidade desempenhava a função administrativa de sede regional de inúmeras secretarias e órgãos públicos do Estado, cuja área de atuação envolvia as regiões do Vale do Rio Pardo, parte do Vale do Jacuí e do Vale do Taquari. Entre elas destacam-se: Inspeção Regional de Fiscalização do ICMS, Delegacia Regional de Saúde, Delegacia Regional de Ensino, Escritório Regional da Secretaria de Obras, Delegacia Regional de Polícia, Agência Regional do Instituto de Previdência do Estado, Sede Regional da CRT (Companhia Riograndense de Telecomunicações), Gerência Regional da CEEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica), Residência Regional do DAER (Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem), Comarca de 3ª Entrância do Poder Judiciário Estadual. (SECRETARIA ESTADUAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS PÚBLICAS, 1974).

Cruz do Sul ampliar a drenagem da renda da terra através da extração do sobretabalho das famílias camponesas. Drenagem essa que se ampliava também através do incremento do consumo produtivo e consumptivo realizado em Santa Cruz do Sul por crescentes segmentos da população rural, urbana e de pequenas empresas dos pequenos municípios da região.

A ampliação da produção do fumo e de seu beneficiamento industrial resultou na ampliação das relações econômicas entre as empresas agrofumageiras e outras empresas fornecedoras de insumos agrícolas e industriais localizadas nas regiões metropolitanas de Porto Alegre e de São Paulo, e no exterior. Também requereu o aumento das relações funcionais e organizacionais entre as demais filiais das empresas fumageiras instaladas no País e, entre as sedes, no exterior, desses grupos multinacionais que então controlavam o mercado fumageiro internacional. Além disso, a intensificação da exportação do fumo em folha produzido na região possibilitou o incremento das relações comerciais com empresas localizadas nos Estados Unidos, nos países europeus e no Japão. Ampliavam-se, portanto, os fluxos de capital, de informações, de ordens e de normas entre Santa Cruz do Sul e as cidades que participavam da divisão territorial do trabalho do CAI do fumo, não apenas no País, mas na escala mundial. A cidade começava, assim, a consolidar sua importância econômica nos mercados nacional e internacional do fumo.

Além disso, também estavam instaladas na cidade as sedes das principais entidades de classe dos fumicultores – a AFUBRA – e das empresas agrofumageiras – o SINDIFUMO –, cuja área de atuação e representação sindical abrangia os três estados do Sul do País. Também nela se localizava a sede do STIFA que representava os trabalhadores que atuavam nas empresas fumageiras de Santa Cruz do Sul e Vera Cruz. A cidade adquiria assim também importância política, na medida em que nela ocorriam os principais embates e as negociações políticas em torno do preço do fumo e das demais questões atinentes às relações de trabalho no setor, bem como eram celebrados acordos e protocolos, ou definidas orientações políticas para cada segmento envolvido, que acabavam orientando a regulação e o funcionamento do conjunto do setor fumageiro no Sul do País.

A aquisição dessas características, nesse período, possibilitou que Santa Cruz do Sul progressivamente fosse afirmando sua importância organizacional, econômica e política no âmbito da ampla espacialidade do CAI do fumo no País,

bem como passasse a desempenhar destacado papel no processo de reprodução ampliada do capital monopolista internacional agrofumageiro. Além disso, Santa Cruz do Sul, que também desempenhava a função de centro regional de terceira ordem no âmbito da rede urbana comandada por Porto Alegre, passava então a apresentar novas funções advindas de sua destacada participação no funcionamento do CAI do fumo que lhe possibilitavam, gradativamente, integrar o grupo de cidades mundiais que participavam do mercado mundial do fumo, o que lhe era facultado pela sua crescente articulação aos principais centros mundiais de beneficiamento de fumo e de produção de cigarro, e aos centros de gestão das empresas multinacionais fumageiras. Todavia, sua participação nessa rede de cidades ainda era incipiente, tanto pelas recorrentes oscilações dos estoques mundiais de fumo que impunham incertezas à expansão da produção de fumo na região, bem como pelos limites técnicos existentes nos sistemas de engenharia disponíveis na região e no Estado, que dificultavam a fluidez e a circulação dos fluxos materiais e imateriais e criavam obstáculos a uma integração espacial mais efetiva.

Nesse sentido, podemos dizer que a progressiva integração da fumicultura regional ao mercado mundial de fumo em folha, bem com a crescente modernização vivenciada pelo setor fumageiro, especialmente com a intensificação da sua internacionalização, possibilitou mudanças importantes na divisão territorial do trabalho do CAI do fumo no País que, por sua vez, refletiram intensamente no processo de urbanização das cidades da região e na dinâmica de relações espaciais que animava a rede urbana regional.

Novas e diferenciadas demandas surgiram das áreas rurais em relação aos núcleos urbanos quanto ao fornecimento de insumos agrícolas, à prestação de serviços técnicos e especializados e ao financiamento para o custeio e investimento durante as safras de fumo, fomentando assim a promoção do consumo produtivo, enquanto expressão das relações espaciais que começavam a ser implementadas entre o meio rural e as cidades. Nesse aspecto, novas relações espaciais também passaram a ser constituídas entre as cidades da região e, entre elas e as demais cidades distantes que integram o CAI do fumo, por conta da racionalidade produtiva, do conteúdo normativo e técnico-científico existente na dinâmica de reprodução do capital transnacional fumageiro e em sua interação com o território regional. Ao

mesmo tempo, as principais cidades da região – Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires –, como reflexo dessas novas demandas técnicas e organizacionais e do crescente dinamismo de suas economias urbanas, assentadas na agroindustrialização do fumo e no aprofundamento de sua industrialização, passaram a apresentar níveis crescentes de urbanização, caracterizados pelo gradativo equipamento e pela modernização de seus espaços urbanos – com a instalação de novos objetos técnicos e sistemas de engenharia –, pelo progressivo afluxo da força de trabalho excedente da região, em busca de emprego, e pela oferta de novos produtos, de mercadorias, serviços e informações advindas com o desenvolvimento do terciário e de sua crescente integração com o setor agroindustrial. Ampliavam-se assim, especialmente nesses maiores centros urbanos da região, as condições de renda e de difusão da informação para um maior dinamismo do consumo consumptivo da população urbana desses centros, possibilitando, também, em função da desigualdade espacial da oferta das atividades comerciais e de serviços, o incremento das relações espaciais entre essas cidades e os demais núcleos urbanos e as áreas rurais da região.

Apesar de manter um formato de organização espacial simples com uma limitada divisão do trabalho entre seus centros, a rede urbana regional simultaneamente começava a tornar-se mais complexa em seu funcionamento, na medida em que experimentava a coexistência de diferentes e simultâneos níveis de solidariedade espacial entre e desde as cidades. (SANTOS, 1996c e CASTILLO *et al*, 1997).

Assim, a contigüidade espacial e a complementaridade econômica entre as cidades da região, e especialmente entre os pequenos núcleos urbanos e seus entornos rurais imediatos, promovia um acontecer solidário e homólogo ou mesmo uma solidariedade orgânica, resultado da interdependência entre ações e agentes sociais e de uma racionalidade e de um dinamismo econômico que se originavam da existência comum no lugar ou na região. Também coexistia uma outra racionalidade no uso do espaço, aquela que pela sua não-dependência da contigüidade espacial informava a presença de uma solidariedade hierárquica alimentada pela circulação complementar de ordens, informações, capitais e produtos no âmbito do funcionamento da divisão territorial do trabalho do CAI do fumo entre as cidades mais industrializadas da região, especialmente Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e

Vera Cruz, e as metrópoles e importantes cidades da rede urbana brasileira, como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba e Florianópolis.

A realização da reprodução ampliada do capital das empresas multinacionais instaladas na região implicava a promoção e a difusão de uma racionalidade hegemônica na lógica de organização e de uso do território regional de modo a assegurar a concretização de seus interesses mercantis e de suas estratégias oligopsônicas em nível mundial, o que igualmente passou a influenciar o funcionamento da rede urbana. Tratava-se da promoção da solidariedade organizacional envolvendo a circulação de ordens, normas, informações e capitais entre as cidades de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz e cidades no exterior, onde estavam instalados os centros de gestão e as demais subsidiárias das corporações multinacionais agrofumageiras, como Londres, Laussane, Nova York, Hamburgo, Madrid e Paris.

QUARTA PARTE:

**A CONSOLIDAÇÃO E A MODERNIZAÇÃO DO CAI DO FUMO NO
CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO: PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS
NA ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E NA REDE URBANA
REGIONAL**

CAP. 9 - GLOBALIZAÇÃO, MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL E MERCADO MUNDIAL FUMAGEIRO: A ORGANIZAÇÃO DO CAI DO FUMO NO SUL DO BRASIL E NO VALE DO RIO PARDO

O início da década de noventa do século passado assinala para a região fumicultora localizada no Sul do Brasil, em particular para a região do Vale do Rio Pardo, o começo de um novo período no processo de formação do seu território. A partir desse momento, o território regional passou a experimentar mais intensamente os reflexos econômicos e socioespaciais engendrados no processo de globalização da economia, especialmente através da implementação e expansão do meio técnico-científico-informacional – enquanto novo conteúdo do espaço geográfico, advindo do acréscimo e intensa integração dos recursos da informação à anterior união entre ciência e técnica. (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

No bojo da globalização econômica e sob a hegemonia do capital monopolista internacional, ocorre um contínuo rearranjo no setor fumageiro e a expansão do mercado mundial de fumo em folha e de cigarros. Alteram-se as estratégias de ação e as decisões locais das multinacionais em relação à expansão da produção e ao direcionamento espacial dos investimentos de capitais. O desenvolvimento do setor fumageiro se faz acompanhado de uma intensa concorrência oligopolista pelos mercados consolidados e pelos mercados emergentes de fumo e de cigarro. Intensificam-se os graus de centralização e de concentração de capital no setor fumageiro, ampliam-se a modernização e a integração das atividades produtivas e diversificam-se os agentes sociais que participam da produção e da circulação do fumo e do cigarro, contribuindo para uma maior complexificação do modo de funcionamento do setor, bem como de sua correspondente organização espacial. Objetos e sistemas técnicos são desenvolvidos e incorporados seletivamente no espaço geográfico, viabilizando a reprodução ampliada do capital, na medida em que possibilitam melhores condições de organização e desempenho produtivo na agroindustrialização do tabaco e na industrialização do cigarro, e de maior fluidez na circulação do fumo, dos insumos, do capital e das informações no território.

Neste capítulo, inicialmente analisamos o contexto e o conteúdo dos processos de globalização da economia e de avanço da modernização técnico-

científico-informacional e suas relações com o desenvolvimento da agricultura. Em um segundo momento, destacamos, como se apresentam no período, a dinâmica, as tendências recentes e a configuração espacial dos mercados mundiais do fumo e do cigarro. Buscamos também caracterizar a atual constituição dos oligopólios das empresas multinacionais cigareiras e processadoras de fumo, bem como analisar suas principais estratégias de ação econômicas e espaciais, e seu papel na expansão daqueles mercados. Por fim, analisamos os reflexos das mudanças nos mercados mundiais de fumo e de cigarros e da intensificação do processo de concentração de capital na consolidação e na expansão do CAI do fumo no Sul do Brasil, e especialmente, no Vale do Rio Pardo. Interessa analisar a participação da região na atual organização espacial e no funcionamento do CAI do fumo, destacando os principais objetos e sistemas técnicos e os sistemas de ações através dos quais a região a ele se integra, bem como participa do mercado mundial.

9.1 - A globalização da economia e a expansão do meio técnico-científico-informacional: mudanças na dinâmica espacial e no desenvolvimento da agricultura

O momento em que vivemos, identificado pela chamada globalização da economia, tem início no começo da década de 1980 nos países capitalistas centrais, após o processo de ajuste aos choques do preço do petróleo, expandindo-se, seletiva e desigualmente, a partir de então para as demais regiões e lugares na periferia do sistema capitalista. A globalização, enquanto nova etapa de expansão da economia internacional caracteriza-se pela liberalização dos movimentos de capitais, pela desregulação dos grandes mercados financeiros nacionais e pela adoção de taxas de câmbio flutuantes. (HIRST, 1998).¹⁸⁸ Além disso, também podemos destacar três outras características que são essenciais ao seu funcionamento: a existência de um mercado unificado; empresas mundializadas atuando na concepção, produção e distribuição de produtos e serviços; e um quadro regulamentar e institucional insuficiente, dada a escala global de interdependência econômica e política. (BENKO, 1996).

¹⁸⁸ Desde o desenvolvimento do moderno sistema de comércio internacional, na segunda metade do séc. XIX, houve duas outras grandes etapas de rápido desenvolvimento em relação ao investimento e ao comércio internacionais. Além dessa última etapa, teríamos uma primeira, entre 1870-1914, quando houve um crescimento paralelo entre o comércio e a produção mundiais, e uma segunda etapa de crescimento correspondendo ao período entre o final da Segunda Guerra Mundial e a primeira crise internacional do petróleo (1950-1973), quando ocorreu um intenso crescimento do comércio mundial, 4,1% superior à produção. (HIRST, 1998, p.104).

Gonçalves ainda acrescenta que a globalização pode ser definida como o resultado da interação de três distintos processos que têm ocorrido nas duas últimas décadas. São eles: “a expansão extraordinária dos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais; o acirramento da concorrência nos mercados internacionais; e a maior integração entre os sistemas econômicos nacionais”. Esses processos afetam as dimensões financeira, produtiva, comercial e tecnológica das relações econômicas internacionais. (GONCALVES, 1998, p.136).

Hirst alerta-nos para o perigo da mistificação da idéia de uma globalização da economia, na qual prepondera o cenário de uma “economia global recém-aparecida e virtualmente ingovernável, baseada em mercados supranacionais e companhias transnacionais desenraizadas”. (HIRST, 1998, p.102). Para o autor, a economia mundial apresenta-se dominada pelo poder e pela riqueza de três grandes blocos econômicos: a Europa, o Japão e América do Norte. Desde essa última etapa da internacionalização da economia, a nova mobilidade do capital e o relaxamento do controle cambial têm feito com que o comércio direto de mercadorias, embora ainda intenso, tenha perdido importância em relação aos investimentos diretos estrangeiros. Investimentos esses oriundos dos países localizados na tríade e que têm sido direcionados, primeiramente, entre eles e, secundariamente, para um limitado número de países semiperiféricos e de economia emergente, entre os quais se encontra o Brasil. (HIRST, 1998).

É essa também a perspectiva de análise de Chesnais, ao criticar o conteúdo e o uso ideológico do termo globalização e ao propor que utilizemos a noção de mundialização. Para ele, esse momento não apenas representa uma nova etapa do processo de internacionalização da economia, mas também uma nova configuração do capitalismo em âmbito mundial, especialmente dos mecanismos que comandam o seu desempenho e sua regulação, bem como da valorização do capital na escala do conjunto das regiões do mundo onde existam recursos e mercados, e somente nelas. Esse novo arranjo organizacional do capitalismo é viabilizado inicialmente pela desregulamentação financeira, pelo desenvolvimento acentuado da globalização financeira, das políticas de liberalização e de privatização, e pelo papel das novas tecnologias de informação e de comunicação que representam, simultaneamente, a condição para o desenvolvimento e para a intensificação do processo de internacionalização do capital. (CHESNAIS, 1996).

Além disso, não há como negar, nesse contexto, o protagonismo das grandes empresas multinacionais, especialmente em relação ao processo de internacionalização da produção, dada a sua extraordinária capacidade de mobilização de recursos financeiros, mercadológicos, gerenciais e organizacionais em escala mundial, além de, enquanto principal agente privado de inovação tecnológica, desempenhar papel relevante no comércio internacional e realizar a quase totalidade dos fluxos de investimento externo direto no mundo. (GONÇALVES, 1999).

Essas empresas são multinacionais, e não transnacionais, pelo fato de possuírem suas matrizes em um dos países da tríade e suas subsidiárias e afiliadas em outros países; e, também, por não representarem capitais sem pouso fixo, na medida em que estão enraizadas nos mercados centrais em alguma das regiões mais prósperas do mundo. Isso significa que essas empresas também valorizam suas localizações, na medida em que por meio delas efetivamente se beneficiam ou podem vir a se beneficiar do auxílio dos governos nacionais e locais em relação à legislação comercial, à legislação de direitos de patentes e marcas registradas, às políticas públicas de incentivo fiscal, de inovação tecnológica, de infra-estrutura e de comunicação, entre outras. Muitas vezes, essas empresas se submetem a essas normas e regulações, ou mesmo se mobilizam para adaptá-las ou criá-las de acordo com seus interesses. São, portanto, vantagens locais que se apresentam de modo desigual no âmbito da economia e do espaço mundial. (HIRST, 1998).

A ampliação e a crescente complexidade da divisão territorial do trabalho e das diversas formas de circulação, aliadas às interferências e imposições das empresas multinacionais quanto a uma nova reestruturação organizacional, produtiva, do trabalho e da própria espacialidade onde atuam, promovem uma maior diversificação e complexificação dos objetos e das ações, redefinindo, assim, a forma e o conteúdo do espaço geográfico, independente da escala.

O debate contemporâneo a respeito da espacialidade resultante desse novo e complexo momento da realidade em que vivemos evidencia a existência de, pelo menos, dois grandes grupos de posições teórico-metodológicas.

Um primeiro grupo é representado, entre outros, pelas contribuições de Virilio (1993), Augé (1994) e Castells (1997). Embora se reconheça a especificidade de cada uma das abordagens, para eles, diante da nova racionalidade do mercado

capitalista, da flexibilização das relações de produção e da emergência de novas tecnologias de informação e de comunicação, vivemos em um período de aprofundamento da aceleração dos eventos, de contínuo encurtamento das distâncias, de exacerbação dos fluxos e de homogeneização do espaço pela expansão do capital hegemônico à escala planetária. Características que assinalam idéias como a de anulação do espaço pelo tempo, a de despersonalização dos lugares, e a de oposição e subordinação do espaço dos lugares pelo espaço dos fluxos.

O sentido de tal compreensão em relação ao papel da dimensão espacial nos parece ter como fundamento a percepção do espaço geográfico como mero receptáculo e como localização de objetos e de ações, e, acima de tudo o de percebê-lo como distância. Na verdade, como nos lembra Carlos (1996, p.28), “o que se busca é a diminuição do tempo do percurso e não do espaço do percurso que continua sendo um dado inquestionável, os fluxos sejam eles materiais ou imateriais deslocam-se num espaço concreto a ser percorrido.” Ou seja, o desenvolvimento tecnológico dos novos meios de comunicação e de transporte permite a diminuição da distância, tornando os fluxos no espaço contínuos, o que torna possível a abolição do tempo de percurso. Assim, o espaço geográfico, especialmente na escala das regiões e dos lugares, longe de ser suprimido, em realidade se define e se diferencia pela sua identidade histórica e ambiental e cada vez mais passa a ser redefinido em sua relação com o mundial.

Nessa perspectiva, e na condição de contraponto, temos um segundo grupo de autores, cujas posições, ressalvadas as elaborações particulares de cada um, são informadas com base nas reflexões de Harvey (1992), de Santos (1994, 1996a e 2000), de Storper (1997) e de Veltz (1999). Para eles, a análise crítica do processo de globalização nos permite identificar, simultaneamente, um processo de fragmentação espacial, portanto de regionalização e de individualização. Ou seja, a dimensão espacial desempenha um papel importante, tanto na dinâmica de desenvolvimento dessa etapa da internacionalização da economia, quanto no processo de análise e compreensão dessa complexa realidade que vivemos.

Quando fala da compressão do tempo e do espaço Harvey assinala que o fim dos limites espaciais, representado pelo avanço e pela modernização dos meios de comunicação e de transporte, não implica a perda de importância do espaço

geográfico. Para ele: “Quanto menos importantes as barreiras espaciais, tanto maior a sensibilidade do capital às variações do lugar dentro do espaço e tanto maior o incentivo para que os lugares se diferenciem de maneiras atrativas ao capital.” (HARVEY, 1992, p.267). Assim, no âmbito da acumulação flexível de capital, o aumento da competição, aliado à situação de crise econômica e a essa nova condição de mobilidade espacial, levam as empresas capitalistas, em especial as grandes corporações, a valorizarem as vantagens locacionais relativas e as diferenciações espaciais existentes em relação, por exemplo, à oferta de trabalho, à infra-estrutura, aos incentivos fiscais e ao conteúdo normativo. (HARVEY, 1992).

Na visão de Milton Santos

No mundo da globalização, o espaço geográfico ganha novos contornos, novas características, novas definições. E, também, uma nova importância, porque a eficácia das ações está estreitamente relacionada com a sua localização. Os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros (SANTOS, 2000, p.79).

Assim, no atual contexto da economia globalizada, as mudanças no padrão tecnológico e produtivo se fazem acompanhar da emergência de novas formas espaciais, ou de velhas formas espaciais com novos conteúdos. O lugar redefine-se com base no potencial integrativo do novo padrão tecnológico, ganhando em densidade técnica, informacional e comunicacional no âmbito das redes informacionais que se estabelecem em escala planetária. Dessa forma, tem-se a reafirmação da dimensão espacial na medida em que se acentua a importância conferida à diferenciação concreta entre os distintos espaços geográficos. Na verdade, os diferentes espaços do mundo, em suas distintas escalas geográficas, constituem suporte e condição para as relações globais. É neles que a globalização se expressa concretamente e assume especificidades.

O processo de globalização da economia apresenta como condição material, funcional e ideológica de sua realização no espaço mundial, o desenvolvimento de um sistema técnico caracterizado pela intensa interação entre ciência, técnica e informação, sob a égide do mercado capitalista. Nesse período histórico vivemos um novo momento de modernização do espaço geográfico através da afirmação e expansão do meio técnico-científico-informacional. Nele, os objetos técnicos tendem a ser, simultaneamente, técnicos, científicos e informacionais. Elaborados seguindo uma crescente orientação científica, esses objetos técnicos têm o seu

funcionamento extremamente vinculado à informação, ao mesmo tempo em que eles também se apresentam como informação, dada a extrema intencionalidade pela qual foram produzidos e localizados no espaço geográfico. (SANTOS, 1996a).

A rapidez com que o atual sistema técnico-científico-informacional passou a difundir-se espacialmente possibilitou que o espaço geográfico mundial, ainda que de modo desigual, passasse a adquirir novos conteúdos e a condicionar novos comportamentos em razão das mudanças que passaram a ser experimentadas na esfera da produção e, principalmente, na da circulação com a ampliação dos fluxos de insumos, de produtos, de capital circulante, de idéias e informações, de ordens e de pessoas. (SANTOS, 1996a e SANTOS e SILVEIRA, 2001). Além disso, os avanços científicos obtidos nesse período fizeram com que esse sistema técnico, unificado e coordenado pelas técnicas de informação, passasse a ter a possibilidade de uma abrangência planetária. (SANTOS, 2000). Tal interação técnico-científico-informacional possibilita que o mercado torne-se crescentemente global.

Todavia, a globalização não apenas é resultado da existência desse novo sistema técnico com presença virtual no âmbito do planeta, mas também das ações que asseguram o funcionamento de um mercado global que, por sua vez, responde pela essencialidade daqueles processos políticos atualmente eficazes. Ou seja, no atual período histórico, a globalização pode ser considerada o resultado do(s) atual(is) uso(s) político(s) que o mercado global faz do atual sistema técnico. Assim, para compreendermos a produção do processo de globalização devemos considerar como seus fatores fundamentais: “a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada”. (SANTOS, 2000, p.24).

Santos assinala ainda que para a grande maioria da humanidade o resultado corrente do atual uso político desse sistema técnico, pelo mercado global, é a afirmação da face perversa da globalização. Para esses, em diferentes lugares do mundo, esse processo se impõe, principalmente, através: do crescimento crônico do desemprego, da precarização das relações de trabalho, do aumento da pobreza e da diminuição da qualidade de vida, da generalização da fome e da falta de habitação, do surgimento e da expansão endêmica de novas doenças e do retorno de antigas enfermidades, da inacessibilidade à educação de qualidade, da permanência da mortalidade infantil, entre outras mazelas. (SANTOS, 2000).

Isso nos remete à idéia de que o processo em curso de globalização se afirma, acima de tudo, por meio da integração econômica e financeira que se desenvolve de um modo crescentemente seletivo, concentrador e, também, excludente, tanto do ponto de vista social, político, como espacial. Na maior parte das vezes tem prevalecido, diante da lógica e da dinâmica dominante do mercado capitalista, o desenvolvimento de relações que invariavelmente tem produzido a subordinação, a unificação homogeneizadora, a exclusão e a segregação em distintos níveis escalares e em diferentes territórios e grupos sociais, especialmente naqueles que atualmente apresentam uma posição dependente e periférica em relação aos atores hegemônicos.

Além disso, o processo de globalização da economia capitalista também se manifesta pela constituição de um mercado hierarquizado e articulado pelo capital monopolista.¹⁸⁹ Esse mercado pressupõe um espaço onde a fluidez da informação, dos produtos, das relações sociais e do próprio capital possam ocorrer, com destaque para a aceleração da circulação do capital e sua correspondente acumulação. A dinâmica de funcionamento do mercado global, aliada à lógica e à racionalidade econômica que orientam as ações das empresas multinacionais em seu processo de reprodução do capital, acaba determinando mudanças no âmbito da produção e da circulação, que envolvem a difusão e o aprofundamento do uso desse novo sistema técnico, e reorienta as relações sociais e econômicas entre os agentes sociais e as relações espaciais entre os lugares que participam desse novo estágio de desenvolvimento da economia capitalista.

Essas mudanças se fazem presente com ritmos e intensidades distintas no conjunto das atividades econômicas e nos diferentes lugares que participam das várias etapas da produção, da circulação e do consumo. As condições de maior rapidez e flexibilidade, através das quais as áreas rurais conseguem se desfazer das estruturas materiais e capitais constantes preexistentes no território, garante-lhes a possibilidade de receber com menor resistência e com maior maleabilidade os acréscimos de ciência, de tecnologia e de informação. (SANTOS, 1993; SILVEIRA,

¹⁸⁹ Há que se ter presente, também, que nesse contexto de globalização o mercado não é algo único e homogêneo, nem tampouco abstrato. Na verdade, sob o manto da instituição mercado coexistem distintos arranjos, cuja abrangência, funcionamento, especialização, racionalidade e institucionalização são produzidos através do processo histórico e da dinâmica relacional existentes entre os diversos e diferentes agentes que neles atuam e operam.

1999b). Têm-se assim a implementação e a difusão de uma agricultura científica e globalizada que, em consonância com a lógica competitiva do mercado global e com a racionalidade e as estratégias das corporações multinacionais que controlam o setor, passam a experimentar uma crescente modernização do processo produtivo, visando o aumento da produção e da produtividade, com recorrentes mudanças na dinâmica de relações sociais e econômicas e na organização espacial. (SANTOS, 2000 e ELIAS, 2003).

Elias assinala que nesse novo período uma das importantes transformações, advindas com o emprego desse novo sistema técnico na agricultura, foi a reorganização da relação entre os fatores de produção até então mais importantes – a terra, o trabalho e o capital –, uma vez que

... o aumento da extensão da área cultivada deixou de ser o fator exclusivo de crescimento da produção agrícola, pois o uso intensivo de capital e tecnologia elevou a produtividade do trabalho no setor, cujo avanço ocorria muito lentamente. Instrumento primordial para a modernização da agricultura foi o amplo emprego de máquinas, insumos químicos e biotecnológicos, fornecidos pela atividade industrial, provocando notáveis metamorfoses, seja na atividade humana voltada para a transformação da natureza, que sofreu intenso processo de divisão do trabalho, seja na terra, transformada cada dia mais de terra-matéria em terra-mercadoria. (ELIAS, 2003, p.60).

Em função dessas mudanças, a agricultura passou a experimentar a condição de uma atividade produtiva, intimamente associada à racionalidade econômica do novo período, apresentando idênticas possibilidades em relação às demais atividades quanto ao investimento de capital e à lucratividade e, com o aumento de sua competitividade, promoveu uma maior valorização dos capitais nela investidos e possibilitou uma maior aproximação para si dos demais setores econômicos. (ELIAS, 2003).

Com a globalização e uma crescente articulação entre a produção agrícola e o conjunto das atividades econômicas, a dinâmica de desenvolvimento da agricultura passou a ter o seu funcionamento e sua modernização cada vez mais orientados e regulados pelas relações de produção e distribuição globalizadas, em detrimento, especialmente, nos países da periferia, da produção para a subsistência da população rural. A produção agrícola passou crescentemente a atender à demanda do mercado interno urbano-industrial e às novas oportunidades postas pelo mercado externo, através da exportação de matéria-prima em estado bruto ou apresentando algum tipo de beneficiamento ou transformação industrial.

Ao mesmo tempo, o contexto da globalização da economia impõe novos condicionantes e agrega novas características ao desenvolvimento dos CAIs. O fim da Guerra Fria e da polarização entre estados capitalistas e socialistas representou a retomada da expansão da economia de mercado na escala internacional, acompanhada pela constituição formal ou não de novos blocos comerciais de países, o avanço e a modernização espetaculares dos meios de transporte e de novas tecnologias de comunicação, e a migração de crescentes massas de novos investimentos diretos externos em busca de ganhos de escala e de reduções de custos em nível global. (JANK e NASSAR, 2001).

Também é preciso considerar, nesse novo quadro, os reflexos do desenvolvimento e da difusão de importantes inovações, nas áreas da biotecnologia vegetal, microeletrônica e tecnologia da informação, do aumento do grau de concentração de capital nos mercados do setor agroalimentar, da ampliação da desregulamentação dos mercados nacionais, da crise fiscal e da desarticulação do aparato de regulação estatal. (MAZZALI, 2000). Condições essas que promoveram mudanças na dinâmica de funcionamento do mercado dos ramos agroindustriais, bem como no padrão de organização e nas estratégias competitivas das grandes empresas multinacionais que controlam hegemonicamente as respectivas cadeias de produção agroindustriais.

Esse é o caso do ramo fumageiro, envolvendo a indústria de beneficiamento agroindustrial do fumo e a indústria de cigarros e seus respectivos mercados mundiais que, nesse período, passaram a experimentar mudanças importantes em sua dinâmica de desenvolvimento.

9.2 - A dinâmica atual e a configuração espacial do mercado mundial fumageiro

O mercado mundial de fumo em folha nas últimas duas décadas vem apresentando oscilações nos níveis de desempenho, alternando momentos de crescimento e de queda na produção, no consumo e nos estoques internacionais. (Figura 24).

Entre 1980 e 1990, no auge do processo de expansão da internacionalização do setor, a produção mundial de fumo em folha cresceu 27,09%, passando de 5,5 milhões de toneladas para 7 milhões de toneladas. O consumo mundial também

ampliou aproximadamente 22%, no período, alcançando em 1990 em torno de 6,2 milhões de toneladas de fumo em folha. Já entre 1990 e 2000, como resultado de um conjunto combinado de diversas variáveis, envolvendo desde eventos naturais – períodos prolongados de seca ou de chuvas nas áreas de produção –, eventos políticos e econômicos, como a adoção de barreiras fiscais, subsídios e mudanças na política cambial pelos governos dos países exportadores e importadores, mas também político-culturais, como a ampliação da campanha mundial de combate ao tabagismo, tivemos a redução de 14,08% nos níveis de produção e a queda de 17,98% no consumo mundial, respectivamente, 6 milhões de toneladas produzidas e 5,1 milhões de toneladas consumidas. Isso possibilitou um expressivo aumento de 28% no nível dos estoques mundiais que, em 2000, chegaram a 8,1 milhões de toneladas. Entre 2000 e 2004, por conta desses elevados estoques, o mercado mundial ainda manteve sua tendência de redução na produção em aproximadamente 5,94% no período, enquanto o consumo esboçou uma relativa recuperação, apresentando uma ampliação de 11,06% em relação a 2000. (Figura 24).

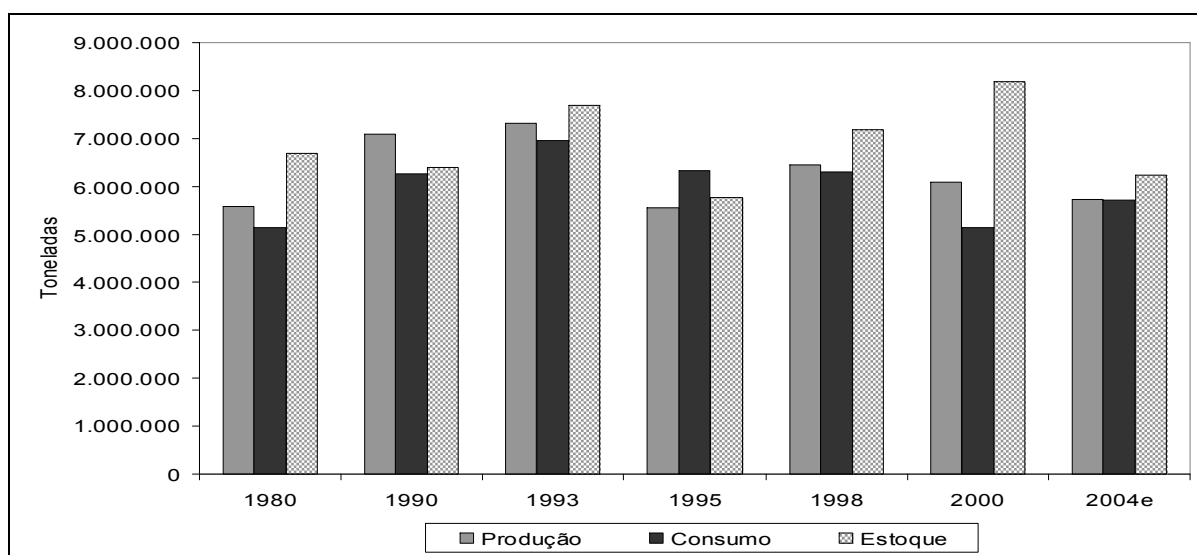


FIGURA 24 - Oferta e demanda mundial de fumo em folha - 1980 a 2004

Fonte: USDA/FAS, 2005. e =Estimativa Organização: Rogério Silveira

Todavia, a evolução das dinâmicas do consumo e da produção de fumo em folha não tem sido a mesma entre os países que tradicionalmente participam desse mercado. Os dados disponibilizados pela *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO), referentes à evolução do consumo e da produção do tabaco

no mundo entre 1970 e 1999¹⁹⁰, permitem apreender melhor o modo como os distintos países e as regiões do mundo vêm participando do mercado, bem como identificar algumas das tendências desse mercado em relação à participação das principais áreas produtoras e consumidoras de fumo em folha e de cigarro.

O acréscimo na demanda por produtos elaborados a partir do tabaco, especialmente cigarros, levou a um aumento no consumo mundial do fumo em folha na ordem de 2% ao ano, entre 1970 e 1990, ampliando o consumo de 4,2 milhões de toneladas para 6,5 milhões de toneladas. Em 1999, 65% desse montante, algo em torno de 4,2 milhões de toneladas, foram consumidos em países semiperiféricos e periféricos, onde o consumo de tabaco ampliou cerca de 3% ao ano nesse período. Simultaneamente, nos países centrais, o consumo de fumo em folha declinou 0,2% ao ano, apresentando, em 1999, um total de 2,2 milhões de toneladas consumidas. (FAO, 2003). (Figura 25).

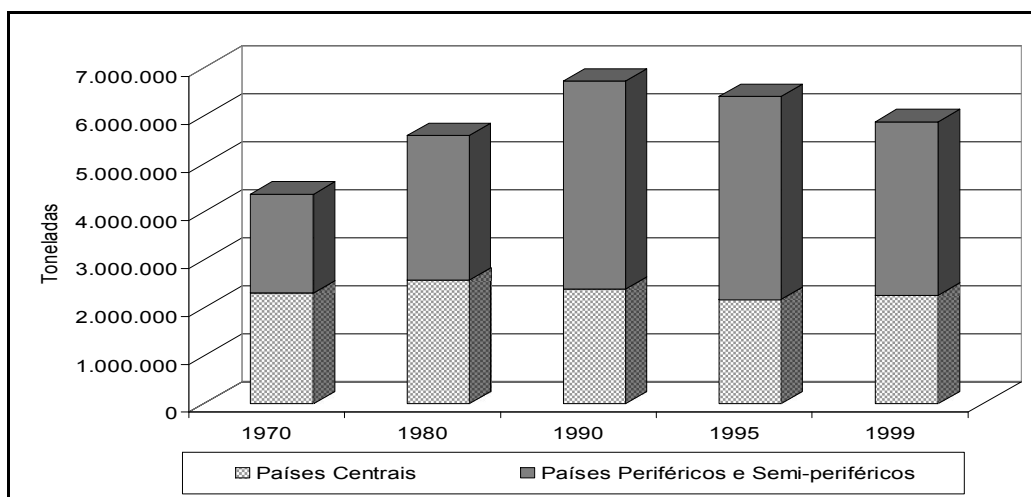


FIGURA 25 - Consumo mundial de fumo em folha -1970 a 1999

Fonte: FAO, 2003. Org. Rogério Silveira

O aumento no consumo de fumo em folha nos países semiperiféricos e periféricos se deve tanto ao incremento da população adulta e urbana e à difusão de hábitos culturais urbanos de consumo, como o de fumar, quanto ao aumento da renda interna nesses países populosos, o que levou a uma progressiva ampliação do consumo *per capita* de cigarros, especialmente entre jovens e mulheres. Entre esses

¹⁹⁰ Embora apresentem pequenas diferenças em relação aos dados estatísticos informados pelo USDA (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos), tradicional referência utilizada pelo conjunto dos agentes sociais que atuam no ramo fumageiro, os dados levantados pela FAO reforçam a dinâmica evolutiva do mercado internacional de fumo apresentada nesse período, e as principais tendências em relação à produção e ao consumo de fumo no mundo. Por essa razão, optamos por também utilizá-la em nossa análise.

países, destacam-se Índia, Indonésia, Filipinas, Coréia do Sul, Argentina e Turquia. Também é preciso considerar que, em grande parte, esse aumento no consumo de fumo nos países semiperiféricos deve-se ao intenso crescimento do consumo de fumo na China, que passou de 0,7 milhões de toneladas em 1970 para 2,6 milhões de toneladas em 1999. (FAO, 2003).

Por sua vez, a gradativa diminuição do consumo de fumo no conjunto dos países centrais tem ocorrido pela diminuição no ritmo de crescimento da população, pela maior conscientização da sociedade em relação aos efeitos nocivos do consumo do cigarro à saúde, pela intensificação das ações e campanhas governamentais contra o tabagismo e pelo aumento de impostos sobre a fabricação de cigarros. Ainda assim, essa redução no consumo não é homogênea nesse grupo de países. Nos Estados Unidos e no Canadá, o consumo de cigarros tem declinado numa média anual de 1,3% entre 1970 e 1999. No conjunto da Europa, a redução no consumo iniciou basicamente após 1990, quando a taxa de consumo caiu 2,9% ao ano. (FAO, 2003).

Todavia, em países como Alemanha, Inglaterra, França, Itália e Espanha o consumo se mantém elevado tornando esses países importantes mercados para o fumo. No Leste europeu, após a queda do muro de Berlim, houve um progressivo aumento no consumo de cigarros, representando um crescimento anual de 1,1% no período. Essa tendência também se fez presente no Japão, onde no mesmo período o consumo ampliou anualmente em 0,7%. (FAO, 2003). A China e a região do Sudeste Asiático, especialmente países como Filipinas, Indonésia, Coréia do Sul, Malásia e Austrália, têm sido os lugares onde o consumo de fumo tem ampliado significativamente na última década, e onde as vendas de cigarro aumentaram em torno de 8% entre 1990 e 1995. (HAMMOND, 1998a).

Nessas áreas, o aumento no consumo de cigarros, especialmente de marcas globais, se deve também a fatores sociais, como uma maior prosperidade da nova classe média e o estímulo para atualizar seu padrão de consumo, adquirindo principalmente cigarros importados, e a progressiva liberalização feminina e adoção pelas mulheres de hábitos de consumo até então restritos aos homens, como beber e fumar. As massivas e poderosas campanhas promocionais e de marketing realizadas pelas companhias multinacionais também contribuem para esse aumento de consumo. (SKLAIR, 1998).

A título de ilustração, a figura 26 mostra como se apresentava em 1998 a distribuição espacial do consumo anual de cigarros no mundo, bem como destaca os cinco países maiores consumidores mundiais de cigarro. Nesse mesmo período, a produção mundial de fumo em folha passou de 4,3 milhões de toneladas, em 1970, para 8,1 milhões de toneladas de fumo em 1997, uma ampliação da ordem de 90%.

Embora atualmente o tabaco seja produzido num conjunto de 103 países, em diferentes condições climáticas e de solo, esse crescimento deveu-se, sobretudo, ao aumento na área de produção e na quantidade da produção de fumo – especialmente das variedades *Virginia e Burley*, fumos claros para a confecção de cigarros – realizadas nesse período nos países semiperiféricos e periféricos, especialmente na China, no Brasil, na Índia, no Malawi e no Zimbábue, bem como na Turquia, onde se destaca a produção de fumos do tipo oriental, também utilizado no preparo dos *blends* para cigarro.

Enquanto os países periféricos e semiperiféricos aumentaram sua participação na produção mundial de fumo, respondendo em 2000 por 5,6 milhões de toneladas – aproximadamente 81% do total do fumo produzido no mundo –, a produção realizada nos países centrais vem progressivamente diminuindo no período, apresentando um decréscimo entre 1970 e 2000 de 36%, quando a produção desses países caiu de 1,9 milhões para 1,2 milhões de toneladas de fumo. (Figura 27).

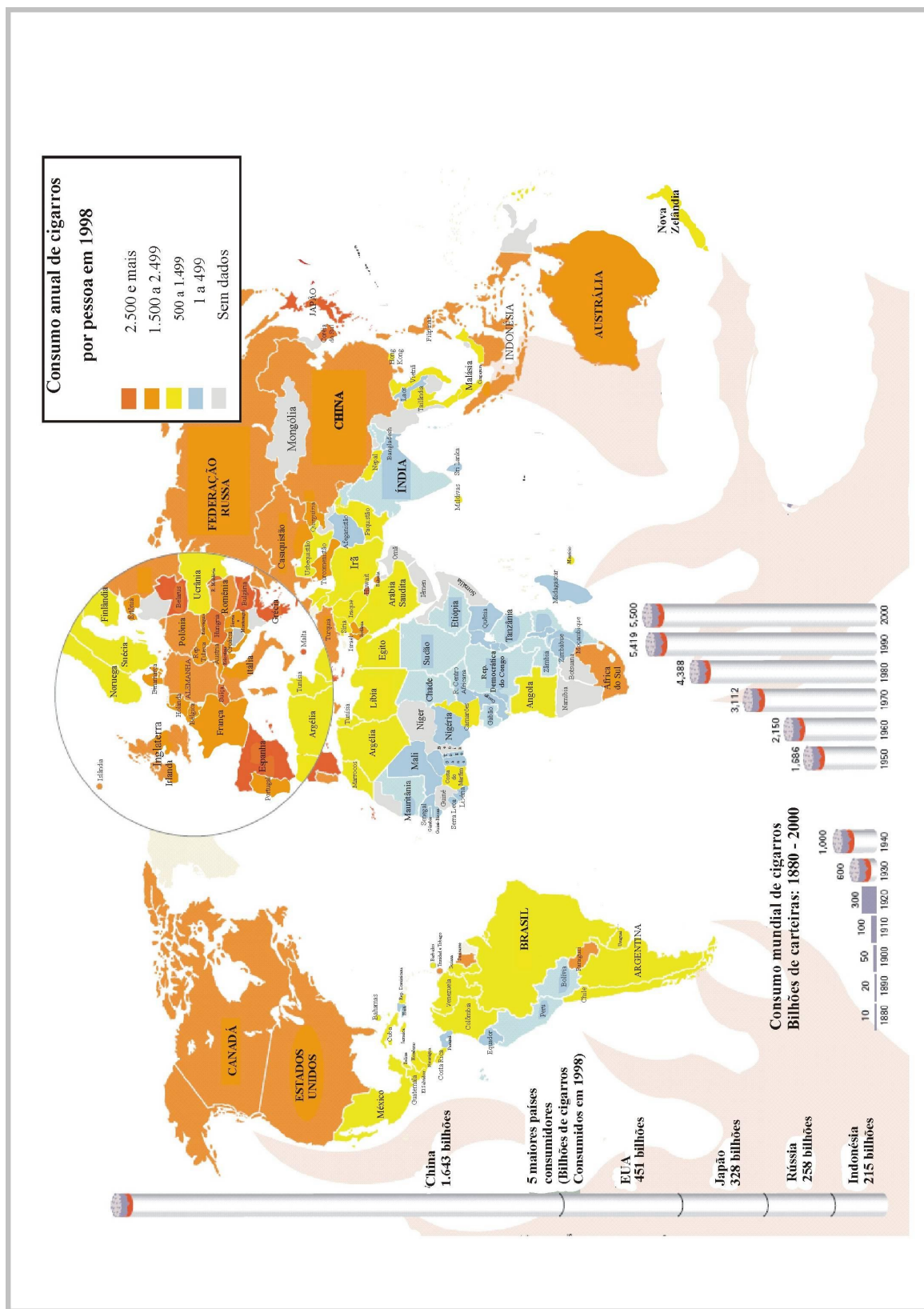


FIGURA 26 – Mercado mundial: consumo anual de cigarros -1998
 Fonte: MACKAY, J. e ERIKSEN, M. 2002. Adaptação: Rogério Silveira

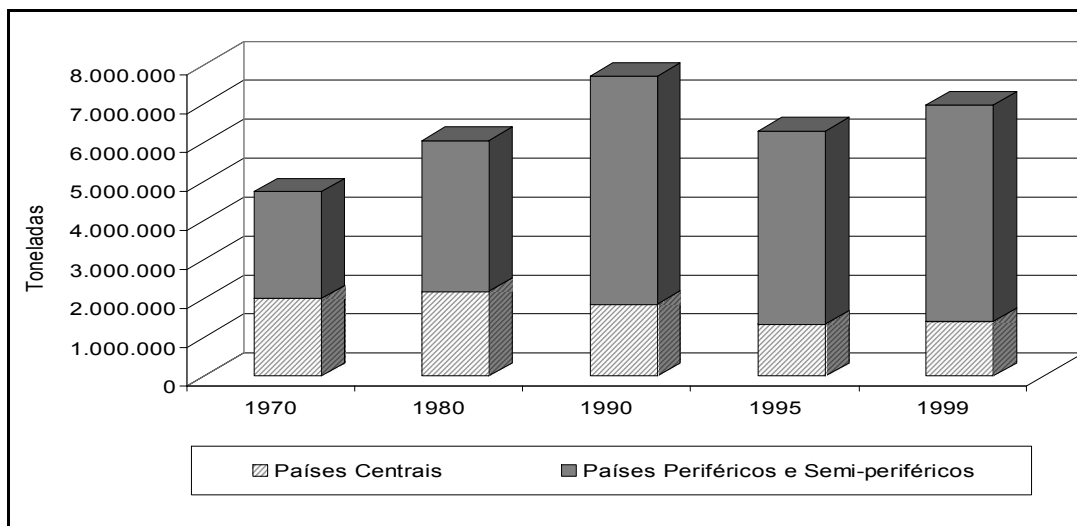


FIGURA 27 - Produção mundial de fumo em folha - 1970 a 1999.

Fonte: FAO, 2003. Org. Rogério Silveira

Entre os principais países produtores de fumo, destaca-se a importante e crescente participação da China, da Índia e do Brasil na produção mundial de tabaco, o que é evidenciado pela figura 28. Enquanto a taxa anual de crescimento da produção de fumo, entre 1970 e 2000, foi de 1,3% na escala global, na China foi de 3,8%, no Brasil foi de 3,0% e na Índia foi de 2,5%. (FAO, 2003). Esse expressivo aumento na produção de fumo em folha nesses países se deve ao aumento do consumo nos seus mercados internos, como é o caso da China, mas também se deve, como no Brasil e na Índia, à ampliação nas exportações de fumo para os mercados dos países centrais, tendo em vista a queda na produção de fumo naqueles países.

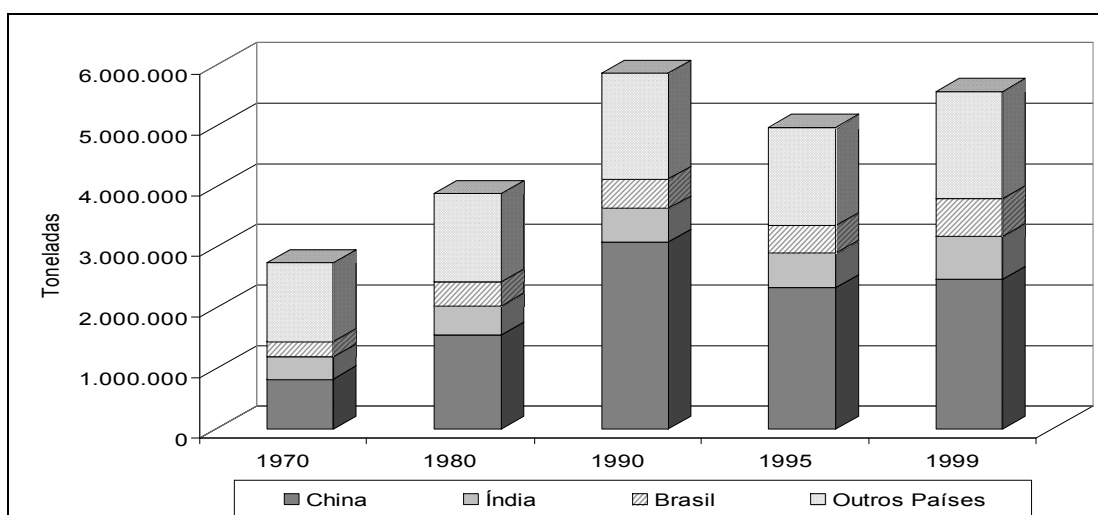


FIGURA 28 - Principais países produtores de fumo em folha - 1970 a 1999

Fonte: FAO, 2003. Organização: Rogério Silveira

O aumento na produção de fumo realizada nos países semiperiféricos e periféricos e o aumento de sua exportação para o mercado mundial resultam da combinação, nesses países, da crescente qualidade do fumo em folha produzido e do seu baixo custo de produção o que lhes permite obter importantes vantagens comparativas, como alcançar preços de exportação altamente competitivos no mercado fumageiro. Isso possibilitou o bom desempenho das exportações desses países, colocando-os, a partir dos anos 1990, entre os principais países exportadores mundiais. (Figura 29).

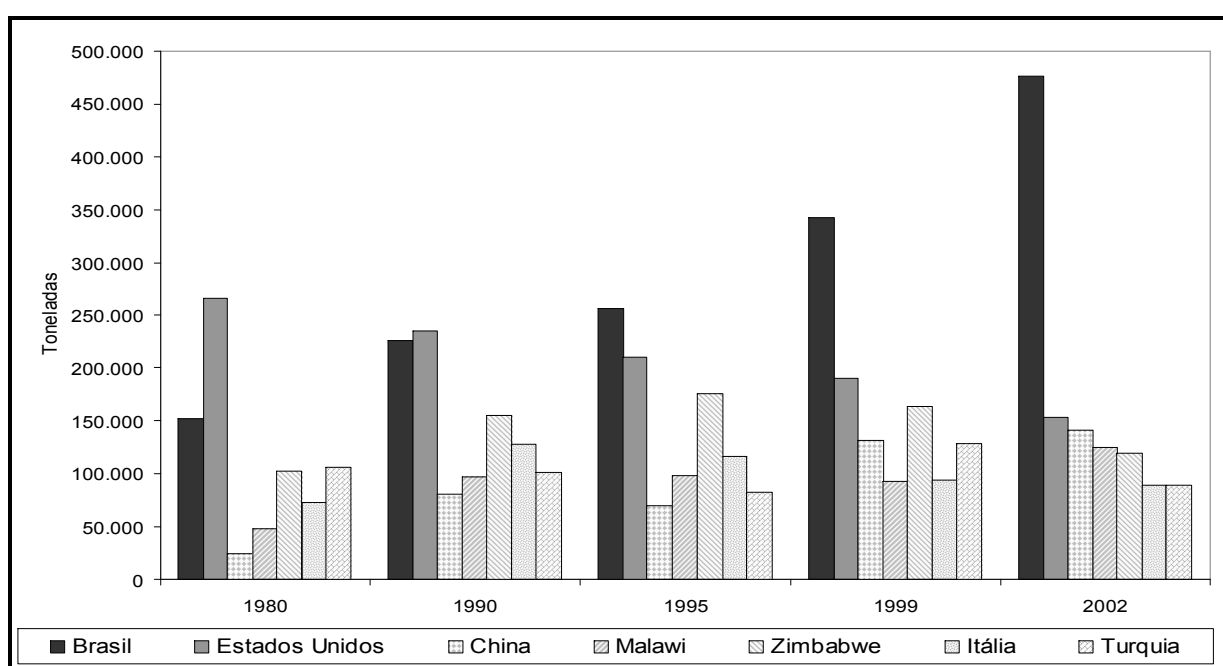


FIGURA 29 - Principais países exportadores de fumo: 1980 a 2002

Fonte: FAO, 2003. Para 2002 USDA-FAS, 2005. Organizado por Rogério Silveira

9.2.1 - O papel hegemônico do oligopólio das multinacionais cigareiras e processadoras de fumo na expansão do mercado mundial fumageiro

Se por um lado esses dados informam a recente configuração espacial do mercado mundial de fumo e de cigarro, evidenciando o desempenho e o modo de participação dos principais países consumidores, produtores e exportadores de tabaco, por outro lado, é preciso avançar a análise no sentido de buscar também apreender a lógica e a dinâmica subjacentes que têm orientado o funcionamento do mercado fumageiro. Isso implica que consideremos a atuação do oligopólio das corporações multinacionais que controlam esse mercado, bem como as variáveis

conjunturais que condicionam e orientam as estratégias de ação dessas corporações e, por conseguinte, a própria expansão do mercado mundial fumageiro.

Ao longo da década de 1990 e no presente, a dinâmica de expansão do mercado fumageiro, bem como dos negócios das corporações multinacionais fabricantes de cigarro e processadoras de tabaco no mercado internacional, tem sido influenciada por algumas variáveis conjunturais que merecem destaque, a saber:

- a difusão do ideário neoliberal de ampliação dos investimentos externos diretos, de liberalização econômica, de promoção do livre comércio e de integração dos mercados nacionais e regionais, e de privatização de empresas estatais tem legitimado, como nos demais ramos industriais, as práticas econômicas das multinacionais e orientado a expansão e a readequação de suas operações produtivas e comerciais na escala mundial;

- a adoção e difusão entre as subsidiárias integrantes das corporações de modernas e flexíveis técnicas de produção, de circulação da produção e de comunicação têm possibilitado melhores condições infra-estruturais e logísticas para uma maior fluidez da matéria-prima, dos insumos, do capital, da tecnologia e da informação entre as diferentes plantas industriais e demais empresas do grupo, entre elas e seus fornecedores e clientes, bem como têm também ampliado a capacidade de produção e os níveis de produtividade do setor;

- a crescente abertura econômica experimentada pelos países do Leste europeu e pela China, com a conseqüente expansão do mercado e dos investimentos capitalistas em suas economias, antes tradicionalmente fechadas, tem servido de estímulo para inúmeros investimentos realizados pelas corporações fumageiras nessas regiões;

- as políticas governamentais cambiais, fiscais, financeiras e industriais tomadas no âmbito das economias periféricas e semiperiféricas, visando atrair novos investimentos externos diretos das companhias multinacionais fumageiras, igualmente têm sido valorizadas pelas multinacionais na instalação ou ampliação de suas atividades nesses países, especialmente na América Latina e no Sudeste Asiático; e

- a ameaça da regulação futura dos negócios das corporações em seus países-sede e a busca permanente de proteção e de ampliação de seus ativos

financeiros dos processos judiciais nos países centrais também têm levado as companhias multinacionais a deslocarem parte ou a totalidade de algumas de suas operações para os países semiperiféricos e periféricos.

Assim, a expansão dos mercados mundiais de cigarros e de fumo tem se caracterizado pelo aprofundamento da disputa entre grandes corporações multinacionais e pela intensificação do processo de concentração de capital no setor fumageiro, tanto na indústria de fabricação de cigarro, como na indústria de processamento de tabaco.

Nesse período, os processos de centralização e de concentração de capital ganham intensidade em razão do caráter progressivamente mundializado da concorrência, da crescente desregulamentação dos investimentos externos e do intercâmbio comercial no âmbito da OMC (Organização Mundial do Comércio) e nos mercados comuns regionais na Europa e na América do Norte, bem como em razão da promoção de alianças estratégicas entre as companhias de cigarro locais e globais, e da diluição dos monopólios estatais no setor fumageiro no âmbito mundial. (SKLAIR, 1998 e CHESNAIS, 1996).

Tanto o oligopólio mundial de cigarros como o de fumo em folha apresenta algumas das características assinaladas por Chesnais, quando define o oligopólio como um “espaço de rivalidade” delimitado por relações de dependência mútua de mercado, que interligam um diminuto número de grandes grupos empresariais que, em dadas indústrias, chegam a adquirir e conservar a posição de concorrentes efetivos no âmbito mundial. “O oligopólio é um lugar de concorrência encarniçada, mas também de colaboração entre grupos.” (CHESNAIS, 1996, p.93).

O poder oligopólico do conglomerado do tabaco na economia mundial está assentado em quatro pilares que mutuamente se reforçam e que, simultaneamente, impõem barreiras à entrada de novos competidores: os elevados e contínuos investimentos em P & D (Pesquisa e Desenvolvimento) e o emprego de um moderno sistema tecnológico e de inovação nas atividades produtivas que asseguram elevados graus de automação, sinergia e produtividade¹⁹¹; a existência de

¹⁹¹ Ressalta-se entre os avanços tecnológicos experimentados pela indústria de cigarro, especialmente no caso das companhias multinacionais, a intensa evolução ocorrida na capacidade produtiva das máquinas de fabricação de cigarros. Enquanto em 1930 as máquinas produziam em torno de 1.500 cpm (cigarros por minuto), esse desempenho se amplia extraordinariamente para 16.000 cpm em 1999. (VAN LIEMT, 2002).

complexas técnicas de mercado e de manipulação dos consumidores, organizadas através do financiamento de gigantescas campanhas de marketing e de publicidade, especialmente das marcas de cigarros globais; a íntima integração com o capital financeiro, seja participando do controle acionário das multinacionais fumageiras, seja financiando-lhes os recursos necessários à sua modernização e expansão; e o mecanismo de subsídios cruzados que consiste na estratégia de transferir elevadas somas de capital¹⁹² entre uma e outra empresa vinculada à corporação multinacional fumageira, a fim de contribuir para o equilíbrio econômico das suas empresas, ou para possibilitar a aquisição de uma nova empresa pelo grupo. (CLAIRMONTE, 1983).

A expansão dos negócios das multinacionais cigareiras e processadoras de fumo no mercado mundial tem sido intensificada através da promoção de novos investimentos estrangeiros diretos (IED)¹⁹³, como, por exemplo, através da aquisição de pequenas e tradicionais empresas privadas com dificuldades econômicas, ou mesmo pela aquisição de empresas estatais recém-privatizadas em distintos países.(VAN LIEMT, 2002). Esse movimento tem possibilitado às empresas a criação de novas filiais, ora valorizando a localização dos novos empreendimentos próximos às zonas produtoras de fumo em folha, ora aproveitando a proximidade ou as condições de acesso aos grandes centros de consumidores. É preciso também destacar as “vantagens próprias” que as grandes companhias multinacionais acabam tendo com a formação e o funcionamento do mercado interno do grupo multinacional, através das relações entre a empresa matriz e as suas empresas subsidiárias, que lhes possibilita, entre outras coisas, obterem rendimentos expressivos com a cessão e o intercâmbio cruzado de suas patentes e licenças. (CHESNAIS, 1996).

¹⁹² A transferência de capital entre as empresas dos conglomerados multinacionais do tabaco também ocorre de modo indireto, ou seja, através da circulação, entre elas, de matérias-primas, insumos tecnológicos ou produtos semi-elaborados, cujos preços são definidos com valores menores dos praticados pelo mercado mundial. (CLAIRMONTE, 1983).

¹⁹³ Chesnais define o IDE “como um investimento que visa adquirir interesse duradouro em uma empresa cuja exploração se dá em outro país que não o do investidor, sendo o objetivo deste último influir efetivamente na gestão da empresa em questão. (...) Os fluxos de investimento direto, qualquer que seja seu destino, representam a soma dos seguintes elementos: aportes líquidos de capital pelo investidor direto, sob a forma de compra de ações ou quotas; aumento de capital ou criação de empresas; empréstimos líquidos, incluindo empréstimos a curto prazo e adiantamentos feitos pela matriz a sua filial; e lucros não distribuídos (reinvestidos).” (CHESNAIS, 1996, p.55-56).

Essas empresas multinacionais fumageiras e cigarreiras também ampliam seus negócios no espaço mundial através da promoção do que Chesnais denomina de “novas formas de investimentos” (NFI), referindo-se aos investimentos ou aportes de ativos imateriais, como o *know-how* de gestão, as licenças de tecnologia, o *franchising* e o *leasing*. Essas NFIs permitem às grandes empresas participarem minoritariamente de uma empresa, ou mesmo, em condições mais igualitárias, serem parceiras na formação de uma nova empresa, através das chamadas *joint ventures*. Isso lhes possibilita a propriedade de uma fração do capital, um direito de participação nos lucros e um direito de acompanhar a conduta e as decisões dos parceiros menos poderosos. (CHESNAIS, 1996). É nessa perspectiva que se tem assistido no setor uma recorrente celebração de *joint ventures* entre empresas multinacionais de cigarro, entre as multinacionais processadoras e distribuidoras de fumo, e entre elas e outras empresas para o beneficiamento de fumo e a produção e comercialização de cigarros em mercados locais e regionais, bem como para a construção, ampliação e modernização de redes de distribuição e de vendas, e do marketing de marcas de cigarros. (VAN LIEMT, 2002).

Também devemos considerar, nesse contexto de expansão das grandes empresas multinacionais nos mercados mundiais de fumo e de cigarro, a importância da constituição de uma base de sustentação e de legitimação política, através da articulação de suas ações com os produtores de fumo, com os sindicatos representantes dos trabalhadores industriais, com os compradores preferenciais, com os atacadistas e suas redes de distribuição, mas também pela habilidade pela qual a indústria cigareira tem lidado com a imprensa e com os poderes legislativo, executivo e judiciário, no sentido de obter êxito em suas negociações, em suas operações e nos embates judiciais. Assim, simultaneamente à sua expansão mundial, o setor fumageiro tem desenvolvido um conjunto de alianças intra e intersetoriais, de acordos comerciais e políticos, e de ações no campo social, cultural e ideológico. Nesse aspecto, “o risco do setor é, desta forma, diluído, distribuído e articulado como uma rede de interesses econômicos e políticos.” (BOEIRA, 2002, p.63).

Como expressão da globalização da economia, a expansão do mercado mundial fumageiro também tem sido orientada e regulada através da promoção de um conjunto de ações e de normas instituídas pelos Estados nacionais e pelos

organismos internacionais, como a OMC, a UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) e a OMS (Organização Mundial da Saúde). Assim, a despeito do discurso ideológico hegemônico do liberalismo econômico e de defesa de um Estado mínimo em sua relação com o mercado, a dinâmica de direcionamento de novos IEDs e de NFIs tem sido orientada, muito fortemente, de modo especial na última década, em sintonia com as oportunidades ou os obstáculos definidos pelas normas instituídas no âmbito de cada país ou de cada bloco regional.

Nesse aspecto, um conjunto de ações buscando atrair novos investimentos internacionais tem sido posto em prática pelos Estados nacionais como, por exemplo: privatizações, atração de novas plantas industriais, de novas tecnologias e de laboratórios estrangeiros, política de formação e de qualificação profissional, dotação de infra-estrutura de comunicações. Além dessas, somam-se também, nesse propósito, ações governamentais já tradicionais como isenções fiscais, flexibilização de leis trabalhistas, concessões alfandegárias, bonificações de juros, livre transferência de lucros e divisas, proteção dos direitos de propriedade privada e liberalização da regulamentação sobre as fusões e aquisições entre empresas. (ANDREFF, 2000).

Há também um outro conjunto de ações e normas instituídas pelo Estado, no âmbito das economias nacionais e regionais, que, progressivamente, vem ganhando força no modo como tem influído na dinâmica de funcionamento do mercado internacional de fumo, especialmente por representar constrangimentos e obstáculos ao processo de reprodução e acumulação do capital fumageiro. Entre elas, podemos destacar ações como as campanhas governamentais de controle ao tabagismo, de redução do uso dos insumos químicos e do emprego do trabalho infantil; a taxação fiscal do fumo e do cigarro; a criação de barreiras de entrada; a definição de cotas de importação e de exportação; a criação e manutenção de subsídios agrícolas, dentre outras. Essas ações normativas têm influenciado decisivamente a definição quanto à possibilidade ou não de investimentos ou de reinvestimentos em um dado lugar e região, quanto à direção e à intensidade dos fluxos de comercialização de fumo e de cigarros, de capitais e dos demais ativos materiais e imateriais demandados e produzidos pelo setor fumageiro.

9.2.2 - O mercado mundial de cigarros

Em 1995, o mercado mundial de cigarros movimentou em torno de US\$. 275 bilhões referentes às vendas mundiais de cigarros.¹⁹⁴ Nesse mercado, cada vez mais se fortalece a participação de um pequeno número de grandes companhias multinacionais que atuam de modo hegemônico no conjunto das etapas de produção, comercialização e distribuição de cigarros industrializados, evidenciando assim uma situação de forte concentração de capital. (Figura 30).

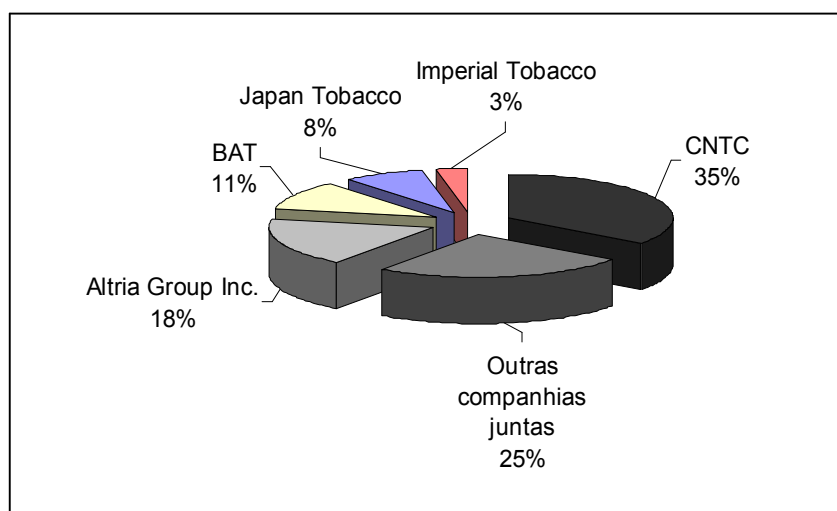


FIGURA 30 - Mercado mundial de cigarros: participação relativa das principais companhias

Fonte: *Global tobacco market. Tobacco Journal International*, 2005.

Atualmente, a empresa estatal chinesa de tabaco (Companhia Nacional de Tabaco da China - CNTC) detém aproximadamente 35% da produção mundial de cigarros, mas são as grandes corporações multinacionais como a *Philip Morris Inc.*, que integra o grupo *Altria*, a *British American Tobacco*, a *Japan Tobacco* e a *Imperial Tobacco Group* entre outras corporações que ditam a dinâmica de funcionamento do mercado, respondendo por 65% da produção mundial de cigarros e controlando

¹⁹⁴Em 1998 a produção mundial de cigarros alcançou 5,58 trilhões de cigarros, e o consumo *per capita* global foi de 948 cigarros por pessoa, ou 2,6 cigarros por dia por pessoa. Atualmente, a Organização Mundial da Saúde estima que existam no mundo aproximadamente 1,3 bilhões de fumantes, dos quais 1 bilhão são homens. Do total de fumantes no mundo, 84% vivem em países periféricos e semiperiféricos. (ACTION ON SMOKING AND HEALTH BRIEFING, 2006).

amplamente as redes de distribuição e de venda dos cigarros no âmbito mundial.¹⁹⁵ Entre essas multinacionais, destacam-se a *Philip Morris Inc.* e a *British American Tobacco (BAT)*, dois dos maiores grupos privados do mundo, que tradicionalmente atuam no setor, e que desde os anos 1980 vêm intensificando suas ações no mercado mundial de cigarros e expandindo suas atividades em diversos mercados regionais.

A *Philip Morris Inc.* apresenta-se como a maior companhia multinacional de cigarros, em termos de produção, vendas e faturamento. Atualmente, a companhia multinacional está presente em 54 países, em todas as regiões do mundo, produzindo suas principais marcas de cigarro¹⁹⁶ através de suas subsidiárias, de empresas associadas e de empresas por ela licenciadas, o que lhe possibilita controlar aproximadamente 18% do mercado mundial de cigarros.¹⁹⁷ Já a BAT, segunda maior empresa mundial na produção e comercialização de cigarros, controla aproximadamente 11% do mercado mundial de cigarros, através das suas empresas subsidiárias localizadas em 65 países. Igualmente tem ampliado sua capacidade de produção através da realização de investimentos externos diretos na aquisição e na modernização de fábricas de cigarros em diversos países como México, Camboja, Líbano, Rússia, Turquia e Uzbequistão.¹⁹⁸

Os vultosos rendimentos obtidos por essas duas grandes companhias multinacionais com suas vendas internacionais de cigarro correspondiam, em 1998,

¹⁹⁵ Além dessas quatro empresas multinacionais, destacam-se a espanhola *Altadis Tabacalera Sociedad Anonima*, a inglesa *Gallaher Group*, e a alemã *Reemtsma*, pertencente à *Imperial Tobacco Group*, que juntas respondiam por 3 a 4% do mercado mundial. (GAZETA MERCANTIL, 1999).

¹⁹⁶ Entre as principais marcas de cigarro da empresa, a Marlboro tem se afirmado como a mais vendida no mercado mundial, respondendo, em 1998, por aproximadamente 8,4% do total das vendas globais de cigarros. (HAMMOND, 1998a).

¹⁹⁷ Desde 1990 a maior parte da lucratividade dessa empresa com sede nos Estados Unidos tem sido obtida através da crescente ampliação das suas vendas no exterior. Em 2004 a *Philip Morris* obteve uma receita líquida de US\$. 39 bilhões e um lucro operacional de US\$. 6,6 bilhões. (PHILIP MORRIS, 2006). Isso se deve a forte expansão externa da companhia, que entre 1996 e 1997 investiu elevadas somas de capital na aquisição, na construção e na modernização de fábricas de cigarro no exterior, como ocorreu no Brasil, no México, na Polônia, na Rússia, na Romênia, em Portugal, na Malásia, na Lituânia e na Ucrânia.

¹⁹⁸ No final de 2003, adquiriu a recém-privatizada estatal italiana *Ente de Tabaco Italiano (ETI)* e, em julho de 2004, adquiriu 42% do controle acionário da americana *Reynolds American Inc.*, empresa formada pela fusão da gigante *R.J.Reynolds* com a subsidiária americana do grupo BAT, a *Brown & Williamson and Lane Ltd.* Essas ações tornaram possível à BAT ampliar sua participação no mercado mundial e aumentar progressivamente suas margens de lucratividade. Em 2004, a BAT obteve uma receita líquida de US\$. 5,6 bilhões com suas vendas globais de cigarros e um lucro operacional de US\$. 4,9 bilhões. (BAT, 2004).

ao produto interno bruto da Irlanda, ou à soma do produto interno bruto dos mais de trinta países localizados na África Sub-Saariana. (HAMMOND, 1998a).

A recorrente ampliação das margens de lucro das companhias multinacionais de cigarro guarda íntima relação com a intensificação do processo de concentração de capital no mercado mundial fumageiro, mas também é resultado das ações estratégicas postas em prática pelas corporações nesse contexto de globalização da economia, no sentido de ampliarem e consolidarem suas posições nesse mercado oligopolizado.

“O negócio do cigarro necessita de volume para ser lucrativo” afirmava, em 1999, Mr. Ulrich Herter, um dos diretores da BAT.¹⁹⁹ De fato, a produção de grandes quantidades de cigarro realizada em localidades estrategicamente situadas, somada à articulação com as atividades de distribuição, possibilita às multinacionais se beneficiarem de economias de escala. Nesse aspecto, as companhias que possuem uma maior capacidade de produção, de venda e de distribuição credenciam-se com maior facilidade para assumir o comando daquelas empresas que atuam em mercados emergentes e de rápido crescimento, como são os casos dos mercados regionais no Sudeste Asiático e na Europa Oriental. Além disso, as empresas multinacionais de cigarro têm buscado através da diversificação dos seus produtos diminuir sua dependência sobre o lento crescimento do mercado. A estratégia usual das companhias cigareiras tem sido também a de orientar sua produção valorizando produtos por segmentos da população (nível de renda, idade, sexo) e/ou por mercados regionais. (VAN LIEMT, 2002).

Nesse contexto, e especialmente na última década, uma outra variável que apresenta crescente importância no funcionamento do mercado mundial de cigarro é o contrabando. A existência das regulações nacionais ou regionais, impondo limites e mesmo condicionantes ao fluxo da comercialização de cigarros no mercado mundial, aliada à organização de um sistema financeiro em escala mundial e à possibilidade de dispor-se de modernos e eficientes meios de comunicação e de transportes, tem levado à promoção de inúmeras rotas de contrabando de cigarros envolvendo praticamente os quatro cantos do planeta. (Figura 31).

¹⁹⁹ Entrevista concedida ao *Tobacco Journal International* apud Hammond (1998b).

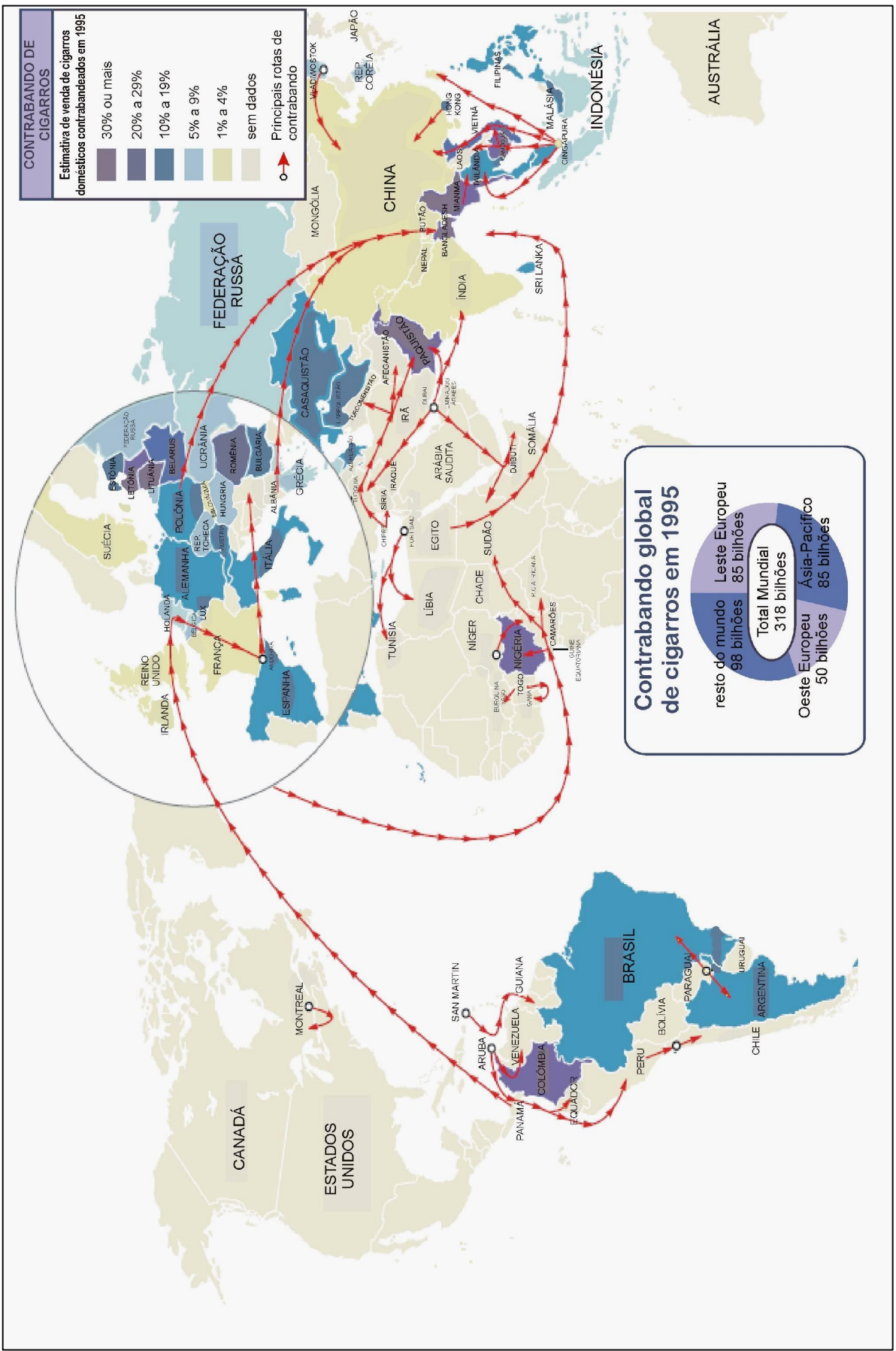


FIGURA 31 - Contrabando mundial de cigarros -1995
 Fonte: MACKAY, J. e ERIKSEN, 2002. Adaptação: Rogério Silveira

Em grande parte dos países, a política econômica dos governos tem adotado uma elevada tributação de impostos sobre as vendas de cigarro, buscando com isso arrecadar consideráveis somas de recursos para os cofres públicos, bem como desestimular o consumo do cigarro pela população.²⁰⁰ A elevada tributação tem resultado em aumento no preço a ser pago pelos cigarros fabricados nesses países, o que tem estimulado a sua substituição, especialmente entre os consumidores de baixa renda, por cigarros contrabandeados, que penetram nesses mercados nacionais de modo ilegal e clandestino. Os cigarros contrabandeados, por entrarem nos países sem o recolhimento de taxas ou impostos aduaneiros, podem ser comercializados informalmente com preços mais baixos. (VAN LIEMT, 2002).

Atualmente, cerca de um terço do total dos cigarros comercializados no mundo por ano, algo em torno de 355 bilhões de cigarros, são vendidos ilegalmente sem o pagamento de taxas aduaneiras.

O contrabando de cigarros tem sido realizado por organizações criminosas internacionais, através do recorrente desvio de contêineres com cigarros de seus destinos originais para os mercados de seu interesse, da falsificação de documentos de exportação e importação, e da prática de corrupção de autoridades aduaneiras nas zonas de fronteiras dos países alvo.

Dentre as principais rotas de contrabando mundial de cigarro que alimentam e orientam esse mercado ilegal, destacam-se as rotas de Chipre e Montenegro, na Europa, utilizadas pelas máfias italiana e russa, e as rotas de Aruba e Panamá, na América Central, utilizadas pelos cartéis de drogas e pela máfia norte-americana. No Sudoeste asiático, os mesmos distribuidores que contrabandeam de Hong Kong para a China também controlam a distribuição dos cigarros que saem das Filipinas e de Singapura. (THE CENTER FOR PUBLIC INTEGRITY, 03/03/2001).

Uma outra forma de contrabando tem sido a realizada pelas próprias empresas multinacionais, que realizam a exportação de cigarros produzidos por algumas de suas fábricas espalhadas pelo mundo através da intermediação de uma rede de empresas distribuidoras *offshores* e de instituições financeiras, visando ao abastecimento de mercados selecionados. Essas operações de exportação e de re-

²⁰⁰ Em 1996, a carga tributária praticada por alguns governos nacionais sobre o preço de venda dos cigarros era essa: Dinamarca, 83%; Reino Unido, 77%; Alemanha, 70%, Estados Unidos, 20 a 34%; Canadá, 53 a 70%, Brasil, 73,55%, Argentina, 68,30%, Colômbia, 28,60%, República Dominicana, 20% e Paraguai, 13,50%. (GAZETA MERCANTIL, 1999).

exportação de cigarros se realizam em rotas comerciais predefinidas, onde não ocorre o pagamento de taxas e de impostos aduaneiros entre os países - as chamadas rotas DNP (*Duty not paid*) que alimentam o mercado negro do cigarro²⁰¹. Isso tem levado à perda de considerável volume de receita pelos governos nacionais e à concorrência desleal em relação aos preços praticados pelas empresas locais produtoras de cigarro. (ACTION ON SMOKING AND HEALTH, 2004).

A posição das companhias multinacionais de cigarro tem sido ambivalente a respeito do contrabando. Embora as empresas formalmente cobrem medidas concretas dos governos nacionais para combater essa prática ilegal que em tese prejudicaria seu desempenho econômico no mercado mundial, há evidências claras de que em realidade muitas são as vantagens por elas obtidas nesse processo. As multinacionais cigareiras tanto se beneficiam pelo aumento das vendas dos cigarros contrabandeados originários de suas próprias fábricas, quanto pelo fato de terem suas marcas de cigarro difundidas e divulgadas em mercados regionais em que elas ainda não estão presentes. Além disso, em muitos países os governos nacionais têm procurado combater o contrabando reduzindo os impostos sobre o preço de venda dos cigarros no mercado formal, o que também acaba beneficiando as multinacionais. (HAMMOND, 1998b e VAN LIEMT, 2002). Assim, a ampliação das margens de lucratividade dessas companhias multinacionais e o seu próprio processo de reprodução do capital têm sido realizados através da combinação de distintas operações, regulares e legais, e esporádicas, clandestinas e ilegais, articulando distintos locais produtivos e comerciais em diferentes escalas, no âmbito do mercado mundial.

9.2.3 - O mercado mundial de fumo em folha

Assim como na indústria cigareira, o desenvolvimento da agroindústria de beneficiamento do fumo também tem se caracterizado por um intenso processo de centralização e concentração de capital. A expansão das atividades de produção e

²⁰¹ Em reportagem publicada em 03/03/2001, no *The Center For Public Integrity*, o consórcio internacional de jornalistas investigativos divulga informações relatando a existência de fortes evidências do envolvimento de grandes empresas multinacionais de cigarro, como a *Philip Morris*, a *BAT* e a *R.J. Reynolds* nas operações de contrabando de cigarro, nas quais essas empresas facilitam e/ou participam mesmo do contrabando de cigarros no âmbito do mercado mundial. (THE CENTER FOR PUBLIC INTEGRITY, 03/03/2001). Na mesma direção, durante o ano de 2000, o jornal britânico *The Guardian*, em sua versão eletrônica (Guardian Unlimited), apresenta reportagem especial dos jornalistas Duncan Campbell e Kevin Maguire sobre a participação da *BAT* no contrabando de cigarros na América Latina e na Ásia. (THE GUARDIAN UNLIMITED, 2000).

de beneficiamento de fumo no mercado mundial, através da instalação de novas plantas industriais, do aumento da capacidade de processamento, bem como a integração operacional das suas distintas unidades têm levado as agroindústrias fumageiras multinacionais a demandarem crescentes soma de recursos para o seu financiamento. Do mesmo modo, os maiores bancos mundiais vêem no ramo fumageiro interessantes oportunidades de obterem uma boa remuneração do seu capital. Assim, essa sinergia entre capital financeiro e capital agroindustrial se reforça no próprio processo de expansão do mercado mundial do fumo e, simbolicamente, se consolida quando observamos que em quase todos os conselhos administrativos das empresas multinacionais fumageiras há a presença de instituições financeiras, fundos de pensão, entre outros.

O mercado mundial de fumo em folha beneficiado apresenta um pequeno número de *dealers* – companhias multinacionais beneficiadoras e/ou fornecedoras de fumo – que tradicionalmente controlam a produção e o fornecimento dessa matéria-prima para as indústrias de cigarro. No começo da década de 1990, eram oito as empresas multinacionais que dominavam esse mercado através de suas usinas beneficiadoras de fumo localizadas em vários países produtores e das suas redes de comercialização. Já em 1997 esse número diminuiu para quatro, reforçando o poder das chamadas *Big Three*, como são conhecidas as três grandes empresas multinacionais norte-americanas que oligopsonicamente controlam as atividades de compra, beneficiamento industrial e comercialização da maior parte do fumo em folha cultivado e utilizado na produção mundial de cigarros. Assim, temos a produção e comercialização das variedades *Virginia e Burley* sob o domínio das multinacionais *Universal Leaf Tobacco, Standard Commercial Corporation e Dimon Incorporated*, bem como a importante participação da empresa turco-americana *Socotab Leaf Tobacco* - especializada na comercialização de fumo do tipo oriental. (HAMMOND, 1998a).²⁰²

²⁰² O grupo *Universal Leaf Tobacco*, com sede na cidade de Richmond, Virginia - Estados Unidos, atualmente apresenta subsidiárias que compram e beneficiam fumo em mais de 26 países. Em 2004, as vendas de tabaco pelo grupo no mercado internacional totalizaram US\$. 1.2 bilhões, e seu o faturamento global chegou a US\$. 4.1 bilhões. (UNIVERSAL LEAF, 2004). Já a *Dimon Incorporated*, cuja matriz está localizada em Danville, no estado americano da Virginia, atua em 39 países e em 2004 apresentou um rendimento de US\$. 1,1 bilhão relativo a suas vendas internacionais de fumo. Por fim, a também norte-americana *Standard Commercial Corporation* com matriz em Wilson, na Carolina do Norte, obteve em 2004 um montante de US\$. 791 milhões relativos à comercialização de fumo no mercado mundial, e seus ativos totalizavam nesse ano cerca de US\$. 911 milhões. (DIMON-STANDARD, 2004).

Em 2005, ocorreu uma concentração ainda maior de capital e, basicamente, dois grandes grupos passaram a controlar o mercado internacional de fumo em folha. Um primeiro grupo havia surgido em 1998, quando do anúncio da associação e integração das atividades desenvolvidas pela *Universal Leaf Tobacco* e pela *Socotab Leaf Tobacco*, sob o controle da primeira. Já o segundo, foi constituído em 2005 por ocasião da fusão das empresas norte-americanas *Dimon Incorporated* e *Standard Commercial Corporation*, que concentraram capitais e integram suas atividades, originando uma nova empresa, a *Alliance One International*. (Figura 32).

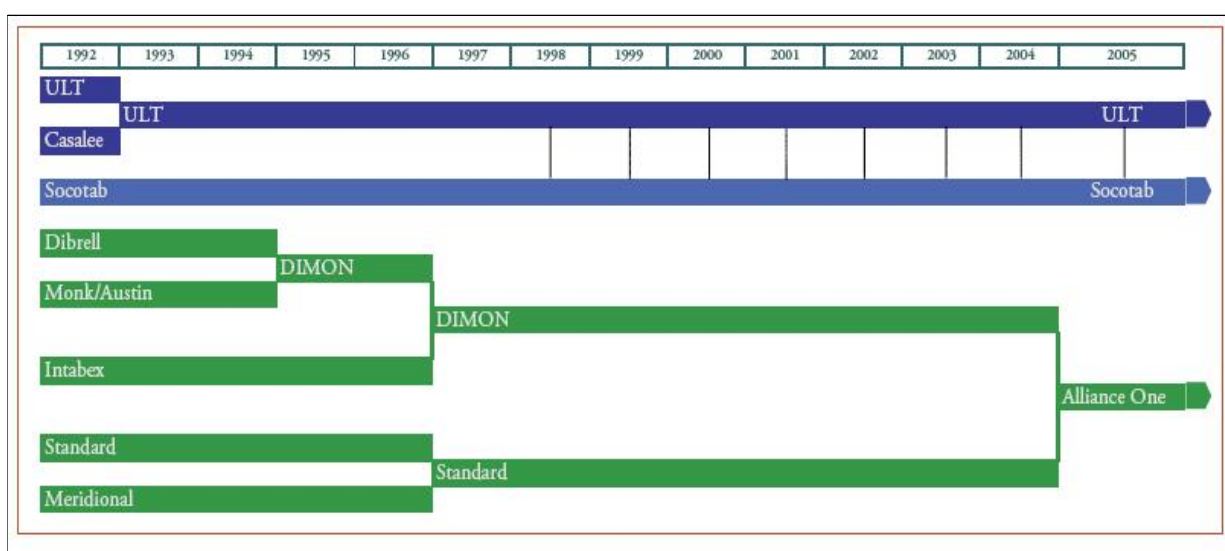


FIGURA 32 - Processo de concentração de capital na indústria de beneficiamento de fumo: 1992 a 2005

Fonte: *Supply & Demand Report, 2005. Universal Leaf Corporation Inc.* ULT= *Universal Leaf Tobacco*

Embora outras empresas multinacionais ou locais também atuem no beneficiamento e na comercialização do fumo, sua participação é inexpressiva diante do domínio quase que absoluto desses dois grandes grupos multinacionais no mercado mundial de fumo em folha. Em 2003, enquanto a *Universal Leaf* possuía 54% do mercado, a *Dimon* e a *Standard* juntas respondiam por aproximadamente 45% da comercialização mundial de fumo em folha²⁰³. (STANDARD COMMERCIAL

²⁰³ Diante da consulta que realizamos nos relatórios das principais empresas processadoras de fumo, disponíveis na Web, certamente esses números informados no Relatório Anual de 2003 da *Standard Commercial Corporation* são aproximados; e embora consigam ilustrar o total domínio que esses gigantescos grupos multinacionais efetivamente possuem no mercado mundial de fumo em folha, é muito provável que a participação do conjunto das demais empresas que atuam na comercialização do fumo em folha no mundo esteja entre 1 e 5% do mercado mundial.

CORPORATION, 2003). A acirrada competição que existe entre esses dois grupos multinacionais se dá tanto em relação ao preço praticado na comercialização do fumo beneficiado, quanto através da maior habilidade e capacidade das empresas em valorizar e melhor atender às demandas e especificações das empresas cigareiras referentes ao produto final que desejam. Isso impõe a necessidade de planejar e monitorar constantemente os resultados obtidos em cada etapa produtiva – cultivo, compra, preparação do *blend*, processamento e distribuição – e gerenciá-los de maneira integrada. Nesse aspecto, a condição econômica, a estrutura produtiva e a capacidade técnica e logística desses grandes grupos multinacionais possibilitam que eles participem de modo privilegiado e de forma hegemônica no mercado mundial de fumo em folha.

De modo geral, a expansão das agroindústrias fumageiras multinacionais no mercado mundial tem ocorrido através da promoção inicial de *joint ventures* com tradicionais agroindústrias fumageiras nacionais, tanto privadas como estatais, especialmente naqueles lugares e nas regiões onde há uma oferta de fumo de qualidade e a baixo custo, e/ou onde haja mercados consumidores de cigarros a serem explorados ou já estejam em exploração pelas companhias de cigarro.

Do ponto de vista das multinacionais agrofumageiras, essa estratégia é o passo inicial de um movimento posterior que envolve, quase sempre, a aquisição parcial ou total dessas empresas, locais e regionais, ou a privatização daquelas que são estatais, como meio de ampliar sua participação no mercado mundial de fumo e de melhor organizar espacialmente o conjunto de suas operações industriais e comerciais nesse setor. Nesse ambiente de mercado crescentemente aberto e controlado pelo oligopólio das fumageiras multinacionais, as empresas locais e regionais muitas vezes encontram dificuldades para promover novos investimentos na ampliação da produção, da produtividade e da qualidade de seus produtos. Assim, a despeito da perda da autonomia dessas empresas, a cooperação com as multinacionais, e até mesmo a opção pela venda parcial ou total de seus ativos, acaba representando a possibilidade de poderem modernizar suas linhas de produção, suas redes de distribuição, seus sistemas de informação e de gestão. Além disso, podem também usufruir de melhores condições para a capacitação e atualização de seus empregados e, mediante a transferência de conhecimento e tecnologia por parte das multinacionais, podem diminuir as perdas e os resíduos no

beneficiamento do fumo e alcançar graus maiores de homogeneidade na preparação dos fumos, de acordo com os *blends* demandados pelas companhias de cigarros. (VAM LIENT, 2002 e BOEIRA, 2002).

Os condicionantes e as características existentes na dinâmica do mercado mundial de cigarro igualmente afetam, de modo muito direto, o funcionamento do mercado mundial de fumo, influenciando e orientando as ações das agroindústrias fumageiras. As mudanças na configuração espacial do mercado mundial de cigarros – ascensão de novas áreas geográficas de consumo e redução do consumo em regiões tabagistas tradicionais –, o aumento pela preferência do consumo de cigarros elaborados com fumos do tipo *flavour*²⁰⁴ e o desenvolvimento de uma maior produtividade e de uma maior diversificação nos tipos de cigarros atualmente oferecidos pela indústria cigareira influenciam as estratégias de ação das agroindústrias fumageiras. Assim, a presença combinada dessas variáveis acaba sendo decisiva, tanto em relação à manutenção, à ampliação, à reestruturação e à modernização das suas usinas de beneficiamento, dos centros de pesquisa e desenvolvimento, dos pontos de venda e de distribuição de fumo, quanto na redução ou até mesmo no fechamento de algumas dessas instalações, ou ainda, na definição dos novos locais onde serão priorizados investimentos futuros, e na intensidade e no volume dos recursos a serem utilizados.

Nessa perspectiva, as maiores agroindústrias fumageiras multinacionais têm orientado suas estratégias de ação e direcionado boa parte dos seus investimentos para os principais países produtores de fumos utilizados na produção dos *blends* atualmente demandados pelo mercado mundial.²⁰⁵ Nos últimos anos, têm aumentado progressivamente os investimentos dessas grandes empresas mundiais na ampliação da produção do fumo e da capacidade de beneficiamento industrial e de comercialização de fumo nesses países. Assim, usinas de fumo foram instaladas,

²⁰⁴ Os fumos do tipo *flavour* caracterizam-se pela alta qualidade de suas folhas e pelo fato de acrescentarem sabor e aroma diferenciados na produção dos *blends* próprios a cada marca de cigarro. Além do Brasil, os fumos do tipo *flavour* são produzidos principalmente pelo Zimbábue e pelos Estados Unidos. Outros países, como a Argentina, se especializam na produção de fumos do tipo *filler*, usados basicamente no enchimento de cigarros. (GAZETA MERCANTIL, 1999).

²⁰⁵ Atualmente as principais companhias cigareiras instaladas nos Estados Unidos e na Europa produzem os seus cigarros, e obtêm os seus *blends* específicos, utilizando principalmente o fumo em folha importado dos principais países produtores e exportadores, como o Brasil, a Índia, o Malawi, o Zimbábue, a Turquia, entre outros. Essas operações de importação são realizadas através de negociação com as grandes empresas multinacionais que controlam o comércio e o fornecimento das diferentes variedades de fumo em folha no mundo, através de suas plantas industriais instaladas nos principais países produtores de tabaco. (HAMMOND, 1998a).

ampliadas e modernizadas, buscando incrementar a produção e o beneficiamento de fumo nas suas distintas variedades. Quanto ao fumo *Virginia*, os principais investimentos foram realizados em países produtores e exportadores como a China, o Brasil, a Índia e o Zimbábwe. Na agroindustrialização do fumo da variedade *burley*, os investimentos direcionaram-se principalmente para o Brasil, para o Malawi e para a Argentina; já em relação ao fumo da variedade *oriental*, os países que mais têm atraído o capital multinacional fumageiro foram a Turquia, a Grécia, a Bulgária e a Macedônia.

Cada uma dessas três variedades de fumo em folha é cultivada em distintas zonas geográficas da superfície terrestre, localizadas entre os 60° de latitude Norte e 40° de latitude Sul, onde cada área produtora apresenta uma particular combinação de características climáticas específicas (insolação, temperatura, umidade, precipitação e vento), de tipos de solos e de configuração de relevo que possibilitam condições ambientais particulares e ideais para a reprodução dessas diferentes variedades de fumo.²⁰⁶

Além disso, a produção e o beneficiamento de fumo de cada uma dessas variedades, em cada um dos distintos lugares e das regiões de produção, apresenta custos distintos de produção que afetam o preço final de sua comercialização e exportação. Custos esses decorrentes da carga tributária existente, das condições de financiamento disponíveis para a produção, do modo de produção e do nível de produtividade da lavoura e do beneficiamento industrial e, principalmente, das relações sociais de produção e da remuneração do trabalho empregado na lavoura de fumo – visto que o cultivo e a colheita do fumo, principalmente nos países periféricos e semiperiféricos, são realizados através do uso intensivo do trabalho manual - e no seu processamento industrial.

²⁰⁶ Entrevista realizada em 02/05/2003 com Ivaldo Backes, gerente técnico da AFUBRA.

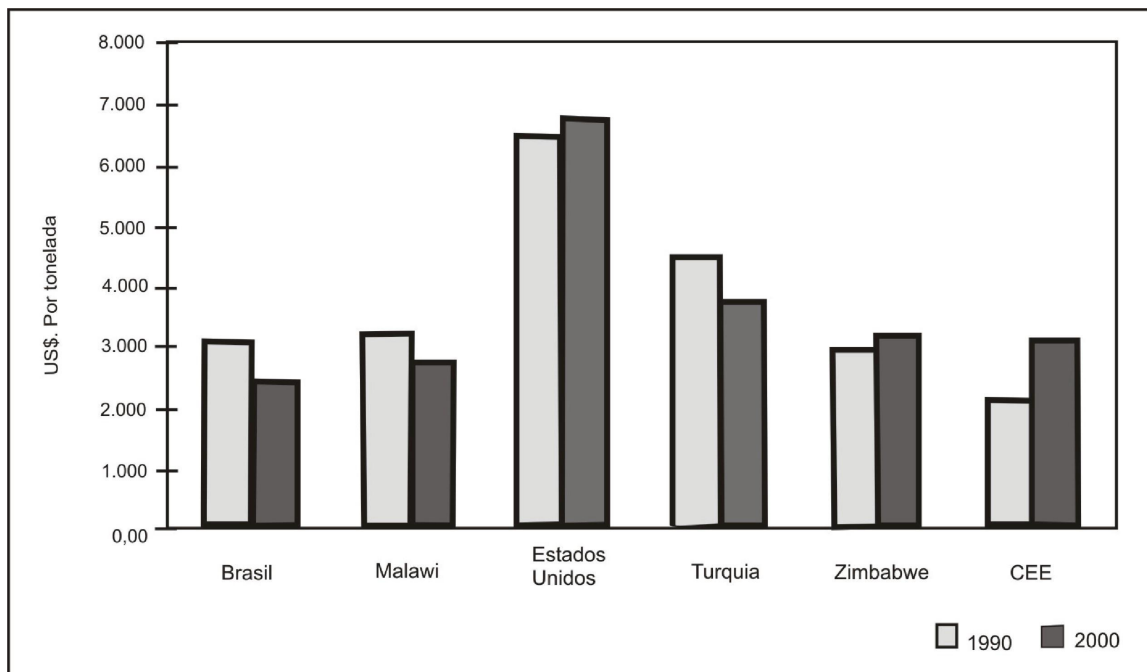


FIGURA 33 - Preço do tabaco exportado em países selecionados: 1990 e 2000

Fonte: FAO, 2003b, p.17. Organização: Rogério Silveira

A figura 33 ilustra bem essa diferença de preço do fumo produzido e exportado pelos principais países exportadores. Observa-se que, tanto em 1990 quanto em 2000, os preços praticados pelo Brasil, pelo Malawi e pelo Zimbabwe correspondem, aproximadamente, à metade do preço do fumo obtido nos Estados Unidos. Além disso, entre 1990 e 2000 tem ocorrido uma redução no preço do fumo exportado pelo Brasil, pelo Malawi e pela Turquia, principais países produtores e exportadores, respectivamente, de fumo *virginia*, *burley* e oriental. Esse comportamento diferenciado do preço do fumo exportado desde os diferentes países é muito valorizado pelas empresas multinacionais processadoras em suas estratégias de ação, incidindo diretamente nas suas decisões locais e de novos investimentos. Além disso, na medida em que essas grandes empresas atuam na escala mundial, a possibilidade de poderem regular e orientar a produção de fumo de suas subsidiárias, de acordo com essa dinâmica diferenciada de preços, lhes permite obter importantes vantagens comparativas que acabam reforçando suas posições hegemônicas no mercado mundial de fumo em folha.

Assim, a despeito das principais companhias multinacionais fumageiras disporem de altas somas de capital, de um renovado conteúdo tecnológico e de uma ampla estrutura logística, que lhes possibilitam ampla mobilidade espacial, podendo desenvolver suas operações em qualquer lugar do planeta, o desempenho de suas

atividades no mercado de fumo em folha depende, também, e de modo muito evidente, de alguns atributos locais e regionais indispensáveis à produção, ao beneficiamento e à exportação do fumo, como são, por exemplo, as condições ambientais relacionadas ao cultivo e o custo de produção e de exportação do fumo. A presença dessas empresas nesses lugares e nas regiões produtoras de fumo constitui-se em condição estratégica para conquistar ou mesmo manter uma posição de liderança nesse competitivo mercado. Nesse aspecto, as empresas procuram obter as variedades de fumo de que necessitam através da constituição de redes de comercialização entre as suas próprias subsidiárias, ou ainda em cooperação com outras empresas que já estejam presentes nesses lugares. Assim, todas as grandes companhias multinacionais fumageiras procuram estar presentes, direta ou indiretamente, nessas diferentes áreas produtoras de fumo, a fim de obterem a diversidade e a quantidade de fumo em folha necessárias à produção dos *blends* demandados pelos seus clientes internacionais.²⁰⁷

Os condicionantes e os reflexos da globalização econômica, o aumento na capacidade de produção e na produtividade das indústrias cigareiras e a diversidade de seus produtos finais têm igualmente levado as agroindústrias fumageiras multinacionais a realizarem, nesses países produtores de fumo, crescentes investimentos. A intenção é a de aperfeiçoarem o seu processo de beneficiamento de fumo e de ampliarem sua produtividade, de modo a poder atender de maneira competitiva às demandas de quantidade e de qualidade dos vários *blends* de fumo ditadas pela indústria cigareira. Isso tem significado a necessidade de as agroindústrias fumageiras adotarem estratégias de ação que possibilitem a racionalização de suas atividades, a manutenção de sua competitividade e, principalmente, condições de ampliar sua participação no mercado mundial.

Desde o final da década de 1980, as empresas multinacionais fumageiras têm intensificado a racionalização da sua produção através do redirecionamento ou da redistribuição, entre as suas divisões e subsidiárias, de atividades complementares ao processamento e à comercialização de fumo, como a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico, a distribuição e a exportação de fumo. Muitas das empresas têm também procurado racionalizar e reorganizar suas atividades

²⁰⁷ Entrevista realizada com o Sr. Albino Gewer, representante da FETRAF-SUL, em 20/04/2005.

valorizando o uso do sistema *just-in-time* e promovendo distintos modos de terceirização e/ou de cooperação, repassando para outras empresas algumas atividades como a compra de fumo de variedades específicas, o desenvolvimento tecnológico de novas sementes e de processos agroindustriais, a certificação dos processos e produtos. Em outros casos, as agrofumageiras têm repassado para outras empresas especializadas as atividades relacionadas à logística de distribuição dos insumos e do fumo beneficiado, à manutenção de veículos, de maquinário e de equipamentos e à contratação e qualificação da mão-de-obra temporária que atua no processamento industrial. (VAN LIEMT, 2002).

A racionalização e o aumento da produtividade nas agroindústrias igualmente têm sido perseguidos através da promoção de constantes inovações tecnológicas tanto no âmbito do cultivo e da cura do fumo – sementes, insumos biológicos e químicos, técnicas de plantio e de conservação do solo, modernização das estufas – quanto em seu processamento industrial, através da modernização e da ampliação de sua capacidade de produção e de estocagem de fumo beneficiado. Nessas ações, tem-se o emprego crescente da informatização e da automatização dos processos gerenciais e produtivos no âmbito das usinas de beneficiamento e demais instalações industriais. Além disso, o acesso e a condição de uso pelas grandes empresas agroindustriais fumageiras das novas tecnologias de informação, das redes, muitas vezes privadas, de telecomunicação e dos modernos meios de transportes têm lhes possibilitado obter crescentes vantagens comparativas. Entre elas, destacam-se uma maior flexibilização na organização do processo produtivo, uma melhor integração entre as distintas atividades e as diferentes unidades da empresa, uma articulação mais eficiente com os fornecedores, parceiros, interlocutores e clientes, em distintas escalas geográficas, o que lhes possibilita melhores condições de controlar a expansão de seus ativos, e de reforçar suas operações e seus negócios na escala mundial.

O emprego dessas inovações tecnológicas também tem possibilitado às empresas fumageiras ampliar o seu processo de acumulação de capital, na medida em que conseguem melhor articular os ganhos decorrentes do emprego de distintas, porém combinadas, formas de relações sociais de produção adotadas nos diferentes estágios produtivos da agroindustrialização do fumo. Assim, as agroindústrias fumageiras multinacionais, estrategicamente, combinam a extração do sobretrabalho

dos agricultores familiares no Sul do Brasil, na Turquia, na Itália, dos camponeses africanos no Zimbábue e no Malawi, dos trabalhadores rurais na Indonésia e nas Filipinas, por exemplo, com a extração da mais-valia dos trabalhadores rurais nas fazendas mecanizadas dos Estados Unidos e dos trabalhadores efetivos e temporários nas diversas usinas de beneficiamento de fumo, localizadas em diferentes países em que essas empresas atuam. Esses ganhos costumam ser ampliados na medida em que essas empresas, valendo-se das diferentes políticas fiscais, cambiais e de juros existentes em cada um dos países, e contando com a integração técnica e financeira dos mercados regionais, realizam recorrentes e sucessivas remessas e transferências de recursos e aplicações de capitais, entre as empresas subsidiárias, ou entre elas e as instituições financeiras parceiras, de modo a alcançar maiores níveis de remuneração do capital. (HAMMOND, 1998 a e b).

9.3 - A expansão do CAI do fumo no Sul do Brasil e a complexificação da sua organização espacial

A expansão e a consolidação do CAI do fumo que ocorrem nesse período no Sul do Brasil resultam da combinação de dois grupos de variáveis.

Um primeiro grupo, de origem externa, se refere à expansão e à reconfiguração do mercado mundial de fumo em folha e de cigarro, e ao modo de reprodução do capital monopolista fumageiro decorrentes de mudanças produtivas e organizacionais importantes advindas com a globalização da economia. Como visto antes, desde o final da década de 1980 e começo da de 1990, o funcionamento do mercado mundial de fumo em folha e a própria dinâmica de desenvolvimento da atividade agroindustrial fumageira vêm experimentando:

- a intensificação do processo de concentração de capital no setor fumageiro;
- a reestruturação e a flexibilização das formas de organização da produção e da gestão pelas empresas fumageiras;
- a forte expansão da demanda mundial por fumos claros, do tipo *flavour*, e com menores teores de nicotina e de alcalóides; e
- a promoção de uma maior seletividade espacial por parte das empresas agroindustriais quanto à definição de novos investimentos produtivos e tecnológicos

na produção do fumo e em seu processamento industrial, bem como na produção de cigarros.

Um segundo grupo se refere à dinâmica nesse período da macroeconomia brasileira e a seus efeitos na política de desenvolvimento agrícola e na atração de investimentos internacionais de empresas agroindustriais fumageiras. O novo ambiente econômico criado no país, especialmente a partir dos anos 1990, e fundamentado na política econômica neoliberal de crescente abertura e de integração competitiva da economia nacional, assegurou condições vantajosas para o desenvolvimento de negócios e investimentos para os capitais internacionais. (GONÇALVES, 1999).

Caracterizadas, entre outras, pela abertura comercial e financeira, pela desregulamentação da economia, por amplos programas de privatização, pela liberalização de normas reguladoras quanto às inversões de capitais privados no país, pela desvalorização cambial entre 1990 e 1994, estimulando as exportações, e a partir de 1994, pela estabilização macroeconômica, essas novas condições possibilitaram ao país atrair volumosos investimentos externos diretos, bem como experimentar em distintos setores, como no do agronegócio, uma intensificação no processo de concentração de capital. (BENETTI, 2004 e REZENDE, 2003).

Tal contexto, aliado à já reconhecida qualidade e ao baixo custo de produção do fumo brasileiro pelo mercado mundial, acabou criando condições favoráveis à realização, no país, de sucessivos investimentos produtivos das corporações multinacionais fumageiras. (Tabela 29).

TABELA 29 - Brasil: investimentos estrangeiros diretos na indústria do fumo - 1980 a 2000

Ano	IED (US\$.1.000,00)	% sobre o total de IED na atividade industrial
1980	137.037	0,78
1985	289.778	1,12
1990	269.010	0,44
1995	715.410	1,71
2000	723.840	0,70

Fonte: BACEN, 2006.

Observando a evolução do montante de capital externo invertido, nesse período, na agroindústria fumageira brasileira, verificamos que a partir da safra de 1995 – quando se intensifica a diminuição da produção de fumo *Virginia* nos Estados Unidos e no Zimbábwe²⁰⁸ – houve um crescimento significativo nos investimentos externos realizados no setor fumageiro nacional e o montante alcançado em 2000, representou um aumento de, aproximadamente, 428% em relação ao total dos investimentos realizados no setor fumageiro, em 1980, no Sul do país.

Os grandes investimentos externos diretos das corporações multinacionais fumageiras nessa região do país resultaram na compra, ou na ampliação, ou na construção e/ou na modernização de um conjunto de objetos técnicos demandados diretamente pelo capital fumageiro, como novas plantas industriais – usinas de beneficiamento e fábricas de cigarro –, novas instalações de apoio à produção e à circulação, como centros de pesquisa, pontos de compra de fumo, centros logísticos e de distribuição de insumos, de fumo e de cigarros. Investimentos esses que também foram importantes na aquisição de equipamentos, maquinários, no funcionamento de novas linhas de processamento, bem como possibilitaram a promoção de ações, como a expansão do desenvolvimento da pesquisa com novas variedades de sementes, com a inovação tecnológica no plantio, na cura, no beneficiamento e na comercialização do fumo, o aumento no número de produtores rurais integrados, entre outros.

O mercado mundial favorável e os investimentos externos realizados no país permitiram e mesmo estimularam, principalmente nos últimos quinze anos, o incremento da fumicultura e da agroindustrialização do fumo em folha, desenvolvidas através do CAI instalado na região Sul do país, levando este a consolidar, desde 1993, a condição de terceiro maior produtor mundial de fumos claros para cigarro.²⁰⁹

A tabela 30 ilustra essa evolução do desempenho da produção de fumo em folha no Sul do Brasil.

²⁰⁸ Abordaremos esse evento no próximo capítulo quando analisarmos o papel das normas internacionais no desenvolvimento atual do setor fumageiro instalado no Vale do Rio Pardo.

²⁰⁹ Na safra de 2004/2005, a produção brasileira com 852.488 toneladas de fumo superou a da Índia, colocando o Brasil na condição de segundo maior produtor, atrás apenas da China. (ANUÁRIO BRASILEIRO DO FUMO, 2005).

TABELA 30 - Produção de fumo em folha no Sul do Brasil - 1990 a 2005

Safra	Número de Propriedades	Número de estufas	Área plantada (Ha)	Produção (ton.)	Produtividade (ton./ha)
1990	52.210	91.950	159.290	367.980	1,71
1995	66.750	107.460	158.900	388.052	1,74
2000	69.590	117.180	202.760	539.040	2,09
2005	94.250	185.810	357.190	842.990	1,91

Fonte: AFUBRA *apud* Anuário Brasileiro do Fumo, 2001 e 2005, e Gazeta Mercantil, 1999.

Observa-se um progressivo crescimento na região tanto no número de propriedades que cultivam o fumo, na área plantada e no número de estufas de fumo instaladas, quanto nos níveis de produtividade alcançados na lavoura fumageira sul-brasileira. A combinação dessas variáveis possibilitou, notadamente nas últimas seis safras, um expressivo e substancial aumento no volume de fumo em folha produzido no Sul do país que, em 2005, apresentou um nível de crescimento da produção na ordem de 129% em relação ao total produzido na safra de 1990.

Os principais segmentos produtivos do complexo agroindustrial do fumo instalado no país são basicamente a produção agrícola, o processamento industrial, a comercialização e a exportação, e, de modo complementar, a fabricação e a comercialização de cigarros. O complexo agroindustrial do fumo instalado na região Sul do país responde atualmente pela produção e pelo processamento industrial de 96% da produção de fumo do país.²¹⁰ A figura 34 ilustra a espacialização das áreas rurais e das cidades, localizadas na região Sul do país, que integram e participam ativamente do funcionamento do complexo agroindustrial do fumo aí instalado.

²¹⁰ Atualmente, o restante da produção brasileira de fumo, cerca de 4%, é realizado no Nordeste, principalmente nos estados de Alagoas, Bahia e Sergipe, onde predomina o cultivo de fumo escuro para a fabricação de charutos e cigarrilhas, através das variedades Brasil-Bahia e Sumatra, e fumo da variedade oriental de tipo aromático utilizado na produção de determinados *blends* para cigarros. (ANUÁRIO BRASILEIRO DO FUMO, 2005).

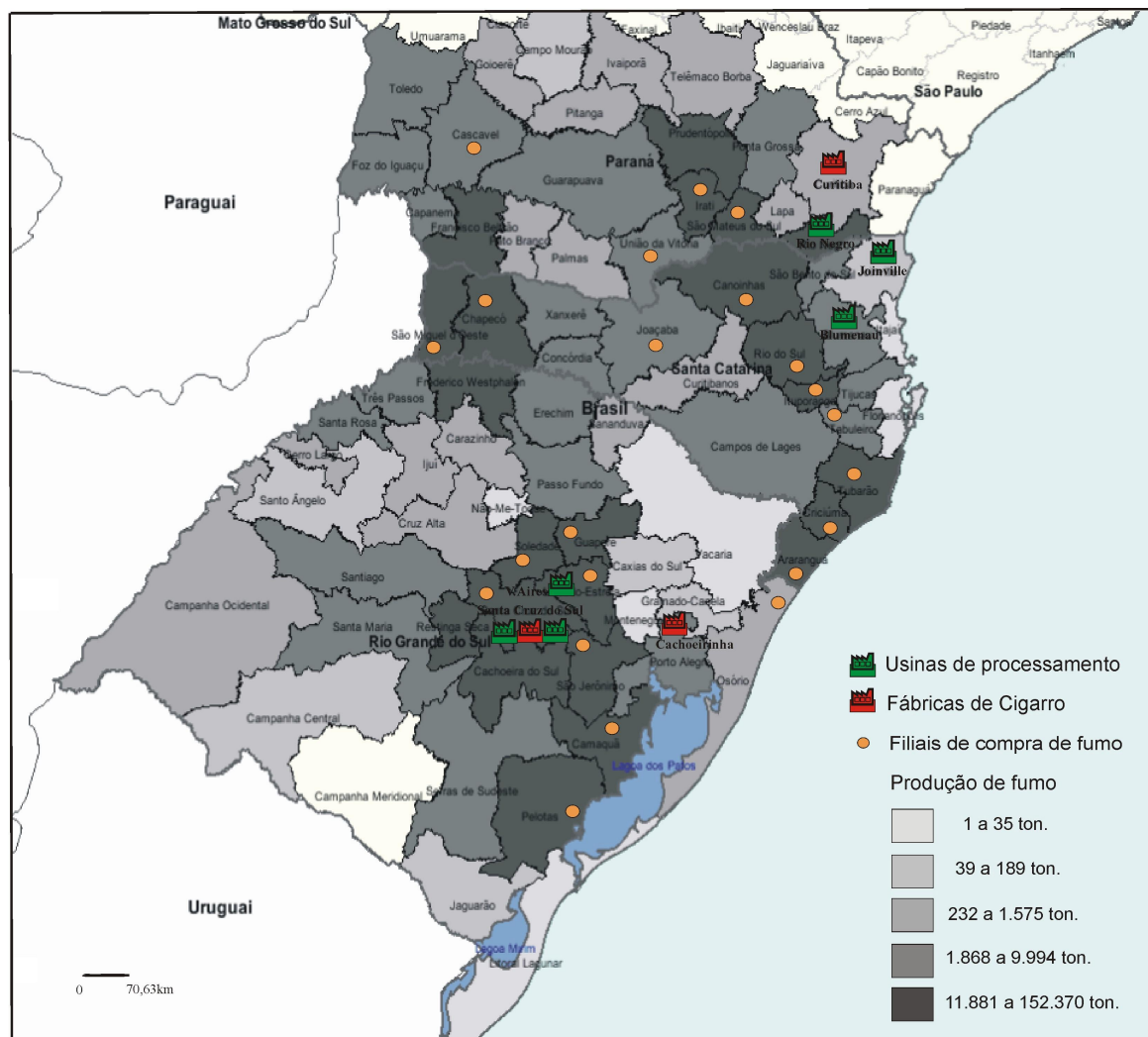


FIGURA 34 - Região Sul do Brasil: microrregiões produtoras de fumo e principais unidades industriais do Complexo Agroindustrial do Fumo - 2004

Fonte: IBGE. PAM, 2004. Org. Rogério Silveira

Destacam-se então, as principais áreas rurais de produção de fumo em folha nas microrregiões existentes, as unidades de compra de fumo, as plantas industriais de processamento de fumo em folha e as principais fábricas de cigarros instaladas nas cidades dessa região. Em 2005, o cultivo do fumo foi realizado por, aproximadamente, 198 mil famílias de agricultores em propriedades com área média de até 16,9 ha. localizadas em 759 municípios nos três estados sulinos. Nessa macrorregião também estão localizadas as principais plantas de beneficiamento de fumo e fábricas de cigarro que empregam, aproximadamente, 21 mil pessoas, entre trabalhadores efetivos e temporários. O Rio Grande do Sul continua sendo o principal estado produtor e em 2005 respondeu por 50,24% da safra nacional. Já Santa Catarina e Paraná, nesse mesmo ano, responderam, respectivamente, por

33,22% e 16,54% da produção nacional. (ANUÁRIO BRASILEIRO DO FUMO, 2005).

O aumento na produção e a substancial melhora na qualidade do fumo em folha produzido na região Sul do país resultaram no incremento progressivo das exportações, possibilitando que o país, desde 1993, exerça a destacada condição de maior exportador mundial. Para tanto, também foi fundamental a presença nessa região das três maiores empresas multinacionais processadoras e negociadoras de fumo no mercado mundial – a *Universal Leaf*, a *Dimon Inc.* e a *Standard Commercial*, bem como a destacada participação do grupo B.A.T., através do Departamento de Fumo da Souza Cruz S/A.

Como podemos observar na tabela 31, em 2005, juntas essas empresas multinacionais responderam por 75,3% do beneficiamento industrial do fumo em folha produzido no Brasil e pela sua comercialização no país e para o exterior, evidenciando o absoluto controle que as mesmas atualmente possuem sobre a dinâmica do mercado nacional de fumo em folha

A atuação dessas empresas também foi decisiva para a ampliação do volume de fumo em folha exportado, na medida em que, através de suas usinas de processamento e de suas divisões de exportação, estabeleceram um amplo leque de relações comerciais com seus clientes no exterior.

TABELA 31 - Participação das multinacionais fumageiras no beneficiamento e comercialização da produção brasileira de fumo em folha - 2005

Empresa	%
Aliance One International*	32,00
Universal Leaf Tabacos Ltda.	27,50
Souza Cruz S/A (B.A.T.)	15,80
Outras empresas	24,70

Fonte: Secretaria de Acompanhamento Econômico/ Ministério da Justiça, 2005

*Empresa resultante da fusão, em 2004, entre a Dimon Inc. e a Standard Commercial Corporation.
Org. Rogério Silveira

Atualmente, em torno de 85% da produção sul-brasileira de fumo em folha tem como destino o mercado externo, onde atualmente mais de 100 países

aparecem como compradores regulares. As exportação brasileiras, especialmente nas variedades *Virginia* e *Burley*, vêm ampliando progressivamente a participação do país no comércio mundial de fumo em folha, a ponto de em 2005 ele ter respondido por aproximadamente um terço do total do fumo exportado no mundo. (Tabela 32).

TABELA 32 - Brasil: exportações de fumo em folha - 1985 a 2005

Ano	Exportação (ton.)	Participação do Brasil nas exportações totais de fumo no mundo
1985*	198.660	13,05*
1990	188.144	11,10
1995	256.270	15,57
2000	341.487	17,35
2002	464.862	22,17
2005	619.000	29,53*

Fonte: SECEX (Secretaria de Comércio Exterior) / MDIC, Alice Web, 2006 e (*) FAO, 2003. (*) Estimativa.

Assim, a cada safra ampliam-se e diversificam-se os mercados compradores para o fumo brasileiro. Em 2005, a participação relativa dos principais mercados para o fumo brasileiro era a seguinte: União Européia (40% da exportação total), Extremo Oriente (23%), Leste Europeu (13%), América do Norte (13%) e África, Oriente Médio e América Latina que, juntos, receberam 11% das exportações de fumo do Brasil. (ANUÁRIO BRASILEIRO DO FUMO, 2005).

O restante da produção de fumo em folha realizada no Sul do país é direcionado para o mercado interno, sendo basicamente utilizado na fabricação de cigarro. Nesse período, a dinâmica de produção e de comercialização de cigarros no país, além de continuar sendo realizada hegemonicamente pelas duas multinacionais cigareiras²¹¹, a BAT – cuja subsidiária no Brasil é a Cia. Souza Cruz – e a *Philip Morris*, também passou a estar intimamente vinculada com a evolução recente do mercado consumidor brasileiro, e com as possibilidades abertas pela exportação. De acordo com a tabela 33 verificamos que até o final da década de 1980 praticamente a totalidade da produção nacional de cigarros destinava-se ao

²¹¹ Em 2004 as marcas de cigarro da Cia. Souza Cruz responderam por 75,2% do mercado nacional de cigarros legais, enquanto as marcas vendidas pela Cia. Philip Morris alcançaram 16% do mercado interno. Além dessas duas cigareiras multinacionais, 13 outras empresas menores, todas de capital nacional, responderam juntas nesse ano por 8,8% do mercado brasileiro. (ANUÁRIO BRASILEIRO DO FUMO, 2005).

mercado interno. A partir do começo da década de 1990 essa situação começou a se alterar.

TABELA 33 - Brasil: produção, consumo interno e exportação de cigarros

Ano	Produção (bilhões de unidades)	Consumo Interno*/produção (%)	Exportação (bilhões de unidades)	Exportações/produção (%)
1980	143,16	99,68	0,46	0,32
1985	147,53	99,15	1,25	0,85
1990	173,28	94,29	9,89	5,71
1995	174,60	68,51	54,98	31,49
1997	182,80	60,31	72,56	39,69
2000	97,35	99,27	0,71	0,73

Fonte: ABIFUMO – SECEX-MDIC/Alice Web *apud* Iglesias (2006). (*) consumo do mercado interno legal Organização: Rogério Silveira

Ao mesmo tempo em que o consumo interno de cigarros começou gradativamente a cair, em razão da simultânea queda da renda *per capita* da população, do aumento dos preços dos cigarros e também das crescentes campanhas antitabagistas, houve um aumento também gradativo das exportações de cigarro, especialmente para a América Latina, com destaque para os países do Mercosul que surgiu em 1996. A melhoria substancial na qualidade dos *blends* que passam a constituir o cigarro brasileiro, aliada ao levantamento ou à diminuição de barreiras alfandegárias e comerciais, possibilitou um expressivo aumento da exportação de cigarros para esses países.²¹² Essa condição favorável ao comércio internacional possibilitou também que muitas dessas cargas de cigarros exportados para os países limítrofes acabassem retornando ao país para serem vendidas de modo ilegal, e com preços de venda menores, no mercado informal das grandes cidades brasileiras. A partir de 1998, o governo brasileiro, buscando estancar a crescente evasão fiscal que esse comércio ilegal representava aos cofres da União, fixou um imposto de exportação de 150% para os cigarros comercializados com países da América do Sul, América Central e Caribe. Esse evento significou a partir de então uma drástica redução nas exportações de cigarros brasileiros, passando

²¹² De acordo com Iglesias (2006, p.30), “o Paraguai foi um destino importante das exportações brasileiras de cigarros entre 1991 e 1998, atingindo 35% das exportações totais de cigarros. Uruguai e Argentina também se tornaram mercados importantes para os cigarros brasileiros em fins desse período. Entre 1996 e 1998, o Mercosul mais Chile e Bolívia absorveram mais de 40% das exportações totais de cigarros”.

novamente a totalidade da produção nacional a destinar-se ao mercado interno brasileiro.

Todavia, como observamos na figura 35, essa norma governamental não foi suficiente para acabar com a participação do comércio de cigarros ilegais no mercado interno brasileiro, o que também tem contribuído para a diminuição da tendência de queda no consumo de cigarros no país. Observa-se que, se por um lado, o consumo anual de cigarros legais por adulto vem diminuindo no país desde 1986, gradativamente, passando de 1.937 cigarros naquele ano, para um consumo anual de 845,46 cigarros em 2002, por outro lado, o consumo anual de cigarros ilegais²¹³ ou informais, especialmente entre a população de baixa renda, vem crescendo desde 1992, alcançando em 1998 seu maior nível – aproximadamente 580 cigarros por adulto, ou seja, o equivalente a 37,4% do total do consumo de cigarros realizado naquele ano.²¹⁴

A desvalorização cambial da moeda brasileira em 1999 e o conseqüente aumento do preço relativo dos cigarros contrabandeados contribuíram para uma redução no seu consumo, sem, no entanto, eliminá-los. Desde então, sua participação no mercado consumidor brasileiro estabilizou-se em torno de 30% do total de cigarros comercializados no país. Isso acabou resultando em uma diminuição no ritmo da queda do consumo total anual de cigarros no país, visto que, entre 1995 e 2002, esse consumo oscilou em torno de 1.300 cigarros por ano. (IGLESIAS, 2006).

²¹³ No Brasil se considera que o comércio ou mercado ilegal de cigarros resulta de três tipos de atividades: cigarros provenientes do exterior, sem recolhimento de impostos de importação e demais tributos domésticos, o que caracterizaria o contrabando; cigarros fabricados domesticamente sem pagamento de impostos ou qualquer controle por parte das autoridades (evasão fiscal); e cigarros falsificados, que imitam uma marca local (contrafação), que são comercializados também sem o pagamento de impostos e são normalmente produzidos no exterior. (IGLESIAS, 2006).

²¹⁴ Os dados existentes sobre o comércio ilegal de cigarros no país são divulgados pela Cia. Souza Cruz e pela ABIFUMO (Associação Brasileira das Indústrias de Fumo) que utiliza os levantamentos realizados pela Nielsen, reconhecida empresa internacional especializada em pesquisa sobre comércio varejista, uma vez que inexistem estatísticas governamentais sobre esse comércio. Nesse sentido, embora o comércio ilegal de cigarros seja um fenômeno essencialmente da década de 1990, não é possível afirmar que não houvesse contrabando de cigarros ou cigarros ilegais antes desse período. (IGLESIAS, 2006).

FIGURA 35 - Brasil: consumo anual de cigarros por adulto* - 1980 a 2002

Fonte: IGLESIAS (2006, p.5). (*) Consumo total de cigarros pela população de 15 anos ou mais.

O aumento da oferta de cigarros ilegais no mercado brasileiro deveu-se também à expansão de fábricas de cigarros no Uruguai e no Paraguai, onde entre 1993 e 2004 o número de fábricas de cigarro passou de 05 para 33. A capacidade produtiva instalada no conjunto dessas fábricas possibilitou a produção, em 2000, de 100 bilhões de unidades de cigarro que abasteceram o mercado informal brasileiro e geraram ganhos da ordem de 96 bilhões de reais, montante maior que o gerado pelo conjunto dos mercados legais da Argentina, do Uruguai e do Paraguai.²¹⁵

Nesse contexto de desenvolvimento simultâneo de novas dinâmicas do mercado mundial fumageiro e do mercado nacional de cigarros, de novas estratégias econômicas e espaciais de reprodução do capital, a consolidação e a expansão do CAI do fumo no Sul do Brasil têm apresentado graus crescentes de complexidade em sua dinâmica de organização e funcionamento, bem como em sua dinâmica relacional com o território. Complexidade essa que se expressa enquanto característica estrutural de própria atividade agroindustrial, na medida em que há a afirmação de uma racionalidade organizacional que, simultaneamente, valoriza a especialização, a articulação e a interconexão de seus distintos agentes sociais e econômicos e segmentos produtivos que se localizam e operam em diferentes níveis

²¹⁵ Informações prestadas por Constantino Mendonça, Presidente do SINDIFUMO-RJ e representante da indústria cigareira brasileira, por ocasião da reunião de instalação da Câmara Setorial do Fumo, em 12/12/2004, em Santa Cruz do Sul - RS.

escalares, desde as áreas rurais no Sul do Brasil até os mais diversos e distantes mercados urbanos do fumo, em vários lugares do mundo.

9.3.1 - A renovada importância da participação da região do Vale do Rio Pardo no CAI do fumo e as implicações socioespaciais do processo de concentração de capital no território regional

Ao pensarmos a organização do complexo agroindustrial fumageiro, notadamente no que se refere à participação dos agentes sociais e produtivos que integram o ramo agroindustrial fumageiro instalado no Sul do Brasil nesse conjunto que se configura em escala mundial, podemos perceber a importância da região do Vale do Rio Pardo, bem como identificar o papel de destaque que alguns dos seus pontos e áreas assumem nessa organização.

No Vale do Rio Pardo localizam-se pontos e áreas que desempenham papéis importantes no contexto do CAI do fumo, através dos quais distintos agentes sociais e econômicos participam. Vários são os objetos técnicos, pontos e áreas aí localizadas que integram a espacialidade global do ramo fumageiro, e que conferem a região um papel de destaque. Entre eles podemos destacar:

- a mais tradicional e a principal área de produção de fumo em folha do país – especialmente de variedades de fumo melhor adequadas à confecção e à definição dos *blends* dos cigarros, como o são os casos dos fumos *Virginia e Burley*;

- um importante contingente de fumicultores constituído majoritariamente de agricultores familiares, que na safra de 2004/2005 totalizaram na região 38.702 famílias, aproximadamente 39,25% do total das famílias de fumicultores do Rio Grande do Sul. (AFUBRA, 2005);

- as maiores e mais modernas plantas industriais do setor fumageiro no país, como as usinas de processamento de fumo da Souza Cruz S/A, da *Alliance One Internacional* e da Universal Leaf Tabacos Ltda., e a fábrica de cigarros da Cia. Philip Morris Brasil Indústria e Comércio Ltda.;

- as sedes no Brasil das corporações *Universal Leaf Tobacco* e *Alliance One Internacional* localizam-se em Santa Cruz do Sul, de onde coordenam o conjunto das operações desenvolvidas pelas suas demais unidades operacionais no âmbito da América Latina e do Caribe;

- as principais empresas de exportação de fumo que atuam junto às agroindústrias fumageiras através de serviços como assessoria em comércio internacional, agenciamento de transporte rodoviário e de cargas marítimas, desembaraço aduaneiro e intermediação de ações logísticas²¹⁶;
- centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico das empresas fumageiras e empresas de biotecnologia que atuam no melhoramento genético e na produção de sementes híbridas de fumo; e
- e instituições científicas que prestam serviços de análises biológicas e químicas quanto aos índices de nicotina do fumo beneficiado pelas empresas, de análise de amostras dos solos utilizados na produção de fumo, e de certificação fitosanitária da qualidade do fumo a ser exportado²¹⁷.

Tais objetos técnicos se apresentam como resultado e como condição de um conjunto de ações e interações que se manifestam no espaço regional, envolvendo agentes internos e externos que, de modo desigual, participam do complexo agroindustrial fumageiro.

É preciso também considerar que as ações dos principais agentes sociais e econômicos que atuam no CAI do fumo realizam-se, principalmente, desde essa região. Essas ações, de modo geral, são gestadas, simultaneamente, enquanto produto de relações sociais de produção e de relações de poder no âmbito do processo de reprodução da agroindustrialização do fumo. Assim, assumem especial destaque tanto aquelas relações cotidianas envolvendo o conjunto dos fumicultores e as agroindústrias fumageiras no âmbito da produção e da comercialização do fumo, ou abarcando os trabalhadores efetivos e temporários e as empresas fumageiras e cigarreira no processamento industrial do tabaco e na fabricação do cigarro, quanto às relações institucionais entre as suas respectivas representações de classe e organizações sociais e sindicais.

Neste aspecto, tais ações constituem fluxos de informações, de normas, de regulações e de interesses corporativos que circulam com intensidade e amplitude desigual no conjunto da espacialidade fumageira traduzindo os embates políticos e

²¹⁶ Entre as principais empresas especializadas nas operações de exportação de fumo e que atuam na região a destacamos a Transcontinental Participações e Empreendimentos Ltda., instalada em Santa Cruz do Sul e ligada à Alliance One Internacional. Essa empresa é responsável pela exportação do fumo beneficiado pela Cia. Souza Cruz. Também atuam a Monk Brasil Comércio de Tabacos Ltda. e a DBI Exportadora de Tabacos Ltda., ambas localizadas em Santa Cruz do Sul.

²¹⁷ Destaca-se nesse sentido a prestação de serviços demandados pelas empresas fumageiras junto à Central Analítica, ligada à Universidade de Santa Cruz do Sul.

econômicos existentes entre capital e trabalho. Entre os principais agentes e suas representações políticas que atualmente participam do CAI na região, destacamos os produtores de fumo e suas organizações sociais como a AFUBRA e o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), e sindicais como os STRs, a FETRAF-SUL (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - Secção Sul); os trabalhadores assalariados, empregados efetivos e temporários na indústria do fumo, e sua organização sindical: o STIFA; e os empresários do setor fumageiro e sua principal organização sindical no Sul do Brasil, o SINDIFUMO.

Considerando a dinâmica dos fluxos que perpassam o complexo agroindustrial fumageiro veremos que existe um conjunto de fluxos originado no território regional que circula em direção aos demais lugares que constituem a espacialidade agroindustrial fumageira no Sul do Brasil e aos lugares que integram o mercado internacional de fumo e de cigarro. Resultado das ações e relações internas e externas dos agentes sociais que atuam no território regional, a existência, a direção e a regularidade desses fluxos de matéria-prima (fumo em folha *in natura*), de produtos industrializados (fumo beneficiado e cigarro), de capital e de informação, evidencia os modos e a intensidade da articulação da região ao CAI do fumo.

Podemos ainda identificar um conjunto de fluxos de capital, de normas, de informações, de tecnologia, de pesquisa e desenvolvimento, e de pessoal técnico que intercepta a região desde as sedes e demais subsidiárias das corporações multinacionais, no exterior. Também chegam à região outros fluxos de capital, de informações e demandas de fumo e de cigarro que se originam em distintos lugares e regiões do mundo que integram o mercado fumageiro. Ambos os fluxos evidenciam que estamos diante de uma região verticalmente integrada à economia globalizada por meio, principalmente, das ações e regulações operadas hegemonicamente pelas multinacionais agrofumageiras no âmbito do mercado mundial.

Entendemos que nesse período o fortalecimento da posição do Vale do Rio Pardo e seu papel de destaque no funcionamento no CAI do fumo instalado no Sul do Brasil decorre especialmente da renovada valorização pelo mercado mundial dos atributos regionais e da funcionalidade da organização espacial da região, bem como da recente modernização dos objetos e sistemas técnicos instalados no

território. Além disso, em um contexto de intensa concentração de capital no setor, a ampliação dos investimentos e das ações das principais empresas multinacionais agrofumageiras na região, também tem contribuído para a afirmação dessa posição regional.

Como decorrência da integração vertical do Vale do Rio Pardo à espacialidade fumageira em âmbito mundial, a região também acabou experimentando, nesse período, os reflexos das mudanças no mercado mundial fumageiro e das novas condições postas pela dinâmica econômica nacional, especialmente, na reorganização da estrutura produtiva do setor fumageiro aí instalado, na consolidação da produção regional de tabaco e de sua participação no mercado mundial de fumo em folha.

Os efeitos da intensificação do processo de concentração de capital experimentado pelas grandes corporações multinacionais agroindustriais e cigarreiras na escala mundial, também se fizeram sentir na região. Durante a década de 1990 ocorreram inúmeras e sucessivas aquisições, fusões, associações entre as empresas do setor. A maioria das empresas locais que até então haviam resistido o processo anterior de desnacionalização, ocorrido entre o final da década de 1960 e metade da década de 1970, acabaram por negociar, parcial ou totalmente, o seu controle acionário com as empresas multinacionais fumageiras que já estavam, ou que então passavam a atuar na região. Esse processo igualmente se intensificou entre as subsidiárias das empresas multinacionais através de sucessivas fusões e aquisições, diminuindo assim significativamente o número de empresas que operam no processamento e comercialização de fumo em folha e na fabricação de cigarro.²¹⁸

Com base em Benetti (2004), podemos também assinalar que as fusões e aquisições experimentadas pelo ramo fumageiro nesse período objetivavam: eliminar concorrentes, aumentando a presença da empresa compradora e exportadora de fumo no mercado mundial; buscar a possibilidade de saltar etapas no processo de crescimento horizontal das empresas; construir escalas de produção compatíveis com o novo padrão de desenvolvimento do ramo fumageiro – altamente

²¹⁸ Em 1985, em Santa Cruz do Sul, 10 empresas atuavam no processamento industrial de fumo e 02 empresas na fabricação de cigarros, já em 1996, o número de empresas passou a ser de 01 empresa cigarreira e 06 empresas processadoras de fumo. Em 2005, manteve-se apenas 01 cigarreira e as empresas processadoras passaram a ser 07.

exigente quanto ao financiamento da incorporação continuada de tecnologia e gastos no processo de comercialização e exportação do fumo –; assegurar um maior suprimento de fumo em folha e ampliar a capacidade de processamento de fumo e os canais de distribuição para sua exportação, aproveitando a estrutura já existente na empresa adquirida; e ingressar rapidamente no mercado doméstico, aproveitando a ampliação dos negócios decorrentes da progressiva integração do Brasil ao Mercosul.

Como nos demais ramos agroindustriais globalizados, também no ramo fumageiro a adoção de um padrão de desenvolvimento econômico, baseado na contínua incorporação de inovações tecnológicas, na ampliação dos níveis de produtividade e na qualificação e diferenciação de produtos passava a demandar elevado volume de capital e a requerer maior capacidade de produção e de articulação comercial na escala mundial com diferentes mercados a fim de viabilizar a reprodução do capital. Essas exigências também acabaram contribuindo decisivamente para intensificar a centralização do capital, no já concentrado setor agroindustrial fumageiro.

O quadro 3 ilustra evolução desse processo no Vale do Rio Pardo, no período de 1985 a 2005, notadamente nas cidades de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz, tradicionais locais de funcionamento da agroindústria fumageira e de fábricas de cigarro na região.

No Vale do Rio Pardo esse processo consolidou a hegemonia das subsidiárias das multinacionais na compra da produção do fumo, no seu beneficiamento industrial, na fabricação de cigarro e na exportação de fumo em folha e de cigarro.

Verificamos que além da Souza Cruz S/A, ligada ao grupo anglo-americano B.A.T, da Cia. Meridional de Tabacos, vinculada ao grupo francês SEITA, e da cigarreira americana Philip Morris Brasil Indústria e Comércio Ltda. que já operavam há mais tempo na região, outras grandes empresas multinacionais americanas, como a *Universal Leaf Tobacco* e a *Dimon Tobacco Incorporated*, também passaram a atuar na região.

QUADRO 3 - Vale do Rio Pardo: intensificação da internacionalização da indústria do fumo nas principais cidades - 1985 a 2005

EMPRESAS INSTALADAS ATÉ 1985 (ANO DE CRIAÇÃO E ORIGEM DO CAPITAL)	ALTERAÇÕES NA PROPRIEDADE DAS EMPRESAS ENTRE 1985 E 1994 (ANO DE CRIAÇÃO E ORIGEM DO CAPITAL)	ALTERAÇÕES NA PROPRIEDADE DAS EMPRESAS ENTRE 1995 E 2003 (ANO DE CRIAÇÃO E ORIGEM DO CAPITAL)	EMPRESAS INSTALADAS EM 2005 (ANO DE CRIAÇÃO E ORIGEM DO CAPITAL)
SANTA CRUZ DO SUL			
Fábrica de Cigarros Sudan S.A.- 1940 (BRA) R.J. Reynolds Tab.Brasil (fumo)- 1975 (EUA) →	Dibrell Brothers Inc. - 1991 (EUA) →	Dimon do Brasil Tabacos - 1996 (EUA) →	Alliance One Brasil Exp. Tabacos Ltda. - 2005 (EUA)
Tabra- Exp. Tabacos do Brasil ²¹⁹ - 1970 (EUA) →	Tabra Exp. Tabacos do Brasil - (EUA) →		
Cia.Meridional de Tabacos - 1974 (FRA) ²²⁰ R.J. Reynolds Tab. Brasil (cigarro) -1975 (EUA) → Philip Morris Brasil Ind. e Com. - 1975 (EUA)	Cia. Meridional de Tabacos - (FRA) → Philip Morris Brasil Ind. e Com. - 1991 (EUA) → Philip Morris Brasil Ind. e Com. - (EUA) →	Cia. Meridional de Tabacos ²²³ - 1997 (EUA) Philip Morris Brasil Ind. e Com. - (EUA)	Philip Morris International - (EUA)
Souza Cruz S/A - 1917 (EUA-ING) Tabacos Brasileiros Ltda. - 1976 (EUA) Kliemann & Cia. - 1915 (BRA) → Armada S.A. - Ind. e Com. - 1968 (ALE) ²²¹ → Boettcher e Wartchow - 1932 (BRA) Kannenberg e Cia. Ltda. - 1953 (BRA)	Souza Cruz S/A - (EUA-ING) Universal Leaf Tabacos Ltda - 1991(EUA) Boettcher & Wartchow - (BRA) ²²² Kannenberg e Cia. Ltda - (BRA)	Souza Cruz S/A - (EUA-ING) Universal Leaf Tabacos Ltda - (EUA) Kannenberg e Cia. Ltda - (BRA) Associated Tobacco Comp. - 2001 (EUA) Premium Tabacos Brasil Ltda. - 2003 (BRA)	Souza Cruz S/A - (EUA-ING) Universal Leaf Tabacos Ltda. - (EUA) Kannenberg e Cia. Ltda - (BRA) Associated Tobacco Comp. - (EUA) Premium Tabacos Brasil Ltda. - (BRA)
VENÂNCIO AIRES			
Cia. Fumosul - 1945 (BRA) → Rio Grande Tabacalera - 1973 (ESP) ²²⁴ Dibrell Brothers Inc. - 1985 (EUA) Cia. Tabasa - 1985 (EUA-ING) ²²⁵ →	Universal Leaf Tobacco ²²⁶ - 1993 (EUA) Rio Grande Tabacalera - (ESP) → Dibrell Brothers Inc. - (EUA) → Dibrell Brothers Inc.-1991(EUA) → Continental Tabacos Alliance - 1994 (BRA) Brasfumo - Ind. Brasileira de Fumo - 1991(BRA)	Universal Leaf Tobacco (EUA) Dimon do Brasil Tabacos - 1996 (EUA) → Estrela do Sul Tabacos Ltda. - 2001 (BRA) Continental Tabacos Alliance - (BRA) Brasfumo - Ind. Brasil. Fumo Ltda. - (BRA)	Universal Leaf Tobacco - (EUA) Alliance One Brasil Exp. Tabacos - 2005 (EUA) Estrela do Sul Tabacos Ltda. - (BRA) Continental Tabacos Alliance S/A - (BRA) Brasfumo - Ind. Brasil. Fumo Ltda. - (BRA)
VERA CRUZ			
Cia. Verafumos - 1981 (EUA) ²²⁷	Cia. Verafumos (EUA) →	Dimon do Brasil Tabacos - 1996 (EUA) KHB&C Tabacos - 1999 (EUA-BRA) ²²⁸ Valesul Brasil Tabacos Ltda.- 2002 (BRA)	KHB&C Tabacos Ltda. - (EUA-BRA) Valesul Brasil Tabacos Ltda.- (BRA)

(BRA): Brasil; (EUA): Estados Unidos; (FRA): França; (ALE): Alemanha; (ING): Inglesa; e (ESP): Espanha.

FONTE: SILVEIRA (2003), ANUÁRIO BRASILEIRO DO FUMO (2005), DESER (2005) e *Sites* das empresas. Organização: Rogério Silveira.

²¹⁹ Controlada pelo grupo norte-americano The Monk Austin Co. Inc.

²²⁰ Controlada pela estatal francesa S.E.I.T.A. (Société Nationale D'Exploitation Industrielle de Tabacs et Allumettes).

²²¹ Controlada pelo grupo alemão Gebrüder Kühlenkampff.

²²² A empresa entrou com pedido de concordata em 1994 junto à junta comercial.

²²³ O controle acionário passou para o grupo norte-americano Standard Commercial Corporation.

²²⁴ Controlada pela Tabacaleira Espanhola que a partir de 1978 passa a dividir o controle da empresa com a norte-americana MBS Tobacco.

²²⁵ Controlada por uma joint-venture entre a norte-americana Dibrell Brothers Inc. e a anglo-americana British American Tobacco, através da Cia. de Cigarros Souza Cruz.

²²⁶ A Cia. Fumosul foi comprada em 1991 pelo grupo inglês Casalee Services Ltd., que em 1993, repassou-a para a empresa norte-americana Universal Leaf Tobacco.

²²⁷ Controlada pelo grupo norte-americano Dibrell Brothers Inc.

²²⁸ Empresa criada pela associação de capitais entre a Kannenberg e Cia Ltda. e as empresas norte-americanas Hail e Cotton, e J. Baker.

A Universal Leaf Tabacos Ltda. instalou-se no começo da década de 1990 através da aquisição de tradicionais empresas locais que experimentavam dificuldades econômicas. A Dimon do Brasil Tabacos passou a atuar em 1996, como resultado da fusão dos grupos americanos *Dibrel Brothers Inc.* e *Monk Austin Company*, que já operavam na região, e da compra do controle acionário da subsidiária espanhola *Rio Grande Tabacalera*.

Em 2005 tivemos o começo das operações da *Alliance One Brasil Exportadora de tabacos Ltda.*, resultado da fusão internacional dos grupos *Dimon Tobacco Inc.* e *Standard Commercial Corporation*, esta última presente na região desde 1997, quando passou a controlar a Cia. Meridional de Tabacos. Juntas, *Alliance One*, *Universal Leaf* e Souza Cruz, respondem atualmente pela quase totalidade da compra, do beneficiamento e da exportação do fumo em folha produzido na região e no Sul do Brasil.²²⁹ nacionais, ou, principalmente, processando fumo, sob encomenda, para as grandes empresas multinacionais.²³⁰

Além dessas empresas, também atuam na região outras multinacionais de menor porte, como a *Associated Tobacco Company* e a *KHBC&C Tabacos*, empresas de capital nacional como a *Continental Tabacos Alliance S/A* e a *Premium Tabacos do Brasil Ltda.*, criadas com recursos obtidos pelos seus diretores quando da venda do controle acionário de suas antigas empresas, e que igualmente participam, embora com menor produção, do mercado internacional. Por fim, à sombra dessas grandes empresas multinacionais operam ainda algumas empresas locais, novas e antigas, processando pequenas quantidades de fumo para empresas de cigarro

²²⁹ Estas três maiores processadoras de fumo instaladas na região, operam com a maior parte dos produtores integrados do Sul do Brasil e são responsáveis por parcela significativa da capacidade instalada de processamento de fumo. Em 2004, a Souza Cruz operava com 45 mil fumicultores, a Universal Leaf Tobacco com 48 mil, e a Dimon Tobacco com 56 mil. (ANUÁRIO BRASILEIRO DO FUMO, 2004).

²³⁰ Muitas vezes, para as grandes empresas é vantajoso terceirizar parte do beneficiamento, ou seja, contratar a compra de fumo processado por outras empresas locais, de modo a atender a demanda dos compradores internacionais, sem ter de investir na ampliação das suas usinas de processamento, ou mesmo na contratação de novos fumicultores integrados. Isso ocorre em relação à Kannenberg e Cia. que repassa parte de sua produção para Dimon do Brasil Tabacos, na Intab – Indústria de Tabacos, instalada em Vale do Sol, e que processa integralmente o fumo por ela comprado junto aos seus fumicultores para a Cia. Meridional Tabacos, agora Alliance One.

Simultaneamente, ao processo de concentração do capital no setor, houve por parte das empresas fumageiras crescentes investimentos no aumento da produção do fumo, através da crescente ampliação do número de produtores integrados, no desenvolvimento da pesquisa e da inovação tecnológica aplicadas ao aperfeiçoamento dos processos de preparação de mudas, de plantio, e de cura do fumo junto aos fumicultores, e na ampliação e na modernização de suas usinas de beneficiamento na região – através da criação de novas linhas automatizadas de destala de fumo e do aperfeiçoamento dos processos de beneficiamento e de armazenamento do fumo.

O resultado combinado da crescente demanda internacional pelas variedades de fumo em folha do tipo *flavour*, das condições macroeconômicas favoráveis da conjuntura econômica brasileira e dos novos investimentos produtivos realizados pelas empresas multinacionais na região contribuiu nos últimos dez anos para a significativa ampliação da produção de fumo no Vale do Rio Pardo e nas demais regiões produtoras do Sul do Brasil. A tabela 34 ilustra, na região, esse intenso crescimento da produção de fumo em folha, bem como da área plantada.

TABELA 34 - Vale do Rio Pardo: produção de fumo e área plantada, 1995, 2000 e 2005

Ano	Produção (ton.)	Área plantada (ha)
1995	79.271	43.938
2000	123.640	58.396
2005	175.640	92.344

Fonte: AFUBRA, 2005. Organização: Rogério Silveira

Entre 1995 e 2005 houve um substancial incremento na ordem de 121,56% na produção regional de fumo em folha, o equivalente a 96.639 toneladas. Esse aumento tornou-se possível tanto pelo aumento dos níveis de produtividade, em função da introdução de inovações técnicas no plantio e na colheita do fumo, quanto pela ampliação da área plantada, que nesse mesmo período, em termos relativos, foi de 110,6%, correspondendo a um incremento de 48.406 ha. A ampliação da área plantada, nesse período, deveu-se principalmente à intensificação do processo histórico na região de

fragmentação das pequenas propriedades rurais localizadas no centro e no norte da região, – cuja lógica de funcionamento antes já descrevemos. Entre 1985 e 2005 o tamanho médio das propriedades fumicultoras no Rio Grande do Sul decresceu de 25,1 ha. para 16,0 ha. No Vale do Rio Pardo o tamanho médio das propriedades fumicultoras, em 2005, passou a ser de 14,14 ha. Além disso, a ampliação do número de fumicultores integrados às empresas fumageiras, nesse período, também contribuiu para essa expansão espacial do cultivo do fumo. Entre 1995 e 2005 houve um incremento de 39,24% no número de famílias produtoras de fumo, aproximadamente 10.907 novas famílias, envolvendo agricultores proprietários e parceiros. (AFUBRA, 2005).

Embora a produção de fumo realizada em pequenas propriedades rurais seja preponderante na fumicultura regional, desde o final do século passado, tem havido a promoção de algumas iniciativas experimentais de produção do fumo em médias propriedades, com lavouras de fumo de 25 a 35 ha de extensão que utilizam em torno de estufas de fumo e que contam com o emprego de trabalhadores assalariados nas atividades de plantio, colheita e cura do fumo. Essas experiências produtivas têm sido apoiadas tecnicamente por algumas das principais empresas fumageiras no sentido de assegurar a compra de grandes quantidades de fumo de um único produtor em troca da rigorosa observância dos padrões de qualidade demandados pela empresa.²³¹

Verificamos ainda, que houve uma consolidação da especialização da fumicultura regional na produção de fumos leves e de tipo *flavour* para cigarro. Do total de 175.640 toneladas de fumo produzidas em 2005 na região, aproximadamente 96,09%, ou seja, 168.779 toneladas eram da variedade

²³¹ A multinacional Universal Leaf Tabacos implantou no final dos anos 1990, em caráter experimental, em quatro grandes propriedades na região, uma em Rio Pardo e três em Candelária, o modelo de produção de fumo em áreas cujo cultivo atinge em torno de 30 hectares. Embora apresentem as mesmas características do sistema integrado do fumo, essas propriedades integradas à empresa, dada a sua maior escala de produção, utilizam 6 a 7 estufas de fumo - modelo ar forçado -, e contam com o emprego de mão-de-obra assalariada em todas as etapas da produção e cura do fumo. Esse novo modelo, ainda em avaliação, pela empresa, não foi desde então difundido para outras grandes propriedades rurais na região. (Entrevista realizada com Sr. Neri Gewer, um dos proprietários integrados à Universal Leaf Tabacos, em Candelária, 11 de fevereiro de 2005). Já a Dimon Tabacos, na safra de 1996/1997 apoiou e contratou a produção 75 mil quilos de fumo obtida com o plantio de 508 mil mudas de fumo realizada por um fumicultor em 32 ha numa propriedade localizada no interior de Ibarama, no norte do Vale do Rio Pardo. Contando com 20 estufas de fumo e o emprego de 19 trabalhadores assalariados que realizam desde o plantio, a colheita, a cura e a classificação do fumo, esta propriedade era, nessa oportunidade, a que produzia individualmente o maior volume de fumo do país. (GAZETA RURAL, 31/01/1997).

Virgínia. Este montante representou 46,48% da produção de fumo *Virgínia* do Rio Grande do Sul e 24,51% da produção do Sul do Brasil. Nesse ano, a área total plantada com fumo *Virgínia* na região correspondeu a 24,78% da área plantada no Estado e a 46,51% da área cultivada com essa variedade no Sul do Brasil²³². Embora em menor quantidade a variedade *Burley* tem mantido os seus níveis de produção dado a sua importância na composição dos *blends* dos cigarros.²³³ (AFUBRA, 2005).

Os reflexos e as mudanças decorrentes da intensificação da internacionalização do ramo fumageiro não se fizeram sentir apenas na ampliação da produção, do processamento e da exportação do fumo, consolidando a participação da fumicultura regional nos mercados nacional e internacional, mas também influenciaram a dinâmica recente de organização do espaço regional e da atual divisão territorial do trabalho no ramo fumageiro.

Os processos de constituição, desenvolvimento e consolidação do complexo agroindustrial fumageiro têm, simultaneamente, feito com que o espaço regional no Vale do Rio Pardo passasse, então, a ser estruturado e organizado, de modo a garantir a participação especializada de suas atividades no funcionamento do ramo fumageiro no âmbito mundial.

Assim, no presente período, diversos são os condicionantes, as determinações e as possibilidades que se apresentam quanto aos usos do território regional, enquanto resultado do desenvolvimento recente do mercado mundial fumageiro e da dinâmica das relações entre os agentes sociais no âmbito do complexo agroindustrial fumageiro. Conseqüentemente, muitos têm sido os reflexos e as mudanças na organização do espaço urbano e regional, e no desenvolvimento de sua rede urbana.

A tentativa de identificá-las e analisá-las é a tarefa que propomos realizar no próximo e último capítulo deste trabalho.

²³² Em 2005 a produção de fumo *Virgínia* no Rio Grande do Sul foi de 363.110 toneladas e no Sul do Brasil foi de 688.340 toneladas, Já a área plantada com essa variedade alcançou 190.290 ha. no Estado e 357.190 ha. no Sul do Brasil. (AFUBRA, 2005).

²³³ Em 2005 a produção de fumo *Burley* no Vale do Rio Pardo foi de 4.156 toneladas e representou 2,91% do total da produção realizada no Sul do Brasil, e 8,46% da produção do Rio Grande do Sul. (AFUBRA, 2005).

CAP. 10 - DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO, VERTICALIDADES E HORIZONTALIDADES: PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS NA DINÂMICA DE ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E NA REDE URBANA REGIONAL

Neste último capítulo, analisamos as implicações da consolidação e da atual configuração do CAI do fumo na organização do espaço urbano e regional, especialmente em relação à dinâmica recente da sua rede urbana.

Quando pensamos a lógica de constituição e de funcionamento do CAI do fumo e a compreendemos como uma forma de organização sistêmica, temos a possibilidade de procurar sua relação com a divisão territorial do trabalho, com a dinâmica de organização espacial e com o processo de urbanização do Vale do Rio Pardo. A rede urbana regional apresenta íntima relação com a dinâmica da divisão territorial do trabalho existente no desenvolvimento do CAI do fumo. É também na rede urbana e nas cidades que a constituem que ocorre a intersecção e a superposição das relações verticais – que do exterior incidem na região - e das relações horizontais – que se originam internamente na região –, condicionando a organização do espaço urbano e regional.

No atual período da formação do território regional, a identificação e a análise das relações existentes entre as atividades do complexo agroindustrial fumageiro e a rede urbana regional, além de possibilitar uma melhor compreensão da lógica e da dinâmica relacional entre o CAI do fumo e o território regional, também procura apreender os processos socioespaciais recentes, relativos à organização e à utilização do território.

Inicialmente, analisamos os reflexos dos processos em curso de expansão, de modernização e de racionalização produtiva comandados pelas empresas multinacionais na dinâmica atual da divisão territorial do trabalho no CAI do fumo instalado na região. Buscamos captar, no atual período, o movimento inerente a essa divisão do trabalho e sua interação com a organização espacial da região. Para tanto, refletimos sobre as características e as eventuais mudanças na atual configuração e no funcionamento dos circuitos espaciais de produção do fumo e do cigarro, e dos círculos de

cooperação que viabilizam o movimento da produção e a reprodução do capital agroindustrial fumageiro.

Assim, a fim de melhor compreender a atual divisão territorial do trabalho e os usos do território regional, procuramos identificar e analisar os principais fluxos materiais e imateriais que circulam no território viabilizando as etapas produtivas da agroindústria fumageira e as ações de cooperação entre os agentes internos e externos à região que possibilitam o movimento da produção e a comercialização do fumo e do cigarro.

Em um segundo momento, analisamos a sinergia e as inter-relações existentes entre a dinâmica atual de funcionamento da divisão territorial do trabalho e a configuração espacial e o desenvolvimento da rede urbana regional, identificando as permanências e as principais mudanças na organização e nos usos do território. Nesse aspecto, assinalamos as mudanças ocorridas na tipologia dos centros urbanos, o processo recente de criação de novas cidades e o aumento da urbanização regional. Além disso, analisamos o equipamento e a modernização do território, que ocorre no período, através da instalação/expansão de novos fixos – sistemas de engenharia e sistemas de objetos técnicos – que possibilitam o funcionamento dos circuitos de produção e dos círculos de cooperação, bem como dos demais fluxos da economia urbana regional.

Por fim, abordamos as características da atual dinâmica de organização da rede urbana regional, destacando os reflexos das principais verticalidades e horizontalidades que respectivamente incidem e participam desses processos. Nesse sentido, também analisamos como as relações verticais de interdependência hierárquica e de integração funcional da região ao mercado mundial, e as relações horizontais e complementares, ocorridas no âmbito do espaço banal e contíguo da região, têm influenciado a organização recente do espaço urbano regional.

10.1 - A divisão do trabalho agroindustrial fumageiro na região: as recentes inovações técnicas e organizacionais e a dinâmica e a configuração atuais dos circuitos espaciais de produção e dos seus círculos de cooperação

Podemos dizer com Massey (1995) que a atual divisão territorial da atividade agroindustrial fumageira representa uma parte significativa da totalidade das relações econômicas existentes entre os lugares da região, bem como condiciona, direta e indiretamente, grande parte das novas formas espaciais de organização social. No complexo processo de estruturação espacial do território regional, tem-se, simultaneamente, a manutenção e o aprofundamento de funções econômicas e de relações espaciais já existentes entre os lugares da região, e a promoção de novas dimensões de desigualdade e de novas relações de dominância e de dependência entre os agentes sociais e entre os distintos espaços que participam do funcionamento da agroindustrialização fumageira.

No atual estágio de desenvolvimento da agroindustrialização do fumo e da fabricação de cigarro, também devemos considerar a importante presença de outras instâncias, como o Estado, o mercado e os organismos internacionais, nas quais um conjunto de ações e condições origina-se influenciando a dinâmica de funcionamento e de organização espacial do ramo agroindustrial fumageiro. Muitas vezes, além das ações e dos condicionantes particulares a cada instância, também vamos ter aqueles que se manifestam junto ao CAI, de modo interdependente e articulado.

O Estado, aqui entendido em sua totalidade, com os seus distintos poderes constituídos (executivo, legislativo e judiciário) e suas diferentes escalas administrativas (municipal, estadual e federal), é uma instância que tanto regula e normatiza as ações e as relações entre os agentes sociais e econômicos que participam da rede agroindustrial fumageira, como também deles recebe a pressão política e as reivindicações corporativas, além de instituir e arrecadar um conjunto de impostos sobre a atividade econômica e sobre a reprodução do capital. Muitas têm sido as regulações e normatizações que incidem no desenvolvimento da agroindustrialização do fumo. Entre as principais podemos destacar, em âmbito federal, a que regula a classificação do fumo a ser comercializado pelos fumicultores, a que institui limites e condições para o financiamento da produção de fumo e do processamento industrial, a que regula a remessa de lucros das multinacionais para o exterior, a que define a incidência de impostos como o IPI sobre a comercialização e

exportação de fumo, e a que impõe alíquotas sobre o preço de exportação de cigarros no âmbito do Mercosul; em âmbito estadual, as normas que normatizam o financiamento da produção industrial das empresas fumageiras e as que definem a incidência do ICMS sobre a comercialização do fumo e dos insumos utilizados pelo setor fumageiro; e, na esfera municipal, as normas que regulam o uso do solo urbano e a cobrança de impostos municipais, como o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e o ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza).

Outra instância a considerar são os inúmeros organismos multilaterais que igualmente participam direta e indiretamente da regulação e normatização do funcionamento da atividade agroindustrial fumageira. Entre eles destacamos, no âmbito da OMC (Organização Mundial do Comércio), as normas que definem a comercialização de fumo e de cigarro entre os países, prevendo ou suprimindo a existência de subsídios à produção, de cotas de importação e de exportação de fumo, de combate ao contrabando de cigarros. Já na esfera da OIT (Organização Internacional do Trabalho), temos a regulação das relações e das condições de trabalho envolvendo produtores rurais e os trabalhadores industriais, temporários e efetivos, nas empresas fumageiras. Também temos, no caso da OMS (Organização Mundial da Saúde), normas que definem padrões fitos sanitários dos produtos, ou as que buscam coibir e/ou reduzir o consumo de cigarros e que interferem na dinâmica de expansão do mercado mundial de fumo e de cigarros.

Também entendemos que os mercados internacional e nacional de fumo e de cigarros igualmente constituem uma outra instância importante a ser considerada no desenvolvimento e na organização do CAI do fumo. A dinâmica diferenciada da oferta e da demanda de diferentes tipos de fumo em folha pelos mercados nacional e mundial condiciona e determina o grau de exigência quanto à qualidade do fumo, a ampliação ou a diminuição dos níveis de produção, de processamento de fumo e de fabricação de cigarros, e define os preços a serem praticados na comercialização. Por sua vez, as estratégias de ação dos agentes sociais e econômicos que participam da atividade agrofumageira, especialmente os agentes hegemônicos, como as grandes empresas multinacionais – pelo poder econômico e político que possuem e por

atuarem em praticamente todas as principais regiões produtoras e em grande parte dos mercados nacionais e regionais –, acabam também interferindo e mesmo controlando oligopsonicamente os mercados de fumo em folha e de cigarro.

A divisão territorial do trabalho no ramo agroindustrial fumageiro e sua correspondente organização geográfica na região também apresentam em sua dinâmica de funcionamento e em sua configuração espacial forte influência de ações, normas e objetos estabelecidos no território em momentos passados. A inércia da organização espacial da produção de fumo nas pequenas propriedades rurais e de seu processamento nas usinas urbanas, bem como a manutenção do sistema integrado de produção, articulando a produção e a comercialização do fumo e regulando as relações entre os agentes sociais envolvidos, são exemplos de objetos e normas que permanecem desempenhando papel preponderante na organização espacial da região.

Além disso, a divisão territorial do trabalho também reflete as atuais lógicas territoriais promovidas pelas multinacionais fumageiras e suas estratégias de ação na região. Estas, através do uso corporativo do território, materializam uma dada organização espacial que lhes é, particularmente, racional e funcional. Tal organização espacial evidencia-se através da incorporação de novas áreas de plantio de fumo, da (re)distribuição de pontos de compra e de depósito de fumo, da instalação e/ou ampliação de novas usinas de processamento, e da instalação de novos pontos de gestão, bem como das ações de empresas fornecedoras de insumos, equipamentos e de serviços complementares que se instalam seletivamente no território.

Tendo isso presente, é preciso considerar que a atual divisão territorial do trabalho tanto consolida as especializações e as funções produtivas que alguns lugares da região já desempenhavam, quanto traduz as mudanças qualitativas e quantitativas no modo como os diferentes lugares participam da produção agroindustrial fumageira.

A figura 36 mostra a atual configuração da divisão do trabalho entre os lugares da região que participam das distintas etapas da agroindustrialização do fumo, destacando a distribuição espacial das principais áreas rurais produtoras de fumo, das usinas de processamento de fumo, das fábricas de

cigarro, das empresas fornecedoras de insumos biotecnológicos, químicos e físicos-mecânicos e das empresas de exportação e de logística.

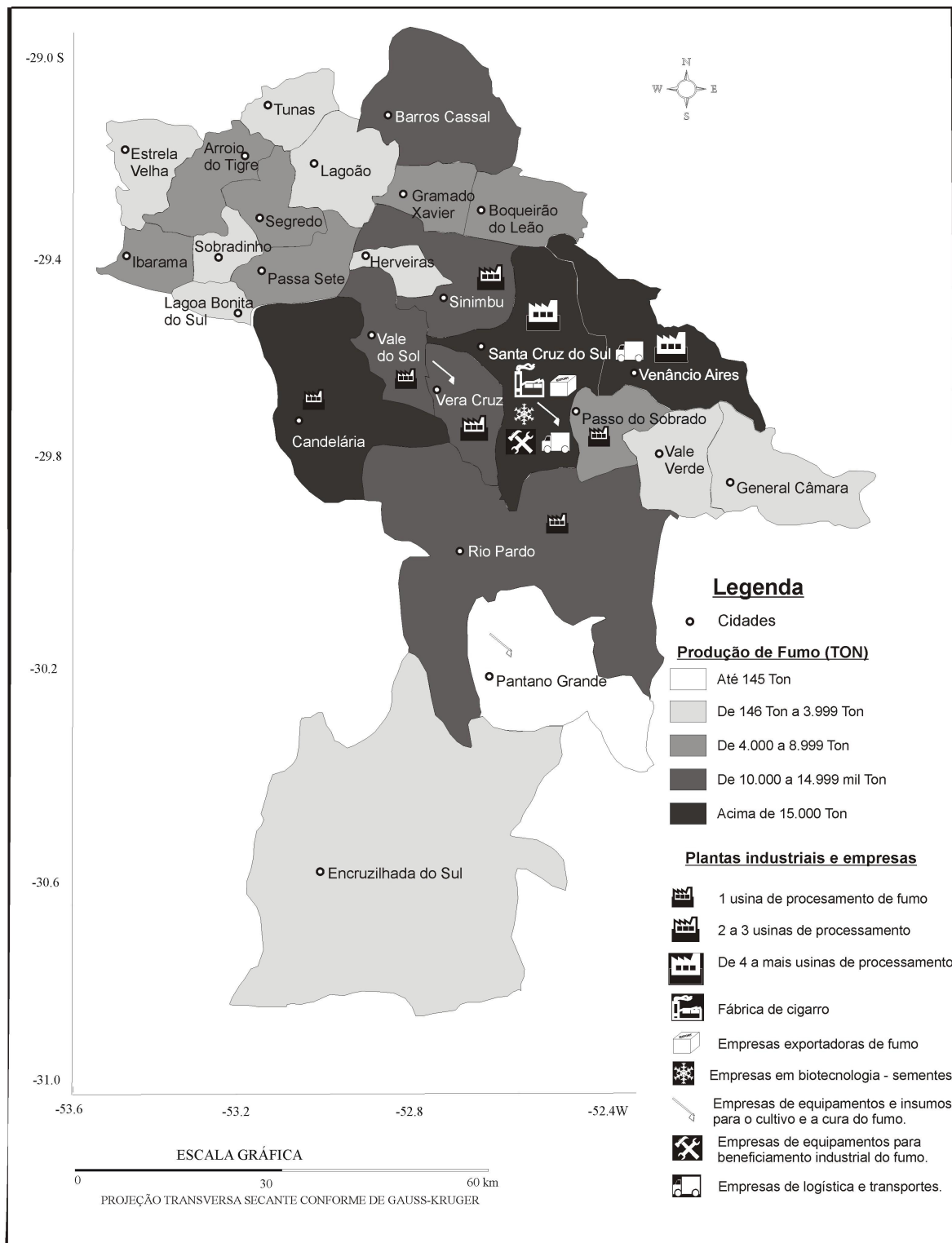


FIG. 36 - VALE DO RIO PARDO: divisão territorial do trabalho do CAI do fumo - 2004
 Fonte: Com base em Afubra (2005) e Gazeta do Sul (2001, 2002 e 2004). Organização: Rogério Silveira

A presente organização espacial das atividades relacionadas à agroindustrialização do fumo revela o aprofundamento do padrão anterior de distribuição espacial do trabalho. Tem-se uma maior concentração das atividades de gerenciamento da produção e da comercialização do fumo, de seu processamento industrial e de suporte à comercialização e à exportação do fumo e seus derivados, especialmente nas cidades de Santa Cruz do Sul e de Venâncio Aires, e secundariamente na de Vera Cruz, e, simultaneamente, a dispersão e a expansão espacial do cultivo de fumo nas áreas rurais dos municípios do Vale do Rio Pardo e de regiões vizinhas.

A produção agrícola do fumo expandiu-se nas áreas rurais da região, afirmando sua presença no conjunto dos municípios, ainda que de modo diferenciado quanto ao volume e à área plantada. A grande maioria dos municípios que integra a região participa da divisão do trabalho agroindustrial fumageiro, basicamente através da produção, da cura e da comercialização do fumo *in natura*. Percebemos que os maiores volumes da produção de fumo continuam ocorrendo na zona central da região onde predominam as pequenas propriedades agrícolas e o trabalho familiar dos fumicultores. Localizam-se aí os principais municípios produtores – Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul, Candelária, Vale do Sol e Vera Cruz – que juntos respondem por praticamente metade da produção regional.²³⁴

Verificamos também outras mudanças na dinâmica recente de distribuição espacial da produção do fumo na região. Em Sobradinho, tradicional município fumicultor, a área plantada e o volume de produção vêm progressivamente reduzindo – resultado tanto da constante queda na comercialização de fumo em corda, quanto da redução de sua área territorial devido às emancipações de parte dos seus distritos.²³⁵ No período entre as safras de 1994 e 2004, alguns municípios localizados no Norte da região, como Tunas, Segredo, Gramado Xavier e Lagoão, e no Sul, como Encruzilhada do Sul e Passo do Sobrado, vêm apresentando um crescimento relativo da área plantada e do volume de produção superiores ao desempenho do conjunto da

²³⁴ Na safra de 2004/2005²³⁴ esses municípios responderam por aproximadamente 47% da produção regional de fumo. (AFUBRA, 2005).

²³⁵ Entre 1994 e 2004, Sobradinho apresentou uma redução de 28,66% na área plantada com fumo e de 24,68% na produção de fumo. (AFUBRA, 2005).

região, e também dos principais municípios produtores, evidenciando tendência de expansão da fumicultura para essas áreas da região.²³⁶ No Norte, o incremento da fumicultura tem ocorrido em razão do parcelamento das médias e pequenas propriedades rurais e como alternativa de ampliar a renda dos agricultores, dada a situação de profunda estagnação econômica e de relativo isolamento vivenciadas pelos municípios. Já no Sul, o cultivo do fumo vem expandindo-se gradativamente para as médias e grandes propriedades aí localizadas, onde os proprietários, diretamente ou através do arrendamento, têm destinado parte das suas terras, antes destinadas à criação extensiva de gado, para a lavoura fumageira.

Enquanto o plantio e a cura do fumo se distribuem pelas propriedades rurais no conjunto da região, as atividades de comercialização e de processamento industrial do fumo têm se consolidado em poucos municípios. A condição de produto *in natura*, passível de perder suas características naturais, impõe a necessidade de que as usinas estejam localizadas relativamente próximas às áreas de produção.

A distribuição espacial do trabalho industrial de processamento do fumo e de fabricação de cigarro entre as cidades da região revela uma intensa concentração espacial da atividade na cidade de Santa Cruz do Sul, seguida de Venâncio Aires e de Vera Cruz, onde grande parte das plantas industriais está instalada, e onde funcionam as principais e maiores usinas de processamento de fumo. (Tabela 35).

Também identificamos a presença de algumas pequenas e médias empresas de processamento de fumo nas cidades de Candelária, Rio Pardo, Passo do Sobrado, Vale do Sol e Sinimbu, demonstrando que nesse período ocorreu uma relativa, embora limitada, desconcentração espacial dessa atividade. Nessa organização espacial do trabalho há o forte predomínio do processamento do fumo como atividade industrial especializada da maioria das

²³⁶ Entre 1994 e 2004 o desempenho da região do Vale do Rio Pardo, em termos de área plantada e de volume de produção, apresentou, respectivamente, um crescimento de 110,16% e de 120,91%. Nos municípios localizados ao Norte, o mesmo desempenho foi, respectivamente, o seguinte: Gramado Xavier (160,48% e 155,49%), Lagoão (404,51% e 392,61%), Segredo (224,29% e 221,21%) e Tunas (523,31% e 554,80%). No Sul, o município de Encruzilhada do Sul apresentou um crescimento de 216,76% na área plantada e de 228,85% no volume de produção, e o de Passo do Sobrado, um crescimento, respectivamente, de 121,97% e 118,97%. (AFUBRA, 2005).

idades que participam do funcionamento do CAI do fumo. Com exceção da fábrica de cigarros da Philip Morris Internacional, em Santa Cruz do Sul – atualmente a única cigareira instalada na região –, as demais empresas atuam exclusivamente no processamento do fumo.

TABELA 35 - Vale do Rio Pardo: capacidade de processamento de fumo e número de empregados das principais empresas agroindustriais fumageiras

Empresas	Município	Capacidade de processamento (mil ton. /ano) em 2000	Número de empregados em 2004		
			Total	Efetivos	Temporários
Souza Cruz S/A	Santa Cruz do Sul	120	2.855	402	2.453
Universal Leaf Tabacos	Santa Cruz do Sul	147	3.913	487	3.426
Universal Leaf Tabacos	Venâncio Aires	40	1.510	158	2.352
Dimon do Brasil Tabacos	Santa Cruz do Sul	60	1.671	215	1.456
Dimon do Brasil Tabacos	Venâncio Aires	42	1.707	91	1.616
Dimon do Brasil Tabacos	Vera Cruz	33	710	110	600
Cia. Meridional Tabacos	Santa Cruz do Sul	40	1.970	210	1.760
Kannenberg & Cia.	Santa Cruz do Sul	20	367	106	261
KHB & C. Tabacos	Vera Cruz	20	867	114	753
Sul América Tabacos S/A	Rio Pardo	24	430	80	350
Brasfumo	Venâncio Aires	-	1.001	199	802
Associated Tobacco Comp.	Santa Cruz do Sul	15	715	84	631
Continental Tobaccos A.	Venâncio Aires	60	2.113	243	1.870
Premium Tabacos do Brasil	Santa Cruz do Sul	20	676	-	676
Intab – Ind. de Tabacos	Vale do Sol	15	600	40	560

Fonte: FENTIFUMO, 2004. Anuário Brasileiro do Fumo, 2000. (-) Dado existente, mas não divulgado. Org. Rogério Silveira

Enquanto as grandes empresas, notadamente as multinacionais, produzem produtos diferenciados – fumo destalado mecânica e automaticamente, fumo manocado, talos de folhas de fumo, e pó de fumo –, as médias e pequenas empresas produzem especialmente fumo destalado mecanicamente, e muitas delas têm seus negócios regulados pelas grandes empresas, através da intermediação na compra de fumo e/ou no beneficiamento.

Funcional às grandes empresas multinacionais, esse padrão de organização espacial revela a busca de uma configuração territorial ideal, isto

é, de um território que a cada momento fosse o mais rentável para as empresas agrofumageiras. (CORREIA, 1994). Assim, a atual divisão do trabalho entre os lugares da região informa um uso e uma organização corporativa do território, na medida em que são notadamente orientados pela racionalidade hegemônica do capital multinacional fumageiro. Com base nessa razão dominante, o desenvolvimento da agroindustrialização do fumo se realiza, envolvendo, simultaneamente, o equipamento e a modernização seletiva e desigual dos lugares, quanto ao seu conteúdo técnico-científico-informacional, e a valorização combinada de distintas relações sociais de produção, através da extração do sobretrabalho familiar dos fumicultores nas áreas rurais e a extração de mais-valia dos trabalhadores temporários e efetivos nos principais núcleos urbanos.

Além disso, esta organização espacial revela igualmente a continuidade de uma limitada segmentação produtiva e de uma pequena diversificação das etapas do trabalho agroindustrial fumageiro desenvolvido na região. A desigual distribuição espacial das atividades restringe a realização de trocas, inibe interações e relações espaciais mais abrangentes e dinâmicas entre os lugares da região, dificultando a promoção de graus maiores de sinergia e de complementaridade econômica entre eles.

Mas como se apresenta, nesse período, o movimento no território dos diferentes fluxos inerentes ao funcionamento do ramo fumageiro na região e que contribuem para a sua organização espacial? É preciso então identificar e caracterizar a configuração e o funcionamento dos atuais circuitos espaciais de produção do fumo e do cigarro, e dos respectivos círculos de cooperação, em sua relação com a presente divisão territorial do trabalho. (SANTOS, 1996a). Eles nos possibilitam compreender melhor o modo diferenciado e desigual como os lugares atualmente participam da agroindustrialização do fumo, bem como experimentam e respondem aos reflexos da lógica de organização e de desenvolvimento do ramo fumageiro.

Pensar os atuais circuitos espaciais de produção no âmbito do ramo agroindustrial fumageiro implica considerá-los, *a priori*, como resultado espacial de uma unidade contraditória entre as etapas de produção, de distribuição, de troca e de consumo. Moraes assinala que, ao invés de tratarmos esses

“momentos” da produção capitalista de modo estanque, é preciso considerá-los em sua articulação e em seu encadeamento, constituindo assim elementos de uma dada totalidade, a chamada circulação do capital. É esse o sentido advindo da idéia de circuito e também de círculo, presente nas noções de circulação e de circularidade, e inerente ao desenvolvimento capitalista. (MORAES, 1991).

No período atual os circuitos espaciais do ramo fumageiro – o do fumo em folha e o do cigarro – possuem uma configuração espacial que, embora apresente grande similaridade com aquela engendrada no período anterior do funcionamento do CAI do fumo, informa novas características na dinâmica de organização do ramo fumageiro e a presença de novas relações sociais e espaciais entre os agentes e lugares que integram a atual espacialidade produtiva do ramo fumageiro, criando assim novas modalidades de cooperação. Tais circuitos espaciais e círculos de cooperação expressam o conteúdo técnico-científico e informacional que a modernização dos processos produtivos do fumo e do cigarro vem experimentando, e também resultam das estratégias adotadas pelo capital monopolista fumageiro em suas ações no âmbito dos mercados nacional e internacional.

Entendemos, como Moraes, que a conformação da malha dos circuitos é resultado das inúmeras e variadas relações sociais e espaciais que se estabelecem em escalas geográficas diferenciadas, envolvendo distintas articulações como as que ocorrem entre a produção regional de fumo e de cigarro e a sua demanda e o consumo nacional e mundial, e entre a produção nacional e mundial de insumos, equipamentos e máquinas e o seu consumo produtivo na região. Nessa malha, as sincronias funcionais entre essas distintas etapas da produção envolvendo diferentes lugares “(...) obedecem há um tempo e a um ritmo de acumulação mundial” ditados especialmente pelas corporações multinacionais agrofumageiras. (MORAES, 1991, p.173).

A figura 37 ilustra de modo esquemático as principais etapas e as respectivas atividades que atualmente compõem tanto a produção agrícola, o processamento industrial, a comercialização e a exportação do fumo, quanto a produção, a comercialização e a exportação do cigarro, e suas relações de interação no âmbito do CAI do fumo. Ela permite apreender melhor a

configuração, as ligações e a dinâmica de funcionamento dos circuitos espaciais do fumo em folha e do cigarro, envolvendo fluxos que se originam no Vale do Rio Pardo, e outros que alcançam a região, desde lugares externos.

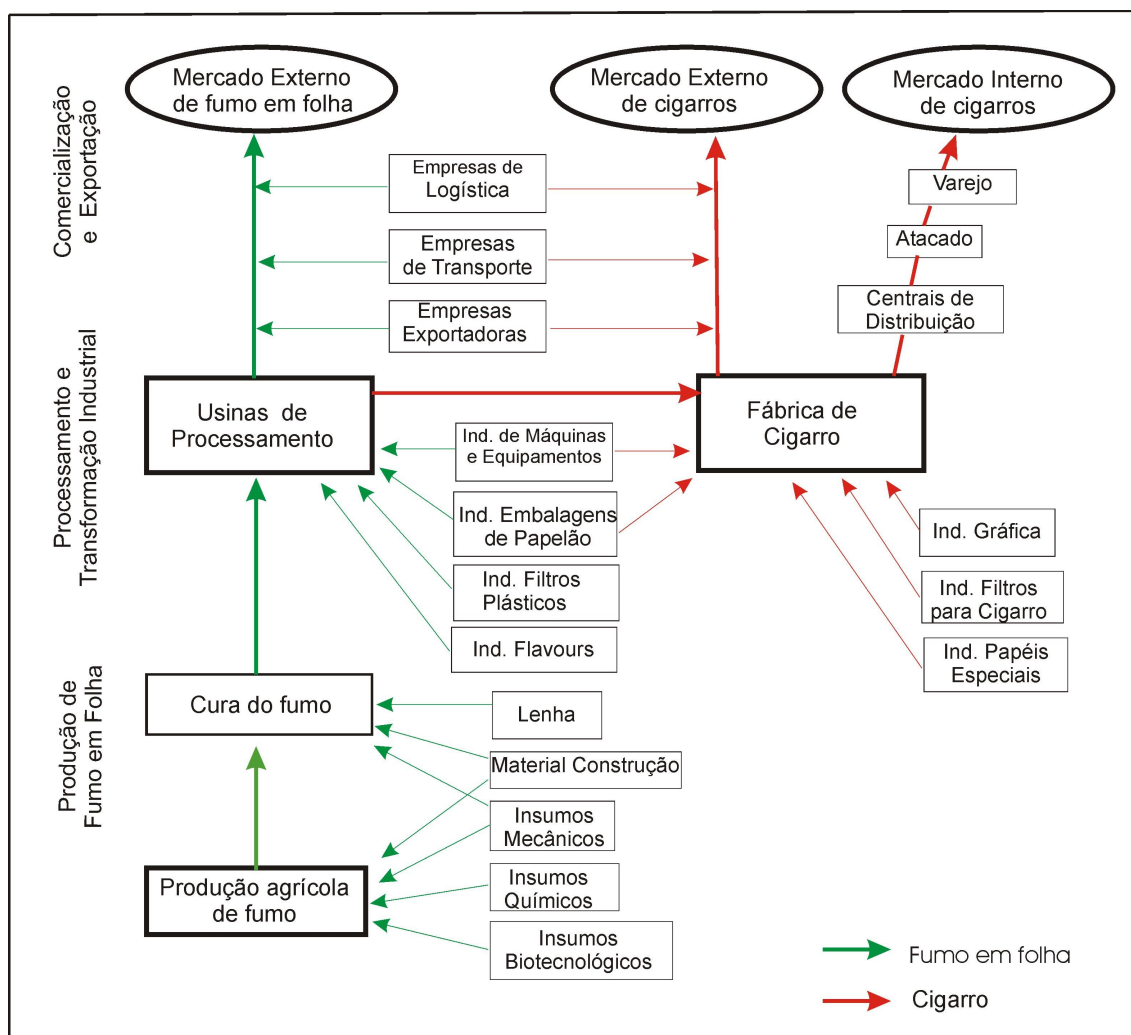


FIGURA 37 - Vale do Rio Pardo: os circuitos espaciais de produção do fumo e do cigarro - 2005.

Organização: Rogério Silveira

As atuais configurações espaciais dos circuitos de produção do fumo em folha e do cigarro evidenciam a ocorrência de crescentes mudanças técnicas e organizacionais no desenvolvimento do ramo fumageiro, em razão das novas exigências do mercado mundial do fumo e do cigarro, e das estratégias operacionais e comerciais das empresas multinacionais no âmbito deste oligopsônico mercado, e das novas possibilidades abertas com a expansão do meio técnico-científico-informacional. O atual estágio de desenvolvimento do ramo agroindustrial fumageiro tem apresentado um progressivo e diferenciado

processo de modernização nas suas etapas produtivas através da incorporação de inovações organizacionais e tecnológicas nas distintas atividades que integram esses circuitos, ampliando e complexificando os seus fluxos espaciais de insumos, produtos e serviços.

Orientadas especialmente pela atual dinâmica do mercado mundial fumageiro, essas mudanças inserem-se como parte das novas estratégias das empresas fumageiras e cigarreiras multinacionais no sentido de ampliarem seus níveis de produtividade e de qualidade da produção, de diminuir seus custos operacionais, e de assegurarem, assim, melhores condições de reprodução do capital.

Os atuais circuitos espaciais do fumo em folha e do cigarro estão inteiramente articulados e compreendem percursos que conectam lugares distintos e distantes que participam de etapas específicas e complementares no processo de transformação do fumo, envolvendo sua produção, seu processamento, sua comercialização, transformação industrial e exportação.

10.1.1 - O circuito espacial e os círculos de cooperação do fumo em folha

Na atual configuração do circuito espacial do fumo, integram-se milhares de pequenas propriedades familiares produtoras de fumo nas áreas rurais internas e externas à região, pontos de compra e de armazenamento de fumo em localidades mais distantes, usinas de processamento industrial e empresas de exportação de fumo – localizadas nas principais cidades da região –, empresas produtoras e fornecedoras de insumos, equipamentos, máquinas e serviços utilizados na produção e no processamento do fumo, e empresas de transporte e de logística que participam do transporte do fumo até os portos, ambas localizadas principalmente em outras regiões, e empresas cigarreiras compradoras de fumo em folha e seus derivados, localizadas no país e, principalmente, nos muitos países importadores do fumo brasileiro.

Atualmente, e cada vez mais do que no passado, o momento de partida do circuito espacial de produção do fumo em folha não mais ocorre nas lavouras fumicultoras da região, mas se dá com a definição da compra de fumo pelas empresas atacadistas de fumo e fábricas de cigarro localizadas, principalmente, em grandes cidades no exterior. É, portanto, em função das informações provenientes dos compradores internacionais e das ordens

emanadas das sedes e/ou das demais subsidiárias das empresas multinacionais que chegam até as empresas fumageiras, definindo o volume e o tipo de fumo encomendados pelas empresas compradoras nacionais e internacionais, que tem início o planejamento da safra de fumo (volume, área plantada, tipo de fumo), envolvendo tanto as atividades de produção nas áreas rurais quanto as usinas de processamento nas cidades da região. Essas ações passaram a ocorrer crescentemente integradas promovendo uma ampla e diversificada rede de cooperação das empresas fumageiras com empresas fornecedoras de insumos, de equipamentos e de serviços que possibilitam a produção, o processamento industrial, e a comercialização do fumo, no tempo adequado.

No presente período, verifica-se que na etapa de produção do fumo, envolvendo o plantio (semeadura, transplante e tratos culturais), a colheita e a cura do fumo, as inovações técnicas que surgiram não significaram a supressão do trabalho manual dos fumicultores, que continuou sendo vital para a manutenção dos diferenciais de qualidade do fumo em folha produzido na região. A produção de fumo em folha manteve-se como antes, essencialmente, sendo realizada através do emprego intensivo da mão-de-obra dos agricultores familiares e regulada pelo sistema integrado de produção. A normatização desse sistema, através da celebração de contratos de compra e venda de fumo entre agricultores e empresas, continuou sendo o principal meio de regulação das relações sociais de produção entre fumicultores e agroindústrias, e como instrumento maior da cooperação entre esses agentes. Cooperação essa que através da circulação de informações, ordens e capitais viabilizou a introdução de inovações técnicas e organizacionais na produção e na comercialização da matéria-prima, assegurando a continuidade do fornecimento do fumo nas quantidades e qualidades desejadas pelas empresas, e ampliando suas margens de lucratividade através da extração do sobretrabalho dos agricultores, dada a manutenção de uma baixa remuneração da produção de fumo em relação ao seu efetivo custo de produção.

Assim, essa etapa, além de continuar a envolver o emprego intensivo da força de trabalho das famílias dos fumicultores – contando muitas vezes inclusive com o trabalho infantil –, e, em alguns casos, a contratação de

trabalhadores temporários durante a colheita do fumo, também se caracteriza pelo uso de um conjunto renovado de insumos químicos, biológicos e mecânicos.

O modo de produção do fumo tem recentemente incorporado inovações tecnológicas e experimentado novas orientações e informações técnicas repassadas pelas agroindústrias fumageiras aos fumicultores, o que têm possibilitado, especialmente no plantio e na cura do fumo, a ampliação dos níveis de produtividade e de qualidade do fumo produzido na região.²³⁷

Novas práticas agrícolas, como o plantio direto e o cultivo mínimo, passaram a ser incentivadas pelas empresas junto aos seus fumicultores integrados como modo de melhor conservar o solo e de reduzir o volume de trabalho empregado nos tratos culturais da lavoura. Muitas das inovações técnicas empregadas na produção de fumo foram obtidas através de atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico realizadas pelas empresas fumageiras em seus centros de pesquisa na região, ou da cooperação dessas empresas com instituições de pesquisa na região. Também tem ocorrido o emprego e a difusão de novos equipamentos e insumos biológicos e químicos adquiridos pelas empresas fumageiras junto a empresas fornecedoras, e depois repassados aos seus fumicultores. O emprego de novos objetos técnicos e a difusão de novas informações e técnicas produtivas têm permitido às empresas agrofumageiras atender às atuais exigências do mercado mundial quanto à necessária padronização do fumo em folha produzido na região, especialmente no que se refere à sua densidade, à cor, ao sabor, aos níveis de umidade e teores de nicotina.

Algumas das inovações implantadas na produção do fumo evidenciam que também na fumicultura tem havido um relativo avanço da chamada agricultura de precisão, aqui entendida como “o uso de tecnologias atuais para o manejo do solo, dos insumos e das culturas de modo adequado com as variações espaciais e temporais que afetam a produtividade das mesmas”. (DALLMEYER & SCHLOSSER *apud* TSCHIEDEL & FERREIRA, 2002, p.161).

²³⁷ A produtividade média das lavouras fumageiras na região que em 1990 foi de 1,71 tonelada/hectare passou, em 2000, para 2,09 toneladas/hectare. (AFUBRA, 2005).

Como exemplo, tivemos a introdução do “sistema *float*”²³⁸ para a produção de mudas de fumo, em substituição ao sistema de produção de mudas diretamente realizado no solo, e que demandava o uso do Brometo de Metila - um gás altamente tóxico e prejudicial à camada de ozônio.²³⁹

Tivemos também inovações biotecnológicas que surgiram praticamente articuladas à difusão do sistema *float*, como foi a produção de sementes híbridas de fumo através do uso de técnicas de melhoramento genético que selecionam genótipos superiores e possibilitam a produção de sementes com maior qualidade, produtividade e resistência aos nematóides e às doenças e pragas comuns à lavoura do fumo. Além disso, a peletização²⁴⁰ das sementes de fumo também permitiu um manejo mais adequado no plantio e nos tratamentos culturais das mudas pelo sistema *float*, possibilitando um desenvolvimento mais homogêneo da lavoura fumageira. Essas inovações têm sido desenvolvidas e disponibilizadas tanto por empresas biotecnológicas instaladas na região, quanto pelos centros de pesquisa e desenvolvimento das próprias empresas fumageiras, ou ainda resultam da cooperação econômica entre ambas.²⁴¹

²³⁸ O sistema *float* consiste no plantio de mudas de fumo em bandejas de isopor colocadas sobre uma lâmina d'água. Esse sistema envolve ainda a utilização de substrato agrícola à base de turfa, de fibra de coco, ou de outros materiais orgânicos para a realização do plantio nas bandejas. A partir de outubro de 1996, quando as empresas agrofumageiras, reunidas em Florianópolis, firmaram entre si e com o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) o compromisso de abolir até 2005 o uso do gás do brometo de metila nas lavouras de fumo, o uso do sistema *float* passou a ser amplamente difundido pelas empresas entre os seus fumicultores integrados nos três estados do Sul do Brasil, como método alternativo mais eficiente de plantio de mudas de fumo. Além disso, esse novo sistema tem também apresentado outras vantagens como a de reduzir o uso de fungicidas no trato cultural das mudas de fumo, a de dispensar a irrigação das mudas, a de possibilitar a produção de mudas e lavouras mais uniformes, com maior qualidade e com um aumento de 5 a 10% na produtividade (kg/ha) das lavouras fumageiras. (OLIVEIRA, 2006).

²³⁹ O brometo de metila é um gás composto que contém bromo e é utilizado principalmente no controle de plantas daninhas, doenças, pragas e roedores. Esse composto libera CFCs e possui a capacidade de destruir a camada de ozônio, 50 vezes mais do que alguns produtos usados na indústria, como o aerossol. (AGROONLINE, 27/06/2006).

²⁴⁰ A peletização de sementes de fumo foi também uma inovação técnica importante desenvolvida por empresas de biotecnologias especializadas na produção de sementes híbridas e envolve o processo de recobrimento das sementes, utilizando material inerte a fim de facilitar a sua manipulação, através da homogeneização de tamanho e forma e/ ou tratamento, diante do diminuto tamanho da semente de fumo e da conseqüente dificuldade de seu plantio. As sementes peletizadas oferecem uma série de facilidades, com uma redução de custo expressiva na produção de mudas. A semeadura e a classificação das mudas por porte são exemplos de operações facilitadas. Outro fator importante é a não-necessidade de desbastes das mudas, já que cada uma das sementes é semeada nos espaços individualizados da bandeja do *float*. (PROFIVEN, 2006).

²⁴¹ Entre as principais empresas de desenvolvimento científico e tecnológico que produzem e melhoram geneticamente sementes híbridas para a fumicultura podemos destacar, na região, a presença da Profigen - do Brasil Ltda. e a *Cross Creek* Sementes do Brasil Ltda., ambas

Também têm contribuído para essa difusão, as ações de organismos internacionais como a UNIDO (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial) que, em julho de 2006 financiou a distribuição, através da AFUBRA e do SINDIFUMO, de 2,13 milhões de bandejas de poliestireno para 150 mil fumicultores que atuam na região sul do país.

Outra inovação tecnológica importante, embora ainda restrita aos cultivos experimentais desenvolvidos pelos centros de pesquisa e laboratórios das empresas fumageiras e pelas empresas biotecnológicas especializadas em sementes de tabaco, tem sido o emprego da transgenia no fumo. Entre 1997 e 1998, a filial brasileira da empresa americana Profigen Inc., localizada em Rio Pardo, desenvolveu experiências com fumo transgênico, buscando desenvolver plantas mais resistentes a vários tipos de vírus, fungos e bactérias, e com a capacidade de não-florescimento, de modo a permitir folhas mais largas e espessas, contribuindo assim para uma maior valorização do produto, e para um menor uso de agrotóxicos anti-brotantes. A controvérsia ainda existente sobre o uso de produtos transgênicos no país e no exterior, aliada às campanhas antitabagistas, têm afetado o mercado de cigarros fazendo com que, mesmo que já haja domínio dessa tecnologia pelo setor, as empresas cigarreiras aguardem condições mais adequadas para a fabricação e comercialização de cigarros com esse tipo de fumo. Isso, por consequência, tem levado as agroindústrias fumageiras a também adiarem a produção de fumo transgênico em escala comercial.²⁴²

As inovações técnicas e biotecnológicas no cultivo do fumo fizeram-se acompanhadas pela gradativa diminuição e/ou substituição de alguns insumos químicos, como agrotóxicos e fertilizantes utilizados nas etapas de adubação e de demais tratamentos culturais da lavoura fumageira, de modo a atender adequadamente à crescente demanda internacional por fumos leves e de maior qualidade, com menores índices de alcalóides, de nicotina e de toxicidade.

localizadas em Santa Cruz do Sul; e o Centro de Pesquisa Agronômica, da *Universal Leaf*, sediado em Rio Pardo e o Departamento de Pesquisa Agronômica da *Alliance One*, sediada em Vera Cruz.

²⁴² A produção de fumo na China que basicamente é consumida internamente naquele país já vem desde o final da década de 1990 utilizando sementes transgênicas. (GAZETA RURAL, 21/05/1999).

Todavia, é preciso considerar que ao mesmo tempo em que algumas empresas introduzem novos produtos, visando ao controle biológico de agentes patogênicos causadores de doenças nas plantas, ou buscam uma reformulação química mais adequada dos fertilizantes, ainda é considerável o volume de herbicidas e anti-brotantes utilizado pelos fumicultores, visando, respectivamente, a um fumo mais limpo, livre de pragas e ervas daninhas, e com folhas bem largas e desenvolvidas.²⁴³

A tabela 36 ilustra alguns dos principais agrotóxicos indicados pelas empresas para uso na lavoura de fumo, e seus respectivos modos de ação, dosagem, número de aplicações e finalidade.

TABELA 36 - Vale do Rio Pardo: principais agrotóxicos indicados pelas empresas para a lavoura de fumo - 2000

Produto Químico	Modo de ação	Dosagem total / ha	Nºde aplicações	Finalidade do Uso (controle de)
Solvirex GR 100	Sistêmico	15 kg	01	Insetos, fungos, inços, nematóides, broca do fumo
Orthene 750 BR ou Acefato Fersol 750	Sistêmico	60 g	3-4	Pulgão, percevejo frade, lagarta rosca, broca do fumo
Gamit ou Devrinol 500PM	Herbicida	1,0 – 1,5 litros 5 kg	01 01	Diversos inços em pré-emergência
Fusilade 125	Herbicida	1,0 – 1,5 litros	1-2	Diversos inços em pós-emergência
Carbaryl Fersol	Contato e ingestão	15 kg	Cfe. Incidência	Lagarta rosca, pulga, tripes, vaquinha verde, mandarová
Ridomil 50 GR	Sistêmico	10 kg	01	Amarelão do fumo
Amex	Regulador crescimento	3,0 – 4,0 litros	01	Brotos folhas das plantas
Roundup ou Glifosato Nortox	Herbicida sistêmico não seletivo	2,0 – 3,0 litros	01	Dessecar a massa verde em pré-plantio da cultura

Fonte: Souza Cruz *apud* Hermes (2000, p. 52-53). Organização: Rogério Silveira

²⁴³ De acordo com os dados do SINDIFUMO, em 1995 o volume total de ingredientes ativos do conjunto dos agrotóxicos utilizados na lavoura fumageira (fungicidas, inseticidas, herbicidas e anti-brotantes) era de 5,71 kg/ha e, em 2000, esse volume teria decrescido para 2,07 kg/ha. Todavia, quando considerado o emprego individual de cada produto, verifica-se que no mesmo período houve, em alguns casos, o aumento ou a manutenção na quantidade do princípio ativo utilizado. Esse foi o caso dos fungicidas que passaram de 0,23 para 0,27 kg/ha, e dos herbicidas, de 0,20 para 0,21kg/ha. (ANUÁRIO BRASILEIRO DO FUMO, 2000).

Embora a difusão e o emprego dessas inovações técnicas no cultivo do fumo tenham contribuído para reduzir a quantidade de insumos químicos na lavoura, não foram suficientes para eliminar os riscos que o uso dos agrotóxicos representa à saúde dos fumicultores e ao ambiente natural, uma vez que não existe uso seguro de agrotóxicos.

Os resultados da pesquisa realizada na região, entre 1999 e 2002, sob a coordenação da UNISC, em parceria com a Universidade de Campinas e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, sobre o impacto causado pela produção do tabaco ao ecossistema e à saúde humana²⁴⁴, demonstram importante associação entre o uso desses agrotóxicos, especialmente os organofosforados e ditiocarbamatos²⁴⁵, e a ocorrência de intoxicações e distúrbios neurocomportamentais como depressão, ansiedade, irritabilidade, cefaléia e náuseas. Os resultados também revelaram a presença de altos índices de toxicidade na água utilizada nas bandejas do sistema *float*, decorrente da concentração de pesticidas utilizados nesse sistema.²⁴⁶ O descarte dessa água diretamente no solo, ou sua permanência nas bandejas até sua evaporação, ou mesmo sua mistura com a água da chuva acabam promovendo direta ou indiretamente a contaminação do solo e dos recursos hídricos no ambiente das propriedades rurais e das áreas no seu entorno.

A ineficiência na difusão de informações acessíveis aos fumicultores sobre a necessidade de cuidados e segurança na utilização dos agrotóxicos na lavoura, bem como quanto ao destino adequado a ser dado às embalagens e aos resíduos desses produtos, que muitas vezes são simplesmente

²⁴⁴ Os resultados da pesquisa foram publicados em 2006 através da obra “A produção de tabaco: impacto no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do Sul/RS”, organizada por ETGES e FERREIRA (2006).

²⁴⁵ Os agrotóxicos classificados como organofosforados e os ditiocarbamatos são inibidores de colinesterases (enzimas fundamentais ao funcionamento do sistema nervoso), podendo ser absorvidos pelo organismo através de contato com a pele, por ingestão ou inalação. Atuam no sistema nervoso central, no sangue e em outros órgãos. Vários inseticidas e acaricidas liberados para o uso na cultura do fumo pertencem a esses grupos, como é o caso do Acefato Fersol 750, Cefanol e Orthene 750BR. (DESER, 2005).

²⁴⁶ De acordo com Lima (2000) e Hermes (2000), a maior parte dos pesticidas utilizados no sistema *float* é considerada altamente tóxica, como os fungicidas Manzate ou Dithane, Orthene e Rovral. A maioria desses pesticidas possui em sua composição química a presença de manganês, elemento de alta toxicidade com forte atuação no sistema nervoso central.

descartados no ambiente ou incinerados nas propriedades, contribuíram para a ocorrência de doenças e da contaminação ambiental.

Nesse período, a criação de legislação estadual e federal e a definição de normas técnicas (ABNT) em relação à coleta e ao destino adequado das embalagens de resíduos de agrotóxicos por parte das empresas fabricantes e distribuidoras levou as empresas fumageiras, através do SINDIFUMO, da ANDEF (Associação Nacional de Defesa Vegetal) e da AFUBRA, que também comercializa produtos desse tipo, a promoverem de modo consorciado a coleta de embalagens dos produtos agrotóxicos utilizados na lavoura. Também pesou em tal decisão a pressão da opinião pública e dos movimentos sociais e ambientalistas em relação aos riscos à saúde e ao ambiente, causados até então pelo manejo e descarte inadequados de tais embalagens. Tal cooperação envolve a promoção pela AFUBRA e pelo SINDIFUMO de campanhas educativas quanto à importância de os fumicultores promoverem a tríplice lavagem das embalagens vazias de agrotóxicos que utilizam na fumicultura e sua guarda adequada na propriedade, até o momento do recolhimento das mesmas por empresas especializadas, contratadas pela AFUBRA, pelo SINDIFUMO e pela ANDEF, que as transportam até o depósito de embalagens de agrotóxicos existentes em Passo Fundo.²⁴⁷ Embora essas ações cooperadas possibilitem o destino adequado dessas embalagens, a eficácia e a amplitude dessa iniciativa ainda são relativas, pois dependem, fundamentalmente, de uma coleta mais freqüente e mais abrangente por parte das empresas, além de campanhas permanentes para a conscientização e mobilização dos fumicultores quanto à importância da lavagem e da entrega das embalagens.

Na etapa de cura do fumo também ocorreram algumas inovações técnicas importantes que aperfeiçoaram os níveis de desempenho e de qualidade, em conformidade com a demanda das empresas. Uma primeira inovação tem sido a gradativa substituição da tecedeira pelo emprego de grampos de metal ou de madeira para a fixação do fumo no interior das

²⁴⁷ Anualmente, os fumicultores são informados pelos instrutores agrícolas das empresas fumageiras sobre o período em que a coleta das embalagens vai ocorrer, bem como em que locais os mesmos devem entregar as embalagens triplamente lavadas. (Entrevista com Eng^o. Agro. Jorge Kämpf, gerente de assuntos corporativos da AFUBRA, em 26/04/2005).

estufas, permitindo que estas sejam carregadas mais rapidamente, além de diminuir a presença de materiais estranhos junto às folhas de fumo. Destacamos também a crescente adoção pelos fumicultores de controladores eletrônicos e automáticos de umidade relativa do ar e de temperatura no interior da estufa, durante o processo de cura do fumo. Essa inovação possibilitou aos fumicultores maior comodidade, precisão e instantaneidade no controle e na programação dessas medidas que a rigor determinam a segurança da cura e a qualidade final do fumo a ser entregue nas usinas das empresas fumageiras.²⁴⁸ Outra inovação técnica foi o desenvolvimento de novos modelos de estufa com a introdução de equipamentos mecânicos e eletrônicos que possibilitam o aumento da capacidade de cura, uma maior homogeneidade na cura das folhas e a redução no consumo de lenha.²⁴⁹

A despeito desses avanços tecnológicos, um dos principais insumos utilizados na cura do fumo continua sendo a lenha. O expressivo aumento da produção de fumo na região nos últimos cinco anos tem implicado um substancial acréscimo no consumo de lenha, ocasionando, em algumas áreas, o recrudescimento do desmatamento da vegetação nativa na região. Embora, nos últimos vinte anos, tenha havido uma crescente ampliação do reflorestamento como fonte energética para a cura do fumo, através do plantio nas propriedades rurais fumicultoras de espécies exóticas como o eucalipto, o intenso aumento na produção de fumo a partir de 2001 tem ocasionado um significativo acréscimo na demanda de lenha. Isso tem significado, em alguns casos, o desmatamento de vegetação nativa e, em outros, a ampliação dos fluxos compra de lenha oriunda de outras áreas de matas nativas e/ou

²⁴⁸ Os controladores eletrônicos de temperatura e umidade do ar no interior da estufa por utilizarem um sistema computadorizado com memória programável permitem ao fumicultor estabelecer e controlar automaticamente os níveis ideais de temperatura e umidade do ar em cada uma das fases da cura do fumo: amarelamento das folhas, fixação da cor, secagem das lâminas e secagem dos talos. (BETHA ELETRÔNICA, 2006).

²⁴⁹ Para Farias (1993), as contínuas inovações na configuração e no funcionamento das estufas possibilitaram uma progressiva redução no consumo de lenha por estufa. Se em 1974 esse consumo era de 76 m³, em 1988 caiu para 47 m³, representando uma redução importante de 35,6% no consumo de lenha. Dentre os novos modelos mais comuns, introduzidos nesse período na região, está a estufa *Loose Leaf* (folha solta), desenvolvida e patenteada pela Souza Cruz S/A, que possibilita ampliar a capacidade de secagem do fumo, bem como reduzir em mais de 35% o consumo de lenha em relação às estufas tradicionais. Outro modelo muito difundido no presente tem sido a estufa de ar forçado, que se baseia na adoção de um sistema de ventilação forçada, através da qual se obtém a adequada circulação e renovação do ar úmido e do ar seco no interior da estufa, melhorando substancialmente a capacidade e a qualidade da cura do fumo, e o consumo de lenha.

reflorestadas existentes nos municípios de Pântano Grande, Rio Pardo e de Encruzilhada do Sul, na porção meridional do Vale do Rio Pardo, ou dos municípios de Butiá e Minas do Leão, na região carbonífera. Segundo Jorge Farias, engenheiro florestal da AFUBRA, nos dias atuais, aproximadamente 55% da lenha consumida nas estufas de fumo da região é comprada, especialmente pelos fumicultores que possuem propriedades com menos de 10 ha. e pelos fumicultores não-proprietários que arrendam áreas de terra para o cultivo. Ambos, por não possuírem a terra necessária para o reflorestamento, acabam tendo que comprar lenha. Além disso, o surgimento de novos fumicultores em áreas rurais onde não houve anteriormente ações de reflorestamento e, o alto custo da lenha têm igualmente levado ao desmatamento de vegetações nativas.²⁵⁰

O emprego e a difusão dessas inovações técnicas nas áreas rurais fumicultoras, bem como o crescimento da demanda internacional pelo fumo brasileiro, igualmente colocaram a necessidade de ampliação do montante de recursos a ser disponibilizado para o financiamento, tanto do custeio da produção do fumo, quanto dos investimentos na melhoria e ampliação das instalações para as atividades de cura do fumo.

O aumento na oferta de crédito rural para os fumicultores foi viabilizado através da intensificação da cooperação já existente entre empresas agrofumageiras e instituições financeiras. Em troca da garantia dada pelas agrofumageiras de pagamento dos financiamentos dos fumicultores integrados e de intermediação dos serviços de contratação do crédito rural, os bancos vêm incrementando os recursos de sua carteira agrícola para o financiamento da produção de fumo. Diante da exigência do Banco Central do Brasil, de que os bancos tenham de repassar 20% dos seus depósitos à vista para o crédito rural, e das características do sistema integrado de produção do fumo, essas condições tornam o financiamento da produção do fumo um negócio altamente lucrativo para os bancos.²⁵¹ Assim, quando da contratação das operações de crédito no começo do planejamento da safra, ocorre a mobilização não apenas

²⁵⁰ Entrevista com o Sr. Jorge Farias, engenheiro florestal da AFUBRA, em 28/04/2005.

²⁵¹ Em 2003, dos 380.498 contratos de crédito rural celebrados no Rio Grande do Sul, cerca de 27,20%, ou seja, 103.525 contratos foram relativos à fumiicultura, totalizando o montante de R\$. 427 milhões. (BACEN, Anuário do Crédito Rural, 2004).

de bancos comerciais que tradicionalmente atuam através de suas agências nos municípios da região, mas também de bancos de investimento, os chamados “bancos de asfalto”²⁵².

Outra ação cooperada que também viabilizou o financiamento do custeio da produção do fumo e os investimentos para ampliação e modernização da infra-estrutura nas propriedades rurais, tem sido a recente política federal de fomento ao crédito rural, especialmente para a pequena propriedade agrícola familiar. Desde 1991 o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) através do seu Programa de Apoio aos Fumicultores da Região Sul, passou também a financiar investimentos para a construção de estufas, paióis e galpões nas propriedades dos fumicultores da região, através de taxas de juros fixadas abaixo do mercado.²⁵³

Entre 1996 e 2001, os fumicultores e, principalmente, as empresas fumageiras puderam também contar com empréstimos anuais de recursos públicos a juros subsidiados do PRONAF (Programa Nacional de Apoio de Fortalecimento da Agricultura Familiar).²⁵⁴ Atualmente, os programas de financiamento do custeio da produção de fumo oferecidos pelos principais

²⁵² De acordo com Sr. Ivo Martin (chefe da carteira agrícola da agência do Barrisul, em Santa Cruz do Sul), os chamados “bancos de asfalto” são bancos de investimento, nacionais e internacionais, com sede nos principais centros urbanos do país, que anualmente também participam do financiamento da safra de fumo, ofertando recursos adicionais para as empresas fumageiras disponibilizarem aos seus agricultores integrados. O Citibank e o Banco de Boston são alguns desses bancos de investimento que operam com o financiamento do fumo. Quase sempre o montante elevado de recursos que cada uma das grandes empresas fumageiras necessita para financiar sua safra de fumo requer a contratação do crédito rural com distintos bancos, simultaneamente. De acordo com Ivo Martin, em 2004, o montante de recursos mobilizados pelas empresas para o financiamento do custeio e de investimentos na fumicultura na região Sul do Brasil foi da ordem de 1,1 bilhão de reais.

²⁵³ Na safra de 2004/05, cerca de 28 mil pequenos produtores rurais dos Estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul foram beneficiados por financiamento do BNDES, no valor de R\$ 321 milhões. O valor foi repassado aos agricultores por meio de oito agentes financeiros (Unibanco, Bradesco, Sudameris, Caixa Estadual, BRDE, Safra, Itaú e Santander). Os recursos permitiram investimentos na construção de 15.742 estufas, 11.113 paióis e 6.537 galpões, além de obras de reforma e ampliação nas estruturas já existentes nas pequenas propriedades rurais. (BNDES, 2004).

²⁵⁴ Criado em 1995 para atender especialmente aos agricultores que residem em propriedades rurais menores de 4 módulos fiscais e que tenham no mínimo 80% da renda familiar originária da exploração econômica agropecuária, além de buscar ampliar a produção de alimentos, o PRONAF também acabou sendo acessado pelos fumicultores através da intermediação das empresas. Os programas do PRONAF de financiamento do custeio da produção e de investimentos na propriedade rural estipulam taxas de juros fixas de 4% ao ano. Através da denúncia dos movimentos sociais de que esses recursos públicos estavam financiando com juros subsidiados a produção de fumo e colaborando para a acumulação de capital das multinacionais fumageiras, em 2001 foi proibido no país o uso de recursos do PRONAF para o financiamento da fumicultura.

agentes financeiros – Banco do Brasil, Banrisul, Caixa Federal, Bradesco e Itaú – operam com taxas de 8,5% ao ano, portanto também abaixo da taxa de juros praticada pelo mercado que, nesses últimos cinco anos, tem variado entre 15 e 25% ao ano. Em 2003, o governo federal aprovou a criação de uma linha de crédito com recursos do PRONAF, destinada ao reflorestamento de pequenas propriedades rurais, viabilizando o acesso dos fumicultores do Rio Grande do Sul, através da intermediação da AFUBRA, a recursos subsidiados para a produção de florestas exóticas para a cura do fumo.

Para as empresas, essas ações de cooperação são de fundamental importância, na medida em que garantem os recursos para a continuidade da produção do fumo. Essas ações, além de possibilitarem às empresas ganhos adicionais de capital, na medida em que estas não precisam mobilizar recursos próprios para financiar a safra, também permitem às mesmas auferirem ganhos extraordinários advindos da utilização de recursos subsidiados do financiamento bancário para a compra, em grande escala, desses insumos antes de repassá-los aos fumicultores.

Assim, antes mesmo de o fumo começar a circular das propriedades agrícolas em direção às usinas de processamento, é esse conjunto de insumos e equipamentos empregados na produção e na cura do fumo – adquirido através do financiamento junto aos bancos – que chega às propriedades dos fumicultores nas áreas rurais. Esses insumos, em sua grande maioria, são produzidos por indústrias complementares localizadas em outros municípios do Estado, e/ou em municípios de outros Estados, nas regiões Sul e Sudeste do país.

Na última década, alguns desses insumos, como as sementes de fumo, os substratos agrícolas, as tecedeiras e os controladores eletrônicos de temperatura e umidade para estufa, passaram a ser produzidos em Santa Cruz do Sul e em Vera Cruz, notadamente através de filiais de empresas nacionais e internacionais. (Quadro 4).

QUADRO 4 - Alguns locais de produção dos principais insumos e equipamentos utilizados nas etapas de produção e de cura do fumo realizadas no Vale do Rio Pardo/RS - 2005

Insumos, máquinas e equipamentos	Local de produção
Produção agrícola do fumo	
Sementes de fumo	Santa Cruz do Sul - RS
Fertilizantes	São Paulo - SP Porto Alegre e Canoas - RS
Substrato e condicionador de solo	Paulínea - SP Arroio do Silva - SC Vera Cruz - RS
Bandejas EPS para <i>float</i>	Sapucaia do Sul e Cachoeirinha - RS Guaramirim - SC Embu-Guaçu e São Bernardo - SP Rio de Janeiro - RJ
Filmes de plásticos para canteiros	Santa Cruz do Sul, Sapucaia do Sul e Esteio - RS Lorena - SP
Varetas de metal para canteiros	Contagem - MG
Herbicidas, fungicidas e inseticidas	São Leopoldo e Porto Alegre - RS São Paulo - SP Curitiba - PR
Pulverizadores	Itu - SP
Equipamentos de Proteção Individual	Diadema - SP
Cura do fumo	
Material de construção das estufas	Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires - RS
Controladores de temperatura e umidade	Santa Cruz do Sul e Vera Cruz - RS Içara, Taió e Criciúma - SC
Tecedeiras	Santa Cruz do Sul - RS
Grampos para cura do fumo	Vera Cruz - RS Içara, Taió e Criciúma - SC
Canos, fornalhas e ventiladores para estufa	Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz - RS Içara, Taió e Criciúma - SC

Fonte: Anuário Brasileiro do Fumo, 1998, 2000 a 2005. Organização: Rogério Silveira

Em regra, a compra e o transporte dos insumos relativos ao custeio da produção do fumo até as propriedades fumicultoras continuam sendo realizados pelas agroindústrias fumageiras como parte das suas obrigações, no âmbito do sistema integrado de produção. Para tanto, as empresas fumageiras celebram, anualmente, contratos de prestação de serviço com caminhoneiros residentes na região, principalmente junto às áreas de produção, para a realização do frete dos insumos das empresas fumageiras até as propriedades

rurais, e mais tarde, quando na comercialização do fumo, para o seu transporte até às usinas de processamento.

Nessa etapa inicial do circuito espacial de produção do fumo, a variedade dos locais de produção e de distribuição dos principais insumos e equipamentos utilizados na produção e na cura do fumo revela uma configuração espacial que envolve relações espaciais entre as áreas rurais fumicultoras da região e os distintos núcleos urbanos que sediam essas empresas fornecedoras, notadamente externas à região.

Tais relações são definidas e intermediadas pelas unidades de processamento das empresas fumageiras, em Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e em Vera Cruz, onde ocorrem o planejamento e a definição da safra a ser plantada, a contratação do financiamento e o gerenciamento da logística de apoio à produção, à comercialização e ao transporte dos insumos e do fumo em folha.

Um segundo momento do circuito espacial do fumo corresponde à classificação e à comercialização do fumo pelos agricultores junto às empresas fumageiras. Em essência, esses processos têm se mantido como no período precedente, mas podemos destacar novas características como a intensificação do embate entre fumicultores e empresas quanto à normatização da classificação de fumo e quanto à remuneração do trabalho familiar do fumicultor, e como a atuação renovada de intermediários na compra e venda do fumo para as empresas – os chamados “picaretas”.

A classificação do fumo manteve sua importância no processo de comercialização, pois representa para os fumicultores a possibilidade de se obter uma remuneração maior ou menor pelo fumo produzido. Já para as empresas fumageiras, a classificação torna-se uma estratégia de controle da qualidade do fumo a ser comprado, de definição do pagamento da produção do fumo, e de subordinação econômica dos fumicultores. Geralmente, em períodos de grande oferta de fumo, a tendência tem sido que as empresas pratiquem uma classificação mais rigorosa do fumo entregue pelos produtores, determinando a desvalorização da produção de fumo. Já quando há uma oferta menor de fumo tem-se por parte das empresas uma classificação menos rigorosa, favorecendo o pagamento de valores maiores aos fumicultores.

O processo de comercialização do fumo revela uma total subordinação dos fumicultores às empresas, na medida em que são elas que decidem, de acordo com seus interesses, o grau do rigor a ser adotado na classificação do fumo. Atualmente, inexistente uma efetiva fiscalização, ou mesmo o arbitramento necessário e independente da classificação praticada na entrega do fumo, por parte de representantes do governo federal. A atuação não sistemática da EMATER (Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural) nesse processo, a pedido das empresas e da AFUBRA, muito mais do que assegurar um acompanhamento mais rigoroso e permanente sobre o cumprimento da norma atual de classificação das folhas do fumo, tem servido principalmente para legitimar a classificação adotada pelas empresas.²⁵⁵

A classificação do fumo tem-se tornado mais complexa em razão das novas variedades de sementes e, portanto, das alterações na constituição da própria planta, das mudanças técnicas realizadas no modo de produção e na cura do fumo, e em função dos novos padrões de qualidade exigidos pelo mercado mundial. Novas classes de fumo foram criadas através de portarias do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), dificultando o domínio pelos fumicultores do processo de classificação e possibilitando às empresas melhores condições de apropriarem-se do sobretrabalho familiar dos fumicultores. Atualmente, está em vigor uma norma federal de 1995 estabelecendo a existência de 48 classes para o fumo da variedade *Virginia*.²⁵⁶

²⁵⁵ Até agosto de 2000, a normatização do MAPA quanto à classificação de produtos vegetais previa a necessidade de que essa fiscalização sobre a observância da classificação do fumo no período da comercialização fosse realizada por técnicos federais ou, mediante delegação do MAPA, por técnicos estaduais dos órgãos públicos de assistência técnica e extensão rural. A partir de então, essa exigência permaneceu apenas para produtos alimentares, excluindo-se entre outros o fumo. Para assegurar uma maior transparência nessa etapa, desde então o SINDIFUMO e a AFUBRA estabeleceram um convênio de cooperação com a EMATER-RS para que esta realize a cada safra o trabalho de mediação e de fiscalização do cumprimento da norma de classificação do fumo. Todavia, o fato de as empresas fumageiras custearem as despesas de transporte, alimentação e hospedagem dos técnicos da Emater, durante as suas atividades dentro das empresas, acaba restringendo e condicionando o trabalho de mediação desses técnicos, prejudicando assim a necessária equidistância e isenção entre as partes envolvidas na comercialização do fumo. (Entrevista realizada com Albino Gewer (FETRAF-SUL), em 20/04/2005, e com Luiz Antonio Kaufmann, coordenador do escritório da EMATER-RS em Santa Cruz do Sul, em 03/05/2005).

²⁵⁶ Nesse contexto, as entidades representativas dos fumicultores (AFUBRA, STRs, e FETRAF-SUL) e o SINDIFUMO têm debatido e reivindicado junto ao MAPA a necessidade de atualização e de redefinição do número de classes do fumo. Enquanto os fumicultores têm reivindicado a redução das atuais 48 classes para aproximadamente 30 classes, as empresas,

Nesse período, nos momentos de comercialização do fumo têm havido recorrentes embates políticos entre as entidades representativas dos fumicultores e as representações das empresas fumageiras quanto ao preço do fumo. Muito embora os rendimentos obtidos pela lavoura de fumo comparativamente à área plantada das demais lavouras apresentem maior retorno aos agricultores, a cada safra tem ocorrido um contínuo aumento no custo de produção da lavoura, especialmente dos custos variáveis de produção, como a mão-de-obra familiar e contratada, os insumos químicos e a lenha, e as despesas financeiras com os bancos, diminuindo a margem de rendimentos obtidos pelos fumicultores.²⁵⁷ A busca de diminuição dos custos de produção, particularmente com a contratação de trabalhadores temporários, em especial no momento da colheita e da classificação do fumo, tem levado ainda muitas famílias a contarem com o trabalho de crianças e de idosos, com significativos prejuízos à saúde, e, no caso das crianças, também à frequência e ao aproveitamento escolar.

Tal situação tem levado, de modo recorrente, os fumicultores à prática de ações que buscam assegurar um melhor preço pelo fumo, como a retenção parcial do fumo nas propriedades ou o retardo pelos fumicultores na comercialização de sua produção. Atualmente, os agricultores, através do MPA, também reivindicam o pagamento referente à insalubridade pelo manuseio de agrotóxicos, liberdade para adquirirem diretamente seus insumos e a renegociação de dívidas passadas.

Em algumas vezes, como em 1989, em 1992 e em 2000, o agravamento da tensão entre esses agentes acabou promovendo, por parte dos fumicultores e de suas lideranças, passeatas pelas principais cidades, ocupação das

alegando a necessidade de aperfeiçoar a classificação e alinhá-la às necessidades do mercado internacional, solicitam sua ampliação para 60 classes. Com base nas negociações, ao longo do ano de 2006, houve no final desse ano um indicativo do MAPA, de que para a futura safra de 2007/2008 deverá ser instituída nova norma prevendo a classificação do fumo em 41 classes para a variedade *Virginia*. (MACHADO, 2006a).

²⁵⁷ Na safra de fumo de 2004/05, as despesas com mão-de-obra, insumos e lenha representaram, respectivamente, cerca de 51%, 22,63% e 7,67% do custo total de produção do fumo nas lavouras do Sul do país. Nessa safra, a renda agrícola média (valor bruto de produção menos os custos fixos e variáveis e os impostos e taxas pagas) obtida pelas famílias produtoras de fumo no Sul do Brasil foi de R\$ 11,8 mil, o equivalente a R\$ 3,2 mil por pessoa, ou ainda, R\$ 268,00 por pessoa, por mês, considerando-se a média de 4 integrantes por família. Esse valor é reduzido para R\$ 175,86 quando acrescentamos as despesas referentes à manutenção da família do fumicultor (alimentação, higiene, transporte, saúde, vestuário, etc.).(DESER, 2005).

empresas e o conseqüente confronto com a polícia militar gaúcha. As empresas, nesses momentos, além de buscarem o apoio policial e judicial, apostaram na desmobilização dos fumicultores diante da exigência do cumprimento dos contratos de integração e da condição técnica de armazenagem da safra de que dispõem.

Como nova estratégia de negociação com as empresas fumageiras, a FETRAF-SUL e o MPA recentemente têm buscado junto aos fumicultores estimular a constituição de cooperativas, procurando ampliar o poder de barganha dos agricultores através da comercialização, em conjunto, de grandes quantidades de fumo. Essa ação que, como estratégia política procura recuperar o poder político e econômico dos fumicultores, acaba também resgatando uma prática anterior de organização dos fumicultores na região. Todavia, essa ação tem encontrado dificuldades para se difundir na região, dado o controle oligopsônico do mercado que as multinacionais possuem e a dificuldade das cooperativas em garantir aos fumicultores as “vantagens” concedidas pelas empresas no âmbito do sistema integrado de produção.

Outra característica do atual processo de comercialização do fumo tem sido a recorrente e a crescente participação de atravessadores ou intermediários na compra e venda do fumo, que atuam periféricamente ao sistema integrado de produção, complexificando as relações de cooperação para a circulação do fumo. Embora a presença de intermediários na comercialização do fumo já ocorra desde o começo da fumicultura na região com os posteiros, a atuação desses agentes vem se intensificando e ganhando mais destaque no período recente. O intermediário, muitas vezes, é um ex-instrutor técnico aposentado ou desempregado de alguma fumageira que por já possuir relações com os fumicultores acaba atuando no comércio do fumo. Ou ainda, em alguns casos, é aquele fumicultor com recursos disponíveis que investe na compra e venda da produção de outros fumicultores, em maior dificuldade econômica. Em ambos os casos, o que move o intermediário é a possibilidade de obter ganhos econômicos adicionais através da prática de compra e venda de fumo a preços diferenciados entre o fumicultor e a indústria. O aumento das ações desses agentes na região se deve a duas razões básicas. Uma primeira se refere às condições financeiras adversas em que

muitos dos fumicultores se encontram no final de cada ano, antes do começo da compra da safra de fumo pelas empresas fumageiras, que acabam levando os fumicultores a procurar, ou mesmo aceitar, as ofertas dos intermediários, vendendo parte da sua produção por valores abaixo do mercado formal de fumo²⁵⁸. A outra razão tem sido a mobilização desses agentes, ainda que velada, pelas próprias empresas, na medida em que buscam assegurar o fornecimento do fumo necessário para honrar seus compromissos internacionais, especialmente quando há eventuais quebras de safra, decorrentes de eventos naturais (granizo, chuvas, seca, etc.) ou quando há interrupção na entrega do fumo pelos fumicultores enquanto estratégia para barganhar melhores preços junto às empresas fumageiras.²⁵⁹

Os intermediários aguardam a abertura da temporada da compra de fumo pelas empresas para colocar à venda a produção de fumo comprada aos colonos, por preços maiores, assegurando assim margens de ganhos de cerca de 10 a 15% em relação aos recursos “investidos” na compra do fumo dos colonos. A posição das empresas é ambígua. Embora o SINDIFUMO costume afirmar que essa prática pode afetar o funcionamento do tradicional sistema integrado de produção, na medida em que pode gerar conflitos entre as empresas por conta da disputa pelo fumo produzido por fumicultores integrados a distintas empresas, igualmente as empresas têm se valido dessa estratégia para viabilizar a continuidade do fornecimento do fumo e garantir o atendimento da demanda de seus clientes no país e no exterior. Outro efeito dessa prática é a evasão de recursos dos cofres municipais, uma vez que se trata de operações clandestinas realizadas sem a emissão de nota fiscal, e sem o registro da quantidade de fumo que está sendo comercializada.

A comercialização do fumo envolve o transporte do fumo das propriedades rurais para as usinas de processamento, engendrando uma intensa circulação de caminhões carregados com fardos de 50 ou 60 kg. Os freteiros do fumo e seus caminhões são contratados pelas empresas

²⁵⁸ Muitos fumicultores se encontram endividados junto aos bancos, às lojas de material de construção civil, aos estabelecimentos comerciais. Há também aqueles que precisam contratar terceiros para auxiliar na colheita e cura do fumo, ou ainda aqueles que precisam comprar lenha para realizar a cura da sua produção.

²⁵⁹ Entrevistas realizadas com Albino Gewer (FETRAF-SUL) em 20/04/2005, com Wilson Rabuske (MPA) em 26/04/2005, e com Pedro Osvino Etges (STR de Santa Cruz do Sul) em 22/04/2005.

fumageiras levando em conta custos diferenciados das distintas localizações e distâncias das propriedades fumicultoras em relação às usinas. Assim, enquanto o fumo das propriedades localizadas em um raio de até 150 km das usinas é transportado por caminhões médios, diretamente até as usinas, o fumo proveniente das propriedades rurais mais distantes – como as localizadas no Sul do Estado, em Santa Catarina e no Paraná – segue inicialmente até os pontos de compra das empresas, de onde, após o agrupamento de cargas, é transportado por caminhões carretas com capacidade de 20 toneladas para as usinas de processamento instaladas na região.²⁶⁰

Comercializado, o fumo passa a ser processado industrialmente nas usinas e é justamente no terceiro momento do circuito espacial do fumo que ocorrem a instalação de novos objetos técnicos e a produção de significativas inovações tecnológicas e mudanças organizacionais, buscando ampliar a capacidade de produção, os níveis de produtividade e de qualidade do processamento de fumo.

Em 1996, a Souza Cruz inaugurou em Santa Cruz do Sul a maior usina de beneficiamento de fumo da América Latina. O novo empreendimento de US\$ 81 milhões possibilitou à empresa ampliar sua capacidade de beneficiamento, permitindo-lhe processar aproximadamente 600 toneladas diárias de fumo. A empresa também construiu em 1995 modernos e amplos armazéns refrigerados, que permitiram aumentar a capacidade de depósito do fumo *in natura* ou beneficiado, otimizando assim seu processo produtivo e de comercialização. A implantação desses armazéns também permitiu à empresa condições vantajosas na negociação da compra do fumo junto aos fumicultores, na medida em que a condição de armazenamento do fumo *in natura* por mais tempo, além do tradicional período da safra, pode esvaziar a estratégia dos fumicultores de postergação da entrega do fumo nas usinas buscando uma maior remuneração do produto.

Entre as safras de 1994 e 1998, a Universal Leaf aumentou em 230% seus investimentos no custeio da produção do fumo e na modernização e ampliação das suas linhas de processamento de fumo nas usinas de Santa Cruz do Sul e de Venâncio Aires, representando em 1998 um montante de

²⁶⁰ Entrevista Sr. Cláudio Henn, presidente do SINDIFUMO, em 11/05/2005.

investimentos de US\$103 milhões.(Gazeta Mercantil, 1999). Já a Dimon do Brasil Tabacos também realizou em 2001 investimentos de US\$ 6 milhões na instalação de novas linhas de processamento de fumo em sua usina de Venâncio Aires e na modernização da usina de Santa Cruz do Sul. (SILVA, 2001).

Muitos desses investimentos contaram com o apoio dos governos municipais e estadual, através do estabelecimento de normas que asseguraram a concessão de incentivos fiscais. Se no âmbito municipal na maior parte das vezes os incentivos alcançados se vinculam à redução total ou parcial de impostos como IPTU, ITBI e ISSQN, na esfera do governo estadual um dos principais instrumentos normativos foi o FUNDOPEM (Fundo de Operação Empresa) que desde 1988 tem sido usado como instrumento de fomento ou de incentivo à ampliação e modernização das empresas por meio da concessão de incentivos financeiros com base em renúncia fiscal por parte do Estado. Esse fundo tem buscado estimular a descentralização industrial no Estado e o aumento da geração de empregos formais na indústria.²⁶¹

Entre 1997 e 2004, a indústria fumageira foi o setor que mais recebeu incentivos do FUNDOPEN, cerca de R\$ 920.487.000,00 – o equivalente a 24,7% do total de incentivos concedidos nesse mesmo período para o conjunto dos setores industriais. Apesar de contar com esse considerável montante de recursos públicos, o ramo fumageiro respondeu apenas por 1,1% dos empregos industriais gerados na média do período entre 1994 e 2004. (KAPRON e LENGELER, 2006). Nesse sentido, a concessão de incentivos financeiros pelo Estado, mais do que ampliar novas vagas de trabalho nas agroindústrias fumageiras e na cigarreira instaladas na região, tem principalmente financiado a ampliação e a modernização das instalações industriais das empresas, assegurando condições ideais de acumulação e de reprodução do capital fumageiro, bem como tem onerado as finanças do Estado, na medida em que a renúncia fiscal dessas empresas reduz os recursos públicos disponíveis para investimento.

²⁶¹ O FUNDOPEM foi criado pelo governo gaúcho em 1975, mas passou a ser utilizado, efetivamente, a partir de 1988, como instrumento de fomento e de descentralização industrial.

No período, tem ocorrido uma progressiva ampliação na capacidade de beneficiamento e na produtividade das atividades que envolvem o processamento industrial do fumo, especialmente nas empresas multinacionais. Estas têm apresentado uma intensa modernização da estrutura produtiva instalada nas usinas de fumo, através do emprego de novos e mais eficientes equipamentos nos processos primário e secundário de beneficiamento de fumo. Muitas inovações técnicas têm sido obtidas pelas empresas, no sentido de aperfeiçoar os processos de destala e de preparação dos *blends* a serem comercializados. Uma das principais inovações técnicas do período foi o desenvolvimento tecnológico que permitiu às empresas aproveitar o talo das folhas de fumo, antes descartado, no processo de beneficiamento do fumo. Os baixos teores de nicotina presentes no talo das folhas de fumo e a possibilidade técnica de seu aproveitamento no enchimento dos cigarros têm valorizado sua comercialização no mercado de fumo.

As empresas também investiram fortemente na informatização de fluxos e processos relacionados à integração e à gestão das distintas etapas produtivas, além de ampliarem o grau de automação de várias atividades como o recebimento de fumo *in natura*, a destala mecânica do fumo, o acondicionamento do fumo beneficiado, o transporte de caixas para o depósito, etc. A intensa modernização tecnológica implementada nas usinas de processamento e na fábrica de cigarros, aliada às mudanças organizacionais e à racionalização das atividades produtivas decorrentes da intensificação do processo de concentração de capital fumageiro, resultaram na progressiva redução dos níveis de emprego na indústria fumageira, tanto para os trabalhadores temporários como para os efetivos. A tabela 37 ilustra esse processo nas cidades de Santa Cruz do Sul e de Vera Cruz, durante o período de 1986 e 2003.

TABELA 37 - Santa Cruz do Sul e Vera Cruz: evolução do número de empregados efetivos e temporários na indústria fumageira - 1986 a 2003

Empregados	1986	1990	1995	1999	2003
Efetivos	3.992	4.246	3.543	3.176	3.759
Temporários	10.923	11.427	6.807	5.733	9.237
Total	14.915	15.673	10.350	8.909	12.996

Fonte: Entrevista Sérgio Pacheco - STIFA de Santa Cruz do Sul, 2005. Org. Rogério Silveira

Observa-se que entre os anos de 1986 e 1990 o número de trabalhadores empregados pelas empresas do ramo fumageiro manteve uma relativa estabilidade em torno de 15.000 pessoas ocupadas. Essa situação se altera significativamente a partir de então com uma substancial redução no número de empregos durante a década de 1990, a ponto de o nível do emprego no setor, em 1999, apresentar uma redução de aproximadamente 40,26% em relação a 1986. Já nos primeiros anos do presente século, percebe-se um incremento de novas vagas, especialmente de trabalhadores temporários, em razão do expressivo aumento da produção regional de fumo e de outras áreas produtoras no Sul do país, cujo processamento é realizado nas usinas da região.²⁶²

No processo de modernização, a maior parte dos insumos e equipamentos demandados para o processamento industrial do fumo tem sido fornecida por empresas localizadas fora da região do Vale do Rio Pardo. Na região, boa parte das tradicionais empresas metalúrgicas, metalmecânicas e de equipamentos que historicamente forneciam seus produtos para as empresas fumageiras passaram a apresentar dificuldades para atender às novas demandas tecnológicas do ramo fumageiro. A dificuldade em mobilizar recursos para promover inovações e atualizações na estrutura produtiva, aliada à inércia de um modelo de gestão já ultrapassado e à abertura da economia do país com taxas de câmbio mais favoráveis à importação, contribuíram para que essas empresas perdessem espaço ou tivessem que dividir o mercado com empresas externas à região que oferecem produtos mais competitivos em termos de qualidade e de preço. Uma dessas empresas forâneas, a *Commas Internacional*, que atua em outros países, também instalou subsidiária em Santa Cruz do Sul para produzir máquinas e equipamentos para o processamento de fumo.

De todo modo, a maior parte dos insumos e equipamentos utilizados no processamento do fumo é fornecida por empresas externas, engendrando fluxos de produtos que se direcionam para as usinas de processamento

²⁶² Segundo o STIFA de Santa Cruz do Sul, em 2004, em razão da continuidade do aumento na produção de fumo, foram empregados 14.000 trabalhadores no processamento da safra; já em 2005, em razão da seca e da diminuição da área plantada, esse contingente reduziu para 11.000 trabalhadores. (MACHADO, 2006b).

estabelecidas na região. Com base nos Anuários do Fumo e nos *sites* das empresas fumageiras, identificamos algumas das principais empresas fornecedoras que cooperam com as agroindústrias fumageiras, animando esses fluxos. É o caso, principalmente, de empresas italianas e norte-americanas, e, secundariamente, de empresas de São Paulo, e de Santa Maria e Erechim, no Rio Grande do Sul, que fornecem equipamentos e maquinários utilizados no processamento do fumo, como os cilindros secadores e humidificadores, debulhadores, destaladores e separadores de lâminas, talos e pó de fumo, tanques de *flavours* e esteiras mecânicas. Empresas localizadas em São Paulo, em Blumenau e em Itajaí fornecem as embalagens de papelão ondulado para o acondicionamento do fumo a ser exportado. Já os *casings* e os *flavours* utilizados na preparação dos *blends* são fornecidos, por exemplo, por empresas localizadas em Curitiba, enquanto plásticos especiais para armazenamento do fumo provêm de empresas estabelecidas em Lajeado, no Rio Grande do Sul.

O processamento de fumo também envolve a adoção, pelas empresas, de padrões de qualidade utilizados e reconhecidos internacionalmente, o que também demanda a contratação de empresas prestadoras de serviços que certifiquem o desempenho das fumageiras, condição vital para assegurar a credibilidade junto ao mercado internacional. Assim, periodicamente, nas diferentes etapas do processamento do fumo, tem-se a atuação de empresas, em grande parte forâneas, atestando os padrões de qualidade dos produtos e a observância das normas mundiais no processo produtivo e de comercialização, assegurando através de certificações, como a ISO 9001, a ISSO 14001 e a OHSAS 18001, o reconhecimento internacional.²⁶³

Além disso, as empresas fumageiras têm desenvolvido e aperfeiçoado seus sistemas corporativos de informação e de comunicação, via canais privados de telecomunicação e da *WEB*, que permitem articular mais

²⁶³ Anualmente, empresas internacionais que atuam no país, como a SGS do Brasil Ltda. e a *Control Union Warrants Ltda*, ambas localizadas em São Paulo, inspecionam e certificam o processo produtivo e os produtos a serem exportados pelas fumageiras. A ISO 9001 se refere ao compromisso das empresas com os seus clientes e atesta o padrão de qualidade da empresa. Já a ISSO 14001 atesta se a empresa reúne políticas eficientes que harmonizam a produção com o meio ambiente. Por fim, a OHSAS 18001 reconhece a preocupação da empresa no desenvolvimento de ações que assegurem a segurança e saúde ocupacional constante para seus funcionários.

eficientemente as etapas do processamento industrial, envolvendo ainda a compra do fumo e a logística de transporte e de exportação. Tal inovação técnica também possibilita que os clientes internacionais acompanhem, em tempo real, o processo de produção e recebam informações que permitem observar o cumprimento das especificidades dos produtos encomendados e dos prazos estipulados. Esses sistemas têm sido desenvolvidos principalmente pelas próprias empresas fumageiras e, secundariamente, adquiridos junto a empresas de tecnologia de informação, tanto locais quanto externas à região.

Outra característica tem sido a crescente terceirização de atividades de apoio ao processamento industrial, antes desenvolvidas pelas empresas fumageiras, e que passaram a ser realizadas por empresas de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires e de outras regiões do Estado. A alimentação dos funcionários, a manutenção dos equipamentos e maquinários, a vigilância e a segurança industrial, o recrutamento e a seleção de recursos humanos temporários, a publicidade e propaganda, e a assistência jurídica são alguns dos serviços objeto de cooperação entre essas empresas e as fumageiras e cigarreira instaladas na região.

Como no período anterior, processado e embalado o fumo segue dois caminhos que constituem o último momento do circuito espacial de produção do fumo em folha.

Um primeiro fluxo envolve a comercialização e a exportação do fumo beneficiado industrialmente na região – o que corresponde a cerca de 90% da produção de fumo em folha do Sul do país – para empresas atacadistas e cigarreiras localizadas em vários países nos cinco continentes.²⁶⁴

A realização das etapas de comercialização e de exportação do fumo em folha processado na região pelas empresas fumageiras envolve a cooperação de um conjunto de agentes como os escritórios de exportação, as empresas seguradoras, os organismos do Estado, empresas privadas prestadoras de serviços, órgãos de classe, e empresas compradoras do fumo, no exterior.

²⁶⁴ Em 2005, de acordo com dados do SINDIFUMO, os principais destinos do fumo produzido na região, proporcionalmente, foram os seguintes: Comunidade Européia (42%), Extremo Oriente (22%), Estados Unidos (13%), Leste Europeu (13%), África (5%) e América Latina (5%). (MACHADO e GOLLMANN, 2006).

Atualmente, antes mesmo de os contêineres com fumo serem embarcados nos navios das empresas da marinha mercante, atracados no porto de Rio Grande, um leque de ações cooperadas são implementadas a fim de que o tabaco produzido na região possa circular em direção aos mercados internacionais. Inicialmente, o fumo para poder ser exportado tanto pelas empresas fumageiras como pelos escritórios de exportação necessita apresentar laudos técnico-científicos que atestem junto aos compradores internacionais as características fitossanitárias do fumo, os teores exigidos de nicotina e a presença ou não de pesticidas e resíduos químicos. Os laudos técnicos com essas análises químicas e biológicas são realizados por instituições de pesquisa contratadas para esse fim pelas empresas fumageiras²⁶⁵.

Em razão das normas que regulam o comércio internacional, especialmente entre países com os quais o Brasil estabelece relações econômicas, outra demanda necessária à exportação dos produtos das indústrias fumageiras instaladas se refere à certificação quanto à origem dos mesmos, necessária para o desembaraço aduaneiro das mercadorias. Até 1997, as empresas precisavam contratar despachantes comerciais em Porto Alegre para obter junto à sede da FIERGS tais certificados; a partir de então, os mesmos passaram a ser obtidos junto à ACI de Santa Cruz do Sul, dado o seu credenciamento junto ao Ministério das Relações Exteriores.

Outra ação cooperada buscando agilizar o fluxo das exportações das empresas agrofumageiras tem sido o estabelecimento de convênio do SINDIFUMO com a Delegacia da Receita Federal, em Porto Alegre, prevendo a vinda de técnicos às usinas de fumo para anteciparem a fiscalização quanto à autenticidade (tipo e volume) da carga a ser transportada pelos contêineres, a fim de evitar que essa atividade, antes realizada quando do embarque no Porto de Rio Grande, acabe atrasando os prazos de entrega e coloque em risco a qualidade dos produtos. Dada a freqüência e a intensidade dessa demanda, as empresas fumageiras têm buscado apoio junto às demais empresas exportadoras da região e reivindicado junto ao governo municipal de Santa

²⁶⁵ Entre elas destacamos a Central Analítica da Universidade de Santa Cruz do Sul, em Santa Cruz do Sul, e o Laboratório de Análises Químicas da Universidade Federal de Santa Maria, em Santa Maria - RS.

Cruz do Sul e à Secretaria da Receita Federal a necessidade de se implantar no município uma Estação Aduaneira de Interior (EADi), também conhecida como um porto seco. Essa EADi possibilitaria que todos os trâmites aduaneiros de exportação e de importação fossem realizados nessa estação, viabilizando que os contêineres de fumo já saíssem da região lacrados pela Receita Federal e com as cargas prontas para serem embarcadas no Porto de Rio Grande. Além da redução dos custos, outra vantagem seria a de que a estação também permitiria às fumageiras armazenar suas mercadorias importadas e o fumo a ser exportado, através da terceirização, podendo, assim, utilizar suas áreas de depósitos como novas áreas produtivas.²⁶⁶ Além dessas ações cooperadas quanto à certificação e à fiscalização dos produtos exportados pelas fumageiras, outras ações não menos importantes atualmente envolvem a participação de empresas privadas especializadas no transporte e na logística necessárias à circulação do fumo processado na região até o mercado internacional.

O transporte do fumo para exportação tem sido realizado basicamente através do modal rodoviário, por meio do uso de caminhões com contêineres de fumo. A cada safra, um conjunto de empresas forâneas com unidades operacionais em Santa Cruz do Sul é contratado pelas fumageiras ou pelas empresas especializadas em exportação para realizarem o transporte dos contêineres de fumo das usinas de processamento até o Porto de Rio Grande. Muitas dessas empresas prestam também, entre outros, serviços de agenciamento marítimo, desembaraço alfandegário, armazenamento e expedição de contêineres, segurança de transporte contra roubos de carga, e seguro de exportação.²⁶⁷

10.1.2 - O circuito espacial de produção e os círculos de cooperação do cigarro

²⁶⁶ Em fevereiro de 2006, a Prefeitura de Santa Cruz do Sul oficializou, junto à Receita Federal, o pedido para sediar uma Eadi, e no momento aguarda parecer.

²⁶⁷ As principais empresas de transporte e logística que atuam junto ao ramo fumageiro são a Augusta Internacional, cuja matriz localiza-se em Venâncio Aires, a CTIL (Contêineres e Transportes Integrados Ltda.), o Centro Logístico Eichenberg & Transeich, a Maersk Brasil Ltda., a Transcontinental Logística, todas empresas externas à região, com unidades operacionais ou filiais em Santa Cruz do Sul.

Um segundo fluxo de fumo processado, e que coincide com a etapa inicial do circuito espacial de produção do cigarro, é justamente o do abastecimento das principais fábricas de cigarro instaladas no país.

Atualmente, em torno de 10% do total do fumo processado nas usinas da região destinam-se a essas fábricas. Duas das grandes processadoras de fumo – a Universal Leaf Tabacos Ltda. e a Cia. Souza Cruz S/A – respondem por grande parte desse fluxo. A Universal Leaf é quem abastece a única fábrica da Philip Morris no país, instalada em Santa Cruz do Sul, enquanto a usina da Cia. Souza Cruz S/A abastece as suas duas fábricas de cigarro localizadas nas cidades de Cachoeirinha, no Rio Grande do Sul, e de Uberlândia, em Minas Gerais. Outras empresas processadoras menores instaladas na região participam secundariamente desse fluxo comercializando seus produtos com as demais empresas cigareiras que atuam no mercado nacional, especialmente na região Sudeste do país.²⁶⁸

A produção do cigarro nas fábricas das grandes empresas tem sido constantemente modernizada através da adoção de máquinas e equipamentos automatizados e de sua integração por meio de complexos sistemas de informação que garantem maiores níveis de produtividade e rigoroso controle de qualidade nas distintas etapas de produção do cigarro. Nesse período, na fábrica de cigarros da Philip Morris, em Santa Cruz do Sul, ocorreram mudanças tecnológicas e organizacionais que ampliaram a capacidade de produção, através do emprego de modernas e mais eficientes máquinas de fabricação e de empacotamento de cigarros. Entre 1994 e 2002, a empresa investiu cerca de US\$ 220 milhões na compra de equipamentos, o que permitiu à empresa ampliar sua capacidade de produção em 50%, passando a fabricar

²⁶⁸ Além da Cia. Souza Cruz e da Philip Morris, atualmente existem no país mais treze empresas fabricando cigarros: a American Virginia Ind. e Exp. de Tabacos Ltda., com matriz em Duque de Caxias(RJ) e duas outras fábricas em Belém (PA) e São José (SC), a Cibrasa Ind. e Com. de Tabacos Ltda., no Rio de Janeiro (RJ), a Cia. Sulamericana Ind. e Com. de Tabacos Ltda., em Duque de Caxias (RJ), a Cibahia Tabacos Especiais Ltda. em Itapevi (SP), Itaba Ind. e Com. de Tabacos Ltda., em Jandira (SP), Alfredo Fantini Ind. e Com. Ltda., em São Paulo (SP), a Cabofriense Ind. e Com. de Cigarros Ltda., em Cabo Frio (RJ), Fenton Ind. e Com. de Cigarros Imp. e Exp. Ltda., em Duque de Caxias (RJ), a Golden Leaf Tobacco Ltda., em Simões Filho (BA), a Indústria e Comércio Rei Ltda., na Penha (RJ), a Phoenix Ind. e Com. de Tabacos Ltda., em São Paulo (SP), Sampoerna Tabacos América Latina Ltda., em Morumbi (SP) e Sudamax Ind. e Com. de Cigarros Ltda., em Cajamar (SP). (SECRETARIA NACIONAL DA RECEITA FEDERAL, 2006).

42 bilhões de unidades de carteiras de cigarro por ano. (GAZETA MERCANTIL, 1999).

As crescentes exigências do mercado consumidor quanto à qualidade e ao preço do produto, bem como as campanhas internacionais quanto aos efeitos nocivos do cigarro à saúde humana, têm levado as empresas a também desenvolverem inovações técnicas na combinação de fumos, no desenvolvimento de filtros que assegurem a produção de cigarros com menores teores de nicotina e de alcatrão, como também de cigarros diferenciados em relação ao sabor.

Atualmente, a fabricação de cigarros demanda modernas máquinas e equipamentos que assegurem produtividade e qualidade no processamento das lâminas e dos talos de fumo, na elaboração dos *blends* dos cigarros, e na produção e no empacotamento dos cigarros. Esses insumos mecânicos, como os utilizados nas linhas de processamento, ou eletrônicos como os sensores utilizados na fabricação dos cigarros e no seu empacotamento, em sua grande maioria são importados de empresas inglesas, italianas e norte-americanas. Além disso, há também a utilização de um conjunto variado de insumos como papéis especiais e filtros para a confecção do cigarro, papéis, filmes de plástico para a produção das carteiras de cigarro, caixas de papelão especial empregado no acondicionamento dos cigarros para a comercialização. Esses insumos são produzidos basicamente por empresas forâneas, em sua maioria instaladas no sudeste do país.²⁶⁹

A produção do cigarro igualmente impõe outras demandas complementares, como os serviços de gráfica, propaganda e marketing e de manutenção de equipamentos, de segurança industrial, de transporte e alimentação de funcionários. No caso da fábrica da Philip Morris, em Santa Cruz do Sul, além da gráfica própria a empresa se vale da contratação dos demais serviços junto a empresas locais.

A próxima etapa desse circuito espacial envolve a distribuição. Uma vez confeccionado e embalado para a comercialização, o cigarro passa a ser

²⁶⁹ O fornecimento de acetato de celulose para a confecção de cigarros provém de empresas localizadas em Santo André-SP, os papéis para cigarro são comprados junto a empresas do Rio de Janeiro - RJ, as caixas de papelão ondulado são fornecidas por empresas de São Paulo - SP e de Blumenau - SC.

distribuído através de uma ampla rede logística operada pelas empresas cigarreiras, envolvendo uma estrutura organizacional que apresenta ampla espacialidade através da integração das centrais de distribuição, dos depósitos e dos postos de abastecimento. Além disso, para que o cigarro chegue até os consumidores, as empresas também se valem da cooperação com inúmeras empresas varejistas instaladas nos diversos lugares do território brasileiro.

As atividades de distribuição e venda dos cigarros produzidos pelas fábricas da Cia. Souza Cruz envolvem a configuração de uma ampla espacialidade, na qual temos uma estrutura com 06 centrais integradas de distribuição nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife, Curitiba e Contagem (MG), 110 depósitos e postos de abastecimento que atendem a mais de 200 mil postos de venda. (SOUZA CRUZ, 2005). Já a rede de distribuição e de venda de cigarros da Philip Morris configura-se espacialmente através de três centros regionais de distribuição de cigarros – em Santa Cruz do Sul, e em Barueri e Araraquara, estas em São Paulo –, e de uma ampla estrutura de comercialização através de mais de 130 mil pontos de venda em todo o país.

A estrutura organizacional, produtiva e logística diferenciada dessas empresas revela a manutenção do alto grau de concentração do mercado de cigarro no país, na medida em que atualmente a Cia. Souza Cruz e a Philip Morris Internacional respondem, juntas, por 90% do mercado nacional, enquanto outras 13 empresas nacionais, de menor porte, juntas atendem a 10% do mercado interno de cigarros.²⁷⁰

Além de atender ao mercado nacional, as fábricas de cigarro da Souza Cruz e da Philip Morris igualmente têm exportado parte da sua produção para o mercado externo, configurando o outro destino desse circuito espacial de produção. Assim, tal qual como na exportação do fumo em folha, também aqui inúmeras empresas de transporte e de logística forâneas são chamadas a cooperar, prestando serviços de transporte rodoviário, de agenciamento

²⁷⁰ Em 2004, a Cia. Souza Cruz manteve a liderança absoluta no mercado nacional de cigarros, com 74,40%, enquanto a Philip Morris respondeu por 16% da venda de cigarros. As demais 13 empresas fabricantes de cigarro no país participaram com 9,6% do mercado. Houve um crescimento da participação dessas empresas pelo baixo preço dos seus produtos destinados às classes de baixa renda. (SECRETARIA NACIONAL DA RECEITA FEDERAL, 2006).

marítimo, de desembarço aduaneiro e de seguro da carga de cigarro a ser exportada.

Os atuais circuitos espaciais de produção do fumo e do cigarro e seus respectivos círculos de cooperação evidenciam as principais relações econômicas e espaciais através das quais a região tem participado do CAI do fumo no país e integrado a ampla espacialidade fumageira na escala mundial. Esses circuitos e círculos, enquanto segmentos e momentos do conjunto das ligações e relações existentes no CAI do fumo, informam também o modo distinto e desigual como os lugares da região participam e interagem no interior do CAI, bem como experimentam os reflexos dessa condição.

A análise da atual divisão territorial do trabalho no âmbito do CAI do fumo igualmente mostra que o aprofundamento da internacionalização do setor fumageiro e a ampliação de sua participação no mercado mundial não apenas resultaram no aumento da hegemonia do capital monopolista internacional, na modernização das plantas industriais de usinas e fábricas de cigarro, na conseqüente ampliação da produtividade e da produção de fumo e de cigarros, mas também contribuíram para o equipamento seletivo e desigual do território, influenciando a dinâmica de organização espacial. Interessa-nos agora analisar e apreender os reflexos da dinâmica dessa divisão territorial do trabalho, bem como os efeitos e condicionantes das atuais horizontalidades e verticalidades que, respectivamente, ocorrem e incidem na região, em relação à atual configuração e ao funcionamento da rede urbana regional.

10.2 - A configuração espacial e a dinâmica atual da rede urbana: permanências e mudanças na organização do espaço urbano e regional

Nos últimos quinze anos, a rede urbana do Vale do Rio Pardo tem apresentado alterações na sua configuração espacial. Do ponto de vista formal houve uma ampliação no número de cidades que integram a rede urbana regional, decorrentes do processo de emancipações municipais, como também uma maior diversificação no tamanho das cidades. Também ocorreu uma progressiva ampliação e modernização dos sistemas de engenharia e dos sistemas de objetos técnicos, complexificando a infra-estrutura de circulação e de comunicação instalada na região, possibilitando nova dinâmica às relações

e às solidariedades espaciais entre os lugares internos e externos à região, no estado, no país e no exterior.

Do ponto de vista constitucional e funcional, a rede urbana regional nesse período igualmente se modificou, na medida em que as cidades da região, notadamente as principais cidades, ao mesmo tempo em que se apresentam como os lugares onde os círculos de cooperação e os circuitos de produção se encontram e se curto-circuitam, também representam o ponto de intersecção e de superposição entre as verticalidades, enquanto espaço dos fluxos hierárquicos, e as horizontalidades, enquanto espaço banal do acontecer homólogo, no território regional. (SILVEIRA, 1999b e SANTOS e SILVEIRA, 2001).

10.2.1 - As mudanças na topologia da rede urbana e no processo de urbanização regional

Entre o final da década de oitenta e a metade da década de noventa, houve um substancial aumento no número de cidades que integram a rede urbana do Vale do Rio Pardo, incremento este causado, especialmente, pelas novas emancipações distritais nos municípios da região, fenômeno que, simultaneamente, também ocorreu, nesse período, na escala estadual.

Até a metade dos anos oitenta, o Rio Grande do Sul possuía 232 municípios, número que se manteve inalterado desde 1966, quando, por força do regime militar, as novas emancipações foram proibidas. Nesse período, acentuaram-se os desejos dos distritos em quererem sua autonomia, pois as decisões dos governos municipais quanto à aplicação de recursos estavam submetidas às pressões e restrições legais da esfera federal – o que gerava grande insatisfação entre as comunidades municipais. O centralismo político-administrativo, aliado aos dispositivos legais que impediam novas emancipações, represou por quase duas décadas as reivindicações emancipacionistas. A partir de 1985, no bojo das discussões travadas durante a Assembléia Nacional Constituinte, e levando em conta a nova legislação aprovada pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, tivemos uma crescente onda de novas emancipações que se intensificou durante a década

de noventa, fazendo com que o Estado alcançasse, em 1993, 427 municípios.²⁷¹ (SILVEIRA e HERMANN, 2001).

Concordamos com Mesquita ao afirmar que, se por um lado as transformações econômicas e políticas nacionais e mundiais atuam modernizando e homogeneizando a produção e o consumo, por outro lado, dada a existência da diferenciação espacial, quanto às variáveis físicas, sociais, políticas e econômicas, a tendência de homogeneização dos lugares nunca se realiza completamente, possibilitando a coexistência de espaços diferenciados em distintas escalas geográficas. O resultado desse processo tem sido a promoção de fragmentações e de integrações territoriais, como as emancipações de distritos e sua transformação em novos municípios. (MESQUITA, 1982).

Além disso, as emancipações dos distritos municipais também se caracterizam pela reivindicação de autonomia para constituir seu próprio governo local, buscando assim melhor atender às demandas locais. A possibilidade de gerir os recursos repassados pela União por conta do surgimento do município, como o Fundo de Participação dos Municípios, bem como os obtidos através dos impostos gerados com a comercialização da produção realizada no novo território – como a produção de fumo –, igualmente estimula e mobiliza as lideranças distritais a lutar pela emancipação. (SILVEIRA e HERMANN, 2001).

É também perceptível, dada a distinta consciência territorial dos habitantes em relação aos critérios de posse, poder e autonomia, que nem todos os motivos e interesses pela emancipação aparecem claramente

²⁷¹ A Constituição de 1988 concedeu aos Estados a competência para fixar requisitos mínimos de população e renda pública necessários para a criação de municípios no país, mantendo a exigência de consulta prévia às populações. Foi amparado nessa norma que a maior parte dos novos municípios da região foram criados. Em 12 de setembro de 1996, a aprovação pelo Congresso Nacional da Emenda Constitucional nº 15 definiu, em relação ao § 4º do art. 18 da Constituição Federal, que a *criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação de Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei*. A lei complementar federal atualmente está em tramitação no Congresso Nacional. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2007).

definidos, muitas vezes encobrendo disputas internas de poder nas comunidades distritais. (MESQUITA, 1982).

Nesse contexto, novos núcleos urbanos surgiram na região, originários geralmente das sedes de anteriores distritos municipais que se emanciparam constituindo novos municípios. Assim, surgiram na região, Tunas, Boqueirão do Leão, Ibarama e Pântano Grande, em 1987; Lagoão e Segredo, em 1988; Passo do Sobrado, Gramado Xavier, Sinimbu e Vale do Sol, em 1992; Herveiras, Passa Sete e Vale Verde, em 1995; e Lagoa Bonita do Sul, em 1996. A figura 38 ilustra esse processo na região.

Observa-se que, com exceção de Pântano Grande, no Sul da região, o restante dos novos municípios emancipou-se de municípios localizados nas áreas central e setentrional do Vale do Rio Pardo, historicamente caracterizadas pela forte presença de descendentes de colonos europeus e pela fragmentação espacial das propriedades rurais.

O tradicional e progressivo processo de repartição de lotes entre os herdeiros familiares e os efeitos para os agricultores da internacionalização e da modernização do CAI do fumo, através de uma maior subordinação econômica, financeira e tecnológica dos fumicultores às empresas fumageiras, têm condicionado a dinâmica de desenvolvimento das pequenas propriedades fumicultoras e influenciado fortemente as iniciativas emancipacionistas.

As recorrentes demandas das populações rurais desses distritos quanto à infra-estrutura para o transporte da produção agrícola, o provimento insuficiente dos governos municipais dos serviços de educação e de saúde para as famílias do meio rural, e a quase ausência de uma estrutura local de comércio e de serviços adequada às demandas da população igualmente estimularam e mesmo justificaram muitas dessas emancipações na região.

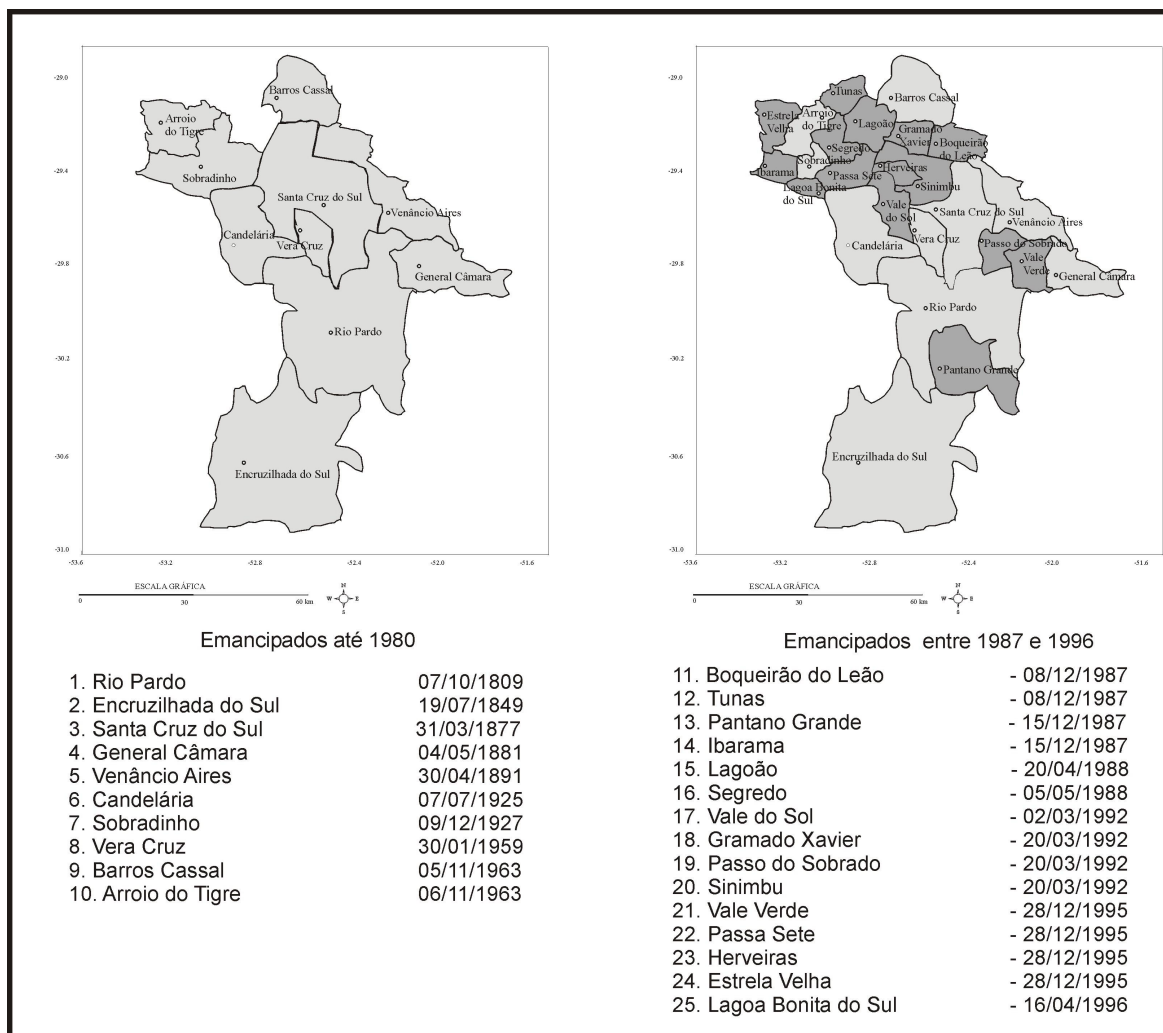


FIGURA 38 - Vale do Rio Pardo: processo de emancipações municipais

Fonte: COREDE-VRP, 1998. Organização: Rogério Silveira

Como reflexo houve, desde 1980, um acréscimo de 14 novos centros urbanos, alterando a morfologia da rede urbana regional. A tabela 38 demonstra a evolução nesse período de tal aumento destacando a distribuição do número de cidades existentes por faixas de tamanho da população urbana.

TABELA 38 - Vale do Rio Pardo: número de cidades por faixas de tamanho - 1980 a 2000

Classes de tamanho	1980	1991	2000
Até 5.000 habitantes	04	08	14
5.001 a 20.000 habitantes	04	05	07
20.001 a 50.000 habitantes	01	02	02
50.001 a 90.000 habitantes	01	01	-
Mais de 90.000 habitantes	-	-	01
Total de cidades	10	16	24

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1980 a 2000. Org. Rogério Silveira

Observa-se que a organização da rede urbana regional tornou-se um pouco mais complexa e diversificada, uma vez que, além do aumento do número de cidades, passou também a haver uma maior diversidade no porte dos centros urbanos, com cidades de variadas classes de tamanho. Mais adiante, a figura 40 ilustra a atual espacialização da hierarquia urbana da rede urbana regional.

Na base ou no escalão inicial da rede urbana regional houve, em decorrência das emancipações municipais, um espetacular crescimento do número das pequenas cidades com até 5.000 habitantes, que ampliaram 3,5 vezes o seu plantel entre 1980 e 2000. Em 2000, o conjunto dessas quatorze pequenas cidades, embora representasse 58% do total das cidades da região, apresentava uma população urbana de 15.371 habitantes, o equivalente a apenas 6,36% da população urbana total da região. Em 2000, oito dessas cidades apresentavam uma população inferior a 1.000 habitantes.

Entre 1980 e 2000, o segundo escalão da rede urbana, com cidades entre 5.000 e 20.000 habitantes, também se ampliou, praticamente dobrando o número de cidades. Em 2000 residiam nas sete cidades desse escalão 69.938 habitantes, aproximadamente 29% da população urbana regional. Entre essas cidades, Encruzilhada do Sul, Candelária, e Sobradinho mantiveram sua importância como centros comerciais e de serviços importantes junto aos seus *hinterlands*, respectivamente, nas microrregiões Sul, Centro e Norte do Vale do Rio Pardo. Já a cidade de Vera Cruz consolidou sua condição de terceira principal cidade do CAI do fumo instalado na região.

No terceiro escalão da rede urbana, relativo às cidades de 20.000 a 50.000 habitantes, também houve a ampliação do número de centros. Se até o final dos anos oitenta apenas a cidade de Rio Pardo pertencia a essa classe, a partir de então a de Venâncio Aires passou a integrá-la, e desde 1991 vem mantendo a condição de segunda maior cidade da região – resultado do seu desempenho como segundo mais importante centro agroindustrial fumageiro da região e da crescente diversificação de sua economia urbana. Em 2000, essas duas cidades responderam por 26% da população urbana da região.

Nesse período, tivemos também a consolidação de Santa Cruz do Sul como principal cidade da região – em 2000 adquire o *status* de cidade média,

com 93.786 habitantes – afirmando sua liderança e centralidade no âmbito da rede urbana regional, além de desempenhar papel estratégico na rede de cidades que integram a espacialidade fumageira, dada a sua condição de principal centro agroindustrial do fumo não apenas do país, mas da América Latina.

O processo recente de urbanização dos núcleos urbanos da região vem se intensificando, embora de modo distinto. Enquanto a população total da região cresceu aproximadamente 7,88% entre 1991 e 2000, a população urbana regional, no mesmo período, ampliou 26,66%. Nos cinco primeiros anos da década de noventa, invertendo a distribuição até então existente da população no território regional, a população urbana superou a rural, alcançando em 1996 um índice de urbanização de 54,15%. Em 2000 esse índice ampliou-se indicando que 58,14% da população total da região residiam nas cidades.

A figura 39 ilustra o crescimento da população urbana das seis principais cidades da região entre 1980 e 2000, evidenciando a intensidade do crescimento da população de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz, cidades que concentram as atividades industriais, de serviço e de gestão relacionadas ao CAI do fumo na região.

A cidade de Santa Cruz do Sul, entre 1980 e 2000, apresentou um incremento de 38.691 habitantes, representando um crescimento relativo de 70,22% em relação à população existente em 1980. Entre 1991 e 1996 imigraram para Santa Cruz do Sul cerca de 7.020 pessoas originárias de outros estados e, principalmente, de municípios do Rio Grande do Sul, representando, aproximadamente, 8,41% da população urbana de Santa Cruz do Sul, em 1996. (IBGE, 1991 e 2000). Na condição de maior centro urbano e de principal mercado de trabalho da região, Santa Cruz do Sul continuou atraindo, embora em menor intensidade do que no período anterior, emigrantes originários de municípios da região.

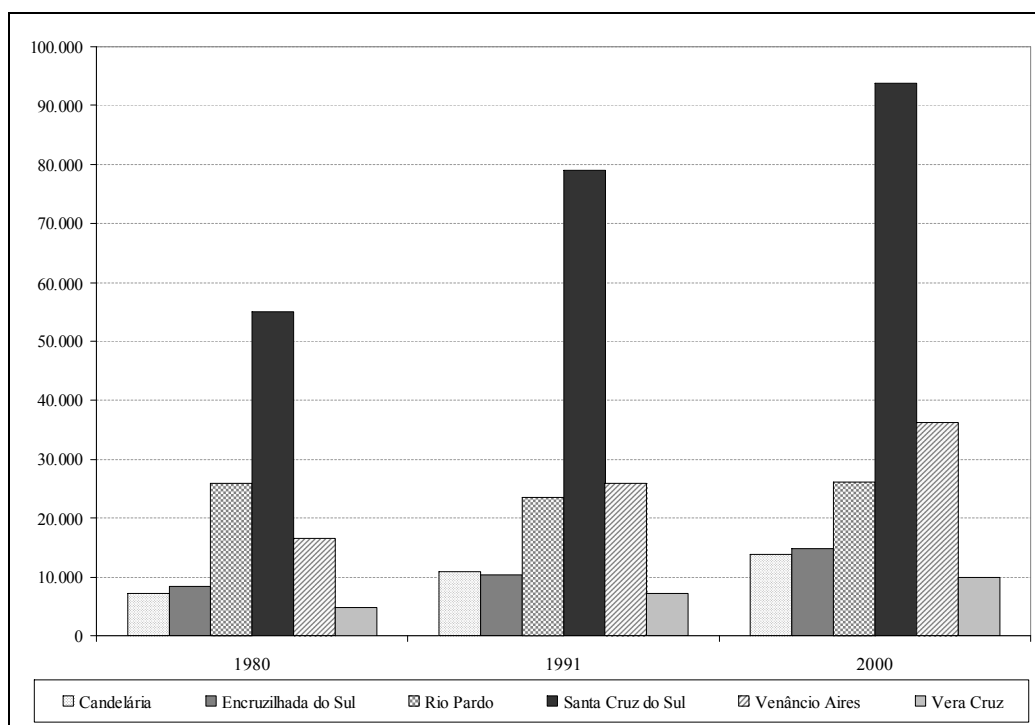


FIGURA 39 - Vale do Rio Pardo: população das seis maiores cidades - 1980 a 2000

Fonte: Organizado por Rogério Silveira com base nos dados dos Censos Demográficos - IBGE.

Em Venâncio Aires e em Vera Cruz, a intensidade do crescimento da população urbana entre 1980 e 2000 foi ainda maior. Enquanto em Vera Cruz houve um incremento, no período, de 5.129 novos habitantes, o correspondente a um aumento de 107%, em Venâncio Aires, a população urbana foi acrescida de 19.567 novos habitantes, representando no mesmo período um acréscimo populacional da ordem de 118%. Nesta cidade, 16,53% dos novos moradores migraram entre 1991 e 1996 desde outros municípios no estado e no país evidenciando a sua crescente importância na economia regional. (IBGE, 2000).

A análise dos dados censitários revela também uma outra característica presente no processo recente de urbanização na região, que é a da progressiva desconcentração espacial da população urbana regional, já iniciada na década de setenta. O índice de primazia urbana²⁷² na região, embora ainda se mantenha significativo, vem gradativamente reduzindo. Em 1940 ele correspondia a 91%, em 1980 passou a 85,18%, em 1996 ficou em

²⁷² O índice de primazia urbana é obtido através da seguinte fórmula: população das cinco maiores cidades/população urbana total da região x 100.

77,15% e em 2000 chegou a 76,52%. Essa tendência é confirmada quando analisamos o desempenho de Santa Cruz do Sul, a mais populosa cidade da região, que praticamente estabilizou sua participação relativa em relação à população urbana total da região. Em 2000 a população urbana de Santa Cruz do Sul representava 38,86% da população urbana regional, índice similar ao de 1940 e ligeiramente inferior a 1991, quando representou 41,47% da população urbana do Vale do Rio Pardo. Por sua vez, a participação das cidades entre 10.000 e 50.000 habitantes na distribuição da população urbana regional tem simultaneamente ampliado. Enquanto em 1991 elas respondiam por 37,23% da população urbana regional, em 2000, essa participação ampliou-se para aproximadamente 46,60%, demonstrando uma maior distribuição da população urbana no espaço regional.

10.2.2 - A expansão e a modernização dos sistemas de engenharia e de objetos técnicos e o aumento da fluidez no território

O aprofundamento da dinâmica da divisão territorial do trabalho implementada na região, com a consolidação do CAI do fumo no período, resultou na instalação /ou na expansão de sistemas de engenharia e de objetos e sistemas técnicos no território regional. O equipamento do território, embora tenha alcançado graus maiores de cobertura espacial, de eficiência logística e de complexidade técnica, continuou sendo orientado pela lógica hegemônica de desenvolvimento da agroindustrialização do fumo, especialmente a fim de ampliar a fluidez e de permitir melhores condições de circulação e de comunicação entre os lugares da região, e entre eles e aqueles que externamente integram a espacialidade agrofumageira.

Assim, na medida em que principalmente se tem buscado ampliar a fluidez na circulação do fumo, de insumos, mão-de-obra, capital, informações e ordens necessárias à reprodução e acumulação do capital agroindustrial fumageiro, a instalação no território e o uso desses sistemas de engenharia e objetos e sistemas técnicos mantiveram-se social e economicamente seletivos e espacialmente desiguais. Contrariamente a outros CAIs instalados no país, o do fumo não promoveu um aprofundamento e uma maior intensificação na divisão do trabalho entre as cidades da região, o que por conseqüência impôs

limites a uma difusão virtuosa de inovações técnicas, ou de novos fluxos e fluxos no conjunto do território e entre as cidades da região. Na realidade, os efeitos do funcionamento e da consolidação das atividades agroindustriais fumageiras na região têm promovido uma expansão desigual do meio técnico-científico e informacional no território, onde a cidade de Santa Cruz do Sul, pela maior integração das atividades agroindustriais ao circuito da sua economia urbana e pela crescente regulação urbana das inovações técnicas introduzidas na produção agrícola do fumo, consolidou sua posição de principal centro urbano da rede urbana regional.

A atual configuração espacial dos sistemas de engenharia e dos objetos e sistemas técnicos instalados no território, além de refletir os distintos níveis de participação dos lugares no trabalho regional, também revela a densidade material do território e a organização e o funcionamento da rede urbana regional. A figura 40 apresenta a localização dos distintos núcleos urbanos e os principais sistemas técnicos e equipamentos de transporte atualmente existentes na região.

O modal ferroviário, a partir de 1996, com a privatização da malha sul da Rede Ferroviária Federal, foi redimensionado.²⁷³ Desativou-se naquele ano o transporte de passageiros e a estrada de ferro instalada na região passou a apresentar basicamente a circulação de trens cargueiros. Em 2005, enquanto a malha rodoviária regional apresentava uma extensão de 954 km e um movimento anual de 1.087 milhões de TKUs (toneladas por km utilizado), a malha ferroviária instalada na região abrangia 107 km, transportando cerca de 107,2 milhões de TKUs. Mantendo a mesma e rígida configuração espacial do passado, paralela ao leito do rio Jacuí, a estrada de ferro tem sido utilizada na região, basicamente, para o transporte de arroz beneficiado, de pedra calcária, de clínquer, de cimento e de adubo, principalmente, entre as cidades de Uruguaiana e Passo de Los Libres, na fronteira com a Argentina, e a cidade de Rio Pardo. (SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO, 2006).

²⁷³ Em 1996 a Ferrovias Sul Atlântico venceu o processo de privatização da malha sul da Rede Ferroviária Federal e passou a operar a malha no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, através da empresa América Latina Logística, criada também em 1997.

Situação similar tem sido experimentada pelas hidrovias existentes na região. No rio Jacuí, os tradicionais problemas advindos do assoreamento e do regime hidrológico intermitente do rio ao longo do ano impedem uma maior circulação das barcaças de carga. Os portos de Rio Pardo e de General

Câmara, devido a sua precária infra-estrutura de apoio à atracação das embarcações e ao armazenamento de carga, têm sido utilizados basicamente para a extração e o transporte de material de construção (areia e cascalho).

Já no rio Taquari, o porto de Estrela operou entre 1997 e 1998 o transporte de pequenas cargas de contêineres de fumo, mas a falta de uma melhor infra-estrutura logística levou as empresas fumageiras de Santa Cruz do Sul e de Venâncio Aires a concentrarem suas operações de escoamento do fumo processado ao Porto de Rio Grande, através do transporte rodoviário.

Quanto ao transporte aeroviário, o principal aeroporto da região instalado em Santa Cruz do Sul mantém um uso basicamente restrito à circulação de pequenas aeronaves locais de passeio e lazer; o acesso às novas tecnologias de telecomunicação e a difusão da transferência eletrônica e digital de informações levou ao fim do transporte aéreo de documentos entre as unidades fumageiras instaladas na região e suas subsidiárias e demais unidades de compra localizadas no Sul do país. Além disso, a crescente modernização das aeronaves não foi acompanhada por um adequado redimensionamento e equipamento da pista, o que impôs uma forte diminuição dos vôos. Recentemente, tem havido a mobilização de lideranças políticas santa-cruzenses com apoio dos empresários locais, especialmente do setor fumageiro, quanto à necessidade de ampliação da pista e de modernização das instalações, tornando o aeroporto de classe regional. O objetivo é tanto o de permitir melhores condições de aterrissagem aos jatos particulares e aviões de médio porte fretados pelos compradores internacionais de fumo, quanto possibilitar a integração da cidade às rotas comerciais operadas pelas companhias aéreas regionais, permitindo assim a ligação aérea da região com as principais cidades do Estado e com Porto Alegre, neste caso facilitando a interconexão com os demais centros econômicos e as metrópoles no país e no exterior.

A figura 40 evidencia que, como no período anterior, o modal rodoviário continuou sendo priorizado na ligação entre as cidades da região, e utilizado como principal meio de transporte intra-regional e inter-regional de produtos e passageiros. Todavia, é preciso considerar que na região a participação das rodovias pavimentadas em relação ao total das rodovias existentes é menor da

que ocorre no Estado. Em 1998, enquanto na região essa relação era de 62%, no Estado era de 74%. Além disso, essa relação também se apresenta de modo desigual na região. Enquanto no município de Santa Cruz do Sul a participação das rodovias asfaltadas no conjunto das rodovias municipais, em 1998, era de 68%, nos demais municípios do Vale do Rio Pardo essa participação era de apenas 11%. (CARRARO *et al*, 2002).

Observamos que a malha viária da região foi ampliada, mantendo, contudo, o anterior padrão espacial de equipamento do território, na medida em que muitos dos pequenos núcleos urbanos, especialmente no norte da região, como Tunas, Lagoão, Herveiras e Gramado Xavier ainda não contam com ligação asfáltica às principais rodovias. Além disso, a circulação no interior dos municípios e entre boa parte das cidades ainda é realizada em vias municipais e intermunicipais não pavimentadas, dificultando o deslocamento de pessoas e o transporte e a comercialização de produtos e mercadorias.²⁷⁴

Entre as principais obras de engenharia, realizadas no período, destacamos a pavimentação da RS 244, que além de promover a conexão viária entre as cidades de Passo do Sobrado, Vale Verde e General Câmara, e dessas à RS-287 – importante eixo transversal de articulação da região à capital e à região metropolitana –, também se constitui em via alternativa de ligação da região à BR-290, e, através desta, à capital e ao Porto de Rio Grande. Também merece destaque a extensão da pavimentação da BR-481 entre Sobradinho, Arroio do Tigre e Estrela Velha, permitindo uma melhor articulação viária entre esses núcleos urbanos do norte da região, e sua ligação com os centros regionais de Soledade, Passo Fundo e Cruz Alta, no planalto gaúcho.

A obra rodoviária mais reivindicada pelas lideranças políticas e empresariais da região continuou sendo a BR-471, ligação asfáltica entre a cidade de Barros Cassal, no norte da região, e a cidade de Encruzilhada do Sul, na porção meridional da região, e sua conexão com a cidade de Canguçu,

²⁷⁴ As cidades de Ibarama e Boqueirão do Leão também não dispõem ainda de acesso asfáltico. Muitas das obras de implantação das rodovias e dos acessos asfálticos a essas cidades foram iniciadas já há pelo menos dez anos, todavia diante da falta de recursos estaduais e da não-priorização pelo governo estadual das mesmas, elas vêm sofrendo descontinuidade em sua execução.

próxima à aglomeração urbana de Pelotas e Rio Grande. Essa obra é estratégica para a região na medida em que, além de promover a ligação viária entre o Norte e o Sul do Vale do Rio Pardo e permitir, pelo seu traçado transversal aos principais eixos rodoviários que cortam a região, novas condições de acesso e de comunicação entre as cidades da região, também possibilitará uma nova e menos onerosa alternativa de escoamento da produção regional e do norte do Estado para o Porto de Rio Grande.²⁷⁵

Essas obras são de vital importância para o setor fumageiro, não apenas por facilitar o escoamento da produção do fumo das áreas fumicultoras localizadas no Rio Grande do Sul para as usinas fumageiras instaladas na região, mas principalmente porque diminuem a distância entre as plantas industriais das fumageiras e cigarreiras e o Porto de Rio Grande, possibilitando assim maior fluidez e um menor custo no transporte, tanto do fumo processado e do cigarro para exportação, quanto dos insumos importados pelas empresas agrofumageiras para uso na produção e no processamento do fumo, como na produção do cigarro. O uso do modal rodoviário pelo setor fumageiro tem sido priorizado pelos ganhos comparativos em termos de custo, segurança e tempo de deslocamento em relação aos modais ferroviário e hidroviário. Além do que as complexas operações logísticas, envolvendo o transporte da produção do setor, requerem especialização, agilidade e sincronia entre a expedição dos contêineres com fumo e cigarros desde as usinas e fábrica até os navios no porto de Rio Grande, de modo a assegurar a integridade e a qualidade do produto e o cumprimento dos prazos de entrega no exterior.²⁷⁶

²⁷⁵ Iniciada na década de setenta, através da construção do trecho Encruzilhada do Sul - Santa Cruz do Sul, a rodovia BR-471 teve sua construção retomada pelo governo estadual, através do DAER, em 2002. A necessidade de redefinição do seu traçado e de licenciamento ambiental somada às dificuldades no financiamento da obra resultou em sucessivas interrupções, levando à sua paralisação integral em meados de 2004. Desde então, as lideranças políticas regionais e principalmente as empresas fumageiras têm pressionado o governo estadual para a retomada imediata da obra. A rodovia BR-471 construída inicialmente pelo governo federal foi transferida para o governo estadual no final dos anos noventa. O recomeço das obras de continuidade da rodovia e a redefinição do traçado preexistente pelo DAER, em 2002, envolveu a denominação de RS-412 para o novo trajeto viário.

²⁷⁶ Os contêineres usados no transporte do fumo são diferenciados quanto à sua vedação a fim de evitar a umidade e eventuais odores externos à carga. Também apresentam o dobro do tamanho dos contêineres convencionais (40 pés) e possuem maior capacidade de carga, aproximadamente 36 toneladas. O transporte dos contêineres de fumo entre as usinas e o porto de Rio Grande tem sido realizado basicamente por caminhões, dada a maior agilidade desses veículos. Durante o período de exportação do fumo, num percurso diário, envolvendo a duração de dezoito horas, os caminhões buscam os contêineres vazios nos navios ancorados

Além dessas, também merece destaque a implementação de obras de engenharia de conservação e de melhoria nos principais eixos rodoviários que cruzam a região e que acessam a cidade de Santa Cruz do Sul, como a BR-471, a BR-290 e a RS-287, e também a cidade de Venâncio Aires, como a RS-287 e a RS-453. Tais obras foram realizadas através da concessão pelo Estado para a iniciativa privada dos serviços de manutenção das rodovias mediante a cobrança de pedágios.²⁷⁷ Se por um lado a privatização dessas rodovias permitiu uma progressiva melhoria na trafegabilidade e na segurança das estradas, facilitando o acesso à região metropolitana e a Santa Maria, e possibilitando melhores condições de escoamento do fumo para as usinas da região, bem como o transporte de insumos e equipamentos adquiridos pelas empresas do setor fumageiro desde outras cidades do Estado e do país, por outro lado, promoveu grande insatisfação dos empresários regionais pelo aumento no custo do transporte decorrente dos gastos com os pedágios. Além disso, esses custos também se fizeram sentir no comércio intra-regional e no conjunto dos usuários que circulam diariamente entre as demais localidades e cidades da região e Santa Cruz do Sul, para trabalhar, realizar compras, buscar

no porto seguem para as usinas de fumo, onde os contêineres são carregados com o fumo acondicionado em caixas de papelão, e retornam para o porto efetivando o embarque. Em 2005, cerca de 27 mil contêineres com fumo seguiram das usinas de fumo instaladas na região para o porto de Rio Grande, representando 25% do movimento total de contêineres exportados pelo porto. (Porto de Rio Grande, 2006). Atualmente, existem negociações em curso envolvendo o SINDIFUMO, o governo estadual e empresas concessionárias de transporte no sentido de se buscar alternativas de transporte do fumo processado diante do elevado custo do transporte rodoviário, bem como dos eventuais contratempos a ele vinculados como greves, bloqueios de estradas e queda de pontes. Uma primeira alternativa cogitada foi a recuperação da estação ferroviária de Ramiz Galvão em Rio Pardo com a construção junto a ela de um terminal de contêineres aliada à disponibilização pela América Latina Logística de vagões especiais com capacidade de transporte de contêineres com fumo, utilizando a rede ferroviária até o Porto de Rio Grande. Uma segunda alternativa, ainda em estudo, envolve a retomada da utilização do transporte hidroviário através do equipamento, da modernização e da ampliação dos portos de Rio Pardo, no rio Jacuí, e de Estrela, no rio Taquari, a fim de que os contêineres de fumo pudessem ser por eles expedidos através de barças até a Lagoa dos Patos, de lá seguindo até o Porto de Rio Grande.

²⁷⁷ Entre 1995 e 1998, através da criação pelo governo estadual de Antonio Britto, do Programa Estadual de Concessão de Pólos Rodoviários, foram instalados em importantes eixos rodoviários do Estado, pedágios administrados pela iniciativa privada, a quem foi repassada a concessão de exploração do serviço de conservação e melhoria das rodovias. Na região tivemos a instalação em novembro de 1998 do Pólo Rodoviário de Santa Cruz do Sul constituído de praças de pedágio em Candelária e em Venâncio Aires, na RS-287, e em Rio Pardo, na BR-471. Através do Pólo Rodoviário Metropolitano, tivemos a instalação de pedágio em Pantano Grande, na BR- 290, de modo que todos os principais acessos à Santa Cruz passam pelos pedágios. Diante da falta de recursos públicos para investimento na conservação da malha viária estadual, a política de privatização das rodovias buscou garantir melhores condições de tráfego e segurança para a logística de circulação. Tais concessões asseguraram às empresas um prazo de 15 anos de exploração do serviço mediante a cobrança de pedágio.

serviços, estudar ou mesmo procurar lazer, impondo maiores limites à circulação daqueles segmentos sociais com menor poder aquisitivo.

Concordamos com Offner (1993) de que as rodovias, ao invés de serem consideradas objetos técnicos estruturantes pelo seu conteúdo tecnológico, devem sim ser pensadas como suporte das ações e dos fluxos que animam a rede urbana regional. Alguns dos principais fluxos que essas rodovias atualmente possibilitam ocorrem através da intensificação da vida de relações entre os lugares da região, especialmente entre as cidades locais, mas também entre elas e lugares externos à região. Fluxos esses que consolidam a condição de comando e a centralidade da cidade de Santa Cruz do Sul no âmbito da rede urbana regional.

A melhoria e a ampliação nas rodovias e estradas vicinais que servem à região, aliadas ao crescimento do número de cidades, da urbanização e da intensificação das relações econômicas e sociais, se fizeram também acompanhadas pelo expressivo crescimento da frota de veículos regional que ampliou de 43.323 veículos, em 1985, para 142.041 veículos, em 2006, um aumento da ordem de 227,86%.²⁷⁸ Os dados da FEE mostram que entre 1995 e 2005 o número de veículos de transporte de cargas ampliou aproximadamente 83,31%, passando de 9.725 para 17.827 veículos, entre caminhões e camionetas, evidenciando o aumento dos fluxos materiais – matérias-primas, produtos, meios de produção em geral – que se realizam na região, ou mesmo que chegam ou que partem da região, especialmente aqueles relacionados aos circuitos espaciais de produção do fumo e do cigarro. Nesse período, também ampliou o número de veículos de transporte de passageiros na região. Entre 1995 e 2005, o total de veículos dessa categoria passou de 63.430 para 112.065 unidades, representando um aumento de 76,67%. (FEE, 2006). Esse aumento evidencia uma maior mobilidade das pessoas entre os lugares e as cidades da região, na medida em que corresponde não só à ampliação do transporte coletivo de passageiros, através da ampliação das linhas regulares intermunicipais e do aumento do serviço

²⁷⁸ De acordo com os dados do DENATRAN, em 2006 a frota de veículos da região se constituía de: 77.121 automóveis, de 5.375 caminhões, de 1.278 ônibus e microônibus e de 23.836 motos, respectivamente, 3,50%, 3,32%, 3,83% e 6,26% do total de cada categoria de veículo registrada no Rio Grande do Sul. (DENATRAN, 2006).

particular de fretamento de ônibus para o transporte de funcionários das empresas, especialmente das fumageiras, mas também ao aumento do transporte individual para a realização dos fluxos de pessoas tanto no interior das cidades como entre elas, e mesmo entre elas e as áreas rurais circundantes, ou entre elas e outras cidades do Estado.²⁷⁹

A tabela 39 mostra a dinâmica dos fluxos de pessoas entre as cidades da região. Nela observamos a intensidade dos principais fluxos de passageiros de ônibus intermunicipais que ocorreram na região no ano de 1994, destacando as principais cidades de destino, de acordo com os dados fornecidos pelo DAER.

TABELA 39 - Vale do Rio Pardo: transporte de passageiros de ônibus intermunicipais, 1994.

Destino \ Origem	Destino			
	Rio Pardo	Santa Cruz do Sul	Sobradinho	Venâncio Aires
Arroio do Tigre		10.130	44.414	
Boqueirão do Leão		4.601		5.734
Candelária		48.865	14.137	
Encruzilhada do Sul		24.819		
General Câmara				3.761
Ibarama			8.762	
Pantano Grande	16.524	17.001		
Passo do Sobrado		10.848		
Rio Pardo		82.492		
Santa Cruz do Sul	40.306			33.549
Segredo			20.992	
Sinimbu		38.385		
Sobradinho		16.287		
Venâncio Aires		70.158		
Vera Cruz		48.090		
Total de passageiros no destino	56.830	371.676	88.305	43.044

Fonte: Adaptado de COREDE do Vale do Rio Pardo (1998, p. 81).
Organização: Rogério Silveira

²⁷⁹ Entre 1999 e 2003, o movimento de veículos no conjunto das três praças de pedágio do Pólo Rodoviário de Santa Cruz do Sul ampliou aproximadamente 116,35%, representando, em média, 11% do fluxo de veículos que circulam no total das rodovias pedagiadas do Estado. Em 2003, um total de 4.799.174 veículos passaram pelas praças de pedágio da região, e a de Venâncio Aires, instalada na fronteira intermunicipal de Venâncio Aires com Santa Cruz do Sul, na RS-287, respondeu por 50% do movimento total do Pólo Rodoviário de Santa Cruz, apresentando um acréscimo de 127,18% no número de veículos que circularam por esse trecho da rodovia, entre 1999 e 2003. (DAER, 1999 a 2003).

Observa-se que a cidade de Santa Cruz do Sul apresenta-se como principal local de destino do transporte coletivo intermunicipal realizado na região, absorvendo, aproximadamente dois terços do total dos passageiros transportados nesse ano.²⁸⁰

Sobradinho, como segundo principal lugar de destino, revela a sua importância e centralidade urbana em relação às cidades menores localizadas na parte norte da região. Já Rio Pardo e Venâncio Aires caracterizam-se por absorver os fluxos de passageiros provindos dos centros menores localizados em seu entorno e por absorverem considerável fluxo de passageiros provenientes de Santa Cruz do Sul, revelando uma importante circulação de pessoas entre esses centros, certamente em busca de trabalho, compras e serviços.

Os dados do Censo Demográfico de 2000 reforçam a existência de parte desses fluxos entre as cidades, ao demonstrar que em alguns municípios do Vale do Rio Pardo há um considerável contingente de moradores que trabalham ou estudam em outros municípios. Em 2000, 2.480 moradores de Vera Cruz e 2.144 moradores de Rio Pardo, respectivamente, 17% e 9,31% do total das pessoas que trabalham ou estudam nesses municípios, buscavam externamente trabalho e estudo. Considerando a proximidade e a facilidade de acesso para Santa Cruz do Sul, a maior estrutura de seu mercado de trabalho e a existência de vagas no ensino superior, supõe-se que é para lá que grande parte desse contingente de trabalhadores se desloca. A oferta recorrente, embora irregular, de novas vagas para o trabalho temporário nas usinas de processamento de fumo, a expectativa de emprego nas demais atividades industriais ou comerciais e de serviços, além da existência de vagas em cursos superiores e cursos técnicos nas instituições de ensino instaladas na cidade, certamente acabam atraindo para Santa Cruz do Sul parte significativa desses trabalhadores e estudantes. Os dados também indicam que em General Câmara, 471 moradores, ou 8,67% dos que trabalham e estudam, deslocam-se para trabalhar e estudar em outros municípios. Pensamos que parte

²⁸⁰ Os dados do DAER relativos ao número de linhas regulares de transporte coletivo intermunicipal existente, em 2006, na região demonstram que do total de 87 linhas, aproximadamente, 37 linhas, ou seja, 42,52% são linhas com origem na cidade de Santa Cruz do Sul e que a ela retornam no percurso de retorno. (DAER, 2006).

significativa desse fluxo destina-se para Venâncio Aires, atraído pelo emprego temporário nas empresas fumageiras lá instaladas.²⁸¹

Além disso, tivemos nas principais cidades da região – Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires – a instalação e a ampliação de objetos técnicos através da criação de empresas no setor industrial e no setor de comércio e serviços, consolidando-se assim sua centralidade em relação aos postos de trabalho e ao consumo urbano regional, especialmente quanto à oferta de serviços.

De acordo com o IBGE, as economias urbanas de Santa Cruz do Sul e de Venâncio Aires foram responsáveis por 56% das empresas e por 59% dos empregos industriais criados na região, entre 1996 e 2003.²⁸² Enquanto em Santa Cruz do Sul o número de empresas e de vagas de no setor industrial aumentou, respectivamente, em 29,57% e 5,87%, em Venâncio Aires o desempenho foi superior, respectivamente de 55,13% e 11,29%. O menor crescimento dessas variáveis em Santa Cruz do Sul reflete, especialmente, as conseqüências nesse período dos processos de modernização e racionalização produtiva das empresas fumageiras e de fechamento de grandes empresas locais na área de alimentos, metalmeccânica e confecções. Todavia, em 2003, a cidade ainda respondia por uma parcela significativa do conjunto das empresas e dos empregos industriais existentes na região, respectivamente, 36,55% e 47,28%.

A cidade de Santa Cruz do Sul acabou reforçando sua anterior condição de principal núcleo industrial especializado no processamento de fumo e na fabricação de cigarros, na medida em que tanto novas usinas foram criadas, quanto plantas industriais já existentes foram também ampliadas e modernizadas. Nesse período, também tivemos na cidade a instalação de algumas empresas industriais especializadas na produção de assessórios e equipamentos para o cultivo do fumo, e na fabricação de equipamentos e

²⁸¹ De acordo com o Sr. Rogério Siqueira, vice-presidente do STIFA de Venâncio Aires, um contingente significativo de trabalhadores temporários na safra do fumo procede de General Câmara. Entrevista realizada em 06 de maio de 2005.

²⁸² O setor industrial caracterizado pelo IBGE em seu Cadastro Geral de Empresas agrega dados das indústrias extrativas, de transformação, de construção e da produção e distribuição de eletricidade, gás e água. Entre 1996 e 2003 foram criadas na região 750 novas empresas industriais e 2.355 novos empregos. Em 2003, a região apresentou no setor industrial 2.829 empresas e 26.677 empregados, enquanto em Santa Cruz do Sul tivemos 1.034 empresas e 12.615 empregados, e, em Venâncio Aires, 529 empresas e 6.887 empregados. (IBGE, 1998 e 2003).

máquinas para o processamento industrial de fumo. Já a economia diversificada de Venâncio Aires – estruturada não apenas no setor fumageiro, mas também nos setores metal-mecânico e metalúrgico – se manteve em 2003 como a segunda mais importante, respondendo por 18,69% das empresas e por 25,81% dos empregos industriais na região. (IBGE, 1998 e 2003).

No setor de comércio e serviços, igualmente verificamos a importância dessas duas cidades ao responderem em conjunto por 54,94% das empresas e por 87,04% dos empregos criados na região entre 1996 e 2003.²⁸³ Nesse ano, Venâncio Aires apresentou 3.062 empresas e 6.349 empregados, respectivamente, 17,27% e 12,95% das empresas e dos empregados do setor de comércio e serviços existentes na região. Já Santa Cruz do Sul, em 2003, apresentou 6.668 empresas e 25.743 empregados no setor, respondendo por 37,61% das empresas e por 52,51% dos empregos existentes no setor terciário da região. (IBGE, 1998 e 2003).

Como vimos antes, o processo de modernização da agroindústria fumageira e a progressiva incorporação de ciência, tecnologia e informação nas etapas de produção, de comercialização e transporte do fumo, têm levado ao uso de novos produtos – sementes híbridas, novos fertilizantes e agrotóxicos, novos equipamentos, *softwares*, entre outros – e demandado novos serviços especializados – como os de assistência técnica, análises químicas e biológicas do fumo, certificações, informática e logística - além de crédito, infra-estrutura e apoio da administração pública. Na medida em que a agroindustrialização do fumo se moderniza, amplia-se a sua integração à economia urbana, bem como a sua regulação torna-se cada vez mais urbana, contribuindo assim para o crescimento da urbanização, especialmente, em Santa Cruz do Sul.

²⁸³ Os dados agrupados no Setor de Comércio e de Serviços englobam as áreas de: Administração pública, defesa e seguridade social; Alojamento e alimentação; Comércio, reparação de veículos automotivos, objetos pessoais e de uso doméstico; Educação, Locações e vendas de imóveis, Intermediação financeira, Saúde e serviços sociais, Serviços domésticos, Serviços prestados a empresas, Transporte, armazenagem e comunicações, e outros Serviços coletivos, sociais ou pessoais. Entre 1996 e 2003 foram criados, no Vale do Rio Pardo, 6.810 novas empresas de comércio e serviços e 8.101 novos empregos. Em 2003, a região apresentou no setor industrial 2.829 empresas e 26.677 empregados no setor. (IBGE, 1998 e 2003).

Como lembram Santos e Silveira (2001, p.225), “a expansão do meio técnico-científico-informacional aumenta as necessidades em energia elétrica”. O incremento do processo de urbanização, da expansão da atividade agroindustrial, da crescente informatização das atividades econômicas e da ampliação do consumo urbano promoveu um expressivo aumento na demanda de energia elétrica na região.

Entre 1994 e 2004, enquanto o consumo de energia elétrica na região ampliou 1,6 vezes, em Santa Cruz do Sul e em Venâncio Aires o aumento foi ainda maior, respectivamente, 1,7 e 1,8 vezes – todos superiores ao aumento experimentado pelo Estado que foi de 1,4 vezes. Em 2004, as cidades de Santa Cruz do Sul e de Venâncio Aires responderam, respectivamente, por 46,70% e 20,77% do consumo regional de energia (698.818 *megawatts-hora*), demonstrando a importância de suas economias urbanas no âmbito regional. Se considerarmos o consumo industrial e comercial de energia realizado na região em 2004, igualmente verificamos a expressiva participação relativa dessas cidades que, juntas, responderam por 87,38% do consumo industrial e por 70,49% do consumo comercial de energia. Além disso, os dados da FEE também apontam nesse período para um crescimento, embora menor, de 1,7 vezes no consumo de energia nas áreas rurais da região - evidenciando uma maior demanda de energia provocada pela modernização agrícola e pela difusão, ainda que desigual no território, do meio técnico-científico-informacional. (FEE, 2006).²⁸⁴

A consolidação da agroindústria fumageira na região e sua maior integração à economia mundial resultaram na expansão e progressiva segmentação espacial das distintas etapas produtivas que constituem os circuitos espaciais do fumo e do cigarro e, por consequência, na intensificação das trocas e relações entre lugares e regiões que integram a ampla espacialidade agroindustrial fumageira. Os círculos de cooperação que foram

²⁸⁴ Os atuais sistemas de engenharia que asseguram o abastecimento elétrico da região constituem-se de duas subestações elétricas da CEEE, localizadas nas cidades de Santa Cruz do Sul e de Venâncio Aires, alimentadas, cada uma, por linhas de transmissão de 230 KV oriundas, respectivamente, das usinas hidrelétricas de Itaúba e de Dona Francisca, e da usina hidrelétrica de Passo Real, ambas localizadas na região central do Estado. Dessas subestações a energia é distribuída pelas redes de serviços da AES Sul, empresa concessionária que atua na região. (OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO, 2006).

se constituindo, possibilitando a articulação espacial e a integração econômica dos diferentes agentes sociais que atuam no CAI do fumo e permitindo o movimento da produção no território, realizaram-se através de novos e crescentes fluxos de informações, de ordens, de mensagens e de capitais. Essa demanda de maior fluidez, reclamada pela agroindustrialização do fumo, também se apresentou com a progressiva urbanização das principais cidades da região e com o crescimento das relações econômicas e sociais entre e desde as cidades da região.

Os novos investimentos realizados tanto pela EMBRATEL e pela CRT, quanto pelas empresas privadas concessionárias de telefonia fixa e móvel – após a privatização do sistema de telecomunicações no país, a partir de 1998 – , possibilitaram a ampliação e a modernização dos sistemas de engenharia ligados às telecomunicações, como centrais telefônicas, redes de transmissão, e estações terminais e receptoras, bem como a expansão e difusão dos serviços de telefonia e de transmissão de dados na região.

A tabela 40 registra a expressiva ampliação do número de terminais telefônicos em serviço na região, entre os anos de 1991 e 2004, evidenciando a expansão da telefonia fixa no território.

Observa-se que nesse período houve um aumento de 53.434 novos terminais telefônicos na região, um acréscimo de 472,19% em relação ao total de terminais existentes em 1991 – índice esse superior ao verificado no Rio Grande do Sul no mesmo período, quando o Estado apresentou um aumento de 346,15%. O conjunto dos municípios da região apresentou no período uma significativa ampliação do número de terminais telefônicos, entre os quais merecem destaque Vera Cruz e Venâncio Aires que apresentaram, respectivamente, um incremento relativo de 988,85% e 542,55%, refletindo o dinamismo de sua economia urbana alavancada pela agroindustrialização do fumo. Ao longo desse período, Santa Cruz do Sul manteve a condição de liderança concentrando em seu território a maior parte dos terminais telefônicos em serviço na região, apresentando em 2004 uma participação de 47,71%.

TABELA 40 - Vale do Rio Pardo e municípios selecionados: número de terminais telefônicos em serviço e teledensidade em 1991 e 2004

Municípios	1991		2004		% crescimento do n° terminais 1991 a 2004
	N° de terminais	Teledensidade♦	N° de terminais	Teledensidade♦	
Candelária	550	1,96	2.930	9,64	432,72
Encruzilhada do Sul	439	2,05	2.543	9,97	479,27
Estrela Velha	-	-	140	3,70	-
Lagoa Bonita do Sul	-	-	123	4,59	-
Lagoão	-	-	214	3,35	-
Passa Sete	-	-	106	2,19	-
Rio Pardo	1.228	2,84	5.068	12,96	312,70
Santa Cruz do Sul	6.064	5,14	30.892	27,44	409,43
Sobradinho	601	3,00	2.421	17,19	302,82
Venâncio Aires	1.443	2,60	9.272	14,12	542,55
Vera Cruz	287	1,60	3.125	13,82	988,85
Vale do Rio Pardo	11.316	2,94	64.750	15,69	472,19

Fonte: FEE, 2006. ♦Calculado com base nos dados da FEE. Organização: Rogério Silveira

Ao mesmo tempo, os dados relativos à teledensidade²⁸⁵ mostram a desigualdade no acesso aos serviços de telefonia pela população dos municípios da região. Em 2004, ao mesmo tempo em que Santa Cruz do Sul, cidade mais urbanizada, apresentava uma teledensidade quase duas vezes maior que a verificada na região, e inclusive superior à do Estado que nesse ano foi de 23,32, notamos a existência de uma menor disponibilização desses equipamentos para a população dos demais municípios. Enquanto nos municípios de Sobradinho, Vera Cruz, Venâncio Aires, Rio Pardo, Encruzilhada do Sul e Candelária, tradicionais e importantes centros urbanos da região, a teledensidade se apresenta em níveis intermediários, nos pequenos municípios que se emanciparam ao longo desse período, como Herveiras, Passa Sete, Lagoão e Lagoa Bonita do Sul, cuja população na sua grande maioria ainda reside no meio rural, a teledensidade alcança os menores níveis da região,

²⁸⁵ Teledensidade é o indicador internacional do setor de telecomunicações que considera o número de telefones em serviço para cada grupo de 100 pessoas. Calculado pelo autor com base nos dados da FEE.

evidenciando não apenas a menor dinamicidade econômica dessas cidades, como também uma maior limitação da difusão espacial desse serviço, dados os limites da rede técnica de suporte existente na região.

Em 1992, teve início no Rio Grande do Sul o serviço móvel de telefonia celular e em razão de sua menor dependência à infra-estrutura física – linhas de transmissão e pontos de suporte – pode se difundir rapidamente pelo território. Difusão essa estimulada pelo barateamento dos aparelhos e serviços telefônicos decorrente do processo instituído de concorrência entre as empresas concessionárias a partir da privatização da telefonia. De acordo com dados da ANATEL, em dezembro de 2005, a teledensidade do Estado na telefonia móvel (64,41) foi superior à verificada no país (46,58), e a segunda maior do país, atrás apenas a apresentada pelo Distrito Federal (115,48).²⁸⁶ (ANATEL, 2006.). Os dados que obtivemos para a região²⁸⁷, embora sejam estimados, mostram que em 2005 existiam em operação 72.765 telefones celulares, dos quais 33,35% foram habilitados em Santa Cruz do Sul, e, aproximadamente, 16,62% em Venâncio Aires. A teledensidade entre os municípios da região também se apresenta bastante desigual. Enquanto em Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires ela era, respectivamente, de 21,23 e de 18,14, em Herveiras, em Ibarama e em Passa Sete ela foi, respectivamente, de 2,76, de 2,28 e de 4,90 telefones para cada cem habitantes. (GUIA SOCIOECONÔMICO DO VALE DO RIO PARDO E CENTRO-SERRA, 2006).

A figura 41 apresenta as respectivas áreas de cobertura das operadoras de telefonia móvel que atuam na região, em 2006, e demonstra também a desigual distribuição espacial da condição de acesso a essa nova tecnologia de telecomunicação.

²⁸⁶ De acordo com a ANATEL, em 2005 o número de telefones celulares em operação no Rio Grande do Sul era de 7.011.271 aparelhos, aproximadamente, 8,13% do volume de telefones celulares em operação no país. (ANATEL, 2006).

²⁸⁷ Os dados sobre a teledensidade da telefonia móvel nos municípios da região não foram disponibilizados pela ANATEL. Os dados apresentados aqui são de estimativa realizada pela empresa Brasil Telecom para 2005, e divulgados no Guia Socioeconômico do Vale do Rio Pardo e Centro-Serra - 2006.

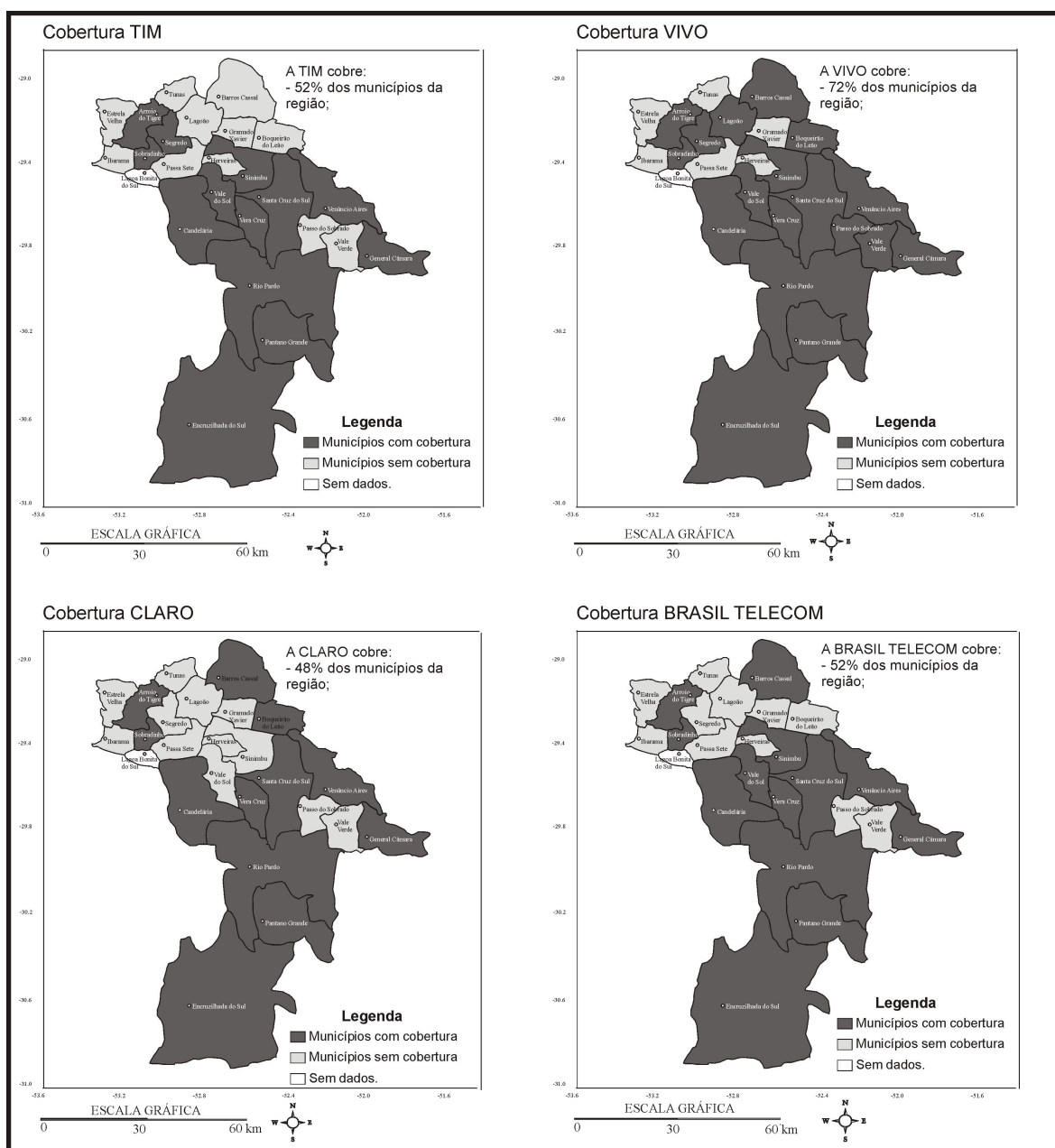


FIGURA 41 - Vale do Rio Pardo: área de cobertura das empresas de telefonia móvel - 2006
 Fonte: Para dados populacionais, FEE - 2005. Para dados de cobertura e telefonia, www.ucel.com.br, acessado em 12/02/2007
 Org: Eduardo Carissimi e Rogério Silveira

É importante ter presente que tal desigualdade na distribuição espacial das linhas de telefonia e das estações terrestres da telefonia celular, via satélite, é o resultado combinado de variáveis como o dinamismo e a modernização das atividades econômicas, a densidade populacional, o nível de renda e o padrão de consumo da população e a existência de infra-estrutura técnica. (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

Nesse sentido, observamos que ao mesmo tempo em que há uma forte concentração da oferta do serviço nos municípios mais populosos e mais urbanizados, como Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Rio Pardo, Candelária e Sobradinho, na maior parte dos pequenos municípios, onde a maior parte da população é rural e a economia local limitada, o serviço de telefonia móvel é restrito, com apenas uma ou duas operadoras, ou mesmo é inexistente, como nos municípios de Gramado Xavier, Estrela Velha, Herveiras, Ibarama, Passa Sete e Tunas.

Além disso, a oferta dos serviços de banda larga que viabilizam o acesso mais rápido à Internet também é bastante desigual, concentrando-se principalmente nas maiores cidades. Nas demais cidades, a menor demanda das empresas e dos usuários justifica a falta de investimento das operadoras de telefonia na instalação dessa rede suporte.

A modernização e a expansão tecnológica dos sistemas de engenharia e dos serviços de telecomunicações disponíveis na região possibilitaram uma maior produtividade na organização do trabalho e um aumento na rentabilidade das empresas instaladas na região, sobretudo pela maior fluidez, instantaneidade, velocidade e segurança com que as informações, os dados e as ordens puderam circular no território.

A crescente e intensa convergência ocorrida no período entre os setores de telecomunicações e de informática tem possibilitado o advento de tecnologias digitais de transmissão e de comutação de dados, e a incorporação de recursos computacionais às redes, permitindo uma expressiva redução nos custos de transmissão e de processamento da informação e o aumento na oferta de serviços especializados²⁸⁸. (PIRES e PICCININI, 1997). Assim, uma renovada oferta de serviços especializados de telecomunicações passou a ser promovida pelas empresas operadoras, tais como fax e correio eletrônico, telefonia móvel, centrais de atendimento aos clientes, serviços multimídia, videoconferência, intercâmbio eletrônico de documentos e o acesso aos bancos de dados e de pesquisa. Além disso, as empresas também passaram a

²⁸⁸ Os serviços especializados, também denominados serviços de valor adicionado, são serviços avançados de telecomunicação que envolvem a transmissão e o processamento de informações com a utilização de *softwares* adicionando valor aos serviços básicos que lhes dão suporte. (PIRES e PICCININI, 1997).

contar com a possibilidade técnica de desenvolverem suas próprias redes corporativas, voltadas tanto à transmissão *on-line* e ao armazenamento interno de dados e voz entre as diferentes unidades e setores da empresa, como a *Intranet*, quanto à circulação externa de informações confidenciais entre a empresa e seus clientes, como a *Extranet*.²⁸⁹

Na região, entre as principais empresas usuárias desses serviços, encontram-se as do setor fumageiro que, através de investimentos próprios em seus setores de informática e de comunicação e/ou da contratação de empresas terceirizadas, promoveram a modernização e ampliação de suas redes corporativas de comunicação. Com isso, essas empresas têm obtido mais eficiência, segurança e velocidade na circulação dos fluxos de informação e de ordens que circulam, tanto entre as unidades de gestão e as unidades operacionais – como as usinas de beneficiamento e fábricas de cigarro –, quanto entre as usinas e os milhares de fumicultores integrados, entre as usinas e as distintas e muitas vezes distantes empresas fornecedoras de insumos para a produção e para o processamento de fumo, e entre as fábricas de cigarro e seus pontos de revenda.²⁹⁰ Tal condição técnica também

²⁸⁹ “As redes corporativas são utilizadas para interconectar terminais de computadores, podendo ser locais, *Local Area Networks* (LAN), ou de longa distância, *Metropolitans Área Networks* (MAN) e *Wide Área Networks* (WAN). As LANs utilizam microcomputadores para organizar o fluxo de informações, enquanto as de longa distância requerem multiplexadores para assegurar que vários terminais possam usar um mesmo canal de transmissão de dados, e *modems*, para efetuar a codificação e decodificação das mensagens”. (PIRES e PIACCENTINI, 1997).

²⁹⁰ A Cia. Souza Cruz S/A, por exemplo, criou, em 1998, sua rede Intranet - a Souza@Cruz COMMunity. A rede interna oferece informações sobre todos os departamentos da companhia e, inclusive, uma visão global sobre o grupo British American Tobacco (BAT), do qual a Souza Cruz faz parte. Essa rede funciona como um gigantesco portal, unificando o conhecimento sobre as atividades da empresa entre os cerca de 2,6 mil funcionários que têm acesso às informações através de suas estações de trabalho, e outros três mil colaboradores que acessam a rede interna pelos computadores instalados nas salas de treinamento de cada unidade da empresa. O ambiente da intranet pode ser acessado até mesmo quando os funcionários estão fora da empresa, através de um sistema chamado *connected employee*, onde eles solicitam um código e uma senha de acesso à rede interna, utilizando um aparelho semelhante a um *bip*. Em 2000, a empresa inovou criando a Universidade Souza Cruz, sua estrutura corporativa para capacitação e aperfeiçoamento profissional. Através dela, passou a oferecer aos seus funcionários e colaboradores a possibilidade de treinamentos presenciais e capacitações a distância, através do acesso *on-line* à rede de comunicação interna da empresa. Com essa iniciativa, a empresa espera ampliar a capacitação dos seus recursos humanos, reter funcionários talentosos e ampliar o conhecimento sobre a empresa e seu negócio. (CARVALHO, 2002). Em todas as grandes companhias fumageiras tem havido crescente investimento na modernização tecnológica de registro e transmissão das informações relativas à produção de fumo. Por exemplo, os instrutores agrícolas das empresas, quando da contratação da safra de fumo e das visitas técnicas de acompanhamento da lavoura e cura do fumo nas propriedades dos fumicultores, utilizam modernos equipamentos

possibilitou a essas empresas aperfeiçoar a comunicação com as suas sedes e demais subsidiárias no exterior, como também qualificar o relacionamento comercial com os seus clientes, no país e no exterior, através, por exemplo, da automação dos pedidos e do acompanhamento *on-line* do processamento do fumo ou da fabricação do cigarro encomendado.

A expansão do meio técnico-científico-informacional, através da modernização da produção agroindustrial do fumo, da ampliação do consumo produtivo e consumptivo, e da modernização e difusão do sistema de telecomunicações se fizeram acompanhadas pelo crescimento da circulação de recursos financeiros na região.

Nesse período, lembra Elias, os bancos,

como instrumento de financiamento da reorganização do espaço e da produção, e possibilitando a multiplicação dos fixos e dos fluxos, passam a desempenhar novas funções que vão além do tradicional papel de captar e emprestar dinheiro, transformando-se nos reguladores das finanças em nível mundial. (...) [Passam, assim, a] atender aos reclamos da produção globalizada, seja captando as rendas locais, seja intermediando os recursos externos para o financiamento da modernização. (ELIAS, 2003, p.204).

As empresas bancárias, através da oferta de crédito, da intermediação financeira e da concessão de financiamentos, consolidaram sua condição de principais agentes financeiros tanto da ampliação do consumo regional quanto da produção e da reorganização espacial.

Entre 1992 e 2005, o número total de agências bancárias instaladas nas cidades da região ampliou de 50 para 68, ou seja, houve um aumento de 36% desses objetos técnicos necessários à circulação do dinheiro e à intermediação financeira. A cidade de Santa Cruz do Sul, embora tenha reduzido sua participação relativa no total de agências bancárias instaladas na região, passando de 30% para 23,52%, ainda manteve sua condição de cidade com maior número de agências bancárias, apresentando em 2005 um conjunto de 16 agências, uma a mais do que em 1992. Houve uma maior difusão das agências bancárias pelo território regional, alcançando, ainda que de modo distinto, a quase totalidade das suas cidades – apenas Vale Verde, Passa Sete

como computadores portáteis (*notebook* ou *palmtops*) para efetuar o registro das informações relativas à área plantada, ao volume de fumo, aos valores financiados, e demais características da lavoura, e depois transmiti-las ao banco de dados da empresa fumageira.

e Lagoa Bonita do Sul não possuíam, em 2005, nenhuma agência bancária²⁹¹. Em dez municípios, onde em 1995 inexistiam agências bancárias, verifica-se que em 2005 havia a presença de pelo menos uma agência, quase sempre do Banco do Brasil S/A, do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A, ou do Banco Cooperativo Sicredi S/A²⁹². (FEE e IPEA, 2006).

Essa expansão, em grande parte, foi orientada pelos bancos estatais que intermediaram, nos municípios, o acesso ao crédito rural e o repasse da maior parte das verbas federais e estaduais, bem como centralizam o recolhimento de parcelas expressivas dos impostos da União e do Estado. Por sua vez, os bancos privados ampliaram sua participação notadamente em Santa Cruz do Sul, e secundariamente, em Venâncio Aires, lugares da região de maior densidade demográfica, econômica e técnica.²⁹³

Com o crescimento da produção agrícola regional, especialmente do fumo em folha, bem como com o expressivo aumento da população urbana e o incremento do consumo regional, ampliou-se a demanda de capitais adiantados oferecendo novas oportunidades de financiamento às empresas bancárias e demais instituições financeiras.

A ampliação do crédito rural para o financiamento do plantio do fumo, o aumento dos investimentos das empresas fumageiras e cigarreira e das demais empresas locais, integradas no âmbito do CAI do fumo, na ampliação da capacidade produtiva, na mudança do *layout* de suas plantas industriais, na modernização tecnológica e na automação industrial, também passaram a movimentar o setor financeiro, através da realização de financiamentos e da intermediação de recursos.

Ao mesmo tempo, novos instrumentos financeiros passaram a ser incorporados no território, na forma de variados tipos de investimentos, de financiamentos, de depósitos, de seguros e de crédito ao consumo. Todavia,

²⁹¹ Nos municípios de Vale Verde e de Passa Sete, os serviços bancários são oferecidos parcialmente através de postos bancários instalados junto às prefeituras municipais.

²⁹² O Banco Cooperativo Sicredi S/A foi criado em 1995 e se vincula ao SICREDI (Sistema de Crédito Cooperativo), cuja sede localiza-se em Santa Cruz do Sul, e com uma rede de filiais instaladas em grande parte dos municípios gaúchos, principalmente onde há a presença da agricultura familiar e das pequenas propriedades.

²⁹³ Em 2005, 11 das 16 agências instaladas em Santa Cruz do Sul eram de bancos privados; já em Venâncio Aires, das 05 agências existentes, 02 eram de bancos privados. (IPEA, 2006).

essa crescente financeirização da sociedade e do território tem-se mostrado desigual. Observando a tabela 41, verificamos que Santa Cruz do Sul absorve parte significativa dos principais fluxos financeiros que circulam na região, evidenciando sua importância financeira em relação à economia regional. Em 2000, a cidade respondia, respectivamente, por 53,66% das aplicações bancárias e por 38,75% da soma dos depósitos à vista e a prazo existentes no conjunto das agências bancárias instaladas na região.²⁹⁴

TABELA 41 - Vale do Rio Pardo e cidades selecionadas: aplicações e depósitos bancários - 2000

Cidades e região	Aplicações bancárias	% do VRP	Depósitos a prazo e à vista	% do VRP
Candelária	40.130.000,00	5,23	5.959.340,00	2,80
Rio Pardo	48.316.000,00	6,29	10.139.540,00	4,77
Santa Cruz do Sul	411.734.000,00	53,66	82.319.160,00	38,75
Sobradinho	33.622.000,00	4,38	6.891.700,00	3,24
Venâncio Aires	110.288.000,00	14,37	29.220.760,00	13,75
Vera Cruz	31.356.000,00	4,08	4.843.340,00	2,28
Vale do Rio Pardo	767.160.000,00	100,00	212.396.700,00	100,00

Fonte: IPEADATA, 2006. Organização: Rogério Silveira

Venâncio Aires, por sua vez, participava como segundo principal núcleo financeiro da região, enquanto as demais cidades destacadas, importantes nós da rede urbana regional, apresentavam papel menos expressivo e complementar na circulação dos fluxos financeiros regionais.

Calculando a densidade de depósitos bancários por habitante para alguns dos municípios do Vale do Rio Pardo, em 2000, verificamos também a existência de significativas diferenças na região. Assim, enquanto em Santa Cruz do Sul o valor médio de depósito por habitante era de R\$ 764,82, em Venâncio Aires, Vera Cruz, Candelária e Sinimbu foi, respectivamente, de R\$ 477,19; de R\$ 227,38; de R\$ 201,43; e de R\$ 226,27.

A lógica que orienta a desigual circulação dos recursos das aplicações financeiras, relativos ao financiamento da produção do fumo, entre as cidades

²⁹⁴ As aplicações financeiras agrupam empréstimos e títulos descontados, financiamento rural (custeio e investimento e comercialização), financiamento agroindustrial, financiamento imobiliário e outros créditos. Já os depósitos à vista englobam os depósitos privados e governamentais.

da região, também informa a dinâmica do uso preponderante do território. O montante de crédito rural mobilizado pelas agroindústrias fumageiras, em nome dos fumicultores, junto aos bancos para assegurar os recursos necessários ao custeio das safras de fumo e aos investimentos nas propriedades rurais, tem ampliado, acompanhando o aumento da área plantada e do volume de produção.²⁹⁵ Todavia, a distribuição espacial desses recursos entre os municípios da região não apenas é desigual em função da diferença do total de área plantada em cada município, mas também, e principalmente, em razão da lógica como a circulação desses recursos é orientada pelo circuito espacial de produção do fumo, e regulada através do sistema integrado de produção, ambos de modo hegemônico pelas agroindústrias fumageiras.

Como vimos antes, o contrato de integração entre fumicultores e agroindústrias prevê que são estas que avalizam e intermedeiam o financiamento junto aos bancos. São elas também que, em nome do receituário tecnológico, adquirem e repassam aos fumicultores, em forma de adiantamento, os insumos químicos e biológicos necessários ao plantio.²⁹⁶ Baseado nesse procedimento, e mediante a comprovação das despesas das empresas com os fumicultores, o banco então transfere os recursos financiados em nome dos agricultores para as contas das empresas. Estas costumam acordar com a gerência dos bancos a possibilidade de elas indicarem as agências de suas preferências para o depósito dos recursos. Essas agências quase sempre são aquelas onde as empresas possuem movimentação financeira e localizam-se em Santa Cruz do Sul, ou em outras cidades nas regiões sul ou sudeste do país, cidades estratégicas na ampla espacialidade que configura a atuação dessas empresas.²⁹⁷

²⁹⁵ De acordo com dados do Banco Central do Brasil, entre 1999 e 2003 o número de contratos de financiamento para custeio da produção de fumo no Rio Grande do Sul aumentou de 62.738 para 103.525 contratos. O capital destinado a esse financiamento passou de R\$ 121 milhões, em 1999, para R\$ 427 milhões. (BACEN, 2004).

²⁹⁶ Quando tomam a iniciativa da compra de insumos, as empresas têm a possibilidade de obter ganhos de escala, na medida em que o fazem em grande quantidade. E ganham também na diferença que embolsam entre o gasto efetivo com a compra dos insumos e o montante dos recursos financiados pelo banco. Assim, enquanto os valores médios dos contratos de financiamento na região Sul eram, em 1997, de R\$ 1.500,00 a média dos custos dos insumos para essa atividade, considerando-se uma área média de 1,66 ha., era de R\$ 830,00. (DESER, 1998).

²⁹⁷ A lógica de distribuição desses recursos também segue a estrutura organizacional dos bancos, como o Banco do Brasil que distribui os recursos do crédito agrícola em três agências

Ao mesmo tempo, esse modelo de financiamento tem permitido às empresas fumageiras dispor de recursos com juros subsidiados, inclusive recursos públicos como quando utilizaram recursos do PRONAF e do BNDES para financiar a produção de sua principal matéria-prima, sem que tenham, para tanto, que dispor dos seus próprios recursos.

10.3 - As verticalidades e as horizontalidades presentes na dinâmica atual de organização do território e de funcionamento da rede urbana regional

Pensamos com Milton Santos (1996a) de que no período contemporâneo a análise da organização e dos usos do território implica que também consideremos, simultânea e combinadamente, os efeitos e os condicionantes das atuais verticalidades e horizontalidades que, respectivamente, incidem e ocorrem na região. Temos presente que a atual dinâmica de organização do espaço geográfico regional revela que “não há separação real entre essas duas realidades. Suas racionalidades coexistem e interpenetram-se, elas modificam-se mutuamente, cada uma afirmando-se, a cada instante, em função de seus próprios objetivos”. (SANTOS *apud* SILVEIRA, 1999b, p.370). Entretanto, nossa tentativa de análise para apreender a dinâmica de funcionamento e a lógica de organização do espaço regional no atual período nos impõem, como recurso metodológico, a necessidade de realizar essa cisão da totalidade espacial. (SILVEIRA, 1999b).

Enquanto as relações verticais são engendradas, de modo hierárquico desde o exterior da região, pelas corporações fumageiras multinacionais, pelos organismos internacionais e pelo Estado nacional, através de ações globais e de normas externas, as relações horizontais são criadas na região, na contigüidade dos espaços municipais, pelos agentes sociais e pelas instituições que se relacionam, através das ações cotidianas de cooperação, de solidariedade espacial e de regulação.

10.3.1 - As ações globais, as normas externas e o acontecer hierárquico

A destacada participação da região do Vale do Rio Pardo no CAI do fumo instalado no país, na produção e na exportação nacional de fumo em

(Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Sinimbu), de acordo com o número de contratos de financiamento dos municípios produtores.

folha e, principalmente, sua forte e crescente integração econômica aos mercados mundiais do fumo e do cigarro impõem no processo de organização do território regional um conjunto de ações e ordens globais, bem como de normas e regulações definidas e implementadas externamente à região que acabam tendo reflexos diretos e indiretos na dinâmica de urbanização e de funcionamento da rede urbana regional.

A instalação de novos e modernos sistemas de engenharia e de sistemas de objetos técnicos no território regional possibilita que as ações globais se manifestem nos lugares, através da teleação e do controle remoto, representando oportunidades ou limites aos distintos e desiguais agentes sociais que participam da organização espacial. (SILVEIRA, 1999b).

No contexto da globalização, o funcionamento do mercado oligopsônico do fumo e do cigarro tem também experimentado os efeitos de novas normas políticas e regulações econômicas engendradas tanto na escala mundial quanto no âmbito nacional, que traduzem relações de cooperação e de disputa entre o Estado e o mercado, e que procuram tanto assegurar a necessidade de maior fluidez dos capitais hegemônicos, quanto proteger as economias nacionais e regionais. Além disso, a imposição desde o exterior de ações e de normas que procuram assegurar a fluidez da produção fumageira e a reprodução do capital multinacional se faz de um modo hierárquico e desigual no território, e à revelia da sociedade regional.

Nesse contexto, as normas comerciais definidas internacionalmente no âmbito do GATT (Acordo Geral de Comércio e Tarifas) e de seu sucedâneo, desde 1995 a OMC, têm influenciado a produção e a comercialização de fumo produzido no país e na região, através do estabelecimento pelos demais países produtores de barreiras tarifárias, cotas de importação, subsídios e restrições sanitárias. A Rodada Uruguai do GATT, durante a década de noventa, impôs barreiras tarifárias e limites máximos ao volume de fumo comercializado pelos países periféricos, como o Brasil, como os Estados Unidos e o Mercado Comum Europeu.²⁹⁸ A política de definição de cotas de exportação e de

²⁹⁸ As quotas tarifárias são uma forma de restrição quantitativa. Esse sistema é constituído pela aplicação de uma tarifa de importação (tarifa intraquota) mais baixa sobre uma quantidade de produto pré-determinada (quota), aplicando-se outra tarifa, mais alta que a primeira, para importações acima dessa quantidade (tarifa extraquota). (JANK, 2003).

normas alfandegárias para o fumo brasileiro representou uma significativa redução das exportações para esses tradicionais países compradores do fumo nacional²⁹⁹.

No processo de integração econômica do país ao mercado globalizado, aprofunda-se a relação entre o território brasileiro e o mercado externo, ao mesmo tempo em que se busca ampliar as condições de maior fluidez e de porosidade territorial para o capital. (ARROYO, 2003). No âmbito nacional, durante a década de noventa, prepondera no governo federal e no Congresso Nacional o debate sobre a importância de o país ampliar sua participação no mercado mundial através do aumento das exportações. O setor privado que opera no país, capitaneado pelas grandes corporações nacionais e multinacionais, participa desse debate, mobilizando seus representantes junto ao governo e no Congresso, de modo a assegurar a definição de novas políticas e normas que assegurem tanto a modernização dos portos, aeroportos e sistemas de transportes quanto uma efetiva desoneração fiscal das exportações. Em 1996, em nome do aumento da competitividade do país, o Congresso aprovou a Lei Complementar nº. 87, a chamada “Lei Kandir” que autorizou a não-incidência do ICMS na exportação de produtos primários e semi-elaborados e possibilitou às empresas a dedução do ICMS pago na aquisição de insumos e de máquinas e equipamentos incorporados ao processo produtivo. Outra ação governamental, no sentido de redução da carga tributária do setor, foi a redução, a partir de 1999, da alíquota do IPI sobre a venda de cigarro no país, de 41,25% para 33,17%, atendendo aos interesses das empresas cigareiras.³⁰⁰ Como lembra Arroyo, a aprovação de tal norma representou de um lado uma significativa redução de custos de produção aos exportadores, e de outro uma significativa evasão de receita para

²⁹⁹ Desde 1995, as exportações brasileiras de fumo para os Estados Unidos devem observar a norma em vigor junto à OMC de uma cota máxima anual de exportação de até 80.200 toneladas de fumo. O resultado da efetivação dessa norma no comércio de fumo entre Brasil e Estados Unidos é de que se em 1989 as exportações de fumo em folha para os Estados Unidos corresponderam em aproximadamente US\$ 800 milhões, em 2000 as mesmas exportações reduziram para cerca de US\$ 350 milhões. (JANK e NASSAR, 2001).

³⁰⁰ A participação do IPI arrecadado em cada maço de cigarros vendido no país caiu de 37%, em 1996-1998, para aproximadamente 22%, em 2002-2003. A participação do total de IPI arrecadado sobre a venda de cigarros, em relação ao total de IPI arrecadado no conjunto dos setores no país, caiu de 18,35%, em 1992, para 10,13%, em 2003. Em termos absolutos a arrecadação total do IPI sobre a venda de cigarros no país diminuiu de US\$ 2,9 bilhões, em 1996, para US\$ 648 milhões, em 2003. (IGLESIAS, 2006).

os estados exportadores.³⁰¹ Tal norma materializou “uma luta entre lugares e empresas: os primeiros, com suas finanças públicas reduzidas, comprometem seu orçamento; as segundas, com seus lucros privados fortalecidos, aumentam sua parcela no processo de acumulação.” (ARROYO, 2003, p.438).

Esse foi o caso das empresas fumageiras e de cigarro instaladas na região, que a partir da aprovação dessa norma fiscal, além de reduzirem o custo de produção dos produtos exportados, puderam ampliar seus negócios no mercado mundial, aumentando suas já elevadas margens de lucratividade.³⁰²

Entre o final da década de noventa e o começo do século vinte e um, como decorrência da ampliação das ações econômicas globais das corporações multinacionais e da promoção de novas normas comerciais, ampliando a abertura das economias orientais, possibilitou-se o aumento na demanda de fumos claros para cigarros decorrentes da crescente ampliação do consumo de cigarros em países do Leste europeu, do Sudeste asiático, e especialmente no Japão e na China. Além disso, a partir de 2000, com a reeleição de Robert Mugabe e a implementação de sua política de confisco das fazendas comerciais de propriedade de brancos para fins de reforma agrária, tivemos o aprofundamento da crise econômica e política no Zimbábwe, com o aumento do desemprego, a ampliação da inflação e a saída de investidores internacionais, entre eles as subsidiárias das multinacionais fumageiras. Essa conjuntura adversa no país africano tem desde então se aprofundado, resultando na substancial diminuição da sua produção de fumo da variedade *Virginia*.

A combinação desses eventos, das ações e normas definidas externamente à região, aliada à intensa concentração de capital verificada nesse período no setor fumageiro, possibilitaram a progressiva ampliação da

³⁰¹ De acordo com a referida Lei Complementar, os estados e municípios exportadores devem ser ressarcidos pela União na proporção de sua participação nos impostos gerados, mas não tributados pelas empresas neles sediadas.

³⁰² Em 2004, a Cia. Souza Cruz S/A apresentou lucro operacional de R\$ 962,8 milhões, um pouco inferior ao obtido em 2003, quando também alcançou o expressivo lucro de R\$ 1,018 bilhão. Em 2004, a Universal Leaf Tabacos Ltda. obteve um faturamento de R\$ 1,500 bilhão, enquanto a concorrente Dimon do Brasil Tabacos Ltda. (atual Alliance One Internacional) obteve um faturamento de aproximadamente R\$ 805 milhões. (ANUÁRIO EXPRESSÃO DE EXPORTAÇÕES, 2005).

produção agrícola do fumo e do processamento no Sul do Brasil, e, especialmente, na região do Vale do Rio Pardo. Tais processos se desenvolveram na região através das novas estratégias produtivas e comerciais das corporações multinacionais fumageiras e, por consequência, influenciaram tanto a dinâmica de organização e de desenvolvimento do complexo agroindustrial do fumo instalado na região, quanto à dinâmica de organização espacial do território regional.

As ordens e normas originadas desde os lugares mundiais onde se localizam os centros de gestão das multinacionais fumageiras e cigarreiras incidem verticalmente na região. Tais ordens e ações, mediadas e difundidas pelas subsidiárias instaladas, especialmente nas cidades de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz, promovem ações de modernização e de racionalização na atividade agroindustrial do fumo, ao mesmo tempo em que influenciam a organização do território e o funcionamento da rede urbana regional. As diretrizes produtivas e comerciais de cada empresa multinacional fumageira na região têm sido implementadas em consonância com as estratégias de ação definidas pelas sedes desses grupos no exterior, e implementadas através de normas organizacionais que regulam as novas ações e os objetos implantados na região. Muitas das ações globais e das normas organizacionais das multinacionais fumageiras, como as que vimos anteriormente, alcançam a região (re)definindo, a cada safra, mudanças tanto no meio rural quanto nas cidades e na rede urbana.

Nas áreas rurais dos municípios, essas ações e normas têm se manifestado através da definição prévia e da regulação pelas empresas fumageiras da área total da lavoura de fumo a ser plantada, do volume e do tipo de fumo a ser contratado. Tal regulação é resultado das ações globais dessas empresas multinacionais fumageiras que, ao atuarem na escala global, acabam incidindo na formação dos estoques globais, acompanham os diferenciais de demanda de fumo, de preço do produto, e asseguram seus ganhos diferenciais através da articulação concatenada da produção e da exportação de fumo que fazem a partir de cada país.

Essas definições afetam diretamente a dinâmica de organização espacial e de circulação dos fluxos de produtos, de pessoas, de informações e

de capitais que percorrem o território, na medida em que determinam, por exemplo, os níveis de produtividade esperados, o emprego das inovações técnicas a serem adotadas no plantio, na colheita e na cura do fumo, o volume de insumos a ser utilizado na lavoura, a quantidade de mão-de-obra temporária a ser contratada para a colheita, o montante de capital a ser financiado pelos fumicultores junto aos bancos através da intermediação das fumageiras, e a definição do preço do fumo a ser praticado pelas fumageiras junto aos fumicultores. A implementação dessas ações globais e normas organizacionais, em conjunto com a instalação nas áreas rurais de novos objetos técnicos e a promoção de inovações técnicas na cultura do fumo, significaram também para os fumicultores a promoção de novos gastos e/ou a ampliação de novos endividamentos junto aos bancos e às empresas fumageiras. Além disso, também impuseram aos fumicultores a necessidade de um aprendizado e domínio das informações técnicas quanto ao modo de uso dos novos produtos e equipamentos, a fim de atender às demandas das agrofumageiras – o que de modo geral resultou na ampliação da dependência dos fumicultores às empresas, evidenciando uma subordinação não mais apenas financeira, mas também tecnológica e informacional.

Já nas áreas urbanas, os reflexos de tais ações e normas igualmente se fazem sentir na organização espacial das cidades e no funcionamento da rede urbana regional. As decisões tomadas pelas multinacionais fumageiras desde o exterior em relação, por exemplo, à ampliação e à modernização de suas plantas industriais, à racionalização ou à redução das suas atividades agroindustriais, ou mesmo ao encerramento de suas operações de processamento, comercialização e de exportação de fumo, ou de fabricação e exportação de cigarro, têm incidido diretamente na dinâmica espacial e econômica das cidades onde elas estão instaladas. Como vimos antes, ao abordar os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação existentes no CAI do fumo, quando implementadas, essas ações têm influenciado diretamente na demanda de empregos industriais temporários e efetivos a serem gerados pelas usinas de processamento e pela fábrica de cigarros, na mobilização de recursos públicos para o provimento e a expansão de infra-estrutura básica, equipamentos urbanos e transporte, na oferta de

financiamento bancário disponível para investimentos, na quantidade de insumos e equipamentos industriais a ser adquirida pelas empresas, no número e na quantidade de serviços a serem contratados junto às empresas terceirizadas e às demais empresas responsáveis pela comercialização, pelo transporte e exportação do fumo processado e do cigarro produzido na região, e no conseqüente montante de empregos e de capital nelas gerados.

Além disso, diante da forte dependência econômica dos municípios em relação à fumicultura, tais ações e normas globais, ao determinarem, a cada safra, o aumento ou a redução da atividade agroindustrial fumageira na região, também influenciam consideravelmente a dinâmica de arrecadação de tributos municipais. A crescente especialização da economia desses municípios na atividade agroindustrial fumageira foi estabelecendo para as finanças municipais uma forte dependência em relação ao mercado fumageiro, em razão do retorno para os municípios de impostos estaduais, como o ICMS, e federais, como o IPI, gerados com a comercialização e a exportação do fumo beneficiado e do cigarro produzido na região.

Nos pequenos municípios, a maior parte dos tributos municipais advém basicamente da comercialização da produção agrícola, notadamente do fumo. Em Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Sinimbu e Vale do Sol, por exemplo, a participação da produção primária no VAF (valor adicionado fiscal) total dos municípios, em 2004, era respectivamente de: 44,60%, 84,67%, 63,35% e 63,34%. Nos municípios onde há a presença de usinas de processamento de fumo, a participação da indústria de beneficiamento no VAF total dos municípios também tem sido significativa. Em 2004, nos municípios de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz essa participação foi, respectivamente, de 19,51%, 38,65% e 41,54%.³⁰³ (SEFAZ, 2007).

Na tabela 42 observamos a forte dependência da contribuição das empresas do setor fumageiro na arrecadação municipal de impostos em Santa Cruz do Sul.

³⁰³ O VAF corresponde à diferença entre as saídas e as entradas de mercadorias e serviços realizadas pelos contribuintes do ICMS em cada município, declaradas na Guia Informativa Anual junto à Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul. (SEFAZ, 2007).

TABELA 42 - Santa Cruz do Sul: arrecadação de ICMS das seis principais empresas fumageiras e sua participação relativa na arrecadação municipal - 2002 e 2005

Empresas	2005 (valores em R\$.)	%	2002 (valores em R\$.)	%
Philip Morris Brasil Ind. e Com.	764.966.735,95	41,42	575.963.068,00	31,49
Alliance One Export. Ltda.	269.882.228,00	14,62	153.309.446,50	8,38
Universal Leaf tabacos Ltda.	245.859.299,25	13,43	384.588.696,00	21,03
Kannenberg & Cia. Ltda.	78.964.342,58	4,31	65.026.348,18	3,56
Cia. Souza Cruz S/A	29.601.731,63	1,60	71.502.887,30	3,91
ATC Associated Tabacco Br. Ltda.	23.903.321,28	1,31	23.187.549,79	1,27
Total das seis fumageiras	1.413.177.658,79	77,21	1.273.577.995,77	69,64
Total Geral	1.830.269.679,00	100	1.828.665.685,00	100

Fonte: Organizado por Rogério Silveira com base nos dados das Secretarias Municipais da Fazenda e do Desenvolvimento Econômico, disponibilizados em Riovale Jornal, 2006.

Entre 2002 e 2005, as seis principais empresas do setor fumageiro instaladas na cidade ampliaram de 69,64% para 77,21% sua participação na arrecadação municipal de ICMS, evidenciando a forte dependência econômica que o município atualmente apresenta em relação às empresas de processamento de fumo e à fábrica de cigarros da *Philip Morris*, esta, aliás, respondendo sozinha por 41,42% desse tributo.

Essa significativa dependência econômica em relação ao setor fumageiro também é evidenciada através de estudo realizado pela Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul sobre a estrutura do comércio e das exportações municipais, no período de 1998 e 2002 – variáveis decisivas para a distribuição do ICMS entre os municípios. O estudo mostra que, em relação aos fluxos comerciais totais que se originam nos municípios mais industrializados da região, parcela significativa corresponde às exportações, em especial as do setor fumageiro. Em Santa Cruz do Sul, a média da participação das exportações ocorridas, entre 1998 e 2002, no valor gerado pelo conjunto dos fluxos comerciais originados no município, foi de 31%. Já em Venâncio Aires e em Vera Cruz essa mesma média correspondeu, respectivamente, a 39% e a 55%. A participação da exportação do fumo no total das exportações desses municípios é igualmente preponderante. Em Santa Cruz do Sul, a exportação de fumo e de cigarros respondeu, em média,

no período, por 98,4% do valor total das exportações municipais. Em Venâncio Aires e em Vera Cruz, as exportações de fumo responderam, em média, respectivamente por 91,6% e 98% do valor total das exportações municipais. (DEPARTAMENTO DA RECEITA PÚBLICA ESTADUAL, 2006).

Nesse contexto, também é preciso considerar os efeitos recentes da política cambial adotada pelo governo federal em relação ao desempenho das exportações brasileiras e que igualmente influenciam a arrecadação de impostos dos municípios exportadores e a capacidade de investimento das administrações municipais, como são os casos de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz. A partir de 2002, com a retomada da estabilização da economia brasileira e a crescente valorização da moeda nacional em relação ao dólar americano, tivemos uma progressiva queda no valor das exportações de fumo, que são comercializadas no exterior em dólar. Isso tem repercutido negativamente na composição do orçamento dos municípios exportadores de fumo, uma vez que a exportação de fumo e de cigarro responde por grande parte do valor a ser repassado, anualmente, pelo governo estadual aos municípios, relativo ao ICMS.³⁰⁴

Diante da considerável especialização econômica dessas cidades em relação ao setor fumageiro, percebe-se a sua elevada dependência quanto à dinâmica do mercado mundial fumageiro, bem como às ações e normas globais implementadas pelas multinacionais fumageiras que definem, a cada safra, o modo e a intensidade de sua participação nesse oligopsônico mercado.

Os reflexos das relações verticais que a região tem experimentado no que se refere à organização e ao funcionamento da rede urbana têm igualmente sido importantes nesse período. Nesse aspecto, reconhecemos o poder político e econômico das corporações transnacionais fumageiras, e o uso que elas fazem desse poderio no sentido de afirmarem sua condição de agente hegemônico na organização, na gestão e no uso do território, notadamente por conta das ações globais, das práticas espaciais e das normas organizacionais

³⁰⁴ Anualmente, o valor a que os municípios têm direito é definido a partir de cálculo que toma como referência o recolhimento do ICMS nos últimos dois anos. Em 1996, o índice de retorno do ICMS para Santa Cruz do Sul foi de 1,92%; em 2001, esse índice baixou para 1,88%; e em 2006 foi de 1,72%. Segundo informações da Secretaria Municipal da Fazenda, entre 2005 e 2007, a soma das perdas com a queda no repasse do ICMS para o município chega a R\$ 29.319.799,00. (MACHADO, 2007).

por elas engendradas. Como expressão mais acabada do atual estágio de globalização da economia, as ações e normas das corporações transnacionais manifestam-se de modo desigual sobre as formas e funções do espaço regional, e sobre os agentes sociais que nele atuam, influenciando e reestruturando a rede urbana. (CORRÊA, 1999). Trata-se, além disso, da existência de uma dinâmica particular de interação entre a rede urbana regional e a ampla espacialidade agroindustrial fumageira.

A rede urbana regional tem apresentado uma maior complexidade em razão de as cidades apresentarem entre si um progressivo processo de diferenciação quanto ao conteúdo técnico-científico-informacional, quanto às formas de inserção e de participação nos circuitos espaciais e nos círculos de cooperação do trabalho agroindustrial fumageiro, e quanto ao modo como recebem e reagem os efeitos das ações globais e normas externas emanadas desde as sedes internacionais das multinacionais fumageiras, bem como experimentam os reflexos das normas e regulações definidas pelo Estado, em suas instâncias federal e estadual.

Assistimos nesse período a alterações e mesmo ao aprofundamento das funções de alguns dos centros urbanos já existentes enquanto reflexo de ações globais e de normas organizacionais promovidas pelas corporações multinacionais fumageiras. Isso se percebe principalmente em Vera Cruz, Venâncio Aires e Santa Cruz do Sul. As três cidades, com o aprofundamento da internacionalização da agroindústria fumageira, receberam a instalação e a modernização das usinas de beneficiamento de fumo e de fabricação de cigarro, além de unidades de gestão das empresas fumageiras no país, passaram a experimentar intensas mudanças em seus processos de urbanização. A complexificação de suas funções urbanas, especialmente em Santa Cruz do Sul, com o desenvolvimento de um conjunto de atividades complementares à fumicultura, nos setores de comercialização, crédito, logística e tecnologia, bem como pela dinamização do comércio e setor de serviços, tem permitido a essas cidades, ainda que de modo distinto, graus maiores de centralidade urbana no âmbito da região. Por outro lado, essas cidades, exatamente por essa relação umbilical com a fumicultura e pelos vínculos funcionais com os lugares de gestão das empresas fumageiras,

também são as primeiras a sofrerem os efeitos das eventuais oscilações do mercado internacional do fumo, bem como das decorrentes reorganizações produtivas das corporações transnacionais.

Um primeiro reflexo das verticalidades na dinâmica atual da rede urbana se expressa de modo geral na dinâmica de circulação dos fluxos de capitais, de pessoas, de produtos e de ordens e informações entre as cidades e entre elas e as áreas rurais da região. Em consonância com as oportunidades e com os constrangimentos do mercado mundial fumageiro, as decisões e ordens externas tomadas nas sedes mundiais dessas corporações multinacionais fumageiras quanto às estratégias de produção e de comercialização do fumo e cigarro, bem como de modernização e de racionalização das atividades produtivas e de gestão a serem observadas pelas suas unidades subsidiárias instaladas na região, condicionam a abrangência, o sentido, a intensidade e a frequência desses fluxos no território.

Alguns exemplos, nesse sentido, merecem destaque. No começo da década de 1990, o *bureau* central da BAT, instalado em Londres, decidiu após inúmeras trocas de informações e negociações com a direção da Cia. Souza Cruz, no Rio de Janeiro, construir uma nova e moderna usina de processamento de fumo em Santa Cruz do Sul. A inauguração dessa nova usina, em 1996, ao mesmo tempo em que possibilitou à empresa ampliar significativamente sua capacidade de processamento de fumo no país, também representou importantes mudanças na rede urbana. Houve um significativo aumento na demanda de fumo junto aos fumicultores e a ampliação dos fluxos de transporte, de comercialização e de financiamento do fumo, ampliando as relações espaciais de Santa Cruz do Sul com as demais áreas rurais e cidades da região e das demais regiões produtoras no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Incrementaram-se igualmente os fluxos de insumos e equipamentos para a produção e para o processamento de fumo, ampliando a rede de relações da cidade com outros municípios no Estado, no País e no exterior.

Entre 1998 e 2005, por decisão da direção internacional da Dimon Incorporated, sediada na cidade norte-americana de Danville, na Carolina do Norte, a gestão das atividades do Grupo Dimon desenvolvidas nos demais países da América Latina passou a ser comandada pela unidade operacional

do grupo instalada na pequena cidade de Vera Cruz. Ou seja, nesse período, as relações espaciais de Vera Cruz não mais se restringiam apenas ao seu entorno imediato, com as áreas rurais produtoras de fumo ou com a vizinha Santa Cruz do Sul, local de funcionamento de outra unidade da Dimon, mas passaram a alcançar a escala mundial, através da circulação de informações, normas, ordens e capital entre as subsidiárias do grupo norte-americano *Dibrel Brothers* e da comercialização do fumo com as empresas compradoras internacionais. No segundo semestre de 2005, em consequência da fusão dos grupos *Dimon Incorporated* e *Standard Comercial Corporation*, a direção internacional da nova empresa criada – a gigante *Alliance One International*, com sede na cidade de Raleigh, no estado norte-americano da Carolina do Norte – definiu pelo fechamento da unidade industrial em Vera Cruz e por sua transferência para Santa Cruz do Sul, juntamente com a unidade de gestão dos negócios do grupo na América Latina. Com isso, além da perda da sede da corporação e sua consequência para a vida de relações da cidade, Vera Cruz igualmente sofreu perdas econômicas importantes através da diminuição da arrecadação de impostos municipais e do emprego industrial.

Ao mesmo tempo, essa decisão fez com que Santa Cruz do Sul tivesse ampliada sua condição de principal centro industrial fumageiro, e lugar destacado na comercialização do fumo e na gestão das operações das multinacionais fumageiras no país e na América Latina. Desde o final dos anos noventa, Santa Cruz do Sul também sedia a direção das atividades agroindustriais desenvolvidas no país pelas subsidiárias dos grupos multinacionais fumageiros da *Universal Leaf Tobacco*, da *Standard Commercial Tobacco* e da *American Tobacco Company*, ampliando as relações espaciais da cidade com as sedes mundiais dessas empresas, bem como com as demais cidades no país onde as mesmas possuem unidades operacionais, através de fluxos de informação, de ordens, de pessoal técnico, de pesquisa e tecnologia, de tabaco e de capital. No âmbito da rede urbana regional, essa condição, de principal centro no país a integrar a espacialidade fumageira, tem ampliado a sua capacidade de difusão, entre as cidades da região e suas respectivas hinterlândias, das inovações técnicas e das normas organizacionais que orientam e regulam o trabalho agroindustrial fumageiro, bem como tem

estimulado a atração para si dos fluxos de fumo, de mão-de-obra excedente, de pessoal técnico e especializado, de capital e de insumos que animam e fundamentam o funcionamento do CAI do fumo na região.

Um segundo reflexo de ações e normas externas à região no funcionamento da rede urbana tem sido promovido pelo Estado através da aprovação de normas fiscais que impõem mudanças no processo de reprodução do capital fumageiro, ao incidirem no modo de regulação do movimento de fumo e de capital gerenciado pelas empresas fumageiras.

Como vimos antes, com a aprovação da Lei Kandir, desde 1998 as empresas fumageiras tiveram suas operações desoneradas em relação à incidência de ICMS sobre o fumo exportado e, em contrapartida, os estados e municípios onde as empresas exportadoras estão instaladas passaram a ser ressarcidos pela União através de repasses anuais. Como, anualmente, durante a safra, as empresas fumageiras instaladas na região realizam a compra de fumo *in natura* e de insumos para o processamento junto aos fumicultores e às empresas instaladas em Santa Catarina e no Paraná, recolhendo nesse ato o ICMS³⁰⁵, a Lei Kandir autoriza que as empresas fumageiras sejam compensadas pelo governo do Rio Grande do Sul através da concessão de créditos de ICMS. Tais créditos podem ser negociados, como moeda de troca, pelas empresas fumageiras com outras empresas fornecedoras de produtos, insumos e prestadoras de serviços que se localizem no Rio Grande do Sul. Diante da crise financeira vivenciada pelo Rio Grande do Sul no período, e sob a alegação de recorrentes prejuízos aos cofres estaduais causados pelo não-repasse, pela União, da contrapartida dos recursos arrecadados com a exportação, o governo do Estado, através do Decreto Estadual n° 43.535, de 31 de dezembro de 2004, limitou a transferência da maior parte dos créditos de ICMS para as grandes empresas exportadoras instaladas no Rio Grande do Sul.

A insatisfação dos empresários das agroindústrias fumageiras, com o aumento do custo de produção e a diminuição da margem dos ganhos que essa norma causou, levou-os a mobilizar as lideranças políticas regionais e a

³⁰⁵ O fumo nas operações interestaduais está sujeito à tributação do ICMS sob a alíquota de 12%.

opinião pública estadual no sentido de viabilizarem o recebimento ainda que parcial dos créditos devidos, relativos a 2003 e 2004, - aproximadamente R\$ 330 milhões.³⁰⁶ Por conta disso e como forma de pressão política, as principais empresas fumageiras como Alliance One, Cia. Souza Cruz, Universal Leaf e Continental Tabacos passaram a rever seus planos de investimentos na região e a colocar em dúvida sua permanência no Estado. Em 2005, por exemplo, a Universal Leaf Tabaco Ltda. decidiu cancelar investimentos da ordem de US\$ 10 milhões previstos para a ampliação de sua usina de processamento em Venâncio Aires, através da instalação de nova linha de processamento de fumo, e transferi-la para a cidade catarinense de Joinville. Essa decisão representou a perda de 1.700 novos empregos diretos, entre efetivos e safristas, e da arrecadação de impostos para o município, e representou a diminuição dos fluxos de fumo, de insumos e de capital entre as áreas produtoras de fumo e demais cidades da região e a cidade de Venâncio Aires (SILVA, 2005). Para Santa Cruz do Sul – sede da empresa no país –, a instalação em Joinville representou o acréscimo de um novo lugar na espacialidade fumageira. Um novo lugar com o qual as principais cidades da região passaram a se relacionar, espacialmente, trocando informações, ordens, capitais, produtos e pessoal.

O modo hierárquico e hegemônico como as empresas fumageiras multinacionais têm implementado suas ações e normas organizacionais ou, ainda, como usufruem e reagem às normas estatais nos autorizam a identificar, de acordo com Santos (1993) e Silveira (1999b), um uso corporativo do território em que tanto a organização das propriedades rurais, quanto a urbanização, e a organização e o funcionamento da rede urbana traduzem a prevalência dos interesses, das estratégias e dos tempos rápidos das empresas fumageiras multinacionais. Percebemos ainda que a hierarquia urbana regional também se apresenta corporativa, na medida em que no

³⁰⁶ Em fevereiro de 2006, após forte pressão política dos prefeitos municipais e da FIERGS (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul), a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico aceitou devolver, parceladamente, os créditos de ICMS retidos pelo governo estadual referentes aos anos de 2003 e 2004 para as grandes empresas exportadoras, entre elas as empresas fumageiras. Todavia, os créditos gerados em 2005 e 2006 ainda permanecem retidos pelo governo estadual, evidenciando a possibilidade concreta de novos enfrentamentos entre o Estado e as grandes empresas exportadoras, e seus reflexos para os municípios onde as mesmas estão instaladas.

âmbito atual do funcionamento do complexo agroindustrial fumageiro instalado na região, em sua relação com o exterior, os fluxos imateriais, das ordens, normas, informações e capitais, acabam prevalecendo em relação aos fluxos materiais do fumo, de mão-de-obra e de insumos, inclusive orientando o seu movimento no território. Como lembra Silveira (1999b), essa hierarquia urbana corporativa se manifesta refuncionalizando as cidades e complexificando a organização da rede urbana e as relações espaciais entre as cidades da região, e entre elas e as cidades no exterior.

É preciso também considerar as novas relações verticais espaciais que os principais núcleos urbanos industriais fumageiros da região, Venâncio Aires, Vera Cruz e, especialmente, Santa Cruz do Sul passaram a experimentar com outras cidades no exterior, através das ações implementadas pelas representações dos camponeses fumicultores que atuam na região e que, ao mesmo tempo, estão politicamente organizadas na escala mundial.

Desde 1984, a ITGA (*International Tobacco Growers Association*), com sede em Londres, tem atuado, segundo a entidade, com o objetivo de integrar e representar politicamente os fumicultores dos principais países produtores de fumo, especialmente diante dos organismos internacionais que regulam o comércio e o controle do uso do tabaco. A ITGA tem estabelecido, desde a sua criação em Santa Cruz do Sul, permanente relação com a cidade, especialmente pela histórica e recorrente participação de dirigentes da AFUBRA em sua direção, o que tem alimentado um constante fluxo de informações e ordens entre Santa Cruz do Sul e a sede da entidade, bem como com as outras cidades onde se encontram os demais integrantes da ITGA. As ações da ITGA costumam ser interpretadas pelas demais entidades representativas dos fumicultores, como a FETRAF e o MPA, como sendo colaborativas e de interesse das empresas fumageiras e cigarreiras, na medida em que seu discurso se dirige predominantemente no sentido de defender a redução dos impostos federais sobre o fumo, a competitividade da agroindústria, em lugar de questionarem as práticas hegemônicas das multinacionais fumageiras quanto à subordinação econômica dos fumicultores.

Outra organização social dos fumicultores, com diferente orientação política, que também se organiza internacionalmente, é o MPA (Movimento dos

Pequenos Agricultores). Através de sua relação orgânica com a organização Via Campesina – organização independente que congrega organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas no âmbito mundial –, o MPA possibilita que a cidade de Santa Cruz do Sul, onde está sua sede na região, estabeleça relações espaciais com a sede nacional do Movimento em Brasília, e com as demais cidades, no exterior, onde a Via Campesina está organizada, especialmente, em Jacarta, na Indonésia, onde atualmente funciona o seu Secretariado Executivo. Criada em 1992, em Manágua, na Nicarágua, a Via Campesina defende a segurança alimentar, a reforma agrária e o acesso ao crédito e à tecnologia como principais bandeiras políticas. Na região, o MPA tem atuado na linha de frente dos embates com as empresas fumageiras denunciando a precária condição de vida dos fumicultores e a dependência econômica e tecnológica junto às empresas, além de organizar cooperativas de fumicultores para melhor negociarem o preço da produção com as empresas fumageiras.

Por fim, merece também destaque, dada a sua importância no cenário da fumiicultura mundial e quanto aos possíveis efeitos sobre o futuro da própria fumiicultura na região e no país, o conjunto de normas e protocolos de intenção agrupados na Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco – tratado internacional instituído, em 2003, por 192 Estados membros da Organização Mundial da Saúde.³⁰⁷ Esse primeiro instrumento internacional sobre saúde pública, de iniciativa da OMS, objetiva, principalmente, “preservar as gerações, presentes e futuras, das conseqüências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas do consumo e da exposição à fumaça do tabaco”. (INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER, S/D, p.01). Dentre as principais medidas que os países signatários deverão observar na implementação da Convenção-Quadro estão a implementação de políticas públicas que promovam a redução da demanda por tabaco, a redução da oferta de produtos do tabaco, a proteção à saúde das pessoas e ao meio ambiente, a inclusão da responsabilidade civil e

³⁰⁷“As Convenções-Quadro são instrumentos internacionais que estabelecem parâmetros (gerais e específicos) para o tratamento de determinadas questões. As Convenções-Quadro são implementadas por “protocolos” - instrumentos legalmente vinculantes que tratam de maneira específica temas apresentados de forma geral no corpo da Convenção-Quadro.” (INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER, S/D).

penal no descumprimento das ações e normas advindas com a implementação dessas políticas. (INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER, S/D e DESER, 2005).

Em que pese a mobilização política de alguns atores regionais, como as empresas fumageiras, o SINDIFUMO, a AFUBRA e as administrações municipais pela não-ratificação desse tratado pelo país, em outubro de 2005, o Congresso Nacional aprovou a adesão do Brasil à Convenção-Quadro.³⁰⁸ Nesse sentido, embora o tratado internacional não proponha a extinção das lavouras de fumo, mas sim a redução do consumo do cigarro, esta a médio e longo prazos, talvez num período de 10 a 20 anos, poderá levar à diminuição da demanda de produção do fumo. Como o fumo produzido na região é em sua grande parte exportado para os mercados consumidores europeu, americano e asiático, muito provavelmente o ritmo de implementação das políticas de controle do consumo do cigarro nesses países é que definirá também o ritmo de redução na demanda pelo fumo brasileiro. Isso coloca para o Sul do país, e especialmente para a região fumageira do Vale do Rio Pardo, a expectativa sombria de que, a partir desse período, os fumicultores venham a experimentar uma significativa perda de renda, e os municípios produtores de fumo passem a apresentar uma gradativa queda na arrecadação de impostos e nos níveis de emprego de trabalhadores rurais e urbanos. Por consequência, a dinâmica de urbanização e da rede urbana regional, assentada especialmente na divisão territorial do trabalho agroindustrial fumageiro, igualmente pode vir a ser afetada, como resultado das possíveis mudanças que poderão ocorrer no funcionamento dos circuitos espaciais de produção do fumo e do cigarro e dos círculos de cooperação que iniciam, atravessam ou terminam na região.

Nesse contexto, e como tentativa de reação ou de mitigação aos efeitos dessa norma internacional, tem se aprofundado na região, ainda que de modo

³⁰⁸ Após intensos debates públicos, nas regiões produtoras de tabaco no Sul do país, e nas comissões do Congresso Nacional, o tratado foi ratificado pelo Senado Federal brasileiro mediante o compromisso assumido pelo Governo Brasileiro em viabilizar um Programa de Apoio à Diversificação Produtiva em Áreas Cultivadas com Tabaco, o que vem sendo posto em prática sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Nesse contexto, também foi criada pelo governo federal, em dezembro de 2003, a Câmara Setorial do Fumo, reunindo representantes do governo, das indústrias e dos fumicultores, e com o objetivo de propor políticas que garantam a competitividade do fumo brasileiro e uma distribuição mais justa da renda gerada entre os diversos elos que formam a cadeia produtiva do fumo, bem como de acompanhar a implementação no país dos instrumentos da Convenção-Quadro. Além do Brasil, atualmente 143 países já ratificaram a sua participação na Convenção-Quadro para o controle do tabaco.

desigual entre os municípios, o debate já existente há mais tempo sobre a necessidade de se buscar alternativas econômicas viáveis à fumicultura através, por exemplo, da diversificação da produção agrícola nas áreas rurais, bem como de se estimular e promover novas atividades industriais e de serviços, notadamente, nas principais cidades da região, como modo de não depender tanto dos tributos e dos empregos gerados pelas empresas fumageiras. Algumas dessas ações são resultados das novas racionalidades que se desenvolvem através das relações horizontais no território.

10.3.2 - As ações e normas locais no espaço contíguo da região e o acontecer solidário

Muitas são as relações horizontais que nesse período se originam, se difundem e se reproduzem no âmbito do espaço banal e contíguo da região – enquanto resultado da similitude e/ou da cooperação e complementaridade de ações demandadas pelo processo propriamente dito de produção, e da ação política decorrente das relações de poder entre os distintos agentes sociais regionais e das normas locais – e que participam e influenciam a dinâmica de organização espacial e o funcionamento da rede urbana regional.

No espaço das horizontalidades, manifesta-se um conjunto distinto e diverso de ações engendradas por agentes que atuam na região em distintas e simultâneas escalas de tempo, com diferentes graus de abrangência e que participam da organização espacial, promovendo solidariedades espaciais através de relações complementares entre campo e cidade e entre as cidades. (SANTOS, 1996c). Solidariedades essas que, tanto afirmam a preponderância da lógica organizacional e da racionalidade hegemônica, advindas da agroindustrialização do fumo, quanto uma lógica orgânica e uma racionalidade não-hegemônica, advindas de ações compartilhadas e engendradas por agentes e instituições regionais que buscam instituir novas e alternativas formas de organização e desenvolvimento do território.

Nesse período, uma primeira relação horizontal a ser destacada se refere ao processo de emancipações municipais que ocorreu na região, a partir do final dos anos oitenta, já abordado por nós anteriormente. Esse processo, resultante da mobilização social das comunidades locais, das relações de

poder entre as lideranças locais, e da disputa política envolvendo as lideranças sociais dos antigos distritos municipais e os administradores municipais, possibilitou em momentos distintos a criação de novos municípios e de novas cidades na região do Vale do Rio Pardo.

O surgimento de novas cidades na região significou não somente a modificação da configuração espacial da rede urbana, mas também a constituição de novos pontos de suporte no território à circulação de antigos e novos fluxos materiais e imateriais, notadamente aqueles relativos à agroindustrialização do fumo.

É preciso considerar que a dinâmica de desenvolvimento das novas e preexistentes pequenas cidades da região, suas relações espaciais com seu entorno rural, bem como com as principais cidades da rede urbana regional – Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires – têm sido condicionadas, sobretudo, pela racionalidade hegemônica que orienta e regula a agroindustrialização do fumo na região. Racionalidade essa que se expressa e se manifesta, tanto pelas normas e ações globais das multinacionais fumageiras que alcançam verticalmente e de modo hierárquico a região, desde as suas sedes mundiais no exterior, quanto pelas ações cooperadas e pelas normas localmente instituídas, que expressam o trabalho complementar e também coletivo realizado no espaço contíguo da região. Vimos antes, quando abordamos a atual divisão territorial do trabalho do CAI do fumo e o funcionamento do sistema integrado de produção na região, a importância dessas ações e normas reguladoras na organização espacial e nos usos do território.

Tais ações e normas locais ocorrem e se aplicam durante as etapas produtivas do CAI do fumo, configurando o segmento regional dos atuais circuitos espaciais de produção e dos círculos de cooperação do fumo e do cigarro. Ao ser implementadas, fundamentam e definem uma segunda horizontalidade no território, através de relações espaciais não apenas entre as áreas rurais e as cidades da região, mas também entre estas. Assim, essas relações espaciais, envolvendo a circulação de matéria-prima, de produtos, de capital, de informações e de pessoas, participam e influenciam a dinâmica de organização e de funcionamento da rede urbana regional.

Entendemos que a lógica e a dinâmica de articulação e de movimento da produção e da informação entre os lugares da região integrados à divisão territorial do trabalho agroindustrial fumageiro obedecem à funcionalidade necessária à produção do fumo e a seu posterior processamento industrial. Nessa relação horizontal o movimento e a dinâmica territorial seguem os vetores da ordem local e da solidariedade orgânica, encetando a produção de um acontecer complementar entre esses lugares da região. Isso ocorre na medida em que com a especialização funcional entre as áreas rurais e as cidades, mas também entre as cidades, há a promoção de uma relação de interdependência que, por sua vez, é alimentada através da difusão de informações técnicas de produção e de mercado, necessárias ao desenvolvimento da atividade que lhes é comum, a atividade agroindustrial fumageira.

Nesse contexto, nas últimas duas décadas, as inúmeras pequenas cidades da região, além de apresentarem ritmos menores de crescimento de sua população urbana, têm, em geral, também desempenhado o papel de pontos de passagem, às principais cidades da região, tanto da produção do fumo, que é feita em seu entorno rural, quanto de servir de transição da mão-de-obra excedente e da renda familiar dos seus agricultores. Entre alguns exemplos, podemos citar as cidades de Tunas, Lagoão, Gramado Xavier, Passo do Sobrado e Vale Verde. Como núcleos urbanos que basicamente sediam os poderes executivo e legislativo municipal, o poder religioso – através das igrejas católica e protestante – e que apresentam um limitado número de agências bancárias, de estabelecimentos comerciais e de serviços, essas cidades apresentam uma dinâmica de reprodução espacial, tradicionalmente dependente e determinada pelas contingências que envolvem o processo de fragmentação das propriedades rurais e a dinâmica do mercado para a produção agrícola municipal, majoritariamente alicerçada no fumo. Como o fumo é o esteio da economia desses municípios, muitos têm sido os obstáculos e as dificuldades para uma efetiva modernização e diversificação econômica em seus territórios. Na maior parte dessas pequenas cidades, a possibilidade de melhoria e de ampliação da infra-estrutura urbana e dos serviços públicos está condicionada ao desempenho da arrecadação municipal de impostos,

especialmente a decorrente da comercialização do fumo. O consumo consumptivo é limitado aos produtos, bens e serviços que assegurem o atendimento das necessidades básicas da população. Já o consumo produtivo, quando ocorre, limita-se à compra de produtos para construção de estufas e paiol, carroças e alguns insumos básicos utilizados nos tratos culturais das lavouras de fumo, como fertilizantes e ferramentas. A cada período de comercialização da safra de fumo, grande parte dos recursos obtidos pelos fumicultores com a venda do produto nas usinas de fumo em Santa Cruz do Sul e em Venâncio Aires não é aplicada nos mercados urbanos locais das pequenas cidades, mas permanece naquelas cidades, movimentando o comércio de bens de consumo não-duráveis – como roupas, calçados e alimentos – e duráveis – como eletrodomésticos, automóveis, motocicletas - e o setor de prestação de serviços, especialmente os de educação e saúde.

Além disso, é preciso também considerar a expropriação de parte do sobretrabalho camponês realizada pelas empresas na compra do fumo, tanto através da classificação do fumo, quanto pelo abatimento que realizam no pagamento dos fumicultores, por conta dos insumos químicos e mecânicos adiantados pela empresa quando do plantio e da cura do fumo, bem como por conta do valor referente ao custeio do financiamento da produção de fumo junto aos bancos, que as empresas fumageiras intermedeiam. Há, portanto, nessa relação horizontal e através do comércio e do setor financeiro, uma recorrente e crescente drenagem da renda produzida desde as áreas rurais para a economia urbana das principais cidades fumageiras, especialmente para Santa Cruz do Sul. Além disso, a lógica que orienta hegemonicamente o funcionamento do circuito espacial do fumo e do cigarro igualmente impõe obstáculos ao desenvolvimento das inúmeras pequenas cidades a uma participação mais efetiva na divisão do trabalho agrofumageiro, bem como ao conjunto da rede urbana regional. Isso ocorre na medida em que a maior parte dos insumos químicos e mecânicos, e serviços mais especializados, demandados nas etapas de produção, processamento e comercialização de fumo, e produção e comercialização de cigarros, não são produzidos de modo complementar nessas cidades da região, mas em lugares externos – no país e no exterior –, restringindo a possibilidade de um maior intercâmbio econômico

e de uma melhor interação produtiva entre os núcleos urbanos da região, se esses produtos e serviços estivessem sendo produzidos regionalmente.

Ao mesmo tempo, com a consolidação do CAI do fumo e a ampliação e modernização da produção agroindustrial fumageira, a cidade de Santa Cruz do Sul, principalmente, e as de Venâncio Aires e de Vera Cruz, em segundo lugar, ampliaram as suas funções de gestão da produção de fumo e de regulação do consumo produtivo realizadas, respectivamente, nas áreas rurais, e nas demais cidades que integram a espacialidade fumageira no sul do país. A difusão e o emprego de inovações técnicas na produção e na cura do fumo, bem como a ampliação da produção de novas variedades de fumo em folha na região têm implicado em um aumento da circulação de ordens e informações técnicas organizacionais desde as empresas fumageiras instaladas em Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz, que alcançam milhares de fumicultores espalhados pela região, através das suas equipes de instrutores técnicos. Assim, a implementação das normas e ordens determinadas anualmente pelas empresas no seu planejamento da safra de fumo, através do sistema integrado de produção e do calendário anual da agroindustrialização do fumo, acabam influenciando e condicionando tanto a cooperação horizontal, a vida de relações entre as áreas rurais e pequenas cidades em relação aos principais centros agroindustriais fumageiros da região, quanto também condicionam a própria dinâmica de desenvolvimento das cidades.

Com a expansão do cultivo do fumo e de seu processamento na região, ampliou-se progressivamente o consumo produtivo. Particularmente nos principais centros urbanos da região, e em especial em Santa Cruz do Sul, onde ocorre a produção e/ou a intermediação comercial, a demanda tanto dos agricultores por sementes, fertilizantes, agrotóxicos, equipamentos, crédito e informações, quanto das empresas por máquinas, consultorias, seguro, crédito, informações e demais bens e serviços especializados, ainda que de modo distinto, tem sido parcial ou inteiramente atendida.

O aumento da comercialização do fumo e a ampliação de novos clientes internacionais também exigiram a reestruturação e a modernização das empresas que interagem com as multinacionais fumageiras e cigarreiras. Novos objetos técnicos foram sendo instalados, proporcionando a produção de

novos produtos e a oferta de novos serviços. Notadamente em Santa Cruz do Sul, e secundariamente em Venâncio Aires, ampliou-se o número de casas comerciais de implementos agrícolas, de empresas de consultoria contábil, jurídica e fiscal, de seguro, de assistência técnica, de transporte, de informática e automação industrial, de agências de viagem, e de empresas especializadas no ensino de línguas estrangeiras. Foram criadas empresas de logística, de marketing e publicidade, de consultoria ambiental, centros de pesquisa biotecnológica, empresas de análises químicas e biológicas. E, com a reestruturação produtiva das empresas fumageiras e cigarreiras, promoveu-se a ampliação de oficinas de manutenção de veículos, de empresas de manutenção de equipamentos industriais, de fornecimento de refeição industrial, e de segurança industrial.

A dinâmica de agroindustrialização do fumo, as oscilações do mercado mundial e a sua inerente sazonalidade do seu processo produtivo, de modo combinado, têm promovido e orientado ativamente a lógica dos movimentos de população entre os lugares da região. Nos anos noventa, a implementação da concentração de capital no setor fumageiro e a modernização tecnológica e organizacional nas plantas industriais das fumageiras levaram a uma gradativa diminuição no número de vagas de emprego efetivo e temporário. Além disso, os efeitos recessivos da política macroeconômica nacional nesse período contribuíram para o avanço do desemprego nos demais ramos e setores da economia regional. Ou seja, esses eventos contribuíram para uma diminuição na intensidade desses fluxos migratórios para as maiores cidades e, em certa medida, promoveram uma relativa distribuição de parte desse movimento em busca de emprego para as outras cidades da região.

A partir de 2001, com a progressiva ampliação da produção de fumo no Sul do país e o conseqüente aumento do emprego industrial nas usinas de processamento da região, os fluxos de mão-de-obra excedente das áreas rurais e demais cidades da região para as cidades de Santa Cruz do Sul e de Venâncio Aires têm sido incrementados.³⁰⁹ Diante das dificuldades enfrentadas

³⁰⁹ De acordo com o SINDIFUMO, entre 2001 e 2005 o número de trabalhadores efetivos e temporários empregados no conjunto das empresas afiliadas ao sindicato passou de 18.001 para 27.685 trabalhadores, com um acréscimo de 53,79% no contingente de pessoal ocupado, nesse período. Entrevista com Cláudio Henn, presidente do SINDIFUMO, em maio de 2005.

no meio rural – o crescente parcelamento da terra e a dificuldade para garantir a reprodução social do conjunto da família, e o endividamento dos produtores – e da atração exercida pela economia urbana e pela expectativa de emprego nas principais cidades da região, os agricultores e trabalhadores desempregados nas cidades menores se põem em movimento buscando melhorar sua condição social através da busca de trabalho temporário no período do processamento da safra, ou mesmo de emprego na indústria da construção civil ou no setor comercial.³¹⁰ Como reflexo, as cidades de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz, com diferente intensidade, diante da inexistência de emprego pleno, da má distribuição de renda e da crescente especulação imobiliária, têm experimentado processos de urbanização também caracterizados pelo aumento da exclusão social e da informalidade, da violência urbana, da invasão de áreas verdes, áreas municipais e áreas particulares, e da segregação urbana.

Em contrapartida, desde 2002, com o aumento progressivo na produção de fumo, um novo fluxo de população, embora temporário e sazonal, caracteriza a relação horizontal entre os lugares da região: aquele de trabalhadores urbanos, muitos dos quais ex-agricultores, atualmente desempregados e residentes nas maiores cidades, como Santa Cruz do Sul. Estes, durante o período mais intenso de colheita do fumo, entre os meses de dezembro e fevereiro, deslocam-se nas primeiras horas da manhã para trabalharem na colheita e cura do fumo, nas propriedades rurais da região. Retornam ao entardecer, recomeçando o movimento novamente no dia seguinte.

O aumento da produção de fumo representou a necessidade de ampliação da quantidade de trabalho na colheita do fumo.³¹¹ Isso porque, na medida em que o fumo esteja no ponto para ser colhido, a colheita e a cura não

³¹⁰ De acordo com o “Estudo das condições socioeducacionais de empregabilidade em Santa Cruz do Sul com base nos dados do Programa SINE”, entre 1998 e 2003, um total de 22.405 pessoas cadastraram-se no Escritório do SINE em Santa Cruz do Sul em busca de emprego. Desse contingente, 1.016 pessoas, cerca de 4,5% dos inscritos, residiam em Vera Cruz, e 533 pessoas, aproximadamente 2,4% dos inscritos, moravam em Rio Pardo. O Estudo também aponta que a grande maioria dos inscritos, aproximadamente 20.105 pessoas, residia em Santa Cruz. Todavia, cerca de 52,4% desses inscritos não eram naturais do município, caracterizando assim o processo de imigração para a cidade. (VIEGAS, 2005).

³¹¹ Esses trabalhadores temporários recebem por 12 horas diárias de trabalho, aproximadamente, entre R\$15,00 a R\$ 30,00. (MÜLLER, 2003b).

devem tardar sob pena de o produto perder a qualidade, fator determinante quando da classificação e compra pelas empresas. Como essas atividades são realizadas através do uso intensivo de mão-de-obra familiar, o aumento da produção implicou a demanda por novos braços. A possibilidade de os fumicultores contratarem trabalhadores temporários, de modo informal, e a um baixo custo, tem sido decisiva na implementação desse fluxo. Isso tem sido viabilizado pela presença de empresas ou empreiteiros clandestinos, instalados em Vera Cruz, Venâncio Aires e Vera Cruz.³¹² São eles que são contratados pelos fumicultores e em troca se responsabilizam pelo recrutamento, transporte, alimentação e pagamento diários dos trabalhadores. Para esses trabalhadores, a grande maioria desempregados nessas cidades, mesmo não recebendo as garantias e os direitos trabalhistas e previdenciários de um emprego formal, essa ocupação temporária e informal é a possibilidade concreta de garantir a sua reprodução e a da família.

Um outro reflexo dessa relação horizontal se refere ao aprofundamento da função política que a cidade de Santa Cruz do Sul apresenta no âmbito da rede urbana regional. Santa Cruz do Sul, enquanto espaço de manifestação social e por sediar as principais organizações sindicais que politicamente representam os agentes atuantes no CAI do fumo, por sediar a direção das corporações multinacionais fumageiras no país, bem como as representações de órgãos federais como Ministério da Agricultura, Ministério Público e Justiça Federal, além de estaduais, como EMATER, Secretaria da Agricultura e Secretaria da Fazenda, tem reforçado a condição de principal local de realização das ações de mobilização social, de negociação e de embate político.

Nesse aspecto, a cidade canaliza as manifestações políticas decorrentes das relações sociais e econômicas contraditórias existentes no

³¹²Não há registro oficial de quantas são as chamadas empreiteiras - empresas terceirizadas que contratam os trabalhadores temporários - que atualmente operam nos municípios da região. "Atuando informalmente, sem o recolhimento de obrigações previdenciárias e trabalhistas, estas "empresas" surgem e se multiplicam de acordo com a necessidade dos produtores. Somente em Vera Cruz, conforme estimativas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) são pelo menos 12 empreiteiras, a maioria fundada por moradores das vilas mais carentes. Em 2002 este número não chegava a quatro. Em Santa Cruz do Sul, as mais de 10 empreiteiras também são de bairros carentes na periferia da cidade, como o Cristal, Glória, Harmonia, Imigrante e Menino Deus." (MÜLLER, 2003a).

âmbito da fumicultura, sobretudo entre fumicultores e agroindústrias fumageiras, quanto à implementação do sistema integrado de produção de fumo e a decorrente subordinação econômica, tecnológica e informacional dos fumicultores em relação às empresas, especialmente através da comercialização do fumo. Nos anos recentes, os embates envolvendo fumicultores, especialmente através do STR e do MPA e o SINDIFUMO em relação ao pagamento de um melhor preço pelo fumo, têm sido recorrentes na região. Em algumas vezes, como em 1989, em 1992 e em 2000, o agravamento da tensão entre esses agentes acabou promovendo a retenção parcial do fumo nas propriedades, passeatas pela cidade, ocupação das empresas e o conseqüente confronto com a polícia militar gaúcha. As empresas, nesses momentos, além de buscarem apoio político dos governos municipal e estadual e de acionarem a polícia militar, procuraram desmobilizar os fumicultores exigindo, através do poder judiciário, o cumprimento dos contratos de integração. Nesses embates, muitas vezes, as empresas fumageiras têm sido favorecidas pela impossibilidade de unidade política nas ações das organizações dos fumicultores, dadas as suas diferentes orientações político-ideológicas. Enquanto a AFUBRA e o STR apresentam uma postura mais comedida, colaboracionista e de não enfrentamento com as empresas, o MPA e a FETRAF, mesmo não sendo reconhecidos pelas empresas nas rodadas anuais de negociação do preço do fumo como entidades representativas dos fumicultores, vêm conquistando crescente espaço entre os fumicultores, pela sua capacidade de organização e de mobilização dos fumicultores, pela coerência política de suas proposições e ações e pela sua permanente disposição de luta pelos interesses dos fumicultores.

Concordamos com Elias quando assinala que a modernização agropecuária não apenas amplia e reorganiza a produção material agrícola ou industrial, como também determina a expansão quantitativa e qualitativa da produção não-material. (ELIAS, 2003). Nesse período, o resultado combinado do crescimento da população urbana, do aumento da renda – especialmente

do empresariado, de profissionais liberais e de trabalhadores especializados³¹³ – e da difusão da ideologia do consumo, também levaram a um expressivo incremento do consumo consumptivo de bens e de serviços³¹⁴ nas principais cidades da região. A ampliação e a diversificação do consumo consumptivo nos levam a identificar uma terceira relação horizontal no território regional, configurada, especialmente, através do movimento cotidiano e periódico de segmentos da população das pequenas cidades, e em menor escala das áreas rurais, em direção aos estabelecimentos comerciais e de serviços especializados, nos maiores núcleos urbanos da região.

Em Santa Cruz do Sul e, secundariamente, em Venâncio Aires, tivemos nesse período a instalação de novos e modernos objetos técnicos como *shopping centers*, centros comerciais, lojas de conveniência e lojas especializadas que oferecem produtos modernos e sofisticados. No setor de saúde, foram criadas inúmeras clínicas médicas e odontológicas especializadas, casas de repouso, *spas*, clínicas de fisioterapia e laboratórios especializados. No âmbito do lazer, criaram-se novos cinemas, casas noturnas, bares temáticos, restaurantes especializados, centros culturais, livrarias e agências de viagem. Com o aumento da urbanização e do desemprego na região, ampliaram-se os índices de violência nas cidades da região e, com ela, tivemos também a criação de empresas especializadas na vigilância residencial e comercial, bem como de empresas de segurança privada.³¹⁵

³¹³ Em 2004, os dados da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Fumo (FENTIFUMO) mostram que o salário dos 3.599 trabalhadores efetivos nas principais indústrias fumageiras e na cigarreira, instaladas em Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz, variava, de acordo com a empresa, entre R\$ 975,00 e 1.833,00. Já entre os, aproximadamente, 166 supervisores dessas empresas, a variação do salário mensal ficou entre R\$ 1.950,00 e 6.881,00, enquanto entre os seus 70 gerentes a variação salarial esteve entre R\$ 4.059,00 e 11.494,00. (Entrevista realizada em 05/05/2005 com o Sr. Dorval Knak, presidente da FENTIFUMO.) Esses dados mostram a importância desse volume salarial no aquecimento da economia urbana local, especialmente em relação ao consumo consumptivo.

³¹⁴ A pesquisa Brasil em Foco, realizada, anualmente, pela empresa paulista Target Pesquisa e Serviços de Marketing sobre o potencial de consumo dos municípios brasileiros, estimava, com base nos dados secundários do IBGE, que no ano de 2004 os moradores da região do Vale do Rio Pardo fariam circular na economia regional, aproximadamente, R\$ 2,100 bilhões, o que representava, nesse ano, cerca de 3% do poder de consumo do Estado. A pesquisa mostra que o potencial de consumo *per capita* dos 299.647 moradores urbanos da região, nesse ano, seria de, aproximadamente, R\$ 5.724,66, enquanto para os 185.047 habitantes da área rural, o potencial de consumo *per capita* ficaria em R\$ 1.414,96. (MÜLLER, 2004).

³¹⁵ Dados da Secretaria Estadual da Justiça e Segurança mostram que, em 2001, as cidades da região apresentaram um total de 2.695 eventos criminosos contra pessoas. Aproximadamente, 42,67% desses crimes (1.150) ocorreram em Santa Cruz do Sul. A segunda

A instalação desses objetos e o oferecimento de atividades comerciais e de novos serviços às famílias e às organizações ampliaram a influência dessas cidades, especialmente de Santa Cruz do Sul, através da atração de consumidores e do incremento da vida de relações, não apenas em relação às demais cidades da região, mas também de outras cidades de regiões vizinhas, como a região do Vale do Taquari, a do Vale do Caí e a Carbonífera.

Nesse sentido, a cidade de Santa Cruz do Sul, ao ampliar a oferta dos meios para o consumo final das famílias e administrações e o consumo intermediário das empresas existentes nela e em seu entorno, acabou, nesse período, aprofundando sua centralidade na região do Vale do Rio Pardo e sua condição de liderança econômica, política e cultural na rede urbana regional.

Além disso, a intensa vida de relações implementadas entre as cidades de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e de Vera Cruz, advindas simultaneamente dos fluxos da regulação da produção do fumo, da dinâmica do mercado de trabalho e do consumo consumptivo, tem possibilitado que essas cidades possam também ser identificadas como constituindo uma aglomeração urbana não metropolitana, no entorno da região metropolitana de Porto Alegre, enquanto expressão das novas características e tendências apresentadas pela rede urbana do Rio Grande do Sul. (IPEA *et al*, 1999).

Quando pensamos as atuais horizontalidades na região devemos também considerar a existência de outros acontecimentos homólogos em outras áreas do Vale do Rio Pardo, enquanto resultado da produção comum de outras atividades em espaços contíguos da região, e que igualmente têm contribuído para o desenvolvimento urbano e para a especialização produtiva de outras importantes cidades que integram a rede urbana regional.

A expansão das culturas do arroz e da soja, no sul da região, tem influenciado principalmente as economias urbanas de Candelária e de Rio Pardo, através da instalação de objetos técnicos e de serviços demandados para o beneficiamento e a comercialização da produção agrícola, e pela expansão do consumo produtivo implementado com a modernização técnica e organizacional dessas culturas agroindustriais. Além disso, em Rio Pardo,

e a terceira cidades por quantidade de ocorrências foram, respectivamente, Venâncio Aires, com 281 crimes, e Candelária com 243 crimes. (CAMPOS e SCHNEIDER, 2003).

enquanto a pecuária bovina ainda mantém importante papel na economia municipal, tem havido a instalação de empresas industriais forâneas do ramo de alimentos, ampliando a diversificação de sua estrutura econômica. Atualmente, o município vive a expectativa da implantação de uma unidade de reflorestamento da Cia. de Celulose Aracruz nas áreas rurais do município, de onde a madeira produzida e beneficiada seguiria para abastecer a usina da empresa instalada em Guaíba, na região metropolitana de Porto Alegre.

Como parte da política de desenvolvimento do governo estadual, nos últimos cinco anos, o estímulo ao reflorestamento tem avançado na chamada Metade Sul do Rio Grande do Sul, contribuindo para o avanço do plantio de espécies vegetais exóticas como eucalipto e *pinus*, através da compra de terras por empresas nacionais e multinacionais do setor de celulose, em áreas rurais nos municípios de Rio Pardo, de Pântano Grande e de Encruzilhada do Sul.

Em Encruzilhada do Sul, a economia urbana não mais está baseada apenas na pecuária e na exploração mineral – notadamente granito –, apresentando, nesse período, os reflexos de uma crescente diversificação, através da instalação de empresas de exploração e de beneficiamento de madeira reflorestada para produção de móveis e produtos de uso doméstico, como a empresa Forjasul do Grupo Tramontina, bem como do desenvolvimento da fruticultura e da vitivinicultura, com a instalação de plantas de tradicionais vinícolas gaúchas, como a Miolo e Valduga. A implementação dessas novas atividades produtivas tem ampliado o consumo produtivo e a regulação urbana da produção, possibilitando tanto a produção quanto a intermediação de novos produtos e serviços, o que tem contribuído para o incremento da urbanização da cidade.

Essas mudanças na economia desses municípios têm permitido consolidar a posição dessas cidades, na rede urbana regional, como núcleos urbanos que compõem um escalão intermediário entre as pequenas cidades e os principais núcleos urbanos da região, ampliando sua participação nas trocas comerciais que animam a rede urbana regional, através da implementação de novas especializações produtivas no âmbito de outras divisões do trabalho que

igualmente se desenvolvem na região, de modo simultâneo e complementar à fumiicultura.

Concordamos com Bassan (2003) e com Souza (2002), no sentido de que o atual modelo hegemônico de desenvolvimento econômico regional, sustentado principalmente na agroindustrialização do fumo, e produto simultâneo das relações espaciais horizontais complementares entre os lugares da região e das relações verticais hierárquicas que incidem, desde o exterior, seletivamente, nos lugares, tem promovido um quadro de desigualdades econômicas e sociais entre os municípios e entre as cidades da região. Para Bassan,

a industrialização é responsável pelo crescimento da *renda per capita* de alguns municípios, mas não é a responsável pelo desenvolvimento da região. Isto porque, grande parte da renda gerada não permanece na região para que se possa fazer investimentos em áreas básicas. Além disso, o alto nível de renda nem sempre significa melhores índices de desenvolvimento, isto porque a renda nem sempre está bem distribuída e aplicada em áreas como educação, saúde e moradia. (BASSAN, 2003, p.94).

Embora a região do Vale do Rio Pardo, nesse período, tenha alternado entre a quarta e a sexta posições no conjunto das 23 regiões do Estado, em relação ao desempenho do PIB, e do PIB *per capita*, o desempenho regional em relação ao IDESE (Índice de Desenvolvimento Socioeconômico), calculado pela FEE, é problemático na medida em que a região, em 2003, ocupava a antepenúltima posição entre as regiões do Rio Grande do Sul.³¹⁶

Além disso, o desempenho econômico de cada município da região e de sua participação no conjunto da produção regional é desigual. Em 2004, Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires responderam, respectivamente, por 47,49% e 18,08% do PIB total do Vale do Rio Pardo. Ou seja, a produção conjunta dos dois principais municípios representou 65,57% do PIB regional, o equivalente a

³¹⁶ O índice do IDESE da região do Vale do Rio Pardo, em 2003, foi de 0,696, abaixo do índice apresentado pelo Estado, nesse ano, que foi de 0,757. A FEE-RS, desde 1991, desenvolve anualmente o IDESE para o Estado, para as regiões de planejamento dos COREDEs, e para os municípios. O IDESE é um índice sintético, que se baseia no Índice de Desenvolvimento Humano, da UNESCO, e abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos classificados em quatro blocos temáticos: educação, renda, saneamento e domicílios e saúde. O IDESE tem variação de 0 a 1,0 e, como o IDH, possibilita que se classifiquem o Estado, as regiões e os municípios em três níveis de desenvolvimento: baixo (índices até 0,499), médio (entre 0,500 e 0,799) ou alto (maiores ou iguais que 0,800). (FEE/Centro de Informações Estatísticas, 2007).

3,34 vezes a soma do PIB dos outros 23 municípios da região. Ao mesmo tempo, quando consideramos o desempenho dos municípios em relação ao seu PIB *per capita*, igualmente percebemos a existência de nítidas diferenças entre eles. Em 2004, enquanto as três maiores médias se encontravam nas cidades mais industrializadas da região – em Santa Cruz do Sul com R\$ 27.653,00, em Venâncio Aires com R\$ 18.666,00 e em e Vera Cruz com R\$ 14.941,00 –, em 13 dos demais municípios, a maior parte localizada em áreas agrícolas de minifúndios na microrregião Norte da região, o PIB *per capita* ficou entre R\$ 6.000,00 e 10.000,00. (FEE, 2006).

Complementarmente, a tabela 43 apresenta outros indicadores que também nos auxiliam a apreender o desigual desenvolvimento socioeconômico existente entre os municípios e as cidades da região.

TABELA 43 - Vale do Rio Pardo e municípios selecionados: indicadores socioeconômicos relativos à população residente - 2000

Municípios selecionados	População total	% de pessoas indigentes*	% de Pessoas pobres♦	Taxa de analfabetismo (%♣)	Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)
Arroio do Tigre	12.214	9,84	25,80	9,80	9,90
Barros Cassal	11.322	16,16	40,44	16,90	21,30
Candelária	29.479	15,02	34,57	11,50	24,90
Encruzilhada do Sul	23.897	14,95	34,25	13,40	21,60
Estrela Velha	3.689	15,49	36,98	12,70	35,10
Herveiras	2.959	17,91	37,10	11,90	18,50
Lagoão	6.096	31,63	54,61	20,80	25,60
Rio Pardo	37.778	12,23	28,59	10,20	17,20
Santa Cruz do Sul	107.589	5,02	13,58	4,40	15,90
Sinimbu	10.207	12,29	27,98	9,30	25,40
Sobradinho	16.331	13,09	30,12	10,30	7,30
Tunas	4.310	20,42	49,40	17,80	11,40
Venâncio Aires	61.207	5,76	15,84	5,80	19,90
Vera Cruz	21.203	10,79	24,99	6,00	9,60

Fonte: Para população total e analfabetismo (IBGE, 2000). Para pobreza e indigência (IPEA, 2000). Para mortalidade infantil (Campos e Schneider, 2003, p.69). *Pessoas Indigentes: % de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 37,75, equivalentes a ¼ do salário mínimo vigente em agosto de 2000, em relação ao total de pessoas que vivem em domicílios particulares permanentes. ♦Pessoas Pobres: % de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 75,50, equivalentes a ½ do salário mínimo vigente em agosto de 2000. ♣Taxa de Analfabetismo: % da população residente com 10 ou mais anos de idade não alfabetizada. Organização: Rogério Silveira

Observamos que, em 2000, Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires apresentam os menores índices de pobreza, de indigência e de analfabetismo da região, e taxas médias de mortalidade infantil, atestando uma melhor condição de vida das suas populações em relação aos demais municípios. Se somarmos o percentual de indigentes e de pobres nesses municípios e o aplicarmos em relação a suas populações totais, alcançaremos um expressivo contingente de 20.011 pessoas, em Santa Cruz do Sul, e de 13.220 pessoas, em Venâncio Aires, que viviam abaixo da linha da pobreza. Esse percentual é ainda maior em Vera Cruz, outra das cidades industriais fumageiras, onde 35,78% da população, aproximadamente 7.586 pessoas, também se encontravam nessa situação. Nas três cidades, a grande maioria dessas pessoas são trabalhadores temporários na indústria fumageira e subempregados na economia informal, além de serem moradores nas vilas irregulares que se constituíram no período na periferia urbana dessas cidades.

Merece igualmente destaque a crítica situação experimentada nesse período pelos pequenos municípios de Barros Cassal, Lagoão, Tunas, Herveiras e Estrela Velha – localizados na microrregião Norte - e que apresentavam os piores índices entre os municípios da região, relativos ao conjunto dos indicadores. Chama a atenção o elevado percentual de pessoas - 86,24% em Lagoão, 69,82% em Tunas, 56,60% em Barros Cassal, 55,01% em Herveiras e 52,47% em Estrela Velha – que se encontravam abaixo da linha da pobreza nesses municípios, cuja economia assenta-se principalmente na pequena agricultura familiar em que a produção rural e os pequenos mercados urbanos ressentem-se da precariedade do acesso viário. Esse desempenho ruim dos municípios de certa forma é confirmado pela classificação de alguns desses municípios no *ranking* dos municípios gaúchos em relação ao IDESE municipal. Os dados da FEE indicam que, em 2003, sete dos municípios da região – Lagoão, Herveiras, Gramado Xavier, Lagoa Bonita do Sul, Ibarama, Segredo, Passa Sete e Vale Verde – integravam o conjunto dos 30 municípios gaúchos com pior desempenho do IDESE do Estado.³¹⁷ (FEE, 2007).

³¹⁷ Em 2003, o IDESE desses municípios e sua respectiva colocação no *ranking* estadual que agrupa o conjunto de 497 municípios foi o seguinte: Vale Verde = 0,579 e 468°, Passa Sete = 0,578 e 469°, Segredo = 0,574 e 473°, Herveiras = 0,571 e 475°, Ibarama = 0,570 e 476°,

Devemos ainda destacar Rio Pardo, Candelária, Sobradinho e Encruzilhada do Sul, tradicionais municípios e cidades da região, que, embora com menor intensidade que os pequenos municípios antes referidos, também apresentaram desempenhos críticos em relação às condições de vida de parte significativa de suas populações. Problemas esses decorrentes tanto da insuficiente dinâmica de geração de emprego e de renda em relação à população residente, quanto da falta de políticas públicas mais efetivas e eficazes que promovam uma melhor distribuição de renda e uma mais adequada expansão e melhor funcionamento dos equipamentos e serviços públicos, especialmente nas áreas da saúde e da educação.

De um modo geral, podemos pensar que essas desigualdades socioeconômicas existentes entre os municípios e entre as cidades da região em realidade refletem diferentes e desiguais condições de uso do território regional pelos distintos agentes sociais e, nesse sentido, acabam influenciando e orientando, distintamente, a direção, o sentido, a intensidade e o alcance dos fluxos materiais e imateriais que circulam na rede urbana regional.

Por fim, é preciso também considerar que os vetores de ordem local e de solidariedade orgânica expressos no processo de produção também se manifestam no cotidiano da região através do desenvolvimento de ações locais que tanto afirmam interesses de grupos sociais particulares, como também buscam a promoção do interesse coletivo e do desenvolvimento regional. Trata-se, assim, segundo Santos (1996a), a despeito da preponderância da racionalidade hegemônica que regula o funcionamento do CAI do fumo e da organização espacial regional, da promoção de ações que se orientam por outras formas de racionalidade que não a dominante, ou que reivindicam mudanças no atual modo de organização e de uso do território, afirmando-se, portanto, na região como novas racionalidades ou como contra-racionalidades.

Com base em Marsden entendemos que o desenvolvimento, desde a região, de ações cotidianas e cooperadas, que muitas vezes envolvem a aliança e a organização local de distintos agentes sociais, não se faz dissociado da complexa e contraditória estrutura da sociedade, bem como não

Gramado Xavier = 0,567 e 479°, Lagoa Bonita do Sul= 0,555 e 488° e Lagoão = 0,554 e 490°. (FEE, 2007).

se realiza à parte, e em separado espacialmente de outros lugares, mas de modo articulado e complementar às ações e aos eventos que se desenvolvem desde outras escalas espaciais. Portanto, não é a região que age ou que tem interesse, mas sim são os distintos agentes que nela vivem e que operam em diferentes escalas espaciais e que no cotidiano estabelecem diferentes graus de identidade com o território regional, e distintos tipos de interesses, notadamente em função da posição que cada um ocupa no âmbito da divisão territorial do trabalho. (MARSDEN, 1992).

Tendo isso como pressuposto, cabe mencionar que também observamos no Vale do Rio Pardo o que Maria Laura Silveira identifica no espaço banal e contíguo da região da Patagônia Norte, na Argentina. Para ela:

A partir de uma produção homóloga moderna, os atores regionais estabelecem solidariedades no território contíguo e, compartilhando informações e interesses, constroem uma comunidade. Os conflitos não estão, todavia, ausentes, mas, em qualquer caso, é a própria comunidade que estabelece as instâncias de regulação. Impregnada de uma solidariedade organizacional, a região testemunha, entretanto, algumas solidariedades orgânicas nascidas das ações das comunidades específicas. (SILVEIRA, 1999b, p.381).

No âmbito das relações horizontais que se desenvolvem no território regional, podemos destacar algumas importantes ações locais de cooperação que têm buscado a promoção de um outro modelo de desenvolvimento, engendrado desde a região. Modelo esse que procura alcançar alternativas à fumicultura, especialmente nesse período de aprofundamento da dependência regional, dada a expansão da agroindustrialização do fumo na região, e de ameaças concretas ao futuro da economia regional que a aprovação e implementação no país da Convenção-Quadro para o controle do tabaco poderá representar.

Embora exista na região, principalmente nas suas áreas colonizadas por alemães e italianos, a tradição no desenvolvimento do associativismo e do cooperativismo, no âmbito das comunidades locais, é, sobretudo, nos quinze últimos anos que essas ações têm sido promovidas na escala regional. Nesse período, foram criadas organizações públicas não-estatais, permanentes, como conselhos, consórcios, comitês, fóruns que se constituíram em importantes instrumentos para o planejamento e o desenvolvimento da região, por

possibilitarem a participação de diferentes agentes sociais e por promoverem o debate sobre as principais demandas regionais e sua priorização.³¹⁸ Essas organizações, além de contribuírem para o estímulo, o fortalecimento e a capacitação da participação social, também têm instituído um fluxo contínuo de informações envolvendo as administrações públicas municipais e as comunidades locais – o que tem contribuído para a proposição e o aperfeiçoamento de políticas, programas e projetos de interesse dos municípios e da região.

Assim, a criação do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo (COREDE-VRP), em 1990, da UNISC, em 1993, do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Pardo, em 1998, do Consórcio Intermunicipal de Comercialização de Produtos Agrícolas (COPERVALE), em 2001, e do Fórum Regional da Agenda 21 Regional, em 2002, representou iniciativas importantes e estratégicas no sentido de possibilitar o planejamento e a construção, desde a região, de alternativas de desenvolvimento à produção agrofumageira.

As realizações encetadas com base nessas iniciativas têm sido efetivadas, não sem dificuldades e contradições, através da parceria e cooperação entre os distintos agentes que atuam e utilizam o território regional. A viabilidade dessas ações tem sido possível graças à combinação de esforços compartilhados, envolvendo recursos financeiros, recursos materiais, recursos tecnológicos, conhecimento e trabalho. O Estado, especialmente em suas instâncias executivas no âmbito estadual e municipal, tem sido um parceiro importante nessas iniciativas.

Entre os exemplos importantes, de ações locais que se afirmam como novas racionalidades no processo de desenvolvimento regional, destacam-se aquelas referentes à promoção e à difusão de alternativas econômicas de cunho agroecológico. Essas ações são realizadas baseadas na organização

³¹⁸ Embora tenhamos de considerar a especificidade e a finalidade de cada uma dessas organizações, podemos afirmar a participação e a atuação de diferentes segmentos existentes na região, como por exemplo: as igrejas, os sindicatos dos trabalhadores urbanos e rurais, os sindicatos rurais, as associações comerciais e industriais, as prefeituras municipais, as cooperativas de produção, de crédito e de trabalhadores, a universidade, o SEBRAE, o SESI e o SENAI, as organizações não-governamentais ambientalistas e de defesa da cidadania, os movimentos sociais organizados, como as associações de moradores e as representações de órgãos públicos estaduais e federais.

dos agricultores familiares em cooperativas e através da cooperação com os demais agentes locais como as Igrejas, a UNISC, a EMATER (Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural), o CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Produtor) e as administrações municipais. Muitas dessas atividades têm sido gestadas através do apoio institucional e de recursos das organizações vistas acima, principalmente da UNISC e do COREDE-VRP. Entre essas atividades, merecem destaque aquelas em processo de consolidação que procuram representar alternativas de emprego e renda no meio rural e que gradativamente começam a contribuir para a diversificação das economias municipais e para um maior dinamismo de suas respectivas cidades.

Nesse sentido temos: em Encruzilhada do Sul, o desenvolvimento de associações de agricultores produzindo mel e frutas, especialmente, pêssego e figo; em Vale do Sol, Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz, a produção de hortaliças, frutas e conservas vem se consolidando com a criação da ECOVALE (Cooperativa Regional de Agricultores Familiares Ecologistas do Vale do Rio Pardo) que congrega cerca de 112 famílias de pequenos agricultores; em Sobradinho, Segredo e Arroio do Tigre, um crescente número de famílias de produtores rurais vem ampliando a produção de produtos agroecológicos (frutas, mel, ervas medicinais, flores, e peixes) e sua agroindustrialização; e em Venâncio Aires, a produção e industrialização de erva-mate através do trabalho cooperado de cerca de 300 famílias de produtores rurais, articulados pelo STR do município. Existem também iniciativas desenvolvidas no âmbito do turismo (rural, ecológico, patrimônio histórico e arquitetônico), através da ação conjunta da UNISC, do SEBRAE, da SETUR (Secretaria Estadual de Turismo) e das administrações municipais, constituindo roteiros turísticos em Candelária, Rio Pardo, Vale do Sol, Sobradinho, Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires.

Os grupos de pequenos agricultores envolvidos nessas atividades atualmente enfrentam o desafio de promover as condições necessárias (qualificação do processo produtivo, transporte da produção, acesso ao crédito e ao mercado consumidor, e escala de produção) para viabilizar economicamente essas alternativas, de modo a não mais terem de depender

da fumicultura. São diferentes as dinâmicas como cada iniciativa vem conseguindo suprir essas condições, o que explica os igualmente diferentes estágios de vinculação com a cultura do fumo. Algumas dessas experiências, como é o caso das associações de agricultores, na região de Sobradinho, têm obtido êxito nesse processo de conversão do modelo de produção, afirmando-se como um dos pólos estaduais de agricultura ecológica. Em outras, como na ECOVALE, diante da irregularidade da demanda, do elevado custo para realizar o transporte dos produtos até os mercados das principais cidades, os agricultores ainda não romperam totalmente os vínculos com a fumicultura como forma de garantirem a reprodução familiar.

A inauguração, em 2006, em Santa Cruz do Sul, pelo COPERVALE, da Ceasa Regional – uma central de abastecimento de produtos agrícolas orgânicos e ecológicos (hortifrutigranjeiros) e de produtos das agroindústrias familiares – representa um passo importante no sentido de contribuir para a viabilização e consolidação dessas iniciativas.³¹⁹

Em 2005, a UNISC instalou, no *campus* de Santa Cruz do Sul, sua primeira incubadora de base tecnológica (ITUNISC), com o objetivo de apoiar a formação e a consolidação de micro e pequenas empresas tecnologicamente inovadoras que pudessem atender às demandas regionais. Além disso, esse projeto buscava promover o aumento da renda e de novas oportunidades de emprego na região. Levando em conta a capacidade instalada de pesquisa já existente na Universidade e as principais demandas regionais, a ITUNISC definiu como suas áreas de atuação: meio-ambiente, materiais, tecnologia de alimentos, tecnologia de informação e automação. Com o êxito da iniciativa, em 2006 o projeto expandiu-se e, através da parceria com as administrações municipais, novas unidades da ITUNISC foram instaladas nas cidades de Vera Cruz e de Venâncio Aires. Atualmente, a Universidade está em tratativas com

³¹⁹ Esse equipamento instalado junto à Rodovia 287, com fácil acesso aos demais municípios, dispõe de amplo espaço para carga e descarga das mercadorias, bem como de câmara fria para a conservação dos produtos. Atualmente, produtores oriundos das áreas rurais dos municípios de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Vale Verde, Passo do Sobrado, Encruzilhada do Sul, Rio Pardo, Vera Cruz, Vale do Sol, Herveiras, Gramado Xavier e Sinimbu, abastecem com sua produção a Ceasa Regional, atendendo parcialmente à demanda dos mercados urbanos de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Vera Cruz e cidades próximas.

as administrações de Rio Pardo e de Sobradinho para estender também para essas cidades outras unidades da ITUNISC.

Esse conjunto de ações locais cooperadas e advindas das relações horizontais entre distintos agentes sociais que cotidianamente vivenciam a região tem também participado, com intensidades distintas, da dinâmica da rede urbana regional. As ações de planejamento regional e as definições de prioridades regionais decididas pelos agentes locais no âmbito do COREDE-VRP e da Agenda 21 - Regional têm contribuído para viabilizar uma melhor distribuição espacial de recursos oriundos do orçamento estadual, o que possibilitou melhorar as condições de infra-estrutura urbana (saneamento urbano, rede elétrica, acesso asfáltico), de equipamentos urbanos (construção e/ou reforma de escolas estaduais, postos de saúde, centros de cultura e de lazer) e da habitação popular em distintas cidades das três microrregiões do Vale do Rio Pardo. As ações desenvolvidas através da Agenda 21 e do Comitê da Bacia Hidrográfica têm sido importantes na definição de políticas públicas que assegurem o controle e o monitoramento dos níveis de poluição ambiental nos mananciais de água que cortam as áreas rurais e que abastecem os núcleos urbanos da região.

O desenvolvimento de iniciativas de diversificação da produção rural, embora ainda circunscritas a um limitado número de propriedades rurais em alguns municípios, tem possibilitado a complementação de renda familiar dos agricultores e auxiliado no abastecimento dos mercados urbanos das respectivas cidades e, principalmente, do de Santa Cruz do Sul. A implementação da Ceasa Regional em Santa Cruz do Sul, como principal entreposto da produção regional de hortifrutigranjeiros e de demais produtos agroecológicos, tem reforçado ainda mais a centralidade da cidade no âmbito da região. Centralidade essa que igualmente tem sido ampliada desde a criação da UNISC e a conseqüente expansão do ensino superior e técnico na região³²⁰. Desde então, inúmeros cursos de graduação e de pós-graduação

³²⁰ Em 1993, as Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul tiveram aprovado pelo Ministério da Educação a sua transformação em Universidade. Atualmente, a Universidade em seus três *campi* na região, localizados em Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e em Sobradinho, conta com 550 professores, 620 funcionários e, aproximadamente, 12.000 alunos que freqüentam 46 cursos de graduação, 20 cursos de especialização e 05 programas de pós-graduação-mestrado e um doutorado.

têm sido criados, como também cursos tecnológicos de formação superior, atendendo a alunos oriundos, especialmente, das regiões do Vale do Rio Pardo, do Vale do Rio Taquari e do Vale do Rio Caí. A criação da Universidade possibilitou a formação e capacitação de diferentes profissionais para atuação no mercado regional, além de atrair para Santa Cruz do Sul um crescente contingente de novos moradores entre alunos e professores, incrementando a economia urbana santa-cruzense através da demanda de novos serviços.

Ao mesmo tempo, a oferta na região de novos administradores, contadores, advogados, engenheiros, químicos industriais, biólogos, bacharéis em informática, em comércio exterior, em turismo e em comunicação, profissionais da área da saúde, entre outros profissionais, além de possibilitar, especialmente às grandes e médias empresas, melhores condições para suprirem sua demanda de pessoal técnico e especializado, também contribuiu para a qualificação da mão-de-obra regional, e para a criação de novas empresas industriais e de serviços. O gradativo desenvolvimento da pesquisa e a transferência de seu resultado para as pequenas e as médias empresas, cooperativas e associações de produtores rurais, têm também contribuído na modernização produtiva e organizacional de empresas da região, bem como na produção de novos processos e produtos e para o aumento da produtividade do trabalho. Com a descentralização da ITUNISC, a Universidade tem estimulado a difusão da inovação tecnológica em outras cidades da região, interagindo tanto com ramos industriais emergentes na região, como o setor de informática, quanto com ramos mais tradicionais, como o do setor metalmeccânico e o de agroindústrias de alimentação. Essa sinergia tem possibilitado ampliar as oportunidades de emprego e diversificar a geração de renda nessas cidades. Todavia, essa relação mantém-se mínima com o setor fumageiro, uma vez que “as principais inovações incorporadas aos estágios de produção agrícola e de processamento industrial têm sua origem ligada ao esforço interno de P&D das subsidiárias locais dos grandes conglomerados de tabaco ou, alternativamente, a fontes externas de informação e conhecimento”. (VARGAS, 2002, p.201).

Tais iniciativas somam-se a inúmeras outras desenvolvidas cotidianamente por distintos agentes sociais no âmbito da região, umas

articuladas e mais representativas do que outras, mas que no conjunto significam importantes atitudes internas no sentido de promover alternativas econômicas que contribuam, a médio e longo prazos, para a diversificação da principal matriz produtiva da região. Ainda recentes, a implementação dessas iniciativas começam a criar as condições para uma nova dinâmica de organização do trabalho regional, estimulando a instalação de novos objetos técnicos e a promoção de novas ações, novos fluxos e novas relações espaciais entre as áreas rurais e as cidades, e entre as cidades da região.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Ao longo desta tese buscamos reconstituir e apreender o processo histórico de formação do território da região do Vale do Rio Pardo, concentrando nossa análise, especialmente, na dinâmica relacional existente entre a constituição e o funcionamento do complexo agroindustrial do fumo e a organização e utilização do espaço urbano e regional.

Em cada um dos períodos que estabelecemos para analisar o processo de formação do território regional observamos a presença de um conjunto de variáveis e de eventos, engendrados desde distintas escalas geográficas, que se manifestaram no espaço da região, de modo articulado, configurando, a cada momento, um particular meio geográfico com distintos modos de organização e de usos do território.

Além disso, também percebemos ao longo da formação territorial da região, mais especificamente no processo de produção de sua materialidade e na dinâmica de sua organização e utilização espacial, a existência tanto de permanências e de adaptações, quanto de mudanças que ocorreram nos objetos técnicos, nas ações e nas normas que constituíram a espacialidade regional.

Nos processos iniciais de ocupação e de povoamento do espaço do Vale do Rio Pardo e nos primeiros usos do território tivemos a presença de distintas sociedades indígenas que engendraram, cada uma a seu tempo, padrões culturais diferenciados de produção e de organização espacial. A limitação dos artefatos e dos objetos técnicos então disponíveis, aliada à prevalência das condições impostas pelos sistemas naturais, resultou em ações humanas e em usos do território que informavam uma permanente adaptação às condições naturais.

Os tempos lentos da natureza fundamentaram a constituição do meio geográfico natural na região e orientaram a dinâmica de reprodução social dos grupos indígenas em sua relação com o espaço geográfico. Os Guaranis – um dos principais grupos indígenas que originalmente habitou a região – se destacaram pela introdução da prática da agricultura e, através dela, de

técnicas de plantio, como a coivara, e de culturas agrícolas, como o milho, o feijão, a erva-mate e o fumo em folha. Dentre estes usos iniciais do território, a técnica de coivara associada ao cultivo do fumo representou a base técnica original de produção do fumo na região, exercendo, posteriormente, forte influência na difusão espacial das lavouras de fumo, notadamente nas áreas coloniais da região.

Nesse primeiro período da história territorial do Vale do Rio Pardo também se fizeram presentes os reflexos e as determinações dos eventos e das ações relativas ao contexto de expansão do mercantilismo europeu, e de conquista territorial e avanço do sistema colonial, por parte dos países ibéricos em relação ao Sul do Brasil e à região platina. As distintas estratégias de conquista territorial e de colonização e os decorrentes processos de ocupação e de povoamento comandados pelas metrópoles portuguesa e espanhola envolveram diferentes agentes sociais e distintos lugares da ampla espacialidade colonial-mercantilista. Tais processos determinaram o acréscimo gradativo de objetos técnicos e de ações no espaço geográfico do Vale do Rio Pardo, promovendo novos usos sociais do território e a configuração de novas formas espaciais na região, notadamente em sua porção meridional.

A instalação das reduções jesuíticas espanholas na região, apesar do seu exíguo tempo de duração, possibilitou uma relativa evolução do sistema técnico existente e a produção de formas espaciais, decorrentes das relações socioculturais e da troca de saberes entre jesuítas e guaranis. Além de produtivas roças comunitárias de milho, arroz, feijão, trigo e fumo também foram se difundindo, no entorno das reduções, currais e estâncias de gado decorrentes da introdução pelos jesuítas da criação de gado bovino, eqüino e muar. Esta foi uma importante inovação no período, na medida em que além de representar uma nova e controlada fonte de alimento, também serviu como novo meio de transporte e nova força motriz para a produção agrícola.

A destruição no século XVII das reduções jesuíticas pelas bandeiras paulistas de apresamento de índios determinou o abandono, a dispersão e a posterior reprodução natural dos rebanhos de gado pelos campos do Rio Grande do Sul e do Uruguai.

O contexto de acirramento de disputa militar entre portugueses e espanhóis pela fixação das fronteiras e pelo domínio territorial no Sul do Brasil, levou, inicialmente, a metrópole portuguesa e, depois, o governo imperial brasileiro a promover políticas de ocupação e de povoamento, assentadas na instalação de núcleos militares e na concessão de sesmarias e datas de terras para militares, tropeiros, comerciantes e estancieiros. No sul do Vale do Rio Pardo, essas políticas se realizaram através da instalação dos núcleos militares de Rio Pardo e de General Câmara, da constituição de inúmeros latifúndios pecuaristas assentados na exploração da mão-de-obra escrava e, mais tarde, do trabalho assalariado dos peões, e da afirmação do poder político e econômico dos estancieiros de gado.

A pecuária representou o primeiro e principal móvel da articulação do território regional às áreas mais dinâmicas da colônia brasileira, notadamente junto às zonas de mineração e à região açucareira. A transformação das invernadas e dos currais em estâncias, e a posterior modernização técnica das fazendas de gado localizadas no sul da região e no entorno do núcleo urbano e militar de Rio Pardo, representaram a introdução de um novo padrão de organização espacial baseado nas grandes propriedades rurais e na exploração mercantil e intensiva do gado. Padrão esse que nos momentos posteriores da formação territorial ainda permaneceria como principal característica da estrutura fundiária dessa parte da região.

A crescente participação da cidade de Rio Pardo nos circuitos espaciais do gado e do charque, bem como sua estratégica posição de importante entreposto regional na rede comercial existente no Rio Grande do Sul, contribuiu para consolidar a cidade, como o principal núcleo urbano e econômico da região, e como lugar central da incipiente rede de pequenos povoados que então se constituía no território.

No final desse período, na primeira metade do século XIX, os reflexos da expansão do capitalismo europeu e das transformações econômicas, sociais e tecnológicas advindas com a Revolução Industrial também alcançaram o Rio Grande do Sul e a região, determinando mudanças no processo de formação do território regional, através da introdução de novos modos de organização espacial e de usos sociais do território.

A necessidade de expansão da reprodução capitalista nas economias centrais e de internalização do mercado capitalista nas áreas coloniais e periféricas acabou determinando, nestas, a desagregação do antigo sistema colonial e a emergência de um novo regime de acumulação baseado na ampliação do mercado consumidor e na difusão do assalariamento do trabalho.

No país, a regulamentação do acesso a terra e da proibição do tráfico de novos escravos africanos para o Brasil, associadas à expansão e à modernização das charqueadas platinas, modo combinado, afetaram profunda e negativamente o mercado interno e externo para a pecuária regional. Além disso, eventos internos como a Guerra dos Farrapos resultante do conflito político e militar entre estancieiros gaúchos e o governo imperial, o caráter rentista e patrimonialista da acumulação de capital dos estancieiros, a preponderância de relações de produção servis e pré-capitalistas, e as implicações da introdução de novos sistemas de transporte como a ferrovia e a navegação a vapor acentuaram essa crise econômica, cujos efeitos representaram o começo da estagnação econômica da porção meridional da região e da conseqüente decadência da cidade de Rio Pardo.

Simultaneamente, a necessidade de ampliação da oferta de alimentos e de matéria-prima para suprir os principais mercados urbanos e industriais do Rio Grande do Sul e do país, levou os governos imperial e provincial a promoverem a colonização de áreas de terra ainda não ocupadas economicamente e distantes das áreas de influência e/ou de interesse da oligarquia pecuarista. As terras no Centro e no Norte da região passaram então a ser colonizadas com famílias de imigrantes alemães e italianos, através de núcleos coloniais oficiais e privados constituídos pela demarcação de pequenas propriedades rurais, alinhadas ao longo das picadas abertas na mata.

Nesse período, os distintos usos do território e as distintas paisagens que começaram a se constituir no espaço regional – áreas de campo e áreas de mata, fazendas de gado e pequenas propriedades policultoras, e trabalho escravo e depois livre, e trabalho familiar, núcleos urbanos militares e núcleos urbanos coloniais – revelavam a coexistência de distintas racionalidades e de diferentes dinâmicas socioespaciais no processo de constituição das bases da

formação territorial do Vale do Rio Pardo. Além disso, expressavam também diferentes estratégias de acumulação de capital, bem como fundamentaram as dificuldades posteriores de integração econômica e de articulação espacial entre essas distintas áreas da região.

No segundo período da formação do espaço regional, o território experimentou um momento de transição da predominância do meio natural para a gradativa ascensão de um meio técnico, no qual a lógica, a racionalidade e o tempo humano e do mercado foram, gradativamente, impondo-se à natureza, engendrando novos usos e uma nova dinâmica de organização espacial.

O processo de colonização das áreas no centro e no norte da região do Vale do Rio Pardo com imigrantes europeus se intensificou, ampliando progressivamente o parcelamento da terra e promovendo a passagem da etapa de economia de subsistência das propriedades agrícolas familiares para a fase da produção simples de mercadorias agrícolas e artesanais visando ao mercado. Assim, a lógica de produção colonial gradativamente passou a ser orientada pelo mercado interno de produtos coloniais, condicionando o tipo de produção, o ritmo, a quantidade e a divisão do trabalho social realizado no interior das pequenas propriedades coloniais. Além disso, também contribuíram nesse sentido as normas administrativas e econômicas instituídas pelo governo provincial regulando o acesso dos imigrantes à terra.

O endividamento dos colonos junto ao governo provincial na compra da terra, a necessidade de recursos adicionais para viabilizar a reprodução da família combinado com a crescente demanda urbana dos núcleos coloniais de matéria-prima e alimentos criaram as condições para o aumento da produção mercantil e com ele a difusão espacial de novos usos do território.

A mecanização do território se mostrava, então, seletiva e desigual. Na esfera da produção agrícola a permanência do uso da coivara, combinava-se com a introdução do machado e do arado movido à força animal, ampliando as áreas de lavoura – especialmente aquelas com o cultivo do fumo, e do emprego do sistema de rotação de terras, aumentando os níveis de produtividade. No âmbito da circulação, surgiram casas comerciais nas “picadas” que se expandiam cortando a mata, e nos núcleos urbanos coloniais.

Além disso, novos objetos técnicos, como a carroça colonial, o barco a vapor, o trem, as estações, a ferrovia e o telégrafo, começaram também a ser instalados viabilizando novos e maiores fluxos de produtos, de pessoas, de capital e de informações que passaram a circular entre as áreas rurais e os núcleos urbanos coloniais, e entre esses e o mercado estadual. A implantação desses novos objetos e a expansão de seu uso até o Vale do Rio Pardo resultou, nas áreas coloniais, na imediata ampliação da capacidade de carga, da velocidade do transporte e da segurança do escoamento da safra, contribuindo assim para o aumento da produção colonial e para o acréscimo de novos mercados. Isso levou, progressivamente, à articulação espacial e econômica entre a região do Vale do Rio Pardo e o mercado urbano e industrial de Porto Alegre, e viabilizou, através da dinâmica de funcionamento da rede comercial, a acumulação de capital dos comerciantes localizados nos principais núcleos coloniais, como Santa Cruz do Sul.

A constituição da rede comercial, articulando áreas rurais, vendas nas picadas do interior das colônias, casas comerciais nos núcleos urbanos coloniais e grandes atacadistas e casas de exportação e importação em Porto Alegre, ampliou e dinamizou a divisão territorial do trabalho no interior da região, bem como entre o Vale do Rio Pardo e a capital do Estado.

O fumo já cultivado na região, por exigir pouco capital, por demandar baixo nível tecnológico, por poder ser cultivado em pequenas áreas de terra através do emprego da mão-de-obra familiar e, principalmente, por aferir um preço competitivo no mercado, começou então a se firmar como principal produto da região. Sua crescente comercialização e exportação possibilitaram, através do acúmulo de capital pelos comerciantes, a criação das primeiras manufaturas e de estabelecimentos industriais na região, especialmente em Santa Cruz do Sul e em Venâncio Aires, através do processamento industrial de fumo e da fabricação de cigarros.

A promoção da atividade industrial fez com que a acumulação de capital não mais se restringisse ao espaço da circulação, mas também passasse a ser realizada em sintonia com a dinâmica da produção industrial. Além disso, outros ramos industriais complementares, como o de alimentos e o metal-mecânico, e novas atividades comerciais e de serviços também começaram a

ser desenvolvidas nessas cidades, incrementando a economia urbana, ampliando a população urbana e orientando a urbanização inicial desses núcleos urbanos. Novos usos do território passaram também a ser promovidos e difundidos desde as pequenas e novas cidades da região, através da presença diferenciada de pequenas oficinas, manufaturas e fábricas, da lenta e desigual difusão das relações de produção capitalistas nos vários ramos de produção, e da desigual criação de casas bancárias e cooperativas de fumo.

O desenvolvimento da fumicultura nesse período envolveu a constituição inicial de um circuito espacial do fumo através da articulação espacial das pequenas propriedades agrícolas fumicultoras, dos armazéns localizados nas linhas coloniais e nos povoados do meio rural, das casas comerciais e manufaturas de Santa Cruz do Sul, das casas atacadistas, manufaturas e indústrias de Porto Alegre, de Pelotas e Rio Grande, de onde o fumo e seus produtos derivados seguiam para abastecer o mercado interno estadual e nacional, bem como se direcionava para a exportação.

Nesse período, o funcionamento desse circuito espacial do fumo e sua fluidez no território tornou-se possível através de um conjunto de normas e ações resultantes de relações sociais e econômicas estabelecidas entre os pequenos produtores rurais, os vendeiros, os comerciantes regionais, os industriais locais, os atacadistas e exportadores de Porto Alegre e demais industriais fumageiros do Estado. Relações essas que traduziam diferentes conteúdos de classe e distintas condições de poder político dos agentes sociais, e que expressavam o poder hegemônico dos comerciantes e industriais no processo de acumulação de capital.

A divisão territorial do trabalho intra-regional, e a lógica de funcionamento do circuito espacial do fumo e do círculo de cooperação entre os diferentes agentes sociais e econômicos que então participavam da rede comercial, entre a área colonial e a capital, criaram as bases materiais e econômicas para a constituição inicial de uma ainda limitada rede de pequenas cidades na região, cuja principal função era a de servir de suporte ao intercâmbio desigual promovido entre a capital e os núcleos urbanos coloniais, e entre esses e as áreas rurais coloniais.

Os núcleos urbanos instalados na zona colonial, especialmente os maiores, como Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, além de intermediarem e receberem a circulação do fumo, também viabilizaram, através da comercialização do fumo e demais produtos coloniais, a drenagem do sobretrabalho das famílias dos camponeses fumicultores. Drenagem que igualmente se manifestou na comercialização na região de produtos e mercadorias importados pelas casas comerciais ou produzidos pelas indústrias de Porto Alegre, através da rede comercial estruturada na articulação espacial de cidades, vilas e povoados no interior da região do Vale do Rio Pardo. Nesse contexto, Santa Cruz do Sul gradativamente tornou-se o principal nó urbano da rede comercial que alcançava a região, ultrapassando Rio Pardo na condição de liderança econômica e de comando urbano na escala regional.

No terceiro período de formação da região do Vale do Rio Pardo o território regional experimentou uma nova dinâmica de organização espacial e de usos, orientada especialmente pelo processo de internacionalização do setor fumageiro e pela simultânea constituição e desenvolvimento do complexo agroindustrial do fumo. Tais processos se fizeram acompanhados pela promoção de mudanças no meio geográfico regional através de um progressivo, e espacialmente desigual, acréscimo de ciência e de técnica no território. A instalação na região de inovações técnicas e organizacionais demandadas pela modernização da fumicultura e pela implementação da agroindustrialização do fumo, possibilitou a constituição de um meio técnico-científico na região e a promoção de novos e mais complexos usos do território.

Embora a internacionalização do setor fumageiro e a integração econômica e mercantil entre a produção agrícola e o processamento industrial do fumo tenham iniciado na região já em 1917, com a instalação da BAT, em Santa Cruz do Sul, foi sem dúvida a partir do final da década de sessenta, sob a hegemonia do capital monopolista multinacional, que esses processos se intensificaram, se difundindo no território regional.

O contexto de crise do modelo fordista de regulação da acumulação de capital nos países capitalistas centrais e a crescente internacionalização da produção capitalista, aliado à franca expansão do mercado mundial de fumo e de cigarros, levaram as corporações multinacionais processadoras de fumo e

fabricantes de cigarro a direcionarem seus investimentos para as regiões produtoras de tabaco localizadas na periferia capitalista, de modo a assegurar melhores condições para a reprodução ampliada de capital. Buscavam assim controlar melhor a normalidade do fornecimento do fumo, a regularidade dos preços, o processo de produção e a qualidade dos tipos de fumo e dos *blends* demandados pelo mercado.

O Brasil, nesse período, representou uma alternativa efetiva de expansão ao capital monopolista internacional fumageiro. O processo de industrialização do país, desde a década de 1950 e, mais acentuadamente, a partir da metade da década de 1960, realizou-se com uma crescente participação do capital monopolista internacional. Também envolveu a adoção de políticas econômicas que favoreceram a acumulação interna do capital monopolista através do aumento da exploração da força de trabalho, da ampliação da infra-estrutura urbano-industrial, da isenção fiscal e da facilitação da remessa de capital para o exterior. Ações combinadas que contribuíram para a concentração e a centralização do capital no País.

Nesse contexto, e como resultado das relações entre o Estado autoritário e centralizador e a economia, tivemos no País o processo de modernização da agricultura, através da implementação de um novo padrão agrário, ou ainda, de uma nova dinâmica de relacionamento entre indústria e agricultura, expressa sob a forma do complexo agroindustrial, enquanto resultado da crescente aplicação de inovações científicas e tecnológicas, como também de novos modos de planejamento, de organização e de regulação da produção agrícola. Na base do funcionamento e do desenvolvimento dos complexos agroindustriais, no Brasil, afirmava-se uma crescente integração de capitais agrário, comercial, industrial e financeiro. A nova dinâmica de desenvolvimento da agricultura no País comandada pelos CAIs informava uma crescente substituição da economia natural por atividades integradas à indústria, determinando uma maior divisão social e territorial do trabalho e promovendo uma crescente especialização produtiva.

Dentre as áreas fumicultoras existentes no Brasil, a escolha do capital multinacional fumageiro pelo Vale do Rio Pardo, nesse momento, deu-se principalmente pela existência de condições ambientais favoráveis ao plantio

do fumo, como o clima e o solo, bem como aos atributos territoriais já existentes, tais como: a estrutura minifundiária, a preponderância do trabalho familiar, aliada à tradição, desde os índios e depois com os imigrantes, da cultura do fumo. Igualmente contou a favor da região as mudanças no modo de produção do fumo – que desde a instalação da BAT vinham sendo implementadas através de inovações técnicas como o plantio do fumo *Virginia*, o uso da estufa de cura do fumo com ar aquecido e o emprego de adubos químicos, e de inovações organizacionais como o sistema integrado de produção –, a existência prévia de uma estrutura de comercialização e de processamento do fumo, de mão-de-obra disponível e de uma infra-estrutura urbana mínima já instalada, notadamente em Santa Cruz do Sul e em Venâncio Aires.

A internacionalização do setor fumageiro regional se fez acompanhada pelo desenvolvimento do novo sistema técnico de produção do fumo, do novo modo de organização e de regulação da atividade produtiva agrofumageira, e de novas relações sociais e econômicas no âmbito do CAI do fumo, que de modo combinado participaram conjunta e ativamente da configuração de uma nova dinâmica de organização do espaço no Vale do Rio Pardo.

As mudanças que na atividade agroindustrial e no processo de organização do espaço regional também não foram indiferentes aos três pares de variáveis-força – o Estado e o mercado, as influências internas e as influências externas, e as inovações e o preexistente – que, conjunta e desigualmente, atuaram no modo como o território do Vale do Rio Pardo evoluiu e se transformou, nesse período.

A complexidade desse processo se traduz pela existência de relações de tensionamento, de complementaridade e de interdependência entre aquelas variáveis-força que interagiram no território regional desde distintas escalas espaciais, e pelos diferentes modos como participaram dos processos de mudança que a região experimentava, simultânea e articuladamente, no âmbito do CAI do fumo e em sua organização espacial. Ou seja: o mercado fumageiro internacional demandou um aumento na produção regional de fumo, estimulando assim a realização de inovações no antigo sistema de produção de fumo da região. Tais inovações passaram a ser também financiadas e

regulamentadas através de normas estatais, criando condições para um aumento efetivo da produção. Esta, por sua vez, foi alcançada combinando inovações técnicas e organizacionais com trabalho familiar, já existente, dos pequenos proprietários fumicultores nas áreas coloniais da região, e com a regulação do sistema integrado de produção. O aumento na produtividade das lavouras e da produção, ao mesmo tempo em que ampliou a subordinação dos colonos ao mercado, impôs a necessidade de inovações na comercialização e no beneficiamento industrial do fumo, o que também contou com a presença do Estado através da concessão de incentivos fiscais e de novas regulações, incentivando a instalação de novas plantas, ampliando e renovando os sistemas de engenharia existentes. As multinacionais fumageiras se instalaram nas cidades da região investindo novos capitais, aproveitando e renovando a estrutura industrial já existente, mantendo as relações sociais de produção, ampliando a demanda pela mão-de-obra efetiva e temporária e estimulando atividades industriais, comerciais e de serviços complementares ao novo estágio de desenvolvimento da agroindustrialização do fumo. Assim, as relações entre as áreas rurais produtoras de fumo e as principais cidades – onde se concentravam as usinas de beneficiamento, fábricas de cigarro e demais atividades vinculadas ao CAI –, ampliaram-se e tornaram-se mais complexas.

Consideramos também que tanto a promoção dessas inovações técnicas e as mudanças organizacionais quanto à implementação da atividade agroindustrial fumageira na região não se fizeram indiferentes ao território e às relações sociais de produção, historicamente engendradas entre os diversos e diferentes agentes sociais – fumicultores, empresas fumageiras, trabalhadores safristas e efetivos, empresas fornecedoras, órgãos de governo federal, estadual e municipal, AFUBRA, STRs, e SINDIFUMO – que nesse momento participavam das distintas etapas produtivas da agroindustrialização do fumo. Na realidade, nesse momento, a lógica e a dinâmica de funcionamento da fumiicultura regional resultaram de um conjunto crescente de ações, interações, negociações e embates entre esses agentes sociais, promovendo assim as condições sociais, políticas e ideológicas para sua definição, materialização, normatização e efetivação no território regional.

Diferentemente de outros ramos agroindustriais também integrados ao mercado internacional de *commodities*, o do CAI do fumo apresentou particularidades em relação ao seu processo de desenvolvimento, na medida em que possibilitou usos do território que não implicaram a completa modernização tecnológica dos processos produtivos, como também não promoveram a total mecanização e automação do conjunto das atividades produtivas. A modernização tecnológica do cultivo e da produção do fumo se mostrou limitada, especialmente pelas limitações naturais do relevo onde se encontra a maior parte das propriedades rurais, pelo tamanho das pequenas propriedades, pela necessidade do emprego do trabalho manual nos tratos culturais da lavoura fumageira, e pelas recorrentes dificuldades econômicas dos fumicultores.

O desenvolvimento da fumicultura e a ampliação da produção do fumo na região ocorreram através da manutenção e da valorização de alguns atributos e de condições territoriais já existentes, e de sua articulação com as inovações técnicas e organizacionais introduzidas pelas multinacionais fumageiras. Assim, as agroindústrias multinacionais puderam alcançar no tempo esperado a quantidade e a qualidade desejadas de fumo, para poderem atender à demanda do mercado nacional e internacional. O capital agroindustrial fumageiro pode contar com condições ideais a sua acumulação e reprodução, na medida em que, através da difusão dos novos objetos e sistemas técnicos e do sistema integrado de produção, as empresas obtiveram o fumo que precisavam sem ter que fazer grandes investimentos e sem correr riscos. Não necessitaram adquirir ou arrendar terras para produzir o fumo, não precisaram assumir as despesas do emprego das inovações técnicas na lavoura, nem tampouco arcar com o pagamento de salários e custos sociais advindos da legislação trabalhista, dada a existência das pequenas propriedades onde o fumo já era produzido através da mão-de-obra familiar. Tampouco precisaram investir recursos no custeio da safra e no seguro das lavouras, dado que para tanto se valeram da política nacional de crédito rural subsidiado, instaurada pela União, e do seguro agrícola do fumo instituído pela AFUBRA.

Quanto à etapa da comercialização do fumo, as agroindústrias fumageiras se valeram das novas e complexas normatizações relativas à classificação do fumo, regulamentadas pelo Estado, e da dependência econômica das famílias de fumicultores em relação a elas, para progressivamente ampliarem sua lucratividade e, simultaneamente, consolidarem a subordinação dos fumicultores à sua racionalidade tecnológica e produtiva através da crescente integração ao mercado fumageiro internacional.

Em relação ao processamento e à transformação industrial do fumo, as empresas fumageiras e cigarreiras, embora tenham realizado investimentos na modernização tecnológica e na ampliação das plantas industriais existentes, também se valeram durante a safra, da mobilização e exploração de expressivo contingente de mão-de-obra temporária – os safristas –, bem como usufruíram do apoio do Estado através da concessão de incentivos fiscais municipais e estaduais e do provimento de infra-estrutura urbana. Tais ações viabilizaram o processo produtivo e permitiram a realização da reprodução do capital industrial em condições vantajosas. Esses novos usos do território advindos da atividade industrial do CAI do fumo resultaram em um progressivo e desigual processo de industrialização das distintas cidades da região que, aliado aos diferentes fatores de expulsão de contingentes da população rural da região, resultaram também numa nova dinâmica de organização e de urbanização do território regional.

Além disso, se no período anterior tínhamos a urbanização e a rede urbana regional praticamente restrita ao rio Jacuí e à ferrovia, com o crescimento das cidades e o surgimento de novas cidades na zona colonial passou a ocorrer a interiorização da urbanização, viabilizada pela instalação dos sistemas de engenharia de transportes e pela expansão espacial da agroindustrialização do fumo.

Nesse contexto, a dinâmica de desenvolvimento do CAI do fumo se realizou no território através da incorporação produtiva de novas áreas rurais, com a subordinação de novos contingentes de trabalhadores rurais, e através da urbanização desigual das cidades que experimentaram distintas funções no

desenvolvimento da comercialização, do beneficiamento e da transformação do fumo, possibilitando também novas solidariedades espaciais.

Se no período anterior, a lógica e a dinâmica de funcionamento da rede comercial de produtos coloniais e os precários sistemas de engenharia e de comunicação existentes possibilitavam uma maior autonomia relativa e certa independência entre os lugares da região, dadas as limitadas relações espaciais, nesse período, tivemos o aprofundamento da divisão socioterritorial do trabalho e o advento de novas e diversas relações espaciais entre os lugares da região: propriedades rurais e usinas, fábricas, outras indústrias e setores comerciais e de serviço. Um variado e amplo leque de relações sociais, de normas, de fixos, de fluxos advindos com agroindustrialização do fumo, sob a hegemonia do capital monopolista internacional, passou a integrar a organização do espaço regional, envolvendo novas relações espaciais entre os lugares da região, especialmente as suas principais cidades, e os demais lugares que constituem a totalidade do CAI do fumo, em distintas escalas espaciais.

A progressiva integração da fumicultura regional ao mercado mundial de fumo em folha, bem como a crescente modernização vivenciada pelo setor fumageiro, especialmente com a intensificação da sua internacionalização, refletiram intensamente no processo de urbanização das cidades da região e na dinâmica de relações espaciais que animava a rede urbana regional.

Vimos que nesse período novas e diferenciadas demandas surgiram nas áreas rurais em relação às cidades da região quanto à oferta de insumos agrícolas, de serviços técnicos e especializados, de financiamento para o custeio e investimento durante as safras de fumo, fomentando o consumo produtivo nas cidades. Em função da racionalidade produtiva, do conteúdo normativo e técnico-científico existente na dinâmica de reprodução do capital transnacional fumageiro e em sua interação com o território regional, novas relações espaciais também foram engendradas entre as cidades do Vale do Rio Pardo e, entre elas e demais cidades que integram o CAI do fumo. Simultaneamente, as principais cidades da região – Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires –, como resultado do crescente dinamismo de suas economias urbanas, baseadas na agroindustrialização do fumo e no aprofundamento de

sua industrialização, apresentaram níveis crescentes de urbanização, caracterizados pelo gradativo equipamento e pela modernização de seus espaços urbanos, pelo progressivo afluxo da força de trabalho excedente da região, em busca de emprego, e pela oferta de novos produtos, de mercadorias, serviços e informações advindas com o desenvolvimento do terciário e de sua crescente integração com o setor agroindustrial. Ampliaram-se assim, especialmente nesses maiores centros urbanos da região, as condições de renda e de difusão da informação para um maior dinamismo do consumo consumptivo da população urbana desses centros, possibilitando, também, em função da desigualdade espacial da oferta das atividades comerciais e de serviços, o incremento das relações espaciais entre essas cidades e os demais núcleos urbanos e as áreas rurais da região.

A presença em Santa Cruz do Sul das sedes das principais entidades de classe dos fumicultores – a AFUBRA –, das empresas agrofumageiras – o SINDIFUMO – e dos trabalhadores das empresas fumageiras – o STIFA – ampliou também sua importância política, tornando-se local central dos principais embates e das negociações políticas em torno do preço do fumo e das demais questões atinentes às relações de trabalho no setor, com reflexos no conjunto do setor fumageiro instalado no Sul do País. A destacada participação no funcionamento do CAI do fumo acabou reforçando a função de centro regional no âmbito da rede urbana comandada por Porto Alegre, e ao mesmo tempo lhe possibilitou, gradativamente participar do grupo de cidades mundiais que então integravam os principais centros de comercialização e de processamento do fumo, e de gestão das multinacionais fumageiras, em âmbito mundial. Contudo, as recorrentes oscilações da produção do fumo regional e as limitações ainda existentes nos sistemas de engenharia e de comunicação disponíveis na região dificultavam as relações espaciais com essa rede mundial de cidades.

A rede urbana regional, embora ainda mantivesse uma forma de organização espacial simples, com uma limitada divisão do trabalho entre seus centros, tornou-se gradativamente mais complexa em seu funcionamento, na medida em que experimentava diferentes e simultâneos níveis de solidariedade espacial entre e desde as cidades da região. Um primeiro nível se dava pela

contigüidade espacial e pela complementaridade econômica entre as cidades da região, e especialmente entre os pequenos núcleos urbanos e seus entornos rurais imediatos, promovendo uma solidariedade orgânica advinda da interdependência entre ações e agentes sociais e de uma racionalidade e de um dinamismo econômico originados na região. Um segundo nível de solidariedade espacial era informado por uma outra racionalidade no uso do espaço, relacionada à não-dependência da contigüidade espacial que traduzia a existência de uma solidariedade hierárquica fomentada pela circulação complementar de ordens, informações, capitais e produtos no âmbito da divisão territorial do trabalho do CAI do fumo entre as cidades de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz, e as metrópoles e importantes cidades da rede urbana brasileira, que participavam do CAI do fumo. Por fim, um terceiro nível de solidariedade espacial desenvolvia-se como condição para a realização da reprodução ampliada do capital das empresas multinacionais instaladas na região, e para assegurar a concretização de seus interesses mercantis e de suas estratégias oligopsônicas em nível mundial. Essa solidariedade organizacional envolvia a circulação de ordens, normas, informações e capitais entre as cidades de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz e cidades no exterior, onde estavam instalados os centros de gestão e as demais subsidiárias das corporações multinacionais agrofumageiras.

No quarto e último período da formação territorial da região – em curso desde a década 1990 –, observamos que a dinâmica de organização espacial do território do Vale do Rio Pardo passou a experimentar mais intensamente os reflexos econômicos e socioespaciais do processo de globalização da economia, através de nova onda de internacionalização do setor fumageiro e da intensificação da integração da região ao mercado mundial de fumo em folha. Nesse período, o meio geográfico regional modifica-se, apresentando um crescente e desigual conteúdo técnico-científico-informacional, como decorrência do acréscimo e da integração entre informação, ciência e técnica nos sistemas de objetos instalados e nos sistemas de ações implementadas contemporaneamente no território regional.

No contexto de globalização econômica, de liberalização do comércio e de integração dos mercados regionais, a expansão do mercado mundial de fumo em folha e de cigarro, sob a hegemonia do capital monopolista internacional fumageiro, tem sido acompanhada por um conjunto de rearranjos e mudanças no setor fumageiro.

Nas duas últimas décadas, as estratégias de ação e as decisões locais das multinacionais fumageiras em relação à expansão da produção e ao direcionamento espacial dos investimentos de capitais têm se alterado, de modo a responder a atual dinâmica de desenvolvimento do setor fumageiro orientada pela intensa concorrência oligopolista pelos mercados consolidados e pelos mercados emergentes de fumo e de cigarro. De modo geral, o mercado mundial do fumo tem mantido os níveis de oferta e de demanda do período passado, uma vez que ao mesmo tempo em que ocorre uma gradativa redução na produção e no consumo em grande parte dos países centrais, assistimos a um progressivo aumento na participação dos países periféricos e semiperiféricos tanto na produção de fumo e de cigarros, quanto em seu consumo.

Vimos no período que a dinâmica de expansão do mercado fumageiro bem como dos negócios das multinacionais processadoras de fumo e fabricantes de cigarro tem sido fortemente influenciada por um diverso conjunto de variáveis conjunturais engendradas em distintas escalas geográficas, envolvendo, por exemplo, a diminuição da produção dos principais fumos para cigarro – *Virginia* e *Burley* – nos Estados Unidos e em países europeus, pelo crescente aumento do custo de produção, e no Zimbábue, em função da crise política que atinge o país; a necessidade de ampliar a produção desses tipos de fumo para atender à demanda mundial e aos novos mercados, como os dos países do Leste Europeu e da China, e do Leste Asiático; e a atratividade das políticas cambiais, fiscais, financeiras e industriais tomadas por países periféricos e semiperiféricos.

O mercado mundial fumageiro, diante do avanço e da modernização dos meios de transporte e de comunicação bem como da crescente integração do mercado financeiro, tem se caracterizado pela existência de graus maiores de mobilidade espacial por parte dos grandes grupos multinacionais. Todavia, há

nesse movimento de capitais uma permanente valorização das vantagens locais diferenciadas quanto à qualidade, à quantidade e ao custo da produção do fumo, à capacidade instalada de processamento, ao custo da mão-de-obra urbano-industrial, à infra-estrutura e à logística disponíveis, e ao conteúdo normativo existente em cada lugar.

Nessa nova expansão do capital agroindustrial fumageiro internacional, a região Sul do Brasil, e especialmente o Vale do Rio Pardo, tradicional área de desenvolvimento do CAI do fumo no país, não apenas mantiveram valorizada como fortaleceram a sua condição de lugares estratégicos na produção e comercialização do fumo em folha no âmbito mundial. As condições ambientais diferenciadas favoráveis ao cultivo das principais variedades de sementes de fumo, o conhecimento tácito, entre os agricultores, do cultivo de fumo, a elevada qualidade e o baixo custo de produção do fumo brasileiro decorrente do emprego da mão-de-obra familiar, o crescente aperfeiçoamento tecnológico do seu modo de produção e processamento e a consistente regulação das relações de produção através do sistema integrado de produção são atributos territoriais que continuaram pesando na escolha da região. Além disso, a estabilização macroeconômica e a desvalorização cambial, notadamente a partir de 1994, a possibilidade de financiamento da produção de fumo pelos bancos públicos e privados, a manutenção e ampliação dos incentivos fiscais municipais e estaduais à instalação de novas plantas industriais, e a expansão e modernização dos sistemas de engenharia de transporte e de comunicação disponíveis, igualmente contribuíram para que o processamento, a comercialização e a exportação do fumo, desde a região, se mantivessem como negócios altamente lucrativos.

A intensificação da internacionalização do capital multinacional e de sua penetração na região se desenvolveu através da ampliação dos graus de centralização e de concentração de capital no setor fumageiro. Os novos investimentos externos diretos das multinacionais fumageiras na região se realizaram através da aquisição de empresas locais, através da associação com empresas locais, ou de fusões e de *joint-ventures* entre empresas multinacionais, e também através de novos investimentos na modernização e ampliação das unidades industriais existentes.

Nesse contexto ocorreu a expansão e a consolidação do CAI do fumo instalado na região. Os constantes investimentos realizados pelo capital multinacional fumageiro na região visando ao aumento da produção do fumo, através da crescente ampliação do número de produtores integrados, o desenvolvimento da pesquisa e da inovação tecnológica aplicadas ao aperfeiçoamento dos processos de plantio e de cura do fumo, e a ampliação e a modernização de suas usinas de beneficiamento na região foram decisivos para ampliar de modo significativo o volume de produção e a produtividade agrícola do fumo, a capacidade de processamento industrial e de exportação do fumo em folha.

A crescente modernização e integração das atividades produtivas do ramo fumageiro, bem como uma maior diversificação dos agentes sociais que participaram desde diferentes lugares no país e no exterior, das distintas etapas de produção, processamento, comercialização e circulação do fumo e do cigarro, contribuíram para uma maior complexificação do modo de funcionamento do complexo agroindustrial do fumo, bem como de sua correspondente organização espacial. Novos objetos e sistemas técnicos foram desenvolvidos e incorporados seletivamente ao espaço geográfico, viabilizando melhores condições de organização e desempenho produtivo na agroindustrialização do tabaco e na industrialização do cigarro, e maiores graus de fluidez na circulação do fumo, dos insumos, do capital e das informações no território.

Os reflexos e as mudanças decorrentes da intensificação da internacionalização do ramo fumageiro e da expansão e consolidação do CAI do fumo não se fizeram sentir apenas na ampliação da produção, do processamento e da exportação do fumo, mas também influenciaram a dinâmica recente de organização do espaço regional e da atual divisão territorial do trabalho no ramo fumageiro.

No período, a dinâmica relacional entre a divisão territorial do trabalho fumageiro e a organização espacial da região revela a presença de um complexo conjunto de variáveis que, de modo simultâneo, envolvendo distintas temporalidades e diferentes escalas espaciais, tem participado ativamente do atual estágio da formação socioespacial regional, condicionando os usos do

território, o processo de urbanização, bem como a configuração e o funcionamento da rede urbana regional.

É preciso considerar que a divisão territorial do trabalho no ramo agroindustrial fumageiro e sua correspondente organização geográfica na região apresentam em sua dinâmica de funcionamento e em sua configuração espacial forte influência de objetos técnicos, de ações e de normas, estabelecidos em momentos anteriores no território. A produção do fumo através do uso da técnica indígena da coivara, a organização espacial da produção de fumo nas pequenas propriedades rurais e de seu processamento nas usinas urbanas, bem como a manutenção do sistema integrado de produção, articulando a produção e a comercialização do fumo e regulando as relações entre os agentes sociais envolvidos, são exemplos de objetos e normas que permanecem desempenhando papel preponderante na organização espacial da região.

Ao mesmo tempo, a divisão territorial do trabalho também reflete as atuais lógicas territoriais promovidas pelas multinacionais fumageiras e suas estratégias de ação na região, materializando uma dada organização espacial que lhes é, particularmente, racional e funcional. Isso se expressa, por exemplo, através da incorporação de novas áreas de plantio de fumo; da (re)distribuição de pontos de compra e de depósito de fumo; da instalação e/ou ampliação de novas usinas de processamento; e da instalação de novos pontos de gestão, bem como das ações de empresas fornecedoras de insumos, equipamentos e de serviços complementares que se instalam seletivamente no território.

Assim, é preciso destacar que a presente divisão territorial do trabalho tanto consolida as especializações e as funções produtivas que alguns lugares da região anteriormente já apresentavam, quanto revela as mudanças qualitativas e quantitativas no modo como os diferentes lugares atualmente participam da produção agroindustrial fumageira.

Vimos que no contexto da globalização da economia, a concentração e a centralização do capital multinacional ampliaram a integração da região aos mercados mundiais do fumo e do cigarro. Tal processo se fez acompanhado por uma modernização diferenciada das etapas produtivas do CAI do fumo e

por uma desigual instalação e expansão do meio técnico-científico-informacional nas áreas rurais e nas cidades do Vale do Rio Pardo. O território, ao invés de experimentar uma crescente homogeneização econômica e tecnológica comandada pelo capital multinacional, vivenciou a ampliação dos processos de diferenciação espacial. Novos municípios foram criados, novas áreas agrícolas foram incorporadas ao cultivo do fumo, áreas já produtoras se modernizaram e ampliaram sua produtividade, enquanto outras permaneceram excluídas da modernização no campo. Entre as cidades, tivemos a modernização e a intensificação do processamento do fumo e a concentração da regulação da produção rural e da sua comercialização nas cidades de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz. Já as demais cidades aprofundaram sua condição de suporte e de intermediação dos fluxos materiais e imateriais demandados pelo CAI fumageiro.

A configuração espacial e a dinâmica de funcionamento dos atuais circuitos espaciais de produção do fumo e do cigarro e de seus círculos de cooperação evidenciam que os usos do território, resultantes da implementação do CAI do fumo na região, tornaram-se nitidamente funcionais aos interesses das corporações multinacionais. Assim, aprofunda-se, no período, uma organização e um uso hegemônico e notadamente corporativo do território.

Nesse aspecto, na organização do espaço regional prepondera a racionalidade hegemônica que guia a reprodução do capital monopolista internacional, justificando assim a instalação de novos objetos e sistemas técnicos nas áreas rurais e nas cidades da região e orientando e condicionando as ações dos distintos agentes sociais que interagem na região.

A atual configuração da rede urbana regional igualmente traduz esse contexto, experimentando graus maiores de complexidade advindos do crescente tensionamento entre as verticalidades e as horizontalidades que, simultaneamente, incidem e se produzem na região. Coexistem, assim, orientando a lógica e a dinâmica de organização espacial, distintos e simultâneos acontecimentos: o hierárquico, o complementar e o homólogo.

As normas e ações globais, definidas externamente à região nos lugares mundiais onde se localizam os centros de gestão das multinacionais

agrofumageiras e cigarreiras, alcançam a região e de modo hierárquico determinam mudanças na materialidade e no conteúdo da urbanização das principais cidades da região. Mudanças essas realizadas através das decisões de ampliar, modernizar e racionalizar o processamento industrial do fumo, bem como de renovar e ampliar a condição de comando e de regulação da produção agroindustrial fumageira por parte das subsidiárias instaladas nas cidades de Santa Cruz do Sul, de Venâncio Aires e de Vera Cruz. A maior integração vertical da região ao mercado mundial fumageiro representou alterações na dinâmica da rede urbana regional. Santa Cruz do Sul ampliou sua condição de principal centro de produção e de comercialização do fumo do país e da América Latina. Com o aumento das relações espaciais com outros centros fumageiros no exterior, consolidou-se como uma das principais cidades da ampla espacialidade fumageira no mundo. Santa Cruz do Sul, pela maior integração das atividades agroindustriais ao circuito da sua economia urbana e pela crescente regulação urbana das inovações técnicas introduzidas na produção agrícola e na comercialização do fumo, consolidou sua posição de principal centro urbano da rede urbana regional. Venâncio Aires e Vera Cruz, de modo distinto, igualmente reforçaram sua importância como centros de processamento industrial do fumo, e como cidades intermediárias na rede urbana regional.

Essa maior integração vertical da região ao mercado internacional, aliada à grande dependência econômica dos municípios e das cidades em relação aos impostos gerados pela comercialização e exportação do fumo e do cigarro, tem tornado os municípios mais expostos e suscetíveis às eventuais perturbações e mudanças que ocorrem no mercado, bem como às recorrentes alterações na política fiscal do país e do estado.

Simultaneamente, o acontecer complementar presente nas relações horizontais instituídas através do funcionamento do CAI do fumo na região revela uma divisão territorial do trabalho que impõe uma limitada segmentação produtiva e uma pequena diversificação das etapas do trabalho agroindustrial fumageiro na região. A atual distribuição espacial das atividades restringe a realização de trocas, inibe as interações e as relações espaciais mais abrangentes e dinâmicas entre os lugares e as cidades da região, dificultando a

promoção de graus maiores de sinergia e de complementaridade econômica entre eles – condições importantes para um desenvolvimento econômico mais espalhado na região. Como vimos antes, grande parte dos principais insumos, das máquinas e dos equipamentos e dos serviços mais especializados, demandados nas etapas de produção, processamento e comercialização de fumo, e produção e comercialização de cigarros, não são produzidos na região, mas em lugares externos, no país e no exterior – impondo limites a um maior intercâmbio e a uma maior interação produtiva entre os núcleos urbanos da região.

Mais do que antes, assistimos no presente a um aprofundamento do intercâmbio desigual entre as áreas rurais e pequenas cidades da região e as cidades de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, através da forte drenagem, para estas, do fumo, da mão-de-obra excedente e da renda advinda do sobretabalho dos camponeses da região e das demais regiões fumageiras do estado. Os novos sistemas de engenharia instalados no território e a ampliação do consumo produtivo e consumptivo na região também contribuíram para reforçar a estrutura hierárquica da rede urbana regional, ampliando a anterior liderança industrial, comercial e de serviços de Santa Cruz do Sul no âmbito da rede urbana regional.

Por fim, o acontecer homólogo engendrado no âmbito da região, através de ações horizontais, cotidianas e cooperadas entre diferentes agentes sociais, buscando afirmar uma nova racionalidade ao desenvolvimento local e regional, também possibilita a criação e a implementação de novos fluxos de produtos, insumos, mão-de-obra, informação, capital e ordens entre os lugares da região. Movimento que, ao se contrapor à lógica organizacional hegemônica das ações globais e ordens externas, tem como desafio contribuir para afirmar uma dinâmica espacial, que possibilite graus maiores de integração econômica entre as cidades, uma mais justa distribuição da renda regional e usos mais horizontais do território.

REFERÊNCIAS

ABIFUMO - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO FUMO. *A indústria do fumo na economia brasileira*. Rio de Janeiro: ABIFUMO, 1984.

ACTION ON SMOKING AND HEALTH BRIEFING. *Tobacco: Global Trends*. February, 2006. Disponível em: <www.ash.org.uk/>. Acesso em 26 fevereiro 2006.

ACTION SMOKING AND HEALTH. *Tobacco Smuggling*. Factsheet nº 17, August, 2004. Disponível em: <www.ash.org.uk/html/factsheets.php>. Acesso em 14 abril 2006.

AFUBRA - ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL. *Dados estatísticos sobre a produção do fumo no Rio Grande do Sul - Safras de 1990 a 2004*. Santa Cruz do Sul, 2005.

AGRONLINE. Produtores ganham bandejas de isopor da Unido. Notícias. Disponível em <<http://www.agronline.com.br>> . Acesso em 27 junho 2006.

ALBECHE, D. L. Rio Pardo - numa perspectiva sociocultural. In: *Métis: História e Cultura - Revista de História* da UCS. Vol. 1, nº 2, jul/dez, 2002. p.139-169.

ALMEIDA, J. A. e SOARES, D. M. Análise de variáveis sociais na questão do uso dos agrotóxicos: o caso da fumicultura. In. *Ciência & Ambiente*, Santa Maria, v.III, nº 4, jan./jul. 1992. p. 85-104.

ALONSO, D. M. Aspectos geográficos da cultura fumageira no estado do Rio Grande do Sul (Brasil). In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE/CNG, ano XX, nº 03. julho e setembro de 1958. p. 295-313.

ANATEL - AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. COMUNICAÇÃO MÓVEL - Estatísticas de acessos. Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/Tools/frame.asp?link=/comunicacao_movel/smc/smc_smp_dados_por_uf.pdf>. Acesso em 31 dezembro 2006.

ANDREFF, W. *Multinacionais globais*. Bauru: EDUSC, 2000.

ANTAS JR. R. M. A norma e a técnica como elementos constitutivos do espaço geográfico: considerações sobre o ressurgimento do pluralismo jurídico. In: SOUZA, M. A. (Org.) *Território Brasileiro: Usos e abusos*. Campinas: Ed. Territorial, 2003, p.77-92.

ANUÁRIO BRASILEIRO DO FUMO - 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, e 2005. Santa Cruz do Sul: Gazeta Grupo de Comunicações, RS.

ANUÁRIO EXPRESSÃO DE EXPORTAÇÕES - 2005 Disponível em: <www.expressao.com.br/exportacoes/frameset/anuarios.htm>. Acesso em 20 janeiro 2006.

ARROYO, M. Território brasileiro e mercado externo: uma leitura dessa relação na virada do século XX. In. SOUZA, M. A. de (Org.). *Território Brasileiro: usos e abusos*. Campinas: Edições Territorial. 2003. p. 428-457.

AUGÉ, M. *Não-lugares – Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo: Ed. Papirus, SP. 1994.

AVÉ-LALLEMANT, R. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1980.

BACEN - BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Anuário do crédito rural - 2004*. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?RELRURAL2004>>. Acesso em 29 agosto 2006.

_____. *Investimento Estrangeiro Direto - 1980 a 1995*. <Disponível em www.bcb.gov.br>. Acesso em 07 maio 2006.

BARROSO, V. L. M. A formação da primeira rede de vilas no Rio Grande de São Pedro. In. *Estudos Ibero-Americanos*, PUC-RS, Vol. II, nº 2, dezembro, 1980. p. 149-167

BASSAN, D. S. *Desenvolvimento desigual na região do Vale do Rio Pardo*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, Série Conhecimento 18, Teses e Dissertações, 2003.

BAT. *British American Tobacco - The early years: 1902 - 1932*. Disponível em <<http://www.bat.com>>. Acesso em 27 junho 2005.

_____. *Social Report 2004*. Disponível em <[www.bat.com/oneweb/sites/uk_3mnfen.nsf/vwpagesweblifes/D06RZ6HL/\\$File/medMD6EMJ](http://www.bat.com/oneweb/sites/uk_3mnfen.nsf/vwpagesweblifes/D06RZ6HL/$File/medMD6EMJ)>. Acesso em 27 de junho de 2005.

BENETTI, M. D. Globalização e desnacionalização do agronegócio brasileiro no pós 1990. *Documentos FEE* nº 61. Porto Alegre, outubro de 2004.

BENKO, G. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

BERNARDES, N. *Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.

BETHA ELETRÔNICA LTDA. 2006. <Disponível em www.bethaeletronica.com.br>. Acesso em 27 setembro 2006.

BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Notícias*. BNDES apóia 28 mil produtores rurais com financiamento de R\$ 321 milhões. Disponível em <www.bndes.gov.br>. Acesso em 09 junho 2004.

BOBBIO, N., MATTEUCCI, N., e PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. Da Universidade de Brasília, Vol. 1, A-K,1991.

BOEIRA, S. L. *Atrás da cortina de fumaça - Tabaco, tabagismo e meio ambiente: estratégias da indústria e dilemas da crítica*. Itajaí: Ed. Univali, 2002.

BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo: Séculos XV - XVIII*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, Vol. 2.1996.

_____. *A dinâmica do capitalismo*. Lisboa: Editorial Teorema, 1985.

BROCHADO, J. P. *Alimentação na floresta tropical*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, Caderno nº 2, 1977.

CACEX - CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR. Fumo: uma cultura histórica. *Revista da CACEX*. Rio de Janeiro, Ano 21, nº. 1006. 21 de julho de 1986. p.2-6.

CADONÁ, M. A. Burguesia industrial em Santa Cruz do Sul e a internacionalização da indústria fumageira. *Ágora - Revista de História e Geografia*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. V. 10, nº 1/ 2, jan. e dez. de 2004. p. 249-260.

CAMPOS, H. A. e SCHNEIDER, L. C. (Coords.) *Agenda 21 Regional do Vale do Rio Pardo (RS)*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. COREDE-VRP/UNISC, 2003.

CARLOS, A. F. A. *O lugar no/do Mundo*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

CARRARO, A.; BASSAN, D. S. e SOUZA, N. J. de. Indicadores de desenvolvimento do Vale do Rio Pardo. In: SOUZA, N. J. de (Org.). *Evolução econômica e social da região do Vale do Rio Pardo*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p.121-154.

CARVALHO, A. Intranet cinco estrelas: Souza Cruz usa intranet para treinar seus funcionários. *Revista TI*. 04 de julho de 2002. Disponível em <www.timaster.com.br>. Acesso em 05 fevereiro 2007.

CASTELLS, M. *La era de la información - Economía, Sociedad y Cultura. Vol. 1- La sociedad red*. Madrid: Alianza Editorial,1997.

CASTILLO, R., TOLEDO JR., R. de. e ANDRADE, J. Três dimensões da solidariedade em Geografia. Autonomia político-territorial e tributação. *Experimental*. São Paulo: Humanitas/USP, nº 3, setembro, 1997. p.69-99.

CASTRO, A. B. de. *Sete ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Forense, Vol. II, 1971.

CATTAN, N., PUMAIN, D., ROZENBLAT, C., e SAINT-JULIEN, T. *Le système des villes européennes*. Paris: Ed. Economica. Anthropos, Collection Villes. 1999, 197 p.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Ed. Xamã, 1996.

CLAIRMONTE, F. F. La dinámica del oligopolio mundial del tabaco. México. *Comercio Exterior*. Vol. 33, nº.6. 1983. pp.530-540.

COLLISCHONN, E. O espaço natural na região do Vale do Rio Pardo – algumas considerações. In: SILVEIRA, R. L. L. e VOGT, O. *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001, 19-46.

COREDE-VRP - CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIO PARDO. *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo - 1ª Parte – Caracterização da Região*. Santa Cruz do Sul: COREDE-VRP/EDUNISC, 1998.

CORREA, S. M. de S. A poligenia étnica na formação social do espaço fronteiriço de Rio Pardo: 1750-1850. In: VOGT, O. P. e SILVEIRA, R. L. L. (Org.) *Vale do Rio Pardo: (Re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001, p.123-145

CORRÊA, R.L. A rede urbana brasileira e a sua dinâmica: algumas reflexões e questões. In: SPOSITO, M.E.B. (Org). *Urbanização e cidades: Perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: Ed. UNESP-FCT, 2001, p.359-367.

_____. Globalização e reestruturação da rede urbana - uma nota sobre as pequenas cidades. *Revista Território*, ano IV, nº 6, jan./jul, 1999. p. 43-53.

_____. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, RJ. 1997.

_____. Territorialidade e corporação: um exemplo. In. SANTOS, M., SOUZA, M. A. e SILVEIRA, M. L. (Orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994. p. 251-256.

_____. Corporação e organização: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: FIBGE, vol. 53, nº. 3, jul./set., 1991.

_____. *A rede urbana*. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

CRUZ, J. M. e LIMEIRA, J. E. R. Telecomunicações e seu desenvolvimento no Brasil. In: IBGE. *Brasil: uma visão geográfica nos anos 80*. Rio de Janeiro: FIBGE, 1988.

CUNHA, J. L. da. *Os colonos alemães e a fumicultura*. Santa Cruz do Sul: Livraria e Editora da FISC, 1991.

CURRIEN, N. e GENSOLLEN, M. Réseaux de télécommunications et aménagement de l'espace. *Revue Géographique de L'est*, n° 1, 1985. p.47-56.

DAER - DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS E RODAGEM. *Relatório anual de acompanhamento do programa estadual de concessões de rodovias e pedágios comunitários no Rio Grande do Sul. Anos 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003*. Disponível em: < <http://www.daer.rs.gov.br/>> Acesso em 30 setembro 2006.

_____. *Relação de linhas cadastradas no DAER*. Diretoria de Operações e Concessões. Departamento de Transportes Coletivos. Disponível em: <[http://www.daer.rs.gov.br/rel lin_reg.pdf](http://www.daer.rs.gov.br/rel_lin_reg.pdf)>. Acesso em 28 setembro 2006.

_____. *Mapa rodoviário do Rio Grande do Sul - 2004*. Diretoria de Obras/Departamento de Programação Rodoviária, 2004.

DALMAZZO, R. A . *As relações de comércio do Rio Grande do Sul - do século XIX a 1930*. Porto Alegre: FEE, Documentos FEE 60, 2004.

DE BONI, L. A. e COSTA, R. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia de Brindes/Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul. EDUCS, 1979.

DE MASY, R. C. Técnica y tecnología agrarias apropiadas en las misiones guaraníes. *Estudios Ibero-Americanos*, PUC-RS, Vol. XV, n° 1, junho, 1989. p. 21-47

DEFFONTAINES, P. Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. In: *Revista Cidades*. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, v. 1, n° 1, Janeiro/ Junho de 2004. p. 119 - 146.

DELGADO, G. da C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. São Paulo: Ícone Editora; Campinas: Ed. Unicamp, SP. 1985.

DENATRAN - DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO. Registro nacional de acidentes e estatísticas de trânsito. Disponível em <<http://www.infoseg.gov.br/renaest/detalheNoticia.do?noticia.codigo=121>>. Acesso em 27 setembro 2006.

DEPARTAMENTO DA RECEITA PÚBLICA ESTADUAL. *Estrutura de comércio de exportações municipais - uma visão geral sobre o desempenho dos*

municípios de 1998 a 2002. Departamento de estudos econômico-tributários. Receita Estadual. Ano 12. nº 57, março, 2006.

DESER - DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS. A cadeia produtiva do fumo. *Contexto Rural - Revista do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais*. Ano V, nº 05, julho, 2005.

_____. *A cadeia produtiva do fumo*. Caderno de Estudo. Curitiba, 1998.

DIAS, L. C. Redes eletrônica e novas dinâmicas do território brasileiro. In. CASTRO, I. E. de *et al* (ORG.). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1996. p.115-144.

_____. *Réseaux d'information et réseau urbain au Brésil*. Paris: L'Harmattan. 1995.

DIMON INCORPORATED - STANDARD COMMERCIAL CORPORATION. *Dimon incorporated and Standard Commercial Corporation announce merger*. New Release. November 8, 2004. Disponível em <<http://phoenix.corporate-ir.net>>. Acesso em 23 abril 2006.

DOBB, M. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

DREYS, N. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul - 1839*. Porto Alegre: EDIPUCRS/Nova Dimensão, 1990.

DURKHEIM, E. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1995.

ELIAS, D. *Globalização e agricultura: A região de Ribeirão Preto - SP*. São Paulo: EDUSP, 2003.

ELLIS JR., A. *A economia paulista no século XVIII. O ciclo luar/ o ciclo do açúcar*. São Paulo: Academia Paulista de Letras, SP. 1979.

ELLIS, M. Estudos sobre alguns tipos de transporte no Brasil colonial. In: Ellis Jr., A. *A economia paulista no século XVIII*. São Paulo: Academia Paulista de Letras, SP. 1979, p.183-206.

ELLUL, J. *Le système technicien*. Paris: Le cherche midi, 2004.

ETGES, V. E. *Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1991.

ETGES, V.E. e FERREIRA, M. A.F. (ORGs). *A produção de tabaco - Impacto no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. *Projections of tobacco production, consumption and trade to the year 2010*. Rome, Italy. 2003. Disponível em: <<http://www.fao.org>>. Acesso em 31 maio 2005.

_____. *Issues in the global tobacco economy: selected case studies*. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2003.

FARIAS, J. A. A cultura do fumo e a cobertura florestal nas propriedades dos fumicultores. In: *Caderno de Pesquisa - Série Botânica*, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1993. Vol. 5, nº 1, p.57-67.

FEE - FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Índice de desenvolvimento socioeconômico - 2003*. FEE-RS. Centro de Informações estatísticas. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese.php>. Acesso em 05 abril 2007.

_____. *FEEDADOS*. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel_modulo_pesquisa.asp>. Acesso em 27 setembro 2006.

_____. *Municípios do Rio Grande do Sul: Dados sócio-econômicos - 1985/1987*. Porto Alegre: FEE, 1987.

_____. *De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS: 1803-1950*. Porto Alegre: FEE, 1986, 330 p.

_____. *Anuário estatístico do Rio Grande do Sul - 1990*. Porto Alegre: FEE, 1991.

_____. *Anuário estatístico do Rio Grande do Sul - 1980*. Porto Alegre: FEE, 1981.

_____. *Anuário estatístico do Rio Grande do Sul - 1970*. Porto Alegre: FEE, 1970.

FENTIFUMO - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DO FUMO. *Pesquisa do número de empregados nas empresas fumageiras do Vale do Rio Pardo*. Santa Cruz do Sul, março, 2004.

FIGHERA, D. T. Globalização e seletividade espacial. In: CARLOS, A . F. A . (ORG.) *Ensaio de geografia contemporânea - Milton Santos, obra revisitada*. São Paulo: Ed. Hucitec, SP. 1996, p.265-274.

FLORES, H. A. H. *Canção dos imigrantes*. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1983.

FLORES, M. *Colonialismo e Missões Jesuíticas*. Porto Alegre: Edições Est., 3ª Ed., 1996.

_____. *República Rio-Grandense: realidade e utopia*. Porto Alegre: PUC - RS, Programa de Pós-Graduação em História. 1992.

FONSECA, P. C. D. *RS: Economia & Conflitos políticos na república velha*. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1983.

FORTES, J. B. *Os casais açorianos. Presença lusa na formação sul-riograndense*. Porto Alegre: Martins Livreiro - Editor, 1978.

FRANCO, S. da C. *Soledade na História*. Porto Alegre: Corag, RS. 1975.

FREITAS, D. *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

FRESCA, T.M. *A rede urbana do Norte do Paraná*. Londrina: Eduel, 2004.

FÜRSTENAU, V. *O crédito rural no Brasil e seus efeitos sobre a agricultura gaúcha: 1965-84*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística. 1988.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, SP. 19ª Edição, 1984.

GAZETA DO SUL. Fumo Transgênico? Por enquanto, nem pensar. *Gazeta Rural*. Santa Cruz do Sul, 21 mai. 1999.

_____. O rei do fumo. *Gazeta Rural*. Santa Cruz do Sul, 31 jan. 1997.

GAZETA MERCANTIL. *Análise Setorial - A indústria do Fumo*. São Paulo: Panorama Setorial. maio, 1999.

GEIGER, P. P. *Evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1963.

GIRON, L. S. A imigração italiana no RS: Fatores determinantes. In: DACANAL, J. H. (Org). *RS: Imigração & Colonização*. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1992. p.47-66

GONÇALVES, R. Economia Internacional ou Global? In: In: FIORI, J. L. et al (Orgs.) *Globalização: o fato e o mito*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, RJ. 1998. p.135-145.

_____. *O Abre-alas - A nova inserção do Brasil na economia internacional*. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará. 2ª Ed. 1999.

GONTIJO, V. (Coord.) *Estudo das perspectivas de desenvolvimento da agricultura do Brasil - Análise das oportunidades de exportação de fumo do Brasil*. Brasília: SUPLAN/Ministério da Agricultura, 1976.

GUIA BANCÁRIO DO BRASIL. São Paulo: Guiatec, 1996.

GUIA SOCIOECONÔMICO DO VALE DO RIO PARDO E CENTRO-SERRA 2006. Santa Cruz do Sul: Gazeta Grupo de Comunicações. 30 de junho e 2006.

GUIMARÃES, A. P. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1989.

GUIMARÃES, M. K. *Crédito rural: enfoques da política agrária brasileira*. São Paulo: Ed. Nobel, 1974.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In. *Território, Territórios*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFF e AGB-Niterói, 2002. p.17-38

HAMMOND, R. Industry watch - consolidation in the tobacco industry. *Tobacco Control*, nº 7, 1998a. p.426-428. Disponível em: <<http://tc.bmjournals.com/>>. Acesso em 24 fevereiro 2006.

HAMMOND, R. Big Tobacco's global expansion. *Essencial Action*,1998b. Disponível em: <www.essentialaction.org/addicted/ack.html>. Acesso em 23 fevereiro 2006.

HARVEY, D. *A condição Pós-Moderna*. São Paulo: Ed. Loyola, SP. 1992.

HERMES, N. Implicações sócio-ambientais da fumicultura: panorama atual e perspectivas. In: *Redes*, Santa Cruz do Sul, v.5, nº 3, set./dez. 2000. p.45-63.

HIRST, P. Globalização: mito ou realidade? In. FIORI, J. L. et al (Org.) *Globalização: o fato e o mito*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, RJ. 1998. p.101-120.

HIRST, P. e THOMPSON, G. *Globalização em questão*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes,1998, RJ.

HITIER, H. e SABOURIN, L. *Le tabac*. Paris: Presses Universitaires de France. Col. Que sais-je, nº 87. 1965.

HOBBSAWM, E. J. *A era das revoluções, 1789-1848*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1994.

_____. *A era do capital, 1848 - 1875*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1988.

HOEHNE, F. C. *Botânica e agricultura no Brasil no século XVI*. Brasiliana - Biblioteca pedagógica brasileira. Serie 5ª, Vol. 71. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

HOLANDA, S. B. de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1995.

_____. *Monções*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

IANNI, O. *A ditadura do grande capital*. São Paulo: Ed. Civilização Brasileira, 1981.

IBGE. *Base de informações municipais*. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

_____. *Cadastro Central de Empresas - 2003*. Disponível em <www.ibge.com.br/cidadesat>. Acesso em 30 janeiro 2007.

_____. *Censos Agropecuários do Rio grande do Sul*. 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995.

_____. *Censos Comercial e de Serviços do Rio Grande do Sul*, 1980.

_____. *Censos Demográficos do Rio Grande do Sul*, 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980, 1991 e 2000.

_____. *Censos Econômicos do Rio Grande do Sul*. 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980.

_____. *Censos Industriais do Rio Grande do Sul*. 1960, 1970 e 1980.

_____. *Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: IBGE, vol. XXXIII e XXXIV 1959.

_____. *PAM- Produção Agrícola Municipal*. 1973 a 2004.

IGLESIAS, R. *A economia do controle do tabaco nos países do Mercosul e associados*. Washington, D.C.: Organização Pan-Americana de Saúde, 2006.

INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS E INTERNACIONAIS. *A independência unilateral da Rodésia e a admissão da China*. Lisboa. Disponível

em <<http://www.ieei.pt/index.php?article=5018visual=5>> , Acesso em 10 agosto 2005.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER. *Convenção-Quadro para o controle do tabaco*. Brasília: Ministério da Saúde/INCA, s/d.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *IPEADATA - Dados macroeconômicos e regionais*. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?362053421>>. Acesso 13 novembro 2006.

IPEA, UNICAMP, NESUR/IBGE. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil*. Campinas, SP; Unicamp. IE. (Coleção Pesquisas n°3). v.1, 1999.

ISABELLE, A. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor. Trad. Dante de Laytano, 1983.

JANK, M. S. Um momento crucial para a agricultura brasileira. São Paulo: *Jornal O Estado de São Paulo*, 22 de julho de 2003.

JANK, M. S. e NASSAR, A. M. *ALCA e agricultura nas relações Brasil - Estados Unidos*. São Paulo, julho de 2001. Disponível em <[www.iconebrasil.org.br/images/publicacoes/MarcosJank/Jank%20\(Politica%20Externa%20ALCA\).pdf](http://www.iconebrasil.org.br/images/publicacoes/MarcosJank/Jank%20(Politica%20Externa%20ALCA).pdf)>. Acesso em 07 março 2007.

_____. Competitividade e globalização. In: Zylbersztajn, D. e Neves, M.F. (Org.) *Economia & Gestão dos negócios agroalimentares*. São Paulo: Ed. Pioneira, 2000. p.137- 163.

KAERCHER, N. J. *Registros históricos de Santa Cruz do Sul - Apontamentos*. Santa Cruz do Sul. mimeo, 2000.

KAPRON, S. R. e LENGLER, F. Fundopem, investimentos públicos e empregos na indústria gaúcha. *III Encontro de Economia Gaúcha*. PUC-RS/FEE-RS. 25 e 26 de maio de 2006. Disponível em: <www.pucrs.br/eventos/3eeg/Artigos/m14t04.pdf>. Acesso em 10 dezembro 2006.

KAUTSKY, K. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, SP. Trad. Otto Erich Walter Maas, 1986.

KRAUSE, S. *Migrantes do tempo: Vida econômica, política e religiosa de uma comunidade de imigrantes alemães na República Velha*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

KLAMT, S.C. A ocupação pré-colonial no Vale do Rio Pardo, RS. In: SILVEIRA, R. L. L. e VOGT, O. *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001, p.47-68.

LAGEMANN, E. Imigração e industrialização. In: DACANAL, J. H. (Org.). *RS: Imigração & colonização*. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1996, p.114-134.

LANDO, A. M. e BARROS, E. C. *A colonização no Rio Grande do Sul - Uma interpretação sociológica*. Porto Alegre: Ed. Movimento/IEL, 1976.

LAYTANO, D. de. *Origem da propriedade privada no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Martins Livreiro/ Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes. 1983.

_____. *Fazenda de criação de gado*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1950.

_____. *Almanaque de Rio Pardo*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Tipografia do Centro, S/A. 1946.

LENCIONI, S. *Região e Geografia*. São Paulo: Ed. USP. SP. 1999.

LÊNIN, V. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Ed. Nova Cultural. Trad. J. P. Netto, 2ª Ed., 1995.

_____. *El imperialismo, fase superior del capitalismo*. Pekin: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1966.

LIEDKE, E. R. *Capitalismo e camponeses - Relação entre indústria e agricultura na produção de fumo no Rio Grande do Sul*. Brasília: Universidade de Brasília. Dissertação de Mestrado em Sociologia, 1977.

LIMA, R. G. de. Desenvolvimento técnico-produtivo da lavoura de tabaco na bacia hidrográfica do Rio Pardo/RS. In: ETGES e FERREIRA (Org.) *A produção de tabaco - Impacto no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do Sul - RS*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. p.198-224.

_____. *Práticas alternativas e convencionais na cultura do fumo estufa: estudos de casos*. Dissertação de Mestrado. Santa Cruz do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, UNISC, 2000.

LIPIETZ, A. *Audácia, uma alternativa para o século XXI*. São Paulo: Ed. Nobel, 1991.

_____. *Miragens e milagres: problemas de industrialização no terceiro mundo*. São Paulo: Ed. Nobel, 1988.

LUGON, C. *A república comunista e cristã dos guaranis, 1610-1768*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977.

LUXEMBURGO, R. *A acumulação de Capital*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MACEDO, F. R. de. *O solar do almirante*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/IEL. 1980.

_____. *Rio Pardo: A arquitetura fala da História*. Porto Alegre: Ed. Sulina, RS. 1972.

_____. *Porto Alegre: Origem e crescimento*. Porto Alegre: Ed. Sulina, RS. 1968.

_____. A arquitetura no Rio Grande do Sul. In: *Rio Grande do Sul: Terra e Povo*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1964. p.89-99.

MACHADO, D. Repasse de ICMS continuará caindo. *Gazeta do Sul*. Santa Cruz do Sul, 03 de abril de 2007. Geral, p.3.

_____. Novas classes para o fumo vão ser apresentadas hoje. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 04 jul. 2006a, Rural, p.10.

_____. Mercado de trabalho - Fumo em crise? *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 22 e 23 abr. 2006b. Economia, p. 8.

MACHADO, D. e GOLLMANN, S. Exportações batem novo recorde em 2005. *Gazeta do Sul*. Santa Cruz do Sul, 31 jan. 2006, Gazeta Rural, p.4.

MACKAY, J. e ERIKSEN, M. *The Tobacco Atlas*. Genebra: World Health Organization, 2002. Disponível em: <www.who.int/tobacco/statistics/tobacco_atlas/en/>. Acesso em 23 março 2006.

MAEDER, E. e GUTIERREZ, R. Atlas histórico del nordeste argentino. Ed. Resistência: Instituto de Investigaciones Geohistoricas, 1995.

MANTEGA, G. e MORAES, M. *Acumulação monopolista e crises no Brasil*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1991.

MARSDEN, T. et all. *Constructing the countryside*. London: UCL Press, 1992.

MARTIN, H. E. *Santa Cruz do Sul: Da colônia à freguesia 1849-1859*. Santa Cruz do Sul: APESC, 1979.

MARTINS, J. de S. *O cativo da terra*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1986.

MARTINS, L. *Nação e corporação multinacional*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1975.

MASSEY, D. *Spatial divisions of labor - Social structures and the geography of production*. New York: Routledge, 1995.

MAX, A. Progress of brasilian industry tobacco. *Tobacco Journal International*. n°. 4, jul./aug., 1986.

MAZZALI, L. *O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização "em rede"*. São Paulo: Ed. Unesp. 2000.

MENEZES, J. B. de. *Município de Santa Cruz do Sul*. Santa Cruz do Sul: Lamberts & Riedl, 1914.

MENSAGEM APRESENTADA AO CONSELHO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ PELO INTENDENTE GASPAR BARTHOLOMAY. Santa Cruz do Sul: Typografia Lamberts & Riedel, 15 de outubro de 1922.

MESQUITA, Z. Emancipações no RS: alguns elementos para a reflexão. *Indicadores Econômicos*. Porto Alegre: FEE-RS, v.20, n°3, nov, 1982 . p.169-184.

MICHALET, C-A. *O capitalismo mundial*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1984.

MONTALI, L. *Do núcleo colonial ao capitalismo monopolista: produção de fumo em Santa Cruz do Sul*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado em Sociologia, 1979.

MORAES, A. C. R. *Bases da formação territorial do Brasil*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2000.

_____. Los circuitos espaciales de la producción y los círculos de cooperación en el espacio. In: YANES, L. e LIBERALI, A.M. (org.). *Aportes para el estudio del espacio socio-económico*. Buenos Aires: Editorial El Coloquio, 1991. p.151-177.

MORAIS, F. *Souza Cruz 100 anos - Um século de qualidade*. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 2003.

MOURE, T. A inserção da economia imigrante na economia gaúcha. In: DACANAL, J. H. (Org.) *RS: Imigração & colonização*. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1996. p. 91-113.

MÜLLER, I. Poder de consumo - Região gastará US\$. 756 milhões até dezembro. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 19 out. 2004. Economia, p.11.

_____. Os empreiteiros do fumo - Surge uma nova profissão no campo. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 08 e 09 nov. 2003a. Reportagem, p. 20.

_____. Os empreiteiros do fumo - Deputado Schuch que ajudar na regularização de empreiteiras. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 10 nov. 2003b. Rural, p.7.

MÜLLER, G. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: Ed. Hucitec/Ed.PUC-SP, 1989.

NARDI, J. B. *O fumo brasileiro no período colonial*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1996.

_____. *A história do fumo brasileiro*. Rio de Janeiro: ABIFUMO, 1985.

NOGUEIRA, A. R. e HUTTER, L. M. *A colonização em São Pedro do Rio Grande do Sul durante o Império (1824-1889)*. Porto Alegre: Ed. Garatuja/IEL, 1975.

NOVAIS, F. A. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 6ª Ed., 1998.

OFFNER, J-M. Les “effets structurantes” du transport: mythe politique, mystification scientifique. In: *L'espace géographique*, n° 3, 1993, p.233-242.

OLIVEIRA, F. de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1989.

OLIVEIRA, G. *Sistema float para produção de mudas de fumo no Brasil. Sempre-ecoficiência*. Disponível em <www.cempre.org.br/ecoficiencia_souzacruz.php>. Acesso em 22 setembro 2006.

OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO, Rede de operação sistêmica e regional/local - Região Sul. Disponível em: <http://www.ons.org.br/download/mapas_rede_operacao/s_se_co/DU-CT.S.01%20-%20R07_16-01-07.pdf> . Acesso em 27 setembro 2006.

OSÓRIO, H. “Estancieiros” e “lavradores”: Rio Grande do Sul, Século XVIII. In. *Anos 90 - Revista do Programa de Pós-Graduação em História*, Porto Alegre: UFRGS. n° 4, dezembro, 1995. p.31-43.

PANITZ, W. R. *Cultura e industrialização do fumo*. Porto Alegre: Departamento Estadual de Estatística, 1954.

PAULILO, M. I. S. *Produtor e agroindústria: consensos e dissensos - O caso de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. UFSC, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990.

PELLANDA, E. *A colonização germânica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1925.

PEREIRA, L.C.B. *Desenvolvimento e crise no Brasil: 1930- 1983*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 16ª Edição. 1985.

PESAVENTO, S. J. *Pecuária e indústria: Formas de realização do capitalismo na sociedade gaúcha no século XIX*. Porto Alegre: Ed. Movimento, 1986.

_____. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 4ª Ed., 1985.

_____. *RS: Agropecuária colonial & Industrialização*. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1983.

PHILIP MORRIS INC. *Desempenho Econômico em 2004*. Disponível em <www.philipmorrisinternational.com.br>. Acesso em 05 abril 2006.

PIMENTEL, F. *Aspectos gerais de Encruzilhada do Sul*. 1849-1949, 1º Centenário de municipalização. Porto Alegre: sem ed., 1949.

PIRES, J. C. L. e PICCININI, M. S. Serviços de telecomunicações: aspectos tecnológicos. Rio de Janeiro: BNDES. *Ensaio 5*. Dezembro, 1997. Disponível em <www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/ensaio.asp>. Acesso em 05 fevereiro 2007.

PONTES DE SOUSA, F. e PEREIRA, L. B. O papel do Estado no desenvolvimento agrícola e agroindustrial. In. *Cadernos de Pesquisa*, Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, nº 4 . julho, 1995.

PORTO, Aurélio. *História das missões orientais do Uruguai*. Vol. III. Porto Alegre: Ed. Livraria Selbach, RS. 1954.

PORTO DE RIO GRANDE. *Sistemas de Gestão Portuária - estatísticas*. Disponível em: <http://www.portoriogrande.com.br/portoweb/menu_pi.php>. Acesso em 25 setembro 2006.

PRADO JÚNIOR, C. *História e desenvolvimento*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

_____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 10ª Edição, 1967.

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 8ª Edição, 1965.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO. *Histórico de Sobradinho*. Venâncio Aires: Ouro Verde Artes Gráficas, 1976.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERAL DO BRASIL. Emendas Constitucionais. Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Emendas/Emc/quadro_emc.htm>. Acesso em 12 janeiro 2007.

PROFIGEN DO BRASIL LTDA. 2006. Disponível em <www.profigen.com.br>. Acesso em 27 setembro 2006.

RADÜNZ, R. Os custos sociais da Europa revolucionária: o séc. XIX e a imigração. *Métis: História & Cultura*, v.1, n°1, jan/jun, 2002. p. 239-244.

RAMOS, M. P. *O "novo" e o "velho" ruralismo no Rio Grande do Sul: Um estudo sobre os integrantes da UDR*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1995.

RAMOS, S. Sistemas técnicos agrícolas e meio técnico-científico-informacional no Brasil. In: SANTOS, M. A. e SILVEIRA, M. L. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p.375-387.

REICHEL, H. J. A industrialização no Rio Grande do Sul na república velha. In: DACANAL, J. H. e GONZAGA, S. (org.) *RS: Economia & Política*, Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1993. p. 255- 275.

REZENDE, G. C. *Estado, macroeconomia e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/IPEA, 2003.

RIBEIRO, A. C. T. Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica do espaço: Território Usado, Território Praticado. In: SOUZA, M. A. A. (Org.) *Território brasileiro - Usos e abusos*. Campinas: Edições Territorial, SP. 2003.

RIBEIRO, P. A. M. *Arqueologia do Vale do Rio Pardo, RS, Brasil*. Porto Alegre: PUC-RS, Tese de Doutorado em História do Brasil, 1991.

_____. *O tupiguarani no Vale do Rio Pardo e a Redução Jesuítica de Jesus Maria*. Santa Cruz do Sul: APESC. Vol. 8, n 10. Junho, 1981.

RIOVALE JORNAL. *Santa Cruz em números*. Santa Cruz do Sul: Ed. Dreher Ltda. Edição nº. 03, 2006.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Globo, Vol. 1 e 2, 1969.

ROGGE, J. H. *Fenômenos de fronteira: um estudo das situações de contato entre os portadores das tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: UNISINOS, Tese de Doutorado em História, 2003.

RÜDIGER, S. *Colonização e propriedade de terras no Rio Grande do Sul (Séc. 18)*. Porto Alegre: IEL/Secretaria de Educação e Cultura do RS. Cadernos do Rio Grande Vol. XIII Secção III, Estudos Rio-Grandenses nº 3. 1965.

SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821.*, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: EDUSP, Trad. Leonam de Azeredo Penna, 1974.

SANTOS, M. A. e SILVEIRA, M. L. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI.* Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização.* São Paulo/Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.

_____. O território e o saber local: algumas categorias de análise. In. *Cadernos IPPUR*, UFRJ. ano XIII, n° 2, agosto/dezembro, 1999. p.15-26.

_____. *A natureza do espaço.* São Paulo: Ed. Hucitec, SP. 1996a.

_____. *História do território brasileiro no século XX, com ênfase no período atual.* Projeto de pesquisa. (mimeografado), 1996b.

_____. *De la totalidad al lugar.* Barcelona: Ed. Oikos-Tau, 1996c.

_____. *Técnica, espaço, tempo - Globalização e meio técnico-científico informacional.* São Paulo: Ed. Hucitec, 1994.

_____. *A urbanização brasileira.* São Paulo: Ed. Hucitec, 1993.

_____. *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo.* São Paulo: Ed. Hucitec, 1986.

_____. *Espaço e Método.* São Paulo: Ed. Nobel, 1985.

_____. *Por uma geografia nova.* São Paulo: Ed. Hucitec, 1978.

SCHADEN, E. *Aspectos fundamentais da cultura guarani.* São Paulo: EPU, EDUSP, 1974.

SCHMIDT, J. P. e GOES, C. H. B. *Associativismo e cooperativismo no Vale do Rio Pardo.* Santa Cruz do Sul: UNISC/Centro Diocesano de Pastoral no Mundo do Trabalho, Relatório de Pesquisa, novembro de 1995.

SCHMITZ, P. I. Migrantes da Amazônia: a Tradição Tupiguarani. In: Kern, A. A. (org.) *Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1991. p.295-330.

SCHMITZ, P. I. e BECKER, I. I. B. Os primitivos engenheiros do planalto e suas estruturas subterrâneas: a tradição taquara. In: Kern, A. A. (org.) *Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1991. p.251-289.

SCHNEIDER, L. C. *Patrimônio arquitetônico-urbanístico e evolução urbana: um estudo as área central da cidade de Rio Pardo - RS.* Santa Cruz do Sul: UNISC, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, setembro, de 2001.

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO - Ministério da Fazenda. Parecer nº 06056/2005/RJ, COCON/COGPI/SEAE/MF, Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2005.

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR. *Brasil Exportador*. MDIC. Alice Web. Disponível em <<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em 04 maio 2006.

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO. *RUMOS 2015 - Estudo sobre desenvolvimento regional e logística de transporte no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: SCP-DEPLAN/DECAPET, 2006

SEFAZ - SECRETARIA DA FAZENDA DO RIO GRANDE DO SUL. Perfil econômico tributário. Disponível em: <http://www.sefaz.rs.gov.br/SEF_ROOT/AIM/AIM-informacoes.htm> . Acesso em 20 fevereiro 2007.

SECRETARIA ESTADUAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS PÚBLICAS. *Proposição de organização territorial do estado para fins de programação regional e urbana*. Porto Alegre: SDROP-RS, 1974.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO. *Informe Sócio-Econômico*. Santa Cruz do Sul: SMICT-PMSC, 1987 e 1989.

SECRETARIA NACIONAL DA RECEITA FEDERAL. Estabelecimentos e Fabricantes de Cigarros autorizados a operarem no Brasil. Disponível em: <www.receita.fazenda.gov.br/DestinaçãoMercadorias/ProgramaNacCombCigarros>. Acesso em 22 dezembro 2006.

SEFFRIN, G. *O fumo no Brasil e no mundo*. Santa Cruz do Sul: AFUBRA, 1995.

SEYFERTH, G. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre: Ed. Movimento/SAB, 1974.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações. *Estudos CEBRAP*, Ed. Brasileira de Ciências Ltda. nº26, 1980. p.41-80

SILVA, E. M. da. Ligações externas da economia gaúcha (1736-1890). In. DACANAL, J. H. e GONZAGA, S. (Org.). *RS: Economia e política*. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1979. pp.55-91.

SILVA, J. G. da. *O que é questão agrária*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

SILVA, J. G. da. e KAGEYAMA, A . Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In. SILVA, J. G. da. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp/Instituto de Economia. SP, 1996.

SILVA, M. M. *Trabalho, saúde e risco na fumicultura: um estudo de caso no Município de Içara - SC*. Florianópolis: UFSC. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política, 1999.

SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1986.

SILVA, S. Fumageira deve deixar 1,7 mil desempregados. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 09 jun. 2005. Economia, p.14.

_____. Dimon anuncia investimento de R\$. 13 milhões nas usinas. *Gazeta do Sul*. Santa Cruz do Sul. Regional, 29 jun. 2001, p.9.

SILVEIRA, M. L. Uma situação geográfica: Do método à metodologia. *Revista Território*, ano IV, n° 6, jan./jun. 1999a. p. 21-28.

_____. *Um país, uma região: Fim de século e modernidade na Argentina*. São Paulo: FAPESP/LABOPLAN, 1999b.

_____. Concretude territorial, regulação e densidade normativa. *Experimental*, n° 2, LABOPLAN - Dep. Geografia - USP, março, 1997. p. 35-45.

SILVEIRA, R. L. L. Complexo agroindustrial, rede e território. In.: DIAS, L. C. e SILVEIRA, R. L. L. (Org.). *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p.215-255.

_____. O distrito industrial de Santa Cruz do Sul - RS: Determinações e condicionantes na (re)produção da cidade. In: *Agora - Revista de História e Geografia*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. V.10, n° 1 e 2, jan./dez., 2004. p.261-279.

_____. *Cidade, corporação e periferia urbana*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

_____. *O lugar dos safristas na terra do fumo. A produção da periferia urbana em Santa Cruz do Sul*. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado em Geografia, 1997.

SILVEIRA, R. L. L. da. e HERMANN, E. As cidades e a urbanização do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, O. P. e SILVEIRA, R. L. L. (Org.) *Vale do Rio Pardo: (Re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001, pp. 217-257.

SINDICATO DA NAVEGAÇÃO FLUVIAL DO RIO GRANDE DO SUL. Mappa hidrográfico do Rio Grande do Sul. In: *Guia informativo da navegação fluvial e lacustre*. Porto Alegre, 1936.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DO FUMO E DA ALIMENTAÇÃO. *Relatório sobre o emprego no setor fumageiro em Santa Cruz do Sul e Vera Cru - 1977 a 2000*. Santa Cruz do Sul: STIFA, 2000.

SINDIFUMO. *Sindifumo em folha*. Santa Cruz do Sul. nº 01, Ano 1, junho, 1997.

SINGER, P. I. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

SIMONDON, G. *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris: Ed. Aubier, 1989.

SIMONSEN, R. C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

SKLAIR, L. The transnational capitalist class and global capitalism: the case of the tobacco industry. In: *Political Power and Social Theory*. Vol. 12. The London School of Economics & Political Science, London. 1998. p.3-43.

SOUZA CRUZ. *Anos depois: a vida econômica da Souza Cruz em 102 anos*. São Paulo: Souza Cruz/GV Consult, 2005.

SOUZA, N. J. (Coord.). *Evolução econômica e social do Vale do Rio Pardo*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.

SOUZA, S. S. de. *Comerciantes em Rio Pardo-RS: Atuações comerciais e relações sociais (1800-1835)*. Porto Alegre: PUC-RS, Programa de Pós-Graduação em História, dezembro de 1998.

STANDARD COMMERCIAL CORPORATION. *Annual report 2003*. Disponível em: <http://mba.wm.edu/pdf/standard_commercial_corporation.pdf>. Acesso em 29 abril 2006.

STORPER, M. *The Regional World - Territorial development in a global economy*. New York: The Guilford Press, 1997.

SUPPLY & DEMAND REPORT. Richmond: Universal Leaf Tobacco Company Inc.. October, 2005. Disponível: <www.universalcop.com>. Acesso em 18 abril 2006.

SUZIGAN, W. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

TAVARES, M. da C. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp. 1986.

_____. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro - Ensaio sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

TEJO, L. A indústria rio-grandense em função da economia nacional. In: *Da diretoria geral de estatística, ano 1937*. Porto Alegre: Oficina Gráfica do Globo, 1939.

TERUCHKIN, S. U. RS: mudanças no perfil exportador. In.: Almeida, P.F.C. de (Org.). *A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira*. Porto Alegre: FEE, Tomo 3, 1990. p.595-645.

THE CENTER FOR PUBLIC INTEGRITY. *Tobacco companies linked to criminal organizations in lucrative cigarette smuggling*. Special Reports. The International Consortium of Investigative Journalists. 03 de march de 2001. Disponível em: <www.public-i.org/report.aspx?aid=351&sid=100>. Acesso em 23 fevereiro 2006.

THE GUARDIAN. *BAT exposé - special report*, 2000. Disponível em: <www.guardian.co.uk/bat>. Acesso em 24 março 2006.

TOBACCO JOURNAL INTERNATIONAL, *Global tobacco market*. 2005. Disponível em: <www.tobaccojournal.com>. Acesso em 05 dezembro 2005.

TRANSNATIONALS INFORMATION EXCHANGE. *Tabaco*. Belo Horizonte: Seminário sobre cadeias alimentares, (mimeografado.) 1991.

TSCHIEDEL, M. e FERREIRA, M. F. Introdução à agricultura de precisão: conceitos e vantagens. In: *Ciência Rural*. Santa Maria. V. 32, n° 01, p.159-163. 2002.

UCEL - UNIVERSO CELULAR. Área de cobertura das operadoras de celular no RS. Disponível em: < <http://www.ucel.com.br/cobertura.asp>>. Acesso em 22 dezembro 2006.

UMANN, J. *Memórias de um imigrante Boêmio*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Loureço de Brindes. Trad. Hilda Agnes Hübner Flores, 1981.

UNCTAD/GATT. *The major markets for unmanufactured tobacco*. Geneva: International Trade Center, 1968.

UNIVERSAL LEAF TRANSITION REPORT 2004. Disponível em: < www.universalcorp.com>. Acesso em 25 março 2006.

USDA - UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE / FAS - FOREIGN AGRICULTURAL SERVICE. *Tobacco: World market and trade archives*. 2005. FAS online. Disponível em: <www.fas.usda.gov/tobacco_arc.html>. Acesso 30 março 2006.

VAN LIEMT, G. *The world tobacco industry: trends and prospects*. Geneva: OIT -International Labour Office. Working paper nº 179, 2002. Disponível em: <www.oit.org/public/english/dialogue/sector/papers/tobacco/wp179.pdf>. Acesso em 22 fevereiro 2006.

VARGAS, M. A. *Proximidade territorial, aprendizado e inovação: Um estudo sobre a dimensão local dos processos de capacitação inovativa em arranjos e sistemas produtivos no Brasil*. Tese de Doutorado em Economia. UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

VELTZ, P. *Mundialización, ciudades y territorios*. Barcelona: Ed. Ariel, 1999.

VERBAND DEUTSCHER VEREINE. *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul: 1824 – 1924*. Tradução: Rambo, A. B. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1999.

VIANA, O. *Populações meridionais do Brasil*. Vol. II. O Campeador rio-grandense. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, RJ. 1974.

VIEGAS, M. F. *Estudo das condições sócio-educacionais de empregabilidade em Santa Cruz do Sul com base nos dados do Programa SINE*. Relatório de Pesquisa. Santa Cruz do Sul: UNISC. Dezembro, 2005.

VIEIRA, D. T. e CAMARGO, L. C. *Multinacionais no Brasil: Diagnóstico e prognóstico*. São Paulo: Ed. Saraiva, 1976.

VIRILIO, P. *O espaço crítico e as perspectivas do tempo real*. Rio de Janeiro: Ed. 34, RJ. 1993.

VOGT, O. Formação social e econômica da porção meridional do Vale do Rio Pardo. In. SILVEIRA, R. L. L. e VOGT, O. (Org.) *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. p. 69-122.

_____. *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul: 1849-1993*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

VOGT, O. P. e ROSA, A. da. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. In. VOGT, O. P. (Org.) *Abrindo o baú de memórias: O Museu de Venâncio Aires conta a história do município*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

VOGT, O. P., SILVA, A. L. da; BERTÓ, S. F. F. Rio Pardo: Ascensão e estagnação da tranqueira invicta. *Ágora - Revista do Departamento de História e Geografia*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v.2, n° 1, março, 1996. p.53-65.

XAVIER, P. A estância no Rio Grande do Sul. In: *Rio Grande do Sul: Terra e Povo*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1964. p.55-67.

WAIBEL, L. *Capítulos de Geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2ª edição. 1979.

WALLERSTEIN, I. *The modern world-system II*. Mercantilism and the consolidation of the european world-system. San Diego: Academic Press, Inc. Vol. II, 1980.

WILKINSON, J. *O Estado, a agroindústria e a pequena produção*. São Paulo/Salvador: Ed. Hucitec/Fundação CEPA - BA, 1986.

WINK, R. *Santa Cruz do Sul: Urbanização e desenvolvimento*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

ZOCCOLA FILHO, A. Agrotóxicos comumente utilizados na cultura do fumo. In: *Agrotóxicos - Informações para uso médico*. S/D, p.67-70.

ANEXO 1 - RELAÇÃO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

Pessoa ou organização entrevistada	Nome do entrevistado	Cargo ou função	Duração	Data
Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - Região Sul	Albino Gewer	Assessor	60 min	20/04/2005
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul	Pedro Osvino Etges	Presidente	60 min	22/04/2005
Associação dos Fumicultores do Brasil	Hainsi Gralow	Presidente	80 min	05/05/2005
	Jorge Kämpf	Gerente Corporativo	80 min	26/04/2005
	Jorge Farias	Gerente Florestal	50 min	28/04/2005
	Ivaldo Backes	Gerente Técnico	60 min	02/05/2005
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo e da Alimentação de Santa Cruz do Sul	Sérgio Pacheco	Presidente	60 min	28/04/2005
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo e da Alimentação de Venâncio Aires	Rogério Siqueira	Vice - Presidente	45 min	06/05/2005
Sindicato das Indústrias de Fumo do Rio Grande do Sul	Cláudio Henn	Presidente	90 min	11/05/2005
Movimento dos Pequenos Agricultores de Santa Cruz do Sul	Wilson Rabuske	Presidente	60 min	26/04/2005
Federação Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Fumo	Dorval Knak	Presidente	60 min	13/05/2005
Banco do Brasil S/A - Agência Santa Cruz do Sul - Carteira Agrícola	Leandro Kaufmann	Gerente	30 min	05/05/2005
Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Agência Santa Cruz do Sul - Carteira Agrícola	Ivo Sérgio Martin	Gerente	40 min	28/04/2005
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - 3ª Delegacia	João Luiz Lenz Fontoura	Engenheiro responsável	60 min	13/05/2005
Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural - Santa Cruz	Luiz Antônio Kaufmann	Diretor	30 min	03/05/2005
Secretaria da Fazenda Estadual - 7ª Delegacia Regional	Valmor Drebes	Diretor	60 min	19/12/2006
Central Analítica da Universidade de Santa Cruz do Sul	Giovane Mayer	Coordenador	30 min	27/12/2006
Neri Gewer - Candelária	Neri Gewer	Fumicultor	60 min	11/02/2005
Danilo Wollsentütter - Candelária	Danilo Wollsentütter	Fumicultor	60 min	11/02/2005
Erno Greiner - Passa Sete	Erno Greiner	Fumicultor	60 min	11/03/2005
Orlando Rauber - Arroio do Tigre	Orlando Rauber	Fumicultor	60 min	11/03/2005
Gilmar Etges - Santa Cruz do Sul	Gilmar Etges	Fumicultor	60 min	01/02/2005
Eloy José Goerck - Santa Cruz do Sul	Eloy José Goerck	Fumicultor	60 min	08/02/2005